

UC-NRLF



8 3 305 167

LIBRARY
UNIVERSITY OF CALIFORNIA
DAVIS

ALBERTO DE FARIA

MAUÁ

IRENÉO EVANGELISTA DE SOUZA,
BARÃO E VISCONDE DE MAUÁ

1813 - 1889



1926
PAULO, PONGETTI & CIA.
RIO

*Desa edição tiram-se cem exemplares
em papel Hollanda, que serão numerados e
rubricados pelo auctor.*

*Que a virtude louvada vive e cresce,
E o louvor altos casos persuade*

(LUSIADAS)

**AOS MOÇOS DO MEU PAIZ,
PARA QUE SE EDUQUEM NA ADMIRAÇÃO
DE UM GRANDE HOMEM,
VIRTUOSO NA FORTUNA, HEROICO NA ADVERSIDADE.**



O Barão de Mauá em 1858. (*Sisson*. Galeria de brasileiros illustres).

Rio, 6 de Março de 1884.

Meu prezado amigo Exmo. Snr. Visconde de Mauá.

Estava na sala do Juizo do Desembargador Calmon no dia em que elle lavrava a sentença da re-habilitação da victima das ingratições.

Quantas idéas tristes e alegres me assallaram alli!

Aquelle formoso passado de energia viril, de dedicação patriótica, de probidade, de illustração, de desenvolvimento dos recursos naturaes do Brasil, aquelle passado de preponderancia nobre no Rio da Prata e de fundação da grandeza da Amazonia, aquelle passado de lueta contra os preconceitos até dos maiores Estadistas, lueta que nos deu as estradas de ferro, hoje salvação do Brasil; e... o presente, isto é, a intelligencia e o coração que presidiram aquelles grandes feitos, martyres da inveja, do egoismo e das ingratições!

Ah! meu amigo quanto pensei sobre isto.

Enfim, está V. Ex., depois do mais longo e minuncioso inquerito, reconhecido o que ninguem de boa fé poz em duvida, honradissimo e infelicissimo! Deus lhe dê agora a resignação para só se lembrar do bem que fez, sem se importar com os males que soffreu!

...Seu grato amigo

F. OCTAVIANO

CAPITULO I

Razão d'este livro

Meu Mestre e meu Imperador.

...Começa em 1863 o período industrial da minha vida...

Vossa Magestade e meu Pai não queriam que eu tivesse uma orientação além da vida tranquilla da Sciencia e do Professorado; mas o Visconde de Itaboraahy, que tambem me devotava affeição paternal, dizia — André, quero que você succeda ao Mauá!

(De uma carta de ANDRÉ REBOUÇAS A D. PEDRO II, no exilio — escripta em Cannes, 13 de Maio de 1892).

A IDÉA de estudar, com particular interesse, a vida do Visconde de Mauá me veio, alguns annos passados, por circumstancias accidentaes.

A residencia de verão que occupo em Petropolis, desde 1903, foi a unica construcção que, para seu conforto, levantou o homem a quem o Brasil deve a iniciativa simultanea de quasi todos os melhoramentos materiaes. Para si, para sua familia, apenas ergueu aquella casa modesta, mais simples ainda do que hoje é.

Essa vivenda mesmo, não a poude guardar até o fim da existencia; o desastre commercial obrigou-o a alienar o unico tecto de que havia cuidado.

Na Côrte, na Capital do Imperio, onde fôra durante largos annos figura de relevo, o homem de mais importancia e talvez o de maior fortuna, um triumphador na vida, morára em

casas sem luxo, ás vezes casas alugadas. Quando morou em casa melhor, o palacete construído para a Marquiza de Santos, na rua do Imperador, a actual Avenida Pedro II, foi para facilitar liquidação a um devedor do seu Banco, evitando ruínosa venda forçada. Nesse palacete, modestamente mobiliado, assim como nas residencias anteriores, nunca se alteraram sensivelmente os habitos de uma familia burgueza, que tão rapidamente ascendia ás culminancias da fortuna social.

O contraste com os costumes e tendencias da época, é impressionante. Naquelle tempo, quem era rico e, sobretudo, quem enriquecia, fazia alarde de sua prosperidade, installando-se logo em moradia faustosa. O Palacio do Cattete, o Palacio Itamaraty, o Collegio Militar, o Palacio Guanabara, foram sumptuosas residencias de particulares, que, só por motivo da qualidade do novo proprietario, resistem ainda á valorisação parcellada dos terrenos e ao aproveitamento industrial para habitações collectivas, em que desapareceram o Palacio Bahia, o Palacio Abrantes, e muitos e solidos sobrados de cantaria na rua do Lavradio, na dos Invalidos, nos bairros de S. Christovam e Mata Cavallos, etc. Mauá installou-se sempre tão modestamente quanto exigia o conforto de uma familia abastada. Ou não lhe chegou nunca a vaidade de edificar palacio, ou não lhe sobrou tempo, que era escasso para as obras de interesse publico que tinha sobre os hombros.

Não poderia deixar de impressionar-me essa excepção. Aquella tradição que chegava aos ouvidos, um homem que fôra muito rico e emprehendera obras grandiosas, contrastava profundamente com taes traços na modestia do viver. Subia a admiração com o considerar que ninguem crescera mais rapidamente e ninguem o excedêra jámais no desprendimento dos *chamados bens da fortuna*, como elle desdenhosamente se referiu varias vezes ao dinheiro que não era empregado em produzir utilidades aos outros.

Pouco restava de sua veneranda memoria nas reminiscencias da geração de 1903, quatorze annos apenas depois de sua morte.

O que o salvava do esquecimento era o fragor de sua quédia; falava-se ainda nella. Iam-se dispersando, entretanto, sem deixar vestígios, os documentos psychologicos dessa grande vida na partilha carinhosa de sua valiosa correspondencia, que estavam fazendo filhos e netos, aos quaes feria o espinho cruel da injustiça da sorte e da ingratição nacional, tragando resignados e silenciosos uma dôr que não reagia; os proprios livros commerciaes, os seus e os de emprezas que creou, já não se sabia por onde andavam. No Banco do Brasil, que foi o depositario de sua fallencia e liquidatario de uma empreza importantissima, tinha sido reclamado pelo desenvolvimento dos serviços o espaço occupado por seus papeis, e o fogo, officialmente auctorizado, queimou solemnemente esses riquissimos archivos de nosso progresso material.

As approximações que andei procurando com pessoas de sua familia, as affinidades que a admiração commum me foi angariando, avolumaram dia a dia o thesouro de documentos que ia conseguindo salvar e guiaram-me nas pesquisas em archivos publicos e na escavação de correspondencias particulares onde pudesse haver documentos da época.

Cada passo dado, se confirmava e inflamava a veneração, deixava, entretanto, a perplexidade de uma desconfiança na justiça do meu enthusiasmo.

Como poderia estar tão ingratamente esquecido aquelle homem extraordinario?

“La pente du chemin de l’oubli est la plus rapide”, diz uma alma candida, (P. Hazard) condoendo-se do eclipse do nome de Lamartine na memoria da França. Mas, o esquecimento de Mauá era de causar maior pasmo, quando, em todos os angulos deste paiz, havia em obras de gozo publico, o attestado, palpitante de sua passagem, em cada patrimonio municipal ou estadual a conta do debito de uma estatua merecida — “uma em cada Estado do Brasil” como escreveu Aluizio Azevedo.

Nessa risonha cidade imperial de Petropolis, — a cujas encostas chegou pela primeira vez o silvo da locomotiva *Baroneza*, nome que significa Baroneza de Mauá — havia apenas

uma pequena praça a que ainda não tiraram o nome de Visconde de Mauá e um busto em gesso que desce periodicamente de sua discreta instalação a um canto da bilheteria da Estação, para ser bronzeado nas oficinas da Leopoldina Railway. Na capital da Republica, uma unica consagração digna de reparo, a exigua estatua modelada pelo Bernardelli esculptor para a Praça Mauá, no marco inicial da Avenida Rio Branco, caridosa iniciativa de dois *realisadores* Lauro Müller e Frontin; uma rua em Santa Thereza, de cuja existencia mal se tem noticia fóra do bairro; uma Escola Profissional inaugurada pelo Prefeito Azevedo Sodré; um busto sem vida na Companhia Docas de Santos, outro no Club de Engenharia.

No Amazonas, que elle abriu ao mundo num rasgo de audacia, ha um igarapé ainda vagamente conhecido pelo nome de Mauá, em memoria, ou de uma colonia de 600 açorianos, por elle fundada em 1855 na povoação de Barra do Rio Negro (Mianãos), ou do primeiro vapor que graças a elle ahi appareceu em 1853. Em S. Paulo, que lhe deve a S. Paulo Railway, para não falar em obras que diante desta ficam pequenas, existe na Capital a placa de uma rua das mais pobres e em Santos a de uma praça que começa a ser bem edificada pela carestia dos terrenos em volta.

No Rio Grande do Sul, seu berço, subsistem amontoadas as pedras de uma casa em ruinas, a do seu nascimento, com as quaes almas piedosas vão construir no logar uma columna votiva e nas proximidades de Porto Alegre, sobre o rio Jacuhy, uma armação de páos roliços que sustentava até pouco tempo um letreiro — Porto Mauá — indicativo da atracção para lanchas de maior calado, um distico que o povo, descontente com a conservação e com a dragagem, lia zombeteiramente — porto mau-ha. Em Porto Alegre, em Pelotas, S. Leopoldo, e Guaporé, pequenas ruas com seu nome — e no Palacio da Presidencia, um medalhão de bronze com sua effigie, homenagem do Presidente Borges de Medeiros.

A minha admiração foi crescendo com a leitura de bellas mas resumidas paginas que escreveram o Conselheiro Souza

Ferreira, antigo redactor-chefe do *Jornal do Commercio* para commemorar o quinquagesimo anniversario da Empresa de Luz Stearica e as do discurso que fez no Instituto Polytechnico o Engenheiro V. A. de Paula Pessoa.

A leitura posterior da — “*Exposição aos credores de Mauá & Cia.*” elevou ao auge minha admiração e fez explodir o remorso de brasileiro. Esse folheto de que, por felicidade, me veio ás mãos um exemplar, um dos poucos existentes, é um livro que devia andar por todas as escolas onde houvesse um homem a crear, um compatriota a educar.

Na imprensa diaria e nos livros, a espaços, uma ou outra palavra de saudade; nada mais. A “*Revista Contemporanea*”, excellente publicação de Rodrigo Octavio, prestou-lhe uma homenagem em 1904. Os que escreveram sobre a Historia do Brasil, pouco nelle tocaram. Afranio Peixoto, em um livro didatico, “*Minha terra e minha gente*”, consagra-lhe algumas linhas; Euclides da Cunha, allude a elle duas vezes, com fulgurações de relampago; Tobias Monteiro vota-lhe duas paginas, muito bem feitas, de “*Funcionarios e Doutores*”; Tristão de Athayde, em traços rapidos mas incisivos, assignala seu grande papel na obra da unidade nacional. Pouco ha além deste pouco.

Mais alguns annos e o nome de Mauá poderia cair totalmente em olvido.

Entretanto, não era possivel viajar do extremo norte ao extremo sul do paiz sem encontrar, em cada volta, uma obra do seu genio constructor: — o Amazonas, elle o creára rompendo o deserto das aguas, rasgando mares de florestas á civilisação, com uma linha de navegação de 3.200 milhas que assombrou, em 1865, o sabio Agassiz e sua mulher, pela ordem, pela disciplina, pelo asseio dos vapores, fazendo-lhes lembrar o conforto do seu Museu de Cambridge; o Rio Grande do Sul, gloriosa terra de seu nascimento, elle o franqueára tambem á navegação transatlantica, inaugurando o commercio directo com a Europa, varando-lhe a barra, cortando-lhe as areias em 1847 com os seus fortes rebocadores; no centro do paiz, as primei-

ras linhas de caminho de ferro, as primeiras cinco estradas de trilhos, para o lado do norte, as duas que das capitães de Pernambuco e da Bahia buscaram o S. Francisco, para o lado do sul as tres que transpuzeram a Serra do Mar, umas, como a de Petropolis e a de Santos a Jundiahy, obras exclusivamente suas, a outra, obra tão sua como dos que por ella mais fizeram — a E. F. D. Pedro II. Por toda a parte, os melhoramentos materiaes, o progresso, o gaz do Rio de Janeiro e de outras cidades, o Canal do Mangue, os cortumes modernos, as fabricas de tecidos, a fundição e a construcção naval em Nictheroy, os engenhos aperfeiçoados de assucar "*as industrias que podiam medrar sem grandes auxilios*" os transportes urbanos e maritimos, a colonisação estrangeira, a nossa civilisação industrial, emfim.

Só não existia, dos emprehendimentos, aquella vasta rêde de bancos que o povo conhecia por Casa Mauá; mas, o pouco que havia de educação bancaria era ainda a memoria desse banco e das suas agencias, primeiro ensaio intelligente do credito, ensaio gigantesco para o tempo, alongado por terras alheias em ramificações onde, pela primeira vez, chegava o nome brasileiro e já tão alto e tão acreditado como depois nenhum outro lá appareceu, casas bancarias em Montevidéo e em Buenos Aires, filiaes em Manchester, (Carruthers, de Castro & Cia.) em New-York (Carruthers Dixon & Cia.) em nove cidades do Brasil, desde S. Paulo, Campinas e Santos, mal sahidas ainda da cathogoria de villas, para o norte, até Belém e para o sul, até Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, um inventario que hoje seria enorme e que para aquelles dias é simplesmente prodigioso.

Nada mais existia tambem das pegadas gloriosas do homem publico, do parlamentar, do legislador, co-auctor do Regulamento 737 ao Codigo Commercial, e de outras leis sabias.

Nada do estadista, que, na phrase de Tobias Monteiro — traçou as grandes linhas do progresso do Brasil. — Nada do diplomata que, em 1850, fez, a mando do Visconde do Uruguay, a politica da intervenção no Uruguay e ahi ficára ins-

tallado, por conta propria, com uma actuação financeira em dois paizes, a que Octaviano dá os fóros de "...uma nobre preponderancia no Rio da Prata"... — e a que allude o actual Presidente do Banco do Uruguay e ex-Presidente da Republica, Dr. Claudio Williman, quando diz — "o Banco Mauá foi a mais poderosa agencia diplomatica do Imperio".

Um ou outro coração generoso se vinha insurgindo contra essa ingratição; nomeadamente o Engenheiro Francisco Picanço.

Do Club de Engenharia, em 1898, partiu um brado angustiado requerendo ao Governo contra o nome em que andava chrismada desde 1863, de Principe do Grão-Pará, a antiga Estrada de Ferro de Mauá, apagados dia a dia, os traços do nome do creador.

Apezar do prestigio da illustre Associação e de seu Presidente Frontin, as transformações operavam-se no sentido de maior afastamento — Companhia Estrada de Ferro do Norte, Companhia Leopoldina, Companhia Geral de Estradas de Ferro e afinal Leopoldina Railway.

Uma feliz inspiração levou-me até á presença do Sr. Presidente Arthur Bernardes em 1923, para pedir que á nova estação projectada para a Praia Formosa, como ponto inicial das linhas que derivam da primitiva Mauá, e que, pelos planos approvados, será a mais vasta e mais bella estação de caminho de ferro no Brasil, se ligasse o nome de Mauá. A promessa immediata, o franco apoio e a animação que recebi do illustre Presidente e de seu digno Ministro Francisco Sá, constituiram-me em maior dever de justificar perante a nova geração quanto era merecida a homenagem do actual Governo ao grande brasileiro.

Datam dahi os meus primeiros esforços seguidos para reunir e publicar discursos, cartas, pareceres, relatorios, depoimentos, informações, revistas, jornaes que tornassem facil a outrem escrever-lhe a biographia. Minha idéa primitiva era fazer, apenas, um indice impresso de documentos para que outros os consultassem com facilidade e utilisassem com pro-

veito da grande memoria; mas, o assumpto empolgou-me e incutiu-me a coragem, que faltava, para estas notas desprezenciosas; eis a razão deste volume. Alguem será tentado a escrever sobre ellas um livro, uma obra. Em torno da figura de Nabuco de Araujo, Joaquim Nabuco fez a illustração de um periodo glorioso e escreveu uma obra litteraria digna de figurar nas estantes das mais ricas litteraturas. Alguem escreverá, outra obra em torno da personalidade de Mauá; eu apenas podia fazer e fiz um guia consciencioso. Se fui um pouco além, se aventurei commentarios e observações, se abro polemica, é pelo interesse de agitar.

Posso regosijar-me pelo que está obtido. Julgo-me mais feliz pelo que espero que outros virão fazer depois de mim.

São auspiciosas as promessas.

Recentemente, em uma conferencia que realisei na Liga da Defeza Nacional, tive a fortuna de vêr vivamente interessados os mais esclarecidos orgãos da imprensa — *Jornal do Commercio, Jornal, Paiz, Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Gazeta de Noticias, Noticia, Patria, Globo, Rio Jornal, Estado de S. Paulo* e outros. Quatro dos mais brilhantes escriptores contemporaneos aproveitaram a opportunidade para se inscreverem nominalmente entre os fervorosos adeptos da causa, entre os mais ardorosos admiradores do grande brasileiro — Azevedo Amaral (*O Jornal*, 24-10-1925). Virgilio Sá Pereira, (*Gazeta de Noticias*, 26-10-925). Laudelino Freire, (*Jornal do Brasil*, 27-10-925), e Vicente Licinio Cardoso, (*Estado de S. Paulo*, 2-12-1925). Varios periodicos, *Revista da Semana, Revista de Viação e Obras Publicas, Revista do Ensino Profissional, A Idéa illustrada, O Norte, A. B. C., Revista Floreal*, etc., deram-me o auxilio valioso da transcripção integral da minha conferencia e de capitulos deste livro.

Como um écho da recompensa pelo esforço que todos haviamos empregado, era divulgada largamente a carta que tive a honra de lêr ao meu selecto auditorio, em que o Senhor Presidente da Republica, por intermedio de seu Ministro da Via-

ção, vinha testemunhar o seu applauso e associar brilhante e generosamente o concurso official á obra reparadora. (1).

E' esta a carta, calorosamente applaudida:

Rio, 20 de Outubro de 1925.

Meu caro Embaixador e amigo:

Tenho o prazer de communicar-lhe, que, de accordo com a suggestão de sua carta de 1 deste mez, que já fôra acceita pelo Sr. Presidente da Republica, expedi as necessarias ordens e autorizações para que á nova estação inicial da E. F. Leopoldina seja dado o nome de Barão de Mauá.

Sinto-me feliz de poder assim collaborar, modestamente, na obra de restauração historica a que V. Ex. vai consagrar um livro digno da elevada cultura do autor, do grande nome que immortalizará e do sentimento de justiça e de patriotismo que o inspira.

Queira aceitar cumprimentos affectuosos de

FRANCISCO SÁ.

Dahi por diante tem-se caminhado bastante. O Club de Engenharia, por proposta de seu illustrado Vice-Presidente Dr. Getulio das Neves, offereceu seu valioso concurso. A Associação Commercial do Rio de Janeiro em sessão solemne resolve, sob proposta do Sr. J. Souza, tomar a iniciativa de manifestações especiaes ao seu antigo Presidente. A Associação dos Empregados do Commercio manifestou-se tambem. Muito re-

(1) No dia 6 d'este mez de Novembro de 1926, foi inaugurada a monumental estação, com um bellissimo discurso do Dr. Francisco Sá por parte do Governo.

centemente, o Dr. Lindolpho Collor falou pelo Rio Grande do Sul, orgulhoso de vêr "resurgir em todo o seu esplendor a figura de Mauá". Em Petropolis, o Prefeito Dr. Crissiuma e o chefe politico Senador Joaquim Moreira, presidiram á cerimonia da inauguração da Ponte Mauá, onde fez um bello discurso um bisneto do Marquez do Paraná, Dr. Leão Teixeira, director de obras. Na imprensa já é frequente vêr o nome de Mauá quando se fala do segundo reinado.

Este livro ficou sendo assim um compromisso de honra a que me obrigaram mais, tantas e tão sympathicas adhesões.

Não foi facil a tarefa de compôl-o, pela difficuldade de reunir documentos que se espalhavam, dispersos, e que em muitos pontos não bastam ainda á recomposição da vida do notavel cidadão.

Da boa vontade e do patriotismo daquelles a que recorri, logrei, entretanto obter muita coisa; espero que, com a publicidade, outras informações e outros documentos appareçam; eu os sollicito encarecidamente de amigos e de contrarios. O historiador futuro de Mauá tirará d'elles proveito. Aqui e ali, espalhados neste livro, deixo a indicação das origens onde fui buscar os que pude consultar. E' pelo menos um guia seguro.

Foi com esse material e com a leitura de tudo quanto soube que se publicou na época, em folhetos, livros e jornaes amigos e inimigos, circulares, pamphletos, existentes na Bibliotheca Nacional, no Instituto Historico e Geographico Brasileiro e no Archivo Publico Nacional, que tentei reconstituir a vida de Mauá.

Se não consegui ser inteiramente exacto, não foi por falta de estudo, nem de sinceridade. Procurei defender-me do mal dos biographos, a *lues boswilliana*, a doença de Boswell, a chamada *doença da admiração*, contra a qual Macaulay previne os historiadores.

Essa preocupação explicará o abuso, que não seria talvez bem comprehendido, de citações e de conceitos já externados como applausos á minha propaganda.

Defendo-me de possível mordacidade, explicando claramente o motivo — a vida de Mauá, tal como a conto, tal como a contaram anteriormente outros, com menos copia de detalhes e de documentos, desperta a malícia; o scepticismo e o industrialismo da época não abrem credito facil a tanto idealismo. E' por isso que o effeito de meus primeiros esforços na geração litteraria actual, em homens como Azevedo Amaral, Sá Pereira, Laudelino Freire, Helio Lobo, Lindolpho Collor, Tristão de Athayde, V. Licinio Cardoso, Paulo Prado e outros e outros, é ostentado com acanhamento, mas sem vacillação. Quero ganhar, com o prestigio das conquistas feitas, a attenção dos incredulos.

O processo talvez mereça critica; mas, não quadram na vida de Mauá os processos ordinarios, porque em tudo elle foi extraordinario. Hão de aprender os homens sinceros, como são esses, que não é vergonha confessar uma ignorancia da qual foi a modestia ingenita de Mauá o maior culpado. Se a desgraça commercial não o tivesse forçado a explicar-se perante os creadores, do crime de ter amado tanto a patria e de lhe ter sacrificado sua honrada fortuna, assim como pequena parcella do dinheiro alheio, eu mesmo, o mais apaixonado pesquisador de sua benemerencia, estaria ignorando muita coisa cuja indicação vagamente colhi nessa peça notavel. Helio Lobo, um competente, um erudito em coisas de nossa diplomacia, confessa que desconhecia muito da parte que Mauá teve na politica brasileira do Rio da Prata e que anseia pelo momento em que lhe seja possível resgatar o injusto esquecimento, exaltando com a auctoridade do seu nome o trabalho colossal do auxilio d'elle á acção official de Uruguay, de Rio Branco, de Octaviano, de Saraiva, de Cotegipe, da nossa boa diplomacia.

Não é pois a vaidade que me move; é a consciencia de que preciso de protectores para o meu culto que não se esconde, que tem ufania de mostrar-se. Deste escudo precisa um estreante para se fazer lido; o biographado, não; já tinha a apothose na sua obra e no juizo de seus contemporaneos.

Veremos, de facto, que não houve grande homem do segundo reinado que lhe não prestasse as homenagens do seu respeito. Dos que accidentalmente estiveram em conflictos pessoas com elle, só Zacharias não teve occasião de reparar a injustiça.

Os outros não se furtaram a este dever de patriotismo. Considerou-se, em 1878, uma necessidade publica e um preito merecido, reformar-se uma lei para permittir a Mauá outra fórma de liquidação do activo, fórma especial que era a homologação da manifestação de confiança dos credores, a maior que um fallido poderia receber. Estes queriam que se saltasse por cima da lei e nesse sentido representaram ao Juiz mais de quatro quintos do credito, — "...uma fallencia tão volumosa não poderia ter sido prevista pela lei de 1850, um fallido como Mauá não era um fallido como os do Codigo"... allegavam. Advogou-se, então, uma excepção; o que se chamaria, com menos proposito, uma lei de **emergencia**.

Quem redigiu o projecto foi Nabuco de Araujo, inimigo já reconciliado; e os ministros da fazenda que por parte do Governo protegeram a medida favoravel ao devedor do Thezouro, foram Gaspar da Silveira Martins, seu inimigo da vespéra, e Affonso Celso (Ouro Preto), que não tivera com elle attrito pessoal, mas que não lhe devia ter sympathia porque fez parte do Gabinete Zacharias, que soffrera seus ataques violentos em 1866 e 1867.

Essa lei que se iria votar em honra de Mauá e em beneficio do commercio, não chegou, porém, a tempo. Uma dissolução da Camara retardou-lhe a marcha; quando foi approvada, já não lhe trazia proveito. Mauá tinha requerido a sua fallencia. (V. capitulo XXIX); estavam por pagar 27.000:000\$; estavam pagos, nos tres annos de moratoria, 51.000:000\$. Para sua memoria, para a gloria de seu nome, foi melhor assim. A lei de excepção teria permittido, com certeza, que os credores fôsem pagos integralmente e que sobrassem alguns mil contos para a familia. Mas, um codigo de honradez estaria perdido—os autos de sua fallencia. Os credores receberam afinal 90 % em

uma liquidação a martello; elle apenas pôde trabalhar uns annos, como agente de cambio, para sustentar a familia e improficuamente lutar, sem força moral, para haver indemnisações indisputaveis, que destinava aos credores; mas para a historia do commercio do Brasil ficou um grande nome *honradissimo e infelicissimo*, como disse Octaviano.

De uma testemunha daquelles dias terriveis da crise da praça em 1875, tenho a narração de uma scena que accrescenta uma pagina de belleza ao encanto de toda essa tragedia da queda de Mauá.

O narrador é o Dr. Didimo Agapito da Veiga, Presidente aposentado do Tribunal de Contas, notavel juriconsulto, no pleno vigor de uma intelligencia brilhante e de uma memoria solida. A scena desenrolou-se em casa do Conselheiro Costa Pereira, seu cunhado e Ministro da Agricultura Commercio e Obras Publicas do Ministerio Rio Branco. Agonisava de velhice o Ministerio; iria succumbir dahi a quatro semanas. O escandalo do dia era a suspensão de pagamentos do Banco Mauá, do Banco Allemão e do Banco Nacional; e o Thesouro possuia cambiaes de Mauá protestadas. Tremendos os ataques no Parlamento e na imprensa.

Alguem quiz cortejar o Visconde do Rio Branco:

— “O Mauá andou mal. Devendo tantos favores a V. Ex. bem deveria ter afastado esta tempestade; podia ter atirado o prejuizo sobre outros. Não devia prejudicar o Thesouro em 10.000.000\$, expondo V. Ex. aos insultos d'esses miseraveis”.

Rio Branco, calmo e sereno, atalhou: — “Ha um engano nas cifras; não são 10 mil, são uns 7 mil approximadamente. Diz o Mauá que o Thesouro receberá integralmente e a palavra delle deve ser acreditada, mesmo depois de fallido. Em todo caso, se o prejuizo fôr total, não representará a decima parte do que a nação lhe deve”.

Esta scena intima teve dias depois uma repetição publica no Senado.

Zacharias, com a sua habitual crueldade, tomava contas a Rio Branco, face a face.

— "...Mas, quando um banco se estende por toda a parte do antigo e do novo mundo e se mais mundo houvera lá chegára, quando tem uma casa aqui, outra em Belém do Pará, outra em Londres, outra em Montevidéo, tres em S. Paulo e tres em Rio Grande do Sul... o Ministro que se preza não o constitue passador de cambiaes para a Europa... A amizade sempre do nobre presidente do conselho... a fé do carvoeiro... a ingenuidade da pomba que vôa, quebra o peito na parede e cáe"...

Soberano, Rio Branco reaffirma a sua confiança em Mauá — estava persuadido que o Thesouro não teria prejuizo, que o Banco Mauá pagaria integralmente — "...espero em Deus que não haja prejuizo de um real"...

Zacharias explode:

— "...Pensa que o nobre Presidente do Conselho espera este resultado do Grande Architecto do Universo, de Deus não... Não crê que a Providencia faça taes milagres; só o Grande Architecto o fará. Ainda não viu fallido de certa ordem que não dissesse que pôde pagar integralmente; ainda não viu, porém, nenhum que pagasse... O orador queria vêr no poder o nobre Marquez de S. Vicente, outro amigo do Sr. Visconde de Mauá, assumindo a responsabilidade de tal posição".

S. Vicente não se fez rogado:

"Começarei por manifestar que sou amigo do Sr. Visconde de Mauá, brasileiro muito illustrado, muito honrado e a quem o paiz deve não pequenos serviços (apoiados). Um infortunio não prejudica suas qualidades, nem o seu character. Serei suspeito? Ainda assim direi o que sinceramente penso".

E diz-se solidario com Rio Branco e com Mauá. (Annaes do Senado, 26-5-1875).

A explosão de Zacharias dá idéa de como elle se sentiu mal no seu papel de accusador:

— "...De maneira que ao homem que fez o Imperio perder cerca de 8.000:000\$ ainda se deve ficar obrigado, mandar-lhe levantar um mausuléo, porque tentou a empresa Mauá e quebrou;

porque tem dirigido e feito quebrar outras empresas, porque tem dez bancos quando mal podia ter um... Nos negocios do outro mundo é a fé que salva, mas nos negocios deste mundo principalmente em cambiaes, a falta de confiança, o desconfiar sempre, é o principio de toda a segurança”.

Não admira que a serenidade de Rio Branco o irritasse e lhe tirasse a linha:

“E, no entanto, quando um protegido seu, seu amigo intimo, fez o Thesouro ter um prejuizo de 7.000:000\$ o nobre Presidente do Conselho e Ministro da Fazenda, *fresco como alface*, faz esta declaração á Camara, procurando defender-se; e lançando depois seu manto sobre o criminoso, diz: E’ um benemerito da patria”. — (14-5-1875).

Rio Branco repetiu: — “E’ um benemerito; sua fallencia é um infortunio nacional”.

Na admiração por Mauá encontravam-se os companheiros de idéas e de glorias como Rio Branco, S. Vicente, e Octaviano e os seus adversarios de escola politica e financeira como Itaborahy, o carinhoso professor de André Rebouças.

Hão de encontrar-se todos os brasileiros no dia em que seus escriptos forem dados a lume, para illustrarem as suas grandes obras.



A casa tal como era construída por Mauá, em Petropolis, para residencia de verão.

CAPITULO II

D. Pedro II, Caxias, Mauá

Une seule dictature lui fut chère (à Dom Pedro II) et celle-ci il l'exerça sans hésitation: la dictature de la moralité.

(OLIVEIRA LIMA).

Caxias.. o mais prudente dos heróes... cuja espada seria a escóira de um reinado.

(EUCLYDES DA CUNHA).

O Visconde de Mauá, desde a Maioridade até á Republica, acompanhando a realza imperial com a sua realza economica, na ascenção e na decadencia, presentiu e tentou resolver todos ou quasi todos os grandes problemas economicos brasileiros, os problemas essenciaes do periodo moderno de nossa historia, desde os interesses do Rio Grande que representou na Camara, até a navegação do Amazonas. Foi um quadro assombroso de unificação nacional na cabeça de um só homem, o Caxias de nossa unidade economica.

(TRISTÃO DE ATHAYDE).

QUANDO a Natureza tem uma grande obra a realizar, faz nascerem os instrumentos. O pensamento, com o seu aspecto metáphysico, tem o interesse particular de ser uma these lançada por Lamartine, em 1856, a proposito da pobreza de superioridades no scenario do mundo, com uma excepção curiosa para o Brasil.

Passando o olhar pela Europa, elle via povos, mas, não via os homens excepçionaes no cimo das instituições ou das literaturas. A Natureza estava esgotada pela prodigiosa fecundidade do espirito humano na primeira metade do seculo; finda a phase da vegetação intellectual, ella precisou repousar. Uma excepção "*pour les nations où, comme en Espagne, en Italie, au Portugal, au Brésil, en Amérique, les secousses des revolutions et les enfantements de l'indépendance ou de la liberté, ont redonné aux forces intellectuelles endormies une vitalité qui commence par l'heroïsme et qui finit par la poésie. Ce sont des pays qui naissent ou qui renaissent. La nature sollicitée par le patriotisme y concentre sa vigucur por faire d'abord des citoyens, puis des hommes d'État, puis des orateurs, puis des poètes*".

Para uma excepção tão honrosa, nomeando apenas o Brasil, numa America que nascia toda ella nas mesmas convulsões de independencia e á qual se applicaria genericamente a propheta, não é impossivel, antes provavel, que os nomes de D. Pedro II e de Mauá estivessem na imaginação de Lamartine. D. Pedro II, o intimo de todos os altos espiritos, era admirador e admirado de Lamartine. Mauá devia tambem estar-lhe na mente; esse nome era já então conhecido além das fronteiras de sua patria, porque, nesta, era o pregoeiro da politica dos caminhos de ferro com grandes victorias já conquistadas. E' de crêr, por indicios seguros, que nas muitas viagens de Mauá á Europa, a mais estreita afinidade se tenha estabelecido entre esses dois grandes espiritos, que contam, como seus maiores titulos de gloria, o de terem sido, a poucos annos de distancia, os arautos do caminho de ferro em suas patrias. E' impossivel que o auctor do discurso de 9 de Maio de 1838 no parlamento francez ,dessa obra prima da qual seu illustre biographo Barthou faz largo pedestal do monumento ao renome do estadista que teve a visão nitida de todos os grandes problemas da França: — ("*Se créer par les routes de fer une viabilité politique, commerciale, militaire, industrielle, dont nul ne peut calculer la portée... C'est la conquête du monde, des distances, des espa-*

ces, du temps; celà multiplie à l'infini les forces et l'industrie humaines par tous les obstacles que celà abrège")... — não tivesse noticia do brasileiro ousado que, em outro hemispherio, era o porta-voz de sua palavra inflammada.

Seria possivel que não se tivessem conhecido pessoalmente e não se admirassem o auctor desse discurso contra Thiers e contra Arago — *contre l'incrédulité routinière* — e aquella que na phrase de Octaviano — venceu os preconceitos dos mais notaveis estadistas do Imperio"... e que chamava a attenção de D. Pedro II para *a menina dos meus olhos*, a Estrada Mauá, apenas *o primeiro passo* na realização de um futuro grandioso?

Não errou a prophesia de Lamartine em relação ao Brasil.

Havia uma obra a realizar, a criação de uma grande nação, a reunião politica do vasto dominio portuguez desmembrado em capitánias que pouco se ligavam pelo interesse e pelos costumes, separadas por distancias collossaes, por climas diversos, e ameaçadas pelo risco de desintegração, como o vice-reinado hespanhol.

Um accidente politico, qual a proclamação da Independencia por um principe da familia reinante, foi o derivativo para as aspirações de mais ampla liberdade republicana da antiga colonia, forjando a patria grande e unida que tanto risco corria.

Os instrumentos, a Natureza incumbiu-se de creal-os com os homens providenciaes aos quaes coube a tarefa da unidade nacional.

Afastado, logo depois, o principe impulsivo e desregrado que se via suspeito á opinião e que, na ameaça da varias sublevações, percebera a necessidade de abdicar, homens como Costa Carvalho' (Mont'Alegre) como Araujo Lima (Olinda) como Feijó, sob a inspecção patriótica de espiritos como o dos Andradas, permittiram ao Imperio nascente vencer o periodo da Regencia, agitado e tormentoso, através de repetidas manifestações sediciosas com caracter separatista e republicano.

Um menino, que entrava na puberdade, foi o instrumento que a Natureza creou nesse momento historico; ella forçou

suas proprias leis, proclamando a maioria do rapaz de quinze annos; e o problema da unidade solucionou-se, com rara felicidade, em torno desse joven, junto do qual desarmavam-se os odios e brotavam as esperanças.

O cansaço da agitação, das *secousses des revolutions*, já se fazia sentir; felizmente, as apprehensões patrioticas dispunham os animos para a reflexão e para a ordem.

No milagre de produzir grandes homens e grandes cidadãos, foi prodiga a Natureza para com o Brasil, durante o segundo reinado.

Tres delles, porém, tiveram papel proeminente no problema da unidade, na formação da nacionalidade, na obra dessa civilização original que daria ao mundo, durante 48 annos, a surpresa de uma democracia coroada.

Nessa obra, são muitos os artifices illustres; não é pequeno o merito de D. Pedro II de ter disciplinado essa geração com o seu exemplo.

Duas individualidades, porém, destacar-se-iam para formar, com o rei-philosopho, a trindade benemerita que consolidou a Unidade Nacional — Caxias e Mauá.

Cada um dos tres teve a sua função historica. O Imperador e Caxias pelo destino do nascimento; souberam elles honrar e engrandecer os berços em que o privilegio os collocou.

Mauá teve que conquistar o seu logar ao sol. Foi um *self made man* que, enriquecendo no commercio, votou-se depois ao interesse de sua patria.

A extraordinaria benemerencia dos tres é a de terem posto ao serviço da missão que lhes coube, além das qualidades necessarias, virtudes excepcionaes.

*

* *

D. Pedro II

Está por vir o historiador deste grande homem. Em seu livro "*Formation de la nationalité brésilienne*", Oliveira Lima

escreve uma óde, em bôa hora composta na lingua universal. E' nella que se encontra essa vibração da justiça: — "uma unica dictadura lhe foi cara e esta elle a exerceu sem hesitação — a da moralidade". E' um capitulo apenas; e só por isso deixa de ser um livro; os traços são profundos e perfectos, entretanto.

A moral privada deu á D. Pedro II força para crear um ambiente de moral publica que purifica todo o reinado. Em 15 de Novembro de 1889 o Brasil era — "...a mais liberal e a mais esclarecida de todas as nações da America Latina"...

"A figura de D. Pedro II, (não faz favor Oliveira Lima quando o diz) está definitivamente collocada entre as principaes figuras moraes do seculo passado... seu amor da paz sem deshonra e da justiça indefectivel; sua paixão pela sciencia, primeiramente, pelas lettras em seguida, e emfim pelas artes e em summa, por tudo quanto se refere ao espirito; seu desprezo da vulgaridade, sua gravidade sem arrogancia, sua bondade sem affectação, sua honestidade sem limites, tornaram o nome deste monarcha familiar aos que se occupam de historia e de politica, assim como de philosophia e de moral e tambem muito presado dos que se deixam seduzir pelos aspectos superiores da humanidade; elle foi o mais nobre dos homens, o mais perfeito dos soberanos".

Estas qualidades pessoaes, não podiam deixar de valer alto preço para um rei constitucional que, aos quinze annos, assumia o papel de chefe da Familia Brasileira, incipiente, dominada pelo odio nativista e por idéas separatistas, seduzida pelo exemplo da uniformidade politica nas duas Americas e que, no dia da maioridade, via em armas uma provincia com governo republicano installado, que havia de durar ainda mais cinco annos.

Nas nossas relações exteriores, essas elevadas qualidades foram muitas vezes o penhor que nos valeu á desconfiança inspirada pela existencia de um imperio immenso entre nações todas de governos temporarios e mais fracas. Quando seus compatriotas da Republica Oriental suspeitaram do perigo da nossa intervenção, D. Andrés Lamas exclamava, num rasgo de

nobilíssima sinceridade: “Deposito uma fé cega, uma confiança sem limites, na intelligencia e lealdade d’esse Augusto Senhor; essa intelligencia e essa lealdade são a primeira das garantias do Estado Oriental”.

O General Mitre, quando, afinal, caminhou comnosco, firme e resolutu, para a Triplíce Alliança, arriscando-se num terreno inseguro, assentava na honra do Imperador sua maior confiança. São, nesse particular, irretorquíveis os testemunhos de Saraiva, Chefe de Missão: — “O Sr. Elizalde (o ministro de estrangeiros de Mitre) declarou que se achava disposto a não se separar do Governo Brasileiro, no qual confiava por ser um governo sério e presidido por um soberano de grande merecimento”... (Saraiva — *Correspondencia e documentos officiaes*, pag. 33).

Só por má fé se poderá diminuir a significação que, na nossa vida internacional, teve a honradez pessoal de D. Pedro II.

Na vida interna, o tempo e a distancia avultam as proporções da obra que sua virtude construiu: — “Em nenhum paiz da America, mesmo nos Estados Unidos do Norte, sob muitos aspectos, em nenhum foram tão grandes as liberdades nem tão íntenso o sentimento democratico”. (Oliveira Lima).

Para isso, a honestidade individual e politica do Imperador tinha sido *magna pars*. “...O lapis fatidico (diz um dos homens de maior merecimento da Republica, o ex-ministro Calogeras) symbolizava a ficha dos aspirantes, só cuidava do valor intrinseco dos personagens, sem a menor preocupação de opiniões partidarias. Era exercida a critica e observam-se as sanções como decorrentes de um ministerio ethico, o da policia dos costumes dos pretendentes a servirem o paiz. Acolhia os dignos e rejeitava os demais”... Abrindo a ficha de cada um, o Imperador não se cançava de annotal-a e de modifical-a em um inquerito continuado e profundamente sincero e o “...lapis fatidico nunca agiu senão tendo em vista o bem geral”...

Nessa aspiração que por ahi anda agora pelo mundo inteiro em busca de dictadores, como therapeutica heroica para

corrigir os desmandos das correntes liberaes, a dictadura da probidade foi a que D. Pedro II escolheu.

O unico golpe de estado, que poderá com mais ou menos apparencia, pesar sobre a fidelidade á Constituição, que jurou, foi a aposentadoria forçada de juizes prevaricadores. Alguns desembargadores e, de um só decreto, quatro ministros do Supremo Tribunal de Justiça, foram eliminados da carreira por deshonestos.

Fóra desses actos, cuja legalidade foi discutida, mas cuja justiça não foi suspeitada, parece que, em toda a sua vida, D. Pedro II não teve outra preocupação senão respeitar a Constituição que jurou, e executal-a como um chefe espirital com a nobre intuição que legitima estas palavras do Ministro belga E. de Grelle: — “*Sur la terre brésilienne, au milieu de la plus belle et riche nature du monde, fleurit la vraie liberté!*” — e as do jovem e brilhante escriptor Sr. Ronald de Carvalho, que o classifica — “o mais liberal de todos os aristocratas do Universo”.

O Poder Moderador, mola necessaria do mechanismo politico adoptado, elle o exerceu com sabedoria e honestidade. Se alguma coisa ha que lamentar, é que mais firmemente não accumulasse, com elle, o *poder pessoal*, contra o qual deblate-ravam por systema os que estavam de baixo, mas, que um estadista da franqueza e da independencia de character de Sarai-va, occupando por largo tempo os mais altos postos, proclamava na sua ultima Presidencia do Conselho, como um remorso de phrase anterior, nunca ter avistado no seu caminho.

Com estas qualidades pessoases, elle se fez o chefe respeitado e querido da Familia Brasileira, e como tal a governou e educou. O Brasil, atrazado e inculto, não poderia deixar de sentir-se dominado pelo orgulho de ver que seu Imperador recebia as homenagens do mundo inteiro — dos homens de letras como Lamartine, Hugo, Manzoni, Longfellow, dos homens de sciencia como Agassiz, Pasteur (Imperador é homem de sciencia) Darwin (todos os sabios lhe devem respeito), Charcot, Gobineau, das culminancias da politica universal, Pio IX,

Leão XIII, Jules Simon, Gladstone. (Elle é o que eu chamo um grande e bom soberano, que pelo seu procedimento no posto eminente que occupa é um exemplo e uma benção para a sua raça, conforme está na traducção de Magalhães de Azeredo, em seu bello trabalho — *Dom Pedro II*”).

Com esse mesmo orgulho, ouve elle hoje, a critica honesta de um republicano, Sr. V. Licinio Cardoso, que, negando ao velho Imperador as qualidades e valores de um *realizador politico*, exclama: “Conforta saber que o Brasil teria sido capaz de exportar o melhor rei do mundo para o maior imperio de todos os tempos, a Inglaterra”.

Coincidiram estes meritos pessoases, com as qualidades de um conductor de homens, de um estadista?

Se bem que a coincidencia seja logica e esteja demonstrada, ha quem a impugne em relação a D. Pedro II; fazem-lhe carga de ter sido mais um philosopho que um rei; que não cuidou dos nossos problemas praticos, dominado de mais pelo amor dos livros e das abstracções.

Embora de poucos adeptos, a injustiça merece ser rebatida. D. Pedro II, imperante, é objecto das criticas ironicas pelo seu excessivo liberalismo e amor ás letras: assistia a concursos, tomava lições aos meninos, abria escolas, observava a passagem de Venus, falava o sanscrito, mas enfranquecia a auctoridade com as imprudencias do seu liberalismo, não formou amigos do throno, nem exercito, descurou dos progressos materiaes.

Estas criticas, que são as mais correntes, e algumas procedentes de sangue azul, provam exactamente as theses contrarias.

D. Pedro II foi, sobretudo, uma preclara cabeça politica. Compreendeu que a monarchia bragantina não poderia ser uma excepção prolongada na America; preparou o seu povo, o mais liberalmente que pôde, para o uso do governo; era um vidente.

As individualidades que mais fortemente pesaram nos destinos do paiz não foram os aulicos, não foram os lisongeiros;

foram os homens de valor, e ahi não tinha cotação a docilidade. O Marquez de Paraná, a mais decisiva influencia de sua época, era desrespeitoso em suas manifestações de independencia.

Itaborahy, S. Vicente, Zacharias, Caxias, Martinho Campos, Cotegipe, Saraiva, para só falar de Presidentes do Conselho, eram antes asperos, quando governavam ou quando resistiam. Rio Branco, voltando desgostoso de sua ultima missão ao Prata, não foi ao Paço apresentar-se, o que não impediu cinco annos depois de organizar o mais longo e mais forte ministerio da Monarchia. Entre os que ascenderam até os conselhos da Corôa, estiveram Salles Torres Tomem, Silveira Martins, Ferreira Vianna, auctores de libellos famosos.

Elles sabiam que conseguiriam o poder por força da opinião. O Imperador revesava os partidos por um criterio que não se poderá dizer, sem hypocrisia, que foi sempre a manifestação de um voto prévio popular, mas pelo da sinceridade com que procurava estudar as correntes subterraneas, respeitá-las, acompanhá-las e dirigil-as. A's vezes parecia estar impondo sua vontade aos governos; mas, o que havia no fundo era o exercicio moralizador da magistratura suprema, julgando dos interesses nacionaes com uma grande imparcialidade, como faz observar o historiador João Ribeiro. Ministros seus foram derrotados nas urnas, recusada a confirmação eleitoral que se devia seguir immediatamente á escolha. Padua Fleury, Homem de Mello, Pedro Luiz, Machado Portella, deixaram as pastas porque o suffragio eleitoral não lhes confirmou os poderes de deputados. Ruy Barbosa, cujos lampejos de intelligencia já assombravam, não pôde ser Ministro do Gabinete Dantas porque *se receiava* que os 500 ou 600 eleitores de um districto bahiano não ractificassem a investidura imperial. (Ruy "*Quêda do Imperio*", Introducção).

E' que na educação liberal que dava ao seu povo, o Imperador teve a preocupação permanente de dignificar os eleitores e os eleitos.

Dos excessos do seu liberalismo ninguem sentiu mais duros golpes do que elle — Cesar caricato — principe conspirador

— trinta annos de perfidias e traições — a barra por onde sahio vosso augusto pae continua aberta — etc., foram tiradas causticas que não vedaram aos auctores as portas do Paço.

Foi á sombra dessa liberdade que se formaram robustos os dois órgãos consultivos do *lapis fatidico* — o parlamento e a imprensa.

Os politicos educavam-se no ostracismo, aprendendo a tomar de frente as posições; raramente se viu que os conspiradores palacianos, os adhesistas, os transfugas, recolhessem os despojos da batalha; ficou arraigada a convicção de que o melhor meio de conquistar o poder eram a bravura e a dignidade no ataque, que a fidelidade aos principios consolidava os postos ganhos.

A imprensa politica, a arma dos que estavam de baixo, era exercida com a mais ampla liberdade, quasi sempre por penas de responsabilidade e em tom mais ou menos nobre, mesmo quando violento. Não havia jornaes do Governo; quando um partido alcançava o poder, as suas gazetas definhavam diante da diminuição de renda do balcão; o povo era o mesmo de hoje, não gostava da monotonia lyrica dos encomios e os cofres publicos não pagavam deficits de popularidade. O Imperador declarava aos seus ministros que o Governo tinha armas bastantes, não precisava de ter mais essa, pesando nos contribuintes. O material typographico que servia para ganhar o mando, passava muitas vezes, ás mãos dos adversarios. A *Nação* que foi o baluarte do Ministerio Rio Branco e onde escreviam os mais bellos talentos do partido conservador, inclusive o futuro Barão do Rio Branco, soffreu duas crises de atrazo na folha de pessoal e morreu de inanição logo depois, nos primeiros mezes do ministerio Caxias a que tambem apoiava. Para pagar as folhas dos operarios, que em tres mezes de salario attingiam 12:000\$000, foi preciso abrir uma subscrição no partido. Os amigos do Governo defendiam-se pelas columnas pagas do *Jornal do Commercio* com varios pseudonymos, que não raro, esconderam sob nomes inglezes (os *inglezes* do Jornal) Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco, Rodolpho Dantas, Sancho Pimen-

tel, Gusmão Lobo. E o povo os lia attento, como quem lia razões de defeza que valem pela força da argumentação; e parece que se instruiu mais do que se instrue hoje no bate-bocca de desaforos entre os jornaes do Governo que tem o louvor por principio e os jornaes da opposição que destemperam em berreiros por amor da circulação.

D. Pedro II foi um vibrante animador da imprensa livre, até o extremo de concorrer para o desregramento. Durante toda a guerra do Paraguay publicou-se no Rio de Janeiro, em francez, um jornal illustrado — *Ba-ta-clan* — (“*journal satirique, chinoiserie franco-brésilienne*”) em que se discutiam e se punham em caricatura do modo menos sympathico ao Brasil, coisas da guerra; e os chefes militares, particularmente Caxias, eram feridos por ironias e pilherias. (Collecção completa de 4 annos na Bibliotheca Thereza Christina, Bibliotheca Nacional).

O Presidente do Conselho João Alfredo teve uma vez de responder asperamente: — “não leio pasquins, Senhor,—quando lhe era citado um artigo do *Novidades*, atacando grosseiramente o Governo.

Com esta escola radical de liberdade, de que elle e sua familia eram as victimas principaes, não se podia coadunar o exercicio da auctoridade imposta pela força; para conquistar a confiança do seu povo valera-lhe o liberalismo honradamente praticado. Foi por isso que não formou exercito para guarda da Monarchia; defendeu-a com a pureza do seu governo. Aquelles que lhe censuraram a imprudencia (e entre elles as outras testas coroadas) deveriam vêr depois que a arma tem dois gumes; no Brasil, os governos vivem constantemente preoccupados com os quartéis e as nossas melhores unidades navaes estrearam atirando contra o povo em cidades inermes.

No reduzido poder militar que creou, o Imperador soube, entretanto, manter, quanto possivel, a disciplina. Ao rebentar a guerra do Paraguay não tinhamos exercito nem marinha, improvisamol-os; fizemos generaes capazes e bons soldados e tivemos dinheiro e credito para comprar munições. O Impera-

dor era um politico á moda norte-americana — a grande nação já era a mais rica e prospera do mundo e, não obstante, tinha exercito e marinha insignificantes. Isso não impediu que na Grande Guerra fôsse a força decisiva. Nesse ponto parece que D. Pedro II teve ainda um senso politico pouco commum.

Sobre o ultimo aspecto da critica, tambem é flagrante a injustiça. Tivemos os caminhos de ferro 24 annos depois da primeira linha ingleza, 18 annos depois dos Estados Unidos, 18 annos depois da França, 14 annos depois da Allemanha, 10, 12, 15 annos antes de Portugal, da Argentina, do Japão. Na America do Sul pôde dizer-se que fômos os primeiros, pois que os ensaios do Chile e do Perú, alguns mezes antes, não contam na historia da viação geral. Tivemos o navio a vapor quasi concomitantemente com as colonias para onde a Inglaterra precisou estender primeiro sua frota. O cabo-submarino foi assentado pelo unico navio existente com capacidade para fazel-o e apenas esperamos que elle acabasse o serviço para que fôra construido; o *Great Eastern*, logo que estendeu o cabo entre a Europa e a America do Norte, virou a prôa para o cabo de São Thomé.

As industrias, que não careciam de estufa, começaram a desembaraçar-se. O problema do trabalho, o mais sério que tivemos pela repugnancia do concurso do immigrante branco com o escravo, resolvemol-o sem sangue no sexagesimo sexto anno de nossa independencia ao passo que os americanos do Norte consumiram mais vinte annos e muitas mil vidas, ainda permanecendo o odio de raça. O paiz tinha cambio ao par, orçamentos equilibrados, rendas crescentes, e o credito representado em titulos de 4 %, sem garantias especiaes.

Esta é a obra pessoal de D. Pedro II, tão alta que um jornal italiano, commentando o 15 de Novembro e o 13 de Maio, duas revoluções vizinhas sem uma gotta de sangue, exclamava — "...esse paiz ou é o primeiro ou é o ultimo do mundo". — Formulando o dilema ironico, o jornal esquecia o Imperante que comprehendera sempre a necessidade de preparar o seu povo

para a finalidade da evolução americana e que o quiz educar para a tolerancia, para a paz. Isso prolongou-lhe o reinado para bem da patria. Reconhece-o e o proclama Ruy Barbosa. ("*Queda do Imperio*", Introducção).

*
* *
*

Caxias.

A gloria militar de Caxias valeu-lhe a ventura de ser das tres figuras principaes do segundo reinado aquella que mais ardente paixão despertou na primeira geração republicana. O fogo das batalhas, o arrojo de Itororó, Lomas Valentinas, illuminaram-lhe a figura epica, despertando, mais cêdo que aos outros dois, a gratidão univoca dos brasileiros.

Sylvio Romero, em admiravel conferencia, eleva-lhe por tal fórma o vulto, que diante delle parecem amesquinhadados os outros. Ronald de Carvalho dá ás marchas de uma investida contra os revoltosos de Piratinin, a classificação de uma campanha genialmente conduzida. Virgilio de Sá Pereira, em admiração febricitante, a que o seu temperamento calmo e a nobre compostura habitual dão maior relevo, exclama aos moços: — "Se ha um Brasil é porque houve um Caxias."

Repito-lhes os enthusiasmos para reproduzir confiadamente palavras que tive occasião de dizer, quando me coube a subida honra de falar em nome da Commissão de que fazia parte, e que lhe erigiu a estatua equestre, diante do benemerito Presidente Campos Salles e do General Julio Roca, Chefe da Nação Argentina e seu commandado no Paraguay.

"Teve este grande brasileiro o genio do bom senso e da virtude; seu nome durará perenemente como as obras da virtude e do bom senso no governo dos homens; a guerra foi nas suas mãos um instrumento da paz e da lei; mais do que nesta commemoração se estenderá no reconheci-

mento dos conterraneos a lembrança deste patriota enquanto houver no nosso paiz amigos sinceros da legalidade e da ordem.

...De sua nobre vida ficará mais viva na imaginação a gloria militar; mas, o historiador ha de tirar do seu grande papel na communhão nacional, outra lição para as gerações futuras. A sua grande obra de soldado e de cidadão é essa tradição de ordem, de obediencia, de lealdade, de dever civico, que infelizmente já foi evocada com saudade”.

Para essa missão teve Caxias as mais felizes qualidades pesoaes.

No nosso scenario politico, sua figura ha de ser assignalada como o typo da lisura e da bondade.

Sua obra de estadista é producto destas duas forças.

Entre seus soldados fizera-se respeitado e adorado pelo exemplo. Nunca lhe foi necessaria a força para mandar. Quando Urquiza, admirado da galhardia de nossas tropas, em maior parte compostas de negros, perguntou maravilhado: — Como alcançou V. Ex. estes resultados Sr. Conde? **Qu**antos fuzilamentos? — pôde responder, talvez sem ser acreditado: **N**enhum. — O soldado aprendia copiando o chefe; — o General Caxias nunca faltou a um dever minimo do soldado.

E' caracteristico este facto.

Quando chegou ao Brasil, em 1877, a grande téla de Pedro Americo — *A batalha de Avahy* — o Imperador que já a havia admirado em Florença, foi vê-la de novo, em exposição publica, num barracão adrede construido, acompanhado por Caxias, então Presidente do Conselho de Ministros. **E**xaltavam-se todos em elogios, patrioticamente inflamados. Caxias, o commandante da batalha, a figura dominante do primeiro plano, conservava-se mudo. A situação tornava-se incommoda pela presença do pintor. O Imperador discretamente inquiriu: —

“Que diz, Sr. Caxias?” — Caxias segredou o seu desgosto. — “Desejava saber onde o pintor me viu de farda desabotoada, nem no meu quarto”. — No quadro, Caxias tem a farda presa apenas pelo primeiro botão.

Seus adversarios nas armas, seus compatriotas vencidos, elle os immobilisava pela generosidade. No Rio Grande, substituiu um *Te-Deum* de victoria por missas em suffragio dos soldados legalistas e dos combatentes republicanos do Piratinin. Em Minas Geraes, mandou tirar ferros dos pulsos dos revoltosos e reprehendeu os auctores da brutalidade. Em todas as luctas civis em que a sua capacidade militar foi reclamada, Bahia, Maranhão, Minas, Rio Grande, S. Paulo, venceu pela presteza e energia do ataque; mas, do General triumphante não subsistia senão o prestigio da victoria do pacificador, serenados os animos, esquecidos os odios, acalmadas as dores. Miguel de Frias, Canabarro e o Ministro da Guerra do Piratinin, José Marianno de Mattos, foram, depois, seus commandados fanaticos nas guerras externas. Nas offensivas para vencer, não perdia um minuto; na hora immediata á da victoria, era o advogado do perdão.

Toda a sua gloria militar, a maior da nossa historia, esteve ao serviço da monarchia, na politica e na administração, presa sempre aos dictames de uma disciplina de ferro que no soldado agrilhôa as idéas e os principios nas cadêas do juramento militar. Quando era commandante do famoso Batalhão do Imperador, esteve prompto a bater-se em 7 de Abril pela pessoa do seu rei, contra os revoltosos, no numero dos quaes figurava seu proprio pae. Conservava-se fiel a fé jurada, ao dever militar. No dia immediato á abdicção, convidado por seus antigos companheiros para um movimento restaurador, respondeu: — Ja jurei fidelidade ao Sr. D. Pedro II”.

Com estes predicados de character, era explicavel, para um general, uma situação politica excepcional. De facto, ninguem exerceu em tão largo periodo, em momentos tão accidentados,

tão larga somma de poder. Na politica como na administração, disse o Visconde do Rio Branco — o seu senso pratico tocava as raias do genio. (1).

O debelador das revoltas e facções nacionaes durante cincoenta annos “vale como força, funcçiona como lei”. (Sylvio Romero). Na guerra como na paz... “revelou-se nelle a imponente influencia da simples presença desses homens predestinados ao mando”... (Sylvio Romero).

Chegando tão alto, nunca descurou dos deveres maximos nem das pequenas preoccupações. O desalinho do uniforme na batalha de Avahy parecia-lhe um crime para um militar que nunca esquecera dever algum; e esse rigor de sua vida de soldado era o modelo de sua conducta politica. Não toleraria que pairasse uma suspeita sobre sua probidade. Quando voltou do Paraguay, idoso, valetudinario, vergado ao peso de louros, distinguido pelo Imperador com os brazões de Duque que ninguem conseguiu nem antes nem depois, levanta-se no Senado para responder a uma accusação de ter trazido para seu uso 6 cavallos e 12 bestas de sua montaria durante a guerra. Não lhe era licito deixar crêr que alguma vantagem especial usufruira de ser chefe. Eram apenas 3 os cavallos e 4 as bestas, que foram descontadas mensalmente no soldo, porque o direito de tel-os de graça só lhe viria depois de cinco annos de campanha e para vencer o Paraguay tinha gasto dois apenas.

A força moral desta figura lendaria foi indiscutivelmente um factor poderoso da Unidade Nacional.

(1) Desse senso pratico cita-se ainda hoje um traço curioso e que, com os devidos cuidados, recordaremos. Chefe de numerosa familia de militares, nunca quiz junto de si os seus parentes; nem nos campos do Paraguay nem na administração publica. Defendia o systema com este argumento— “...os deshonestos vêem que correm menos risco junto do poderoso, quando contam com a cumplicidade dos parentes; estes ficam por isso mais expostos á tentação; ora, a demissão ou a simples dispensa de um parente collocado em cargo de confiança seria, entretanto, uma punição mais cruel que a de um extranho; além disso um general ou um administrador não pôdem confessar que, fóra de sua familia, não tem soldados leaes nem amigos dignos, porque, nesse caso, deveriam renunciar ao commando.

Mauá.

Não coube a Mauá a consagração prompta de uma apothese, como ao Imperador e a Caxias.

Caxias desaparecera em pleno fastigio; morrerá, onde sempre estivera, muito alto. D. Pedro II morreria no exílio, maior do que no throno, em um theatro universal.—“Pela primeira vez se apresentam aos olhos da Europa conduzindo os funeraes da realza, a sciencia e as letras... Paris viu desfilar este prestito, pôde-se dizer, com essa especie de emoção impessoal, uma grande pagina da historia, quasi uma fórmula da arte... A glorificação mesma era de tal ordem, que substituiu no pensamento de todos a idéa de morte que é triste, pela da immortalidade que é radiante”. (Joaquim Nabuco. “*Escriptos*”).

Mauá finou-se aos poucos, burguezmente, num leito de prolongados soffrimentos. Sua tragedia, — o dia de sua fallencia, uma crise violenta no Brasil, estava quasi esquecida, com quinze annos de intervallo; sua figura nacional reduzida á de um homem que fôra importante, que fôra rico e que trabalhava ainda como corrector, quando a doença o permitia, para ganhar o pão dos seus e para preencher o pequeno deficit de que em contas finaes seus credores tinham aberto mão, dando-lhe uma quitação que só aceitou com a reserva de ir buscar no trabalho o pouco que faltou na moeda de liquidação.

O dia de sua morte não foi o da quêda de um heróe; foi o da morte de um monge. Não fez ruido; passou apenas pelo noticiario respeitoso e commovido dos jornaes.

Isso não impede que a Historia o resuscite nos seus dias de gloria e de grandes serviços á patria.

Na formação da unidade politica, ha factores primordiaes que nenhum dos nossos sociologos deixa de assignalar como marcos culminantes da consolidação da nacionalidade.

Externamente, a guerra contra Rosas e Oribe, levantando o moral abatido pelo desastre da campanha cisplatina, e a pre-

ponderancia política no Rio da Prata com a Triplice Aliança e a victoria no Paraguay.

Internamente, além da força da auctoridade que a clarividencia, a nobreza d'alma, o desprendimento de D. Pedro II e o prestigio de Caxias firmaram definitivamente, a abertura das communicações approximando commercialmente os elementos dispersos da colonização portugueza. Nos extremos do paiz, estavam os dois germens mais sérios de desagregamento — o Amazonas cobijado por muitos, aberto a todos, como um mar sem praias e o Rio Grande do Sul, sempre perturbado politicamente, um novo Uruguay, uma perigosa fronteira, de entrada facil, como pareceu a Lopez.

Alludindo aos frageis laços de solidariedade que ligavam as antigas capitánias, escreve Euclides da Cunha: — “Punha-se de manifesto um corollario unico, a formação de algumas republicas turbulentas, sem a affinidade fortalecedora de uma tradição secular e profunda”. Esse perigo, o acontecimento da Independencia sob o regimen monarchico diminuia ou adiava, mas não podia eliminar. Subsistia no espirito dos estadistas a preocupação do perigo separatista. Feijó, nas clausulas para aceitar a Regencia, prevê a hypothese da secessão. O atilado estadista comprehendendo, como escreve Euclides, que “...os tumulos federalistas exigiam operação mais séria do que as cargas de bayonetas”... cuidou logo do problema de unir pelo commercio, pelos interesses materiaes. Seu decreto. de 31 de Outubro de 1835, a primeira preocupação da sua Regencia, eleva-o mais que todos os actos de valentia. “Ao grande homem ficou a gloria de haver adivinhado o antagonismo formidavel do deserto e das distancias... o crescente desequilibrio entre os homens do sertão e do littoral”... “...porque o raio civilizador refrangia na costa”... (*A' margem da Historia*).

A ligação da Côte, por estradas de ferro, com as capitães de Rio Grande, Minas e Bahia, o primeiro decreto de Feijó (1835) é a visão do problema; não era, porém, a solução, porque vinha extemporanea. Apenas cinco annos antes, a Inglaterra conhecêra uma primeira linha ferrea regular de poucos

kilometros de extensão e ainda tres annos depois, no parlamento francez, o parecer de homens notaveis como Thiers, Berryer, Arago, de Remusat, Duvergier de Haurane, Odilon Barrot, condemnava a idéa da construcção da linha Paris-Bruxellas e a fusão das pequenas linhas regionaes existentes. Coube a Mauá lançar a idéa no momento opportuno e executal-a; foi sempre o seu merito principal — o contacto com a realidade. Para isso, nem posição official tinha, nem pediu favores; com o seu dinheiro e de alguns amigos lançou a idéa no sólo e ella enraizou. Dahi por diante, nos vinte annos de seu esplendor financeiro, nunca mais uma estrada de trilhos se havia de cravar na terra brasileira sem que o seu nome ou a sua influencia ahi não estivessem; e ellas brotaram fecundamente de 1854 a 1858.

E' curiosa a ingratição dos nossos mais illustres historiadores, esquecendo ou pondo em plano secundario a influencia de Mauá em todos esses problemas nacionaes. Quando attribuem a gloria a este ou áquelle estadista, ao qual a posição politica offereceu a oportunidade de uma bôa solução, esquecem o nome do executor, do realizador insubstituivel, gloria que, veremos, foram estes os primeiros a querer sempre dividir com Mauá; e, não raro esquecem de todo o *realizador*, que é muitas vezes, aliás, tambem *auctor*.

Se Mauá tivesse sido o simples executor, ainda não teria explicação este menosprezo. Entretanto, elle não foi só o braço realizador, foi o precursor, foi a idéa, foi o executor no momento opportuno e foi, em repetidas vezes, até o capital que faz as obras.

Mostraremos, no correr deste trabalho, que não lhe regatearam louros esses homens publicos que os historiadores apontam como factores capitaes da formação da nossa nacionalidade.

Na politica internacional do Sul, elle é o ousado intervenor de 1851. Se foi o auctor primitivo da idéa, se foi um auxiliar do Imperador e do Visconde do Uruguay, é ponto a discutir; mas, que na acção foi a grande figura, a alma, são os Paulino de Souza, (Uruguay) os Rodrigues Torres (Itabo-

rahy) que reconhecem, fazendo-o assignar o pacto secreto, acci-tando de sua casa commercial os adiantamentos de dinheiro ao Thesouro, e permittindo que, com seus recursos e com a sua propria pessoa, fôsse correr no Prata os riscos da politica inau-gurada.

Que dahi em diante se tornou plenipotenciario permanente do Brasil, bastará ouvir agora o ex-Presidente da Republica do Uruguay, Dr. Claudio Williman: — “O Banco Mauá foi a mais poderosa agencia diplomatica do Imperio, capaz de in-fluir sobre os destinos da nacionalidade oriental”.

Na politica interna, o acto que faz o ponto culminante de um largo periodo de progresso, cimentando a obra de paz in-terna do Imperador e de Caxias, é sem duvida a *Conciliação*, o intervallo em que a capacidade politica de Paraná pôz seu enorme prestigio ao serviço do banimento de luctas, com a constituição do bloco que reuniu e uniu os partidos e os chefes de grupos. Mauá industrial, banqueiro, e grande força extra-politica, era amigo intimo do Presidente do Conselho e foi, na medida das suas possibilidades, que já eram consideraveis, collaborador proeminente da *Conciliação*. Paraná morreu subitamente em Setembro de 1856 (“...O estrondo, o espanto deste acontecimento foi immenso em todo o paiz, a situação ficava sem chefe, a po-litica dominante sem apoio, a opposição sem um braço forte para garantil-a e, sendo preciso, para favorecel-a” — Joaquim Nabuco. “*Um Estadista do Imperio*”. I, 395). Mas, já nesse momento, Mauá, braço forte de Paraná, era candidato a depu-tado pelo Rio Grande do Sul, por onde foi eleito dois ou tres mezes depois nas eleições geraes; e por essa porta ingressou na politica como deputado da *Conciliação* e amigo pessoal do falle-cido Presidente do Conselho.

Sob outro aspecto, o do effeito que na integração indis-pensavel dos elementos do antigo dominio portuguez, interes-sado em dividir para reinar, com capitancias que só tinham de commum serem de donatarios portuguezes, a solução politica das vias de communicação, a acção de Mauá não, se poderá

affirmar apenas que foi grande, porque a formula verdadeira é outra — esta é a obra de Mauá.

Joaquim Nabuco — (“*Um Estadista do Imperio*”, I, 388 e *passim*) — Euclides da Cunha (“*A’ Margem da Historia*”, 326 e *passim*) assignalam os tres periodos capitaes dessa marcha da nossa civilização industrial.

O Ministerio Mont’Alegre — Euzebio e a segunda phase dessa mesma situação conservadora, que se inaugurou pela entrada de Rodrigues Torres (Itaborahy) completaram, na ordem pratica, a tarefa da unidade nacional, batendo de frente o obstaculo da extensão do territorio com as primeiras linhas de estradas de ferro, ao Norte com a Estrada de ferro Recife a S. Francisco (1855) e ao Sul com a D. Pedro II (1853) e a navegação.

Não se esquece Euclides de que “...antes, sem nenhuns favores do governo, a iniciativa individual definira-se na vontade triumphante de Mauá, nos 17 kilometros que investiram para a Serra do Mar, nos primeiros passos da conquista magestosa dos planaltos”... (“*A’ Margem da Historia*”, pag. 327). Mas, o que Euclides não diz é que, naquella que ao Sul, só agora, chega ao *Valle das maravilhas* (Noraldino Lima) ao *Valle unificador* (Euclides) e nas que ao Norte buscavam tambem o S. Francisco, de todas, foi ainda Mauá a alma, a vida, quiçá o creador. Se seu nome não figura sempre na vanguarda, é porque elle teve sempre a preocupação de esconder-se.

Euzebio de Queirós, o benemerito iniciador dos melhoramentos materiaes e das vias de comunicação, era seu amigo e talvez o seu maior admirador; foi elle quem se confiou a Mauá, para o gaz do Rio de Janeiro e para a navegação do Amazonas.

A esse ministerio Mont’Alegre—Euzebio succedeu o do Marquez do Paraná, que, se, na parte politica, teve como programma a *Conciliação*, na parte material teve por preocupação desenvolver o programma progressista do seu antecessor, cuidando especialmente das estradas de ferro. — “Pelo que toca aos melhoramentos materiaes occuparão a nossa particular atten-

ção as vias de transporte e a navegação dos nossos rios". (Discurso de apresentação á Camara em 10 de Setembro de 1853).

Joaquim Nabuco, mais entusiasmado com a politica da *Conciliação*, faz uma restricção talvez injusta: — "Considerando como uma só administração os dois gabinetes de 29 de Setembro e de 11 de Maio, (Mont'Alegre-Euzebio e Itaborahy), póde-se dizer que não coube ao Ministerio Paraná uma iniciativa tão fecunda e brilhante como a do Governo anterior que começou as estradas de ferro, a navegação a vapor do Amazonas, a illuminação a gaz"... Pouco importará saber a qual dos tres gabinetes dar maior quinhão de gloria; o que interessa agora é assignalar que o homem de confiança de todas essas grandes cabeças que se chamaram o Ministerio das Aguias e o Grande Ministerio, foi Mauá, de quem eram admiradores e de quem não procuravam tomar o maior quinhão de gloria, a que, aliás, não tinham direito. Antes que o Governo Imperial tivesse inaugurado o programma das estradas de ferro, já Mauá tinha começado a execução da sua Estrada de Ferro de Petropolis, com uma concessão provincial que lhe deu Pedreira (Bom Retiro), então Presidente do Rio de Janeiro (1852) e futuro Ministro do Gabinete Paraná (1853).

Depois destes dois Ministerios, com o intervallo triste da guerra do Paraguay, vem, no consenso geral, como o unificador politico pelas communições faceis e pelo progresso material e desenvolvimento da riqueza nacional, o Ministerio do Visconde do Rio Branco (1870 a 1875). Para gloria de dois grandes homens, é preciso lembrar que a vilania da opposição os irmanou na mesma injuria: — "O socio do Barão" — "o hospede do Barão em Montevidéo" — foi como a imprensa da opposição designou aquelle Ministro que, no Rio da Prata e no Brasil, ostentava sua confiança illimitada em Mauá. Para gloria de ambos, é preciso lembrar ainda que foi por amor do Ministerio Rio Branco, de sua politica liberal e progressista, que Mauá abandonou uma cadeira na Camara, soffrendo quéda politica e feroz perseguição no seu credito commercial e parti-

cular. "O Ministerio Rio Branco foi aquelle durante o qual se organizou, retravando-se, a campanha contra um velho inimigo o deserto, com linhas ferreas duplicadas em 3 annos e decretadas na razão do quintuplo, com o telegrapho terrestre e sub-marino, com a immigração, com mil preocupações materiaes, inclusive o cabo sub-marino (1874) que é obra exclusiva da capacidade e da energia de Mauá. (Eucluydes da Cunha).

Poderão historiadores sinceros como Nabuco, como Eucluydes, esquecer o nome de Mauá na obra da unidade nacional, mas apagal-o, escurecel-o, diminuil-o, será impossivel depois que a publicação de sua correspondencia, de seus relatorios, de seus discursos, das suas *Obras*, a que este livro servirá de indice, mostrar que em todos os grandes momentos, em todos os de um povo que caminha para a grandeza, ou elle é a primeira figura, ou é uma enorme figura.

Tobias Monteiro, em synthese admiravel, escreveu: — Mauá teria sido o creador de um Imperio"; — mas, a obra de Mauá bem merecia que o illustre historiador concretisasse: — Mauá foi um dos fundadores do Imperio.

E' mais justo Tristão de Athayde nas linhas com que apadrinharmos este capitulo; o Imperador, Caxias e elle, foram os tres auctores da unidade nacional.

Indiscreto seria indagar qual delles fez mais.

Não ha, porém, irreverencia nem quebra da admiração pelo grande monarcha que foi D. Pedro II, em reconhecer que o Brasil seria maior, se um surdo afastamento, um inexplicavel antagonismo de temperamento, uma prevenção pessoal talvez, não tivesse sempre collocado D. Pedro II receioso diante dos impulsos progressistas de Mauá.

A' gloria de D. Pedro II não faz mossa essa prudencia excessiva em saccar sobre o futuro; á gloria de Mauá tambem não é necessaria a conta das grandes coisas que elle viu e outros não viram, do que quiz fazer e não lhe deixaram fazer.

O que ficou feito é bastante para se poder dizer como Tobias Monteiro: — “Elle viu e resolveu os problemas mais urgentes do nosso progresso material como nenhum estadista teria visto e resolvido melhor; ninguém, trinta annos depois da Independencia, tinha conseguido traçar com tal segurança as grandes linhas do progresso do Brasil”.

CAPITULO III

As relações entre o Imperador e Mauá

“O isolamento de Mauá, o valor de sua obra, de todo esquecida pela historia e só agora ex-humada pela pericia intelligente de Alberto de Faria, bem demonstra o acanhado pensamento nacional daquelle tempo, bisonho sem sentir as realidades da vida, simplista sem apalpar as necessidades concretas da sociedade...

“...O caso é que, se a mentalidade de Pedro II tivesse o vigor constructivo da cerebração de Mauá, teriamos constituido na historia dos povos um caso de evolução interessantissimo.

“...Mauá foi dos raros homens do tempo que não approvaram a aventura da guerra do Paraguay. Datará talvez dahi o segredo do seu desamparo official.

(V. LICINIO CARDOSO, — “A Margem do Segundo Reinado”.

NÃO se embaraça quem escreveu o capitulo anterior, proclamando sem reservas o juizo de que a gloria maior da civilização brasileira cabe a essa trindade augusta — D. Pedro II, Caxias e Mauá — de abordar o delicado assumpto das relações pessoas entre o Imperador e Mauá e do concurso, mais ou menos efficaz, que o Imperador tenha prestado á obra herculea de seu grande subdito.

Não o vexa tampouco encimar este capitulo com as palavras em que a generosidade de um dos mais illustrados escriptores da nova geração, incitado a estudar a vida de Mauá

pelo ruído da propaganda actual, tomou calor demasiado, com prejuizo talvez da serenidade do historiador, a quem o drama do abandono de Mauá ás suas proprias forças, impressiona profundamente.

Classificado ao mesmo tempo de *apologista irreductivel* de Mauá por um politico e escriptor de merito, Sr. Lindolpho Collor, accusado de *sebastianista litterario* por um jornalista rubro da Republica, o auctor não tem a menor duvida em manter, em relação a esses dois vultos, D. Pedro II e Mauá, o mesmo juizo, um diante do outro, reconhecendo as prevenções individuaes que parecem tel-os afastado; sem deixar de admittir, com o Sr. V. Licinio Cardoso, que o Brasil talvez houvesse dado ao mundo um *caso* mais assombroso na evolução dos povos, se o Imperador tivesse sido um admirador e um amigo de Mauá como o foram quasi todos os brasileiros notaveis do seu tempo, se por elle se tivesse batido quanto importava ao esplendor do seu reinado.

Não ha negar, nem dissimularemos, que o Imperador pareceu nutrir sempre prevenção contra Mauá.

Nas chronicas do antigo regimen, com visos de verdade, ha a reminiscencia de palavras ouvidas por um dos seus ultimos ministros a respeito de outro emprehendedor intelligente: — “Este é um novo Mauá”. — Os receios imperiaes objectivavam o Conde de Figueiredo, talvez o mais competente de todos os nossos homens de commercio, depois de Mauá.

Desse temperamento que assim se denuncia, porventura tímido, ha a concluir apenas que o Imperador tinha a virtude da prudencia. Num imperante, mesmo exaggerada, ella é o menor dos males. Sua missão era de formar e civilizar um povo em embryão e dominal-o pelo exemplo. Arrojos industriaes no jovem Imperador, talvez pudessem prejudicar uma obra que se construiu calmamente, sobretudo pelo culto da moralidade administrativa. Não escapam á maledicencia os mais nobres intuitos, quando os governantes se transformam em accionadores da industria e do commercio, e vem a ficar dire-

cta ou indirectamente beneficiados com os melhoramentos feitos para bem da communidade.

Neste ponto, o escrupulo imperial era talvez excessivo.

Mauá, num grito de angustia, exclamava: — “impedem a criança de andar com mêdo que ella quebre as pernas”; — mas, é certo que a criança andou, andou a tempo, e andou com firmeza.

Para isso, cada um fez, mais ou menos, o que lhe cumpria fazer. Os homens publicos do segundo reinado — “...dando uma impressão de respeito, graves, honestos, imponentes, movendo-se numa atmosphera elevada em torno de um principe respeitado”... como escreve o deputado republicano Gilberto Amado, permittiram que os homens de negocio fizessem a sua tarefa que... “o paiz que até então vivera preocupado com a sua organização, iniciasse a sua vida administrativa”. A’ obra de Mauá era indispensavel um Imperio unido, forte e moralizado. Sem isso, não teria elle podido realizar o que realizou com o seu credito entre os conterraneos, com o seu credito e o do Brasil no estrangeiro.

Os mais exaltados panegyristas do Imperio não verão necessidade de esconder a prevenção que D. Pedro II alimentava diante dos grandes arrancos officiaes de progresso, pelos perigos que nesses lances corre a moralidade publica, com o luxo, a fluctuação das mediocridades, a opulencia dos fornecedores e empreiteiros, a desnacionalização, etc.

O Sr. Oliveira Lima, sempre vigoroso nos traços, não se prende para dizer a um auditorio estrangeiro de elevada cultura: — “*Très épris de progrès moral, D. Pedro II était moins fervent à l’égard du progrès matériel*” — (“*Formation historique de la nationalité brésilienne*”, 246). Isso não significa que o progresso material não o preoccupasse; apenas é certo que elle não se dizia muito de accôrdo com o espirito positivo da época e não se sentia disposto a animar “*les appetits de fortune qu’il sentait latents autour de lui*”.

E’ possível que no que se chamou a má vontade do Impe-

rador para com Mauá, houvesse essa unica explicação psychologica.

Mauá era um negociante. Sua vida emergiu de um balcão. O commercio não foi até agora, em terra alguma, profissão aristocratica, nem degráo facil para cargos publicos. O inicio da existencia pela carreira mercantil, ainda hoje é uma suspeita de incapacidade ou de pouca moralidade, mesmo depois que privilegiadas intelligencias foram attrahidas para o commercio, e para a industria, mesmo depois que os grandes successos americanos fizeram dos Carnegie, dos Rockfeller, dos Ford, benemeritos da humanidade.

"*Sono mercanti*", era a phrase que Napoleão tomava emprestada a Paoli para chasquear da bravura dos inglezes e do seu apego á vida nos combates. "*Alma de mercador*" — foi o termo que um espirito adiantado como o de Silveira Martins achou, em 1873, para estigmatizar Mauá. O Imperador era sem duvida uma consciencia vigorosamente liberal. Para elle não havia differenças de castas; propunha-se a ser professor de meninos na hypothese de perder o throno. Mas, a pouca confiança e a suspeição moral das profissões não podiam deixar de criar idyosincrasias no seu espirito idealista, quando as cavavam tão fundas em temperamentos de conquistadores. D. Pedro II, sabio e virtuoso, podia não distinguir plebeus, podia não separar pelas côres os seus subditos; mas, era natural que não escapasse ao preconceito de ver no negociante um individuo com a falta de qualidades moraes para o exercicio do poder. Não se conhece, na alta politica do segundo reinado, um homem do commercio a não ser Mauá, e esse mesmo em cargos de eleição popular; não foi ministro, não foi presidente de provincia, não foi diplomata, senão officiosamente, e só para ensinar ás grandes cabeças que com elle quizeram aprender. Souza Franco, seu amigo e admirador, que se cita sempre como homem de commercio, tinha deixado o balcão muito moço para ir buscar carta de bacharel em Olinda.

O commercio era no Brasil, mais que alhures, uma posição inferior. Comprehende-se. O pequeno commercio, o ar-

marinho, a loja de chá, cêra, rapé e velas, o açougue, a venda, eram dos nacionaes sem preparo e dos portuguezes que traziam caixa de pinho; o commercio de coisas finas era francez; o commercio forte era dos inglezes. Os homens de Portugal que vieram colonizar o Brasil, fôsem nobres, com empregos publicos e com o sangue das mais fidalgas linhagens da peninsula, fôsem plebeus, lavradores do Minho, de Traz-os-Montes, *homes de calidades*, pensavam em ser proprietarios ruraes (Oliveira Vianna. — "*Populações meridionaes*"). Com o tempo poderiam misturar-se o sangue azul e o sangue plebeu, pois os lavradores da segunda camada, a plebéa, enriquecendo pela actividade e pela economia, eram por seus filhos aspirantes á sociedade dos nobres. Bachareis, medicos ou lavradores, formavam as duas camadas em fusão a aristocracia rural, unica que gozava de consideração social fóra das funcções publicas.

Nenhum rapaz de bôa familia pensava em dedicar-se ao commercio. Era profissão inferior, só procurada por portuguezes pobres e nacionaes analphabetos. James Prior, descrevendo a cidade do Rio em 1813, formada de edificios sujos, habitações arruinadas e de paredes nuas, horrorizava-se sobretudo da parte commercial, visto que "os homens faziam da mercancia e da porcaria companheiras inseparaveis" O espirito liberal de Hippolyto da Costa não se furta ao preconceito de vêr no commerciante, sobretudo o portuguez immigrante, um ente inferior. No *Correio Brasiliense*, 1811, propugnando a idéa de uma capital central, clamava por uma legislação liberal que attrahisse immigração estrangeira mais proficua e estavel do que a de "...negociantes cuja patria são a carteira e o balcão". (Oliveira Lima, "*D João VI*", 922).

Ainda em 1865, Agassiz e sua mulher, educados no espirito dos americanos do norte, extranham que somente pouco tempo antes os moços de bôa sociedade no Brasil começassem a entrar no commercio. (Agassiz, "*Voyage au Brésil*", pag. 495). (Já Mauá era alguem; em seu livro, o sabio fala frequentemente delle com grande enthusiasmo).

Entre os nacionaes e os portuguezes só o commercio de commissões de assucar e café attraheu, do meado do seculo em diante, membros de boas familias, que podiam gozar das consi-gnações de parentes e amigos do interior. Esses mesmos ramos mais limpos de negocio, tinham o vicio de origem do trato com a escravidão; fósse vendedor de productos da fazenda ou comprador de generos para a fazenda, o intermediario no porto do embarque era um cumplice do commercio que utilisava o braço servil, educado no contrabando com a Africa até 1850, e tinha de accomodar-se ás miserias na exploração do negro.

Mauá impôz-se, solitario; ergueu-se, porque o seu merecimento era excepcional e pôde fascinar um patrão intelligente, chefe de uma casa estrangeira poderosa. Sem esse inglez, Ricardo Carruthers, o homem bom que se animou a entregar a gerencia da casa a um rapaz de 23 annos e retirar-se para Londres, talvez elle não tivesse apparecido na scena superior do Brasil. A visão sábia desse inglez benemerito permittiu que Mauá, britanizado, dominasse os preconceitos e ganhasse o primeiro logar na sua classe, para, logo depois, alar a *mcus outros destinos*, industrial, banqueiro, emprezario de grandes obras, um realizador no Brasil, um diplomata na America latina.

Teriam guarida no Imperador essas prevenções que não pesavam em espiritos menos abertos á philosophia liberal e que não trancavam a Mauá a intimidade, a confiança e a estima de Paraná, de Euzebio, de Itaborahy, de S. Vicente, de Souza Franco, de Rio Branco, de Cotegipe, de outros?

E' bem possivel que tivessem creado, pelo menos, ambiente desfavoravel aos vôos de Mauá; o Imperador, com o sentimento de sua grande responsabilidade, era um timido em materia financeira; com o fetichismo da probidade, era um supersticioso da honra administrativa.

Talvez essa explicação baste. Uma confissão é forçoso fazer, entretanto: — nunca o Imperador distinguio Mauá quanto elle o merecia e quanto todos o distinguiram: — só lhe deu o habito de Christo e a commenda da Rosa depois que elle tinha appa-

relhado navios para a intimação naval a Oribe e a Rosas, que tinha collaborado na mais sabia das nossas leis, o Regulamento 737, que tinha fundado a Ponta da Arêa, o Banco do Brasil, o Gaz do Rio de Janeiro, a navegação do Amazonas e que, nas epidemias de febre amarella, 1850 e 1853, e cholera morbus, 1858, tinha exposto a vida e tinha aberto generosamente sua bolsa. Só o fez Barão em 1854, quando á sua custa e de alguns amigos inaugurou os trilhos de ferro. Só o fez Visconde, abaixo de 10 marquezes e 11 condes, quando não havia mais o que *realisar* no Brasil, inaugurado o Cabo Submarino em 1874.

Não repugna, porém, á consciencia de um admirador do grande rei, deter-se na exposição das varias explicações que ao caso foram dadas, algumas dellas como écho das explosões de palavra do proprio Mauá.

Quando o Imperador foi proclamado maior, tendo 15 annos, a revolução do Rio Grande estava em apojadura, installada uma republica em Piratinin. Mauá, mais velho que elle de doze annos apenas, era já o gerente de casa ingleza importante.

Rezam as chronicas que na ponta do Curvello, em Santa Thereza, residencia de Mauá, encontravam abrigo revoltosos foragidos. Certo é que em sua casa se trabalhou em favor delles; e veremos pela confissão de um, que, para a fortaleza de Santa Cruz, o negociante Irenêo fazia transportar, occultamente e á sua custa, a alimentação de trinta prisioneiros. Nessa casa dormiu varias noites o emissario que David Canabarro mandou a Minas consultar o liberalissimo Theophilo Ottoni sobre as condições da capitulação (1844) e nessa casa se tramou a evasão de Onofre P. da Silveira, da fortaleza de Santa Cruz. Rio-grandense de nascimento e philantropo de alma, é fóra de duvida que, ou tivesse o espirito de revolucionario ou não, o morador da chacara de Santa Thereza (onde hoje se vêem o Hotel Bello Horizonte e os palacetes Murtinho e Castro Maya), fez jus á denominação que sua casa ganhou — “quilombo rio-grandense”.

Reflecte-se nestas palavras suas, annos depois, uma arro-

gancia gaúcha que elucida o ponto: — “A revolução rio-grandense ficou dominada não pelas armas, mas sim por appello ao patriotismo dos briosos rio-grandenses que se haviam empenhado nessa lucta fratricida por erradas apreciações e devido por ventura á imprudencia dos que empenhavam o timão do Estado”. (*“Exposição aos credores de Mauá & Cia”*).

Por mais alto que se tivesse elevado depois o espirito do jovem Imperador, é natural que os aulicos tivessem explorado, junto de um menino imberbe, a animosidade contra o atrevido commerciante, semeando germens duradouros de antipathia.

Outra explicação é que Mauá chegou a fazer sustos ao Imperador.

Desta não dariamos noticia se não tivesse por si palavras sybilinas, e mesmo não sybilinas, do proprio Mauá.

Esse grande homem era, no fundo, um homem modestissimo; mas, nos momentos de desespero não ha quem não seja arrastado ás explosões de uma superioridade que se debate esterilizada. São esses desabafos que, de vez em quando, escaparam á modestia de Mauá e suplantaram a doçura de seu temperamento.

Quando o Governo fez o contracto de trafego entre a E. F. D. Pedro II e a Estrada União e Industria, arruinando a Estrada de Ferro de Petropolis, reduzindo-a a não dar mais dividendos, que em 1867 tinham sido de 17 %, cortando-lhe as possibilidades de attingir o valle do S. Francisco, elle exclama, com os olhos no Imperador: — “A Estrada de ferro, talvez por tel-a o publico chrisinado com o nome de Mauá, foi entregue ao exterminio”.

Quando o Conselheiro Nabuco o consultou, em 1860, sobre as commanditas por acções, lei de effeito retroactivo, como lei interpretativa, que o vinha ferir fundamente em seus interesses, explode, depois de uma impugnação violenta em que varias vezes a figura do Imperador se desenha como alvo, com esta imprecação final: — “Ter-se-á, porém, conseguido um fim: uma individualidade poderia vir a ter grande influencia,

bem que alheia á esphera da politica, em que essa individualidade não quer ter influencia; não é talvez inconveniente que isso se dê, mesmo vendo-se que essa mesquinha individualidade só se occupa em fazer o bem. Resigno-me". (Joaquim Nabuco. "*Um Estadista do Imperio*", I, 267).

Passa mesmo, um dia, dessas palavras sybilinas para uma affronta cathgorica: — "Cheguei a fazer ciumes *no alto*". — (*Exposição aos credores*). — Esta phrase, segundo informação digna de credito, é referente á estrondosa recepção que a Bahia lhe fez em 1859. A população, irritada com a crise commercial, pôz colchas pretas nas janellas á passagem do Imperador para o Norte. Dias depois, Mauá, de volta da Europa, recebeu uma ovação de delirantes enthusiasmos.

A verdade é que o Imperador temia-lhe os arrojós. No momento do desastre commercial, quando um soccorro opportuno podia salvar-o da moratoria e da catastrophe final, o Imperador... teve medo. Naquella época, um alcance de 7.000 contos no Thesouro não deixava o animo forte para affrontar as criticas e arriscar novos dinheiros do contribuinte.

Possivel é que as prevenções pessoaes tivessem influido; o Imperador não fugia ás contingencias da especie humana; mas, com certeza, se o erro de visão foi máo conselheiro no momento, a alma não peccou pelo odio.

Outra explicação, que melhores apparencias guarda de verdade, é que a politica internacional cavou prevenções serias e gerou ressentimentos definitivos entre o Imperador e Mauá.

A dar peso ao juizo de Pereira da Silva, — historiador não isento do defeito de audacia nas syntheses e do de ter sido parte nos acontecimentos como politico, deputado por muito tempo e aspirante a senador, sempre contrariado pelo Imperador, — este, não gostava dos estudos de finanças nem se occupava muito de politica internacional.

E' por isso talvez que essas duas pastas foram as que preencheram, em duplicata, Souza Franco, Rio Branco, Cotegipe, Saraiva; o Imperador abdicava. Mauá, entretanto, conscio de

sua alta capacidade, iniciado na diplomacia pela missão secreta que lhe confiaram, em 1850, Paulino de Souza (Uruguay) e Rodrigues Torres (Itaborahy), dominador das finanças *par droit de conquête*, ouvido num e noutro assumpto com o respeito e a admiração que, num e noutro terreno em que eram summidades, não lhe regateavam elogios em publico, nem Souza Franco, nem Rio Branco, nem Cotegipe, e que em Saraiva se evidencia no modo por que desrespeitou as instrucções que levava, Mauá devia ter um profundo desgosto de que o Imperador reluctasse de acompanhal-o no roteiro de sua politica economica e o tivesse abandonado afinal no andamento da politica internacional do Sul, onde seu objectivo era evitar a guerra com o Paraguay.

Não era só de Mauá, aliás, essa preocupação maxima que liga Uruguay-Paraguay naquelle tempo; era das grandes cabeças do partido conservador.

Paranhos, futuro Barão do Rio Branco, o filho do Presidente do Conselho, escrevia em 1875: — “A politica internacional do Brasil, creada pelo partido conservador e principalmente pelo illustre Ministro Paulino de Souza, Visconde de Uruguay, consistia então, como ainda hoje, em manter a independencia dos dois estados ameaçados pela ambição argentina: o Paraguay e o Uruguay”.

O braço direito do Visconde do Uruguay e do partido conservador em 1850, foi Mauá, Irenêo Evangelista de Souza, o *negociante* cuja assignatura figura ao lado da do Ministro da Fazenda Rodrigues Torres (Itaborahy) e do Ministro Oriental D. Andrés Lamas, no pacto de fornecimento de auxilios pecuniarios.

Essa posição de diplomata secreto, arriscando o seu dinheiro, arriscando ás vezes a vida, Mauá a consolidou, constituindo-se uma potencia financeira e uma influencia social de que a historia do Uruguay fala a cada passo e que se chamou por muitos annos e ainda hoje ha quem chame — “*el peligro brasileño*”.

Conquistada a posição, elle toma, com os recursos proprios, o primeiro logar e guarda a posição de mando. Respei-

taram-lhe as insignias os chefes de missões, Rio Branco, Octaviano, Cotegipe e os ministros permanentes, Araujo Gondim, Aguiar de Andrada, Loureiro; e lá, nas duas margens do Prata, dentro em pouco, era uma potencia que podia valer, com sua força, ao Ministro do Brasil, desconsiderado em continuos adiamentos de conferencias, e que, officiosamente, intervinha num conflicto no qual, mezes e mezes, se desavinham as duas chancellarias fronteiriças, conseguindo evitar pelo seu prestigio pessoal perante o Presidente Berro e o Ministro de Estrangeiros Herrera, no Uruguay, Mitre e Elisalde na Argentina, um rompimento de relações de serias apprehensões para o Brasil .

O *fac-simile* de um documento do mais alto valor historico, que devo á nimia gentileza de S. Ex. Dr. Luis Alberto de Herrera, notavel escriptor e homem publico, filho do Ministro Juan José Herrera, não faz segredo da influencia decisiva de Mauá no incidente: — “Depois de uma longuissima entrevista com o Barão de Mauá entendo... etc.”, diz Herrera a Berro, que lhe responde: — “*Estoy conforme*”.—Mostraremos nestas paginas como andaram interminaveis as negociações entre as duas chancellarias, entre os respectivos ministros (Herrera e Elizalde) e com os agentes confidenciaes (Mariano del Espina e D. Andrés Lamas) chegando ao pedido de passaportes do ministro argentino Marmol, difficuldades que a influencia e a capacidade do Barão de Mauá poderam remover em poucas horas.

Estava quasi realizado o sonho do nosso dominio economico, tranquillos os vizinhos pela palavra honradissima de seu grande compatriota D. Andrés Lamas, que toda a suspeita de imperialismo devia ser banida e que o Brasil agia “...com um desinteresse de que não ha exemplo”... (Carta a F. Hordeñana).

O Uruguay progredia e restabelecia-se na paz, quando os incidentes de 1863 na região da fronteira e na região oriental habitada por brasileiros, no decurso da revolução de Venancio Flores, vieram provocar represalias individuaes e novas reclamações diplomaticas em que sommos aggravos novos

a contas antigas — todos afinal catalogadas no ULTIMATUM Saraiva.

O partido conservador mantinha-se firme na sua politica, mas sem a energia de oppôr-se publicamente a uma corrente que ia levando tudo de vencida, no roldão dos gritos da imprensa e dos politicos liberaes anciosos de mando, explorando soffrimentos reaes, se bem que exaggerados e algumas vezes provocados.

Não eram para Mauá as posições dubias, nem as attitudes de sondar de que lado sopraria o vento.

Sua palavra foi logo franca, decidida, como havemos de vêr no capitulo XX. O Imperador, o partido liberal, tres quartas partes do povo, soffreram, porém, o prurido da guerra; não resistiram ao clamor das ruas. Houve um momento em que só Mauá falou e poucos o acompanharam a peito descoberto.

Zacharias, que tres mezes antes ganhára o poder, resolve mandar a Missão Saraiva. E' o momento epico da vida de Mauá. Escreve logo pelo *Jornal do Commercio* com algum desabrimento. O Imperador é directamente visado: — “E' preciso abandonar a politica de movimentos desencontrados, sem ponto fixo, sem idéas claras e definidas, sem um pensamento altamente manifestado . . . Lastimo que o Brasil appareça no Rio da Prata não na attitude elevada e digna de uma nação vizinha, poderosa e amiga . . . mas com ares de ameaça que para mim, que conheço de perto os nossos vizinhos, pôdem ser fataes ás negociações . . . Somos arrastados por espiritos irriquietos . . . A politica do governo imperial tem sido até aqui, com raras intermittencias, vacillante e inconsequente e não poucas vezes irreflectida” . . . etc. etc. (24 de Abril 1864).

Replicam a isso as paixões da rua que eram os interesses do Banco Mauá em Montevidéo que estavam berrando. De facto, Mauá chegára, nas vespervas, de Montevidéo, onde depois de se ter posto á frente do povo e ir a Palacio offerecer ao Governo legal, que o Brasil apoiava, o seu dinheiro, o dinheiro de seu banco, e o risco de sua vida, tinha sido ainda o homem cujo prestigio era tão grande que o chefe revolucionario Flores, de-

pois de repellir outros intermediarios officiaes de pacificação, consente em ouvir, sabendo de seu character semi-official de emissario do Governo e escrevendo-lhe: *No obstante, las puertas están abiertas; aceptaria de vuestra mano la corona de olivo que me ofrecéis, Señor Baron.* (A. Comte. *La Cruzada Libertadora*, 117).

Se a guerra veiu, se nós tivemos que fazer alliança com os revoltosos de Flores contra o Presidente Aguirre, não foi porque Mauá não tivesse tentado as deligencias que iniciou e que Saraiva, adiando ou desrespeitando instrucções, desejou renovar em dois mezes de delongas.

Afinal, empossamos Flores no governo.

Dahi resultou a guerra com o Paraguay — o duende de Mauá.

Sagastume e Antonio de las Carreras, explorando o impulsionismo e a ambição de Solano Lopez e insuflando em Montevidéo as paixões desenfreadas, conseguiram a intromissão de Lopez no conflicto e a guerra do Paraguay, como consequencia.

Hoje que o problema se desenha mais nitido, ainda não foi possivel decidir qual dos dois viu certo — se o Imperador, se Mauá.

De seu lado, o Imperador poderia argumentar com o resultado; pela victoria no Paraguay, a força do Brasil augmentou.

Mas os que examinam o fundo da questão, têm sempre motivos de admirar a alta capacidade de Mauá, o seu genio politico. Lançando um olhar retrospectivo, se não adoptam as opiniões extremadas que vão ganhando corpo, de que a imprevidencia imperial creou aquella situação das palavras de Tavares Bastos: — (...o perigo de uma guerra proxima diante da antipathia dos povos americanos continuando o desprestigio continental do Imperio de escravos) — pensam ainda nos riscos que corremos e de que, por milagre, escapamos.

E' preciso fazer historia com serenidade, pois que não é possivel falar facilmente de guerra com justiça.

Appareceu um elemento novo que não entrava na concepção de Mauá. Solano Lopez surgira precisamente nesse momento, ambicioso e máo. Entre o governo do pae e os sonhos imperialistas do filho, decorreram apenas mezes. O Imperador, por sua diplomacia européa, presentira o delirio do novo occupante do governo de um paiz que “desde longos annos vivia sob o regimen absoluto, máo grado a exterioridade de algumas formulas republicanas; cujos habitantes, coagidos sob ferrea disciplina, obedeciam cégameute aos seus dictadores” (João Ribeiro, "*Historia do Brasil*". 444).

E' certo que era um paiz que se armava. Mas, por effeito de um delirio de perseguição talvez; e, se era com pensamento aggressivo — contra quem?

Num recente estudo de muito leal observação — *Solano Lopez* — o Sr. Lindolpho Collor, que é hoje uma das competencias no assumpto, exhuma das memorias do tempo a lembrança de que Solano Lopez hesitou muito, antes de arriscar o attentado contra o Brasil: — “A declaração de guerra ao Brasil foi feita com prolongadas vacillações, entre avanços e re-cuos de uma vontade enfermiza”, diz Collor, tomando documentos a Juan Silviano Godoy, a Thompson, a Maesterman, a Schneider (“o Presidente Solano Lopez só depois de muitas vacillações resolveu dar começo ás hostilidades”, são palavras de Schneider).

Certo, Solano Lopez, excitado pela ambição, estimulado pela vaidade de Madame Lynch, dominado pelo pavor em que vivia de conquistadores imaginarios do seu territorio, havia de desencadear afinal a guerra sob qualquer pretexto, tendo oitenta a cem mil fanaticos para morrerem por elle. Mas qual a victima? Por que o Brasil e não a Argentina, como pareceria verosimil?

Todas as affirmações eram aventureosas naquelle enigma humano, que ninguem podia penetrar.

Não foi só nas operações militares que “andamos ás apalpadellas (como disse Caxias no Senado), sem mappas do ter-

reno, sem praticos de confiança". Tambem no mappa politico andavamos ás escuras. Mauá que conhecia todos aquelles governantes e caudillos, (1) tanto quanto era possivel conhecer homens que viviam receiosos de nós e muito preoccupados com suas situações internas (só Lopez tinha posição segura) voltára de uma conferencia de duas horas com Mitre, convencido de que as sympathias deste estavam de nosso lado, mas que o seu concurso era duvidoso, pelo espantallo de Urquiza no governo de Entre Rios, rival vencido e humilhado mas não resignado, e pelas difficuldades internas perante os exaltados do partido. Urquiza, de seu lado, era um terrivel enigma; veio para nós á ultima hora.

O Convenio de Montevidéo, a Missão de Saraiva em Buenos Ayres e o Tratado da Triplíce Alliança, actos simultaneos em que collaboraram as excepcionaes capacidades diplomaticas de Rio Branco, e Octaviano, deram-nos afinal a victoria, no que, não esqueçamos, foi Mauá ainda um collaborador efficiente.

Entretanto, um espirito profundo como Joaquim Nabuco pôde escrever que, graças a Saraiva, a Triplice Alliança não se fez contra nós.

Que esse risco corremos e que na guerra corremos outros, que perdemos cem mil vidas e seiscentos mil contos, que vemos horizontes negros, são hoje apenas recordações de dias de bravura; mas, o que poderia ter acontecido, sem tantos milagres que nos salvaram, Mauá, conhecedor como ninguem do mappa politico e do mappa topographico, viu sempre com olhos angustiados de lynce.

O Brasil tinha a lutar contra um terrivel inimigo, contra uma terra inhospita, contra a má vontade geral. A suspeita de

(1) Os archivos da nossa Secretaria do Exterior estão repletos de documentos provando a influencia consideravel de Mauá junto de todos esses homens. Já em 8 de Março de 1859 o Governo Imperial recebia uma carta de Mauá informando-o de que o Governo de Buenos-Aires o convidava para ser portador de propostas amigaveis ao General Urquiza e consultando sobre isso o Ministro de Estrangeiros (Paranhos).

imperialismo nos indispunha, não só aos olhos da America republicana, mas aos do mundo. Vasquez Sagastume, o nosso velho inimigo, o instigador de Lopez, não se enganava muito escrevendo de Assumpção ao seu Ministro de Estrangeiros Herrera, em 21 de Junho de 1864, que era preciso *observar* o governo de Washington, porque — *...su buena disposicion en favor de las republicas puede utilizar-se grandemente en nuestro provecho...* (L. A. de Herrera, “*La clausura de los rios*” 477).

Hoje, passados os perigos, quando a lealdade do Brasil e de D. Pedro II destruíram prevenções que a propria victoria poderia ter deixado como uma maldição, seria injusto formar nessa phalange moderna de escriptores que malsinam o Imperador como causador da Guerra do Paraguay; mas, não é possivel deixar de volver a attenção para o que Mauá acreditava ser melhor e que viu inutilizado — o Brasil e o Uruguay unidos ao Paraguay, por bem do equilibrio do momento, contraminada a perfidia de Lopez por uma estrada de ferro que de começo, foi por elle ideada, commercial e estrategica, sahindo de Vassouras, ponta dos trilhos da E. F. D. Pedro II em 1864 e indo directamente á confluencia do Rio Grande com o Paraná, na intercessão das provincias de S. Paulo, Minas e Matto Grosso; ou, em seu logar, outra depois, estrada estrategica e commercial tambem, partindo da bahia do Paranaguá por Curitiba a Miranda, em Matto Grosso, com ramaes para Assumpção e para La Paz, estudos completos, orçamentos feitos e uma proposta para execução de menos de 100 mil contos em apolices, isto é, menos da terça parte de somma com que deixamos fertilizadas terras extranhas e que nos teria poupado os milhares de vidas que perdemos no Chaco e na epopéa da Laguna.

Mas, pouco aproveitaria ao nosso fim decifrar estes enigmas.

Desde o dia da declaração da guerra, Mauá tomou o seu papel de soldado brasileiro. Cumpriu o seu dever na primeira linha. Os navios construidos em seus estaleiros foram das melhores utilidades de transporte, foram tambem das promptas

unidades de combate. Quando um banco inglez recusou em Buenos Ayres um saque de 1.000 contos, por falta de fundos do sacador, elle, espezinhado embora pelo Gabinete Zacharias, se adianta junto de Caxias: — “Saque V. Ex. sobre as nossas casas de Montevideo e Buenos Ayres as quantias que precisar”. — Quando o exercito esteve ameaçado de fome em Rozario, villa paraguaya acima de Assumpção, foi elle quem, a pedido do Rio Branco, forneceu 1.200.000 etapas que o contractante argentino não preparára a tempo.

Para que reviver contendas, estudar-lhes o direito e o avesso? Que lucra a Patria em apurar se foi o Imperador que viu melhor, se foi Mauá, uma vez que ambos estavam inspirados por elevado patriotismo e já não é possivel voltar atraz, nem evitando a guerra, nem apagando os ressentimentos, admittido que eram essas as causas determinantes do afastamento dos dois?

Sursum corda!

Elevemos o espirito até estas bellas palavras com que foi justificado recentemente o culto do Imperador na Camara dos Deputados da Republica pelo Dr. Wanderley Pinho, — que allia dois nomes a que faz honra: um, luzeiro da monarchia, Cotegipe, outro, servidor illustre da Republica, o Dr. Araujo Pinho:

“Mas, Sr. Presidente, ainda quando não fôsse exactamente este o julgamento da historia... haveriamos sempre de acudir com uma cerimonia, uma prece, um sacrificio ao culto dos grandes mortos, á religião dos grandes homens... Esse culto tão necessario á alma das nações, exclue como herezia e castiga com anathema, a analyse perquiridora de fraquezas e delictos na vida dos herões.

Os povos hão necessidade de idolos civicos. O povo brasileiro erigiu, como um dos seus, e como o seu maior, a D. Pedro II; e se esse idolo

lhe dá vigor para criar, lhe dá forças para agir, se esse idolo o educa em estímulos sãos, que importa que haja alguma argila opaca nas scintillações que lhe empresta? Se esse idolo o commanda para a pureza, o bem, a força, a justiça, o ideal, não ha senão como alentar essa idolatria, apurar esse fetichismo, augmentar, limpando-a de qualquer sombra, a aureola dessa divindade"...

CAPITULO IV

Formação litteraria de Mauá

Intelligente e instruído, tinha a comprehensão prompta e a concepção rápida; via logo o lado pratico de qualquer plano que lhe apresentavam, descobrindo-lhe as vantagens e os pontos fracos.

Era espantosa a força de sua memoria, guardava facilmente as physionomias e os nomes das pessoas com quem tratava; conservava com exactidão numeros longos desde o primeiro até o ultimo algarismo e quando dirigiu dezenove estabelecimentos, sabia o estado das operações de cada um d'elles.

Nunca empreendeu uma grande operação sem que a houvesse primeiro estudado patientemente: é certo que incluía em seus projectos, como razões de decidir, a utilidade que d'elles resultaria para a grandeza da patria.

CONSELHEIRO SOUZA FERREIRA.

A FORMAÇÃO intellectual de Mauá quer sob o aspecto litterario, quer sob o aspecto moral, quer sob o aspecto philosophico, jaz envolta em dobras de mysterio.

Sabe-se que aos nove annos deixára, orphão de pae, a casa materna, nos confins do Brasil, em Arroio Grande, a alguns kilometros do Uruguay, uma pequena propriedade rustica onde nascera em 28 de Dezembro de 1813 e onde não lhe fôra possível aprender as primeiras letras. Pouco tempo depois, mal tinha completado onze annos, já o encontramos atraz do bal-

cão de uma casa de commercio da Capital do Imperio, das sete da manhã ás dez da noite, á hora em que o sino da igreja mandava fechar as portas da loja e dormir, sobre o balcão ou no desvão da agua-furtada, o tempo absolutamente indispensavel para que o corpo podesse resistir á fadiga do dia seguinte.

Como aprendeu a lér não se sabe exactamente. Uma tradição de familia, diz, pelo testemunho auctorisado de sua nora D.^a Jesuina Salles, viuva de seu filho mais velho Irenêo, que Mauá, antes de ser caixeiro de Antonio José Pereira de Almeida estivera numa casa de negocio de diminuta importancia. Ahi o deixára um tio materno, o capitão de navio José Baptista de Carvalho, de partida para a India, a troco de moradia e comida que o menino Irenêo indemnizava em serviços de ajudar a apurar uma fêria média de 50\$000. Essa narrativa ouvi da veneranda senhora, que ainda conserva, ao lado de impressionantes traços de belleza, uma intelligencia lucida e memoria felicissima que não se fatigam no culto de seu illustre sogro.

Outra noticia de familia quer que Mauá tenha recebido suas primeiras letras em S. Paulo, num collegio de nome ignorado, onde o deixára o tio, quando seguiu viagem para a India, viagem redonda de permuta de productos, de duração nunca inferior a oito mezes.

O que se sabe de certo é que antes de completar doze annos era caixeiro de uma loja de fazendas de regular importancia, a do portuguez Antonio José Pereira de Almeida, onde permaneceu quatro annos, até 1830, quando passou a ser empregado do estabelecimento do subdito inglez Ricardo Caruthers.

E' ainda dos dominios da lenda como se operou essa passagem. Noticia que vem por antiga e respeitavel familia da intimidade da Viscondessa de Mauá, refere que Almeida, tendo resolvido liquidar seus negocios por correrem mal, reuniu os credores, dando-lhes a relação de seu activo commercial e pedindo-lhes em troca a quitação para poder buscar emprego que garantisse o pão da velhice. Entregava-lhes conjunctamente o prediô em que morava na rua dos Latoeiros, hoje Gonçalves

Dias, estimado em 12:000\$000, dote de sua mulher, e mais umas joias que valeriam 2:000\$.

A dação *in solutum* podia ser considerada aceita; mas, logo foi impugnada pelo bondoso Carruthers — “na Inglaterra, objectou, elle, o *home* é sagrado; uma ninharia o valor dessa casa e dessas joias da mulher de um negociante honrado e infeliz”; — e os outros credores inclinaram-se diante da nobre attitude. Almeida, reconhecido, dissera-lhe então — “quero pagar-lhe este serviço, dou-lhe um bom caixeiro”.

Nestes termos, ou simplesmente recommendado com muito carinho por Almeida a Carruthers, como elle diz, Irenêo Evangelista de Souza passou a ser caixeiro graduado de uma casa ingleza de muito credito, aos 17 annos de idade, em 1830.

Ricardo Carruthers era um homem intelligente, educado em Londres para o alto commercio, profundamente bom. Mauá o proclamou... “...um dos melhores typos da humanidade, que se distinguia pela velha escola da moralidade positiva”... (*Exposição aos credores de Mauá & Cia.*). Diz uma brasileira illustre, a Viscondessa de Cavalcanti, que o ouviu, em Petropolis, referir-se varias vezes ao velho patrão sempre com os olhos humidos de lagrimas, repetindo o estribilho: — “era um santo”.

O caixeiro de 17 annos, Irenêo, devia saber ainda muito pouco da propria lingua. Sua educação litteraria e commercial começou em inglez. Carruthers ensinou-lhe contabilidade, deu-lhe uma *grammatica* ingleza, livros inglezes; o methodo intuitivo fez o resto. Mauá tornou-se um negociante inglez; toda a sua vida exhibirá os vestigios dessa iniciação, para beneficio de sua patria. Só *contava* em inglez e só dava expansão ás suas coleras em inglez; explicava este ultimo cacoete, que não gostava de dizer coisas feias na lingua materna. Na colonia britannica, seu nome, com a consoante dobrada, e a accentuação modificada, nacionalisou-se e popularisou-se — *Sinhôr Irrênêo*.

Dessa escola ingleza recebeu elle tudo — o trato do commercio, as largas tendencias do seu industrialismo, o genio das

empresas, os largos vôos dos seus sonhos de grandeza, a lisura de sua palavra, o culto do credito, e essa nobreza de processos com que, nos tres ultimos quartos do seculo XIX, o commercio fez das Ilhas Britanicas o maior dos Imperios. Aos 23 annos, era já o socio gerente da casa Carruthers. E tres annos depois, Ricardo Carruthers, retirando-se para a Inglaterra, deixava-lhe o encargo de sua casa e de um nome commercial que foi mantido dignamente nas ombreiras das portas da rua da Quitanda e da rua dos Pescadores por alguns annos, para logo depois crescer muito e alargar-se por outras terras.

O jovem Irenêo sentiu que era enorme o peso da chefia; quiz recusal-o, ou pelo menos fingiu querer alijal-o; é bem provavel que a consciencia do seu valor e a visão do futuro lhe tivessem apenas aconselhado como recurso de habilidade esse de allegar que — não sabia se poderia contar com a cooperação de empregados inglezes mais velhos, caixeiros mais antigos da casa. — A bôa vontade, a dedicação de seus companheiros de trabalho, foi logo conquistada por esse gesto. Irenêo era, dentro em pouco, um chefe querido e admirado.

A originalidade do seu temperamento, talvez um indice de seu character de conductor de homens, logo se revelou na escolha de uma residencia em commum. Irenêo tomou de aluguel e pouco depois comprou, uma casa no morro de Santa Thereza, onde é hoje o Hotel Bello Horizonte, situada na ponta do Curvello, com mattaria ao fundo.

Nesse tempo, ir habitar aquellas alturas do morro de Santa Thereza era grande excentricidade. Emigravam para lá no verão alguns capitalistas que podiam descer uma ou duas vezes por semana, pagando o luxo de liteiras e animaes de sella ou negociantes estrangeiros que fugiam, a todo custo, da febre amarella; mas, descer e subir diariamente, foi exquisitesse que muito se commentou nas rodas do commercio. Vinte e cinco annos depois, seria ainda um acontecimento que determinava luminarias do *Jornal do Commercio*, o grande melhoramento com que Joaquim da Fonseca Guimarães e José Carlos Palhares dotaram aquelle morro abrindo da Praia da Gloria o

caminho de Dona Luiza que vinha concorrer com as ladeiras de Santa Thereza e do Cassiano, unicos acessos para a montanha abençoada . O *Jornal*, em artigo especial, festejou com girandolas essa inauguração, a que compareceu o Presidente do Conselho e Ministro do Imperio Marquez de Olinda "...permittindo o acesso facil e debaixo de coberta enxuta até o Aqueducto, transportando toda a casta de vehiculos ao sitio mais pittoresco da nossa bella capital, o morro de Santa Thereza, onde a vista alcança a nossa incomparavel bahia, todos os bairros desta populosa cidade e onde o ar é tão puro como o das montanhas mais elevadas"... (25 de Outubro de 1858).

Vinte annos antes já Mauá ahi tinha estabelecido, entretanto, a sua residencia, o dormitorio seu e de seus auxiliares, sanatorio dos que labutavam numa cidade tropical e sem hygiene. Acabado o trabalho na cidade baixa, subia elle, á noite, a ingreme ladeira e as asperas escadinhas que margeavam o Convento e recolhia-se para minutar a volumosa correspondencia, para os seus estudos de inglez e de portuguez; o mestre de inglez era um dos empregados da casa, que viera para o Brasil com o espirito cultivado.

Santa Thereza foi, segundo parece resultar destes preliminares, um ponto estrategico escolhido por Mauá para a conquista do pessoal cujo commando recebia; era um quartel onde a intriga não penetrava, livre da febre, das tentações nocturnas e da sujeira da cidade baixa. Aos sabbados subiam todos mais cêdo, chefe e subordinados, lançadores no commercio do Rio de uma semana ingleza que começava ás 3 horas da tarde — verdadeira revolução nos costumes da época.

Nesse refugio, só Mauá e o professor de inglez não iam gozar o descanso de um final de semana; os dois aproveitavam no estudo o fresco da noite. Aos domingos era, entretanto, rigorosa a pratica do repouso pelos estatutos da casa.

Irenêo, porém, infringia o preceito, procurando isoladamente occupação para o espirito — lia Alexandre Herculano, que estava entrando em moda, Camões, Bocage, os sermões do Padre Vieira, Milton, Shakespeare e, quando os subordinados não lhe

podiam perceber essa violação flagrante do regulamento, embebiam-se de progresso e de sonhos a um canto da larga varanda, devorando revistas inglezas que fallavam de metallurgia, da incipiente navegação a vapor, das vias de ferro na Inglaterra e nos Estados Unidos, e ás escondidas, não deixava de passar os olhos por coisas mais serias, rigorosamente defesas nos domingos, os seus economistas predilectos Stuart Mill e J. B. Say.

Na estrada dos seus triumphos, foi este o primeiro passo para a victoria . Conquistára o mando pela confiança e pela amizade dos commandados. As rivalidades encolheram-se, a inveja fugiu e a admiração pelo chefe uniu e associou todos no labor commum. A organização á ingleza affirmou-se com a partilha de beneficios entre os obreiros; o regimen dos interesses nos lucros e das commissões, cimentou a obra. Nessa casa de Santa Thereza os *auxiliares* (era prohibido pronunciar a palavra caixeiro) da firma Carruthers viveram em familia com o patrão brasileiro até 1840.

No anno de 1839 novos hospedes tinham, vindo, porém, deslocar de seus commodos todos os antigos moradores. Era, preciso abrir espaço; Irenêo tinha ido buscar no Rio Grande sua Mãe, de novo viuva, (o Pae, João Evangelista de Souza, morreu muito moço) uma irmã que recentemente enviuvára e que trazia uma filha, menina que alguns annos depois (11 de Abril de 1841) seria sua esposa.

De sua familia — além do capitão de barco, não ha memoria d'outras pessoas: Mãe viuva, irmã viuva e uma sobrinha, uma menina nubil, para que em tudo se affirmasse a individualidade extraordinaria; não teve, como todos têm, duas familias, a sua e a de sua mulher; era uma só, a pesar-lhe toda sobre os hombros.

Nos dias de grandeza e nos dias de adversidade, essas tres mulheres mostraram-se dignas do chefe illustre; D.^a Marianna, senhora de pouca cultura, mas de bom senso e muita finura; D.^a Guilhermina, irmã e sogra, a mais mundana das tres, muito lida, versada em politica, ajudando o irmão a conquistar a alta sociedade e fazendo as honras de jantares que reuniram os

homens mais notáveis da época; D.^a Maria Joaquina, a Viscondessa de Mauá, inteligente, regularmente instruída, civilisada em repetidas visitas ao estrangeiro e que foi, sobretudo, uma mulher forte. Progenitora carinhosíssima de prole numerosa, deixava a sua Mãe os cuidados da representação social; mas, só lhe transmittia as funcções da direcção do lar e o cuidado dos filhos quando acompanhava o marido nas viagens á Europa e ao Rio da Prata, porque “homem não se deixa andar só”, explicação benevola para fazer tolerada da Mãe uma dedicação que podendo ter, talvez, a principio a explicação do egoismo da posse, não era de certo assim quando, sexagenaria ella, septuagenario elle, não se separavam nunca e fizeram juntos uma viagem de 120 leguas, a cavallo, ás estancias da Companhia Pastoral.

A organização da *republica de estudantes* de Santa Thereza em que um dictador se tinha enraizado, desfizera-se aos poucos com a chegada das tres senhoras; foram-se espalhando os inglezes pelo morro, outros desceram para a fornalha.

A casa de Santa Thereza havia de ser tambem abandonada, pouco depois, pelos novos moradores. Essas tres gerações de mulheres conspiraram contra a insipidez da floresta e vieram installar-se mais perto da cidade, num casarão colonial, que, consideravelmente augmentado e transformado, é hoje o Collegio Santo Antonio Maria Zaccaria, n. 113, da rua do Cattete; e foi este o theatro dos successos financeiros de Mauá, na segunda phase de sua carreira.

Quando, mais tarde, a abolição apurou os creditos de seus benemeritos, distribuindo as medalhas de 13 de Maio, foi lembrado que na matta dos fundos da vasta chacara onde depois Joaquim Murinho edificou o chalet que é hoje a residencia Santos Lobo e um negociante portuguez Lemos a casa pertencente agora ao Dr. Castro Maya, refugiavam-se escravos fugidos que procuravam protecção e que voltavam apadrinhados, algumas vezes com carta de alforria. Quando o historiador das “*Revoluções Cisplatinas*”, A. Varela carregou as côres das pri-

sões da fortaleza de Santa Cruz onde a alimentação dos prisioneiros do Piratinin, em numero de 33 "...era uma grande caldeira cheia de agua com um meio prato de feijão picado de gorgulho, com pirão de farinha pôdre, que só de vêr provocava vomitos"... segundo a narrativa de carta do seu archivo datada de 1838 ou 1839, acrescenta que — "...esses 33 presos morreriam de fome e nudez se uma mão occulta lhes não ministrasse o alimento e roupa e para que ahi (no Rio Grande) saiba-se de quem é essa mão occulta, cumpre-me declarar-lhe que é do rio-grandense Irenêo Evangelista de Souza"... (*Revoluções Cisplatinas*, II, 101.) Quando David Canabarro, seu amigo e amigo de Theophilo Ottoni, escreveu a este, do Rio Grande, em 1844, a carta que o consultava sobre as bases da paz na lucta de dez annos travada nas campinas do Sul, foi ainda Mauá seu fiel auxiliar. O Tenente Martins, portador dessa carta, disfarçado com o nome de José Simeão, (?) estivera, na passagem para Minas, refugiado em casa de Christiano Ottoni (C. Ottoni, *Biographia de Theophilo Ottoni*) e na volta, com as instrucções secretas de Theophilo, illudindo a vigilancia da policia, esteve escondido na chacara de Santa Thereza.

Nessa época, 1844, era Mauá um simples negociante de fazendas, ou antes, o gerente de um estabelecimento de nome estrangeiro; mas, tal era o seu prestigio que o radical França Leite, um dos presos da revolução mineira de 1842, attribuiu-lhe decisiva influencia nas medidas governamentaes que acoimava de rigorosas; foi então necessario que esse negociante de 29 annos de idade, viesse á imprensa (*Jornal do Commercio*) defender-se de estar influindo nos actos dos grandes homens do partido conservador, como Paraná, Mont'Alegre, Uruguay, Itaborahy e Euzebio, com estas expressões que pareceriam de incomparavel petulancia se não traduzissem inteira e sabida verdade... "Não somos homem de partido. Se esses senhores (e citava-lhes os nomes, os Honorios, os Mont'Alegre, Paulino de Souza, Rodrigues Torres e Euzebios) nos honram com sua amizade, outros de opinião contraria nos têm em igual con-

ceito; **havemos feito voto de dedicar toda a nossa vida aos melhoramentos materiaes do nosso paiz”...**

Não é ousadia affirmar, dispensando melhores documentos, que um moço a quem tal força se attribue junto dos maiores homens do segundo reinado, tivesse influido poderosamente na terminação, por todos desejada, da lucta que ensanguentou a provincia de seu nascimento, amigo, como era, dos legalistas e querido dos revoltosos.

De facto, na chacara de Santa Thereza se fez muito pela cessação no Rio Grande do Sul dessa lucta em que as idéas de separação e de republica constituíam ameaça séria para a integridade do Brasil.

Da correspondencia de Mauá nesse periodo, que foi o da sua formação intellectual, quasi nada existe.

Alguns copiadorees commerciaes em portuguez e em inglez, guardados com carinho por seu filho Commendador Henrique Irenêo de Souza e por sua bisneta, D.^a Irene Azevedo Sodré, estão em tal estado de decomposição da tinta e do papel que impossivel foi restaural-os. Outros documentos não foram até agora encontrados; não existirão provavelmente.

Dessa época não apparecem siquer as minutas das cartas de seu punho, que são abundantes na ultima phase de sua vida. Mauá escrevia muito, escrevia longas cartas aos amigos, aos socios, a homens publicos. Não tinha receio de arriscar opiniões, como quem as teve sempre firmes, producto de uma cabeça solida e de muita meditação e sinceridade. Não conhecia a regra de prudencia de não se comprometter publicando idéas. De alguns dos seus descendentes, hoje em boas condições de fortuna, devemos esperar uma edição de tudo quanto resta de sua penna, em cartas e minutas de cartas intimas e cartas politicas, de sua correspondencia commercial, de suas orações no Parlamento e de seus discursos em assembléas de sociedades anonymas, de seus relatorios como director e como lançador de emprezas.

A outros titulos Mauá adicionará tambem uma reputação litteraria. Se um grande escriptor é um homem que, tendo

paixões, sabe o dictionario e a grammatica, conforme a definição de Taine, Mauá pôde sem duvida pretender este titulo. O que lhe possa faltar no conhecimento do dictionario é menos do que o que falta a muitos que usufruem regalias de homens de letras; um ou outro descuido encontra-se, não muito frequentemente, na orthographia apressada de suas minutas, uma ou outra construcção mais no genio da lingua ingleza que foi a de sua educação de adolescente, uma ou outra impropriedade de vocabulo, que não chegam para prejudicar o effeito empolgante de paixões nobres com tanta clareza e exuberancia manifestadas. Seu estilo tem formulas proprias, coloridos vibrantes, syntheses encantadoras.

O Visconde de Taunay, contemporaneo de suas ultimas glorias, assignala que, no fim da vida parlamentar, isto é quando lhe pesavam mais de 60 annos de idade e a depressão mental das primeiras difficuldades commerciaes aqui e das perseguições politicas no Uruguay, assignala, como coisa a notar-se, que elle ficou em *sensível inferioridade* no celebre duello oratorio com Silveira Martins. "...Apezar das sinceras sympathias que despertava e da benemerencia que o aureolava, Mauá, já velho e cansado, de cada vez que subia á tribuna, perdia evidentemente e prejudicava sua posição, pela incerteza da phrase, como pelo sotaque e vicios de linguagem adquiridos em paizes estrangeiros sobretudo platinos, a dizer *bussola* em vez de bússola, *rato* em vez de momento, ou *de cerca* em vez de perto, ao passo que o formidavel contendor, no vigor da idade e com prestigio tribunico cada vez maior, lhe dava golpes tremendos e conseguia arrastar não só as galerias, como até os adversarios politicos no recinto da Camara, fascinados mais pela opulencia da palavra ardente do que pelo valor da argumentação"... Citamos o trecho pelo relevo que elle dá ainda á figura de Mauá na tribuna, no momento em que della se despedia. Nessa occasião, era a Camara inteira que tremia diante das rajadas da eloquencia de Silveira Martins, *pampeiro*, como o classificou em outro livro o mesmo Taunay, do

qual todos procuraram pôr-se á capa, até o brilhante orador que era o Ministro da Guerra, Junqueira.

Não é pequeno elogio que Taunay precisasse frisar-lhe a inferioridade, a esse que nos seus dias de vigor intellectual, se batêra com Salles Torres-Homem, com Paraná, com Nabuco, com Zacharias, quasi como um igual. Ser proclamado inferior a Silveira Martins numa tribuna, não é perder foros de orador; é ganhar galões de alta patente. Na comparação vae um diploma que nós, admiradores de seu enorme talento, não pleiteavamos.

Mauá não era, de certo, um grande orador; foi apenas um bom orador parlamentar, esgrimista elegante da palavra, argumentador claro e conciso. Como tal o ouviam e com elle terçaram armas os maiores parlamentares do Imperio.

O Conselheiro Souza Ferreira, contemporaneo de sua brilhante acção parlamentar, escreve — "...discreto, comedido, proficiente, convencido e procurando gravar fundamentalmente suas idéas no animo dos ouvintes, falando com a autoridade de quem fez do assumpto que expõe, aturado estudo"...

Era de temperamento nervoso, mas sabia dominar-se na tribuna. Falava baixo e calmo, excepto quando uma idéa bella e generosa lhe inflamava o espirito ou fazia bater-lhe com força o coração (*Souza Ferreira. Traços biographicos*).

Esses defeitos de linguagem, esses — *um rato*, — *de cerca*, — os frequentes — *todavia* — eram cicatrizes de combate; adquirira-as ao serviço da patria, em terras espanholas, numa permanencia de muitos annos. Não era, aliás, o seu unico defeito litterario; tambem falava e escrevia, ás vezes, com uma construcção inglezada; os verbos, por que representam a acção, antepunhão-os frequentemente ao sujeito; eram vestigios das batalhas de Londres, para levantar emprestimos para suas empresas e para o nosso governo, eram as reminiscencias de uma iniciação litteraria que a familia não lhe proporcionou em sua lingua por falta de recursos e a patria por falta de escolas.

Entretanto, poucos serão os parlamentares, no antigo re-

gimen e no novo, que possam exhibir uma folha tão continuada de serviços, uma serie tão proveitosa de projectos bons e de bons discursos.

Em 1856, deputado supplente, defendeu com brilho o projecto do governo em relação ao Banco do Brasil e o relativo á organização das sociedades bancarias, outro sobre reformas necessarias no Codigo Commercial e justificou o substitutivo de Carneiro de Campos (Caravellas) sobre sociedades em commandita, que o Governo iria, no anno seguinte, repudiar com gravissimo erro.

Em 1858 tratou da questão bancaria que apaixonou o parlamento e o paiz; e em Agosto proferiu notavel discurso sobre a navegação do Amazonas. Em 1860 (6 de Agosto) discutiu o orçamento da receita. Em 1861 discutiu o orçamento geral. Em 1873 deu-se o seu celebre duello com Silveira Martins. Pouco assiduo na tribuna, era dos mais operosos no trabalho das commissões; abundam pareceres e relatorios seus.

Insistimos neste aspecto de sua capacidade intellectual, a oratoria, porque, sem duvida, é o menos brilhante dos seus predcados e porque veio á baila.

No correr deste livro verão os mais exigentes, por trechos transcriptos, que para escrever e falar bem, em publico e na intimidade de longas cartas preciosas, não lhe faltava a fórmula correcta de dizer as coisas mais bellas e mais sãs.

Seu folheto *Exposição aos credores* não é apenas um livro bem feito; é um livro encantador de sentimento e de paixão. "Não se o pôde lêr sem as lagrimas nos olhos" diz o Conselheiro Souza Ferreira; é um poemeto; é um livro de Job. Seu folheto "*Meio circulante*" escripto em 1878, já no periodo de declinio intellectual, pouco antes da morte, em defeza do acto do Ministro da Fazenda do Gabinete Sinimbú, Gaspar da Silveira Martins, é uma dissertação muito bem escripta de finanças e economia politica. Seus artigos na imprensa de Montevidéo, em varias épocas, são de um jornalista de officio; os do anno de 1868, que obtive por copia mandada tirar ultimamente pelo illustre Ministro do Brasil Nabuco de Gouveia,

são de tal valor que o Visconde de Rio Branco assim lhes accusou o recebimento: — “Li os communicados no *Siglo* e, sem lisonja, o cumprimento pela solidez das idéas, felicidade de expressão e a honrosa posição em que se collocou. E’ impossivel que seus conselhos não sejam aceitos pelo Governo”. (Carta de 22 de Abril de 1868, Archivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro).

Suas numerosas cartas particulares ao Gerente do Banco em Rio Grande, Ricardo Ribeiro e a homens publicos, Olin-da, Mont’Alegre, Euzebio. Uruguay, S. Vicente, Caxias, Ozorio, Cotegipe, Theophilo Ottoni, Rio Branco, Octaviano, Carneiro de Campos, Dias de Carvalho, Dias Vieira e outros, e outros, não de formar algum dia preciosos volumes.

Seus artigos na imprensa da Capital, em varias épocas, bastariam para a gloria de um nome; o que sahiu publicado no *Jornal do Commercio* de 24 de Abril de 1864 sobre a Missão Saraiva, ao qual algumas vezes hei de referir-me, mereceu a classificação de uma alta peça pelo valor litterario e diplomatico.

Com a esperanza de promover a publicação d’esses trabalhos, elaborados quasi todos ao correr da penna e ao acaso do momento, empenho a promessa de uma prova completa que se annunciará palpitante nos trechos com que este livro vae enriquecendo.

Entretanto, não me dispensarei de aqui inserir desde já alguns exerpτος de discursos, pois que as suas aptidões oratorias vieram á tona. Escolhi-os por um criterio especial; se não servirem para anthologias de rhetorica, servirão como lições de dever civico para desempenho do mandato popular que elle honrou tanto e... que um dia lhe foi cassado.

Na sessão de 20 de Agosto de 1861 disputava o Gabinete Caxias-Paranhos uma medida de confiança, a prorogação da lei do orçamento. Amigo intimo de Paranhos (Rio Branco) amigo respeitoso de Caxias e adepto do Governo, eis como Mauá recebe, no voto de graças, a proposta de seus amigos:

— “Desde que seja bem demonstrada, Senhor Presidente, a urgencia duma medida que, no meu entender, consulte um grande fim de utilidade publica, não negarei o meu voto á actual administração, mormente depois das palavras benevolas do nobre ministro da fazenda (Paranhos) e da intelligencia suave dada por S. Ex. á lei de 22 de Agosto e aos decretos do poder executivo que a regulamentaram.

“Porém, Senhores, este proposito de votar pelas medidas que forem necessarias á marcha administrativa do Governo, e mesmo em alguns casos por aquellas que demandem um voto de confiança, está subordinado no meu espirito a certos principios que regulam meu voto nesta casa e dos quaes não posso prescindir.

“Senhores, enquanto tiver a honra de occupar uma cadeira nesta Camara, jámais darei o meu voto a favor de autorisação alguma ao Governo que lhe dê o direito de cobrar impostos sem que estes tenham sido bem apreciados nesta casa, porque entendo ser o primeiro, o mais serio de todos os deveres que a Constituição impoz aos seus representantes, e estou mesmo persuadido que a delegação do cumprimento deste dever não é permittida, embora tenha sido infelizmente muitas vezes concedida. (Ouvem-se apartes).

“Sr. Presidente, estando eu de accordo com o meu nobre collega pela provincia de Minas Geraes que abriu a primeira discussão desta materia e com o honrado deputado pela Bahia que o secundou, na opinião de que a resolução que se discute não assenta em uma necessidade inclinavel da situação...

— O Sr. Francisco Octaviano — “Apoiado, é um luxo”.

— O Sr. Barão de Mauá — “...e estando convencido de que esta medida importa uma autorisação para a cobrança de impostos apreciados e votados pelo corpo legislativo para outro periodo e circunstancias diversas daquellas que tinhamos obrigação de apreciar este anno na discussão do orçamento, entendo ser isto uma violação do mais importante, do mais sério dos deveres que a Constituição do Estado impõe ao representante da nação.

“A Constituição, Sr. Presidente, tratando da grave questão que nos occupa, visto que esta resolução decreta englobadamente a receita e despesa geral do Imperio, bem expressamente nos diz que o faremos *annualmente* (este é o termo empregado); ella quiz pois que em cada anno fôsem devidamente apreciadas as circunstancias e as necessidades que devem determinar a decretação dos onus com que o povo tem de concorrer para a satisfação dessas necessidades. Este dever não póde ser por nós postergado.

(Cruzam-se varios apartes).

— “O Sr. Barão de Mauá — “Os precedentes, no meu fraco juizo, só devem ser seguidos quando se conformam com os principios que devem guiar-nos nas votações da casa; (Apoiados) desde que elles se afastam destes principios, para mim perderam toda a sua força (Apoiados). Nem eu estou discutindo as razões que induziram outros ministerios a reclamar medida idêntica áquella que se discute, pois sei que este abuso tem precedentes; porém já disse que isto para mim nada significa; se o precedente fôsse bom

conviria imital-o; se, pelo contrario é máo, o que cumpre é evitar sua repetição”.

Apenas ha que accrescentar a estas nobres palavras uma nota — o Gabinete Caxias Paranhos cahiu dias depois por minoria de um voto; — o voto de Mauá, o grande amigo do Ministro da Fazenda, teria influido no resultado.

Outras paginas de igual elevação são as do seu discurso de 6 de Agosto de 1860 discutindo o orçamento da receita.

“Sr. Presidente, estava no firme proposito de não tomar a palavra em questão alguma importante durante a presente legislatura, porquanto, com dôr o digo, sou um daquelles que acham desalentados com a actualidade do nosso paiz, não por certo em relação ao estado economico (e espraia-se em optimismo sobre as riquezas do Brasil). Pelo que toca, porém, a administração da justiça que eu considero a base da existencia social, encaro a situação por tal fórmula que toda a energia do meu espirito se abate diante de tamanho mal”.

A verdade deste audacioso discurso terá sua consagração official no Decreto immediato de 30 de Dezembro de 1863 pelo qual foram aposentados violentamente varios juizes dos mais altos postos, inclusive tres ou quatro Ministros do Supremo Tribunal de Justiça.

Merceria tambem transcrição integral o discurso com que se empossou da Presidencia da Assembléa Geral de installação do Banco Commercial e Industrial do Brasil, de onde provém o actual Banco do Brasil. Limitar-me-ei a um trecho que é uma bôa pagina de economia politica :

“Não é sem alguma ufanía, senhores, que eu vos communico estes resultados (subscrição do capital) pois sendo obtido em tres semanas, é na

verdade um facto notavel e que protesta altamente contra a asserção tantas vezes repetida de que não existe espirito de associação entre nós. O que infelizmente nos falta, senhores,, é a perseverança, a força de vontade tão necessarias para se alcançar grandes fins. Quando esta apparece, e é convenientemente sustentada, tudo se vence, tudo se consegue.

“O espirito da associação, senhores, é um dos elementos mais fortes da prosperidade de qualquer paiz, e, por assim dizer, a alma do progresso. Quando o sabio em suas meditações descobre os segredos da natureza, apenas nos mostra o germen; é o espirito da associação quem, desenvolvendo-o, faz crescer a arvore que mais tarde nos brinda com seus fructos sazonados; é o espirito de associação quem faz a grandeza e a prosperidade da Inglaterra, pois, é elle quem fornece os meios de se executarem essas obras gigantescas que, dando um valor a todos os cantos daquella nação, operaram essa prodigiosa multiplicação de capitães que ali se observa. E’ o espirito de associação que dotou esse paiz, em 20 annos, com 1.600 leguas de caminhos de ferro, que atravessando todo o paiz, em todas as direcções, levam a abundancia e a barateza por toda a parte. E’ o espirito de associação quem deu aos inglezes os meios de communicarem os seus pensamentos de um extremo a outro da sua ilha, com a velocidade do raio, por meio de telegraphos electricos, descoberta de tão poucos annos e que já emprega só na Inglaterra mais de 70.000:000\$. E’ o espirito de associação que faz com que os Estados Unidos, seguindo as pisadas da mãe patria e emparelhando-a logo, maravilhem o mundo com seu progresso. Se, pois, é a esta causa que eu

em grande parte attribuo os resultados, por assim dizer, fabulosos, que se observam em outros paizes, eu que ambiciono para o meu paiz a mesma posição e vantagens, não posso deixar de saudar, com enthusiasmo, esta reunião que me convince que esse espirito se manifesta tambem entre nós. Srs. accionistas do novo banco, no meu modo de vêr, o estabelecimento de que fazeis parte abre uma picada que, com o andar do tempo, se transformará em larga estrada de prosperidade publica". (*Jornal do Commercio*, 2 de Março de 1851).

Um dia, a publicação das *Obras de Mauá* mostrará que elle foi tambem um amoroso cultor das lettras faladas e escritas, cumprindo fazer notar aqui (para o julgamento do orador) que nessa época os discursos parlamentares não eram lidos.

Na sua geração não lhe faltaram provas de apreço ás qualidades brilhantes do espirito.

O Regulamento 737 para execução do Codigo Commercial que "passa por ser a mais perfeitamente trabalhada de nossas leis". (Joaquim Nabuco) que o Governo Provisorio da Republica mandou applicar ás causas civeis em geral (19 de Setembro 1890) e é hoje lei na Justiça Federal e que ainda regula o processo em muitos Estados, inclusive o de S. Paulo, é a obra de cinco juriconsultos notaveis e de Mauá, tendo cada um d'elles tomado a si uma parte. Nomeou-os Euzebio, Ministro da Justiça, para seus companheiros na elaboração do Regulamento — José Clemente Pereira, Nabuco de Araujo, Carvalho Moreira (Penedo) e Caetano Alberto Soares, os grandes nomes da jurisprudencia; e, extranho ao templo da sciencia, um moço, um commerciante de 36 annos, que no anno seguinte ganharia, como premio, o officialato da Ordem da Rosa, Irenêo Evangelista de Souza. (Joaquim Nabuco — "*Um Estadista do Imperio*", I. 125).

Em uma nota do punho do Barão de Penedo está dito: "O Barão de Mauá era por esse tempo geralmente considerado de grande importancia na praça do Rio". (Archivo Penedo, no Palacio Itamaraty). (1).

Muitos annos depois, quando já fraqueavam suas forças intellectuaes, ainda Octaviano lhe escreve para Londres. (25 de Março de 1872, original pertencente ao archivo de D. Irene, viuva Tito Ribeiro):

"Temos (elle Octaviano, Rio Branco e Nabuco) idéas assentadas sobre organização do credito real por meio de um grande *foncier* garantido pelo Estado; mas, fiz o Nabuco adiar a manifestação de nossas idéas para quando V. Ex. esteja de volta da Europa, porque queremos dar-lhe o primado de honra".

Nabuco de Araujo, de seu lado, quando estudou a lei de sociedades em commandita por acções, a pedido do Marquez do Paraná, em 1856, não quiz opinar antes de pedir o parecer de Mauá e esse parecer que Joaquim Nabuco publicou (*Um Estadista do Imperio*, I, 263) é uma peça de notavel saber, contraria, é certo, á orientação de Nabuco e de Paraná mas, que o Visconde de Ouro Preto havia de citar mais tarde no Senado, para fortalecer a sua opinião.

(1) Consigno, com o mais profundo reconhecimento, o auxilio que me trouxe a collaboração do Dr. Mario de B. Vasconcellos, alto funcionario do Itamaraty, fornecendo-me notas preciosas para este livro.

CAPITULO V

Sua formação moral

“Insistindo na sua conferencia para que os moços se preoccupassem em prestar a Mauá o culto a que elle tem direito, o biographo de Irenéo Evangelista inaugurou a fórma efficaz de uma cultura civica nacional que virá satisfazer a necessidade que todos hoje sentem de estabelecer uma disciplina moral e de apresentar ás novas gerações um ideal capaz de transformar no ouro de lei de um verdadeiro patriotismo os espúrios valores civicos que por ahí vão circulando.

(AZEVEDO AMARAL. — “Em torno de uma conferencia”).

ESSA iniciação na vida, só, aos 11 annos de idade, para elevar-se e subir até onde ninguem subiu mais alto na importancia social, exigia qualidades excepcionaes de character. No ambiente de moralidade privada e de probidade administrativa que envolvia o segundo reinado, um homem, por maior que fôsse o seu talento, qualquer que fôsse sua capacidade de acção, nunca poderia subir tanto e manter-se tanto tempo, sem que uma herculea compleição moral viesse reforçar as energias do cerebro e do pulso. Para que a um negociante, ente suspeitado de egoismo e de mercantilismo pelos preconceitos da época, fôsse perdoada tanta felicidade, tanta prosperidade, era preciso uma estrutura especial da alma.

E' a mais bella face da personalidade de Mauá o seu character, isto é, na vida privada a pureza de seus costumes, nos negocios a sua honra commercial, na vida publica o desassombro

de suas attitudes, na fortuna a modestia, na adversidade a resignação, sempre a altivez, a dignidade, a consciencia de si.

Não foi sem grande desvanecimento que notei que, nas palavras com que escriptores da cathegoria de Azevedo Amaral, Laudelino Freire e Virgilio de Sá Pereira, acolheram a minha conferencia da Liga da Defeza Nacional, a nota dominante da animação para a confecção deste livro, foi a do entusiasmo que despertam as qualidades moraes do biographado.

“Bemdito o esforço, diz o Sr. Laudelino Freire, de quem, como o estimavel escriptor mette hombros á empreza de construir, com os mais puros sentimentos de patriotismo, um pedestal de benemerencia na fulguração de uma vida intensissima de labor fecundo, á memoria de um nome que jazia, com inexplicavel indifferença, tristemente ignorado e esquecido... No Brasil não se aponta existencia mais cheia, mais fecunda, mais radiante que a deste notabilissimo varão; nem de nenhum patriota demonstrações mais cabaes, nem de nenhum homem pratico empreendimentos mais uteis; nem de nenhum character expressões mais nobres, nem de energia provas mais significativas, edificantes e soberbas, nem de bondade acções mais generosas”.

Virgilio de Sá Pereira, o Juiz, no seu estylo brilhante, exclama:

“Faltava um compendio de trabalho — é a biographia de Mauá. E’ a de um caixeiro que nós vamos tirar de traz do balcão para a scena aberta da gloria; é a de um negociante fallido que vamos deprecar na ignominia de sua ban-

carrota para que nos rehabilite a nós, seus juizes, com a sua sentença que é o perdão”.

Azevedo Amaral não se fatiga de estimular-me com essas palavras no alto transcriptas e com outras mais generosas ainda, a levar por diante a obra de fixar "...uma figura real, uma personalidade concreta que se possa tornar o centro de attracção das hostilidades ou da veneração cultural das gerações vindouras ou cujo dynamismo seja capaz de servir de estímulo civico”.

A tarefa é grandiosa, mas vae ser tentada. Por amor della, tel-a-ia recusado se não tivesse sentido o risco do desaparecimento desse material de ouro e prata que me coube a ventura de encontrar; por amor della, a aceito com vaidade e com convicção, certo de que ninguem lhe consagraria mais enthusiasmo. A outros, aos que tenham o vigor da eloquencia escripta, tocará a gloria de elevar o monumento de educação civica; o material, andei eu arrecadando com a devoção de um culto.

Nenhum receio tenho de dizer bem alto — são escassas todas as admirações pela nobreza de character de Mauá. Homem de tempera não conhecida!

Sua vida é um compendio de moralidade individual e de moral civica. Essa marcha triumphal para a fortuna e para a gloria, nunca lhe pediu uma humilhação, nunca lhe custou uma curvatura á espinha dorsal. Com os grandes foi sempre rijo; só os humildes lhe conheciam as transigencias. Desde moço, quando do commercio se passava para as industrias e para os largos empreendimentos, a sua arma de combate não foi o agrado aos de cima, a blandicia com os poderosos, foi a firmeza no querer.

Na Camara, no seu primeiro encontro, deputado suplente ainda, chamado para occupar o logar vago de Oliveira Bello, seus primeiros adversarios são logo Paraná e... o Imperador; Paraná, seu grande amigo, "vassallo igual ao rei"... e D. Pedro II, o Imperador. Pleiteava uma garantia de juros para que a sua Estrada de ferro de Petropolis pudesse caminhar até o Rio das Velhas, o valle do S. Francisco, seu sonho maior.

Uma ninharia o que pedia, e que pedia ás claras, porque era licito, pelos costumes da época, advogar abertamente serviços nacionaes em nome proprio, quando o interesse publico estava tão evidente. O Imperador, mais propenso ao traçado da E. F. D. Pedro II, era contrario á idéa. Paraná, Presidente do Conselho, foi o incumbido de aconselhar ao auctor a retirada do projecto: — “Tome V. Ex. a responsabilidade de combatel-o”. — eis a resposta de Mauá.

Sua estréia na vida parlamentar foi esse duello com Paraná; o alvo estava, porém, ainda mais alto e logo o visou de frente: — “Numa terra em que se gastam 84:000\$000 annuaes para ouvir os dós de peito de um artista italiano Tamberlick, regateia-se uma garantia de juro de 130:000\$000 para uma estrada de ferro”!... — Não lhe deteve a explosão, provocada por um aparte bajulatorio, nem a imagem bondosa daquella que receberia depois o diadema de Mãe dos Brasileiros, D. The-reza Christina, uma princeza de Italia a quem se attribuia ter protegido a subvenção ás companhias lyricas do “Provisorio”.

Do embate, Mauá sahiu vencedor.

“A apostrophe não foi perdida, escreverá elle mais tarde; ninguém mais disse palavra, a votação mostrou maioria a favor da garantia, votando pela mesma tres ministros”... que se chamavam Nabuco de Araujo, Paranhos (Rio Branco) e Pedreira (Bom Retiro).

Nessa mesma tarde, os dois adversarios se encontravam na casa do poderoso Presidente do Conselho: — “Então V. teve a habilidade de dividir o meu Ministerio com a sua pretensão?” diz Paraná. — “Não, Exmo., foi a idéa que triumphou”. — “E acredita que passará no Senado?” — “Não sei; é claro, que não, se V. Ex. se oppuzer, Eu, porém, terei cumprido o meu dever de lutar e isso é sempre uma satisfação”. — A nobilitante lucha não teve seguimento, desgraçadamente... Poucas semanas depois Paraná cahia fulminado em plena apothese de dominação (3 de Setembro de 1856). O Senado, no anno seguinte, fugiu do encontro com Mauá; pôz pedra em cima do projecto.

Dir-se-ia que Mauá tinha a volúpia da lucta com os fortes.

No anno seguinte, o seu rival era o Banco do Brasil, protegido pelo Governo, estabelecimento official de que recusára ser director, porque os Estatutos pareciam obedecer á preocupação exclusiva de gosar favores e excepções e recolher lucros avultados; organização puramente industrial que visava, juros altos aos freguezes, dividendos enormes para os accionistas, historia que não era nova porque já era a do Banco do Brasil sob D. João VI e D. Pedro I e que será uma tradição da casa. Na lucta, Mauá vae ganhando vantagens, cada dia maiores. Seus depositos crescem, mais volumosos que os do Banco. O Governo acaba presentindo a derrota; o novo Ministro da Fazenda, Souza Franco, pede-lhe que salve o Thesouro de um prejuizo imminente, em que a fraqueza do Banco do Brasil ia comprometendo o Erario e afundando o cambio; num lance de audacia, com golpes firmes, Mauá domina o cambio; salva o Thesouro de um prejuizo que já andava por 2.000:000\$ sobre um orçamento de 40.000:000\$. — "...O Governo, deixando de lado o Banco cuja incapacidade assim tornava publica, resolveu intervir na praça para sustentar o cambio e alteal-o até o par, agindo, por intermedio do Banco Mauá, Mac. Gregor & Companhia, banco inteiramente privado, ao qual o banco official cedia o passo em operações de cambio realisadas pelo Governo"... — (Antonio Carlos. *Bancos de Emissão no Brasil*, pagina 68). E assim foi toda essa vida, de luctas. Seu temperamento não era de contornar os obstaculos, de agachar-se para passar; destruia a resistencia, atacava o adversario; vencia-o, subjugava-o.

Em Montevidéo, expõe algumas vezes a liberdade e a vida; no anno de 1852, organisa syndicato e equipa batalhões para combater Rosas e Oribe (nota official de D. Andrés Lamas ao Governo do Brasil em 1853); em 1863, põe-se á frente do povo para ir á Casa do Governo offerecer ao Presidente Bernardo Berro os seus serviços e o dinheiro de seu Banco no combate aos revoltosos de Venancio Flores; em 1868, ouve de dentro do Banco Mauá, impavido, ao lado da esposa, uivos do popu-

lacho que berrava — *abajo Mauá*, — residuos de odios politicos anteriores; em 1869, affrontando furias officiaes, ataca pela imprensa o Presidente da Republica e o Ministro da Fazenda em termos tão violentos que foi determinado o seu processo por abuso de imprensa contra a auctoridade. Sempre attitudes ariscadas em que a energia e a felicidade conjugadas triumpharam, mas que não eram isentas de perigo, ora de vida, ora de liberdade. Desse processo mandado instaurar pelo Governo por delicto de imprensa, dá elle mesmo noticia, em 14 de Abril de 1869, por carta ao Marquez de S. Vicente: — “Falei como costume; alguns dizem que está demasiado forte; eu digo que não sei responder a insolencias de outra sorte. O Governo deuse por offendido e mandou o Fiscal accusar-me por abuso da liberdade da imprensa. Ambos os fiscaes, o do civil e o do crime, deram-se por suspeitos; cinco advogados mais foram nomeados pelo Supremo Tribunal de Justiça e todos rejeitaram o posto. Ao que parece, não encontrará o Governo quem me accuse, com grande desprestigio seu”. (*Archivo Público Nacional*).

Era assim o homem; nascera para combater; a antithese do homem de negocios e do homem politico, julgados segundo o criterio commum.

Nada o atemorizava; nada o fazia recuar; nenhuma contrariedade lhe ensinou os desvios da sabujice, do empenho ou da corrupção. Foi victima de sentenças judiciaes criminosas; numa época em que a magistratura soffria a suspeita de immoral, que os actos radicaes das aposentadorias forçadas subscriptos por Nabuco e Sinimbú vieram corroborar. Atacou os juizes na Camara, (discursos de 6 de Agosto e de 12 de Junho de 1856), fulminou-os nos jornaes, mas não procurou acamaradar-se com elles. E alguns desses de que se queixava, viram-se logo depois nominalmente attingidos pela infamante nota official de 30 de Dezembro de 1859.

Era assim o homem. Não conhecia senão um caminho para triumphar; se não convencia, luctava e seguia sempre de cabeça erguida. Quando lhe foi aberta a fallencia, seus livros

foram folheados pela bisbilhotice. Farejavam-se escandalos; esperava-se muito da má vontade de um dos peritos nomeados; nada se encontrou para pasto dos abutres da desgraça. Nada que fizesse suspeitar da existencia de corruptores e corrompidos. Nem um presente a funcionario publico; despezas judicias pelo regimento de custas; as publicações em jornaes, não eram poucas, mas medidas pelo alinhometro do balcão e pagas a 200 réis a linha; na verba de despezas geraes não caberiam senão viagens extraordinarias de tilbury ou gorgetas a serventes.

Essa inflexibilidade diante daquelles dos quaes dependia, essa natureza agreste de subalterno, correspondia a uma tolerancia inexgotavel para com aquelles que delle necessitavam ou que estavam debaixo de suas ordens.

Poder-se-ia fazer um livro encantador das suas *maximas* de bondade como credor, das de honra como devedor, das notas de patriotismo do *realizador*, das phrases de resignação do martyr.

Ouçamol-o como credor :

— Nem uma só fallencia foi aberta, durante 25 annos, a requerimento de qualquer das firmas que levaram meu nome á sua frente. (*Exposição aos credores*, pag. 165).

— Somos muito felizes, não devemos fazer mal a ninguém. (Carta a seu socio Ricardo Ribeiro, 3-6-64).

— Quando estivermos interessados em fallencia e a bôa fé seja patente, não seja exigente, antes o primeiro a concordar com qualquer arranjo. (Carta ao mesmo, 31-5-69).

— E' um velhaco; não tenho duvida, pelo que o Amigo mostra; mas, quem mais soffrerá com a prisão não será elle, será a familia, que é gente sã. (Carta ao mesmo, 24-11-77).

— Acreditae, senhores, que a taxa elevada dos descontos é uma vibora que devora as raizes da producção. (Discurso na Camara dos Deputados, em 7 de Maio de 1857).

Ouçamol-o como devedor :

— Explico as causas do desastre, que considero grande porque não sou o *unico que soffre*; e os interesses de terceiros affectados *tocam-me no fundo d'alma*. (*Exposição aos credores*, 1878).

— A dôr pungente que me dilacera a alma nasce de ter sido causa involuntaria de prejuizo que a liquidação possa acarretar-vos". (Cit. *Exposição*).

— Finalmente, a fatalidade que trouxe o cataclisma de Montevidéo veio logo, obedecendo ao mesmo impulso, desfechar aqui sobre a minha cabeça golpe ainda mais desabrido. Por momentos fiquei semi-morto. Assim, porém, não aconteceu. A certeza de que nenhum prejuizo pôde resultar a terceiros me foi restaurando o animo, que se sentia prostrado ante a enormidade do successo. (Carta a Ricardo Ribeiro, 5-5-75).

— Como os *chamados bens de fortuna* não foram jámais para mim senão instrumentos de fazer bem, supportarei com inteira resignação as perdas que me couberem, pois que estou seguro de que prejuizo a terceiros é *impossivel*. (Citada carta).

— Na moratoria não se fala em juros; porém, só deixarão de ser pagos os que corresponderem até a ultima hora do ultimo pagamento que se dever, se empenhando a camisa, o chapéo e as botas de montar, isso não se poder conseguir. (Carta a Ricardo Ribeiro, 5-5-75).

— Estudem o que fôr melhor na certeza de que sou indifferente ao que resolverem pelo lado do interesse. Meu desejo é minorar os males de que a fatalidade me fez causa innocente, (Carta ao mesmo 9-11-75).

— Apesar de ter obtido quitação plena, tudo quanto me vier ás mãos será para os meus credores. (Artigo sobre a São Paulo Railway, *Jornal do Commercio*, 1884).

Ouçamol-o como emprehendedor e contractante de serviços publicos :

— Quanto ao mais, posição, fortuna, e tudo quanto se

queira falar, são para mim sonhos da vida. Do meu canto, seja qual fôr o local aonde tenha de ser depositado em nove palmos de terra, levarei commigo a consolação de ter procurado toda a minha vida fazer algum bem e trabalhar por meu paiz. (Carta a Ricardo Ribeiro, 26-2-75).

— Quando um projecto é grandioso deve ser estudado; a consulta á caixa e aos livros vêm depois; se a empreza é nobre, é util, hei de encontrar os recursos precisos. (Souza Ferreira, *Esboço biographico*", pag. 11).

— Tendo concedido esta concessão (Cabo Submarino) ao amigo Sr. Visconde do Rio Branco, dizendo-lhe que o fazia só para prestar serviço ao paiz, não me é licito receber remuneração alguma pela concessão, nem pelo trabalho, nem pela responsabilidade de minha garantia bancaria. (Comunicação official á directoria da "Western Telegraph" em 1874).

— Uma concessão é um contracto; não ha o direito de sollicitar favores novos, nem revisão de preços, nem prazos maiores; executa-se o contracto ou requer-se fallencia. (Carta a Carruthers, de Castro & Cia. 1856).

— Não os acompanharei em pedir *acrescimento da garantia de juros*. Pelos infortunios da empreza, pelo roubo talvez de que foi victima, não póde responder o Governo. Até lá não os acompanharemos; não posso pedir; limito-me por attenção á nossa velha e presadissima amizade á mais absoluta neutralidade. (Carta de 1856 a J. H. Reydell de Castro, seu socio na casa de Manchester e director da E. de F. Recife, a São Francisco).

— Depois que eu me deixei arrastar por idéas em que o bem publico e o progresso do paiz tinham o predominio. (*Exposição aos credores*).

— Desgraçadamente entre nós entende-se que os emprezarios devem perder para que o negocio seja bom para o Estado (*Exposição aos credores*, pag. 12).

— Foi sempre um dos effeitos radicaes do meu modo de ser, contemplar com energia e mesmo enthusiasmo os serviços de que me encarregava, sem duvida no intuito de colher

honesto proveito, porém, como ninguém pôde desconhecer, correndo risco de perder o *capital* já adquirido quando me fiz empresário, assim como o bom nome que começava a apparecer. Na criação dessas empresas não esqueci jámais o interesse publico que o objecto da concessão representava. (*Exposição aos credores*, pag. 31).

Ouçamol-o como martyr da honra e da resignação:

— Salve-se do naufragio aquillo que para mim vale mais do que quanto ouro tem sido extrahido das minas da California, um nome puro, pois persisto em acreditar que o infortunio não é um crime. (*Exposição aos credores*, pag. 6.)

— E' o gemido de um morto (assassinado) quem vos exhorta a fazer o bem do paiz. Demais o sabeis, a voz do sepulcro não tem aspirações. (*Exposição aos credores*, pag. 164).

— Não é um desabafo, é um gemido que esta Exposição encerra e o gemer é o privilegio de quem soffre; pretender negar que soffro e muito, seria faltar á verdade. (*Exposição aos credores*, pag. 165).

— Só me resta fazer votos para que no meio seculo que se segue encontre o meu paiz quem se occupe dos melhoramentos materiaes de nossa terra com a mesma fervorosa dedicação e desinteresse — ...que acompanhou os meus durante um periodo não menos longo. (*Exposição aos credores*, pag. 165).

— O credito desta Casa que sempre se manteve em certa altura mesmo com a porta fechada, e foi inabalavel entre os 1.500 credores... é por esse lado, uma posição *realmente bonita*. (Carta de Montevidéo a Ricardo Ribeiro, 17-11-70).

— Nem com a lança ao peito abandonarei meu posto. (Carta ao mesmo, 26-2-75).

— Hei de continuar a fazer o bem que puder. (Carta ao mesmo, 15-2-69).

Estes e outros documentos de uma alma sã, aqui espalhados neste livro, que felizmente não foram perdidos, como os de todas as suas primeiras luctas, são corroborados pelos factos.

Naquelle homem houve sempre, nos actos como nas palavras, a nota do surprehendente. Os actos encarregam-se de illustrar-lhe todas as lições de moral.

Rico, poderoso, encantador de maneiras, physicamente uma bella figura, tez rosada, pelle clara, fronte larga, olhar vivo e penetrante, vigoroso e activo, aperfeiçoado por leituras elevadas, immensamente viajado, com todos esses predicados masculinos de seducção, não se lhe conhece uma aventura amorosa. De balde a curiosidade procuraria a influencia de uma mulher na sua vida accidentada. Tambem não se lhe apontam vicios; apenas jogava o gamão e o xadrez. Nas despezas de seus livros de fallencia, só foram censurados os bilhetes de loteria, 20\$ que semanalmente desviava do activo e escripturava escrupulosamente. A caridade era para elle um dever dos felizes. Ao seu socio gerente no Rio Grande, Ricardo Ribeiro, que se queixava do peso da verba subscrições e esmolas no balanço e que se oppunha a algumas contribuições, escreveu: — “Quando se tratar de actos de caridade, a seu juizo bem merecidos, nunca deixe de fazer apparecér a casa Mauá como a primeira na pratica dessa virtude maxima do christão; nós temos sido muito felizes, não podemos discutir esmolas”. — (Carta de 31-5-69).

Por occasião da secca da Bahia, pelos annos de 1859 e 1860, aberta a subscrição publica para acudir aos flagellados, notou-se, com espanto, a ausencia do nome de Mauá. Um jornalista explorou a intriga — era a má vontade do gaúcho contra o bahiano, era Mauá desgostoso com o Imperador. Havia na lista um subscriptor de 4:000\$; outro de 2:000\$ dez de 1:000\$. Mauá tinha-se adiantado apenas, aproveitando um vapor que partia para mandar o soccorro prompto; sua contribuição tinha ido antes das outras e só era igualada pela do Imperador: 10:000\$. (A. A. Teixeira de Vasconcellos. *Revista Contemporanea Brasil Portugal*, 1861).

As instituições beneficentes, as litterarias, as scientificas sobretudo, contaram-no sempre entre os maiores bemfeitores. A Santa Casa de Misericordia de que foi administrador; o Instituto Historico e Geographico Brasileiro, o Instituto Flumi-

nense de Agricultura, o Lyceu de Artes e Offícios Bethencourt da Silva, a Imperial Sociedade Amante da Instrução, de que foi longos annos Presidente, guardam-lhe o nome entre os fundadores ou os mais fortes esteios; algumas ainda lhe conservam o retrato.

Sua dedicação aos empregados fez de todos elles seus grandes amigos. Chamava-lhes a todos — os meus *auxiliares*; sem distinguir categorias, as palavras *empregado e caixeiro*, não eram toleradas no vocabulario da casa.

Conhecendo admiravelmente todas as especialidades de sua vasta organização industrial, nunca dava ordens aos chefes de desfazer o que lhe parecia mal feito, approximava-se maciamente, perguntava, argumentava, aconselhava e se acontecia ter que mandar, fazia em voz baixa, de modo que os inferiores não percebessem que tinha havido de permeio uma ordem. Agia assim nos assumptos em que não era tecnico, como a metallurgia, a construcção naval, onde só o genio pratico o guiava; e fazia tambem assim nas materias onde era autoridade, como a contabilidade, ajudado por uma memoria prodigiosa que guardava simultaneamente os balanços de dezenove empresas. A uns e a outros, os que sabiam mais e os que sabiam menos do que elle, nunca deu ordens; curvavam-se elles ás suas razões, quando entendia não dever ceder.

Ao mesmo tempo que, por esses processos, dignificava o trabalho, largamente compensava em dinheiro o concurso que delle recebia. Um dia, distribuiu aos empregados da Estrada de Ferro de Petropolis. 200.000\$000. Outra vez, mandou dar a um advogado £. 10.000, com que uma companhia ingleza resolvera recompensar seus serviços de incorporação de uma empresa de Estrada de Ferro — “não houve necessidade de esforço meu, foi o advogado quem fez tudo”.

Tomam iguaes proporções as larguezas de sua bolsa para acudir aos amigos. Para salvar o Dr. Thomaz Cochrane, ameaçado de perder boa parte de sua fortuna em um caminho de ferro para a Tijuca, embarcou na aventura, conscio de que ella era perigosa e perde do seu mais de 200.000\$000. Entrou na

empresa de diques fluctuantes, seduzido pelas demonstrações de um engenheiro inglez e perdeu 200.000\$000, além dos 100.000\$000 que arriscou primitivamente, pagando espontaneamente o prejuizo dos socios, porque "... eu tinha confiado em calculos levianos e os amigos tinham confiado em mim"...

E tudo isto se repetia — enfadonhamente.

Assumem, porém, proporções de lenda os impulsos generosos do seu humanitarismo philosophico, do seu idealismo.

Quando se escrever a historia completa da abolição no Brasil, o nome de Mauá não figurará apenas como o de um bom coração, a quem a medalha commemorativa de 13 de Maio galardoou como benemeritos os serviços á emancipação dos escravos. Seu nome será lembrado principalmente pela philanthropia de principios, pelo avanço de suas idéas naquella época de atrazo.

Desde 1838 ganhou a má vontade dos senhores de escravos com a fama de *bandeira de misericórdia* que lançaram ao apadrinhador de negros fugidos na matta do Curvello; em 1850, como um grande auxiliar de Euzebio de Queiroz na repressão do contrabando de carne humana; e dahi por diante nas suas manifestações expansivas de pensamento e nos actos de liberalidade de innumerables alforrias de escravos

Suas objurgatorias contra a *propriedade maldita*, a *exploração do homem*, a *nefanda escravidão*, são acompanhadas de uma propaganda tenaz desde 1853 pela immigração branca que devia substituir o braço escravo; fundou em 1855, no Amazonas, uma colonia de 600 açorianos e em 1857 outra de 500 algarvianos e em 1872 estabeleceu nas suas fazendas de *Atalaya em Macahé* 200 *hindús* vindos á sua custa das ilhas Mauricias, e 100 na sua fazenda de Sapopemba, a poucos kilometros da capital.

Foi Mauá o primeiro contractante que escreveu em sua proposta de serviços publicos esta clausula, que só figurava em contractos inglezes — "o contractante obriga-se a não empregar o braço escravo" — e quando desse braço se utilisava, era com a benignidade de um coração christão. Repetiu a phrase de Ber-

nardo Pereira de Vasconcellos — “a civilização nos vem da Africa” — não para justificar a escravidão, mas para agradecer ao negro o serviço prestado.

Mas, como esse homem excepcional entendia a posição do escravo (até a Corôa tinha escravos) vae dar idéa uma scena que parece tambem vir das regiões da lenda.

Calcule-se hoje, perante a civilização, que ainda cita como acto de commentar nos Estados Unidos do Norte que Roosevelt tenha abraçado o negro Booker Washington e que no Brasil a Princesa Isabel tenha dansado uma quadrilha com esse engenheiro mulato, o heróe da gratidão, André Rebouças, o que seria esta festa a cuja descripção não devemos tirar o encanto da narração feita numa chronica da época:

“Em 7 de Setembro de 1860, no dia em que inaugurou-se um dos grande gazometros da fabrica de gaz, foram franqueadas ao transito publico duas dessas pontes (do canal do Mangue) com a seguinte cerimonia: Acompanhado do engenheiro Ginty e de todos os operarios do canal em numero de quatrocentos, divididos em turmas, percorreu o Barão de Mauá as duas pontes que iam ser entregues ao povo; regressando, entrou o prestito na fabrica do gaz na seguinte ordem:

“Dois guardas da fabrica em uniforme verde, quatro trinchantes vestidos de branco com facas e garfos, um carro puxado por vinte e quatro pretos com roupa branca, contendo dois bois inteiros assados, quatro carneiros tambem assados e trinta arrobas de batatas cozidas, quatro trinchantes com facas e garfos, dois guardas da fabrica, o presidente, o gerente e o engenheiro com suas mulheres, e o engenheiro ajudante, os empregados superiores da companhia do gaz e da obra do canal, os inspectores, contra-

mestres, superintendentes, apontadores e outros empregados da companhia do gaz e do canal, os aparelhadores do gaz e seus ajudantes, os ferreiros, caldeireiros, pedreiros, carpinteiros, pintores, funileiros e os trabalhadores de todas as classes, incluindo os calceteiros, os carroceiros, foguistas e outros da companhia do gaz, noventa e quatro trabalhadores do canal e oitenta escravos da companhia do gaz.

Em frente do gazometro o prestito parou e, circundando-o, abriu a Baroneza de Mauá as valvulas que deviam deixar escapar o gaz para o grande deposito, o que foi saudado com muitos vivas.

Entrando de novo em marcha, seguiu o prestito para as trinta e duas mezas collocadas em frente do edificio da fabrica sob uma coberta de arcos de folhas ornadas de bandeiras; admittia cada mesa vinte e quatro pessoas, e junto de cada uma havia uma torneira que quando aberta deixava correr excellente cerveja de Bass ou Tenent. O prato travessa era um carro com chapas de ferro de vinte palmos de comprimento e oito de largura sobre rodas de dezoito pollegadas de diametro.

Prepararam-se os assados nos fornos da fabrica; havia em todas as mesas profusão de frutas, abundancia de pão, muito queijo e manteiga.

Tomando assento a immensa comitiva, começaram os trinchantes a cumprir com destreza sua missão, reinando muito entusiasmo entre os convivas que mostraram muito apetite e muita sede.

Levantou o barão de Mauá dois brindes, um ao engenheiro, gerente e mais empregados e operarios da empreza do canal, aos quaes respondeu

um dos operarios propondo um brinde ao barão, o qual foi entusiasticamente applaudido; seguiram-se outros, terminando com grande regosijo esta festa industrial, a que assistiram mais de oitocentas pessoas. (Moreira de Azevedo — *O Rio de Janeiro* — II pag. 347).

O auctor, que procura defender-se da suspeição que lhe é attribuida de demasiado entusiasta, pediria uma pequena pausa ao leitor, dois minutos de recolhimento, para elevar-se ao escandalo dessa *orgia* e contemplar a belleza desse festim em que um dos homens mais ricos e mais importantes (assim foi proclamado por Nabuco, no Senado, nesse mesmo anno) ia com a jovem esposa presidir, no meio de um pantano que se chamava então o Aterrado, um banquete de 400 operarios dos quaes 80 escravos.

E depois disto, mais facil lhe será dar credito a outra scena que impressionou tão vivamente os convivas do banquete oferecido pelo Ministro do Exterior Felix Pacheco ao Dr. Gabriel Terra, no qual tivemos a honra de ter por convivas os quatro notaveis professores francezes George Dumas, Germain Martin, Marchoux e Janet.

O Dr. Gabriel Terra depois de falar da grande obra de Mauá, burilou esta pagina, da qual tirou proveito para uma lição de sociologia:

“Em uma das ultimas viagens do brasileiro amigo de meu Pae, fui testemunha de uma scena que me ficou gravada no espirito, tão certo é que se fixam com intensidade as fortes impressões da infancia. Como criado da minha casa ficára um negro, um dos tantos que Mauá havia libertado antes da abolição da escravatura, que, ao vêr chegar o seu bemfeitor, correu para elle, e, ajoelhando-se, quiz beijar-lhe a mão; bem me recordo a rapidez com que se evitou esse gesto humilhante e deprimente, levantando Mauá em

seus robustos braços aquelle que continuava sendo servo pelo impulso do atavismo, para abraçal-o de igual a igual, até que o negro debruçou a cabeça sobre seus hombros e chorou copiosamente.

Tive a intuição do que significava aquella scena, cujo verdadeiro alcance comprehendí sómente depois, ao continuar o caminho de minha existencia. Era aquillo um quadro vivo da fraternidade humana; representavam-na dois homens de estatura identica, dois formosos exemplares de raças differentes, uma alma superior e outra aniquillada, quem sabe por que crueldades de um passado de miserias. Era o poderoso erguendo o humilde com dignidade e fidalguia, e nós que não nos conformamos com as injustiças sociaes do presente, ao constatar-mos que, se na verdade desapareceu a velha escravidão envolta nas sombras da barbaria das épocas que se foram, outras escravidões subsistem, muitas miserias e dôres que precisam ser combatidas, e temos o direito de pensar quanto é necessario desenvolver, cada vez mais, com rapidez, os sentimentos de solidariedade, de bondade e de amor entre os homens”.

E, se depois disso, ainda nos fôsse necessario insistir na defeza de nossa *devoção*, pediríamos licença para estas palavras de Emile Ollivier a Emile de Girardin, a proposito de um *incomprehendido* em outro terreno e em outras terras:

**N'EST-IL PAS, DES LORS, SI NATUREL, QU'IL
AIT ÊTÊ MECONNU PAR DES HOMMES AUXQUELS
IL RESSEMBLAIT SI PEU?...**

CAPITULO VI

Sua formação mental

"Après une période de luttes politiques qui aboutit à l'indépendance du Brésil, la ville de Rio aura pendant le long règne de D. Pedro II (1831 à 1889) le bénéfice des initiatives d'un homme exceptionnellement doué pour les grandes affaires, Irenêo Evangelista de Sousa, plus tard Vicomte de Mauá..."

Mr. Alberto de Faria, un admirateur de Mauá, a précisé dans une intéressante étude le rôle de ce capitaine d'industrie, véritable saint-simonien, qui dota son pays d'instruments de crédit et réalisa les travaux indispensables au développement d'une grande cité maritime: chantiers de construction de navires, aménagement du port, etc.

(RIO DE JANEIRO, capitale du Brésil, estudo por GEORGES DUMAS e GERMAIN MARTIN, publicado em "L'Illustration", Paris, 26 de Junho de 1926).

O mysterio que envolve a formação mental de Mauá, a lapidação que fez brilhar diamante de tal quilate em terras de tanto atrazo, foi preocupação que muito tempo nos consumiu.

As primeiras manifestações conhecidas de seu espirito, discursos politicos, cartas particulares e officiaes a Octaviano,

a Rio Branco, a S. Vicente, a Olinda, a Paraná, a Cotegipe, são posteriores a 1853, quando era já homem feito, figura politica, grande realizador. Anteriormente a essa época, isto é, até os seus 40 annos de idade, conhecem-se apenas alguns artigos de jornaes sobre seus interesses commerciaes ou judiciaes, e discursos de pouco folego e volume.

Os vestigios de sua iniciação mental não ficaram assignalados; é quasi necessario adivinhal-os.

Entretanto, o exame de sua vida, a contemplação de sua obra e a meditação sobre seus escriptos posteriores, não deixam duvida que uma influencia philosophica, ou mysticismo religioso, ou inspiração sobrenatural, convenceu Mauá, em sua mocidade, que lhe estava destinado o papel de civilizador industrial de sua patria.

Foi talvez o motivo que o levou, afinal, á politica, sereia que attrahia, nessa época, os homens de valor e de character, dando-lhes os meios de apparecer com dignidade e de fazerem o bem.

No reino animal, os individuos que excedem de muito á propria especie, são, sem duvida, de uma composição especial, como se o cerebro lhes fôsse de materia de melhor qualidade. Disse um poeta que a Natureza elabora longamente suas obras primas mineraes e vegetaes, e que Deus faz com o homem a mesma coisa, quando faz o homem superior, ser que reproduz e contém em uma só alma as virtudes das almas de cem gerações.

Quando surge, porém, das profundezas do desconhecido, uma pedra preciosa singularmente facetada, é preciso indagar que mão de homem ahi trabalhou. Num espirito tão admiravelmente formado como o de Mauá, parece impossivel que a inspiração de uma philosophia, as theorias de uma escola, ou o fanatismo de uma seita, não tenham collaborado, introduzindo de um jacto as conquistas da intelligencia de muitas gerações.

Como comprehender que um rapaz, sahido do nada, e tendo conquistado posição commercial e fortuna particular como de outra não ha memoria, abandone, em pleno vigor, aos trinta e tres annos de idade, a sua casa de commercio, filão de ouro

que lhe deu a fortuna, meios fartos e seguros de garantir a familia e que poderia assegurar-lhe varios monopolios, se a commum preocupação do lucro o dominasse?

Como explicar que nunca tivesse pensado em coisas de luxo, nunca tivesse construido um palacio de residencia, habitando casas modestas, alugadas ou compradas, e se deslocasse frequentemente de seus poucos commodos, com sua joven esposa, em viagens sem conforto para a Europa nos *magnificos e velozes paquetes de rodas* de 800 toneladas e 35 dias de mar, e para o Sul em embações peiores, cuja marcha foi, por muito tempo, 6 milhas e cuja capacidade média era de 600 toneladas?

Como comprehender que, senhor de bellissima fortuna, adquirida no trabalho, a jogasse em aventuras constantes e com ella não poucas vezes a tranquillidade de sua vida?

Como comprehender aquella despreocupação do futuro de uma mulher que idolatrava, de filhos que adorava? Como explicar aquelle final de vida, nobre e resignado, sem que diminuisse a actividade, sem que se lhe amortecessem as energias, fazendo dezenas de leguas a cavallo, centenas de milhas no mar, para indemnizar credores que já lhe tinham passado quitação e o tinham rehabilitado?

Como comprehendel-o, tão differente dos outros homens?

Nessa vida de super-homem só cabem interpretações extraordinarias. Todos aquelles que buscassem explicação nos impulsos normaes da vida, teriam, aliás, que recuar diante da evidencia dos factos.

Mauá se suppoz um illuminado, predestinado a grandes coisas.

A ambição, mesmo a da gloria, não seria explicação bastante.

Percebe-se bem de suas palavras que elle se acreditava o missionario de uma grande obra. A convicção de que lhe estava reservada uma tarefa providencial, e só isso, pôde explicar uma vida tão ardente e tão abnegada.

Producto de uma inspiração de fundo religioso, ou de um idealismo philosophico, Mauá se suppoz apóstolo do progresso. Nas palavras que deixou impressas, em seus escriptos particulares, ha traços pronunciados d'essa convicção *messianica*. O que não se divisa nunca é o feitiço da educação romana da epocha.

Num paiz em que a religião catholica era a religião de Estado e a crença do povo, raras vezes lhe acóde a idéa de Deus que vem associada á religião official e ahi mesmo se sente que ha mais habito litterario que uma manifestação de fé. Figura forçada de todas as grandes obras de caridade e de ensino, doutrinando a seus socios que a Casa Mauá deve em todas as subscrições figurar nos primeiros logares sem inquerir muito do fundo e do merito das solicitações, é um caso curioso que Mauá raramente apparecesse nas varias associações que tinham por base o culto religioso. Seu nome não tem posto saliente em nenhuma confraria ou irmandade catholica do Rio de Janeiro; seu retrato não existe em nenhuma sacristia de igreja, entre os provedores jubilados ou irmãos benemeritos vestidos de opa. A esse tempo, era, entretanto, manifestação habitual de altruismo e elemento de força social e politica, governar irmandades e ordens terceiras.

Parece que a sua educação entre inglezes explicaria, ao mesmo tempo, o seu acatholicismo, o seu puritanismo e a sua tendencia realista e realizadora; a energia corre por conta da procedencia gaucha.

A esse respeito, são absolutamente mudas as tradições de familia.

Certo é que Mauá, com 37 annos, rico e feliz, gozando de um largo credito na colonia ingleza do Rio e em casas de Londres que commerciam com o Brasil, emprehendeu a primeira viagem, com o pensamento de que era chamado a grandes coisas.

Carruthers estava retirado na cidade de Carlisle, ao norte da Inglaterra, nos limites da Escossia, vendo sua fortuna augmentar. Mauá ia visital-o. Mas, saltando em Falmouth, no extremo sul da Ilha, com direcção a Londres, tomou logo um

desvio. Foi a Bristol visitar um grande estabelecimento de fundição e machinismos, seguindo um companheiro de bordo, John Gordon, irmão do dono da fundição.

No Brasil antes de partir já lhe enchiam a imaginação — *meus outros destinos*.

“Travou-se em meu espirito uma lucta vivaz entre o egoismo que em maior ou menor dóse habita o coração humano e as idéas generosas que me arrastavam a *outros destinos*, sendo a idéa de vir a possuir uma grande fortuna, questão secundaria em meu espirito, posso dizel-o afoitamente com a mão na consciencia e os olhos em Deus”... escreverá elle, trinta e cinco annos mais tarde, prestando contas aos seus credores “... quando se tem direito de ser acreditado, na hora mais amarga da existencia, quando se acham destruidas pela metralha assoladora do infortunio todas as aspirações; quando a realidade interpõe sua auctoridade afastando da mente todas as illusões”.

Póde ser assignalado esse dia de Bristol como o primeiro do progresso material do Brasil. O estabelecimento de fundição gerou a Ponta da Arêa, isto é a grande industria do ferro “...mãe de todas as outras”... alicerce e aspiração que o enlevava de “...crear no Brasil as industrias que podiam medrar sem grandes auxilios”... n’esse nucleo industrial que foi o germen de todos os outros grandes empreendimentos por elle executados, a construcção naval, as estradas de ferro, as fabricas de assucar de canna, os serviços de agua e luz, a rêde de navegação do Amazonas, e todos os grandes melhoramentos que o Brasil lhe deve.

Quando o viajante chegou a Carlisle, já o seu plano estava architectado.

Carruthers, mais velho e mais prudente, não queria acompanhar em tudo o entusiasmo do seu gerente; mas, o prestigio do successo da casa do Rio o foi empolgando pouco a pouco. Assentou-se logo a base de uma nova casa em Manchester, em que o nome de Carruthers foi associado ao de José Henrique Reydell de Castro, portuguez intelligente, das relações da familia Carruthers por um irmão que tinha casa de commercio

no Porto e ali conhecêra o pae de José Henrique, o physico mór de D. João VI, D. Miguel Caetano de Castro.

A casa Carruthers, de Castro & Cia., de Manchester, ficará como uma grande embaixada do credito do Brasil.

Foi a base dos emprehendimentos civilizadores de Mauá.

Que sopro de religião ou de philosophia fez desse homem de negocios um apostolo, despreoccupado de seus interesses materiaes a ponto de abandonar logo, em 1846 ou 1847, uma casa prospera, que enriquecêra tanta gente e que crescia sempre, monopolizadôra já a esse tempo de varios ramos dos negocios de importação e exportação?

Consagrei á investigação desse paradoxo commercial minhas mais demoradas investigações.

Mauá está fixado, sem duvida, entre os que no seculo passado, soffreram o influxo da escola sociologica de Henri de Saint-Simon.

Este grande philosopho, apezar de suas extravagancias de lançar as bases de uma religião que viria substituir a organização religiosa e politica que os Encyclopedistas e a Grande Revolução abalaram, foi um espirito, diz Faguet, aliás seu critico pouco sympathico, que teve intuição de tudo quanto devia constituir o objecto das preoccupações do seculo; "*Il est comme un germe. Tout l'arbre est en lui*". (E. Faguet — *Politiques et Moralistes*).

Lançando as bases de uma doutrina que passava o poder espiritual dos padres para os sabios, e o poder temporal para os mais notaveis entre os industriaes, os sabios e os artistas, elle deixou, a par da semente benefica de uma doutrina de civilização industrial, o microbio de umas tantas extravagancias mysticas com que seus discipulos mais proximos, seus executores testamentarios, lhe comprometteram a respeitabilidade, aggravando e desvirtuando as excentricidades do mestre (G. Weill — *L'école Saint Simonienne*, 3).

Os sabios não cuidariam só de aperfeiçoar a sciencia, mas fiscalizar-lhe-iam a difusão, dirigindo a educação publica; os

industriaes e os artistas que, com elles deviam, em commum, determinar o logar de cada um segundo sua capacidade, por uns *tests* que anticipava as modernas conclusões scientificas, fariam o progresso da sciencia e a renovação da industria por meio de maravilhoso instrumento de credito, graças ao qual o dinheiro do ocioso ia, por intermedio do banqueiro, á mão do homem trabalhador.

Estas linhas geraes que "*Le Producteur*", órgão da seita, traçou logo após a morte de Saint-Simon, são em sua parte philosophica, o positivismo puro, depurado das idéas religiosas, (G. Weill, ob. cit. 7).

Mas esses discipulos mais proximos, theoreticos e idealistas, tiveram, logo, agudas hysterias religiosas, degenerando no ridiculo de umas tantas religiões, a de *Enfantin*, a de *Bazard*, *les deux Pères suprêmes*, a religião do progresso de *Bouchez*, a religião da humanidade de *Pierre Leroux*; não incluída por cautela, a Religião da Humanidade de *Comte*, seu discipulo, seu collaborador, seu inspirado mesmo, pois este repelle asperamente a aproximação frequentemente lembrada.

O desastre dos discipulos de Saint-Simon não parou ahí. Organizaram tambem uma moral que cahiu em descredito e lançaram as bases de uma organização social que copiava as linhas do edificio catholico, rehabilitando o poder espiritual e a hierarchia romana, pelo qual confessavam admiração, allegando parentesco.

Felizmente os proprios excessos desses primeiros discipulos, salvou, afinal, o que havia de salutar na doutrina de Saint-Simon. A ironia da sociedade leiga fez cahirem as praticas religiosas, e as perseguições do Governo restituiram consideração á doutrina, que se ia afundando no ridiculo.

Perseguida em processos judiciaes, a igreja da rua de *Monsigny*, onde os *pères* *Enfantin* e *Bazard* tinham iniciado juntos a pratica de um poder espiritual que os dividiu em rivalidades, foi facil ao governo do Rei *Luiz Phillipe* supprimir a incommoda propaganda. As salas de reuniões foram fechadas sob o fundamento de serem de associações não auctorizadas e

em relação a algumas, por ultraje á moral publica; e "*Le Globe*", o grande jornal de propaganda, desapareceu á mingua de recursos pecuniarios.

A doutrina, que tinha caminhado brilhantemente pelo enthusiasmo e dedicação dos adeptos que davam o ataque com a confiança de apóstolos e a audaciosa franqueza da mocidade (*Jamais encore une doctrine n'avait fait une entrée aussi brillante dans le monde*" diz o insuspeito Lavisse — *Histoire Contemporaine* — V — pag. 49) e que, corria risco de afundar definitivamente no ridiculo em que cahiram a moral e a religião de taes discipulos, veio á tona pelo excesso de zelo dos perseguidores officiaes.

Os apóstolos dispersaram-se, uns para continuarem, no meio da indiferença geral, a propaganda, outros para emprenderem a exploração industrial do mundo, e foi pelo Egypto que começaram, querendo rasgar o isthmo de Suez. (Lavisse, cit. obra, pag. 87).

Voltaram assim ao ponto de partida, ao Saint-simonismo do *Producteur* de 1826, e, só então é que deram "*leur mesure et qu'ils réussirent*". (Lavisse). Esses theoreticos de um communismo inequalitario, aristocratico, hierarchico, fundado sob a restauração mystica da autoridade social, foram, em França, os criadores dos movimentos capitalistas da Monarchia de Julho e do Segundo Imperio; e então, como observa o referido Lavisse, tendo celebrado o poder do credito e da associação, que o trabalho industrial, e não a guerra, é o fim das sociedades modernas, souberam, *por demais*, depois de muitos rodeios, tirar partido pratico de sua doutrina.

O espirito mercantil que já invadia a alma desses apóstolos, não os elevou, é certo, até o idealismo de Saint-Simon, quando fazia de todas as instituições sociaes, as que elle submettia ao poder espirital dos sabios e as que submettia ao poder temporal da trindade — sabios, industriaes e artistas — um meio de promover o melhoramento physico e moral da classe mais numerosa e mais pobre. Mas, se não foi este o movel de todos, foi, sem duvida, o resultado da obra commum. Não se escre-

verá a historia do seculo XIX, de seus grandes progressos, da profunda transformação social, do avanço da especie humana, sem que os discipulos de Saint-Simon reclamem o mais bello quinhão.

O ultimo dos homens de negocio sociologos, o maior sem duvida pelo raio de acção e pelo arrojio das concepções, o Dr. Walther Rathenau, que pretendeu com algum mysticismo, reconstruir a Allemanha depois da Grande Guerra, creador de bancos, chefe de colossal empreza, homem de Estado, homem de negocios, "*perpétuellement lancé en pleine action*" (C. J. Gignoux) escrevendo seus livros, deixou documentado que lá no laboratorio de Henri de Saint-Simon, foi beber o que de mais sabio e de mais util houve em sua missão humanitaria. brutalmente interrompida.

Em Rathenau, discipulo de Saint-Simon e concretizada-mente nos depoimentos da sua penna, diz o referido Gignoux, em claro estudo publicado na *Revue d'histoire des doctrines économiques et sociales*, 1923, n. 2, "*l'économiste se double du praticien*". A tradição dos grandes homens de negocio sociologos a que Rathenau se liga de um modo particularmente representativo, é sustentada brilhantemente por essa illustre victima da estupidez revolucionaria em doutrinas nas quaes é preciso não enxergar uma simples coincidência. Toda a parte constructiva da doutrina politica e economica de Rathenau, inspirada no pensamento de restituir á Allemanha sua plena capacidade productiva, não é senão um desenvolvimento logico do ideal de Saint Simon.

Eminentemente idealistas e realistas um e outro, Rathenau e Saint-Simon, são sociologos da mesma estirpe. A concentração vertical, a fabricação em série, a suppressão do intermediario, não são senão formulas novas e completas da doutrina primitiva — o *productivismo*, o combate ao *privilegio impio* da ociosidade, a reorganização social pela base do trabalho de todos, dirigido pela capacidade dos sabios, de modo a produzir o maior beneficio commum "*donner constamment à ses forces personnelles une direction utile à l'humanité*" — attribuindo o mesmo valor a todas

as fôrmas da actividade humana — *“pourvu que le résultat de cette activité soit heureux pour l’humanité* (Georges Dumas — *Psychologie des deux messies Saint-Simon et A. Comte, 94*).

Rathenau, como Saint-Simon, chega a esta conclusão util: o capital tem uma função essencial, dirigir a corrente mundial do trabalho para os pontos em que a necessidade é mais premente. Sem o principio da utilização melhor dos factores capital e trabalho, essas forças, em lugar de se combinarem, se chocam e se aniquillam.

O idealismo dos dois é o mesmo. A differença é que Saint-Simon appareceu quando começava a idade industrial; elle vive da hypothese e Rathenau, um seculo depois, encontrou o terreno preparado para a execução. Entre os dois, interpoz-se a evolução mecânica; o vapor, os trilhos de ferro, a navegação, a metallurgica, a electricidade, tinham mudado a face do mundo.

Precursor, antes que chefe de escola, Saint-Simon, no dizer de G. Weill, lançou, a mãos largas, idéas para que os seus continuadores se encarregassem de coordenar-as e tirar-lhes as consequencias.

Rathenau é, na Europa, o ultimo elo dessa cadeia illustre... Saint-Simoniano pelo radicalismo da separação social entre os ociosos e os trabalhadores, por sua theoria da herança, pela concepção philosophica da renovação economica, apenas reivindica como obra sua a de ter achado conteudo mais moderno. A brilhante successão passa, neste momento, ás mãos de Henry Ford.

A historia das conquistas sociaes do seculo XIX, no terreno das idéas, do progresso do espirito humano, no caminho da reorganização politica, está toda ella semeada dos principios firmados pelo sabio philosopho.

A sua utopia do Parlamento das nações européas para assegurarem a paz do mundo, por uma assembléa em que as questões de interesse geral fôsem dirigidas por um tribunal, é uma Liga das Nações onde só entrava a Europa porque, fóra d’ahi, não havia nações.

A Inglaterra chegára ao pinaculo da gloria e do poder; era seu o imperio dos mares, dominando directamente a Asia e a Africa e deixando aos Hespanhoes e aos Portuguezes os gastos e os aborrecimentos do governo da America do Sul e d'aqui tirando para si os proveitos de commerciar. Aos Americanos do Norte, recentemente emancipados, procurou cortar todos os meios de lhe fazerem concorrência commercial. O Japão não surgira ainda.

O equilibrio europeu, era, pois, o equilibrio do mundo, como ainda seria por muito tempo. O genio de Saint-Simon concebeu a idéa da Liga Européa num Parlamento commum para examinar e resolver todas as questões de interesse geral da sociedade européa. Dever-se-iam affectar a elle, particularmente, todas as empresas de utilidade geral e, como ponto de partida, a junção do Danubio com o Rheno e deste com Baltico por meio de canaes; em tudo o programma da civilização industrial.

A sua philosophia, eminentemente humanitaria, expande-se claramente nestas palavras:

"Sans activité au dehors, il n'y a point de tranquillité au dedans. Le plus sûr moyen de maintenir la paix dans la Confédération sera de la porter sans cesse hors d'elle même et de l'occuper sans relâche par de grands travaux intérieurs. Peupler le globe de la race européenne qui est supérieure à toutes les autres races d'hommes; le rendre voyageable et habitable comme l'Europe, voilà l'entreprise, par laquelle le parlement européen devra continuellement exercer l'activité de l'Europe et la tenir toujours en haleine"

A theoria tem aspecto imperialista; mas, os meios de invasão são pacificos e civilizados, estão confessados; era a conquista pela occupação industrial com a preocupação de garantir a paz interna da Confederação Européa e o crescimento e a felicidade dos paizes a conquistar ou a crear. E' preciso ter em memoria que os Estados Unidos da America do Norte não tinham nesse momento 14 milhões de habitantes e toda a America do Sul não attingia a este limite, sommados

mesmo os escravos e os indios domesticados que trabalhavam e produziam para o beneficio de 2.000.000 de europeus. Era um programma colonizador e civilizador do mundo, sob a preocupação não dissimulada de fazer a paz européa. Como derivativo para os perigos internos, em vez das expedições militares, a invasão dos capitaes e da industria, o progresso. Um dos seus biographos, A. Pereire, resume, com muita finura e atticismo: "*Son but est la paix universelle organisée par le travail. C'est en fonction de la vie économique que lui apparait le problème international. Il entend créer un nouvel état, l'Etat industriel et une nouvelle politique, la politique industrielle*". Saint-Simon partira deste postulado — a felicidade dos povos se acha na reorganização da sociedade e, sobretudo na reorganização da sociedade européa. O seculo XVIII demolira; o seculo XIX devia construir. Para construir era preciso rehabilitar o trabalho, fazer a felicidade do maior numero, dos que produzem, e tirar a direcção aos nobres, ao clero, aos militares, ás classes que não produzem para dal-a aos sabios, incumbidos de dirigir os que trabalham, os industriaes, os agricultores, os artistas:

"Je n'ai qu'une passion, celle de pacifier l'Europe; qu'une idée celle de réorganiser la société européenne. Elevez vos cœurs à cette hauteur de sentiment. Elevez vos esprits jusqu'à cette grande pensée. (H. de Saint-Simon. *Mémoire sur la science de l'homme*").

Estas nobres palavras são escriptas num momento angustiado do mundo civilizado, que Henri de Jouvenel, no bello prefacio para uma reedição recente (1914) da "*Réorganisation de la Société européenne*" accentúa:

"Après le flux de la France sur l'Europe, après l'Italie conquise, après l'Allemagne conquise, après l'Autriche conquise, après Moscou conquise, après la Hollande et l'Espagne annexées au biens de la famille Bonaparte, après la Suède passée à un soldat français, le reflux de l'Europe sur la France. Paris capitulant en trois jours, l'empereur prisonnier, le tsar délibérant du gouvernement de la France avec le roi de Prusse, Louis XVIII remerciant le prince régent d'Angleterre de lui

avoir restitué sa monarchie et son pays, le Sénat votant des adresses aux alliés, la municipalité de Paris affichant sur les murs sa reconnaissance envers les envahisseurs, la bourgeoisie fermant ses portes aux généraux français blessés, l'aristocratie fêtant Wellington, Blucher et leurs officiers dans des galas à l'Opéra, LA GLOIRE S'ACHEVANT DANS LA BOUE, enfin le Congrès de Vienne, rassemblant ses diplomates futures pour refaire un partage de l'Europe au milieu d'un apparat de fêtes que devait interrompre brusquement un matin, le débarquement de Napoléon à Antibes; c'est l'heure ou le Comte de Saint Simon et son élève Augustin Thierry s'élèvent par un noble effort de synthèse historique jusqu'à un système de réorganisation de la société européenne".

Foi neste momento que a theoria da civilização industrial de Saint-Simon encontrou terreno propicio.

A Inglaterra, vergada financeiramente ao peso da propria grandeza, onerada com o encargo da divida que heroicamente supportou para a defeza contra o perigo napoleonico, precisava de paz duradoura para restabelecer-se; a França, restaurada na communhão monarchica de que a eliminaram o periodo revolucionario e a ambição imperial, poderiam, as duas unidas, assegurar a paz ao mundo se, inspiradas no interesse da propria conservação, conseguissem associar o concurso da Allemanha, multidão de governos esparsos que, juntando-se, iriam representar a maior força da Europa.

Hoje, um seculo decorrido, é que se avalia bem a profundidade destas observações.

Recordemos os raciocinios de Saint-Simon na sua celebre — *"Mémoire aux Parlements de France et d'Angleterre"*.

— Até o seculo XV as nações da Europa formavam um só corpo politico e pacifico. A religião romana, praticada em todo o continente, era o laço passivo da sociedade, o clero era o laço activo; compatriota de todos os povos, tendo governo e leis proprias, constituia o centro de onde emanava a vontade dirigindo o grande corpo; uma aristocracia hierarchica, instalada em territorio proprio.

Seu poder estava, no consenso geral, acima do dos reis e podia oppôr freio ás ambições nacionaes; a politica de Roma mantinha o equilibrio entre os povos, fazendo da Europa um composto de pequenas aristocracias submettidas ao poder espirital do centro, ás suas sentenças, aos seus arestos.

Luthero, abalando o respeito que fazia a força do clero, desorganizou politicamente a Europa que, em quasi metade, se desprendeu das cadeias do papismo; e o periodo immediato foi de lutas; a paz de Westphalia quiz estabelecer uma nova ordem de coisas que se chamou *o equilibrio das potencias*, partilhadas estas em duas confederações que se esperava manter em mutuo respeito, assegurando a paz pela igualdade das forças. O erro ficou demonstrado — duas ligas de igual força haviam de ser rivaes; e não ha rivalidade sem guerra e quem pensa na guerra arma-se e arruina-se.

Depois da paz de Westphalia, a guerra passou a ser o estado normal da Europa.

Sobre esta desordem, a Inglaterra edificou a sua grandeza. Installou-se na sua ilha, creou uma religião nacional em que o poder espirital e o temporal se confundem e um governo differente de todos os outros, baseado na liberdade e no bem estar do povo. Assim pôde estender-se para exercer no mundo uma grande acção de dominação commercial. —

Na sua ambição de governo universal, o egoismo lhe aconselhou favorecer com o seu ouro, com as suas armas, com a sua politica, este pretens-o equilibrio, que era a destruição de umas forças pelas outras, dentro do continente europeu. Para os moradores da ilha privilegiada, favorecia a navegação, o commercio e a industria, que aos outros procurava manietar e garantia o gozo da liberdade e dos beneficios que esta espalha.

“C'est de ce double système qu'est sorti ce colosse de la puissance anglaise qui menace envahir le monde; c'est par là que, libre et heureuse en dedans, dure et despote en dehors, l'Angleterre depuis un siècle se joue de l'Europe entière qu'elle re-

nue selon son caprice"... escreve Saint-Simon, nesse grande momento de Waterloo.

Tal estado de coisas era monstruoso; não podia durar muito. E' do interesse da Inglaterra não esperar que a Europa armada venha libertar-se de sua tyrannia commercial: "*Qu'on ne s'y trompe pas*" o mal não é daquelles que se curam com negociações secretas e operações de gabinete; não ha repouso nem felicidade possível para a Europa enquanto um laço politico não ligar a Inglaterra ao continente.

Era preciso voltar á organização da igreja romana — a Europa deveria formar uma sociedade confederada por instituições communs submettida a um governo geral, uma constituição forte apoiada num Parlamento de todas as nações.

"Aujourd'hui que la France peut se joindre à l'Angleterre pour être l'appui des principes libéraux, il ne reste plus qu'à unir leurs forces et agir pour que l'Europe se réorganise". A Inglaterra e a França, unidas, seriam mais fortes que toda a Europa.

Está bem claro que não era isso senão a base, base solida, mas que não bastava; exigia reforço nos alicerces — o consentimento da Allemanha, que era indispensavel mas viria fatalmente; indispensavel porque os povos dessa raça forte, confederando-se sob um só governo, iriam occupar o primeiro logar na Europa; fatal, porque na paz, no allivio dos encargos resultantes de guerras successivas, estava a salvação a entrar pelos olhos de todos. O resto da Europa seria attrahido pela necessidade da propria conservação.

A paz da Europa era nesse momento a paz do mundo. Quando Saint-Simon escreveu, o seu *Appel aux Parlements* e as suas obras: "*L'industrie*" "*Le système industriel*" "*Le Catéchisme des industriels*" etc., o mundo civilisado era pouco mais que a Europa.

Cem annos depois, quando se reuniu a Liga das Nações, os moldes teriam, apenas, que ser alargados.

Chamou-se a isso o sonho de Saint-Simon.

O vapor, a electricidade, o ferro, o aço, haviam arrazado as

fronteiras do mundo antigo; os Estados Unidos e o Japão tinham apparecido e a America do Sul era um bloco que iria entrar em scena.

Foi quando se começou a comprehender a belleza do sonho de Saint-Simon.

Um espirito claro, Henry de Jouvenel, evoca hoje a memoria do philosopho: "*En 1925 encore, cent ans après sa mort, Saint-Simon n'est pas derrière nous dans l'histoire; il est devant. Mais nous marchons, malgré nous, dans ses pas*".

Mas, já a ruina financeira da Europa, os odios e as rivalidades creadas pela Grande Guerra tinham gerado uma situação muito mais grave. O sonho de Woodrow Wilson não se poudé então realizar. O papel que a Inglaterra conquistára em dois seculos, de senhora do commercio da industria e do capital, estava passado para o outro lado do Atlantico, á sua antiga colonia, que lhe aprendera a lição, inclusive o egoismo da nacionalidade. Em outro oceano, no extremo oriente, uma nova potencia surgia, mettendo mêdo com a sua capacidade de trabalho, com os seus milhões de fanaticos prompts a morrer para dilatar a patria pela força.

Temos hoje o mesmo problema de cem annos passados, mais vasto e temeroso. O poder collossal da industria, da riqueza, deslocou-se para outro continente; uma nação dita leis ao mundo pela força economica e começa a sentir a necessidade de armar-se. O espirito de Saint-Simon encarnou-se no Presidente Wilson quando viu sua patria desafiar e attrahir os odios. Ella cresceu e tornou-se o mais forte paiz do mundo sem ter exercito e sem ter marinha; e, depois de forte, começa a armar-se. O xemplo da Inglaterra, vencedora de Napoleão, enriquecida ainda por um seculo de lucros e hoje enfraquecida e ameaçada de mil catastrophes, teria illuminado o grande sonhador da Casa Branca. Uma Liga Européa e uma Liga Americana seriam a renovação da politica das Allianças, em vez da politica da Associação. Duas grandes forças iriam erguer-se uma diante da outra, com armas novas, entretanto, o avião, o hydroplano, o dirigivel, o submarino, o gaz asphyxiante, preparando a lucta

de extermínio em que os milhões de russos e asiáticos poderão entrar com seu peso destruidor da miséria e do desespero, em preferencias difíceis de prevêr, como uma terceira potencia.

Recentemente, commentando as difficuldades que appareceram depois da Grande Guerra, diz, com profundeza, um espirito lucido: — A politica de Saint-Simon, que a todos se afiurou menos immediata e menos pratica que a de Talleyrand, hoje, um seculo depois do tratado de Aix-la-Chapelle, põe em segundo plano a capacidade politica do grande diplomata. Chegou a hora de relêr o estudo de titulo prophético: — *La réorganisation de la société européenne ou de la nécessité et des moyens de rassembler les peuples de l'Europe en un seul corps politique en conservant à chacun son indépendance nationale* — uma obra que não foi inspirada pelas circumstancias, mas por ellas apressada e que hoje se vê que as adianta e ultrapassa ao mesmo tempo”.

O ideologo Saint-Simon, o sonhador, tinha previsto que só haveria um meio de estabelecer a idade de ouro do genero humano — a paz universal, fundada sobre o estado industrial, cada um produzindo conforme suas forças e sua capacidade, honrando a dignidade do trabalho.

Os que sonham hoje como Wilson, parece que sonham como Saint-Simon. — *“Les guerres nuisent même au peuple vainqueur”* (*De l'Industrie*). Elle queria crear um super-Estado, um Estado de productores, governo geral independente dos governos nacionaes.

Suas vistas eram, neste ponto, verdadeiramente geniaes, de tal maneira antecipam o tempo, de tal modo exprimem uma verdade e uma necessidade, depois que o mundo se dilatou, graças ás revoluções da civilização industrial, que elle não previa tão rapida como foi, mas que ninguem viu tão claro como elle, faz observar Max. Leroy diante da Sociedade das Nações.

Para chegar á idade de ouro, era preciso supprimir a guerra; e o “Conselho de Newton” em 1802 e o “Parlamento Europeo” em 1814, não são senão anticipações da Liga de Nações.

A idéa dominante foi sempre a mesma que presidiu a phan-

tasia primeira do “Conselho de Newton” ao lado do Consul Napoleão, o predomínio da sciencia sob a invocação da grande lei — fazer da produção theorica e pratica a tarefa essencial dos homens, obra grandiosa nesses tempos de furia militar.

Quando o refluxo da Europa sobre a França, mudou o eixo do governo pela *Restauração*, é que o “Conselho de Newton” passou a ser o “Parlamento Europeu”. Um elemento novo surgia — a força industrial.

A civilização industrial tem nessa philosophia o seu germen.

Saint-Simon (diz um de seus commentadores, no momento em que em Genebra se reunia a Liga das Nações) nos ensinou a politica experimental, o parlamentarismo profissional, emfim a Sociedade das Nações; todos os meios attinentes á esperanza actual de ordem e de paz.

Aquillo que os europeos chamam a indifferença dos Estados Unidos e a hostilidade da Asia e que fazia prevêr *un accomodement avec l'idéal*, (Henry de Jouvenel) organizando primeiro o continente para depois organizar o mundo, não é senão o apparecimento de factores novos no problema — um novo mundo que surgiu — o colosso industrial dos Estados Unidos, o poder militar do Japão e o nascimento da America do Sul.

Estudando, com algum empenho, a doutrina de Saint-Simon e a acção de seus discipulos na marcha da civilização, pretendia eu abordar uma demonstração graphica da ligação estreita que resulta da comparação do que fez Mauá no Brasil com o que elles fizeram em scenario mais vasto.

Dispensar-me-á dessa tarefa uma esperanza que resulta do grande interesse que a figura de Mauá despertou em dois luzeiros da sciencia universal, sabios especializados no estudo dos problemas scientificos que se prendem á these que nos occupa. Relembro, com o mais justificado orgulho, que me cabe a honra de ter chamado a attenção desses espiritos profun-

dos, o sabio psychologo Georges Dumas e o eminente economista Germain Martin, para a figura de Mauá.

Honravam elles a nossa terra com as memoraveis conferencias que aqui fizeram como delegados do Instituto Franco Brasileiro de Alta Cultura, quando tive a ventura de approximar-me dos dois, num banquete para que os convidára e a seus illustres companheiros de cruzada, Marchoux e Janet, o Ministro do Exterior Felix Pacheco-

Foi nessa festa que as referencias do Ministro e as do seu hospede e homenageado Dr. Gabriel Terra á personalidade de Mauá e a este mais convencido de seus admiradores, provocaram a approximação da qual me resultou a honra da referencia que encima este capitulo e tambem uma promessa, uma grande esperanza que sou feliz em poder annunciar.

Germain Martin tão vivamente se impressionou com os documentos que lhe puz em mãos, materiaes que andava recolhendo para este trabalho então começado, que me animei a perguntar-lhe: "Não lhe parece um discipulo de Saint-Simon? não é um grande homem do Brasil e da Humanidade?"

O professor Martin prestigiou a minha admiração com a sua auctoridade, propoz-se esperar as minhas notas biographicas e a desejada publicação das *Obras de Mauá*, promettemdo-me que iria estudar em algumas conferencias da Sorborne — *cette grande figure saint-simonienne*.

Generosamente anteciparam ambos os professores a recompensa do prazer que lhes dei, desvendando-lhes a vida quasi desconhecida de um grande brasileiro, na publicação feita na *Illustration* em que se conjugam a auctoridade do sabio auctor da "*Psychologie des deux messies positivistes — Saint-Simon et Auguste Comte*" e a do sociologo e economista que veio, com elle, representar brilhantemente a cultura franceza.

A segurança de que Germain Martin dirá, na lingua universal, ao mais culto auditorio do mundo, o que foi esse "*veritable saintsimonien*", dispensa-me do quadro de sua approximação intellectual com os pensadores da escola, e de sua approximação industrial com as obras e com os auctores do grande movimento

renovador da industria no meado do seculo passado — com os seus banqueiros Rothschild, Hottinguer, Fould e Laffite, com os empresarios industriaes Pereire e Rodrigues.

Maior que a de todos esses e muito mais efficaz ao bem commum, resultará a figura de Mauá estudada por observador tão profundo. D'isso estou seguro.

Georges Dumas parece que lhe queria adivinhar o perfil quando escreveu isto de Saint-Simon:

“Comme messie il a toujours tenu pour secondaire ce qui chez le commun des hommes constitue l'essentiel de la vie, la fortune, les honneurs, les places; non pas que par nature il en fut dédaigneux mais il était persuadé qu'une fois la mission remplie tout cela viendrait par surcroît”... *“C'est pour remplir sa mission qu'il spéculé et s'enrichit tout d'abord, que plus tard il souffre de la misère et de la faim et qu'il vend jusqu'à ses habits pour se faire imprimer, qu'il accepte toutes les amertumes et subit toutes les infortunes”*.

Foi tambem para cumprir sua missão que elle atravessou antes o Atlantico para ir combater pela liberdade sob as ordens de Washington e de Lafayette, como Mauá tinha caminhado contra Rosas e Oribe.

Não falta ao retrato nem este traço que convém seja salientado:

“Cette foi messianique se traduit dans la vie sociale par un orgueil démesuré qu'on peut d'ailleurs constater chez tous les messies”. Mas este orgulho, em Mauá, não era o orgulho condemnavel, era o orgulho da confiança de vencer as difficuldades que iam surgindo no seu caminho — “As difficuldades, porém fizeram-se para ser vencidas — (escreveu) sobretudo quando ellas vêm de cima”.

Accrescenta, porém, Dumas, com a graça de seu estylo: *“Quand Saint-Simon ne réorganisait pas le monde, c'était un homme comme les autres, ouvert aux émotions les plus communes et les plus vraies, très simple, presque banal à force de simplicité”*.

Era tambem assim Mauá. Comerciante, industrial, em-

prezario de obras publicas, era aspero e aggressivo ás vezes com o bondoso Pedro II, se este o não queria acompanhar nos seus passos de gigante; era violento com o Presidente da Republica do Uruguay a ponto de ser processado por abuso de imprensa; era desabusado nas suas objurgatorias contra homens publicos poderosos; era desabrido nas expressões contra a magistratura corrupta que lhe dava em paga sentenças injustas; era porém, um igual, quasi humilde, diante de seus empregados “os meus auxiliares” e tomava logar com a joven esposa em um banquete de 400 operarios, livres e escravos, elle o mais rico banqueiro do Brasil.

Dir-se-ia que eram indicios estes de um temperamento psychopatico, de uma mentalidade de agitado. Mas o professor Dumas ensina que — *le tempérament psychopatique et les accidents nerveux et mentaux qui le traduisent est une condition biologique, la plus importante, peut-être, de la passion messianique*”.

Não pôdem os temperamentos vulgares realizar as grandes obras da intelligencia e da acção.

Pasteur, em pleno fervor de trabalho, escrevia aos seus, em 1849: “*Il faut être un peu fou pour entreprendre ce que j'ai entrepris*”. E' d'esse genero de loucura que deu a felicidade e a saude a tantos milhões de homens e salva diariamente a riqueza de tantos paizes — a loucura de que participava Mauá — a loucura do sacrificio.

“*Comment le comprendre? Il faut s'oublier soi-même*”, diz de Saint-Simon um de seus entusiastas.

Não é facil, num seculo de materialismo, comprehender Mauá, que não soube gozar a vida e nunca descançou.

Para felicidade do Brasil, elle era, entre os discipulos de Saint-Simon, daquelle ramo a que Lamartine denominou o *ramo viajado*.

O Saint Simonismo era “o germen da arvore”, porém “*au lieu de couvrir ses vérités en plein air, il les a couvertes dans l'isolement des autres idées et cet isolement lui a faussé le jugement. Au lieu de faire jour il a fait secte, l'espace a manqué aux regards de ses sectateurs*”.

E' por isso que Lamartine conclue depois d'essas considerações:

“Aussi, remarquez que du jour où ses apôtres se sont répandus pour voyager sur toute la terre, en retrouvant l'espace ils ont retrouvé leur bon sens. Partis sectaires et utopistes, ils sont revenus de leurs voyages les premiers économistes et les premiers financiers, de leur siècle; l'espace les a pénétrés de sa clarté; en marchant ils ont depouillé le vieil homme, ils ont revêtu l'étendue”.

Quasi tudo quanto se emprehendeu de grande no seculo XIX, tem o germen dessa philosophia da civilização industrial.

O canal do Panamá é uma concepção de Henri de Saint Simon apresentada ao vice-rei do Mexico.

O Canal de Suez foi a *obra religiosa* a que se quiz consagrar o Père Enfantin fundando á “Sociedade para ligar os dois mares”. Não só as ligações ferro-viarias da Europa, mas algumas da America do Norte, provém da acção dos discipulos *viajados* de Saint Simon e das suas creações bancarias do typo industrial.

O estudo graphico que estava em minha mente emprehender na demonstração da these, vae ser feito em largas palhetadas por um mestre cujo brilho e força de synthese o Rio de Janeiro intellectual poude admirar recentemente na palavra falada, como já admirava na palavra escripta. Seria deserviço á causa insistir no meu proposito; recolho-me ao papel de auxiliar.

Nesse sentido, o feitto dos escriptos de Mauá fornecerá ao observador illustre, preciosos confrontos.

Não é só nos seus actos e na sua acção civilizadora que o paralelo impressiona. Até as modalidades da palavra, os torneios da phrase, accentuam sua filiação aos philosophos economistas da escola, particularmente Michel Chevalier. Deste, reproduz as idéas em duas ou tres paginas da *Exposição aos credores* quando estuda as condições essenciaes para o emprego de capital e fixa imperativamente as bases para convidal-o a introduzir-se no mecanismo de que é a força motriz indispensavel tratando-se da criação da riqueza (*Exposição aos credores*, 35).

Os braços mecânicos — a força creadora da industria — o trabalho que bem merece a honra da visita de V. M. Imperial, — a ordem por base, o progresso por fim, etc., — são estribilhos de suas dissertações.

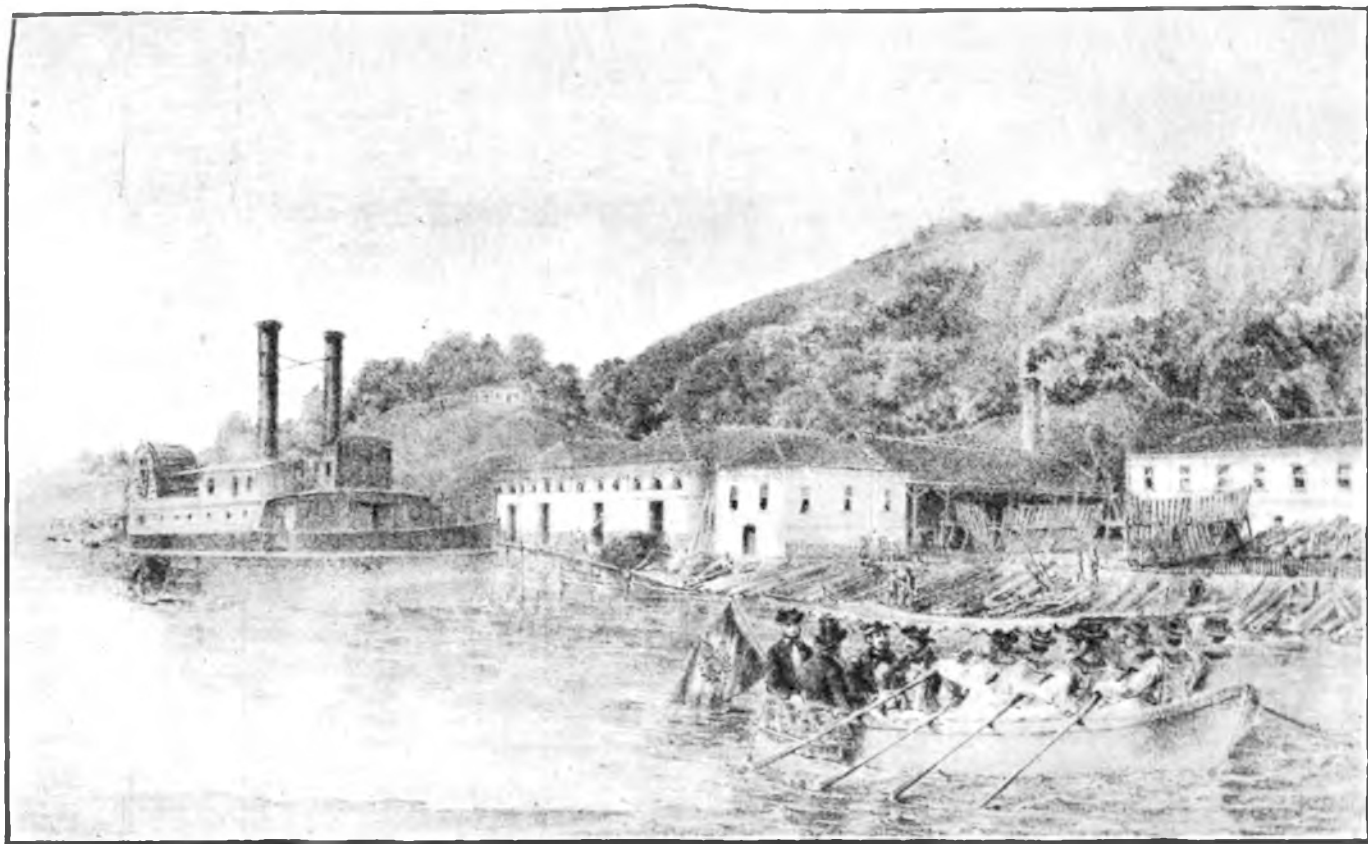
E' phrase que tem laivos de sectarismo, esta, com que elle, no momento pathetico de sua existencia, pede desculpa aos credores de se ter occupado menos delles e de sua familia que do Brasil, e começa com este hymno á memoria do patrão, o benemerito Carruthers :

Na primavera da vida havia eu já adquirido por meio de infatigavel labor uma fortuna que me assegurava a mais completa independencia. Um dos melhores typos da humanidade, um negociante inglez que se distinguia pela inteira probidade da *escola de moralidade positiva*, Ricardo Carruthers...

Aguardemos as lições promettidas de Germain Martin na Sorbonne e confiemos, com alvoraçada esperanza, que o sabio George Dumas estude ainda, com amôr, a psychologia desse *temperamento messiânico*, de um saint-simoniano *viajado*, que, entre 1853 e 1865, fez o Atlantico, em pequenos vapores, dez vezes para a Europa e oito vezes para o Rio da Prata.

Por emquanto, demos a these por demonstrada diante da auctoridade de um psychologo e de um economista.

Raramente se applicaria com mais propriedade o *Roma locuta est.*



A Ponta da Arêa, em 1848. Visita imperial. (De uma gravura pertencente ao Dr. Rodrigo Octavio).

CAPITULO VII

A Ponta da Arêa e as industrias

Muito nos valeu a Ponta da Arêa! Que homem este Mauá!

(Nota do BARÃO DE PINTO LIMA, ministro da marinha quando se declarou a guerra do Paraguay).

Para dar visão a tantas obras procurou o governo o concurso das officinas particulares que tambem, com louva e intuito, secundaram seu intuito, distinguindo-se as da Ponta da Arêa e de J. Maylor & Cia.

(VISCONDE DE OURO PRETO, AFFONSO CELSO, em "A Marinha d'outr'ora", pag. 48).

NA ordem chronologica, o estabelecimento de fundição e de construcção naval da Ponta da Arêa é o primeiro grande serviço de Mauá á sua patria.

Sob o aspecto da importancia pratica, nenhum talvez seja maior, nem o da inauguração dos trilhos de ferro, nem a navegação do Amazonas, nem o telegrapho submarino. Outros brasileiros talvez, o capital estrangeiro, viriam, depois d'elle, fazer estas obras.

Onde, porém, as circumstancias lhe deram papel proeminente em bem do Brasil, foi na creação das officinas de fundição e estaleiros da Ponta da Arêa.

As palavras de Pinto Lima e Affonso Celso, os dois ministros da marinha que tiveram de enfrentar as primeiras dificuldades da guerra, dão idéa dos serviços que essa criação de Mauá representa na nossa victoria militar do Paraguay.

Poderá parecer exaggero de admiração, dizer que de graves riscos nos salvou a Ponta da Arêa nos primeiros embates da guerra. Quem tiver um sorriso de incredulidade, que attente para a natureza dos documentos que vamos exhibir e convencer-se-á que essa Ponta da Arêa que as isenções de direitos fizeram sossobrar afinal, depois de ter enriquecido industrialmente o paiz, com instrumentos de trabalho, com material para as emprezas de transporte, essa abandonada Ponta da Arêa que, esfrangalhada, defronta a nossa Capital, devia estar classificada entre os monumentos nacionaes a zelar carinhosamente.

Iniciou seu concurso de serviços á defeza da patria em 1850, quando o Visconde do Uruguay, organizava os elementos com que pretendia oppôr-se aos desatinos de Rosas e Oribe.

"...Em meiodos desse anno (1850) declarou-me o Sr. Conselheiro Paulino que posto a attitude da legação argentina se tornasse cada dia mais pronunciada, o Brasil *não estava preparado para accèitar a luva* e cumpria ao Governo reunir, sem fazer barulho, os elementos precisos para dar o golpe"... (*Exposição aos credores de Mauá & Cia.*, pag. 17).

Nesses mezes que mediaram até a nossa attitude hostile no Sul, a Ponta da Arêa aprestou alguns navios, que levaram o nosso pavilhão e os nossos soldados ao estuario do Rio da Prata.

Por mais que me esforçasse e por mais que desejasse ajudar-me um illustre official da nossa marinha de guerra, o intelligente e estudioso Commandante Eugenio de Castro, não são completas as informações que pudemos os dois recolher afinal:

E' fóra de duvida, porém, que os navios construidos na Ponta da Arêa secundaram militarmente os trabalhos individuaes de Mauá, que, nesse momento, foi o escolhido para inaugurar a politica dos auxilios pecuniarios a Montevideo sitiada (V. Capitulo XVII).O *Fluminense*, o *Paraense* e o *D. Pe-*

dro II entraram em acção efficiente. Depois, em 1864, quando declaramos guerra a Aguirre na Republica Oriental, ainda foram os navios de Mauá os melhores transportes que teve o Governo.

E', aliás, tudo isso, coisa de pouco apreço diante do papel que teve a Ponta da Arêa na nossa grande guerra.

O Visconde de Ouro Preto confessa abertamente que não eram de superioridade as nossas forças navaes diante das de Lopez.

A pequena superioridade numerica da artilheria brasileira desaparecia, descontadas as 28 peças da *Nictheroy*, que não podia navegar os rios Paraná e Paraguay. Contra os 99 canhões dos vasos paraguayos, auxiliados por baterias assentadas em terra, não teriamos mais de 74. Nesse numero de 74 bocças de fogo, figuravam entre as mais fortes as da corveta *Recife* e do vapor *Paraense*. (*A Marinha d'outr'ora*, pag. 41). Conquistamos as primeiras vantagens apreciaveis depois que Pinto Lima adquiriu para o Brasil os couraçados *Cabral*, que estava sendo construido em estaleiro inglez para Lopez, e o *Rio de Janeiro*.

Só com a acção do tempo, pôde Affonso Celso elevar o numero de nossos navios de combate a 94 no fim da guerra.

Tal era a penuria dos recursos navaes!

Entretanto, na lista das unidades de nossa marinha de guerra e da marinha mercante auxiliar do primeiro momento, conta enormemente o numero dos navios que tinham sido construidos na Ponta da Arêa de 1847 a 1859.

Toda a nossa força naval, no começo da guerra, era de 45 navios, 33 a vapor e 12 á vela. Quasi um terço tinha sido construido na Ponta da Arêa. O *Marquez de Olinda*, cujo aprisionamento foi a declaração de guerra, era tambem uma das bellas construcções ahi effectuadas: (1).

(1) O *Jornal do Commercio* de 29 de Setembro de 1859 publicava a seguinte noticia: Foi experimentado hontem o novo vapor *Marquez de Olinda*, construido na Ponta da Arêa. O vapor é um modelo de architectura naval e é de marcha superior, pois alcançou a velocidade de 11 milhas. Achavam-se a bordo os Srs. Marquez de Olinda, Visconde de Abaeté e de Ipanema e Conselheiro Paranhos.

Boiavam em aguas brasileiras, nessa occasião, 72 navios construidos na Ponta da Arêa em 11 annos, quasi metade da nossa tonelagem aproveitavel.

A' falta quasi completa de dados officiaes, pude apurar, graças ao concurso do Commandante Eugenio de Castro, e ás informações preciosas do livro *A' Memoria do Imperador D. Pedro II*, do Almirante José Carlos de Carvalho, veterano da guerra, que, nas primeiras expedições, a Ponta da Arêa levou valioso contingente de unidades combatentes e de transporte:

E' d'esse livro do Almirante José Carlos de Carvalho, o seguinte trecho:

“Na industria particular as construcções foram muitas e sempre bem feitas. E' bastante recordar os navios construidos na Ponta da Arêa, as canhoneiras *Ypiranga*, *Henrique Martins*, *Greenalgh* e *Chuhy*, os vapores que inauguraram a linha de passageiros entre este porto e Santos, o *Santa Maria* e o *S. Paulo*, que desenvolviam 12 milhas de marcha, e o *Alice* e o *São José*, vapores que mais tarde foram transformados em transportes de guerra e conduziram tropas para o Paraguay” (pag. 83).

As reminiscencias do bravo marinheiro ainda me prestaram mais completo auxilio, reproduzindo de viva voz os nomes primitivos e os nomes que tomaram na guerra outros vapores, construidos na Ponta da Arêa. Bastam-nos estes de seu livro; pôde-se bem imaginar o valor que tiveram nas nossas operações de guerra vapores de 12 milhas, *record* de velocidade nas costas do Brasil. Era um luxo patriotico de Mauá anteriormente, construir vapores que vencessem os inglezes na carreira Rio-Santos. Relata o Commendador Francisco Casemiro Alberto Costa, vigoroso ancião, discipulo de Mauá, o orgulho que este experimentava de assistir á partida do *Santa Maria* com uma hora

de atrazo para chegar a Santos com meia hora de avanço sobre os vapores novos da Companhia do Pacifico.

Accrescenta ainda o Commendador Casemiro Costa que se não está verificado que o incendio da Ponta da Arêa, teve essa origem, pôde elle garantir que os modelos ou moldes de construcção naval da Ponta da Arêa, foram criminosamente inutilizados depois por mãos estrangeiras. O *Santa Maria* foi o vapor em que o Imperador se transportou ao Rio Grande do Sul, como *primeiro voluntario da patria*, para receber a rendição das forças de Estigarribia e as credenciaes com que a Rainha Victoria acreditava o Ministro Thornton na barraca de campanha de Uruguayana, depois de prolongada interrupção de relações diplomaticas pela questão Christie

A esta lista do livro do Almirante José Carlos de Carvalho juntarei a nota que me forneceu o Commandante Eugenio de Castro extrahida da *Biographia das navios* e de documentos existentes no Archivo da Marinha — Vapores: *D. Pedro II* (1850), *Paraense* (1851). corveta a vapor *Recife* (1849), *Galeota imperial* (1856), vapor *Apa* (1858), vapor *Jaguarão* (1856) vapor *Paraná*, ex-*Jaurú*, *Patacho Iguassú* (1858), vapor *Coringá* (1860).

Estes nomes, em seu maior numero, figuram frequentemente nas partes de combate ou nos movimentos das tropas ou na defeza das posições conquistadas, principalmente no começo da guerra, antes de entrarem em scena os navios couraçados. Já em Forte de Coimbra (27-12-1864) o primeiro encontro de forças navaes, figura o *Jaurú* (*A Marinha d'outrora*, pag. 152).

Na "*Historia das Campanhas do Uruguay, Matto Grosso e Paraguay*" de F. C. Jourdan e na "*Marinha d'outrora*" de Ouro Preto são frequentes as citações dos nomes de navios da Ponta da Arêa nos movimentos da nossa esquadra.

Algumas vezes o pavilhão de commando esteve nelles içado. De inicio (1866) o grande movimento das tres divisões que Ouro Preto classifica — "a força naval mais imponente que já se construiu na America do Sul e que se abeirava em

21 de Março das plagas paraguayas”, as tres divisões cujo commando Tamandaré confiava ao chefe de divisão Barroso, tinham seu pavilhão de commando no *Apa* (*Marinha d’outr’óra*, pag. 217).

Como encarecer bastante o concurso desses navios numa situação de fraqueza militar que, apesar desse elemento poderoso, se desenhava negra aos olhos do Ministro da Marinha Affonso Celso? “...Posto que se encontrasse em estado de guerra com a Republica Oriental, o Brasil estava por assim dizer desarmado quando o dictador do Paraguay arremessou-lhe o affrontoso cartel de desafio”... (*Marinha d’outr’óra*, pag. 34).

Deixemos ás meditações do nosso patriotismo avaliar o que foi na guerra o concurso desse homem de paz e de trabalho. Fazendo a nossa marinha mercante e concorrendo para augmentar a de guerra, elle tinha preparado efficazes elementos para a defeza militar no Paraguay.

Fique o estudo desta ordem de serviços a algum dos nossos marinheiros que tome a si condecorar a Ponta da Arêa com a gloria de ter sido dos nossos mais uteis arsenaes de guerra.

Tem as suas glorias economicas e muito grandes a officina industrial; é dellas que nos vamos occupar agora.

Em 1845, Mauá comprava um modestissimo telheiro com machinas primitivas de fundição de ferro e *carreiras* ao lado, onde se faziam barcos de vela. Era a Ponta da Arêa, era o *sonho de Bristol realisado*, era a industria do ferro, a “mãe de todas as outras” daquellas outras que pensava em crear depois “...as que pódem medrar sem grandes auxilios”.

Para a Ponta da Arêa servia de amparo a tarifa alfandegaria Alves Branco (1844). O Ministro do Imperio, Joaquim Marcellino de Brito, havia feito promessa de encommendar tubos para encanamento das aguas do Maracanã, que de facto contractou. Existem na sessão de manuscriptos da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, as contas mensaes do fornecimento certo de 150 tubos semanaes, tiradas com irreprehen-

sivel calligraphia e assignadas com a lettra de Irenço Evangelista de Souza.

Um anno depois, a Ponta da Arêa era uma grande officina, quatro vezes maior; empregava 300 operarios, dirigidos por um technico inglez. Dentro em pouco tempo, seu capital era de 1.250:000\$ (1851), quando o orçamento do Brasil era de 27.200.000\$, a população 6.300.000 habitantes e o capital de nosso maior banco, poder-se-ia dizer o nosso unico banco, o Commercial, era de 2.500:000\$.

A Ponta da Arêa cresceu muito. Vieram as grandes commendas e a fabricação de tubos para a Empreza do Gaz. Não se sabe exactamente o que foi esse estabelecimento nos dias de prosperidade. Calcula o Commendador Casemiro Costa que chegou a ter 1.000 operarios. De positivo, pôde-se affirmar que, em 1862, na época do declinio, depois da reforma das tarifas feita por Ferraz, e quando já estava em crise séria, o Relatorio da Exposição Industrial de 1861, dá o mappa de 384 operarios. Não havia estabelecimento industrial de igual nem de proxima importancia. Ha ainda, documentos para provar que a fundição da Ponta da Arêa, no anno de 1857, produziu artefactos no valor de 956:594\$586. (Relatorio geral da Exposição Nacional de 1861, pag. 399).

O Relatorio do Ministro do Imperio, em 1850, diz :

“Resta falar da fabrica de fundição de ferro da Ponta da Arêa. E’ sem contestação, o mais importante estabelecimento fabril do Imperio, tem tido melhoramentos constantes e é poderosissimo auxiliar de muitas materias, que promove e alimenta com a faculdade de acharem ellas, em seus productos, meios e recursos que outr’ora mandavamos mendigar á Europa; tem produzido importantissimas peças de machinismo, diversas caldeiras para machinas de vapor e entre ellas um jogo de 3 da maior força que até o presente se tem empregado no Brasil, engenhos de assucar e de serrar, guindastes, molinetes e muitas outras obras entre as quaes os tubos de ferro para o encanamento de Maracanã.”

Um Commissario inspector, nomeado pela Presidencia da Provincia do Rio de Janeiro, assim se exprimia, depois, sobre esse estabelecimento:

“Actualmente consta elle de 10 officinas a saber: fundição de ferro, de bronze, mechanica, ferraria, serralheiro, caldeiros de ferro, construcção naval, modelladores,apparelhos, velame e galvanismo que por ora não funciona.

Fundiram-se no anno passado grandes cylindros e balanceras para duas machinas a vapor, uma prensa hydraulica de grande força, galgas muito volumosas para a fabrica de polvora, assim como alguns engenhos para assucar, moendas, caldeiras e seis centos tubos mensalmente para o encanamento da cidade do Rio de Janeiro e outros objectos pequenos que se sia fastidioso nomear”.

Estes dados referem-se ao periodo do crescimento da Ponta da Arça. O Relatorio do Ministro é de 1850 e do Commissario inspector é de 1853.

Em 1857 (24 de Junho) veio o incendio que privou o estabelecimento de valiosos moldes e desenhos e obrigou-o a contrahir divida avultada. Em 1860 veio a tarifa Ferraz que isentou de direitos os materiaes de lavoura e os navios construidos no estrangeiro, uma politica economica opposta á anterior.

A todos esses contratempes fez frente Mauá, luctando de certo tempo em diante contra *deficits*. Em Dezembro de 1861, na Exposição Nacional Preparatoria de Londres, fala deste modo o Relatorio do Jury especial (Industria, metalurgica, arte e productos chimicos):

“Dos estabelecimentos mantidos por emprezas particulares, que exploram a grande industria, é incontestavelmente o da Ponta da Arça o primeiro e o mais bem montado, como attesta a profusão dos trabalhos mencionados nos relatorios annuaes apresentados pelo digno presidente da companhia, o Sr. Barão de Mauá.

Por occasião de entrar no exame dos excellentes productos com que aquelle estabelecimento concorreu á Exposição Nacional, e pelo que o jury geral da Exposição o julgou me-

recedor de uma medalha de prata, nada poderei dizer dos recursos de que elle dispõe, que já não tenha sido dito, e não esteja no dominio geral.

Entretanto, ligando-se tão de perto ao interesse de outras pequenas industrias nascentes, como sejam as fabricas diversas estabelecidas nesta côrte e provincias, as construcções navaes para a navegação de longo curso, de cabotagem e de traieço dos nossos portos e rios, que devem germinar á sombra protectora dos beneficios que derramaram as grandes industrias, e que lhe dão em retorno a seiva para que ellas se nutram e vivifiquem, quando exploradas no paiz; foi o estabelecimento da Ponta da Arêa o objecto da mais séria attenção do jury especial de 3.º grupo, logo que elle considerou do mais subido interesse para o paiz as promessas daquellas industrias que concorrem para favorecer a agricultura, as fabricas e a navegação”.

Na Secção de Agricultura, fala deste modo o Relatorio do Jury especial do 1.º grupo:

“Estabelecimento da Companhia Ponta da Arêa — Este estabelecimento expoz, relativamente á agricultura, o seguinte: um jogo de moendas, uma machina para torrar farinha de mandiôca, e uma tacha para assucar.

O jogo de moendas é de ferro, para cannas, e de duplo effeito; compõe-se de tres cylindros movidos por uma machina de vapor, que se acha annexa, podendo tambem empregar-se a agua como motor. Nestas moendas se nota um melhoramento que consiste em haver na junção do motor, isto é entre a roda que transmite o movimento e as proprias moendas, uma alavanca, para, como freio, fazer parar á vontade o machinismo, o que é innovação em engenho de assucar. Preenchem perfeitamente estas moendas o fim á que são destinadas, estão bem acabadas, são de utilidade reconhecida e recommendam-se por sua simplicidade e facilidade de trabalho.

A machina para torrar farinha de mamioca é feita segundo

o modelo exposto pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional...

Esta machina já tem o cunho da experiencia, porquanto a pratica confirma sua utilidade e incontestavel prestimo.

A' tacha de ferro para assucar contém um melhoramento: é de fundo chato para deste modo evitar que se queime o producto durante o seu fabrico".

Pelo jogo de moendas para cannas, assim como pela machina de torrar farinha, e pela tacha para assucar, foi o estabelecimento da companhia de Ponta da Arêa premiado.

Não só na metallurgia e na agricultura mas em muitas outras secções da Exposição Nacional preparatoria, exhibiu Mauá a prova de seu enorme esforço. Elle e a Ponta da Arêa confundem-se no primeiro logar nesse certamen industrial, primeira exposição que houve no Brasil.

"A fabrica da Ponta da Arêa expôz uma pequena estatua de bronze, a primeira que se fundiu no Brasil". (Cit. *Relatorio Geral da Exposição*, pag. 39). Esta estatua de D. Pedro II de 1.10 de altura, está hoje no museu do Dr. Guilherme Guinle.

Os esplendidos moldes de construcção naval augmentam ainda os premios conquistados pela Ponta da Arêa e que depois foram confirmados na Exposição Universal de Londres, onde Mauá foi ao mesmo tempo galardoado com varias medalhas como expositor brasileiro e como expositor uruguayo. (V. capitulo XVII).

Em seu nome individual ou como interessado em outras emprezas industriaes, apparece ainda Mauá como o grande expositor de velas stearicas, de ferro e carvão de S. Jeronymo, de sabão, de papeis pintados, de tecidos, etc.

Na Secção de productos naturaes, a Commissão ainda salienta:

"Os esforços e dispendios do Sr. Barão de Mauá trouxeram á Exposição Nacional interessantes e importantes collecções de productos naturaes do Pará e do Amazonas, os quaes em grande parte, foram para Londres, para representarem na Exposição Universal a riqueza natural do Brasil", (pag. 147).

Assim appareceram, argilas proprias para a fabricação da porcellana, velas de cêra e de carnauba, pedra hume, polvilho, papel e aparas de madeira, a gutta percha, assucar, a borracha, a gomma elastica, o guaraná, o oleo de ricino, o oleo de dendê, a carnaúba, o jacarandá, o páo brasil, muitas madeiras desconhecidas, o oleo de copahiba, a salsaparrilha, a ipeca-cuanha, etc., etc.

Mauá e Gonçalves Dias eram os membros da Commissão do Amazonas. Não admira que a Commissão assim se devesse exprimir :

“As provincias do Pará e Amazonas nestes productos sobresaíram entre suas irmãs e era isto de esperar; é ali, grande, sublime, magestoso tudo o que depende da natureza”. (pag. 72).

Depois de tão assignalados serviços, na paz e na guerra, a Ponta da Arêa começou a decahir, para succumbir afinal.

A Commissão Geral da Exposição já chamava a attenção sobre a perspectiva proxima d’esse desastre nacional.

Orientação differente guiou o Governo, a preocupação de facilitar a importação de instrumentos de trabalho agricola e de desenvolvimento dos meios de transporte.

Fala o proprio Mauá :

“Pouco tempo antes, porém, tudo mudára em relação ao estabelecimento. A legislação sobre artefactos de ferro se foi modificando. Navios a vapor e alguns á vela, dos quaes a Ponta da Arêa conseguira fornecer 72 nos primeiros onze annos de sua existencia (!) tiveram ingresso do estrangeiro *livres de direitos*. Da mesma fórma entraram machinismos a vapor e ainda outros, de sorte que a concorrência com os productos similares do exterior tornou-se impossivel e o estabelecimento decahiu”. (*Exposição aos credores*).

Para que a “tenacidade indomavel que Deus plantou em minha alma” fôsse ainda posta á prova, um grande incendio, coincidindo com a alteração das tarifas, obrigou a Ponta da Arêa a emprestimos.

Fale ainda Mauá:

“Nessa ocasião commetti um grande erro, em vez de contentar-me com o prejuizo (500 contos) além de um valor maior *em moedas* — pouco menos da metade dos lucros que havia auferido — e deixando que os novos interessados soffressem a perda proporcional que lhes tocava, procurei dar nova vida ao estabelecimento industrial e até consegui do corpo legislativo novo emprestimo com as mesmas condições anteriores, que teve que ser pago integralmente por mim em seus vencimentos, impossibilitado o estabelecimento de concorrer com a minima parte.

“Infelizmente o periodo de prosperidade até aquella época percorrido, fazia pesar sobre mim o que na nossa terra se chama — inveja; soprava rijo sobre todos os meus passos esse vento maligno que até leva em sua derrota o halito pestilento da calumnia. Restaurando-se as officinas com dispendio de mais do dobro da quantia obtida do Estado — achavam-se ellas preparadas para *produzir* em grande escala os variados productos que ali se manipulavam; porém, falharam *em sua totalidade* as encomendas do governo e o serviço particular era minimo; foi, portanto, preciso fechar as portas das officinas *á mingua de trabalho*.

“A tenacidade que Deus plantou em minh'alma era, porém, indomavel; visitando a Europa mais tarde, e observando nessa classe de estabelecimentos o augmento de serviço que desempenhavam os *braços meccanicos* — impellidos pela força do vapor, resolvi fazer nova tentativa para pôr em movimento o grande estabelecimento. Vão esforço! O trabalho não acudiu, e concluida uma canhoneira que ali se fabrica por conta do Estado, é forçoso fechar as officinas com prejuizo avultado, além do que já fôra supportado. Os gritos da inveja e da maledicencia ficam satisfeitos, o grande estabelecimento industrial morre! A legislação aduaneira não lhe permite viver, mantendo-se apenas pequenas fabricas de concertos que tem empregado capital insignificante. Em vez de *lucro*, esta idéa favorita de épocas felizes, que affaguei com tamanha perseve-

rança, desfalcou minha fortuna *em mais de mil contos de réis, além do prejuizo que outros interessados supportaram*".

Dahi por diante a Ponta da Arêa vegetou dando prejuizos a outros que a vieram explorar — o Banco do Brasil, a Companhia Forjas e Estaleiros, etc. Por ultimo, ainda em 1905, veio a ser de utilidade publica quando adquirida pelo empresario Walker para as obras do porto do Rio de Janeiro.

Esta é a grande criação do genio industrial de Mauá, *o seu sonho de Bristol*, em 1840, quando "tive o pensamento de mudar de rumo na direcção de minhas occupações e que a industria que manipula o ferro sendo a mãe de todas as outras, me pareceu o alicerce dessa exploração..." (*Exposição aos credores*, pag. 8).

Estava a sua fortuna desfalcada em mais de 1.000 contos e perdido para elle o esforço de 30 annos!

Para o Brasil tinham ficado, entretanto, instrumentos de trabalho e material de transporte terrestre e maritimo cujo valor, naquelle momento de nossos primeiros passos, é inestimavel.

Diante da Ponta da Arêa ficam exiguas as bellas proporções de todas as outras obras de Mauá em bem da industria nacional. Só o dever de chronista nos obriga á citação dessas industrias que elle creou, depois da *industria mãe*.

A Luz Stearica

E' uma criação sua tambem. Em 29 de Outubro de 1850. João Eduardo Lajoux obteve um privilegio para fabricação de velas especiaes de stearina. Era Mauá o seu banqueiro, fez-lhe adiantamentos.

O desenvolvimento do negocio inspirou a organização de uma companhia de que Mauá foi o incorporador e de que tomou o maior quinhão de acções.

Administrações incompetentes e desidiosas levaram a companhia á situação de difficuldades. Mauá, maior interessado como credor e como accionista, absorveu-a, reorganizou-a e

deu-lhe recursos, com grandes sacrificios, e quando criava vida nova, os embaraços financeiros do Banco Mauá & Cia de Montevideo, obrigaram-no a desfazer-se d'ella, a vendel-a. A industria estava creada, entretanto. Della vieram colher os melhores fructos os seus successores Edmundo e Alfred Michel e depois o Dr. Julio Benedicto Ottoni, auxiliado pela competencia technica do Dr. E. Grandmasson, que muito aperfeiçoaram a fabricação.

Hojet está sob a provada direcção commercial do Snr. Zeferino de Oliveira. Nas industrias que o proteccionismo tem desenvolvido a Luz Stearica é, ainda agora, uma das mais uteis ao paiz e das mais rendosas.

Em 29 de Maio de 1898, o Dr. Julio Ottoni, Presidente da Companhia, celebrava com grandes festas em honra de Mauá o 50.º anniversario da installação da fabrica e o Conselheiro Souza Ferreira publicou os traços biographicos a que varias vezes havemos de recorrer.

Companhia de cortumes

Esta companhia, de que nos occuparemos no capitulo immediato, entre os melhoramentos urbanos, porque ella foi consequencia do fornecimento de carnes verdes á Capital do Imperio, tambem deixou, na industria do preparo dos couros, apreciavel progresso.

Companhia de rebocadores a vapor no Rio Grande do Sul

A industria de transportes sempre foi a maior preocupação de Mauá, os grandes transportes, as estradas de ferro, a navegção.

Nas industrias do pequeno transporte, occupa o primeiro logar chronologicamente a que estabeleceu em sua provincia natal, em 1847, creando a "Companhia de rebocadores a vapor para o Rio Grande do Sul".

"Visitando a minha provincia natal, alguns annos depois de montado o estabelecimento da Ponta da Arêa, tive de reco-

nhecer que a *barra*, por onde se opera a totalidade do commercio licito de importação e exportação, sem um possante rebocador, continua a ser o sorvedouro de navios. Reuni, pois, os principaes negociantes, e fazendo-lhes vêr que, embora com pouco beneficio directo, não comprehenderiam seus interesses se deixassem de auxiliar a idéa, e que eu tomaria as acções que não fôsem subscriptas; concorreram os negociantes da cidade do Rio Grande com a maior parte do capital necessario, subcrevendo eu o resto; e em curtos mezes ali appareceu um dos melhores vapores de sua classe que tem entrado a barra da provincia, construido na Ponta da Arêa sem beneficio. Infelizmente não deixava lucro o serviço de reboques e *cansaram-se* os interessados, encarregando-me de vender o navio ao proprio governo, o que foi facil, sendo como era um excellente vaso o *vapor Rio Grande*; assim terminou essa pequena empresa, sem maior prejuizo para os interessados. (*Exposição aos credores*).

Companhia Fluminense de Transportes

Falamos della no capitulo immediato relativo aos melhoramentos urbanos do Rio de Janeiro.

Montes Aureos Brazilian Gold Mining Comp.

Foi outro esforço industrial de Mauá que, como banqueiro, estava em contacto com os derradeiros exploradores dos filões de ouro e das alluviões da Provincia de Minas Geraes. A Companhia Mineração Maranhense tambem tinha transacções em seu Banco.

“Afiançaram-me pessoas em quem eu depositava confiança que a falta de capital em escala sufficiente e porventura de direcção scientifica apropriada, impediam que os productos de jazidas de ouro riquissimas influissem no progresso da provincia do Maranhão e pediram-me para obter o auxilio do capital europeu transferindo a empresa para Londres; prestei-me de bom grado. Engenheiros lá escolhidos examinaram essas jazidas e as mais brilhantes esperanças foram atiradas em perspectiva á praça de Londres, sendo o nome de meu so-

cio o principal esteio da subscrição. Não falhou a subscrição, ficando, porém, meu socio com grande numero de acções como prova de sua bôa fé em convidar para essa empreza capitaes alheios. Salvaram-se os capitaes primitivos que foram, a meu vêr, devolvidos com usura. Os criadores da nova empreza, foram porém, prejudicados; pois o emprego de recursos scientificos e monetarios na exploração em escala sufficiente, apenas trouxe a convicção de que fomos victimas de uma grande mystificação; ás jazidas já se achavam *esgotadas!* E terminou a empreza por um desastre financeiro completo". (*Exposição aos credores*, 49).

O prejuizo de Mauá andou perto de 100:000\$000.

Diques fluctuantes

Irritava-se Mauá com a falta de um dique no Rio de Janeiro. Em Montevidéo, tinha elle concorrido grandemente para a construcção de um, que ainda existe com o seu nome. Não comprehendia como podia o porto do Rio de Janeiro estar assim desarmado desse instrumento indispensavel.

"A marcha lenta com que progredia a construcção do dique secco que, na Ilha das Cobras, se construia por conta do governo. . . serviço que dura ha quarenta annos, deixava subsistir uma necessidade de *primira ordem* para o commercio e navegação que affluem ao porto desta Capital. Desde longa data preoccupava-me o espirito a satisfação desse *desideratum* e considerava eu até culpavel a negligencia do governo, lamentando a falta de iniciativa que deixava ao desamparo idéa tão util. (*Exposição aos credores*, 45).

Não era, bem se vê, um homem de negocios a quem apprecia a idéa de uma exploração commercial. Era um cidadão convencido que o Rio de Janeiro não podia dispensar um dique. Aliás, foi essa a determinante dos seus poucos empreendimentos industriaes infelizes; é preciso fazer, faça-se; a questão do lucro é secundaria.

Dodgson, engenheiro inglez, director da Ponta da Arêa,

julgou ter inventado um systema de *diques fluctuantes*. O *principio* agradou-me, diz Mauá.

Mandou que Dodgson puzesse sua invenção em discussão entre as pessoas competentes na Inglaterra e que, obtidas opiniões favoráveis, contasse com elle para levar adiante a idéa. De volta, declarou-lhe Dodgson ter consultado as melhores auctoridades e que tinham dado plena approvação á sua descoberta. — “Não hesitei em criar a empresa e construiu-se um dique na idéa de serem outros brevemente necessarios”. (*Cit. Exposição*).

Alguns amigos embarcaram com elle na experiencia:

— “Dispendidos, porém, cerca de 200:000\$ reconheceu-se que falhava a idéa na pratica. Se se tratasse de executar um pensamento conhecido e approved a respeito de diques fluctuantes, tudo estaria acabado, cada um que soffresse a parte do prejuizo que lhe tocára, sendo a minha a maior. Sendo porém, a invenção *nova*, e de um empregado do estabelecimento que trabalhava sob minha responsabilidade, não permittiu minha consciencia que outros ficassem prejudicados, recolhi as acções e devolvi *integralmente* o capital subscripto, tendo assim fim essa tentativa de realisar um grande e necessario melhoramento”. (*Cit. Exposição*, 46).

Só por um excesso de escrupulo Mauá se teria julgado no dever de restituir o dinheiro dos associados.

Sua empresa não tinha sido lançada no ar, sem estudos. Foi pelo contrario bastante examinada por technicos. Diz o competente official da nossa marinha de guerra, contra-almirante Marques Couto, que era uma concepção muito intelligente. Na Memoria de 25 de Fevereiro de 1866, V. XXV, da *Institution of civil engeneers, minutes of proceedings*, o dique de Dodgson é discutido.

Mauá, apesar disso, pagou a todos e penitenciou-se de seu erro. Apenas... como se dirigia a uma assembléa de credores fez-lhes notar que “nesse tempo eram grandes as sobras de meu activo”.

Falamos sómente, bem se está vendo, de emprezas industriaes em que elle teve o papel de creador.

Em tudo quanto, porém, se fazia com visos de utilidade publica, de desenvolvimento industrial, a Casa Mauá estava sempre presente :

— “Se a empreza parece bôa, embarca-se de corpo cheio ; se é sujeita a duvidas, embarca-se um pouco, para não desanimar os que crêem” — ensinava elle a seu socio Ricardo Ribeiro. O dever de concorrer para tentativas industriaes correspondia, em seu espirito, ao dever de subscrever para obras de assistencia. Bastava que houvesse *sobras no activo*.

Não obstante esta directriz originariamente humanitaria, suas creações, que representam hoje para o Brasil um patrimonio collossal, dariam ainda fortunas bastantes para seus numerosos descendentes, se não fôsem... os erros alheios.

CAPITULO VIII

Os melhoramentos urbanos

As obras espalhadas no paiz inteiro fazem esquecer os seus serviços á transformação d'esta Capital.

(FRANCISCO OCTAVIANO, 1875, por occasião do requerimento de moratoria).

NA somma de serviços de Mauá ao Brasil, não são de pequeno vulto os que prestou á transformação da Capital. Ennumerar-os, simplesmente, seria escrever largo capitulo de benemerencia; mas, força é esboçar o fundo do quadro, dando palida idéa do que era o Rio de Janeiro na época em que elle se consagrou a alguns melhoramentos locais ao mesmo tempo que lançava pela vastidão do Imperio a semente generosa das conquistas da civilisação.

O Rio de Janeiro, em 1850, era apenas um grande povoado; tinha 180 mil habitantes; mas, esta expressão numerica não dá idéa do atrazo em que vivia. Era “uma cidade propriamente colonial” como diz Rocha Pombo, classificando-a com benevolencia. Nem tanto; eram varias aglomerações de gente, formando bairros distanciados. As ruas eram muito estreitas, irregulares, cheias de pó ou de lama conforme o tempo. Não havia limpeza publica diaria e apenas em certos dias da semana algumas carroças removiam para o monturo proximo o lixo mais basto. O mesmo se fazia quanto á limpeza particular.

Ir á cidade não era para todos. Os meios de locomoção, além de escassos, eram ainda os primitivos... Nem toda a gente podia pois visitar com frequencia a cidade e grande numero de moradores, principalmente dos arrabaldes mais afastados, viviam sem nunca saber o que era a *Côrte*. (Rocha Pombo. *História do Brasil*, IX:530 e 531).

Para um ou outro dos pequenos nucleos da disseminada população, como Engenho de Dentro, Cascadura, Campo Grande, Santa Cruz, não se faziam passeios, emprehendiam-se viagens penosas e de custo, levando-se matolotagem. Só no pequeno espaço entre a rua Direita e o Campo de Sant'Anna havia uma população mais densa. Era esse trecho a *Côrte*. Ahi estavam o governo, a policia, todo o apparelho da administração, todo o alto commercio, o corpo diplomatico, as colonias estrangeiras, as escolas superiores e os theatros, tudo centralizado no pequeno perimetro fóra do qual não se estava na cidade.

O gaz

Dessa área da *Côrte*, habitada pelos privilegiados da fortuna, é a triste descripção que acima ficou feita; e só nesse trecho da cidade começou a haver illuminação á noite desde o governo do Vice-Rei Conde de Rezende. Até então a illuminação publica era a dos *nichos*. A devoção particular alimentava aqui ou ali, nesta ou naquella esquina, um candieiro de azeite ou uma vela de cêra, pharóes que serviam aos transeuntes e lhes disputavam a preferencia da devoção para o santo a que deviam aquelle favor: — “Era, porém, espessa a escuridão onde a fé religiosa não tivesse chegado para erguer nichos cujas luzes alumiassem os santos e os individuos. Tornava-se perigoso o transito nocturno, especialmente nas ruas em que não havia lampeões de nichos. Quem tinha escravos, mandava algum com archote illuminar o caminho; porém o pobre caminhava na escuridão sem guia, sem luz, receioso de cahir em algum atoleiro ou de encontrar má companhia nas trévas. (Moreira de Azevedo — *O Rio de Janeiro* — II, 327).

Ao Conde de Rezende deve-se o agigantado passo dos lampeões de azeite. Impostos foram lançados depois, em varias capitánias, para ajudar o desenvolvimento da illuminação da Côte. Por muitos annos estacou ahi o progresso. Uma lei de 8 de Outubro de 1833 decretou, de uma assentada, mais cem lampeões de azeite; foi um regosijo geral; o Governo era aclamado um governo de iniciativas.

Foi pelo começo do anno de 1830, que Mauá rapaz de 17 annos, entrou como caixeiro para a casa Carruthers, da qual seria gerente cinco annos depois. Continuavam os trezentos ou quatrocentos lampeões de azeite a fazer a illuminação da cidade nas noites em que a folhinha não marcava luar, confiados á vigilancia de escravos, que, para acudir em de prompto ás interrupções de luz neste ou naquelle candieiro, dormiam em distancias convenientes, ao relento, besuntados de azeite e carvão, na calçada das casas (Cit. obra).

Muitos annos resistiu a rotina em ir adiante do Conde de Rezende. Estrangeiros á cata de bons negocios, especialmente inglezes, falavam de trocar aquillo por coisa melhor que tinham visto alhures, o gaz. Carlos Grace e Guilherme Glegg Gover pedirão mesmo, em 1834, privilegio por 20 annos para illuminar a gaz a cidade e suburbios; mas, ninguem queria acreditar em semelhante novidade; um desembargador que teve de informar sobre uma provisão de privilegio, cortou a questão — “que o pretendente era um impostor, não podia haver luz sem torcida”.

Em 1840, exultou a população com o Decreto de 26 de Setembro dando outros 100 lampeões de azeite á cidade. Em 21 de Outubro de 1843, houve o ultimo acto publico sobre o azeite de peixe, decreto passando o serviço de illuminação para o Ministro da Justiça. Em bôa hora, porque a pasta da Justiça caberia annos depois a Euzebio de Queirós, espirito adiantado. Euzebio manifestou logo o proposito de contractar novo systema de illuminação.

Só apparecia, entretanto, um proponente em condições; era um estrangeiro naturalmente, um inglez. Mauá, porém, ahi

estava de reserva, prestigiado pelo successo da Companhia da Ponta da Arêa em prosperidade. Ultimavam-se, em ponto de assignatura, as condições já muito debatidas; entre ellas o preço de 31 réis por hora de illuminação. Mauá estudou o assumpto. Apesar da certeza que tinha, por declaração official, de que o Governo preferia contractar com elle em igualdade de condições, não se limitou a uma reducção pequena no preço; fel-a enorme. Os estudos a que mandára proceder, animaram-no a abaixar de 31 réis para 27 réis. Não se enganou. O negocio ainda assim ficou esplendido. Foi um dos poucos contractos vantajosos que elle assignou, tratando com o Governo; foi um daquelles em que ganhou dinheiro. Quando, mais tarde, organisou em Londres uma companhia com os capitaes indispensaveis ao desenvolvimento da rêde de illuminação, a sua concessão foi paga em 6.000 acções de £ 20, ou £ 120.000.

Era incontestavelmente um negocio collossal para a época.

Nunca, porém, houve paga mais merecida. Em primeiro lugar, Mauá não achára um socio no inicio da empresa; foi seu todo o dinheiro gasto para que o Rio de Janeiro visse no dia 25 de Março de 1854, o Lago do Paço e as ruas Direita, Ouvidor, Rosario, Hospicio, Alfandega, Sabão, S. Pedro e outras illuminadas *fêericamente* como disseram os jornaes e o já chefe e decano *Jornal do Commercio*.

— “Percorrendo de noite essas ruas, ficou o povo deslumbrado e era só essa a observação que se ouvia: — “Como esteve tanto tempo a cidade privada deste melhoramento”. — “Dir-se-ia que em parte da cidade era dia e em parte era noite”. . . (Moreira de Azevedo).

E como logo se acreditou que o gazometro não fazia explosão e o negocio era rendoso, não faltaram a Mauá capitaes para estender-se.

No resto do Brasil, houve mesmo uma coqueluche de companhias de illuminação a gaz, até para cidades minusculas.

Mauá aproveitou a monção. Novou o contracto, estendendo a área da illuminação; augmentou o capital, em 1854, para 1.200:000\$ e em 1858 para 2.000:000\$. Finalmente, fundou em

Londres, a "*Rio de Janeiro Gas Company Limited*" de capital de £ 600.000. Como accionista, recebeu Mauá de seus consocios, o triplo de valor nominal das acções primitivas. Além disso, recebeu 6.000 acções "pela cessão de todos os privilegios e direitos que lhe competiam como empresario e em compensação das despesas de organização da nova companhia, transferencia e mais gastos inherentes á negociação". Parece que Mauá embolsou, no total, o beneficio de umas £ 250.000, o que, naquella época, era somma consideravel.

Não lhe perdoou a inveja esses lucros vultuosos, que, aliás, não guardou, antes inverteu em outras empresas de utilidade publica e de *deficit* para seu bolso. De facto, trinta e cinco dias depois dessa noite phantastica de 25 de Março de 1854, trinta e cinco dias apenas, era inaugurada a Estrada de Ferro Mauá, que lhe levaria a quarta parte dos lucros que auferiu da empresa do gaz.

Seria interessante fazer a conta do que o Rio de Janeiro ficou a dever em dinheiro a Mauá pelo contracto do gaz.

O gaz e o bond transformaram a cidade colonial e converteram a população aos habitos da civilização. Sob esse aspecto, é difficil estimar o serviço que Mauá prestou. Não ha necessidade de distinguir o quinhão que toca a um e o que toca a outro desses instrumentos de progresso, no decurso dos ultimos trinta annos da Monarchia e nos trinta e cinco annos do novo regimen.

Mas, ha um calculo que diz respeito exclusivamente ao gaz e á acção de Mauá, que póde dar uma idéa traduzida em dinheiro. Quando Mauá fez a sua *Exposição aos credores* em 1878, calculou a vantagem dos 4 réis que offereceu sobre a proposta do inglez e que não carecia de ter feito para ser preferido — representando de lucro para o governo e para a população (era o mesmo o preço para a illuminação publica e particular) 12.000 contos.

Nessa época contava o Rio menos de 6.000 lampeões publicos que custavam quasi 600.000\$ annualmente e 10.000 casas illuminadas a gaz; eram apenas decorridos os primeiros 25

annos. Dahi para cá a área da iluminação publica tem augmentado na razão de um para cinco, o preço é pelo menos tres vezes mais e a iluminação particular estende-se por 80.000 casas. Como os preços basicos das reformas de contracto não pôdem deixar de ter relação com o preço primitivo nas reduções e nos augmentos nas quotas de papel e nas quotas de ouro, na parte do gaz e na parte da electricidade, deixemos aos amadores de estatistica dizer quanto exactamente poupou Mauá aos cofres publicos e ao bolso dos particulares. Contentemo-nos em poder affirmar, sem necessidade de calculo, que não menos de 150.000 contos de réis nestes setenta annos decorridos.

Do grande esforço que Mauá teve que fazer para iniciar esse melhoramento, que foi incontestavelmente o inicio da transformação urbana, é facil avaliar pela circumstancia já assignalada de que elle só achou socios depois da inauguração do serviço de iluminação no coração da cidade.

Das difficuldades que encontrou tambem na execução da obra, são de notar em primeiro logar as que lhe creou a epidemia de febre amarella.

Essa epidemia tinha feito a sua grande exploração no anno de 1850, ficando installada definitivamente na Côte para os mezes de verão, ás vezes surgindo já cruel na primavera, outras entrando pelo outomno e inverno. Sua preferencia era pelas victimas de melhor condição social. Os trabalhadores da fabrica do gaz, armada no meio de um pantano, que outra coisa não era então a zona que fica além da actual Praça 11 de Junho, forneciam um grande contingente. De onze machinistas inglezes que chegaram em 1852, dez tinham sido victimados ao fim de tres mezes.

Subiu naturalmente o preço do trabalho inglez; mas apesar disso, novos machinistas vieram, vencendo ordenados fabulosos; dois ou tres ganhavam mais que os ministros de Estado. Para Mauá, emquanto houvesse dinheiro em seus cofres, era absolutamente assentado que o contracto com o governo tinha que ser cumprido á risca. Nem maiores favores pediu, nem dilatação do prazo de obras, nem bonificação nos preços. Elle

não conhecia *força maior* nos contractos senão quando essa força fosse invencível; e para elle nunca o foi.

Não lhe faltaram outros contratempos, entretanto, no andamento das obras. Chuvas torrencias carregaram os primeiros aterros feitos nos pantanos onde os gazometros iam ser levantados; ruíram edificios já começados. Tudo seria logo repostos em seus logares e no dia 25 de Março de 1854, como fôra previsto, o gaz derramava sua luz por cerca de vinte kilometros de encanamentos de ferro. O edificio era tal como hoje ainda está, uma das mais perfeitas installações conhecidas.

A obra continuou, os embaraços se accumularam; mas, no periodo de administração de Mauá, isto é, até 1865, nunca os favores foram augmentados.

A cholera morbus veio em 1855, com as suas preferencias pelos trabalhadores de côr preta, concorrer para as difficuldades a vencer na extensão das novas linhas de encanamentos, logo reclamadas pelo successo verificado e contractadas no mesmo anno (13 de Outubro de 1854) elevando particularmente o preço da cal para purificar o gaz, fabricado quasi exclusivamente pelos africanos.

Como se tudo isto não bastasse na obra de opposição á energia de um homem, veio tambem, annos depois, em 1864, uma chuva de pedras tocada por um temporal violento e tão danoso como de outro não falam as chronicas da cidade. As pedras d'agua fizeram ferimentos graves nos que se expuzeram e quebraram todos os lampeões das ruas e vidros das janellas; a chuva encheu toda a fabrica na altura de meio metro e solapou os alicerces de varias construcções que desabaram; o vento desabrido suspendeu dois tectos de ferro do gazometro e atirou um delles, de cem metros quadrados de superficie, a uma distancia de quinhentos metros. (Moreira de Azevedo. (Cit. obra).

Se Mauá ganhou de facto tres mil contos na empreza de gaz, ninguem dirá que os não ganhou com o suor de seu rosto, correndo grandes riscos e com perdas reaes de phosphato.

A Companhia de Bonds Jardim Botânico

Não é concepção de Mauá essa empreza.

Anteriormente favorecera elle uma empreza congenere, a de uma estrada de ferro para a Tijuca. A idéa d'esta era do doutor Thomaz Cochrane, medico inglez, espirito progressista e que muito trabalhou por nós, sonhando especialmente com as estradas de ferro. Mauá era seu amigo e seu banqueiro; no banco Mauá, Mac Gregor & Cia., depositára elle as £ 30.000 que recebeu do Governo com indemnização pela concessão da Estrada de Ferro D. Pedro II, que não chegou a executar. Por estas razões e porque Mauá não podia deixar de ser procurado por quem tivesse uma idéa de melhoramentos publicos, Cochrane buscou o seu concurso para a estrada de ferro da Tijuca.

“Não tive fé no resultado financeiro da empreza. Declarei ao Dr. Cochrane que não contasse commigo; apenas subscreveria algumas, *porém poucas*, acções, para que se não dissesse que deixava de apparecer meu nome numa empreza util”. (*Exposição aos credores* de Mauá & Cia., pag. 65).

Bastará dizer, em confirmação, que Mauá apenas subscreveu 44 acções, isto é 8:800\$, depois de muito instado por esse “lidador incansavel” que elle tanto admirava.

Era de suppôr que o “incansavel lidador” que desprezava as lições de Mauá, um optimista de nascença, estivesse errado. Se o proprio Mauá não acreditava na empreza!...

Começou a patentear-se o desastre financeiro. Mauá foi solicitado para adiantamentos á obra como banqueiro: — “Fizeram-se esforços desesperados; não annui a coisa alguma”. (*Cit. Exposição*).

Mas, uma viagem que emprehendeu ao Rio da Prata, deu entrada á empreza nos livros do banco Mauá, Mac Gregor & Cia.

A divida tinha a garantia individual da firma dos directores, todas reputadas boas, *uma muito boa*, mas “...todas de amigos que se sacrificavam por amor de uma idéa infeliz”...

Nestas condições, é de adivinhar o desfecho, no dia em

que o desastre financeiro ficou inevitavel para os primitivos **empresarios**. O banco Mauá Mac Gregor & Cia., teve de abrir **mão** das garantias individuaes e contentar-se com os bens sem valor que constituíam o activo.

Repugnava a Mauá vêr perdido tanto trabalho feito com fim tão louvavel e ensaiou levar a cabo a empresa, sob os conselhos do seu engenheiro na fabrica do Gaz, Ginty, homem competente, que muito o animou com a confiança que manifestava. O resultado foi embarcar mais 300:000\$ e perdê-los tambem.

Nestas disposições de espirito, era natural que não tivesse elle querido acompanhar seu amigo o Conselheiro Candido Baptista de Oliveira, quando requereu a concessão de bonds para o Jardim Botannico.

Ou porque não visse o futuro da empresa, com a má impressão dessa primeira tentativa infeliz de transportes urbanos, ou porque, como elle diz, estava esmagado pelo peso de outros affazeres, certo é que ficou fóra. E' preciso levar isto a seu descredito na fé de officio de negociante e de industrial. Deixou escapar a melhor mina de ouro do Brasil. Cada conto de réis empregado na construcção dos primeiros trilhos até o Largo do Machado, representaria hoje com os beneficios accumulados 70 contos de réis; salvo se se tivessem empregado os dividendos nos proprios titulos, ou nos terrenos de Copacabana, para os quaes Mauá olhou sempre com grande clarividencia; nesse caso ter-se-ia trez ou cinco vezes mais.

Na folha de serviços de brasileiro e de carioca de adopção, a Companhia Jardim Botannico, é, apesar disso, um dos grandes beneficios que lhe são devidos pelo Brasil e por sua capital. Por este ou por aquelle motivo, seu nome nunca é extranho aos melhoramentos materiaes.

Para salvar os capitaes que o Conselheiro Candido Baptista de Oliveira embarcára e que estavam perdidos, pondo em desequilibrio as finanças particulares e a situação pessoal desse seu grande amigo que occupava posição saliente (ex-ministro, director do Banco do Brasil e senador) tentou muito esforço para levantar capitaes aqui. "Fui porém, mal succedido.

O descalbro da Companhia da Tijuca pesava com mão de ferro sobre esta idéa analogá; ninguém queria acções; e esse mesmo factó produzindo desanimo em meu espirito, não me animei, como em tantas outras occasiões, a leval-a avante com os meus recursos, o que foi na verdade um grande desacerto, como os factos vieram demonstrar”.

A sua intervenção, salvando a concessão que ia caducar, permittiu que outros levassem a effeito e executassem a idéa do Conselheiro Baptista de Oliveira. Capitaes americanos vieram então ao Brasil para uma exploração que lhes era familiar. Foi Mauá o negociador que lhes promoveu a vinda, associando um ex-addido da legação americana.

Com o exemplo do successo desta, as outras linhas de bonds foram creadas.

O bond e o gaz foram os grandes instrumentos de expansão e de civilisação do Rio de Janeiro e deve-se indubitavelmente ao successo commercial da Companhia de Gaz e da Companhia de Bonds que logo se estendesse pelo Brasil a onda desses melhoramentos.

No nosso credito no exterior tambem essas duas empresas influiram consideravelmente, como é claro vêr.

A *Botanical Garden R. R. C.*, foi a primeira empresa em que embarcaram no Brasil capitaes americanos; e o seu successo falou por muitos annos do nosso futuro na grande republica.

C. Roberto Shannon e C. B. Greenough, com prazer ostentavam em Nova York as riquezas ganhas no paiz que haviam descoberto.

Um dos luxos de Shannon era emprehender, cada anno, um passeio em carro particular nas boas estradas de ferro americanas por espaço de alguns dias. Ahi falava aos seus hospedes especialmente do paiz onde adquirira fortuna, da sua belleza, do seu futuro.

Em 1908, fez elle, com maior apparatus, uma dessas viagens em honra e na companhia de nosso Embaixador Joaquim Nabuco. Deste ouvi em Washington, quando voltava de seu longo

passaio — foi uma excursão de propaganda do Brasil — Nabuco mostrava-se convencido de que Shannon, convidando-o, queria pagar divida de gratidão ao Brasil. Havia quem pensasse, na nossa Embaixada, a que elle emprestava o brilho de sua personalidade, que Shannon, espirito pratico de americano, queria documentar as suas boas noticias a respeito do Brasil, exhibindo um Embaixador, que, como representante de um paiz ignorado, causava espanto com o seu bello typo de homem, exemplar de fazer honra ás raças mais fortes e mais puras, encantando os intellectuaes que com elle tratavam e que lhe ouviam as mui variadas manifestações de uma grande illustração e cultura e do conhecimento da sua lingua na perfeição classica que o Presidente Roosevelt classificou — inglez de Macaulay.

Foi por essa época, trinta annos depois dos primeiros que vieram para o Brasil, que chegaram ao Rio, os capitaes e os technicos canadenses e americanos que transformaram os bondes e a illuminação da cidade, dando-lhes desenvolvimento e aperfeiçoamento dignos de uma grande capital.

E' uma nota interessante accrescentar aos beneficios que trouxe ao Brasil a prosperidade da Companhia de bonds do Jardim Botannico o seguinte facto.

Capitaes brasileiros foram logo tentar a industria dos *horse-cars* em cidades estrangeiras. Inaugurou-se o serviço de bonds no Rio de Janeiro a 10 de Outubro de 1868; e em 1873, noticiava o *Novo Mundo*, jornal que o Dr. José Carlos Rodrigues fundou em Nova York: "Temos já companhias brasileiras de estradas de ferro a cavallo (*Horse-cars*) em Bruxellas, Lisboa e Montevidéo. Agora, um brasileiro, o Sr. Reys, obtem concessão para organizar uma companhia para uma linha em Paris e para esse fim está procurando levantar dinheiro no Rio de Janeiro". (*O Novo Mundo*, New York, 23-7-1873).

Na empreza de bonds de Montevidéo havia capitaes do Banco Mauá y Cia.; não se affirma, mas é de presumir, pelas pessoas interessadas, que Mauá tivesse collaborado nos carris de ferro de Bruxellas e de Lisboa. Nos de Paris sabe-se positiva-

mente, que Reys organisou companhia obtendo capitaes no Rio, de Mauá e de outros.

Reys (Francisco Sabino de Freitas Reys) era um dos assíduos do Club da Reforma, o club liberal de que Mauá também fazia parte e os dois tinham relações estreitas; recebeu elle de Mauá solido concurso financeiro.

Sobre sua empreza, eis o que relata o Dr. Joaquim Manoel de Macedo, em "*Memorias da Rua do Ouvidor*", pag. 145:

"Freitas Reis era homem de grande força de vontade e intelligente emprehendedor; foi o primeiro brasileiro que se abalançou a propor-se a consideravel empreza industrial na Europa, conseguindo tomal-a sobre si, formar companhia e dotar uma parte da famosa e esplendida Paris com o notavel melhoramento (já conhecido e apreciado então no Rio de Janeiro) do ferro carril para carros urbanos de tracção animada, a que chamamos *bonds*.

"Freitas Reis ganhou bóa fortuna com a sua empreza e deixou seu nome de brasileiro lembrado honrosamente entre os emprehendedores a quem a grandiosa Paris deve consideravel beneficio. Infelizmente esse nosso compatriota, amigo e entusiasta do seu e nosso Brasil acabou seus dias, ainda no vigor da idade, lá na capital da França, accommettido de invencivel molestia pulmonar".

Canal do Mangue

Na região que ainda hoje se chamma *o mangue*, só havia pó ou lama, quando se fez a construcção do edificio do gaz e dos gazometros, o que obrigou a levantar o nível dos terrenos alagadiços dos dois lados da Aterrado no caminho da quinta de São Christovão. De um lado e de outro do Aterrado, actual rua Senador Euzebio, o pantano ia até o mar desde o ponto em que é a Praça 11 de Junho até a ilha dos Melões, hoje continente, em virtude das obras do Cães do Porto.

Pensára D. João VI em deseccar o pantano, extenso fóco de infecções e de exhalações desagradaveis, viveiro de mos-

quitos ; mas, nada fez senão levantar estrada para as carruagens e lançar uma ponte sobre o canal mais fundo, onde hoje começa a Avenida Paulo de Frontin.

Assim permaneceu a região até 1853, quando o vereador Haddock Lobo agitou de novo a idéa.

Não era de extranhar que Mauá apparecesse ; tratava-se de um melhoramento da cidade, e, por demais, os gazometros estavam no meio desse pantano.

Foi Mauá o empreiteiro do Canal que se abriu ao lado da rua do Aterrado, a futura Avenida do Mangue, obra que custou, no total 1.378:000\$ até á ponte dos Marinheiros, cruzamento para S. Christovão, e que permaneceu mal conservada, mas ainda de utilidade até o momento em que no plano das Obras do Porto, largamente traçadas pelo espirito progressista do Ministro Lauro Müller e de Frontin, o canal estendeu-se até o mar, concorrendo para a salubridade publica e constituindo o mais bello trecho da cidade pobre, uma idéa de Mauá que pensou sempre em fazer vir mais facilmente pelo canal o carvão para a fabrica do gaz.

Outros melhoramentos de menos vulto

Para um espirito operoso como o de Mauá, para uma alma de patriota como a sua, nada seria estranho nesse periodo de trinta annos que a sua prosperidade commercial e o seu credito, lhe permittiram dar auxilio a quantos o procuravam para obras e melhoramentos.

Se o inventario de seus serviços não fósse tão opulento, caberia falar demoradamente de muitas outras coisas uteis que fez ou que tentou fazer, deixando neste ultimo capitulo, projectos, estudos e idéas que a outros aproveitaram e com que a cidade se beneficiou.

Rapida ennumeração dos mais salientes merece, entretanto, ser feita :

Companhia Fluminense de Transportes

Essa empresa não é de iniciativa de Mauá; mas, era de grande utilidade ao commercio e tanto bastou para que Mauá viesse em seu soccorro para prolongar-lhe a vida. Por muitos annos, com effeito, viveu ella dos auxilios do banco de Mauá, ao qual couberam prejuizos não pequenos.

Carnes verdes e cortume

O espirito humanitario de Mauá não podia deixar de ter lançado os olhos para o problema do abastecimento de carne á população e conjunctamente para a industria annexa do cortume.

Mas, na preocupação dos seus socios, a idéa do monopólio para o fornecimento de carne verde fez afinal sossobrar as duas idéas tão promettedoras de beneficios e de lucros para os emperezarios. A sexta parte do capital que o Banco Mauá tomou nessa empresa e os emprestimos que lhe fez como credor, representaram prejuizo ao Banco Mauá, mas, foram, com certeza, de alguma vantagem para a cidade. Alguma coisa ficou de pé e houve, de facto, notavel progresso na industria do cortume.

Foram os terrenos onde funcionavam os cortumes nas actuaes Avenida Pedro II e rua Figueira de Mello, e d'ahi até o mar, que o Governo depois adquiriu. No Parlamento falou-se desse grande escandalo de dar 1.000 contos por esses terrenos onde estão hoje os quartéis do 1.º Regimento de Cavallaria e varias dependencias militares, occupando uma área não inferior a oitenta mil metros quadrados, ainda assim menos de metade da área adquirida, que valerá hoje uns 8.000:000\$.

Abastecimento de agua

Desde quando o seu Estabelecimento de Fundação da Ponta da Area forneceu os tubos para o encanamento do rio Mara-

canã em 1850, Mauá começou a pensar na necessidade de ampliar o serviço de abastecimento d'água. O engenheiro Ginty era quem o assessorava na parte technica e depois de sua morte o engenheiro Gotto, da Companhia City Improvements, que o substituiu.

Em 1874, apresentou sua proposta acompanhada de estudos importantes e de volumoso trabalho graphico.

Mas, já o seu credito, abalado pelas duas crises da casa do Rio da Prata, começava a despertar duvidas sobre a idoneidade financeira para obra tão vultuosa. Gotto, seu socio, quiz desvincillar-se delle, buscando mais forte apoio pecuniario; e ao serviço de seus designios teve o Governo Imperial, que considerava a obra urgente e a contractou na ausencia e á revelia de Mauá.

Queixa-se Mauá na sua *Exposição aos credores* que de nada o indemnizaram, como era de estricta justiça e que... até lhe tinha sido promettido sob palavra. Os estudos e mais despesas tinham custado ao bolso de Mauá 80:000\$ além dos 30:000\$ de dois amigos pessoas que, sagazmente, o tinham abandonado em meio de caminho.

O autor deste livro tem, sobre esse ponto, informação pessoal a dar.

Foi seu sogro, o Conselheiro Thomaz Coelho, o Ministro que contractou as obras de fornecimento das aguas do Rio do Ouro com Gabrielli.

Lembra-se de ter-lhe ouvido a declaração de que o Governo teve escrupulos de contractar com outro. Sabia que Mauá, animado pelo seu antecessor na pasta, fizera estudos, plantas e orçamentos, preparára a Ponta da Arêa para fabricar os tubos de encanamento como já fabricára os do encanamento das aguas do Maracanã, e que accitava pagamento em apolices: mas, sua posição commercial o tornava inidoneo. Por isso, contractou logo com o representante de Rothschild, sem deixar de reconhecer o direito de Mauá a uma indemnisação. Mauá estava em moratoria. O vulto da obra e a urgencia de executal-a, não permitiam ao Governo correr o risco de deixar a cidade sem agua.

Ausente Mauá, que estava em luctas no Rio da Prata, o Governo não hesitou, nem podia hesitar, em contractar com A. Gabrielli que trazia cartas de Rothschild nestes termos — “o capital necessario nossa casa está prompta a fornecer”.

Depois disso, não tenho duvida em inserir esta nota, que me é fornecida pelo Commendador Francisco Casemiro Alberto da Costa.

“Como Gabrielli não trazia estudos, plantas e orçamentos, foram-lhe fornecidos os que constavam da proposta de Mauá.

“Chamado Mauá com urgencia, quando aqui chegou, já encontrou tudo consumado. No dia de sua chegada procurou o Ministro e este disse que a preferencia fôra dada a Gabrielli porque Rothschild havia assumido o compromisso de fornecer o capital, em cartas ao Imperador e ao Ministro da Fazenda Cotegeipe.

“Mauá pediu sua proposta e mostrou que a intervenção de Rotschild era dispensavel pois que de sua proposta constava que elle financiava as apolices que o Governo dêsse em pagamento.

“O Ministro reconheceu que Mauá tinha direito a reclamar prejuizos, perdas e damnos e que o Governo seria favoravel á reclamação.

“Mauá, com a devida dignidade respondeu — que não aceitava o alvitre e dava o caso por terminado”.

CAPITULO IX

As primeiras estradas de ferro

A Estrada de ferro de Mauá deve ser para os brasileiros uma empreza venerada; ella symbolisa o alpha de nossa viação ferrea; ahí sentiu pela primeira vez o solo da patria o rodar da locomotiva.

Coube a Irenó Evangelista de Souza, depois Visconde de Mauá, a gloria de realisar a primeira estrada de ferro no Brasil.

(F. PEREIRA PASSOS. — “As Estradas de Ferro no Brasil em 1879”).

NA obra de Mauá o que ha de mais impressionante e praticamente mais util ao paiz, é a iniciativa dos caminhos de ferro. Foi elle quem primeiramente assentou trilhos no solo do Brasil. Appellou para meia duzia de amigos pessoaes que a sua palavra guiava; obteve delles dois terços do capital necessario e fez a estrada conhecida por Estrada de Ferro Mauá. (Imperial Companhia de Navegação a Vapor e E. de F. de Petropolis).

Nessa época, o transporte sobre trilhos não tinha ainda vencido a desconfiança dos capitaes e a incredulidade dos espiritos, mesmo em paizes mais adeantados.

Thiers, o assombroso homem de acção, dissera, poucos annos antes, que não via necessidade de construir em França mais de 5 kilometros por anno e receiava que a linha de Paris a Bruxellas parasse em St. Quentin por falta de trafego. O sabio Arago combatia a idéa, pelos perigos dos defluxos apanhados á

sahida dos tunneis e pelo risco de effeminar os soldados, pou-pando-lhes as grandes marchas! No Brasil, um espirito lucido, Bernardo Pereira de Vasconcellos, tinha mêdo que no segundo dia de cada mez os trens parassem, por estarem esgotadas as cargas no interior.

Mauá pensou que era chegado o momento dos caminhos de ferro no Brasil. Não pensou apenas, fez; e fel-o com o seu dinheiro e o de seus amigos, sem subvenção, sem garantia de juros, contentando-se com uma concessão provincial que assegurava o privilegio de zona de cinco leguas por trinta annos.

Anteriormente, leis do Governo Geral tinham aberto horizontes ás iniciativas particulares, lançando bases para que fôsem requeridas as concessões. A Regencia publicára, em 1835, a primeira lei que devia attrahir a attenção dos capitalistas nacionaes e estrangeiros. O espirito progressista do Marquez de Barbacena trouxera da Inglaterra essa idéa de caminhos de ferro acompanhada da proposta para uma linha da Côte á Provincia de Minas Geraes. Uma lei geral secundou promptamente a suggestão, que vinha pela cabeça desse adiantado espirito; foi a de 31 de Outubro de 1835, Regente Feijó, ministro Limpo de Abreu, depois Visconde de Abaeté.

Era natural que a um subdito inglez coubesse a iniciativa na realisação dos caminhos de ferro, uma vez que o Governo não a tinha querido tomar a si; a Inglaterra é a patria do caminho de ferro. Era de louco suppôr que um brasileiro podesse ser o iniciador de tal empreendimento. Não havia capitães, não havia homens, nem podia haver ideaes num corpo commercial e industrial cuja base de operações era a importação de escravos da costa da Africa. De facto, um inglez, o Doutor Thomaz Cochrane, foi quem primeiro tentou corresponder a essa lei. Requereu e obteve, em 1839, concessão para ligar a Côte a S. Paulo. Nada conseguiu, porém, porque nem aqui nem na sua terra, pôde encontrar associados, perdendo a multa depositada para garantia do contracto.

Posteriormente, treze annos depois, em 26 de Junho de 1852, o Poder Legislativo auctorisava o Governo a contractar

com quem mais vantagens offercesse, linhas ferreas que ligassem a Côrte ás Provincias de Minas e S. Paulo.

Nesse intervallo, só Mauá tinha avançado; não esperára pelas leis do poder central. Apesar de estar com a sua fortuna envolvida em dois grandes empreendimentos, a Empresa do Gaz do Rio de Janeiro e o Estabelecimento de Fundação da Ponta da Areia em Nictheroy, elle já mandára fazer pelo engenheiro Bragge, que trabalhava sob suas ordens na Companhia do Gaz, os estudos de reconhecimento entre a praia da Estrella e a raiz da serra de Petropolis e depois a planta definitiva pelo engenheiro Roberto Milligan, tudo de seu bolso particular.

Não ha necessidade de encarecer a ousadia do commettimento. Abertamente se escrevia e no Parlamento se repetia, para o fim de serem negados auxilios officiaes, que era uma aspiração extemporanea, mera poesia, a idéa de uma estrada de ferro no Brasil; não são estradas de ferro, são de ouro — foi phrase em moda, attribuida por uns ao Marquez do Paraná, por outros a Bernardo de Vasconcellos.

Mauá tinha-se adiantado. Pedira a concessão provincial para a estrada de ferro do porto de Mauá á raiz da serra, a concessão do Governo geral para a linha de navegação da Praia a Mauá e lançou o prospecto para o capital de 2.000:000\$. Com todo esse esforço, secundado pelo auxilio de cavalheiros de importancia, como o Barão de Andarahy, o Visconde de Condeixa, Manoel Correia de Aguiar, Simão da Porciuncula, Joaquim da Fonseca Guimarães, J. Frias, João Ignacio Tavares, seus amigos pessoases, apenas arrecadou 1.200:000\$.

Assumiu a responsabilidade do restante; e mezes depois, em 30 de Abril de 1854, a locomotiva que recebeu o nome hoje historico de *Baronessa*, ganhava em vinte e tres minutos os primeiros quinze kilometros de trilhos no Brasil.

Estava lançada a semente benefica. Dias antes, trinta e cinco dias apenas, esse mesmo realisador tinha substituido pela iluminação de gaz as lampadas de azeite de peixe com que a Côrte se illuminava desde o governo colonial do Conde de Re-

zende. O deslumbramento da luz do gaz na Côte arrastou os animos timoratos e, dentro em pouco, grande numero de pequenas cidades do Brasil eram illuminadas a gaz.

A mesma fascinação exerceu a Estrada de Ferro Mauá, sobre os homens publicos e sobre os homens de negocio em relação aos caminhos de ferro. O Conselheiro Pereira da Silva, que nunca teve boa vontade a Mauá, antes foi sempre seu desaffecto pessoal por motivos de que encontrei vestigios na correspondencia particular de Mauá, dá conta desse effeito magico, como já o tinha dado em relação ás emprezas de gaz :

“Posto que de amesquinhasdas dimensões, demonstrou a Estrada de Ferro de Mauá as vantagens de rapidez e de barateza para transporte de mercadorias e de passageiros. Exaltaram-se os espiritos e por toda parte requerem-se identicas emprezas”. (*Memorias do meu tempo*, I, 252).

Não eram porém tão mesquinhos como pareceram á sua má vontade, as dimensões desses 15 kilometros inaugurados.

Na concepção de Mauá esses 15 kilometros eram a sua estaca “— zero”.

Elle o disse perante o Imperador no dia da inauguração: — “Não podemos parar”. E só concordaria em parar na grande estação á margem do Rio das Velhas que recebesse a produção da bacia do S. Francisco. Mas, nem ali era, de certo, sua intenção parar. Talvez o termo lhe fosse aconselhado pelas conveniencias a guardar diante de um auditorio que ainda estava desconfiado das suas audacias. Nesse momento, já parecia muito arrojo ter vencido quinze kilometros de baixada. Galgar a serra, não era problema claro para a engenharia; e do alto de Petropolis ao valle do S. Francisco, ainda havia centenas de kilometros. Mauá teve receio talvez de dizer diante dessa gente que nem ali, na bacia do S. Francisco, pretendia parar.

Certo é porém que, só alguns annos passados e a despeito de mil vantagens, não a Leopoldina Railway, mas outra estrada de ferro, a Central do Brasil, chegou á margem do Rio das Velhas, ponto indicado ao Imperador por Mauá.

Não era natural que no seu espirito a palavra tivesse rigoroso sentido etymologico. O homem que estudava uma estrada de ferro indo de Paranaguá a Matto Grosso, e só parando no elevado planalto onde encontrava já feita a communicacão com o Oceano Pacifico, não estava pensando seriamente em parar na margem esquerda do Rio das Velhas. Ao Imperador elle pedia que lhe desse a mão para ir até lá. Depois iria por outra mão, ou iria sózinho, ou outros iriam por elle. E não se limitou a pedir o amparo imperial e esperar por elle para galgar a serra; pôz hombros á empreza.

O problema de vencer a montanha com trilhos, era a esse tempo uma hypothese que ainda não tinha solução pratica para a engenharia na ingreme Serra dos Orgãos. Mauá não podia estacar diante da alta muralha interminavel com que a natureza parece ter querido isolar o sertão. A estrada de rodagem União e Industria resolveria provisoriamente o problema de levar cargas até Petropolis e dali, em virtude de outra concessão, que logo requereu, iria a Entre Rios receber as cargas da bacia do Parahyba e depois penetraria em Minas Geraes.

A União e Industria, que era o traço de ligacão, apesar de confiada á acção tambem energica de um brasileiro utilissimo, Mariano Procopio, foi de demorada contrucção.

A Estrada de Ferro Mauá ficou assim limitada ao trafego entre Petropolis e Rio, duas cidades que nesse tempo tinham, as duas juntas, população igual á que hoje habita os bairros que ficam além da Praça Duque de Caxias. Entrou-se no regimen do deficit, depois de dividendos que chegaram a 17 %.

Mauá não era homem para recuar. Continuou seus estudos para a Estrada de Ferro de Petropolis até Entre Rios, á margem do Parahyba e obteve depois o privilegio de zona de cinco leguas, estudos que foram feitos pelo engenheiro Web e custaram boas dezenas de contos de réis. Era preciso porém, le-

vantar os capitaes. O credito de uma empreza com deficit de custeio, embora esperançosa, não podia bastar. Já anteriormente, tinha sollicitado o primeiro auxilio official de credito. Pediu ao Parlamento garantia de juros, de dois mil contos apenas, 6 % por dez annos para esse trecho. Esse dinheiro, allegava elle, voltaria em especie, integralmente, e bastante multiplicado em beneficios.

Mauá era então deputado; mas, sentiu em si a força moral para affrontar preconceitos e advogar elle mesmo o favor official. O presidente do Conselho, Marquez do Paraná, seu amigo pessoal, aconselhou-o a desistir. Mauá insistiu: "...Retorqui com vivacidade, que não desistia, pois nisso cumpria um dever para com os que me haviam acompanhado com seus capitaes na realisação de um pensamento iniciado que encerrava o futuro e a prosperidade do Brasil; tomassem os legisladores a responsabilidade moral de rejeitar o pedido"...

E deu batalha: não nos corredores, não nos bastidores, não nos cochichos da intimidade; deu batalha, elle mesmo da tribuna, de peito descoberto, numa pendencia em que tinha interesses pessoaes, sem receiar as suspeições perfidas, porque a belleza da idéa lhe infiltrava energia para todos os heroismos.

E venceu na Camara dos deputados, cuja maioria era, entretanto, governista como da essencia do regimen parlamentar; e venceu com os votos de tres ministros, cujos nomes eram grandes e hoje são maiores — Nabuco de Araujo, Rio Branco e Bom Retiro; venceu o Imperador que não era favoravel ao pedido e venceu Paraná, o homem de mais vasta influencia do segundo reinado, o homem cuja morte em pleno fastigio do poder, semanas depois dessa refrega, é assim commentada pela palavra de mais peso entre os historiadores politicos do Brasil:

"O estrondo, o espanto desse acontecimento foi immenso em todo o paiz, a situação ficava sem chefe, a politica dominante sem um braço forte para garantil-a e, sendo preciso, para favorecel-a. Se profundo foi o abalo, não foi menor o pezar..."

Houve uma explosão de sentimento; não se vira cortejo funebre igual no Rio de Janeiro a não ser o de José Clemente Pereira, mas o que nenhuma pompa nem manifestação exterior podia exprimir era o vacuo que sentiam todos"... (Joaquim Nabuco — *Um Estadista do Imperio*, I. 395).

Era esse o vencido de Mauá, vencido em campo aberto, no Parlamento que elle dominava, elle o "famoso athleta da tribuna".

E o vencedor era ainda caixeiro de balcão de Carruthers, quando Paraná já tinha occupado a pasta da Justiça! Não venceu com as armas da blandicia; pelo contrario, atirou-se rudemente contra o adversario. (Foi nessa discussão a sua celebre replica a um deputado cortesão: — "E' licito negar um pequeno auxilio á primeira estrada de ferro construida no Brasil no momento em que se paga a um artista, o tenor Tamberlick, 84 contos para ouvirem-se suas bellas notas?" — replica que ia directa ao Imperador e á Imperatriz que patrocínavam as subvenções ás companhias lyricas italianas). E sentia em si força moral bastante e patriotismo de sobra para affrontar as hypocrisias sociaes, advogando uma causa em que tinha interesse directo, numa época em que a moralidade dos politicos e a mentalidade do povo, haviam, poucos annos antes, obrigado esse mesmo seu poderoso adversario, homem probo, a fazer o seu inventario, abrindo certidões de herança e autos de partilhas, desfiando contas de venda de commissario, sommando arrobas de café para documentar as cifras de uma fortuna de trezentos contos que se lhe considerava crime possuir. (Discurso na sessão do Senado de 31 de Julho de 1854.

O campo de batalha mudou-se no anno seguinte para o Senado. No dia em que vencêu na Camara dos Deputados, Mauá dissera a Paraná, em fórmula delicada — a proposta passará no Senado se V. Ex. não se oppuzer. — Naquelles tempos, e mesmo contra o Imperador e contra Paraná, era possivel vencer o governo sem ir aos quartéis. Mas, o nobre adversario de Mauá morreu nesse curto intervallo. As armas passaram a outras

mãos. Um senador (e não lhe escrevo o nome porque não é patriótico diminuir um nome illustre) disséra na discussão — “quem empregou mal os seus capitaes que os perca; trata-se de uma empreza fallida”. — Mas, apesar d’isso, os adversarios que restavam, não ousaram dar combate. O victorioso da luta contra Paraná fazia mêdo; applicou-se-lhe o recurso do archivamento do projecto.

Mauá, porém, ficou em actividade.

A sua estrada de ferro começava a ter renda liquida poucos annos depois. A União e Industria, a magnifica estrada de rodagem que agóra se restaura, começava a trazer-lhe algumas cargas de Minas. Mauá viu bem a concorrência que lhe iria fazer a Estrada de Ferro D. Pedro II, buscando fretes no interior. Mas um espirito como o seu, comprehendia, ao contrario dos que imaginavam que todo o café e toucinho estariam acabados em um dia de trafego, que havia logar para dois; um coração patriota como o seu, não declararia guerra a empreza concorrente embora protegida do capital sem juros e do credito official. Viveria das cargas que a União e Industria lhe estava trazendo, com os augmentos que previa e não fugiu da hypothese de cruzar com o concorrente em Entre Rios e seguir com elle na região do café, procurando outra direcção. Havia logar para todos, acreditava o seu optimismo sadio; e ainda assim não haveria trilhos bastantes.

Não pensavam do mesmo modo os adversarios.

O contracto que, tempos depois, a União e Industria fez com a Estrada de Ferro D. Pedro II, não parece um simples contracto commercial, em que cada um procura puxar a braza para sua sardinha. Na sua grande generosidade, talvez por uma finissima ironia, assim explica Mauá esse contracto. Entretanto, quem leu toda a exhaustiva discussão que occupou durante mezes a Camara dos Deputados e as columnas do *Jornal do Commercio*, (nos annos de 1868 e 1869) vê que um pensamento de guerra de concorrência, pôz o poder publico contra a iniciativa particular; o caminho de ferro official queria, como um commerciante vulgar, aniquilar o concorrente. Ficava se-

guro o exito da lucta para o mais forte. A União e Industria era quasi um proprio do Estado; favores excepcionaes lhe tinham sido concedidos, um emprestimo de 6.000:000\$, depois perdoado, etc. Deu-se-lhe, para facilitar, um contracto de trafego que bastava para a recomposição do seu capital muito avariado e as cargas foram desviadas para Entre Rios, descendo pela E. de F. D. Pedro II.

Era a morte da Estrada de Ferro Mauá, oficialmente decretada.

Mas, elle que se disse "arrepellido de ter nodado os dedos com tinta para escrever petições ás auctoridades administrativas do meu paiz", nunca depôz armas diante da prepotencia dessas autoridades. Num impeto de desespero, escreveu da Europa a seus socios que levantassem os trilhos e os vendessem em hasta publica. Era apenas um protesto, era um desafio aos deuses. Prometteram-lhe "*do alto algum apoio*" e elle que não recuava diante da ameaça, cedia diante da esperança. Estacou á espera. Falharam-lhe, é certo; mas, já o momento de furia tinha passado e os trilhos não foram arrancados. Pelo contrario, foram prolongados. O trafego das pequenas estações entre Petropolis e as fronteiras da provincia de Minas, ia dando para as despezas e ia crescendo.

Por essa época já estava a directoria em outras mãos, porque Mauá andou quasi sempre ausente no Rio da Prata e na Europa, occupado em grandes emprezas. Ao mesmo tempo, Rigenbach resolvía o problema de subir as rampas fortes por meio da cremalheira. Mal soube da inauguração do caminho de ferro do Rigi, Mauá incumbiu Francisco Pereira Passos, muito moço, mas já então consideravel reputação profissional, de vêr e estudar o caminho inaugurado e resolver a possibilidade de vencer-se a ingreme subida de Petropolis.

Calculadas sem maior base, as obras em 600:000\$, apresou-se elle em pedir aos poderes da Provincia do Rio de Janeiro uma garantia de juros de 6 % (36:000\$ annuaes) mas os estudos difinitivos de Passos subiram a 1.200:000\$ e Mauá precisava da garantia total para levantar capitales para uma

empresa que um senador declarára fallida e que não dava dividendos. Ia requerer o augmento de garantias quando os poderes centraes (*as celebres autoridades administrativas do meu paiz*) crearam novo tropeço — a concessão para um caminho de ferro da Estação de S. Francisco de Xavier no bairro de Engenho Novo, entroncando com a Pedro II e indo d'ahi ao mesmo ponto em que a sua estrada de ferro estava estacionada, á raiz da serra. Creavam assim um concorrente para uma estrada que já tinha pouca vida.

E' talvez esta a unica occasião em que Mauá publica palavras de desalento — “desanimei” escreve elle na sua *Exposição aos credores*; mas em tudo quanto disse e quanto escreveu, nunca se encontrou esse verbo senão no tempo passado. Quando chegavam os momentos de desanimar, elle dizia aos companheiros — luctemos.

E para lutar, como era preciso que vencessem, elle e a sua idéa, foi procurar outros elementos.

Mas, não eram só as forças physicas que iam diminuindo com os 64 annos de vida, eram tambem as forças monetarias; estavamos no anno de 1870 ou 1871. Para resistir era preciso reduzir o capital da Companhia e buscar sangue novo. Mauá cedeu, com grande relutancia, a parte que tinha, um terço, para amortisação do capital, *exclusivamente para esse fim*, e gratuitamente entregou os estudos de Pereira Passos, que lhe tinham custado 30:000\$ a Miguel Calogeras, P. Calogeras e a Luiz Berini.

E assim se inaugurou em 1882 a ligação ferrea Rio-Petropolis. Mauá perdêra de seu bolso 600:000\$, perdêra o labor de muitos annos e perdêra, tambem, o vigor.

Nessa occasião estava elle em Londres, cuidando de reparar os estragos da saude e tentando salvar dinheiro para pagar os seus credores. Seu nome mal foi lembrado nos jornaes do dia seguinte. Era um fallido de recente data, que, pouco depois, vinha viver os seus ultimos annos na cazinha alugada da rua D. Affonso em Petropolis. A casa que construiu para sua residencia fôra vendida em hasta publica por 25:000\$: “Ninguem

dirá: que não paguei caro a minha teima de vêr apparecer no Brasil o grande melhoramento”, escreveu elle; mas antes disso, escrevera tambem — “...no estado de descrença em que se encontravam ainda os animos a respeito da introdução de vias ferreas em 1850, era a meu vêr indispensavel vencer as resistencias e um panno de amostra do melhoramento me pareceu o meio mais elevado”. (*Exposição aos credores*, 22).

Depois da inauguração daquelles quinze kilometros de amostra no Sul do Imperio, Mauá não poderia ter faltado ao Norte com a sua varinha magica.

A segunda inauguração de trilhos no Brasil foi a da Estrada de Ferro Recife ao S. Francisco. Essa foi uma companhia ingleza, (Recife and S. Francisco Railway Company). O lucro das empreitadas attrahia já os capitaes estrangeiros á sombra do endosso do Governo Geral, que iniciára o regimen da garantia de juros. Mauá não podia ser estranho a essa empreza de Pernambuco; eram casos de familia para elle todos os casos de estradas de ferro. Obtida a concessão (26-6-1852) pelos Morney (Alfredo e Eduardo) Mauá escreve *espontaneamente* ao seu socio De Castro, gerente da casa de Manchester, para que prestasse todo o auxilio de sua influencia na City — “...Trata-se de levar avante a primeira companhia ingleza para vir construir estradas de ferro no Brasil, faça tudo para que o resultado nada deixe a desejar, pois disso dependerá que muitas outras naveguem nas mesmas aguas e você conhece minhas idéas a respeito”... (*Exposição aos credores*, 39).

De Castro foi além da recommendação. Enthusiasmou-se tambem, tomou parte na organização, subscreveu “...numero extraordinario de acções incompativel com o estado de nossas finanças na época”... segundo diz Mauá (parece que foram £ 300.000). Tão pesada era a responsabilidade que o proprio Mauá tremeu; mas, teve que calar-se, quando de lá lhe retorquiu o socio que“...partilhava da confiança absoluta que as suas palavras infundiam sobre o credito e o futuro do Brasil; e o facto, logo divulgado, da avultada contribuição da casa Mauá,

tinha produzido no *Stock Exchange* a melhor impressão, influindo decisivamente na subscrição do capital necessario”... .

Os abrolhos estavam, entretanto, preparados para surgir nas luctas tão frequentes entre empreiteiros e capital. Estudos errados de bôa ou de má fé, administrações infelizes ou pouco escrupulosas, crearam uma situação que frequentemente se tem repetido — os empreiteiros abandonaram a obra e pediram ainda indemnisação. — A lucta acabou em accôrdo — como é tambem frequente.

A paralisação temporaria da empreza reflectia, porém, sobre o credito do Brasil. Era um grande desastre para o nosso endosso. Acudiu-se então com o recurso, que depois ficou em triste voga, das encampações e resgates. Os titulos papel (o papel do Brasil e o ouro eram quasi equivalentes no mercado de Londres) as apolices internas, vieram inaugurar o regimen de que largamente se usou e de que largamente se abusa, de bater *papel moeda com juros* até o limite consentido pelas cotações da bolsa de titulos.

Essa operação salvou Mauá de um prejuizo consideravel sem indemnisal-o, entretanto, de tudo quanto seus socios de Inglaterra haviam arriscado na empreza. E aqui cumpre assignalar um facto, desses que na vida de Mauá não são excepções, mas que são raros entre banqueiros e homens de negocio. Sollicitado por seu socio De Castro a defender junto do Governo um accrescimo de garantia sobre o capital da empreza, Mauá recusou-se; parecia-lhe isso pouco justificavel. Que era demasiado escrupulo seu, bem se prova pelo facto de ter sido facilmente conseguida por outros a promessa formal e escripta de um homem de insuspeitavel honestidade, o Ministro da Agricultura Commercio e Obras Publicas do Gabinete Olinda, Conselheiro Sinimbú. (Paula Pessoa — *Guia da Central* — 52).

Na corrente de taes interesses, só se desenvolveu a acção de Mauá, quando, depois, foi preciso lembrar a palavra empenhada pelo Governo por occasião d'essas diligencias em que recusára collaborar; e então teve que luctar, que constituir advo-

gado e... triumphou; e quando lhe offereceram a paga de serviços, elle, que avaliou os serviços do advogado em £ 10.000, accrescentou, — “para mim nada quero; pouco fiz”.

A estas estradas de ferro, as duas primeiras inauguradas no Brasil, juntemos agora, apenas, a Bahia a S. Francisco (Bahia and S. Francisco Railway Company) a quarta inaugurada, (28-6-1860).

Ficarão para capitulo especial as estradas de ferro D. Pedro II, hoje Central do Brasil, a terceira inaugurada, (29-3-58) e a Santos-Jundiahy, hoje São Paulo Railway, a quinta inaugurada, (16-2-1867) que, pelas proporções da obra e pela grandeza do concurso prestado por Mauá merecem, cada uma dellas, destaque maior.

A Bahia a S. Francisco (Bahia and S. Francisco Railway Company) não foi criação de Mauá, senão pela relação forçada que todas as estradas de ferro guardam com a atmosphera por elle formada.

Não podia, porém, o seu nome deixar de prestigiar materialmente iniciativa desse genero. Algumas mil libras esterlinas de seu bolso, foram embarcadas nas aventuras dos primeiros passos, a pedido de “um bahiano illustre na politica” e do concessionario J. F. Alves Branco Muniz Barretto, seu amigo. Nessa estrada de ferro, Mauá nada ganhou; e nada parece ter perdido. Organizada a empreza em Londres, foram-lhe pagos os avultados supprimentos que fizera.

Vem aqui, agora, a primeira solução de continuidade.

Fizeram-se á revelia de Mauá, nos annos subsequentes, outras inaugurações, as estradas de Alagoas, do Rio Grande do Sul, de Conde D’Eu (Parahyba). Talvez em seus livros commerciaes ou nos de Mauá & Cia., houvesse attestado de que seu concurso pecuniario não deixou de lhes ser prestado; póder-se-ia mesmo garantir *a priori*, á vista dos nomes dos concessionarios; mas não ha prova que tenha chegado ao meu alcance. Os livros de sua escripta, devorou-os uma fogueira no Banco do Brasil.

O salto é grande, de 1867 a 1875. Nesse intervallo andou Mauá pelo Rio da Prata lutando para salvar o seu Banco e os seus haveres, soffrendo as consequencias de perseguição politica que lhe attrahira a politica vacillante de sua patria.

Nas estradas de ferro do Brasil seu nome reaparecerá, porém, brilhantemente na Estrada de Ferro Rio Verde, denominação que se sumiu em fusões, refusões, confusões e transfusões, mas que é a *Minas e Rio* na denominação vulgar.

A Estrada de Ferro Rio Verde foi, na ordem chronologica, o ultimo serviço de Mauá á viação ferrea do Brasil. Ella é entretanto, intellectualmente, o complemento de seus primeiros movimentos.

Só por isso se explica que Mauá lhe tivesse prestado tão valioso concurso, quando sua casa já soffria fortes abalos. O alvo de que Mauá falava ao Imperador, em 1854, no acto de inauguração da Estrada de Ferro Mauá, de ir até á margem esquerda do Rio das Velhas, era attingido por esse projecto de Estrada de Ferro Rio-Verde, de que o General Couto de Magalhães se tornára paladino e se fez concessionario.

Mauá não podia negar o concurso do seu enthusiamo, da sua experiencia, das suas luzes, que o illustre empregario, cidadão prestante, lhe tinha ido solicitar. Não recusou igualmente o auxilio pecuniario, que já não era facil aos seus recursos; dividiu exactamente ao meio com Couto de Magalhães as despesas a que foram obrigados.

Sobreveio a catastrophe da moratoria em 1875. Couto de Magalhães, nobremente, negou-se a privar Mauá das honras e das vantagens de uma victoria garantida. Mauá, porém, foi inflexivel. Elle não era mais necessario "... e a minha consciencia recusa-se a partilhar de beneficios que não se acharem representados em serviços adequados"... Talvez o emprego de director, que a grandeza d'alma de Couto de Magalhães queria assegurar, viesse a ser necessario para dar-lhe o pão. Mauá,

porém, não pensou nisso. Apenas sabia que: "...Não é mais necessaria minha cooperação fóra do paiz para levantar capital; nada adianta ella depois do *desastre*; e a empresa está garantida desde o dia em que ficou fortalecida pela garantia de juros do governo imperial"...

E na sua *Exposição* apenas pede a Couto de Magalhães esta consolação que, confirme que "emquanto trabalhou a seu lado nunca lhe recusou auxilio algum e que depois *eliminou-se*, mas continuou a acompanhar os esforços de seu consocio na Europa". (*Exposição aos credores*, 94).

Fazia apenas questão que se soubesse e Couto de Magalhães o proclamou, que a direcção de uma estrada de ferro pelo sul da Provincia de Minas era "...uma preocupação minha de 25 annos antes, quando a advoguei em repetidos artigos do *Jornal do Commercio* como consequencia de minhas idéas quanto ao systema de viação que convinha aos recursos naturaes do Brasil — a estrada de ferro procurando os rios, os caminhos feitos por Deus, os caminhos que andam, na phrase de Pascal"...

Na biographia de Mauá, o vidente das riquezas, não serão descabidas estas palavras que me remetteu uma das nossas maiores auctoridades, o Dr. José Luiz Baptista, a quem consultei sobre o valor do projecto:

"A Minas e Rio seria actualmente uma das vias ferreas de mais intenso trafego do paiz se a politica lhe não houvesse lamentavelmente perturbado a directriz. Essa linha do Rio Verde tinha por objectivo ligar á Córte o vasto e magnifico sertão do Triangulo Mineiro, o que impediram, para attender a interesses regionaes, algumas influencias politicas do Sul de Minas, com immenso desproveito para o desenvolvimento economico do paiz".

A essa auctoridade não seria util juntar outra, se essa não fôsse a de um homem de acção e pensamento, cujo nome está definitivamente escripto como um dos grandes nomes da engenharia nacional.

Em louvor de Mauá, diga-se que estas palavras mereceram o applauso do Dr. Gabriel Ozorio de Almeida.

CAPITULO X

A E. de F. D. Pedro II

Na irritação do momento, o chefe do gabinete (Paraná) dispunha-se a demittir o nosso Ministro em Londres e repudiar o contracto (que se afastára das instruções) quando appareceu o Barão de Mauá que, no recesso da amizade o acalmou, fazendo-lhe sentir os grandes inconvenientes de um tal procedimento.

(V. A. DE PAULA PESSOA. — "Memoria commemorativa das Estradas de Ferro no Brasil", 1904).

A' HISTORIA da S. Paulo Railway liga-se ainda hoje, embora vagamente, o nome de Mauá, porque elle figura entre os concessionarios; á da E. F. Central do Brasil nem isso; ha muito quem ignore que Mauá para ella concorreu grandemente. Quasi tanto como na outra, seu papel foi importante na constituição da E. de F. D. Pedro II.

A ella facultou Mauá, sem compensação alguma, o direito de atravessar-lhe e explorar-lhe a zona, que era sua, em Entre Rios e dahi por diante.

A um concorrente que lhe ia disputar o trafego na região para onde caminhava, como se concebe que Mauá não creasse uma barreira, não buscasse chicanas no seu privilegio de zona? Entretanto, não as creou. Não era isso do seu caracter; não seria possivel, em se tratando de estrada de ferro.

Para Mauá, ambas, a sua estrada e a outra, iam buscar as

riquezas do Brasil; que fôsem construídas. Abriu caminho sem pedir compensação. Não cabe isso nos moldes ordinarios; nem se comprehende em um homem de negocios. Para Mauá era apenas um dever. E' com simplicidade que confessa mais tarde aos seus credores: — "...Depois de obtido do Governo Imperial privilegio exclusivo das cinco leguas lateraes ao longo da linha, abandonei-o, sem indemnisação alguma, a pedido do Visconde de Paraná, quando foi contractada a primeira secção da E. de F. D. Pedro II e teve de organizar-se a companhia que tinha de executá-la. (1)

Nesse momento, 1878, o concorrente que elle ajudou a nascer, já tinha prejudicado a sua obra. A sua estrada de ferro estava em outras mãos, derrotada pela rival poderosa, á qual far-

(1) Na sua obra sobre *As Estradas de Ferro no Brasil em 1878*, Pereira Passos, falando da Estrada de Ferro de Mauá e do seu prolongamento a Entre Rios (Tres Barras) e dahi a Porto Novo da Cunha escreve: "A' historia desta Empresa prende-se uma luta grandiosa de interesses importantes; o seu traçado foi o primeiro indicado para o de nossa principal via ferrea, antes da actual E. F. D. Pedro II... Esta concessão, baseada na lei 641, de 26 de Junho de 1854, destinada a fomentar no paiz o espirito de empresas de estradas de ferro, foi a causa de notaveis difficuldades com que lutou a E. de F. D. Pedro II quando teve de construir suas 2.ª e 3.ª secções.

A observação do illustre engenheiro só em parte é acceitavel. Não foi o privilegio de zona da E. de F. Mauá que creou difficuldades á E. de F. D. Pedro II. Deste abriu mão generosamente o realisador das nossas estradas de ferro. As lutas, aliás resolvidas amigavelmente, foram por motivo do contracto de trafego e outros favores feitos á estrada de rodagem União e Industria, facilitando uma concorrência desleal como já vimos, e que foi causa da ruína da E. de F. Mauá. O proprio Christiano Ottoni (*Autobiographia*) diz que a lucta foi por questão de traçado da 3.ª secção da E. de F. D. Pedro II, em que se feriam interesses dos *potentados* Ferreira Lage, Mauá, Barbacena, e Souto. Parece, de facto que o rumo natural era procurar S. Paulo, não a zona de Minas, que a E. F. Mauá ia servir; não chegava o dinheiro para as duas coisas. Itaborahy e Manoel Felizardo estiveram ao lado de Mauá. Foi o Imperador que pendeu para o outro lado. Sem entrar na discussão, registremos que se Mauá tivesse creado embaraços sérios, por injustificado interesse, Ottoni, que era um temperamento violentissimo, não teria escripto "...trocamos na imprensa alguns artigos de polemica, que nada teve de odiosa nem de violenta"... (*Autobiographia*, pag. 132).

tamente dotaram de capitaes e de favores esses mesmos homens publicos que, em relação á sua, só tiveram faceis os actos de hostilidade.

Rezam, entretanto, as chronicas do tempo que Mauá foi um dos maiores propagandistas da idéa da E. de F. D. Pedro II e dos promotores de seu lançamento. E' de um contemporaneo seu, Conselheiro Souza Ferreira, por muitos annos redactor do *Jornal do Commercio*, o testemunho: — "Contribuiu efficazmente com a influencia que tinha para a constituição da Companhia E. F. D. Pedro II". (*Esboço biographico*, pag. 33).

Essa attitude, que contrariava seus interesses particulares, elle a assumiu patrioticamente, dominado pelo fanatismo das estradas de ferro e por circumstancias accidentaes que lhe exigiram novos e importantes serviços á empreza cujos primeiros passos ajudára.

Sergio Teixeira de Macedo, nosso ministro plenipotenciario na Inglaterra, fôra incumbido pelo Governo de facilitar e favorecer o levantamento de capitaes para a construcção do E. de F. D. Pedro II, cuja concessão tinha sido adjudicada a varios capitalistas brasileiros. O entusiasmo pela idéa arrastou o Ministro a tomar responsabilidades maiores e mais directas do que o Governo entendia dever tomar e passar além das instrucções que tinha, contratando a empreitada em nome do Governo do Brasil.

Era Presidente do Conselho o Marquez do Paraná, que se indignou com o acto do Ministro, falando até em demittil-o e repudiar o contracto. Foi ainda Mauá, anjo tutellar da nossa viação ferrea, quem teve o papel de resolver a crise, resguardando o credito nascente. Elle, cujo conselho era acatadissimo por Paraná, foi quem suggeriu o plano de sahir da difficuldade — organizar-se uma sociedade anonyma brasileira e passar a ella o contracto de Londres. Por ordem de Paraná redigiu-lhe os estatutos; e a Companhia constituiu-se, tendo por Presidente o notavel engenheiro a quem a estrada tanto deve — Christiano Benedicto Ottoni. E... passou o temporal.

O banco Mauá, Mac Gregor & Cia. foi então escolhido pela companhia nacional para o movimento de fundos e igualmente pelo empreiteiro E. Price, que de Londres trazia recomendação de o fazer, com uma preferencia, que é digna de reparo, sobre o Banco do Brasil, annos antes installado com grande capital e enormes favores, inclusive o de emissão de notas.

Essa posição de banqueiro de confiança das partes interessadas, dava a Mauá situação para aplainar difficuldades que constantemente surgiram entre o temperamento desconfiado dos contractantes brasileiros e o natural autoritarismo de inglezes que vinhão descobrir o Brasil.

Foi numa dessas divergencias famosas que o patriotismo e o prestigio de Mauá se puzeram em prova decisiva, da qual resultou não ter havido, pelo menos, um grande atrazo na construcção da estrada, ou talvez um rude golpe no nosso credito em relação a apprehendimentos de tal natureza. As rixas entre Ottoni e Price haviam tomado character agudo. Não importa apurar de que lado estava a razão. Mauá pensa que do lado de Price; e assim parece. Certo é que Price ameaçava com recursos extremos: "...Rompo o contracto, faço o meu protesto e sigo para Londres a expôr ao publico como no Brasil se entendem os contractos, e reclamar indemnisações"... O espirito intransigente de Ottoni não buscava porta de sahida — portanto, ou o Governo exautoraria a Directoria, composta de homens importantes e notaveis — Ottoni, Teixeira Junior (Cruzeiro), Haddock Lobo, etc. ou a segunda ponta do dilema, com que nos ameaçava o orgulho britanico. Seria um golpe no credito do Brasil, empenhado directamente pela acção do nosso ministro em Londres; *era uma punhalada na menina dos meus olhos*, escreveu Mauá, num lance angustioso, onde as phrases não podião trazer artificios.

O momento era critico. Mauá interpôz-se. Fez-se á socapa fiador do contracto, arbitro supremo de todas as divergencias e querellas. A confiança das duas partes o acceitou sem relutancia e a construcção da estrada não foi interrompida.

A delicadeza do assumpto e a dignidade civica de Mauá esconderam por muitos annos esse incidente. Nada transpirou, nem quando Ottoni, no dia em que foi inaugurada a primeira secção da Estrada, os 47 kilometros iniciaes do Campo de Santa Anna a Queimados, em meio das alegrias geraes, lhe mandou officio agradecendo pela Directoria os notaveis serviços: — "...Guardei segredo do facto dessa manifestação (escreveu Mauá em 1878) de sorte que ainda hoje haverá uma duzia de pessoas que delle tenham conhecimento"... E só o desespero do vencido, de um negociante fallido por culpa da ingratição e da incapacidade daquelles a quem tinha prestado excepçoes serviços, lhe arrancou a segunda parte do segredo, isso mesmo com o aspecto de uma confidencia forçada a uma assembléa de credores.

Mauá assignára, vinte annos antes, em sigillo, uma escriptura em que assumia individualmente responsabilidades avultadissimas, sem o menor interesse pessoal, pela Companhia de E. de F. D. Pedro II, isto é, no fundo, pelo Governo do Brasil, com o qual Price recusava continuar a tratar.

No maior mysterio consentido por uma escriptura publica, compareceram perante o Tabellião Fialho, os litigantes Ottoni e Price e com elles Mauá. Este assume a responsabilidade perante Price do pagamento mensal de £ 85.014 e perante Ottoni o da execução final, perfeita e completa, das obras, que era o assumpto da divergencia.

Para isso *obriga todos os seus bens havidos e por haver.* (Livro de notas n. 217, fls. 47).

Os termos da escriptura não *velam* de todo as condições que cartas particulares entre Price e Mauá, e entre Ottoni e Mauá, tornavam imperativas.

Tres vezes, pois, encontrámos Mauá evitando o desastre ou, pelo menos, um atrazo sério na construcção da E. de F. D. Pedro II.

Inicialmente, abrindo mão de um privilegio de zona, que era incontestavel, apesar de discutido. Depois, na constituição da empresa, dando-lhe a fórma de sociedade anonyma, para

afastar as susceptibilidades do Marquez de Paraná, que não perdoava ao Ministro Sergio Teixeira de Macedo ter contratado *em nome do Governo*, razão porque ameaçou repudiar o contracto e demittir o Ministro, que foi removido para Washington. (1) Por ultimo, impedindo E. Price de suspender os trabalhos da 1.^a secção e de ir para Londres atacar o nosso credito.

Entretanto, é facil de vêr que o seu interesse commercial, se mais fortes não fossem os impulsos de seu patriotismo, o teria naturalmente collocado entre os que pregavam que era uma aventura essa estrada de ferro.

Não lhe faltavam companheiros de elevada posição. Bernardo Pereira de Vasconcellos dizia, pouco antes: — “Estrada de ouro, não de ferro; carregará no primeiro do mez toda a producção realisada e ficará trinta dias ociosa”. Paraná dizia aos vassourenses, chefiados por Teixeira Leite: — “Cahisse do céu promptinha a estrada que todos desejariam, a renda não seria bastante para o custeio”; e a uma objecção optimista retrucou: — “muito se mente em letra redonda”. — Atraz desses nomes lá vinham as citações de Thiers, de Arago, os receios de defluxos, o risco da asphyxia dos viajantes pela deslocação do ar á passagem de dois rapidos, os incendios dos cafezaes, o estoiro das boiadas, etc. Era, entretanto, Mauá o interessado em outra estrada de ferro quasi parallela, cuja morte todos prognosticavam em razão da concorrência, quem havia de estar á frente das campanhas em favor da E. de Ferro D. Pedro II!

Bastariam os factos acima para elevar um pedestal de ouro a tão nobre character.

Mas, esses são apenas tres. Ha outros. Falaremos de mais tres.

Quando se lançou a sociedade anonyma pedindo aos capitaes nacionaes 12.000:000\$ iniciaes, foi Mauá um dos pregoeiros

(1) “Tudo quanto dizia respeito a Estradas de Ferro era para mim nessa occasião assumpto sobre o qual o mínimo discredito me assustava, vendo eu nessa idéa o futuro e a prosperidade do Brasil”. (*Exposição aos credores*. pag. 62).

da subscripção; abriu caução facil em seu banco e subscreveu 1000 acções. Nem era de esperar outra coisa; os estatutos eram seus e era essa a unica porta de sahida que seu amigo Paraná tinha achado para a difficuldade do contracto assignado em Londres, (Souza Ferreira e Paula Pessoa, *Estudos biographicos*).

A subscripção do primitivo capital (1855) mostrou-se logo insufficiente. Tornou-se necessario um emprestimo. Dos capitães nacionaes nada se podia esperar; recorreu-se ao estrangeiro. Em 1857 (26 de Agosto) foi sanccionada a lei que auctorizou o Governo a garantir á E. F. D. Pedro II negociar directamente no paiz ou no estrangeiro, somma equivalente a um terço do capital arbitrado para a construcção da Estrada. O Ministro da Fazenda era Souza Franco, o maior amigo e admirador de Mauá. Tanto basta para dizer que a intervenção deste era fatal, como foi em todos os negocios do ministerio. O negociador official do emprestimo foi Carvalho Moreira (Barão de Penedo) nosso Ministro em Londres; (Castro Carreira, *Historia Financeira*, 325); mas da influencia de Mauá junto aos Rothschilds e dos seus bons officios em Londres, não prescindiu Souza Franco para auxiliar Penedo (consta isto de cartas no Itamaraty, Archivo Penedo) como não prescindirão mais tarde Carneiro de Campos e Dias de Carvalho.

De facto, em 1865, quando Penedo já era uma força junto aos Rothschilds, os dois ministros da fazenda dos gabinetes Furtado e Olinda, Carneiro de Campos e Dias de Carvalho, que poucas vinculações pessoaes tinham com Mauá, ainda não dispensaram o seu auxilio perante os Rothschilds, secundando o trabalho de Penedo.

De Carneiro de Campos ha copias das cartas no Itamaraty, Archivo Penedo. De Dias de Carvalho existem as minutas de proprio punho em mão de seu neto Dr. João Pedro de Carvalho Vieira, que obsequiosamente m'as confiou, assim como as respostas de Mauá em original.

Carneiro de Campos escreve a Mauá em 24 de Abril de 1865: "Ancioso pelas informações que pedi a V. Ex. nas minhas anteriores cartas sobre o levantamento do emprestimo e

de dois outros milhões esterlinos da venda da E. F. D. Pedro II. Convém que o terreno ahí esteja apalpado por modo tal que uma vez expedidas as ordens, possam ellas não soffrer da demora na execução”.

Estas provas de confiança e estes appellos á influencia, são tão frequentes da parte de Carneiro de Campos e de Dias de Carvalho que offenderam os melindres de Penedo, homem, aliás, de forte situação junto ao Imperador.

Mauá é bastante delicado para evitar o enfranquecimento do Plenipotenciario, mas, tão insistentes são os pedidos dos Ministros da Fazenda que, em 30 de Abril de 1865, escreve, em Londres, a Penedo:

“O Sr. Ministro da Fazenda me tem escripto meia duzia de cartas, umas sobre outras, pedindo-me para entender-me com V. Ex. sobre o emprestimo projectado. Já respondi a S. Ex. que tendo a operação de ser confiada a V. Ex., que tem com os nossos agentes financeiros as melhores relações e, tendo esses agentes o maximo poder monetario nesta praça, eu de nada posso servir; porém, á vista da *insistencia* de S. Ex., não posso deixar de manifestar a V. Ex. que me achará prompto para tudo aquillo em que julgar que eu possa prestar ainda o mais insignificante serviço ao nosso Paiz”.

Essas operações eram um emprestimo de £ 4.000.000 e a venda da E. F. D. Pedro II com a obrigação do prolongamento, conforme o projecto assignado por Mauá, Tavares Bastos, Saraiva e outros (P. Pessoa, *Guia da Central*, pag. 238).

Não foram só de ordem financeira, mas tambem de ordem technica, os serviços de Mauá a nossa grande via ferrea, á qual pareciam oppostos os seus interesses particulares. Era impossivel que em assumpto de estradas de ferro, a collaboração techni-

ca de "...um saber de experiencias feito"... tivesse sido dispensada.

Ignora-se geralmente que foi Mauá influencia decisiva na vinda para o Brasil do Coronel Charles Garnett; e poucos avaliavam ao justo quanto a presença desse engenheiro americano representa para a nossa viação ferrea.

Ouçamos Paula Pessoa: — "Para esse fim (os estudos da 2.ª secção) foram contractados nos Estados Unidos, por intermedio da casa Mauá Mac Gregor & Cia., o Coronel Charles F. M. Garnett, cujos trabalhos na Virginia, Tennessee e outros estados muito o recommendavam e mais alguns ajudantes. (Historico da Estrada de Ferro D. Pedro II, *Guia da Central*, 136).

Sobre o que representa esse technico na obra de galgar a Serra do Mar, fala Pereira Passos: (*As Estradas de Ferro no Brasil em 1879*).

"A directoria reconhecendo a imperiosa necessidade de um engenheiro notavel, tanto para projectar o prolongamento como para fiscalisar os trabalhos da 1.ª secção, contractou C. F. Garnett cujos trabalhos o recommendavam mais do que as lisongeiras cartas de recommendação que o acompanhavam".

Eram de Mauá as cartas de recommendação lisongeiras.

O proprio Christiano Ottoni a quem se dá inteira a gloria de ter galgado a Serra do Mar, desgostando-se depois com Garnett, confessa que foi graças aos engenheiros americanos dessa turma, que tivemos os tunneis. São de sua *Auto-Biographia* estas palavras:

"O Chefe Coronel Garnett era um homem intelligente, e culto, sabendo da profissão, mas fazendo do cargo sinecura e quasi limitando-se a escrever relatorios; mas, á frente dos estudos technicos da Serra ficou o 1.º ajudante Major El-

lison, muito habil, activissimo, verdadeiro auctor de toda a Estrada de Belém em diante. (Pag. 114).

Ellison era um dos ajudantes vindos com Garnett; e, na sua sinceridade, accrescenta Ottoni:

“Não tínhamos, então, no paiz, engenheiro nacional capaz de bem resolver o problema da passagem da Cordilheira; deixal-a entregue aos inglezes, Price e Lane, seria sacrificar enormes cabedacs”. (Pag. 115).

Obra de Ellison ou de Garnett, a passagem da Cordilheira por confissão do inolvidavel Presidente da Estrada de Ferro D. Pedro II, é obra de engenheiros contractados por Mauá, Mac Gregor, & Cia.

Nesta ordem de serviços, outro é preciso lembrar, outro grande serviço.

Em 1860, quando se faziam os estudos e trabalhos da Serra, a desconfiança sobre a exequibilidade do Tunnel Grande, começou a ser explorada. A campanha de descredito quasi conseguiu já a sua victoria no desanimo publico:

O proprio Presidente, Ottoni, dizia no Relatorio de 1860:

“Muitos espiritos nutrem receios de longas demoras, mas, são tão altos os destinos deste tronco que, ainda dado o caso, que Deus não permittirá, de se duplicar o custo e tempo da construcção, não deveriamos esmorecer: pois a Estrada de Ferro D. Pedro II não é obra para goso exclusivo da presente geração”.

Não deveria tardar o apparecimento de Mauá quando era necessario, ao mesmo tempo, incitar energias e cravar trilhos.

Uma notabilidade scientifica, o engenheiro Brunless, o auctor dos planos inclinados de Santos, vinha com a sua aucto-

ridade competente e insuspeita, *levantar o animo nos espiritos dos descrentes* (P. Pessoa).

Para que não houvesse duvida que era a Mauá que o Brasil ficava devendo mais este serviço, começa Brunless seu Relatorio, datado do Hotel dos Estrangeiros do Rio de Janeiro em 6 de Setembro de 1866:

“Exmo. Sr. Conselheiro Ottoni, Caro Senhor: — Quando S. Ex. o Sr. Barão de Mauá me convidou a visitar a 2.^a secção da E. F. D. Pedro II eu não presumia ter de fazer publicar as minhas impressões... etc.”.

Brunless estava no Brasil ao serviço de Mauá, fazendo os planos inclinados da Serra do Cubatão e daqui sahiu para presidir uma commissão de notaveis engenheiros que em 1870 estudou e orçou o tunnel sob a Mancha, quando grandes capitalistas do Continente lhe promoviam a realisação. (*Novo-Mundo, New York, 24-1-1871*).

São eloquentes os agradecimentos de Ottoni a Mauá, em carta do dia da inauguração. Elles não poderiam ser esquecidos na biographia de Mauá.

CAPITULO XI

A E. de F. Santos a Jundiahy

(S. Paulo Railway)

A S. Paulo Railway, considerada vulgarmente uma iniciativa arrojada de capitalistas inglezes, deve a sua existencia exclusivamente á visão esclarecida de dois estadistas brasileiros os Marquezes de S. Vicente e de MontAlegre, e á energia inquebrantavel do benemerito patricio Visconde de Mauá. ...

(JOSE EDUARDO DE MACEDO SOARES, Presidente da Associação Commercial de S. Paulo. — Palavras ao Commercio — em 15 Fevereiro 1924).

PODEMOS passar agora á E. de Ferro Santos a Jundiahy, hoje S. Paulo Railway. Aquelles que ignoram os grandes serviços de Mauá na organização da E. de F. Central do Brasil, têm, nas linhas atrás, a prova de que não exaggeravamos, quando dissemos que o seu concurso tinha sido quasi decisivo. A culpa da surpresa que nossas palavras podessem ter causado, é a ignorancia geral sobre factos que a modestia de Mauá nunca divulgou.

Não são tão desconhecidos os seus serviços na construcção da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy, cujo successo industrial tem sido uma das tubas da nossa fama e o mais solido esteio do credito de nossa viação ferrea.

Mauá foi o concessionario, foi quem organizou, em Londres, a companhia que devia fornecer o capital, foi quem contractou com os empreiteiros e foi, afinal, quem a construiu, porque em tudo foi seu o primeiro papel, pela constancia, pela dedicação, pelo desprendimento.

E' difficil imaginar identificação mais completa entre o nome de um homem e uma obra grandiosa. Para que a consubstanciação seja completa, a opulenta S. Paulo Railway, com cujas acções se constituem hoje dotes de casamento em grandes familias judaicas, foi a causa principal da sua ruina. Veremos que o capital de uma grande divida sagrada, que não foi paga pela S. Paulo Railway até hoje, teria preservado Mauá da falencia.

Foi Mauá, de facto, o concessionario e o autor da estrada.

E' este o unico ponto da obra em que a sua acção preponderante foi posta em contestação. Garcia Redondo reivindica a gloria para um parente seu, o allemão Frederico Fomm, socio gerente da casa Aguiar Viuva, Filhos & Cia., commissarios em Santos, á qual fôra dado o privilegio em questão, em 1836; e eleva hymnos á visão dos legisladores paulistas que, tendo soffrido o influxo da idéa de um europeu intelligente, illustrado e progressista, outorgaram essa concessão provincial. Menos exclusivos, nós a partilhamos com Diogo Feijó, que um anno antes, lançára a lei de 1835, e com o Marquez de Barbacena, que foi á Europa e de lá procurou animar a construcção de uma estrada de ferro ligando a Côrte ás Provincias de Minas e S. Paulo, portador até de uma proposta da companhia que explorava o caminho de ferro de Durham a Birmingham.

Esses nomes de Fomm, de Aguiar Viuva, Filhos & Cia., devem, de facto, ser escriptos por paulistas com muita sympathia e mesmo com gratidão, se bem que o mallogro de uma concessão requerida seja frequentemente atrazo para a idéa. Da concessão de Fomm á concessão de Mauá correram vinte annos, perdidos para o progresso de S. Paulo. Durante esse longo espaço de tempo, nem os estadistas provinciaes nem o espirito

“yankee”, que faz hoje o orgulho dos ricos ribeirinhos do Tieté, conseguiu adiantar um passo. Pelo contrario, Mauá se queixa, e com razão, que, quando estava trabalhando na Serra do Cubatão, cravando trilhos, os poderes provinciaes decretaram a construcção de uma estrada de rodagem de S. Paulo a Santos, ou porque não acreditassem no successo da sua empresa, ou por hostilidade a ella. Certo é, porém, que por causa dessa intempestiva estrada de rodagem, quasi vae agua abaixo a estrada de ferro; o salario dos trabalhadores subira tanto pela concorrência vizinha, no mesmo ramo de emprego de actividades em zona pouco povoada, que foi essa a causa mais forte dos prejuizos dos empreiteiros da Santos-Jundiahy. Desse desacerto administrativo só não resultou a paralyzação das obras e o estrago dos córtes e aterros em execução, porque a providencia de Mauá adiantou o dinheiro necessario, esperando que os orçamentos fôsem revistos, dinheiro que, aliás, nunca mais enxergou, dinheiro cuja falta foi a causa principal de suas difficuldades, dinheiro com que se empanzina o patrimonio alheio.

Concederei como certa a tradição de familia que Garcia Redondo encontrou, de que a viuva Frederico Fomm tivesse entregue ao Marquez de Mont’Alegre os estudos e que este os tivesse cedido ao seu “protegido e associado” Barão de Mauá, que delles se utilizou para novos estudos vendidos á Companhia por £ 45.000

Concedamos isso e liquidemos logo essa questão de interesses privados, de minima importancia para uma questão de interesse geral tão elevado.

E’ these nossa que Mauá não tinha a alma do negociante, nem do industrial; o lucro commercial era para elle sómente o meio de angariar socios ou de adquirir armas para novas expedições; muitos são os documentos do seu desapego ao dinheiro nessa mesma Santos-Jundiahy.

Se aceitassemos para elle o papel de simples industrial, de um lançador de grandes empresas commerciaes, a defeza estaria feita por si; Mauá seria, de facto, um negociante originalissimo, se fôsse indagar do Marquez de Mont’Alegre como, por qual

preço e em que condições, conseguira esses estudos. Tel-os-ia comprado? Tel-os-ia obtido gratuitamente, de quem lhes não ligava maior valor? Tel-os-ia recebido, patrioticamente abandonados a quem pudesse executar-os, da mão generosa dessa mulher brasileira, viuva de Fomm, com certeza não menos patriota que seu marido, "europeu intelligente illustrado e progressista", que concebera o gigantesco projecto e que fornecera á Assembléa Legislativa de S. Paulo o plano e bases da concessão solicitada?

O que Mauá teria a fazer era perguntar ao seu *socio* quanto pedia pelo contingente que trazia; e o fez. Sómente, tanto o Marquez de Mont'Alegre como o Visconde, depois Marquez, de S. Vicente, o terceiro concessionario, eram homens de alta situação politica, paulistas, de coração um, de coração e de nascimento o outro. Nenhum quiz mais que a honra de seu nome na concessão e a esperança da estrada de ferro para a sua Provincia. A Mauá ficou desde logo abandonada por elles a parte dos beneficios possiveis. (*Exposição aos credores de Mauá & Cia.*, pag. 50).

Havia, admittamos, planos e estudos feitos, que, segundo diz Garcia Redondo, passaram a servir de base para o traçado da via ferrea de Santos a Jundiahy, e desses estudos Mauá se utilizou para "os novos estudos" que mandou fazer e que vendeu por £ 40.000, ou antes, por 45.000, como é mais exacto.

Liquidemos commercialmente a questão. O que Mauá vendeu não foram os estudos novos e velhos, foram os "estudos e a concessão"; não foi a concessão provincial de Fomm, com uma garantia de juros provincial, que, nesse tempo, em que S. Paulo era irmão pobre, não valia tanto como a garantia da União Brasileira. Mauá obtivera garantia melhor, que, com o seu prestigio commercial aqui e em Londres e com os nomes de seus dois socios, nomes dos maiores do Brasil em tempos em que havia muito nome grande, assegurava o exito. Tudo isto foi vendido por £ 45.000, que Mauá teve de dividir com a Casa Rothschild, condição de ultima hora, mas "sine qua non" dos nossos banqueiros.

Uma partilha ao meio, sem levar mesmo em conta as despesas de viagem de Mauá, daria á casa Aguiar Viuva, Filhos, & Cia., a somma de £ 12.500 a dividir entre essa multidão de socios que parecem existir.

Dessas £ 12.500 (112:500\$ ao cambio da época), diria o contracto social quanto cabia a cada um dos socios, quanto era a commissão do gerente Fomm; mas, o que teria ficado a mais em mão de Mauá seriam, quando muito, essas £ 12.500. Ha sobras de milheiros e milheiros de libras das centenas de mil que a S. Paulo Railway não pagou a Mauá e que este foi forçado a adiantar para que a obra se fizesse.

Deixemos, porém, este aspecto commercial, que é sem duvida mesquinho e não tem espaço nas indagações da Historia.

No ponto de vista da honra e da gloria de tal empreendimento, como negar a Mauá o primeiro logar, mas um primeiro logar que não permite dar bõa collocação a outros? Foi elle quem requereu a concessão, foi elle quem, á sua custa, fez os *estudos novos* (versão Garcia Redondo), foi elle quem obteve a garantia do governo geral, foi elle quem acudiu a todas as despesas, quem levou até o escriptorio dos Rothschilds, onde era pessoalmente conhecido e onde foi declarado companheiro indispensavel da subscrição, foi elle quem contractou os empreiteiros e com elles se entendia, foi elle quem acompanhou a obra até os ultimos dias.

Que mais é necessario para affirmar que a S. Paulo Railway é creação sua? Não ha empresa de vulto que não tenha sido ideada ou sonhada por alguém antes de ser a obra de alguém. Qual é o autor do Canal de Suez? Haverá quem lhe associe outro nome que não seja o de Lesseps? Entretanto, ha 32 seculos pelo menos, que nisso se falava de modo mais ou menos positivo. Através de livros e legendas, varios projectos eram conhecidos. Não deixaram de exhumar-os os que tiveram empenho de diminuir a obra do "*Grand Français*".

Todo o mundo ficou sabendo que, mil e trezentos annos antes de Christo, já Rhamsés II tentára cortar o Isthmo de Suez e que disso fazem fé Herodoto, Plinio o moço e Strabão; que,

onze seculos antes de Christo, um dos Ptolomeus tinha conseguido abrir um canal e que Cleopatra, que veiu ao mundo um pouco antes de Christo, por ahj tentára fugir á perseguição de Octavio; que, depois de Christo, novas tentativas tinham sido feitas por Luiz XIV, sob estudos de Leibnitz, que Napoleão Bonaparte tentára tambem occupar nessa empreza os lazeres dos seus engenheiros militares no Egypto, etc. etc.

E não ficaram nesse vago as invejas e os despeitos!

Veiu á tona, com grande estrepito, que, poucos annos antes, em 1846, os Saint-Simonianos, seita um tanto mystica, um tanto industrial, tinham fundado uma "*Société d'études du canal des deux mers*" dirigida pelo celebre Père Enfantin.

Os interesses aguçados pelo successo commercial da obra de Lesseps, levantaram mesmo sobre isso, uma reclamação judicial de grande retumbancia. O advogado da Companhia Internacional do Canal de Suez e dos herdeiros de Lesseps, o illustre Barboux, não se limitou nas suas extraordinarias orações perante a *Cour d'Appel* de Paris, a defender o patrimonio de seus constituintes, pleiteou tambem a gloria inteira para Lesseps.

Essa obra não é, para elle, apenas um trabalho admiravel de engenharia; outros profissionaes, além dos que n'ella collaboraram, poderiam tel-a executado; a engenharia caminhára muito depois de Rhamsés II e de Cleopatra; a obra de Lesseps, a gloria de Lesseps, era a execução.

Foi o valor do genio executar a obra, levantando capitaes, pondo em jogo e em successo todas as grandes forças que teve reunidas em sua mão. Era um problema de engenharia o problema de rasgar o canal; esse, estava resolvido pela sciencia.

A gloria de Lesseps foi a de ter sido, como disse o seu digno panegyrista Renan... "um desses collaboradores da fortuna que parecem ter a confidencia do que quer num momento dado o genio da civilização"... E que collaboração a delle!! Lembra a de Mauá para vencer a rotina do Brasil em 1850! Bem mereceu Lesseps que ella ficasse immortalizada na oração de Barboux e nesse formoso discurso com que Renan o recebeu na Academia.

A obra estupenda foi essa obra diplomatica de agitar chancellarias, de ganhar governos e derrotar governos, de arrastar os homens atraz do seu carro de triumphador.

No Egypto, lucha com o espirito reaccionario dos homens publicos e vence pelo apoio de Mohammed-Said, seu companheiro de mocidade, que obedecia á suggestão da sua energia e decisão. Em Constantinopla, lucha contra o Embaixador Inglez Lord Stratford de Redcliff, que peremptoriamente declara ao Sultão, quasi um prisioneiro inglez, que o seu governo se oppunha á concessão. Na Inglaterra, dá batalha a esse governo de Clarendon, junto do povo inglez, e na phrase de Renan realiza — o que Bonaparte sonhára e não conseguira — opera um desembarque nas Ilhas Britannicas — e depois de trinta e dois "*meetings*" em quasi todas as cidades, num espaço de quarenta e cinco dias, conquista a opinião quasi unanime do povo inglez contra o seu governo. Em França, a campanha de todos os dias pela imprensa, erguendo o patriotismo do povo ao ponto de obter do espirito pouco aventureiro dos capitaes que só procuram "*placements de tout repos*", 52 % do dinheiro necessario, para adicionar aos 44 % do governo do Egypto e aos 4 % que subscreveu o resto do mundo, os Estados Unidos da America do Norte comprehendidos, onde não se subscreveu um real.

Os historiadores de Lesseps não se embaraçam de deixar diminuir o pouco valor dos planos, projectos e estudos. Tudo isso nada é deante da obra colossal, que, com o apoio sempre firme da diplomacia franceza do Imperio, foi afinal realizado.

Para elles, a obra diplomatica não foi diminuida nem com a parte consideravel que cabe ao apoio effectivo e sempre sollicito da Imperatriz Eugenia. Pelo contrario, Barboux proclama, na demonstração de sua these, que sem esse apoio, ainda uma conquista de Lesseps, a obra talvez não tivesse sido feita. E, como as grandes victorias da diplomacia são ás vezes o producto das pequenas causas, ficou ponto assentado que o poder pessoal de Lesseps e o seu parentesco com Eugenia de Montijo, foram a razão de successo do Canal de Suez.

Renan e Barboux não acham mesmo ridiculo lembrar que entre essas qualidades pessoas teve papel saliente a maestria com que Ferdinand de Lesseps montava a cavallo. Os generaes que constituíam o conselho do vice-rei e cujo concurso se fazia necessario, votaram a concessão, no deserto, em uma barraca de campo em torno de uma merenda, sob a influencia da palavra magica de um amigo do seu vice-rei, o qual sendo capaz de saltar a cavallo com tanta facilidade, uma muralha, era, para elles, incapaz de dar máos conselhos.

Essa scena anti-burocratica, que Lesseps conta em carta á sua familia como a narração fiel da mais importante difficuldade que venceu, não desmerece no conceito de Renan e de Barboux, a victoria diplomatica, quiçá comparavel, nos seus resultados e nos seus processos, ás melhores batalhas que fizeram a reputação dos Metternichs e dos Talleyrands.

Renan celebra o feito :

“L'oriental veut avant tout être charmé! Vous y réussissez à merveille... Votre étonnante habilité à monter à cheval vous gagnait l'amitié de la vieille école de Méhémet-Ali, plus rompue à ces sortes d'exercices qu'à ceux de l'esprit. Un mois après, vous partez pour la première fois pour la première exploration du désert, sur lequel vous alliez remporter en quinze ans une victoire si décisive”.

Barboux, o immortal advogado do patrimonio da familia Lesseps, do seu nome e da sua gloria, diz ainda mais desabaladamente :

“Voilà comment fut concédée l'une des plus grandes entreprises des temps modernes; pas

même à un ingénieur, mais à un diplomate, beaucoup parce qu'il était l'ami du Vice Roi, mais aussi parce qu'il sait bien monter à cheval".

Quando Mauá tiver o seu biographo, quem esteja na altura de louvar a sua obra no estylo que exigem os grandes feitos que as obras primas da litteratura salvam do esquecimento e da ingratição, apparecerá quem ponha em brilho as qualidades individuaes que, no Brasil, fizeram o milagre de tantos commettimentos para um só homem. Os paulistas especialmente, os brasileiros em geral, hão de medir quanto lhe devem o progresso e o credito do paiz e quanto pesa nesse activo a Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy.

E' da historia de todos os empreendimentos industriaes uma primeira phase de ciume e de inveja; mas, as gerações seguintes já não têm que confessar a vergonha de terem sido inuteis e de não terem visto o que extranho veio vêr em sua casa. Dois outros cidadãos, rio-grandenses como Mauá, que foram seus contemporaneos e seus grandes admiradores, talvez ainda dominados pela magia da sua pessoa, completaram o **apparelho** com que a S. Paulo Railway pôde hoje enfunilar num despenhadeiro, caminho do oceano, uma riqueza que começa a apparecer e que não está calculada.

Esses dois, Candido Gaffrée e Eduardo Guinle, receberam, porém, a paga do enorme beneficio prestado. Na grandeza de S. Paulo para que tanto concorreram, encontraram a **maior** fortuna que se tem feito no Brasil; podiam bem esquecer as injustiças que soffreram. A' Provincia, cujo governo recusava annos antes construir o cães pelo risco de arruinar as suas finanças, offereceram elles, é certo, um vasto porto, sem o qual o progresso estaria retardado. Mas, cidadãos benemeritos sem duvida, foram pagos do seu labor e da sua obra; Mauá, porém, foi só a victima. A sua fortuna não se fez com a riqueza de S. Paulo; ao contrario ,arruinou-se com ella. Isso não quer dizer que São Paulo lhe deva dinheiro; nem mesmo que convide a S. Paulo Railway a abrir mão de sua situação

jurídica de prescripção para resgatar uma divida que montaria, com os juros, a muitas dezenas de mil contos.

O que os paulistas, todos os brasileiros, têm o dever de proclamar, em paga, é a gloria immensa desse homem extraordinario.

Em vez das recriminações, surjam as apologias, que não são favor, e que mui escassamente tem sido salpicadas em noticias de jornaes e ultimamente na bella conferencia do Sr. José Eduardo de Macedo Soares.

As varreduras de café nos armazens da S. Paulo Railway ou nos armazens da valorização, dariam para o pagamento de uma estatua condigna em Santos ou em S. Paulo, mostrando que “um povo que sabe amar e admirar, é um povo que não morre”...

Eu não desespero me-mo de que, um dos herdeiros desses primitivos concessionarios venha trazer o contingente da sua veneração pelo grande homem que entregou ao Brasil uma riqueza que seus antepassados haviam sonhado.

O mystico Père Enfantin, em favor de quem os maldizentes disputavam a gloria de Lesseps, deu um nobre exemplo. A Maxime du Camp, companheiro querido, disse um dia, quando a sua aspiração já era quasi a “obra” de Lesseps:

“J’ai été un vieux mais de m’affliger; car tout ce qui est arrivé a été providentiel; entre mes mains, l’affaire eut échoué; je n’ais plus la force et l’élasticité nécessaires pour faire face à tant d’adversaires, pour combattre au Caire, à Londres, à Constantinople. J’aurais eu bien assez d’avoir à vaincre sables, j’aurais été vaincu par le mauvais vouloir des hommes. Pour réussir, et l’on réussira, il fallait, comme Lesseps, avoir le diable au corps. Grace à Dieu, c’est lui qui mariera les deux mers. Il importe peu que le vieux Prosper Enfantin ait subi une déception, mais il importe que le Canal de Suez soit percé

et il le sera; c'est pourquoi je remercie Lesseps et je le bénis".

Quando a Mauá, vencido, foi dado assistir á victoria de seus planos em outras mãos, quando a riqueza de outros veiu recompensar os capitaes por elle fecundados, dizem os contemporaneos que sempre lhe ouviram expressões de contentamento e de orgulho.

No dia em que fôr uma realidade o plano que elle, de 1865 a 1875, estudou com Ch. Palm. e W. Lloyd e que lhe custou algumas centenas de contos, de trazer o commercio da Bolivia e do Paraguay para os mares das nossas costas e em seguida de ligar o Atlantico ao Pacífico, atrazados concorrentes dos argentinos que deveriamos, entretanto, ter antecedido de 45 annos, nesse dia, poderemos estar certos de que a alma de Mauá bendirá aquelle que tiver tido o *diabo no corpo* para executar o seu sonho, ou seja o estadista com os cofres publicos ás ordens, ou o particular em busca de riquezas.

O longo parenthesis terá parecido desnecessario; não é. A obra de Mauá foi phenomenal; não poderia ser assim menosprezada.

E' tempo agora de narrar a lucta, a lucta para fazer, em que venceu e a lucta para rehver o dinheiro adeantado á obra, que foi a causa do seu desastre commercial.

Confessa Mauá que hesitou em acceder aos desejos de Mont'Alegre e S. Vicente para requerer a concessão da estrada de ferro. Afinal, obtendo delles que seus nomes figurassem ao lado do seu como concessionarios tambem, atirou-se á empresa. Esta primeira exigencia diplomatica do nome dos collaboradores, teve effeito enorme no exito da obra. Mont'Alegre, bahiano de nascimento, estabelecido em S. Paulo, era homem de grande importancia e respeitabilidade; já tinha sido Regente do Imperio até 1835, presidente do Conselho de Ministros em 1838 e era então senador vitalicio. S. Vicente tinha sido ministro duas vezes, seria pouco depois Presidente do Conselho e era

no Senado uma voz auctorizada pelo prestigio politico e por uma notavel cultura e intelligencia. Bem escolhidos os socios, podia Mauá trabalhar facilmente no Brasil, nas secretarias e em Londres nos meios financeiros. De facto, Carvalho Moreira, Barão de Penedo, plenipotenciario em Londres, teve instrucções officiaes e afinal pedidos muitos altos, para pugnar pela idéa, e aqui, Mauá lutava ao mesmo tempo para obter a garantia de juros indispensavel ao levantamento do capital. O seu nome e o de seus socios pesaram, de certo, no resultado favoravel.

Durante esse periodo de trabalho nas secretarias, a idéa não tinha perdido terreno. Confiado em obter a garantia de juros, e com ella o dinheiro, Mauá pôz, desde logo, a sua bolsa aberta. O engenheiro Roberto Milligan, seu empregado na Companhia do Gaz do Rio e na E. de F. Mauá, abria picadas na serra do Cubatão; o engenheiro Dordan fazia estudos, e elles e outros especialistas, commissionados pelo afamado engenheiro Brunlees, completaram os planos, que custaram ao bolso de Mauá £ 25.000. Foram esses estudos de tres annos e foi o seu prestigio, e o de seus socios, e a sua concessão, e a sua garantia de juros e os possiveis estudos de Fomm, que Mauá vendeu por £ 45.000. Não lhe ficou nos cofres, porém, a differença de £ 20.000 que as cifras accusam. Rothschild & Sons, no momento de assignarem o prospecto para a subscrição publica de acções, exigiram mais £ 20.000 pela sua cooperação de banqueiros; e, como a empresa perigava, Mauá cedeu essas 20.000 libras em favor dos Rothschilds, pois que Penedo declarára ser condição do exito da subscrição.

De modo que, bem apuradas as contas, foi Mauá quem pagou, afinal o preço de uma concessão... que era sua. Obrigado a subscrever 9.300 acções, contribuia, na quota dessas 9.300 acções, com a parte correspondente ao lucro que a Casa Rothschild embolsava.

Estes factos nunca foram postos em duvida. Não ha necessidade de documental-os; mas, convirá sempre lembrar que Mauá nua e cruamente os narrou, por escripto, aos seus credo-

res, seus contemporaneos, num momento em que a ninguem seria possivel mentir, e menos a Mauá. Essa *Exposição* foi largamente divulgada, e nunca foi contestada pelos Rothschilds, nem opportunamente, pelos descendentes de Fomm, nem por ninguem. Afinal, apura-se que são negativos os lucros da firma de Aguiar Viuva, Filhos & Cia. O concessionario Mauá nada recebeu; pagou, até no seu quinhão de accionista, o preço de uma concessão que era sua.

Falando aos seus credores, elle bem podia, pois, ter pedido as desculpas, que lhes pediu, de tanto desprendimento, com a allegação de ser *brasileiro de nascimento*

Laçada a companhia e prompto o dinheiro, era Mauá, primeira figura da empreza, quem devia escolher os empreiteiros; e os foi procurar, sob a inspiração de seus conselheiros juridicos e technicos, em Londres.

Correram felizes os primeiros tempos da empreitada. Os preços das unidades deixavam lucros; e os empreiteiros começavam mesmo a empregar-os na Provincia de S. Paulo, comprando uma grande fazenda por £ 80.000.

Vieram os dias difficeis. Por estas ou por aquellas razões, os saldos diminuíram. Entre as causas que indiscutivelmente concorreram, está este facto singularissimo: — quando a obra caminhava e já tinha vencido uma boa parte das difficuldades da serra do Cubatão, os poderes provinciaes decretaram e executaram uma estrada de rodagem ao lado. Por má vontade? Por incredulidade num emprehendimento que rompera já as grandes barreiras e embaraços? Pelo espirito politico de espalhar dinheiro na circulação eleitoral? Mauá apenas affirma que a alta do salario dos 5.000 trabalhadores empregados na construcção, exclusivamente devida a essa concorrência, representou uma differença de 2.000 contos nas obras da estrada de ferro e tambem trouxe á Provincia prejuizo, pois é sabido que a estrada de rodagem do Vergueiro esteve abandonada e inutil até poucos tempos atraz, quando começou a servir para passeios de automovel.

Diminuidos os lucros ou transformados em prejuizos, exigidas novas e vultuosas obras pelo gerente da Companhia; a desavença estourou. A gerencia demorava pagamentos, um pouco por chicana, um pouco porque a S. Paulo Railway não tinha dinheiro. A todos acudiu Mauá; elle não podia deixar morrer “a menina dos meus olhos”.

A S. Paulo Railway tinha o seu capital esgotado. Com as acções muito abaixo do par, o seu credito descera tanto que os banqueiros londrinos recusavam qualquer adiantamento, e o Presidente da Companhia fazia argumento da sua penuria, indo ao ministro declarar:

— Se me não fazeis “já” um emprestimo de libras 100.000, vou daqui ao Stock Exchange declarar fallida a Companhia. —

Mais uma vez devia caber a Mauá o papel de salvador das estradas de ferro, de pioneiro do progresso de S. Paulo, de defensor do credito do Brasil, que estava empenhado pela garantia de juros.

Presente, então, em Londres, pôz-se á frente da propaganda de uma emissão de titulos, que, apesar de pequena, só foi subscripta pela metade. Foi a sua casa bancaria, a mais acreditada do Brasil, muito mais do que o Banco do Brasil, que forneceu o necessario, que de todos os lados era negado.

Cabiam-lhe porventura maiores responsabilidades; eram seus os lucros ou prejuizos? Absolutamente nada. Ignorava elle o risco que corria tratando com empreiteiros e com companhia em condições ruinosas tão alarmantemente ostentadas e de cuja boa fé elle tinha razões de desconfiar? Bem sabia, como banqueiro, o risco que corria de não ser pago e o mal que lhe vinha, em todo caso, do sequestro de tão grandes sômmas ao giro de sua casa. Ao seu socio Ricardo Ribeiro, que lhe exprobava a temeridade, diz: — “Que quer V. que eu faça? Ha risco, sem duvida, sobretudo porque vão demorando os documentos de divida. Mas não é possivel que a obra pare. Com as grandes chuvas, os córtés soffrerão e os aterros estarão perdidos. Apesar do risco, é preciso caminhar; ninguém, a não

ser nós, fornecerá meios”. (Carta a Ricardo Ribeiro, archivo da viuva Tito Ribeiro, filha de Mauá).

Foi, assim, adiantado o dinheiro necessario aos empreiteiros; e, depois, á propria companhia, a pedido dos seus representantes, para que as obras não parassem.

Na sua obsessão pela idéa, nem mesmo tomava as garantias que devia exigir. Contentou-se com cartas e até com palavras.

Um dia negaram-lhe tudo. Ficaram a dever-lhe £ 414.762.963, ou 4.087:536\$260, ao cambio do dia, réis 16.000:000\$ ao cambio actual. Nos tribunaes brasileiros os devedores pediram justiça de Inglaterra; nos tribunaes inglezes disseram que já tinham sido demandados por Mauá, ou pelos empreiteiros, e valeram-se da prescripção. Tudo lhes correu propicio. O credito da casa Mauá, que já vinha soffrendo das liquidações difficeis e demoradas entre o governo do Uruguay e o governo do Brasil, oriundas da posição financeira que, a pedido do Visconde do Uruguay, tinha tomado na politica dos nossos vizinhos, soffreu forte abalo com a decisão ultima dos tribunaes brasileiros, depois de onze annos de indecente chicana, decisão que transferia o julgamento ás justiças da Inglaterra.

“Que importa”! — dirá elle aos seus credores, nesse momento solemne da prestação de contas, em que as facilidades do homem de negocios podiam ser objecto de critica dos prejudicados. “Perdi o meu e o vosso dinheiro: perdi mais do que isso: um nome que tem direito a uma indemnização de cifra incalculavel — mas que virá tarde, se os tribunaes inglezes m’a derem — mas um consolo me resta, no meio de tão grande infortunio: o bem que resultou de minha intervenção foi *transcendente*”...

Em todos os momentos, aliás, a idéa do risco sempre se lhe tinha desenhado bem clara. Sómente... isso não era motivo para que as obras de construcção parassem. As estradas de ferro eram a “menina dos meus olhos”.

Razão teve o Sr. Macedo Soares para rematar com estas palavras a exposição dos serviços de Mauá a S. Paulo e ao Brasil:

“Homens de tal envergadura, Srs. commerciantes e Srs. industriaes, hão de viver sempre na veneração de todos nós, que melhor podemos aquilatar das agruras, dos trabalhos e das tempestades que constituíram o poema da vida d’esse grande brasileiro”.

CAPITULO XII

A Navegação do Amazonas

Le Président de cette compagnie est le Baron Mauá, estimé de ses compatriotes comme un financier de grande capacité et un homme d'une persévérance, d'une énergie et d'un patriotisme rares. Il était en Europe dans le temps où s'accomplit mon voyage au Brésil, je n'ai donc eu le plaisir de faire connaissance personnelle avec lui; aussi, je saisis avec empressement l'occasion, de le remercier de la libéralité dont a fait preuve, dans toutes ses relations avec moi, la compagnie dont il était l'âme (Nota de AGASSIZ, em seu livro "Voyage au Brésil" traducção franceza de Vogelli, 1869).

MUITO tempo ainda depois da Independencia Nacional, esteve o caudaloso Amazonas fechado ao contacto do mundo, A comprehensão acanhada que tinha a Metropole sobre o perigo de abrir aquelles mares á penetração das marinhas estrangeiras, perdurou por varias decadas; a immensidade das aguas só era devassada por pirogas de indios e por barcaças, canoas e batelões dos portuguezes.

Ainda muitos annos depois que o sabio Cayrú abriu os portos da possessão ao commercio universal, subsistiu o regimen colonial de não permittir no commercio para o Brasil e no Brasil senão embarcações fabricadas na Metropole ou no proprio paiz.

A Amazonia foi a grande victima desse regimen. Destinada naturalmente a inaugurar varios ramos de commercio com o estrangeiro e particularmente com os Estados Unidos da America do Norte, pela sua posição geographica e pela facilidade que offerece de uma extensão fluvial em que se contam por dezenas os rios e canaes de accesso facil ás grandes embarcações, era por isso mesmo malsinada da administração central.

Influíam, nesse sentido, arraigados preconceitos politicos. Parecia aos estadistas do Sul um perigo o desenvolvimento rapido do extremo Norte. Aberto aquelle mar interior ao intercambio dos productos, o desenvolvimento desproporcionado da zona remota fazia receiar pela integridade do Imperio nascente. Para dar vulto a essas apprehensões, os Americanos do Norte, que já em meados do seculo passado começavam a revelar a enorme força expansiva da sua nacionalidade, olhavam com olhos cubiçosos, que não procuravam mesmo dissimular-se, para aquellas riquezas.

Provocou maior escandalo a celebre brochura do Tenente Maury, de grande repercussão na Europa e nos Estados Unidos. Os nossos estadistas perceberam o perigo desse regimen de clausura, que, por um lado, nos indispunha com o mundo civilizado, e, por outro, irritava os compatriotas que viviam asphyxiados.

Mas, o terror politico da conquista estrangeira e do desmembramento, turbou ainda por muito tempo a vista dos dirigentes.

Escassas concessões, nos foram arrancadas pela necessidade de respiração dos paizes ribeirinhos, que careciam dessa sahida para o Atlantico. O movimento da opinião nos Estados Unidos e na Europa, provocado pelos relatorios da exploração de Herdon e Gibbon, animou as republicas limitrophes interessadas na abertura do Amazonas a fazer suas investidas. A Columbia em 1852 e o Equador em 1853, por actos de sua iniciativa e sem embargo das nossas resistencias, a Bolivia e a Venezuela, mais cordatas, procurando harmonisar as coisas diplomaticamente, o Perú, sem iguaes cerimonias, foram, cada um delles a seu tem-

po, contrariando por actos de sua soberania a nossa atrazada politica. Os seus portos, com sahida sobre o Amazonas, foram declarados abertos. O interesse obrigava, por outro lado, a pugarmos no Rio da Prata, nessa época, pela mesma politica que no Amazonas contrariavamos.

A preocupação dos espiritos cultos no Brasil não pôde, por muitos annos, desviar-se d'esse sério problema.

A' frente do movimento, com o brilho excepcional de uma penna dessas que bem poderiam ter legado á imprensa moderna lições de elegancia e de profundeza, Tavares Bastos, agitava a questão nas famosas *Cartas do Solitario*; os mais intellectuaes representantes do Norte, Títo Franco de Almeida, Bernardo de Souza Franco (Visconde de Souza Franco) não eram tambem, e mesmo ao lado delle, valores de desprezar.

Na sua audacia de fanatico, o *Solitario*, chegou a affron-tar o chauvinismo, esposando a brochura de Maury, que tinha sido recebida com gritos de furor, como a proclamação do direito de conquista attribuido aos Americanos do Norte sobre a região amazonica.

— “Tirante alguma satyra amarga de nossas tendencias japonezas e algumas phrases vehementes acerca da questão de direito, em tudo mais, o livro de Maury é perfeitamente logico, patriotico, humanitario e americano. E quanto a esse mesmo direito, veja-se que o escriptor pretendia que os seus compatriotas o fizessem valer, não á força, porém, empregando os meios diplomaticos, persuadindo, convencendo, estimulando”.

E arremettendo... “para abrir os olhos contra os intrigantes que nos indispõem com o que ha de melhor no mundo civilisado para commodamente nos explorarem á sombra pesada de seus prejuizos, na muralha da China onde pretendem trancar-nos”... elle ia arrastando atraz de si a opinião nacional.

Do numero dos seus adeptos, logo entusiastas, foi o autor dos *Tymbiras*. São para elle estas palavras com que Tavares Bastos se vangloria na Carta XXIII “...a opinião de um brasileiro cujo talento e modestia não foram ainda contestados, cujo patriotismo e intelligencia lhe davam direito a empre-

hender tudo neste paiz em que tudo póde ousar a mediocridade; um poeta sem duvida, *mas*, um homem estudioso e observador que acaba de explorar a bacia do Amazonas”...

Eis, a seguir, o juizo de Antonio Gonçalves Dias sobre o excommungado Maury:

“...Autor infesto ao Brasil e mesmo odiado por muitos dos nossos homens illustrados como advogado de desenfreadas ambições dos americanos, Maury, deve ser qualificado como um dos benemeritos do Amazonas. As suas exaggerações mesmo serviram, e data de então o maior cuidado que o governo tem tido com as coisas daquellas provincias, futuro paraíso do mundo, como se antolhou a Humboldt. Pelo menos, sabe o Governo que existe o Amazonas, sabe que é seu e mostra consideral-o, por isso mesmo que os americanos o ambicionam”.

Com paladinos como este, de tal desassombro e de tanto talento, uma causa bôa não podia deixar de triumphar dos temores e preconceitos do maior numero e das intrigas de muitos.

O Visconde do Uruguay, com o seu atilado espirito, comprehendeu que era impossivel persistir na politica de adiamento com que respondiamos á impaciencia dos nossos compatriotas do Amazonas e aos reclamos da civilisação, eternizando os paliativos ao ponto de termos respondido á Legação da Grã-Bretanha que nos convidava a entrar na via da liberdade e á dos Estados Unidos, que, menos amavel, affirmava positivamente o direito dos seus compatriotas á livre navegação naquelles rios que — “eram verdadeiros desertos o interior da Pará e todo o Amazonas, que ainda não valia dal-os á industria e á exploração estrangeira” — e adiando para occasião opportuna a abertura do Amazonas, por bem da segurança.

A idéa não podia, portanto, ficar paralysada.

Bem o viu o Visconde do Uruguay em 1853. Logo se lhe deparou, porém, a *muralha da China*. Dois annos antes, o Governo Imperial assignára um contracto dando a uma companhia nacional o privilegio exclusivo por 30 annos da navegação do Amazonas, seus afluentes e confluente. Era

assim que se havia attendido á impaciencia e ao desgosto das populações do Pará e Amazonas que se mostravam agastadas.

Apparece então a grande figura de Mauá; apparece, como em tudo quanto dizia respeito ao progresso material do Brasil.

Era elle quem tinha em mão por mais 25 annos o privilegio da navegação do rio Amazonas, seus afluentes e confluente. Fazia propriedade sua aquelle mar por tantos seculos fechado, nesse momento em que o Visconde do Uruguay entendeu que devia ser modificada a politica do Governo, que urgia declarar o rio-mar aberto ao commercio do mundo, harmonisando a nossa politica com as idéas do seculo e prevenindo exigencias internacionaes que eram inevitaveis.

Quando o Governo Imperial deliberou iniciar o serviço de navegação regular a vapor, prometeu, em annuncios repetidos, subvenção e privilegio exclusivo a quem quizesse requerer.

Só Mauá se abalançou á empreza. — “Amigo pessoal e dedicado de um dos ministros desse periodo de *descrença* (escreve elle) fui instado para encarregar-me da missão civilisadora que este factio representava”; e assim, contractou a navegação nos termos que o Governo offerencia e que... ninguem quiz.

O Amazonas era o *desconhecido*, como elle proprio disse; sua receita provincial annual era de 29.303\$789; sua contribuição para as rendas geraes do Imperio era menor ainda: 6:281\$000.

A despeito do empenho do Governo e do prestigio de Mauá, o capital não encontrou subscriptores.

Dos 2.000 contos necessarios, o publico, incluindo o commercio portuguez de Belém, não tomou nem 800 contos. Os cofres de Mauá suppriram o resto; e tres linhas regulares de vapores começaram logo a funcionar, uma de Belém a Manáos, outra de Manáos a Tabatinga, outra de Belém a Cametá. Ao mesmo tempo creavam-se outras linhas com subvenção provincial do Pará, de Belém a Chaves, a Itacum e a Soure.

O resultado foi que as rendas geraes e provinciaes do Amazonas quintuplicaram em 8 annos, as do Pará quasi triplicaram e a Companhia pouco tempo depois dava dividendos

que chegavam a 12 %. Cincoenta annos depois as rendas do Estado do Amazonas passaram a ser 800 vezes maiores que as de 1853.

Quanto valeria, pois, aquelle privilegio engeitado por todos?

Foi o que Mauá não pensou em apurar quando Paulino de Souza, o Visconde do Uruguay, lhe veiu falar em nome da nova politica do Governo Imperial.

— “Estava em minhas mãos ser exigente; era isso, porém, contrario ao meu modo de ser; nem o mais pequeno obstaculo creei á nova politica do governo” escreve elle.

Mauá correspondia, por uma grande admiração á estima que lhe consagrava o Visconde do Uruguay. Promptificou-se logo a ceder de seus privilegios e apenas pediu novas linhas, isto é, novos serviços, que de todos os lados eram reclamados. Ficou o Governo Imperial com a plena liberdade de agir.

Era urgente entrar na via da liberdade, conforme insinuou diplomaticamente o governo inglez.

O Ministro que tratou com Mauá as condições das novas linhas a crear e respectivas subvenções foi, no anno seguinte, o Marquez do Paraná, que o distinguia com a sua amizade e exercia sobre elle grande influencia. Tanto bastou para que cedesse, no ajuste das subvenções, ás considerações que lhe fazia: — “...O augmento que se lhe offerece parece ao Governo bastante; não quero que se diga que, por sermos seus amigos, estamos promptos a dar-lhe quanto pede. Se o primeiro anno do novo serviço provar que isso não chega, não haverá Governo que lhe negue o necessario”...

Demonstrou a experiencia do primeiro anno a insufficiencia da subvenção; mas, não encontrou Mauá immediatamente a equidade promettida.

Só tres annos depois, sob o Ministerio Olinda, o Governo se mostrou na altura do grande desprendimento de Mauá e deu-lhe escassa compensação, depois de dois annos em que a prospera companhia tinha sido obrigada a suspender dividendos, porque Mauá sacrificára conscientemente as suas vantagens e

as de seus accionistas quando se lhe falou em nome dos interesses nacionaes.

E não foram só o Visconde do Uruguay e o Marquez de Paraná, seus amigos, que para elle appellaram. No seu patriotismo confiavam todos. O proprio Tavares Bastos, quando, na propaganda, esbarrou diante dessa *muralha chinesa* do monopolio, recorreu para elle.

As palavras de Tavares Bastos merecem ser lidas, em abono dos dois:

“Que vantagem não fôra para o americano ou para o inglez poder entrar pelo rio acima, com o seu vapor ou seu navio a vela, descarregar farinha ou fazendas em um ponto habitado, e carregar nesse ou em outro o que desejasse. Não pretendo negar que a Companhia de Amazonas nasceu de uma idéa patriótica, nem deslusto o merecimento real do distincto cidadão a cuja actividade e intelligencia devemos agradecer ter-se realisado o pensamento da lei de 1850. Mas, brasileiro e homem de progresso, o Sr. Barão de Mauá reconhece certamente que trancar o Amazonas é impôr ás nossas ricas provincias do equador e ás republicas vizinhas, a lei do monopolio da florescente e poderosa companhia fundada em 1852”.

Era assim esse homem de negocios! Todos se achavam no direito de pedir-lhe sacrificios de dinheiro, os amigos como Uruguay, Paraná e Olinda, os adversarios como Tavares Bastos; e todos sabiam que não pediam em vão.

Foi graças a Mauá que, em 1867, se pôde afinal abrir o Amazonas ás marinhas do mundo!

Outro espirito mais commerciante ou menos lucido, teria tomado resolução de resistir com seu privilegio ou de vendelo a bom preço.

Mauá pensou logo em outro rumo; preparou-se para entrar em concorrência com as marinhas mercantes estrangeiras.

O Governo Imperial annunciava sua intenção de subvencionar uma companhia nacional ou estrangeira que fizesse o commercio entre a região amazonica e os Estados Unidos da America do Norte. Mauá logo pediu e obteve por decreto de

11 de Setembro de 1863, elevar ao dobro o capital da companhia. Não era sua intenção immediata ir directamente aos Estados Unidos. Espirito pratico, muito mais pratico do que erradamente se suppõe ainda hoje, elle achava impossivel aquelle passo rapido.

“Convencido das transcendentés vantagens que o nosso paiz e principalmente o valle do Amazonas colheria desse frequente contacto com os grandes mercados do continente Norte Americano, acolhi com enthusiasmo a idéa e faço votos pela sua realisação; infelizmente, porém, as circumstancias do Thesouro não permittirão talvez por alguns annos que o Governo contracte esse serviço pela fórmula proposta, attendendo ao consideravel dispendio que occasionaria”... (Relatorio da Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas á Assembléa Geral de 25 de Abril de 1864).

Não achando facil a empreza, pensava Mauá em executar o possivel; e como não era homem de quedar-se, á espera que outros a executassem, logo suggeriu ao Governo e aos seus accionistas a que lhe parecia util — uma linha de Belém a Demerara; d’ahi a communicação já existia por vapores da Mala Real para S. Thomaz e desse porto para varios portos dos Estados Unidos e para varias republicas do Pacifico com o trsbordo no isthmo do Panamá; e de um dos portos da escala dessa linha, Cayenna, estabelecer-se-iam novas communicações com a Europa pela Companhia Geral Transatlantica Franceza, com vapores quinzenaes pela Martinica para a França, no porto de St. Nazaire.

Em todo caso, para esse serviço que lhe parecia facil de executar immediatamente, *ou para qualquer outro*, a Companhia de Navegação do Amazonas estava preparada e se apresentaria concorrente. (Cit. Relatorio).

Contractada a linha proposta, fôsse por quem fôsse, o patriotismo e a lucidez de espirito de Mauá, viam apenas o futuro de beneficios.

— “Para nós, porém a questão principal é que esses melhoramentos vão a effeito, ou por nosso intermedio ou de qualquer outra empresa, visto que, de toda a maneira, delles resultará a prosperidade do Amazonas e com esta a da Companhia”. (Cit. Relatorio).

Na nossa tarefa de desenhar a figura de Mauá não cabem detalhes; apenas são esboçadas as grandes linhas das suas acções em bem do progresso do Brasil.

Foi elle quem inaugurou o Amazonas quando ninguem tinha coragem de navegá-lo; foi elle quem mais directamente correu para que esse rio fôsse aberto ao commercio universal.

Por muitos annos, esses mercados que seu espirito generoso e clarividente abriu, essas regiões quasi desertas que para o Governo brasileiro não mereciam ser accessiveis á civilização, forneceram quasi um terço das cambias da nossa exportação.

Quando Mauá entregou aos credores seu activo, rico de valores reaes e opulento de grandes empresas patrioticas, figuravam, com as acções da *S. Paulo Railway* e as acções da *Companhia Pastoral*, as da *Amazonas Steam Navigation Company*, por elle installada em Londres e que, por successivas incorporações de empresas de menor vulto e acquisições de navios de navegação trasatlantica, servia largamente o commercio do Amazonas com o estrangeiro.

Era essa uma empresa poderosa e rica. Por muito tempo tinha distribuido dividendos de 10 % e 12 %.

Seu contracto com os poderes centraes terminára em 1.º de Novembro do anno anterior, 1877; e pedia de renovação.

A discussão no parlamento para a manutenção das subvenções, girou em torno dos favores excessivos que a Companhia gozava.

Mauá já não trabalhava nesse momento pelo seu patrimonio. Defendia os interesses de seus credores e os do paiz. Sua linguagem, sempre altiva, com a de um homem que só contava paginas de orgulho numa vida de trabalho e de honradez, foi esta:

“No inventario dos serviços prestados ao meu paiz, considero um dos maiores a realização da navegação a vapor no valle do Amazonas no tempo em que ninguem acreditava nella. Quando os poderes publicos decretaram primitivamente as concessões, tratava-se de uma *experiencia* que podia falhar; os resultados podiam não corresponder ás previsões. Os factos vieram dar razão á politica previdente e atilada que semeou para colher, pois a colheita appareceu”...

E mais adiante, para pedir que cessasse a guerra que se movia á empreza accusada de lucros excessivos:

“A Companhia actual precisa de uma certa e determinada renda em proporção do capital empregado e do que fôr ainda mister empregar no desempenho dos encargos que lhe são impostos.

“Os adiantamentos que foram sabiamente feitos para o aproveitamento de riquezas já criadas pela natureza sob a fórmula de productos naturaes e que jaziam *perdidas* no territorio banhado pelo vasto oceano fluvial que corta em todas as direcções a região privilegiada... já estão restituídos em grossa torrente aos cofres publicos e com enormes lucros pecuniarios, sem falar no bem estar social e no grandioso incremento da riqueza publica e particular que esse facto determinou”.

“Pois bem (continua elle), os grandes interesses que se presumia ter eu auferido da organização desta empreza, influem mais que muito no animo de alguns para guerreal-a; pois bem, está decretada a minha morte civil; a contabilidade da casa está a vista de todos, examinae-a e vos convencereis que se acha representada em acções da empreza ou transferidos os meus direitos a credores de pelo menos o *dobro dos lucros que em qualquer hypothese* eu poderia ter obtido de semelhante concessão. *Nenhum beneficio colhi, pois, do grande capital e insano trabalho que durante um quarto de seculo dediquei á idéa*”.

Para avaliar os bens que Mauá entregava aos seus credores e a riqueza que formára para o seu paiz, seria preciso medir as depredações que, naquella zona, puderam fazer duran-

te estes 36 annos de regimen republicano, aventureiros de toda especie; e depois disto, calcular o que ainda ficou e o futuro que está visível.

Dez annos apenas depois de aberto o Amazonas, vinte e cinco annos depois de iniciada a navegação pelos pequenos capitães quasi exclusivos de Mauá, as rendas publicas eram oito vezes maiores.

Com o cambio ao par, não tinham, entretanto, tomado largo incremento as industrias extractivas no aproveitamento das riquezas já criadas pela natureza; as novas applicações da borracha e a baixa do cambio trouxeram á tona toda aquella riqueza.

A historia desses dias é sem duvida tristissima para o nosso patrimonio. Muito se esbanjou. E' mais triste, porém, para a nossa moralidade. Pedro Lessa chegou a pedir um principe allemão para sanear a zona politica. Apezar disso, ha um mundo creado.

Que será elle no futuro? As cubiças commerciaes dão idéa do que veem os olhos do estrangeiro e que os olhos de Mauá tinham visto ha tres quartos de seculo, como viram as riquezas de São Paulo, Paraná e Matto Grosso.

Para completar este capitulo, temos ainda duas notas interessantes, depoimentos de estrangeiros.

Uma, attestará a capacidade administrativa e a probidade de contractante de Mauá; outra, o seu idealismo politico, isso que Ferdinand Denis assignalou como um dos productos da cultura intellectual e moral dos brasileiros "*la comprehension des grands mouvemens sociaux qui doivent guider le monde*".

A primeira é esta, a que attesta a capacidade administrativa de Mauá.

Agassiz e sua mulher viajavam o Amazonas em 1865, em excursão scientifica que um millionario americano, Nathaniel Thayer, pagava de seu bolso para enriquecer as collecções do Museu de Cambridge. Acostumados ao conforto americano,

nem sempre foram tolerantes com o nosso atrazo material. Admiravelmente recebidos no Rio de Janeiro pelo Imperador e por toda a gente, não se prendem para dizer: — "... *Ce qui frappe tout d'abord à Rio de Janeiro c'est la négligence et l'incurie. Quel contraste quand on songe à l'ordre, à la propreté à la régularité de nos grandes villes. Des rues étroites inévitablement creusées au milieu d'une rigole où s'accumulent les impuretés de toute espèce; point d'égouts d'aucune sorte, etc.*". Recebidos como principes em Manáos, assim descrevem a cidade: "*C'est un amas de maisons desquelles la moitié semblent prêtes à tomber en ruines et l'on ne peut s'empêcher de sourire en regardant les chateaux branlants décorés du nom d'édifices publics — Trésorerie, Chambre législative, Poste, Douane, Présidence, etc.*".

O casal raramente esconde as saudades do seu conforto de Cambridge; na fazenda do Commendador Mariano Procopio em Juiz de Fôra, nos vapores da Companhia do Amazonas e poucas vezes mais as esquecem.

Ahi, navegando no Amazonas, proclama Agassiz, entretanto, estar "*installé aussi commodément que dans mon musée à Cambridge.* (Carta a D. Pedro II, 20 de Agosto 1865, de bordo do *Icamiaba* no Rio Amazonas): "*Il est impossible d'être mieux amenagé pour la commodité du voyageur que ne le sont les paquebots de l'Amazonc. Ils sont admirablement tenus et avec une propreté extrême. La table est parfaitement et soigneusement servie et la nourriture excellente, bien que peu variée.* (Voyage au Brésil pag. 205).

A outra nota é tambem um attestado de estrangeiros illustres sobre a elevação moral, o idealismo de Mauá.

Com o monopolio por longos annos do Amazonas e seus afluentes, elle destôa, como vimos, da corrente de opinião contraria á abertura do rio-mar ás marinhas estrangeiras, uma corrente tão forte que conseguiu retardar a medida por mais dez annos. Acóde desde logo, muito lealmente ao appello de Tavares Bastos e tudo facilita de seu lado. E' o proprio Tavares Bastos que o reconhece: "A Companhia do Amazonas existe ha annos, funcionando firme, prospera, com um material con-

sideravel, com vantagens crescentes, com dividendos brilhantes, senhora do mercado, alliada a muitos interesses, terrivel, emfim, para a competencia de qualquer empreza não subvencionada, principalmente estrangeira. Ao seu nobre Presidente, homem de vistas largas, não deve, pois, espantar a concorrência... Devemos descançar satisfeitos". (*Cartas do Solitario*, pag. 423).

Fazia justiça Tavares Bastos. Quem o vem confirmar ainda é o Rev. Fletcher, o autor do conhecido livro *Brazil and Brazilians*, falando em Boston sobre o "...Barão de Mauá, o grande financeiro e promotor das estradas de ferro no Brasil e presidente da Cia. de Navegação do Amazonas, homem de idéas liberaes e de espirito elevado"... com quem tivera confabulações no Brasil a respeito das linhas para o seu paiz — acabando, com esta proposta á Commissão do Commercio (*board of trade*) de Boston: — Resolve-se que: "Sob o constitucional governo do illustrado Imperador do Brasil, D. Pedro II, nos regosijamos de contemplar o progresso do Imperio; que apreciamos os energicos esforços do Barão de Mauá, do Conselheiro de S. Magestade o Sr. Ottoni e do Sr. Sinimbu ministro das obras publicas" — resolução que foi unanimemente adoptada, depois de apoiada pelos Srs. Tobey, Joseph Fay e A. Foster (*New York Times*, 14 de Agosto de 1863).

A prolixidade destas notas está justificada pela inverosimilhança desses actos tratando-se de um homem de negocios.

*
* *
*

Não deixa de ter interesse, como a confirmação de todos estes serviços, transcrever as palavras do illustre paraense historiador d'"*As regiões amazonicas*" Barão de Marajó, em 1875:

"Duas epochas tem os povos das regiões amazonicas a consignar em sua historia entre as que mais contribuíram para o seu desenvolvimento,

uma é a do Dec. que auctorisou a criação da Companhia Navegação e Commercio do Amazonas, sob o n.º 1032 de 30 de Agosto de 1852 e a segunda é a do Dec. marcando a data da abertura do Amazonas ao commercio de todas as nações. O primeiro d'estes commettimentos foi devido á iniciativa do Barão de Mauá, nome que o Pará e o Amazonas devem conservar em seus annaes como o de um benemerito dos dois Estados; e hoje que se começa a commemorar o serviço de seus filhos com estatuas e mausuléos, não é muito que commemoremos o nome d'este cidadão, que, sem ser filho da Amazonia, podemos dizer que foi o primeiro author de seu desenvolvimento”.

O leitor terá reflectido que tambem na segunda *época*, isto é, na abertura do Amazonas ao commercio do mundo, foi abnegado e decisivo o desprendimento de Mauá.

CAPITULO XIII

O cabo submarino

La Argentina y el Uruguay, gracias a los esfuerzos combinados del baron de Mauá y de sir John Pender, quedaban ligadas a los puertos brasileños y á Europa...

("LA NACION", Buenos Ayres, 7 de Setiembre de 1922. Edição do Centenario da Independencia).

DE todas as grandes obras que o Brasil deve a Mauá, é talvez o cabo submarino aquella em que mais evidentes se mostram as qualidades do seu patriotismo e desprendimento de interesses. Acirrada malicia não conseguiria descobrir um movel commercial nessa obra de tanto vulto e de tanto alcance, para a qual as circunstancias o tornaram quasi indispensavel.

A ligação telegraphica com o hemispherio europeu era uma preocupação de longa data dos nossos estadistas. O Conselheiro Diogo Velho, depois Visconde de Cavalcanti, espirito cultivado e progressista, assim o exprimiu no seu Relatorio de Ministro da Agricultura Commercio e Obras Publicas:

“Os grandes interesses vinculados ao desenvolvimento da telegraphia electrica, recommendavam desde muito este assumpto á attenção do Governo”. Em vista, porém, dos meios escassos do Thesouro Nacional, por motivo da guerra do Paraguay, que terminára pouco antes, era de opinião que “...o Brasil não podia hesitar em adoptar o exemplo dos governos da America do Norte e da França que tinham contractado o

serviço com empresas particulares, pois que era seu dever attender com urgencia ás justas aspirações da sociedade brasileira e ás necessidades do vasto Imperio”...

O contracto de 1870, que em virtude da Convenção assignada em 1864 entre a França, o Brasil, a Italia, Portugal, etc., precisava ser ractificado pelas potencias signatarias e que fóra assignado com Pier Alberto Ballestrini, impunha a este a obrigação de inaugurar o cabo Submarino até 31 de Dezembro de 1872. Ballestrini não tinha, porém, elementos; obteve a concessão para negocial-a. Os companheiros que conseguiu aggremiar, nada valiam, nem financeiramente, nem por força de idoneidade; o mais importante era um rico vendedor de chocolate em Paris, Menier. (?) Mauá não podia deixar de ser solicitado para salvar a idéa, como dizem os jornaes do tempo, ou de intervir espontaneamente, como elle quasi confessa e nos parece curial.

— “Era esta uma idéa que me preocupava de longo tempo, escreve elle. Causava lastima vêr o Brasil segregado do mundo civilisado e alheio ao goso do invento mais bello que registra o seculo XIX, devido a uma dessas concessões a especuladores de má lei que ambicionam fazer fortuna de um golpe”.

Certo é que Mauá estava poucos mezes depois em Londres fazendo parte de um grupo que entrára em negociações para a compra do privilegio de Ballestrini. De sua ansia são reflexo estas palavras: — “Se bem que a mesa de directores se compuzesse para mim de pessoas quasi desconhecidas, os nomes de alguns figuravam em empresas telegraphicas; e, sobretudo, o nome do Barão de Nioac, no prospectus, causou-me agradável impressão; de bom grado annui ao convite de associar meu nome, assignando, por assim dizer, de cruz, as resoluções da directoria, visto que apenas tinha *um unico pensamento*; a vinda do Cabo Submarino no menor prazo que fosse possivel”.

Especulações de Ballestrini e de outros com que andava associado, determinaram discussões sobre o privilegio e protestos judiciaes, diante dos quaes desanimaram os capitalistas que haviam obtido o concurso de Mauá. A subscrição falhou em

Londres; mas, a idéa ficou salva pela feliz inspiração de terem recorrido a Mauá.

A confiança que elle geralmente inspirava e a estima em que o tinha o Visconde de Rio Branco, então Presidente do Conselho, alcançaram promptamente a declaração de caducidade do privilegio Ballestrini, o que foi ratificado pelas potencias signatarias da Convenção de 1864, sob o fundamento de não ter sido concluida a primeira secção da linha, Lisbôa a São Vicente.

O privilegio foi então concedido directamente a Mauá (16 de Agosto de 1872), o que basta para dizer que a obra foi executada dentro do prazo, bem antes do prazo, aliás.

Não foi sem vencer difficuldades que Mauá obteve a concessão.

Declarada a caducidade e sabendo-se que era elle o proponente, appareceram immediatamente os *atravessadores* ou, como se dizia na época, os *projectistas*.

Em carta intima de Octaviano para Mauá em Londres, (16-9-1872), lê-se: "Chega da Europa P. S., homem positivo e espalha que o Barão de Mauá, Nioac, Militão, elle e outros, *todos sensatos*, não tinham duvidado pagar 2.500.000 francos de dividas e compromissos de Balestrini para tomarem a si, com uma companhia especial ingleza, a empreza do Cabo. Ora, os projectistas da nossa praça sabem que aquelles nomes não se metteriam a fazer loucuras e então calcularam que o negocio valia bem mil contos, visto que só para compra aos credores de Ballestrini havia *gente sensata* que os desse. Foi com esta base que projectou-se aqui roubar-lhe a empreza e ir negocial-a com as companhias inglezas por intermedio de Beer ou Erlanger ou qualquer outro. Já vê, que tudo nasceu da confiança que se tem no seu juizo. Agora, se P. S. mentiu, se as cartas de N. mentiram, se a soffreguidão de M. não valia nada, etc., etc., isto é outro caso. O que é verdade é que tudo isso podia induzir chefes de casas estrangeiras a morderem em um bolo que se lhes afigurou enorme. Quando nos virmos, lhe direi o que o papel não comporta... porque nas altas regiões custou-me

trabalho fazer convencer que não representamos um papel de falsos patriotas quando garantimos que o Barão de Mauá entrava nisto *ad honorem*".

O que Octaviano jurava era verdade; Mauá entrou *ad honorem*. Proclamaram-n'o as mesmas *altas regiões* e atesta até agora a *Western Telegraph*.

Havia diferenças notáveis entre os dois privilegios — o de Ballestrini era de 99 annos, o de Mauá de 20; o de Ballestrini tinha uma subvenção pecuniaria de 3 milhões de francos do Brasil e 2 milhões de Portugal, o de Mauá nem um vinthem de auxilio ou subvenção.

Sem hesitação, poder-se-á dizer que, dahi por diante, foi de incomparavel efficacia a interferencia de Mauá; elle achou *the right man* em Sir John Pender.

Mauá com a sua posição social e Sir John Pender com a sua reputação technica e a sua provada capacidade, conseguiram os capitaes e solveram as difficuldades que no Brasil e nos outros paizes signatarios logo surgiram.

Além, disso, Sir John Pender, só elle talvez, estava em condições de fornecer ao progresso do Brasil pessoal habilitado com que elle proprio havia lançado o cabo entre a Europa e a America do Norte e mais a flotilha de navios de sondagem e de lançamento de fios nesse serviço empregada, no numero dos quaes estava o celebre *Great Eastern* maior navio então existente e cuja tonelagem era necessaria para o transporte do cabo entre Recife e S. Vicente.

O primeiro despacho com que o Brasil se pôz, a poucos minutos de distancia, em contacto com a civilisação, tem a data de 22 de Junho de 1874.

No dia 23, o *Jornal do Commercio* publicou os termos dos telegrammas que o Imperador expedira da Bibliotheca Nacional a S.S. o Papa Pio IX, á Rainha Victoria, ao Imperador Guilherme I, ao Marechal Mac-Mahon, ao General Grant, a Victor Manoel, ao Vice-Rei do Egypto, a todos os Chefes de Estado e no dia immediato as respostas congratulatorias.

Havia este commentario do *Jornal* ás noticias de inauguração.—“...O leitor já haveria presumido, aliás, que o grande nome de Barão de Mauá não podia ser alheio a tão útil melhoramento...”—Nesse momento, o movimento telegraphico consistia em 23 telegrammas diarios, media do primeiro trimestre; hoje representa 5.000 telegrammas, domingos incluidos, só na “Western & Brazilian Telegraph Company” em que se fundiram varias empresas de fios transatlanticos costeiros e submarinos de Manáos a Buenos Ayres e que já soffre, desde algum tempo, a concorrência de outras empresas, graças aos 79 annos de diminuição no prazo do primitivo privilegio.

Bastaria esse serviço, numa época de atrazo e de difficuldades, como as do Brasil, sahido de recente guerra de cinco annos e a braços ainda com a escravidão, cuja fonte uma lei benemerita apenas, acabára de estancar, para que provoquem admiração a elevação desse espirito e a energia d’essa alma.

Entretanto, ha no caso, como em muitos da vida de Mauá, uma nova razão de espanto.

Em todos esses trabalhos, diligencias e viagens, Mauá dispendeu esforço, fez valer o seu prestigio politico e commercial e gastou dinheiro. Nem o reembolso dos emolumentos de secretaria que a concessão de privilegio acarretou, quiz elle receber. Offereceram-lhe, Sir John Pender e seus companheiros de syndicato, a parte dos beneficios *pela garantia da subscrição*. Pareceu-lhe isso uma maneira disfarçada de indemnisa-o do privilegio; recusou: — “Não me deixei fascinar; vi um meio indirecto de disvirtuar o pensamento que me dominava e recusei absolutamente”.

Replicaram-lhe os consocios que uma coisa era vender o privilegio, outra, bem diversa, partilhar dos beneficios devidos a um syndicato que tomava a responsabilidade de assegurar o capital necessario á realisação do empreza; que o lucro nesse caso tinha origem differente, etc.

Mauá cortou firme a correspondencia particular: — “Era minha resolução inabalavel não traduzir em dinheiro essa con-

cessão e isso declarei ás pessoas com quem tratei e aqui aos homens publicos que em mim confiam, sendo minha unica e grande aspiração vêr o nosso paiz unido ao resto do mundo por esse agente mysterioso. Quando F. (está escripto o nome de um deputado de influencia) quiz que o interessasse na concessão pela qual desejava trabalhar, respondi-lhe que não era isso para mim objecto de lucro; que pedisse, nesse caso, a concessão em seu nome ou no de outro e a negociasse, estando eu prompto a escrever ao Visconde do Rio Branco para desistir do meu pedido. Vem dahi a guerra desabrida que esse biltre me move..." (Carta de 5 de Setembro de 1875, archivo da Viuva Tito Ribeiro, filha de Mauá).

Como este livro não é "Flos Sanctorum", mas noticia biographica de um commerciante fallido, será prudente apresentar os documentos.

Em publicação de character official da *The Western Telegraph Company Limited* publicada na magnifica homenagem que o grande órgão buenairense *La Nacion* consagrou ao centenario da nossa Independencia, vêm todos estes informes longamente expostos.

No Brasil, tres relatorios dos Ministros da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Barros Barreto, Costa Pereira e Diogo Velho, em 1872, 1873, 1874, attestam officialmente o caso de tanto assombro. O de 1873, dando conta de um pleito sustentado pela *European South American Company Limited* logo abafado, diz:

"Felizmente não proseguiu o pleito, sendo um dos motivos a sympathia que despertaram geralmente o cavalheirismo e desinteresse que manifestou o Barão de Mauá, cedendo os seus direitos sem auferir vantagem alguma".

Um aviso do Ministro da Agricultura Conselheiro Barros Barreto de 23 de Dezembro do anno anterior, havia agradecido em nome do Imperador ao Barão de Mauá esse nobre desprendimento de interesses pecuniarios e um decreto do dia 22 de Junho do anno seguinte, isto é, do dia da inauguração do

Cabo Submarino, corporificou as homenagens do Governo do Brasil no novo titulo de Visconde de Mauá.

Se a suspensão de pagamentos de Mauá & Cia. não tivesse sobrevindo poucos mezes depois, o Imperador teria, de certo, reconhecido a urgencia de melhor promoção nobiliarchica.

Jámais faltaram de além mar as homenagens a Mauá que por esse serviço lhe eram devidas em um e em outro lado do Atlantico.

No anno transacto de 1924, por occasião da festa do jubileu da Companhia *The Western Telegraph*, o actual Sir John Pender, que succede a seu Pae, glorioso companheiro de Mauá, julgou que as suas homenagens e as da sua colossal empreza deveriam ser depositas junto dos nossos mais altoss representantes.

Ao Sr. Presidente Bernardes telegraphou nestes termos:

“Na occasião do jubileu da abertura do cabo submarino entre o Brasil e a Europa, devido ao incomparavel devotamento do inesquecivel Visconde de Mauá e aos esforços de meu Pae, Sir John Pender no levantamento de capitaes e na organização technica da empreza, seja-me permittido apresentar a V. Ex. as minhas respeitosas saudações. — *John Denison Pender*, Presidente da *Western Telegraph Comp.*

Ao Sr. Ministro Francisco Sá assim se dirigiu:

“Completando hoje — 22 de Junho — 50 annos da data em que esta Companhia aterrou o primeiro cabo submarino transatlantico na costa do Brasil, melhoramento que tanto contribuiu para o progresso desse grande paiz, collocando-o em contacto immediato com a Europa, apresento a Vossa Excellencia as minhas melhores saudações, lembrando os nomes de Visconde de Mauá e de meu Pae — Sir John Pender — pioneiros dessa obra de approximação internacional”. — *John Denison Pender*, Presidente da *Western Telegraph Comp.*

CAPITULO XIV

Mauá e os bancos no Brasil

O Instituto emissor creado para regular o meio circulante e tornar effectiva a circulação fiduciaria conversivel em ouro, cedia, pois, o passo em operações de cambio realisadas pelo Governo a um banco inteiramente privado...

...Deixando de lado o Banco do Brasil, cuja incapacidade assim tornava publica, o Governo resolveu intervir na praça, por intermedio do Banco Mauá, Mac Gregor & Cia...

ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA

OS primeiros ensaios da industria bancaria no Brasil pareciam ter deixado condemnadas por muitos annos todas as esperanças nesse instrumento economico.

O Banco do Brasil, primitivo passo official em 12 de Outubro de 1808, devia ficar por muito tempo o ultimo, tão grande foi o desastre, maior ainda sob o aspecto moral do que sob o financeiro. O povo já não tinha muita fé na idéa, desde o principio. O capital diminuto de 1.200:000\$, que D. João VI imaginou dever pedir para o seu Banco do Brasil, só foi subscrito em 100:000\$000; quatro annos depois, apenas subia a 126:000\$000. Decretos sobre decretos, favores sobre favores, pôde afinal o Banco chegar a pôr-se de pé. Alguns baronatos e commendas tinham sido promettidos officialmente e distribuidos de facto, para que o milagre do capital de 1.200:000\$ se consummasse.

Com a emissão facil, sem outro freio para ella senão a *necessaria cautela* recommendada no decreto iniciador, os tomadores de dinheiro a premio appareceram, os lucros vieram e tudo começou a crescer; o capital, que, em 1825, subiu ao triplo, 3.600:000\$000; as notas em circulação, que chegaram a 21.574:920\$ em 1828. Ao lado cresciam tambem os dividendos 12 % em 1825, 16,9 % em 1826, 17,6 % em 1827 18,7 % em 1828.

O maior e o melhor freguez do Banco foi sempre o Governo, pagando juro sobre as notas que elle mesmo auctorisou a emittir e que iria encampar afinal. Depois do Governo, os freguezes maiores e peiores eram os directores; a seguir, vieram os empregados de alta cathegoria. Dos quatro directores, tres declararam-se, em momento dado, fallidos. Dos empregados, salientou-se o thesoureiro que embarcou para os Estados Unidos, levando o que achou á mão, inclusive os fundos de uma companhia de seguros. (Armitage, *Historia do Brasil*).

O Banco desaparecia em 1829 deixando os accionistas sem capital, pagando o Governo em papel seu os emprestimos e os juros accumulados, porque D. Pedro, Regente, que a seu Pae se lamentava, em carta, de ter encontrado um "...banco ty-sico, quasi exhausto, que para isso não faltam quatro mezes pelos passos gigantescos com que elle marcha para a cova aberta pelos seus delapidadores;... que de todo já não têm ouro, nem prata, como não tem credito, nem coisa que o alcance... cujos bilhetes valem muito pouco ou quasi nada"... e que depois viu o Banco levantando-se de tal modo que em 1823 pôde, na Falla do Throno, annunciar que — "...não passa pela imaginação de individuo algum que elle um dia possa voltar ao triste estado a que o haviam reduzido"... entrou afinal tambem na senda dos emprestimos.

Nestes altos e baixos cahiu o Banco em 1829. A Historia se repete e no Brasil em materia de bancos officiaes, firma infelizmente sempre uma coisa, o máo precedente: o Governo, para poder dizer que não emittre, funda bancos que emittem notas, chrisrnadas de bilhetes bancarios, com uma conversi-

bilidade imaginaria, das quaes elle se serve para tapar seus deficits ou para fazer deficits e afinal encampa os bilhetes que tomou emprestados, e os que os outros tomaram, para depois recommençar. O contribuinte é quem paga sempre.

Acabou como era de esperar, o primeiro Banco do Brasil. Em 1829, as suas notas, que nunca tinham achado troco em metal, passaram a ser francamente papel-moeda. Póde-se mesmo considerar que nesse anno terrivel foi lançada a pedra fundamental do arranha-céus da emissão, em adiantada e permanentemente construcção, inaugurando-se conjunctamente o primeiro mausuléo do credito bancario no Brasil.

Durante nove annos ninguem pensou seriamente, nem o Governo, em fundar outro banco. A licção tinha sido cruel. Uns ensaios de Banco Nacional e de Banco do Brasil não passaram de discussões no parlamento; umas velleidades de bancos provinciaes, como o do Ceará, capital de 60:000\$, nem pôdem ser tomadas a sério. A Regencia foi absolutamente esteril. Só em 1835 reuniram-se os primeiros capitaes particulares para a fundação de um Banco, o Banco Commercial do Rio de Janeiro, que começou a funcionar em Dezembro de 1838. Banco de depositos e descontos, elle *poderia vir a ser de emissão*, como dizia o art. 2.º dos Estatutos; mas nunca o foi. A esse esforço maximo de 2.500:000\$ de capital limitou o arreganho.

Com o exemplo deste, fundaram-se, é certo, pequenas associações que eram mais caixas de auxilio mutuo de commerciantes amigos que bancos. Na Bahia, o maior, com um capital de 1.000:000\$, em 1845; no Maranhão, outro, em 1846 capital de 400:000\$; no Pará outro em 1847, capital 400:000\$; e foi tudo.

A Mauá se deve o lançamento da primeira instituição de credito que criou raizes. Chamou-se logo Banco do Brasil, e, através de varias vicissitudes,—ás quaes o fundador foi extranho, porque logo d'elle se afastou,—e de muitos prejuizos para o Thesouro, é o actual Banco do Brasil. Não lhe desconhece a paternidade, apesar das variedades de denominação, o actual estabelecimento. Quando morreu Mauá, em 22 de Outubro de

1889, o Conselheiro Diogo Duarte Silva, director que representava a tradição da casa, pediu um voto de pesar pela morte do *fundador* do estabelecimento e membro de sua primitiva directoria. Com o seu largo golpe de vista, comprehendeu Mauá que, abolido o commercio de escravos pela benemerita lei de 1850, ficavam em suspenso no ar os capitaes que nesse commercio se empregavam e que eram quasi todos quantos giravam no Brasil. Canalisal-os para as suas empresas, foi a idéa que logo acudiu. O primeiro passo foi o Banco do Brasil, em Julho de 1851.

O capital foi então fixado em 10.000:000\$, realizados, 5.000:000\$ no primeiro anno e 8.000:000\$ no seguinte.

Pela rapida conquista que fez das posições, o novo banco fundado por Mauá constituia-se em pouco tempo o unico; seu competidor, o Banco Commercial, com quatorze annos de existencia, já não lhe fazia frente: — "...Em 1853 esses dois bancos se hostilizavam de fórma a impressionar. Por mais de uma vez, elles, ao envez de se auxiliarem, quizeram crear difficuldades á marcha transaccional um do outro, apresentando reciprocamente ao troco grande porção de bilhetes"... (Antonio Carlos, *Bancos de Emissão no Brasil*, 42).

O credito de Mauá na praça fizera dos vales a prazo, isto é, de uma especie indigena do cheque, o instrumento das trocas, o meio circulante de facto. E na lucta commercial do credito, o vale de Mauá deveria fatalmente supplantar o rival; era o mais forte. Pela necessidade, os vales a prazo dos dois bancos permaneciam, depois do vencimento, nos canaes da circulação, fazendo de papel moeda entre particulares; mas, dos vales em que se sabia empenhada a responsabilidade de Mauá, houve épocas em que nenhum vinha ao troco. Apesar de não recebidos nas repartições publicas e de só terem curso na séde do Banco, circulavam, fazendo funcção de papel moeda.

Manifestava-se, numa imperiosa demonstração, o *individualismo*, de que Mauá foi o grande exponte no Brasil. Foi a essa situação, que, sem duvida, trazia alguns perigos no bojo, que financeiros eminentes procuraram dar solução.

Pensou-se na necessidade de um banco central emissor. Rodrigues Torres (Itaborahy) Ministro da Fazenda, anteriormente adversario da idéa, converteu-se a ella e assim nasceu a Lei de 1853, que fundou o Banco do Brasil, emissor.

— “Parece chegado o prazo, dizia elle no seu relatório de 1853, de crear-se um banco de emissão;... ora, a difficuldade da criação de semelhante banco seria tanto maior, quanto mais avultada fosse a somma de capitaes empenhados em outros estabelecimentos de credito, embora mais limitados e imperfeitos”.

Estava nestas palavras a homenagem ao instituto florescente de Mauá. A fusão do Banco Commercial e do nascente Banco do Brasil era programma de governo.

Observa-se nos discursos de Itaborahy que a concorrência ou rivalidade entre os dois bancos influiu poderosamente na adopção do plano... “A concorrência dos bancos tem sido a causa principal de quasi todas as crises commerciaes”...

A solução não era muito do agrado de Mauá, partidario da pluralidade bancaria. Embora com todas as honras de uma linda victoria, ella arrebatava a Mauá o dominio quasi absoluto que já tinha no commercio brasileiro, para collocar-o apenas como director de uma instituição com todas as peias do officialismo e de uma organização defeituosa. Mauá não podia, entretanto, resistir á pressão da opinião, nem aos pedidos que lhe fez o Ministro da Fazenda.

O Banco Commercial desapareceu numa fusão com o seu Banco do Brasil; e deste modo, o terceiro Banco do Brasil ficava soberano na praça, com o capital de 30.000.000\$.

O novo Banco passava a ter um Presidente e um Vice-Presidente nomeados pelo Governo, e quinze Directores eleitos pelos accionistas.

Bem se vê que a instituição não podia corresponder ás largas aspirações de Mauá. Sua acção estaria manietada nessa burocratica organização; além de que, o novo instituto não se enquadrava nas suas theorias. Contrario ao monopolio bancario, que fôra obrigado a aceitar, parecia-lhe justo exigir que, a

dictadura de facto e de direito que o Banco do Brasil assumia, absorvendo todo o capital disponível e enchendo-se de favores á custa do Thesouro, ao menos assentasse, em largas bases, o mecanismo do credito a elle confiado. Era indispensavel, por exemplo, que muitas caixas filiaes fôsem logo estabelecidas, como, aliás, previam os Estatutos, que para esse fim destinavam, especificadamente, 8.000 contos do capital.

Nada se fez; nem se pretendia fazer. O Banco do Brasil constituiu-se uma grande caixa local de descontos para realizar operações pela taxa mais alta que fôsse possível obter, e onde qualquer operação financeira "...nem era comprehendida"... (*Exposição aos credores de Mauá & Cia.*, 110).

Instituição destinada a auxiliar o desenvolvimento economico do paiz e a fazer "...o tirocinio e o uso do credito em um paiz tão vasto que mal o conhecia naquella época"... esterilizava-se para o progresso do paiz. Mauá recusou o logar de director para que fôra eleito.

A um homem da sua envergadura e só a um homem assim, podia naquelle momento ter assomado a coragem de enfrentar a poderosa organização, com o monopolio de direito, porque ao banco official estavam conferidos a emissão e mil outros favores, e o monopolio de facto, uma vez que todos os capitães disponíveis estavam envolvidos no estabelecimento, inclusive as 50.000 acções que aos accionistas do anterior Banco do Brasil, Mauá e seus amigos, tocaram na fusão.

E' de uma ousadia surprehendente a fundação da sociedade bancaria em commandita, Mauá, Mac Gregor & C.º, com agencia em Londres, no anno immediato, com o capital de 20.000.000\$ metade realiado. Escolhera Mauá esse typo de sociedade para libertar-se do "arbitrio governativo" a que estavam sujeitas por nossas leis as sociedades anonymas. Foi um successo o lançamento; a mais satisfatoria posição financeira se pronunciou

O plano de Mauá assustou o rival; e esse rival era o Banco do Brasil, ou antes o Governo do Brasil. A lucta travou-se com armas desiguaes. O officialismo buscou armas desleaes.

Um decreto de 13 de Dezembro de 1854 veio prohibir o

que a lei auctorisava; e, caso mais serio, como lei interpretativa, com o effeito retroactivo para suas disposições. O edificio architectado por Mauá sobre a base dos quinhões comman-datarios, transferiveis ao portador, com esperanças fundadas que o credito poria largas sommas ao seu dispôr, soffreu con-tratempo sério. O adversario official pôde cortar-lhe as azas para que não voasse tão longe como sonhou quando pretendeu constituir-se "...o centro de todo o movimento monetario e fi-nanceiro da America Meridional em ligação intima com os principaes centros monetarios da Europa, permittindo ás em-prezas brasileiras deixarem de arrastar-se abatidas aos pés da usura desapiedada dos máos elementos financeiros da praça de Londres".

Num paiz cujo orçamento de receita era apenas de..... 34.000:000\$ e cuja riqueza movel, estava expressa no total de papel-moeda e de papel bancario de 44.689:000\$, que só tinha um Banco, com o qual Mauá aceitára lucta desigual, o pro-jecto parecerá delirio de febre.

Os resultados provaram o contrario; era a energia de um forte que se levantava triumphadora.

Tres annos depois, a situação estava mudada.

O Banco do Brasil, com seu enorme capital e seus multi-plos favores, formado para consolidar um meio circulante que estava bastante são, transformára-se, no intervallo, numa sim-ples machina de fabricar papel, depois de dois ou tres decretos de suspensão de troco e de alargamento de circulação e de uma lei definitiva de inconversibilidade, deixando a economia e as **finanças nacionaes** no estado que o Sr. Antonio Carlos, escri-por de incontestada auctoridade, assim resume :

a) circulação inconversivel elevada ao duplo do existente no momento em que foi creado; b) o meio circulante depreciado; c) o cambio em de-clínio; d) a moeda metallica expellida do paiz moeda má; e) as especulações desabridas e o jogo desatinado, seguidos por crises, quebras pre-

juizos e ruínas; f) a vida encarecida, despertando apprehensões, etc., etc.

Durante esses cinco annos, cruelmente estigmatizados no livro do illustre Presidente actual do Estado de Minas, bem diversa foi a sorte do banco Mauá, Mac Gregor & Cia. Sem embargo da hostilidade que se traduziu no citado Decreto de 13 de Dezembro de 1854, a instituição remodelada, accomodada com a lei absurda, viveu e cresceu, cresceu tanto que, tres apenas annos depois, em 1857, era o Governo Imperial quem ia bater-lhe á porta, pedindo misericordia.

Nesse anno, a baixa do cambio, devida á desastrada politica do Banco do Brasil e tambem ás causas naturaes que a todos affectavam, começou a alarmar o espirito publico. A taxa sobre Londres descrescia a 26 e a 25; a libra esterlina custava quasi 10\$500! Ao mesmo tempo, uma crise de circulação reclamava mais papel, com a sêde que vem em todos os tempos de emissão bancaria inconversivel e com os habituaes dividendos altos e a alta taxa de desconto; o preço do dinheiro era 11 % e o Banco distribuira no semestre 17 % de dividendo.

Este segundo aspecto da crise, que se chama falta de numerario, era facil de conjurar para a mentalidade brasileira; a prescripção é conhecida — suspende-se o troco, augmenta-se a faculdade emissora do dobro para o triplo, calcula-se o lastro sobre um fundo de qualquer natureza, titulos ou mercadorias, ou promessas de uma e outra coisa, etc. Assim se fez.

O primeiro aspecto da crise era, porém, mais sério. Ahi quem regula o credito não é o emissor, é o sacado. Os mercados londrinos recusavam confiança, o cambio baixava e o povo não se tinha accomodado com a idea de que o cambio miseravel favorece a producção e as industrias.

Foi preciso reagir.

O Banco tivera, até Junho, por Presidente o Ministro da Fazenda que o havia creado, o proprio Itaborahy, primeira capacidade financeira da época no conceito geral. Governo e Banco associaram-se para resistir á baixa do cambio. A

base das operações seria um credito de £ 800.000, aberto ao Banco em Londres. Começou elle sacando á taxa de 26 d. No vapor immediato já o cambio foi 25 $\frac{1}{2}$ e poucos dias depois 24 $\frac{1}{2}$ e 23 $\frac{1}{2}$. Isto passou-se em Dezembro de 1857. Em Fevereiro de 1858 o cambio oscillava entre 23 e 23 $\frac{1}{2}$. Era o panico. Sabia-se que o credito de £ 800.000 estava esgotado, que a moeda de ouro emigrára assustada e que as moedas de prata iam seguindo a mesma estrada. "...O Banco, desenganoado de poder conseguir o resultado a que se propuzera nos dois mezes anteriores, vendo-se agora forçado á remessa de metaes, resolveu não proseguir"... atesta a Commissão de Inquerito de 1859.

O Conselho de Estado opinou tambem que convinha não continuar, e lançou inteira, sobre a directoria do Banco, a responsabilidade de "...um proceder tão pouco consentaneo com os seus proprios deveres e com os interesses do paiz"... creando aquella situação angustiosa; e, impugnando a emissão de notas, abertamente se pronunciava, assim, quanto ao manejo do cambio:

— "A Secção (Abaeté, Abrantes e o proprio Itaborahy) não exporá as razões em que se funda para não aconselhar o arbitrio que tem sido lembrado de se fazerem saques por conta do Banco ou do Governo para serem pagos por meio de remessas posteriores ou pelo producto de emprestimos a contrahir para a Estrada de Ferro D. Pedro II... e julga de seu dever declarar a Vossa Magestade Imperial, que, no seu modo de pensar, o emprego desse expediente apenas produziria, sobre o cambio um resultado ephemero e sem vantagem real á vista da aggravação do mal que cumpre remediar".

O Governo, em cuja pasta da Fazenda (Ministerio Olinda) estava então Souza Franco, homem de talento, algum tanto audacioso e que na carreira commercial, onde começára, aprendera a enfrentar difficuldades e a tomar decisões radicaes, resolveu desprezar o parecer do Conselho do Estado.

Mudou, porém de agente. Mauá, tres annos posto á margem e hostilizado, foi o seu homem de confiança.

— “Deixando de lado o Banco do Brasil cuja incapacidade assim tornava publica (são palavras textuaes do Sr. Antonio Carlos) resolveu intervir na praça, para sustentar o cambio e alteal-o até o par, agindo, porém, por intermedio do Banco Mauá, Mac Gregor & Cia.” (*Bancos de emissão no Brasil*, pag. 68).

“A casa Mauá, Mac Gregor & Cia. desempenhou-se nobremente de sua incumbencia e na opinião do Governo, os resultados da operação haviam sido satisfactorios...” accrescenta Amaro Cavalcanti. — (*Meio circulante*, II, pag. 216).

Era a capitulação official, sem condições. Mauá triumphava na mais estrepitosa das victorias. O Sr. Antonio Carlos com as suas responsabilidades de financista e de ex-ministro da Fazenda, diz sem reбуços: — “O Instituto emissor, creado para regular o meio circulante e tornar effectiva a circulação fiduciaria conversivel em ouro, cedia, pois, o passo em operações de cambio, realisadas pelo Governo, a um Banco inteiramente privado”.

Souza Franco e Mauá assentaram que seria preciso manter a taxa de 25 $\frac{1}{2}$, bastante para que a prata não seguisse, a exemplo do ouro, o caminho do estrangeiro, desmonetisando-se.

Thesouro e Banco prestigiaram-se mutuamente e o Banco começou a saccar sobre a sua filial em Londres, com a responsabilidade annunciada do Thesouro.

Uma primeira auctorisação de £ 400.000 parecia sufficiente. Houve necessidade de outra de £ 350.000. Ainda não foi sufficiente. Hesitou o Ministro e, afinal, recuou. Mauá, porém, proseguiu.

“...Vendo eu que o mallogro era certo e que nos punha a ambos a descoberto perante os que censuram tudo, sem conhecimento de causa, tomei a resolução de continuar as operações ao cambio prefixado e o total do descoberto elevou-se a £ 1.800.000. Se a operação falhasse, o Ministro seria provavelmente apeado com ignominia; e o seu successor, quando muito, indemnisaria a casa Mauá do prejuizo correspondente ás £ 750.000, ficando a responsabilidade da perda em mais de £ 1.000.000 ao cargo da casa”. — (*Exposição aos credores*).

Mas, a victoria coroou essa avançada famosa. O effeito moral da realisação de dois pequenos emprestimos externos, actuando sobre o cambio, cobriu com o beneficio de 1 % a brilhante operação.

E' esse lucro que Mauá diz ter tido na operação; e não foi contestado.

Quem tiver que escrever a historia das intervenções officiaes no mercado de cambio, achará, de certo, lucros muito maiores para os que tomaram responsabilidades, como Mauá, e para os que apenas envolveram nas aventuras as responsabilidades do Thesouro; encontrará massas maiores de cambiaes e lettras mais volumosas de cobertura; mas, não encontrará uma pagina de maior brilho e honestidade, nem de tão legitimas e tão diminutas vantagens para os manipuladores.

Mauá fez, porém, um grande lucro, com que nem todos se preocupam, fez um nome. O seu banco passava a ser, em pouco tempo, o arbitro dos nossos destinos commerciaes; e á sombra do seu credito, prosperou um grande commercio, crearam-se industrias e nasceu esse impulso de melhoramentos que, ou elle dirigia directamente, ou animava, dando apoio a todas as idéas uteis.

O banco Mauá, Mac Gregor & Cia. e a Casa Mauá & Cia. representam, de facto, um prodigio de credito. Durante todo o periodo de prosperidade, que foi longo, a confiança publica expressou-se nas cifras de depositos, ordinariamente mais elevadas que as do banco official. Em 1857, o Banco Mauá tinha em depositos exigiveis 47.703:676\$526 num paiz cuja massa total de papel era de 118:498:904\$, papel moeda 42.560:444\$ e notas de Banco 75.938:460\$.

Esse periodo de ascensão de credito e influencia financeira decorreu, bom é lembrar, em phase accidentadissima da vida nacional, com as crises politicas e economicas do nosso crescimento, as crises internacionaes, de intervenção no Estado Oriental (1850 e 1864) a guerra do Paraguay (1865 a 1870) e as numerosas crises commerciaes internas e externas onde a Casa

Mauá, como o eixo de operações no Brasil, não podia deixar de estar envolvida: em Londres a de 1857, em Nova York as de 1859 e 1864, na Bahia a de 1858, e no Brasil inteiro as de 1859 e a de 1864, a maior e a mais grave, a mais extensa por que passamos. O Banco Mauá nada soffreu em seus alicerces e nunca renunciou ao seu papel de centro de negocios.

Só nesta formidavel crise ultima, de 1864, teve elle necessidade de apoio official, diante de uma corrida que durou vinte dias á porta de todos os bancos e que levou no arrastão da fallencia cem casas importantes e á sua frente a casa bancaria Souto, consideravelmente grande para a época.

Mauá foi buscar ao banco de emissão, armado então de novas larguezas por leis de emergencia votadas em poucas horas, 5.246:440\$, quando a casa Souto devia mais de 16.000:000\$, a casa Bahia, Irmãos & Cia. tomava emprestimos de 10.012:431\$, o Banco Rural e Hypothecario 5.870:000\$, a casa Gomes e Filho 5.156:239\$, a casa Montenegro Lima & Cia. 3.196:507\$ etc., etc. (Relatorio da Commissão de Inquerito Silva Ferraz, 1865).

Com este modesto auxilio, atravessou a pavorosa crise que ficou como a maior do nosso commercio. Chega a ser inverosimil e servirá como documento irrecusavel do grande criterio e do credito de um banqueiro, cuja posição era incontestavelmente a mais elevada e mais exposta em todas as crises.

Um facto, que convém destacar, dará medida do que era então a posição de Mauá, banqueiro do commercio sempre e banqueiro do Governo nos momentos difficeis.

Em 1860, era Ministro da Fazenda Angelo Moniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguayana) o homem "...cuja capacidade era igual á actividade, o unico talvez de todos os homens de Estado da monarchia apto para occupar qualquer das pastas com a mesma proficiencia e mesmo se as circumstancias o obrigassem a tanto, todas a um tempo". (J. Nabuco — *Um Estadista do Imperio*, I, 178).

Restava do emprestimo externo contrahido por Salles Torres Homem (Inhomerim) no anno anterior, um saldo não col-

locado de apolices, sobre o qual a casa Rothschild adiantára ao Governo £ 576.000

Ouçamos a narração de Mauá :

—“Em um dia em que entrou o paquete da Europa recebi um recado de S. Ex. para ir falar-lhe, o que logo fiz e achei o honrado Ministro da Fazenda amofinado e irritado mesmo. Disse-me S. Ex. — acabo de receber cartas de nossos agentes financeiros em Londres, que me põem em embarços, além da indignação que o facto inspira, pois exigem, na volta do vapor, o saldo de sua conta, que neste momento é importante, o que é impossivel realizar-se sem produzir violento abalo no cambio; ou, do contrario, impõem elles ao Governo a entrega do saldo dos titulos do ultimo emprestimo, que não se poude emittir na totalidade, com uma enorme differença não só de preço de emissão como consideravelmente abaixo da cotação em Londres, 5 % ou 6 %. — Como brasileiro fiquei tambem indignado com o procedimento dos agentes financeiros do Brasil e declarei ao Sr. Conselheiro Ferraz que dentro de uma hora teria S. Ex. no Thesouro uma proposta, que, desviando o golpe, o habilitaria a satisfazer as exigencias sem sacrificio do Thesouro”.

Na proposta que, dentro de uma hora, o Ministro da Fazenda tinha em mãos — “...a posição do banqueiro era enfraquecida pelo coração do brasileiro”... como confessa Mauá. O seu Banco receberia as apolices encalhadas, ao preço da emissão, e dava em pagamento cambiaes que tinham curso indistuido; mas, para tirar aos nossos agentes financeiros qualquer motivo de magua, o Thesouro poderia offerecer-lhes as mesmas condições na aquisição dos titulos, ficando de nenhum

effeito nesse caso a proposta de Mauá; *o dito pelo não dito*. Os Rothschilds preferiram liquidar a divida; e Mauá, recebendo ás apolices acima da cotação, pôde afinal collocar-as de vagar e sem prejuizo.

Comprehende-se que as lagrimas do remorso viessem aos olhos dos credores (e um delles era o proprio Governo) quando, em 1878, lhes erão prestadas as contas da marcha de uma fallencia de 78.075:000\$ de passivo, que teria sido evitada com um emprestimo de 3.000:000\$ sob a garantia em dobro de acções da Companhia Pastoril e Agricola, que pagavam 6% de dividendo, e que hoje valeriam 80 ou 100 vezes a sua estimativa na contabilidade official.

A jactancia perde, nestas palavras angustiadas, o seu aspecto litteral para tomar os ares de um grito de tragedia, arrepiando a platéa:

— “Quantos brasileiros se encontrarão no pasado que, em identicas circumstancias obrassem do mesmo modo e quantos haverá no futuro que aceitem semelhante responsabilidade?” (*Exposição aos credores*).

Todo esse solido edificio, que resistiu a tantos terremotos, desmoronou-se em um dia.

De suas vastas transacções com os Estados Unidos e com a Europa vieram devolvidos saques de Mauá & Cia. no valor de £ 300.000.

Mauá pediu 3.000:000\$ apenas e offereceu garantia mais que sufficiente. O Banco official recusou.

Essa pagina triste tem um tristissimo preambulo. Uma Commissão Especial do Banco do Brasil tinha achado pouco expressiva, em época anterior, uma simples recusa de credito a portas fechadas no sigillo legal das operações commerciaes; e em parecer divulgado, censurára, em 1870, as liberalidades havidas com Mauá.

O Banco tinha operações com elle em valor proximo de

8.000:000\$. Fez-se, então, a Comissão Especial pregoeira do descredito. Aristides foi exilado porque estavam cansados de ouvir chamal-o o Justo. Mauá fatigou também, afinal, a incapacidade dos seus rivaes. O proprio Visconde do Rio Branco, Presidente do Conselho, seu admirador e amigo, que queria valer-lhe, não teve forças para amparal-o.

Nos escombros do edificio póde ser estudada a firmeza da construcção e a superioridade do architecto.

O balanço dos bancos Mauá & Cia. (séde e filiaes) em Maio de 1875, accusa um passivo de 78.075:950\$.

Ao fim dos tres annos concedidos de moratoria, o passivo estava reduzido. Ficavam apurados em dinheiro, réis..... 51.160:056\$266, sahidos, mais de 1.000:000\$, de recursos particulares de Mauá e do preço de objectos de luxo da sua familia.

Facil liquidação, que adquire relevo quando a comparamos com a dos outros desastres dessa época e de outras épocas.

A casa A. J. Alves Souto & Cia., com um passivo de 33.447:344\$000 liquidou afinal 22 % ou 23 %; Gomes & Filhos, passivo de 20.218:988\$940, 41 %; Montenegro Lima & Cia., passivo de 11.831:285\$850, 50 %; Amaral & Pinto 20 %; Oliveira & Bello menos de 15 % e outros peiores.

O Banco Mauá distribuira já 65 % em primeiros rateios, durante a moratoria de tres annos.

Tentou prorrogação — “ninguem perderá nem um vintem” — era o estribilho do pedinte. O rigor do Codigo Commercial, que só foi abrandado pela lei de 6 de Maio de 1882, inspirada, aliás, por esse triste incidente, não permittia a prorrogação da moratoria.

Devedor ainda de 26.915:000\$ entregou, para solver esta divida, o resto de seus bens á Comissão liquidante e finalmente, em 1882, propôz a liquidação do saldo que estava reduzido a menos de metade, pagando 51 % dos creditos restantes, 7 % em dinheiro e 44 % em acções da Companhia Pastoril, Agricola e Industrial.

Essa moeda em que eram pagos os 44 % dos 12.000:000\$ restantes era, porém, moeda privilegiada.

Algum tempo depois, numa liquidação desastrosa, os credores apuravam por suas acções, entregues á cotação de 40 %, quantia proxima ao par, precisamente 94,7 %. O prejuizo *total* que o desastre déra aos seus credores não chegava a 10 % dos creditos chirographarios.

Este resultado, talvez unico na historia das fallencias do Brasil, unico, com certeza, na historia das fallencias de bancos no Brasil, deveria ter, porém, uma pagina supplementar — o calculo de quanto teriam ganho os credores de Mauá se tivessem conservado para renda os titulos que elle lhes entregou, os 44 % em acções da Companhia Pastoril, Agricola e Industrial, á cotação de 40 % de seu valor nominal!

Socorro-me de informações devidas á solicitude do opulento estancieiro na Republica Oriental Sr. Oscar da Porciuncula, nosso compatriota, que teve a honra de ser levado á pia baptismal por Mauá. Estima elle as terras que constituiram o patrimonio da Companhia Pastoril, Agricola e Industrial, representadas nas cifras de balanço por 3.480:000\$ no valor actual de 90.000:000\$ no Uruguay e na Argentina. Adicione-se o numero de 100.000 cabeças de gado vaccum existentes, de 40.000 carneiros, os lucros annuaes dessa industria pastoril que tem feito tão grandes fortunas particulares nas duas republicas vizinhas e facil será reconhecer que um dos mais brilhantes negocios que poderia alguem ter feito no Brasil, era comprar creditos da fallencia Mauá ao par.

CAPITULO XV

Sua obra financeira e economica

Mauá prestou mais serviços ao Brasil do que o Banco do Brasil desde sua fundação.

JOAQUIM MURTINHO

NESTA rapida exposição da actuação de Mauá, como banqueiro, fica desvendado o plano gigantesco que lhe incandesceu o cerebro.

Em todos os seus escriptos, particularmente na intimidade da correspondencia com os socios e com os amigos, vê-se que elle tinha a firme convicção de que estava destinado ao papel de civilizador do seu paiz pelo progresso industrial.

Abandonando o commercio de importação e exportação em que fizera a sua fortuna e a de outros, para executar "...os meus novos destinos"... sentiu-se evidentemente dominado pela idéa mystica de que a Providencia lhe déra uma alta missão.

Na orientação philosophica que o dirigiu, a industria bancaria era a grande arma de combate.

Observa-se, da coincidencia das datas, da semelhança dos processos, da identidade dos objectivos, que a idéa que em 1853 e 1854, presidiu ás creações bancarias de Mauá, foi a que em França gerou o *Crédit Mobilier* em 1853.

A industria bancaria ia ser no Brasil tambem, o vehiculo de capitaes para as emprezas de caminhos de ferro, e para as outras que no seculo XIX mudaram a face do mundo.

Sem duvida que foi essa a idéa inspiradora da acção de Mauá.

Era preciso obter capitaes; o espirito de associação deveria ir aos mealheiros arrancar o dinheiro que se conservava inactivo.

O banco industrial é uma criação dos discipulos de Saint-Simon; o espirito religioso teve o papel de disciplinar a confiança. Graças á nova *religião*, crearam-se grandes obras industriaes.

O estudo do *Crédit Mobilier* de França e dos seus rebentos no mundo inteiro, que vieram com maior demora em Inglaterra e talvez por isso mais robustos e mais uteis, é interessante para a explicação da figura extraordinaria de Mauá.

O pensamento está expresso nestas palavras do primeiro relatório do *Crédit Mobilier*:

“Era necessario o credito para essa industria que alimenta todas as outras, (a bancaria) uma organização forte, poderosa, capaz de dominar o panico, tendo fim determinado e sabendo caminhar para elle, sem se preoccupar com os obstaculos, nem com as criticas da inveja, ou os ataques calculadamente violentos, venham de onde vierem.

Dahi veio a idéa do *Crédit Mobilier* (diz I. Pereire) oriunda da insuficiencia de meios de credito para a realisação dos grandes negocios, do isolamento em que viviam as forças financeiras e da ausencia de um centro poderoso para reunil-as, da necessidade de chamar o concurso regular de novos capitaes destinados a auxiliar o desenvolvimento do credito publico e do credito industrial, da exaggeração dos onus em que se faziam os emprestimos sobre titulos publicos e das difficuldades decorrentes para a collocação definitiva dos melhores valores e emfim da necessidade de centralisar o movimento financeiro

e administrativo das grandes companhias de caminho de ferro e utilizar assim todos os capitães de que cada companhia dispõe successivamente; emfim, de introduzir na circulação um *agente novo*, uma moeda fiduciaria, com juros, fazendo fructificar as economias dos humildes e os capitães consideraveis. O novo *agente de circulação*, a *nova moeda fiduciaria*, devia ser a criação de bilhetes de circulação em obrigações pagaveis, não á vista, a prazo, vencimentos fixados, e produzindo juros quotidianamente. Para esse fim, para crear esse instrumento, os estatutos dispunham que a sociedade teria a faculdade de emittir obrigações em somma decupla do capital social, 600 contra 60, ou 1.200 contra 120 milhões. A garantia destes titulos seriam acções das grandes empresas, correspondendo ás obrigações hypothecarias, que no credito immovel, são garantidas por propriedades”.

Este plano, como era de prevêr, não teve exito. Com o processo imaginado para obter capitães, o *Crédit Mobilier*, annunciava-se em seu Relatorio a) uma sociedade commanditaria da industria; b) uma sociedade financeira; c) um banco de depositos e de descontos; d) um banco de emissão.

Este foi, *mutatis mutandis*, o typo imaginado por Mauá para a sua criação bancaria no Brasil. Para receber simplesmente dinheiro de uns e emprestal-o a outros, não faltavam concorrentes com temperamento de prestamistas.

Na crise de 1864 vemos que as casas bancarias particulares eram muitas, relativamente ao movimento commercial da Praça. O negocio era bom e facil; receber dinheiro e dar dinheiro a premio.

Está claro que isso não era empresa para seduzir Mauá.

Para desculpar os que o deixaram cahir, a explicação que frequentemente surge, é esta:—que a construcção ideada ressen-

tia-se de um viciò de constituição — não era um banco, era uma casa de iniciativas e de emprezas arrojadas; cahiu pelo defeito de base; não se pôde ser banqueiro e industrial ao mesmo tempo —

Não lhes opporei contradicta formal.

A intenção de Mauá nunca foi crear uma casa para dar dinheiro a juros com segurança e com bons lucros; foi crear um centro para vehicular, em bem da prosperidade publica, as economias que os particulares não sabiam ou não podiam empregar. E' elle proprio que o confessa:

“Era ainda, porém, a época das maiores aspirações da minha alma, pois, satisfeito com a organização social do paiz, convencido de que o jogo regular das instituições politicas adoptadas assegurava-lhe o bem estar, não sonhava eu então senão com idéas que entendiam com a prosperidade de minha patria, o que por certo não exclue o pensamento, tratando-se do emprego de capital, da compensação honesta que as condições da empreza legitimam

“Foi em taes condições de animo, que eu fiz algum estudo da situação dos elementos de credito de que o paiz dispunha e, convencido de sua insufficiencia, assaltou-me o desejo de pôr ao serviço do nosso progresso, um novo instrumento que, afastando-se da tutella do governo, pudesse ter o necessario desenvolvimento independente de *qualquer intervenção governativa*; noutras palavras, a iniciativa individual, pondo em movimento suas combinações, aceitando a responsabilidade de seus actos, perante o direito escripto, mais ou menos restrictivo. (*Exposição aos credores*, 111).

A fórmula da sociedade anonyma não lhe permittia a execução do plano. Com as restricções impostas pela lei de então

ás sociedades anonymas, o ideal estava peado. Havia os “entrevos governativos”. Foi então que: — “...Amparando-me nas disposições leaes que regulam o principio da applicação dos capitaes para qualquer fim honesto, assumindo eu a responsabilidade illimitada perante a lei, julguei afastado o arbitrio governativo na combinação que adoptei”...

Foi este o pensamento gerador da firma Mauá, Mac Gregor & Cia. commandita por acções, com o capital de 20.000:000\$, metade realiado.

Era legal a constituição da firma?

A indagação tem sua razão de ser.

Ouçamos o Mestre do nosso Direito Commercial: — “O Código Commercial não regulou essa fôrma de sociedade, pelo que, com fundamento na liberdade contractual, se entendeu legitima sua constituição e os tribunaes de commercio (aos quaes succederam as juntas commerciaes) admittiram ao registro instrumentos de contractos dessas sociedades”. — (J. X. Carvalho de Mendonça, *Tratado de Dircito Commercial Brasileiro*. IV, Liv. II, pag. 191 e 192).

Antes de organizar a sua sociedade, Mauá foi, entretanto, ouvir o Presidente do Conselho, Ministro da Fazenda e jurisconsulto, Marquez de Paraná. Tome-se nota d’essa cautela para cortar todos os argumentos aos que ainda falam nas *imprudencias* de Mauá. Paraná applaudiu tão calorosamente que, “não devendo tomar parte pela sua posição”, mas desejando prestigiar a nova instituição — prometeu (e a promessa foi cumprida) que seu filho mais velho subscreveria 5 quinhões de 10:000\$, seu genro 3 quinhões e o pae deste, seu particular amigo, 5 quinhões.

O registo effectuou-se logo e a sociedade começou a funcionar.

Assustaram-se alguns, ao que parece, com os perigos possiveis, ou então como disse Mauá, visaram um fim — “...uma individualidade poderia vir a ter grande influencia bem que alheia á esphera da politica em que essa individualidade não

quer ter ingerencia"... (Parecer dado ao Conselheiro Nabuco, transcripto em *Um Estadista do Imperio*, I, 256).

Declaradas as hostilidades, foi ouvido o Conselho de Estado. Este opinou que as sociedades em commandita não podiam dividir o seu capital em acções e impugnou o registo, propondo que se declarassem sem effeito os registos já realizados. Houve o voto contrario do Marquez de Olinda: "As sociedades em commandita pôdem, á vista do Cod. Commercial, dividir seus fundos em acções; não valendo em meu espirito a razão deduzida do abuso, ao qual não estão menos sujeitas as sociedades anonymas".

Por temor do abuso, que só então surgiu, ou por perseguição a Mauá de "...alguem que gozava da mais alta posição de influencia nos conselhos do governo..." (são palavras suas) foi expedido o Dec. de 13 de Dezembro de 1854, que, pelo character de *lei interpretativa*, teve effeito retroactivo.

O grande instituto soffria o seu primeiro choque.

Mauá, porém, não se conforma com a doutrina; vae lutar ainda.

Em 1886, Carneiro de Campos, seu partidario, apresentará um projecto contrario á doutrina do Dec. de 13 de Dezembro de 1854:

— "As sociedades em commandita offerecem mais garantias que as anonymas;... se são reaes esses perigos que o nobre deputado expoz, elles se dão em maior escala nas sociedades anonymas. Senhores, é preciso ter em grande conta, como garantia das sociedade commanditarias, a responsabilidade solidaria dos gerentes ou socios ostensivos; o presentimento e perspicacia dos interesses privados farejam, por assim dizer, qualquer indicio de mudança de estado... Só o terror panico pôde inspirar opposição ao projecto. Em verdade, não é licito argumentar contra o projecto que contém estas garantias — realisação integral do capital, approvação prévia do governo, transferencia nominativa, responsabilidade solidaria dos socios ostensivos — por causa dos males que produziu o Cod. Francez que nenhuma garantia estabelece e concede toda a franque-

za". (J. Nabuco, *Um Estadista do Império*, I, 225). O Ministério o apoia.

O projecto é assim approvado em 2.^a discussão. Mas, nesse momento, surgia o projecto Baroche na Camara Franceza. Aparece logo um substitutivo governamental. "...E' este um exemplo da repercussão immediata das idéas francezas no nosso modo de pensar"... escreve Joaquim Nabuco. (*Um Estadista do Império*, I, 263).

Está admiravelmente deduzida a impugnação de Mauá a esse recuo legislativo. Mas, a doutrina official triumphou. Com maior auctoridade no assumpto que Joaquim Nabuco, já Carvalho de Mendonça tinha affirmado tratando de Consulta ao Conselho de Estado em 1854: — "...Comquanto nessa Consulta não se note a menor referencia ás idéas francezas, fóra de duvida é que dellas se resente"... isto antes que os abusos intercorrentes em França e o projecto Baroche tivessem lançado o susto no espirito dos estadistas brasileiros.

De modo que, Mauá, ou teria que abandonar seu plano ou teria que conformar-se com o uso dos instrumentos defeituosos que lhe deixaram — a sociedade bancaria simples ou a sociedade anonyma presa á dependencia governativa e desacreditada no conceito geral:

"Cumpria-me optar por um dos dois caminhos, vendo assim menosprezados direitos tão preciosos, ou liquidar, com a menor demora possivel, todos os negocios em que me achava envolvido e ir gozar em paiz estrangeiro do credito vantajoso que essa liquidação me assegurava... ou então, realizada essa liquidação, entregar-me, durante meia duzia de annos, á meditação e ao estudo dos problemas sociaes e fortalecido por esses estudos, reaparecer, etc".

Para não adoptar o primeiro alvitre, escreve elle: — "...impediam-me de tomar esse caminho os interesses que já então se agrupavam em torno de meu nome"...

Era talvez a razão com que se illudia ou queria illudir; mas, não era a verdadeira. A razão era outra. Estavamos em 1860 e elle apenas tinha inaugurado umas duas ou tres estradas de ferro, uma fundição na Ponta da Areia, um estaleiro em Nictheroy, o gaz do Rio, a navegação do Amazonas e pouco mais, sendo homem forte e vigoroso, de 47 annos de idade. Andavam-lhe no cerebro a subida do Cubatão, as riquezas de São Paulo, o valle do Tibagy, a estrada estrategica para Matto Grosso, os campos de criação do Paraná e Rio Grande, o telegrapho submarino, a *influencia brasileira* na Europa, muitas outras coisas.

Adaptou-se, pois, aos instrumentos que lhe impunham. O essencial era *fazer*, era *realisar*.

A casa Mauá, Mac Gregor & Cia. transformou-se em sociedade commum e passou depois a ser a casa bancaria Mauá & Cia.

No momento, a liquidação imposta trazia um prejuizo aos socios. Mauá propôz-se a pagar-lhes.

Quem depois, no dia da quéda, pesar, de um lado, os serviços que o banqueiro Mauá prestou ao Brasil, de outro, o prejuizo que deu aos seus credores, as razões dessa quéda e os prejuizos por que é principal responsavel a inepecia de seus credores, ha de verificar que essa é uma pagina de profunda vergonha nacional.

Se Mauá tivesse errado, se as suas phantasias o tivessem arrastado á fallencia, ainda assim a Nação lhe deveria enorme saldo, como disse o Visconde do Rio Branco, porque — “elle só prestou mais serviços ao Brasil do que o Banco do Brasil desde o dia de sua fundação”. — (Joaquim Murтинho).

Mas não haveria Mauá que penitenciar-se de erros.

Tudo quanto elle quiz fazer, deveria ter sido feito; tudo quanto elle viu e outros não viram, deveria ter sido visto.

Sem a menor preocupação de advogar, com a allegação de seus serviços, condescendencia no julgamento, affirmarei que era phenomenal sua capacidade de banqueiro.

Sonhou elle, porventura, uma situação enganosa? Con-

tou com elementos phantasistas? Tomou bases aleatorias para seus planos? Confiou em recursos, em credito, que não devia esperar? Foi optimista, foi utopista, foi um cego do patriotismo, ao menos? Alguma coisa que affecte a capacidade technica? Pelo contrario, "o seu genio caracterisava-se pelo contacto com a realidade" conforme a feliz expressão de um dos seus admiradores, o Conselheiro Souza Ferreira.

Quando se constituiu a sociedade commanditaria Mauá Mac Gregor & Cia., a intenção confessada era esta:

"A divisão do capital em acções... facultava-me elevar o capital social a uma grande somma em harmonia com minhas vistas creadoras, pois era minha intenção fazer aquillo que o Banco do Brasil recusava realizar. Em poucos annos, uma filial do Banco Mauá se acharia estabelecida em cada uma das capitães das vinte provincias do Imperio e outras localidades; e, secundando esse mecanismo de credito com filiaes em Londres e em Paris, ficariam creados no Banco Mauá, Mac Gregor & Cia., elementos com base solida de credito e finanças que interessariam em grande escala ao progresso economico do nosso paiz... O vasto mecanismo de credito que eu tinha na mente, assentado em um capital realiado de 20.000:000\$, se constituiria o *Centro* de todo o movimento monetario e financeiro de toda a America Meridional, em ligação intima com os principaes centros monetarios da Europa. As empresas brazileiras, amparadas pelo credito do Governo Imperial, não teriam por certo de arrastar-se abatidas aos pés de uma usura desapiedada de máos elementos financeiros da praça de Londres; 5 % de garantia de juros e não 7 % seria base sufficiente para eu e meus agentes termos conseguido a coadjuvação do capital eu-

ropeu para as nossas empresas de viação e outras; ellas encontrariam capitaes, apoio facil e efficaz desde que a casa Mauá representasse na Europa um *interesse brasileiro de primeira ordem*. Quantas centenas de milhares de contos só em differenças de juros?..."

Para esse fim, pareceu-lhe de necessidade formar o seu capital em quinhões commanditarios. Desappareciam os riscos das exigencias dos depositantes.

Mas, uma vez que uma lei *ad-hoc* veio cortar-lhe o passo, devia recuar, *quebrar o remo*, conforme expressão sua?

Elle responde:

"Aos que acolherem com o sorriso da incredulidade esta manifestação de serviços que eu ambicionava prestar ao meu paiz, convido a acompanhar-me no exame das transações do estabelecimento *embora falseado em sua base* e credito, que ninguem, de bôa fé, ousará negar que, se, com elementos escassos, eu consegui elevar a casa Mauá á altura de um verdadeiro *monumento nacional*, muitissimo mais teria conseguido se o Governo, que tem o dever de proteger e amparar os interesses legitimos, me não viesse desnortear, desde o começo com o attentado governativo a que me tenho referido".

A formação de um fundo fixo de capital, não exigivel, era condição essencial para o fim almejado de um banco industrial. O *Crédit Mobilier* em França e estabelecimentos congeneres, quizeram o direito de emittir obrigações em decuplo e assim formarem empresas collossaes que podiam esperar pelos beneficios e arriscar-se a prejuizos na perspectiva de grandes lucros, porque segundo diz I. Pereire, um dos fundadores do *Crédit Mobilier*, é uma verdade economica que "*en industrie la*

compensation des chances doit se trouver dans l'espoir de gagner des dividendes élevés".

Como não o conseguiram, foram elles por outros caminhos.

Não se enganava Mauá suppondo necessario um capital fixo para agir. Como não podia contar com a lettra hypothecaria, que não podia emittir em vista da lei, nem tinha outro meio de arranjar capital, soccorreu-se da commandita por acções, que resolvia o problema.

Negaram-lhe esse direito, cassaram-lhe a faculdade! Era isso motivo para que desistisse de impulsionar o progresso material do Brasil? *Quebrar o remo?*

Risco sabia elle que corria, uma vez que immobilisava capitães exigiveis; mas, não poderia descançar tambem na idolatria do seu nome no paiz, na confiança que inspirava no estrangeiro?

A prova é que pôde construir, a despeito de tudo, *um monumento nacional* em meio de varias tempestades. De 1854 a 1873 nada se fez no Brasil que não tivesse o sello do seu nome. Banqueiro e subscriptor das grandes empresas, era tambem o apoio de todas as iniciativas modestas. Incinerados os seus livros commerciaes, não se pôde bem conhecer todas as empresas industriaes que lhe devem serviço menor que o de creador. Os jornaes da época nol-o indicam sempre como accionista de fabricas de tecidos, de engenhos centraes, de cortumes, do canal de Macahé a Campos, da empresa de colonisação do Mucury, da Companhia Nacional de Navegação a Vapor, etc. Era nome que não faltava na lista dos accionistas de tudo quanto se organisava, quasi sempre presidente das assembléas geraes de installação de sociedades anonymas.

Numa publicação illustrada da época, 1861, lê-se: "Além de muitas empresas por elle creadas, o Barão de Mauá tem concorrido com seus esforços com sua intelligencia e sua fortuna, para todas quantas empresas de algum vulto existem no paiz. (Sisson — *Brasileiros illustres*).

Já vimos que, no Brasil, os governos precisaram do seu auxilio nos apertos de dinheiro e em crises de cambio. No Uruguay foi o banqueiro do progresso daquelle paiz. Na Ar-

gentina, ainda hoje existe intacta, resistindo á febre de renovação nas construcções, a casa em que, durante dezoito annos, funcionou o Banco Mauá & Cia., 559 Cangallo, séde hoje de *La Rural* — edificio que, por sua construcção apalacetada, dá idéa das proporções de sua installação, da solidez de sua organização. Em Londres, durante muitos annos, seu nome não foi apenas o de um banqueiro de muito credito, cujos saques sobre a caixa filial tinham curso franco; foi o que nenhum brasileiro conseguiu ser até hoje, um associado dos Rotschchilds nos lançamentos de estradas de ferro (na S. Paulo Railway tomou parte muito maior que elles e um grande quinhão na Recife a S. Francisco,) e conselheiro de tal autoridade que o Ministro da Fazenda Carneiro de Campos (Caravellas) offendendo susceptibilidades do nosso Ministro plenipotenciario, pedia-lhe a intervenção em Londres, para que não naufragassem pretensões de empréstimos nacionaes.

Como um remate glorioso dessa carreira de banqueiro, teve *assentado, prompto e acabado*, o plano de uma vastissima organização bancaria que correspondia ao seu primitivo plano da casa Mauá, Mac Gregor & Cia.

O assumpto exige explicação e documentação. Sem isso, poderia parecer phantasia.

Em 1864 Mauá assentou as bases, *fundou* digamos, em Londres, o London, Brazilian & Mauá Bank. Era a fusão dos seus bancos com o London & Brazilian Bank Lt. e suas agencias no Brasil e no Rio da Prata:

“Comprehendendo a necessidade de reforçar o capital activo da casa, durante minha estadia na Europa, de 1864 a 1866, havia eu conseguido uma combinação de amalgama com o London & Brazilian Bank. (*Exposição aos credores*, 139).

Igual noticia é dada pelo Senador Aureliano Berro em seu livro — *De 1860 a 1864*.

Este amalgama tinha uma novidade, uma originalidade até hoje não repetida, um nome brasileiro era incorporado ao título — *London, Brazilian, and Mauá Bank*.

Dependia só de um acto do Governo do Brasil tornal-o effectivo; faltava a aprovação dos estatutos. Em 23 de Dezembro de 1865, escreve Mauá ao Ministro da Fazenda Dias de Carvalho:

“Ancioso, aguardo a chegada do proximo vapor para saber da decisão do Governo Imperial a respeito dos Estatutos do London Brazilian and Mauá Bank. As restricções do Conselho de Estado, *geralmente*, não me parecem admissiveis. Parece-me que o que já estava decretado a respeito do London & Brazilian Bank é realmente tudo o que pôde razoavelmente decretar o Governo, porque os estatutos são os mesmos que regem o London & Brazilian Bank, apenas com os accrescimos indispensaveis aos fins do amalgama. . . Não me parece que o *nome* de Mauá justifique restricções. (Original no archivo do Doutor João Pedro de Carvalho Vieira, neto do Ministro).

Ao Conselheiro Euzebio de Queirós, que lhe recommendava um empregado para a casa de Londres, escrevia:

“Tenho toda a esperança que elle terá um logar conveniente no nosso Banco, *se este se organizar*, pois, estando todas as difficuldades vencidas, depois de *insano* trabalho, soube pelo ultimo paquete que o parecer do Conselho de Estado contém restricções taes que, a serem adoptadas pelo Governo, a Directoria aqui regeitará discussão. . . Os estatutos são os mesmos antigos. Parece ser o accrescimo do nome *Mauá*

ao antigo que traz a difficuldade. Ambos os governos do Prata approvaram em 3 dias... Em Portugal 10 dias... Só no Brasil, no fim de 2 mezes de meditação, vem um parecer que *rejeita*, de facto, uma incorporação já approvada pelo Governo quando meu nome não se ligava á instituição. Devo considerar-me proscripto ou *expatriado* talvez; por que crime, porém, ignoro-o. (Carta doada ao auctor d'este livro pelo Doutor Euzebio Queirós C. Mattoso, neto de Euzebio).

Estavamos já em guerra com o Paraguay; o credito brasileiro consideravelmente affectado. As delongas de approvação de Estatutos no Brasil estenderam-se até fim de 1866. "Quanto mais se prolongar essa nossa guerra e mais conhecida se fizer na Europa a situação deploravel de nossas finanças... maior será o movimento descendente, até que ponto não sei..." escreve Mauá ao Ministro Dias Carvalho (7 de Maio 1866, original no archivo do Dr. João Pedro de Carvalho Vieira).

O amalgama frustou-se; o proprio Mauá delle desistiu, afinal. Poder-se-ia insistir em lançar uma grande organização bancaria para operar em tres paizes empenhados em uma guerra iniciada sob maus auspicios?

De quem a culpa, não apuremos; da fatalidade. Mas que esteve *feito* o Banco, que um nome brasileiro esteve inscripto num *monumento bancario* em Londres, não é licito contestar. Por isso, o Relatorio do novo Ministro da Fazenda, Conselheiro Carrão, 1866, ainda inscreve a jubilosa noticia da *installação* do "The London Brazilian and Mauá Bank, Lt."

Deixou assim de existir aquella base, onde Mauá, lançou a pedra fundamental do que elle denominava — *uma influencia brasileira nos mercados europeus*.

Não obstante, seus bancos continuaram aqui e no Rio da Prata. Só em 1868, em plena guerra do Paraguay, soffreram o primeiro abalo, sem maiores consequencias; reflexo no Bra-

sil das leis de perseguição que seus inimigos forjaram no Uruguay.

Resistiu ainda oito annos no Brasil, foi ainda chamado como possível salvador em 1875 na Presidencia de Varela para uma tarefa impossível — pôr freio na quéda vertiginosa do cambio e das finanças do Uruguay, acudiu ás nossas urgencias de dinheiro e de viveres no Paraguay, deu a ultima de mão á São Paulo Railway, fez o Cabo Submarino, viveu ainda de credito muitos annos apezar da campanha de descredito; e quando cahiu, pela covardia nacional, que lhe negou um auxilio pecuniario, infimo diante dos auxilios pecuniarios com que á propria Nação tinha soccorrido, verifica-se que o seu patrimonio respondia integralmente pelas dividas, as maiores cifras de activo e passivo que até hoje se viram em fallencias sérias no Brasil e mais, que se encontrariam sobras bastantes para que sua familia ficasse rica.

Tal o homem de quem se ouve dizer ainda que foi victima de suas *imprudencias*, de seus *sonhos de grandeza* ou como alguns querem com mais benevolencia, do seu *patriotismo*.

Não cabem comparações que nos levariam muito longe e que a intelligencia dos homens bons estará formulando.

Não me vexo para dizer que não encontro obra financeira igual de nenhum homem, um *monumento* tão grandioso, uma cabeça para conceber melhor, um pulso mais firme para executar.

Por dependencia, impõe-se aqui, entretanto, uma ligeira comparação com o seu modelo, o *Crédit Mobilier* de França.

Não ha em França quem, com a recordação ainda não apagada dos desastres finaes dessa organização, deixe de reconhecer, agora mesmo, a somma de serviços que ella representou para a Nação.

O nome dos irmãos Pereire vive ainda na lembrança daquelle povo, menos desmemoriado que o brasileiro, como os subscritores de todos os emprestimos francezes, os unificadores dos caminhos de ferro nacionaes, os promotores da sua incorporação ás rêdes dos paizes vizinhos, os reorganizadores das minas

da Loire, os fundadores da sua marinha transatlantica, os constructores dos bellos immoveis da rua de Rivoli, além das grandes empresas de caminho de ferro em Hespanha, na Russia, etc.

Ha quem discuta — se tantos serviços que o *Crédit Mobilier* prestou, não são prejudicados pelos desastres causados; mas estes mesmos reconhecem que os serviços são maiores pois que “...il est évident que si les intérêts financiers et commerciaux, qui aujourd’hui ont une si grande place et qui se font même parfois écouter de force, ont pris le développement qui fait leur importance actuelle, il en revient quelque mérite au *Crédit Mobilier*”.

No balanço dos serviços e dos prejuizos de Mauá, as parcelas são muito differentes. No activo de seus serviços são mais volumosas as cifras. A sua obra é, pôde dizer-se, a formação industrial do Brasil, obra colossal, onde nunca falhou o cunho da mais alta moralidade. No seu passivo registra-se, contra isto, um prejuizo de 10 % para os seus credores, aos quaes concordamos em absolver desde já de culpa e pena por suas grandes inepcias.

No *Crédit Mobilier*, ha um activo menor de serviços, e um passivo de especulação desenfreada de bolsa, como meio de acção para attrahir capitaes para as empresas, titulos que oscillavam para cima e para baixo de 40 % em trinta dias e ha prejuizos para as economias do povo de muitas centenas de milhões de francos; ha tambem o desastre final, — as commissoes de inquerito, o abandono forçado dos cargos pelos directores das companhias filiadas, a humilhação para os do *Crédit Mobilier* de offerecerem 80 milhões para se verem livres de processo, demandas sobre demandas pessoasas contra os irmãos Pereire e uma liquidação em que os accionistas viram suas acções valendo um decimo.

Nessa catastrophe, note-se ainda, os administradores do *Crédit Mobilier* não ficaram arruinados. Suas fortunas pessoasas, segundo avaliação de um rei da finança, ainda eram es-

timadas em 400 milhões, dos quaes 150 milhões pertenciam aos irmãos Pereire.

No caso Mauá no Brasil, tudo acabou de modo opposto. Só elle ficou arruinado. Os que perderam com elle, perderam afinal 10 % e receberam 90 %; as cifras do *Crédit Mobilier* invertidas. Seus credores e os juizes de sua fallencia dois integros, — Theodoro Machado e Miguel Calmon — porfiaram em dar-lhe provas de estima; os credores pediram mesmo que se saltasse por cima da lei para não retirar de suas mãos a liquidação da massa e entregaram-lhe depois a Presidencia da Companhia Pastoral, Agricola e Industrial, até a sua morte.

CAPITULO XVI

Suas theorias financeiras. A emissão

Tal era o parecer do Barão de Mauá, um dos espiritos de mais alto tino e talvez o de mais profunda aptidão pratica em assumptos financeiros que este paiz já possuia.

RUY BARBOSA

O AUCTOR, abordando o assumpto, sente a necessidade de dizer, preliminarmente, seu modo de pensar a respeito do papel moeda e das emissões.

Mauá passa por ser o chefe da escola emissionista no Brasil; e esse erro ficou mais corrente depois do livro *Reminiscencias* do Visconde de Taunay, de larga circulação.

Taunay escreveu: — “Ao lado de Souza Franco, batia-se com denodo o Barão de Mauá, apregoando as vantagens da pluralidade dos bancos e o direito lato de emissões”.

Palavras de chronista, escriptas sem a preocupação do peso que valem a reputação litteraria e a evidencia politica que teve o autor, ellas concorreram muito para dar fóros de cidade a uma opinião erronea. Collaborou depois, com a sua auctoridade de economista e financeiro e com o prestigio adicional de suas elevadas investidas politicas, o Sr. Antonio Carlos.

Embora sem endossal-as, transcrevendo essas palavras, o Sr. Antonio Carlos vulgarisou um equivoco. A injustiça é grande.

Vencer preconceito tão radicado, parece tarefa ousada, confessemos.

E' por isso que o auctor sente necessidade de tornar conhecido que é irreductivel inimigo das emissões de papel, ou confessadamente papel-moeda, ou disfarçado sob as variadas fórmãs que a astucia indigena tem inventado para fabricar dinheiro, emissões bancarias, lastreadas ou não lastreadas, de papel ou de café, de ouro ou de effeitos commerciaes, com promessas proximas ou remotas, pela carteira de redescontos ou por outras gavetas falsas, ou mesmo mascarada em letras do Thesouro e em apolices, um novo papel a que se tem communicado todos os effeitos ruins do papel forçado para a liquidação das dividas e mais os juros.

Se sobre os hombros de Mauá pesasse a responsabilidade de ter sido o introductor ou alimentador dessa desgraça do papel-moeda, era leal confessar que a sua benemerencia estaria consideravelmente diminuida.

A tarefa de insurgir--e contra prevenção enraizada, exige a apresentação de credenciaes de parte do auctor.

Nunca tendo exercido cargo publico algum, pois não tem faltado ao Brasil, Deus seja louvado, numerozo pessoal habilitado para quantos postos officiaes de sacrificio se criaram sem parcimonia nos gastos, é elle quem se confessa inteiramente desconhecido. Não o tirou da obscuridade nem mesmo uma elevadi-sima commissão a que foi subitamente guindado, mas que não exerceu.

Entretanto, tendo tido a felicidade de collaborar como voluntario, anonymo, em algumas campanhas de interesse nacional, combatendo ou apoiando a acção de brasileiros illustres aos quaes tem tocado as posições do sacrificio pessoal nos postos de commando, ficou sempre um desconhecido, mas com uma fé de officio em que ha folha corrida na materia de apoio, directo ou indirecto, ás tendencias emissionistas dos homens de Estado que levaram a Republica, de degrão em degrão, a pontos de descida em que o remedio que occorre é, ou o de novas emissões, ou a quebra do padrão, *provisoria ou definitiva*.

Enche-o de orgulho a lembrança de que foi pugnando pelo saneamento da moeda que conquistou a amizade de Campos Salles e de Murtinho, dois diplomas de honra.

Enche-o de tranquillidade a idéa de que na campanha contra a criação ultima das phantasias emissoras, trabalhou modestamente, occultamente, mas renitentemente, contra o projecto que deu em resultado o grande banco emissor de 1923.

Não ha necessidade de exhibir provas de não culpabilidade, num momento em que já se pôde argumentar com a confissão publica do erro dos que esmoreceram na lucta.

Outro livro virá provar que, coherente, recusei-me a colaborar no inflacionismo de 1923 e 1924.

Antecipo apenas a declaração formal para o fim de poder allegar perante o publico que, se fui sempre um desconhecido no meu paiz, algumas vezes tentei ser util fóra de posições officiaes.

Essas e outras recusas de serviço com que se irritam os que não poderam ainda conseguir um minuto de descanso, elles e suas familias, na faina de servir a patria, mostrarão que, errados ou certos, tive sempre os meus principios e por elles me bati. Se os trabalhos não estão registrados no Thesouro, é porque falta-me o geito de transigir e a habilidade de executar idéas alheias.

Esta antecipação de "Memorias" era necessaria para dar-me a unica auctoridade que poderei invocar no assumpto, a de ser sincero.

Eu não poderia perdoar a um grande homem ser emisionista, se figurasse a hypothese de haver um grande homem emisionista.

Entretanto, reconhecendo que muita gente attribue a Mauá esse grave deslize intellectual, sobretudo depois das palavras do Visconde de Taunay, reproduzilas no livro do Sr. Antonio

Carlos, irei escavar tudo quanto possa ser interpretado como cumplicidade sua com emissões para defender-lhe o bom nome.

Os que me suspeitam de panegyrista irreductivel, hão de receber com desconfiança talvez uma affirmação que destôa do conceito em que Mauá é tido.

Não ha fumo sem fogo, digamos sem rebuços.

A reputação de chefe do emissionismo, como a de transfuga politico, deve-a Mauá á franqueza incomprehendida de suas attitudes, ao arrebatamento de suas paixões.

No repto Silveira Martins, veremos adiante neste livro, sobre elle só, cahiu o labéo de transfuga por apoiar o Ministerio Rio Branco, quando os chefes liberaes de maior valor estavam na mesma corrente e apenas se recolhiam prudentemente ou moviam-se mais medrosamente.

Nas questões economicas e financeiras, a reputação de chefe dos emissionistas lhe vem igualmente de dois movimentos ousados de desassombro — a de partidario do papel moeda, porque defendeu na imprensa a emissão de 60.000:000\$ feita por Silveira Martins em 1878 — a de partidario das emissões bancarias com o *direito lato de emissões* (phrase pouco medida de Taunay, sem a preocupação do valor tecnico dos termos) porque foi o leader do programma financeiro de Souza Franco, quando Ministro da Fazenda, a pluralidade bancaria, e ficou defensor dessa idéa.

Entretanto, destruir a lenda é furar uma bolha de sabão.

Não conheço homem publico, neste paiz, que se tivesse pronunciado mais desabridamente contra a desgraça do papel moeda.

Todos os seus discursos e escriptos foram sempre num tom que não desagradaria ao Visconde de Itaborahy ou ao Sr. Leopoldo de Bulhões.

Com a sua natural exhuberancia, foi pregar a bôa doutrina até em terras extranhas.

Ouçamos-lhe a lição classicamente conservadora nestas palavras escriptas a D. Tomás Villalba, o Ministro da Fazenda do Uruguay, que propunha á Legislatura uma emissão inconversível de pequenos valores, para acudir a pagamentos:

“Não se illuda V. Ex. Ha de succeder ahi o que tem succedido em toda a parte onde os governos crearam esse machinismo, desde que tem conseguido acreditar e introduzir na circulação o chamado *dinheiro de papel*. Se V. Ex. é incapaz de abusar não é impossivel acreditar-se que os seus successores deixarão de o fazer; a propria Legislatura enganada pela apparente facilidade de recursos auctorisará repetidas emissões e como o papel moeda é tão perverso que até se disfarça a principio, (não sendo desde logo apparentes os males que acarreta e antes *figurando* maior quantidade de meio circulante e maior facilidade na circulação dos valores o que parece melhorar as condições da sociedade) succederá que, se não nesse caminho, senão gerando a perturbação do meio circulante, a alteração dos valores virá denunciar uma grande e difficil tarefa a vencer, difficuldades grandes com que lutar”.

Essa lição de sciencia de finanças, que se honrariam de subscrever, nos nossos dias, o Sr. Leopoldo de Bulhões, o Sr. Mario Brant, o Sr. Antonio Carlos ou o Sr. Calogeras, acabava mais claramente:

“Esse paiz tem a fortuna de possuir um meio circulante metallico, sendo ahi desconhecido a *praga do papel moeda*, que tem acaretado difficuldades incalculaveis aos paizes que tem o desacerto de introduzil-o em sua organização economica.

Não ligue V. Ex. o seu nome illustre á criação desse machinismo que ha de ser a fonte de males incalculaveis em seu paiz... **Embora** V. Ex. estabeleça a *pena de morte* contra os abusos da emissão, isso não durará até a primeira occasião difficil em que a Legislatura, sem hesitação, creará recursos mandando emittir papel". (Minuta de proprio punho de Mauá em poder de seu filho Commendador Henrique Irenêo de Souza).

Estas palavras candentes foram escriptas no periodo auro da sua actuação nos dois paizes e foram publicadas no Uruguay, em 1861 e 1862, e recentemente no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro.

A citação dispensaria mais provas até a exhibição de documentos em contrario. E não será facil encontral-os, posso garantir.

Os *actos* de Mauá certificarão, de outro lado, que elle nunca foi um partidario do papel moeda, nem das emissões inconvertiveis, *latas* ou *não latas*.

Seu Banco de Montevidéo tinha por base a conversão á vista em ouro; suas notas circulavam como taes; valiam metal. Quando as revoluções vinham momentaneamente suspender o troco ou os decretos desarrasoados creavam situações de excepção por perseguição, em sacudidelas violentas da politica e das finanças de que falaremos nos Capitulos XX e XXI, nunca faltaram os fundos com que pagar as notas. Se em 1875, chamado para salvar finanças e credito moribundos, não pôde operar o milagre, já vimos, a respeito, o juizo honrado do Dr. Gabriel Terra na sua Conferencia pronunciada na Escola Nacional de Commercio de Montevidéo, em 1914: — "*No era por cierto el Banco Mauá el que en 1875 podia salvar a la Republica del mal enorme del curso forzoso*".

No Brasil, não consta que Mauá, que tudo fez, que tudo

quiz fazer, que tudo requereu, tivesse jamais pedido emissão para banco seu ou para empresa sua. Pediu garantias de juros, pediu apolices, pediu lettras hypothecarias, debentures, credito do Estado; nunca *papel*.

Durante toda a duração da Monarchia, a emissão de papel moeda subiu até 184 mil contos. Nesse resultado não consta collaboração sua maior que a dos partidos politicos e dos homens publicos que as sancionavam. A campanha cisplatina, logo no alvorecer do regimen, forçara as primeiras emissões. Ninguém as impugnou, pois que, outro meio não havia de arranjar dinheiro; traziam a justificativa admittida de guerra externa; eram emprestimos forçados. Mauá, sempre desassombrado, não se recusará 50 annos mais tarde a justificar o primeiro Imperador: "...Como pois esperar que a nacionalidade de que fazemos parte, se achasse ao sahir de um regimen de educação colonial por demais defeituoso, em condições de poder tirar recursos financeiros das fontes mais legitimas, isto é, pudesse tirar os meios de satisfazer as necessidades publicas da riqueza productiva sem onerar em demasia os elementos productivos que lhe dão vida...?" (*O Meio Circulante no Brasil*, pag. 4). A emissão de papel chegara a 35.000:000\$ em 1838.

Todos pensam com elle; sómente poucos sentem o impeto de dizel-o, porque entre os homens publicos é que o silencio é ouro do mais puro toque. Até 1865, com todas as difficuldades de uma nacionalidade que se organisava, que sustentou lucha no exterior contra Rosas e Oribe, em 1851, contra Aguirre, em 1864, sem o recurso do credito externo, a Monarchia apenas emittiu papel moeda no valor de 45.817:651\$ já reduzido a 28.094:440\$ em 1865, por effeito do resgate do Banco do Brasil, a que havia que accrescentar 69.860:350\$ de papel bancario elevando o meio circulante a 97.954:745\$. (Relatorio Carneiro de Campos, cit. por Castro Carreira, *Historia Financiera*, 380).

Sobrevindo a guerra do Paraguay, que nos custou réis 613.182:000\$, a emissão feita durante esses cinco annos foi apenas de 124.214:316\$; de todos os recursos se lançou mão

antes de chegar ao papel-moeda. "O grande desastre dessa guerra esteril" que elle sempre lamentou, não impediu Mauá, homem de consciencia, de reconhecer que foi um recurso extremo para que se appellou num dos casos typicos em que o indulto está garantido.

Os responsaveis por essas emissões eram o seu inimigo Zacharias (Leis 1.349, 12-9-66 e 1.508 de 28-9-67) e o seu illustre adversario em finanças Itaborahy. Não lhe permittia a nobreza d'alma deixar de justificar esses recursos de salvação publica e de mostrar-lhes mesmo o aspecto favoravel: "A' primeira vista, a elevação ao triplo do quantum do meio circulante no curto periodo de 5 annos, sem que as transacções podessem augmentar proporcionalmente nesse prazo, deveria produzir a perturbação que os economistas denunciaram, como coisa certa em taes casos" — mas, com a lealdade com que sempre argumentava, confessa, que "...o mal não se produziu"... Se o seu espirito não pairasse em regiões tão elevadas, poderia dizer o contrario para ferir o seu cruel inimigo, ou calar-se, pelo menos. Disse, porém, o que pensava e o que dirão todos os homens de boa fé. Não era possivel *mal menor* em uma guerra de cinco annos, *um quinto da despeza* em papel moeda. Se por isso elle é papelista, foram papelistas todos os homens publicos da época e o Imperador. Delles se destacou Mauá apenas por dizer mais alto o que pensava.

Durante a convalescença da guerra, no periodo que vae de 1870 a 1875, não houve emissões, nem do Thesouro, nem de bancos. Apertaram-se todos, e viveram sem esse recurso do desespero.

Só em 1875, a situação afflictiva dos mercados nacionaes determinou a primeira emissão. O Governo tinha iniciado uma politica de deflação, talvez um pouco violenta. Precisando de dinheiro, annunciou receber dinheiro a premio no Thesouro. Entraram para lá 37.000:000\$, a quinta parte do meio circulante (Souza Carvalho, *A crise da Praça* em 1875, 38).

A caixa dos bancos tocou o fundo em Dezembro de 1874; o Banco do Brasil, chegou a ter em dinheiro apenas 400:000\$

(Souza Carvalho, cit. publicação). Desse regimen de tortura monetaria resultou a quebra de Mauá & Cia., do Banco Allemão e do Banco Nacional, a crise de 1875.

No momento do estalido, recorreu-se á emissão; foi a chamada *lei dos auxílios*. Eram 25.000:000\$, moeda provisoria, que só sahiriam do Thesouro sob garantia de apolices e bilhetes do Thesouro. Parecerá bem natural que a victima dessa politica deflacionista externasse este queixume: — "...*Lei a mêdo applicada*, num momento em que *a escassez do numerario* era de tal ordem que as reservas de todos os bancos reunidos não alcançariam a cifra que o maior delles não pôde jamais dispensar em satisfação das necessidades de sua posição na praça". (*O Meio Circulante no Brazil*, 30). Não se poderia exigir mais da victima. Por muito menos se grita hoje muito mais. Alguem, então, respondeu com bastante propriedade ao irreductivel Zacharias: "O Thesouro, tendo-se tornado antes officina de desorganisar bancos, era natural que desempenhasse tambem a missão reparadora".

Desejo que vejam todos os que me lêem, a sinceridade com que ando buscando, num papel de inquisidor, tudo quanto Mauá escreveu *defendendo emissões ou combatendo deflacionismos*. Essa sua queixa dolorida bem mostra que não o abandonou a coherencia, não lhe mingou a elevação d'alma, nem quando foi elle proprio a victima de uma politica de deflacionismo, que algumas vezes é tão errada como o inflacionismo. Tempos depois d'esta, veio a emissão de papel moeda de réis 60.000.000\$ feita em 1878 pelo Ministro da Fazenda do Gabinete Sinimbú, Gaspar da Silveira Martins.

E' d'ahi que nos chega mais viva a fama de emissor para Mauá.

Com a sua nobre franqueza, elle defendeu essa emissão. E' certo que a Camara unanime, tres votos discrepantes, apoiou o Ministerio, quer isso dizer, o Partido Liberal do Imperio, mezes antes guindado ao poder. Mas, as costas largas de Mauá permittem que sobre seus hombros caia inteiro o peso da respon-

sabilidade, hombros de um valetudinario embora, um ancião de 65 annos, de um fallido que sahia de seu refugio de Petropolis para vir dizer, sem hypocrisias, com o prestigio intellectual e moral que conservava, que era uma campanha iniqua que se fazia contra o seu inimigo da vespera, aquelle que o ferira deshumanamente.

São esses artigos do *Jornal do Commercio* que hoje constituem o folheto "*O Meio Circulante no Brasil*". Resentem-se, não ha duvida, do vicio de quem falava apaixonadamente em defeza de um inimigo com quem se reconciliára. E é isso que explica algumas phrases que, num compendio de finanças, poriam de observação a orthodoxia de certas theses; mas, o fundo da argumentação é accetivel para o mais extremado anti-emissionista.

O decreto de emissão de Silveira Martins expunha o seu motivo principal — *a secca do Norte*. O que foi essa calamidade não se apagou ainda da memoria — tres annos de flagello em mais da quarta parte do territorio nacional, a producção de muitas provincias paralyzada, 200.000 vidas sacrificadas, o dobro das victimas da guerra do Paraguay. (Ananio Carlos — *Finanças e financistas*".)

Os recursos ao credito seriam onerosissimos, se possiveis. Houve advogados de todas as opiniões e accusadores de todos os matizes, principalmente os conservadores, recentemente apeados.

Silveira Martins, isto é o Governo, isto é o Partido Liberal, preferiu a emissão: "...E' mistér dinheiro já e já... A fome não espera providencias para produzir seus effeitos"... diz elle na exposição de motivos ao Imperador, que é assignada por todo o Ministerio, Sinimbú, Lafayette, Herval, Villa Bella, etc.

O valetudinario emigrado de Petropolis veio, então, ao *Jornal do Commercio*. Allude ainda á guerra do Paraguay e ás complicações do momento com a Argentina, não poupando seus eternos remoques ao Imperador:

“Desta vez o *instrumento de permutas...* não vae pôr em movimento o capital fluctuante do paiz para pôr em linha de batalha *luzidos regimentos*, nem para fazer apparecer nas aguas de algum paiz com quem a fatalidade nos leve a uma luta, os penachos fumegantes de numerosos vapores que attestem o poder material do Brasil... Desta vez, o meio circulante lançado á circulação tem uma missão pacifica a desempenhar... Já se vê que nos referimos á absorpção de capital fluctuante que concorre mais do que outro qualquer elemento para a criação da riqueza... a intenção fica disvirtuada na pratica pelo disequilibrio que opera esse facto na transmissão geral dos valores... A retirada da concorrência do Thesouro Publico na demanda de capital fluctuante, é uma necessidade clamorosa da situação”.

Victima elle proprio de um deflacionismo exaggerado em 1875, Mauá, fallido, vinha clamar para que não provocassem nova crise commercial retirando da circulação 60 mil contos, um terço da emissão. Com elle gritou todo o Partido Liberal.

A injustiça dos juizos apressados colloca, entretanto, Mauá entre os emissionistas ou como chefe do emissionismo.

Por que? Não se sabe. Se ter aceitado o recurso extremo das emissões de papel-moeda é ser emissionista, não ha quem escape da pecha no Brasil. Na Monarchia e na Republica, parece que a fatalidade tem obrigado os mais extremados a abaterem armas diante das... emergencias.

Bastar-nos-á citar, na Monarchia, o Visconde de Itaborahy. Foi o seu ministerio, o ministerio que reuniu talvez os mais bellos talentos da grey conservadora, que pediu, em 5 de Agosto de 1868, ao Imperador uma emissão de 40.000:000\$ nestes termos: “...Os Ministros de Vossa Magestade Imperial se

judgariam mercedores da execração publica no Brasil, se não tomassem sobre si a responsabilidade de pedir uma emissão de 40.000:000\$...." e o nome de Itaborahy estava, nessa exposição de motivos, acompanhado dos de Paulino de Souza Filho, José de Alencar, Muritiba, Cotegipe e Rio Branco.

Na Republica, em que as emissões de papel moeda subiram de 184.000:000\$ a 2.200.000:000\$ não ha quem se accuse; não ha emissionistas. Mas, a fatalidade fez ainda que fôsem dois dos mais sinceros adversarios do papel-moeda, os ministros signatarios das maiores emissões — Calogeras e Antonio Carlos, dois nomes que se pôdem citar *como justificação*. Durante o quadriennio 1914-1918, em que os dois occuparam, revesando-se, a pasta da fazenda e a liderança da politica governamental, as emissões de papel moeda sommaram réis 1.400.000:000\$, com o fundamento da Grande Guerra, uma guerra em que fômos, aliás, belligerantes platonicos.

Mezes antes delles, Rivadavia Corrêa, que era tambem um republicano de grande probidade de consciencia e que tinha dito — "cortem-me a mão se ella assignar um decreto de emissão" teve de emittir 250.000:000\$ por causa do conflicto dos Balkans; e eu quero dar o meu testemunho pessoal da angustia e do sacrificio com que se collou á pasta da Fazenda, só para evitar que no dia seguinte as cifras fossem dobradas por outro ministro que estava apalavrado.

Não estou fazendo censura, como se vê; cito, pois que esses nomes, dos melhores do regimen, impõem respeito, mesmo quando abandonam os principios. O Sr. Antonio Carlos, em "*Finanças e Financistas*", escripto para a edição do Centenario do Brasil de "*La Nacion*" aceita as suas responsabilidades: "As grandes difficuldades da guerra européa obrigaram o quadriennio 1914-1918 a fazer novas emissões de papel moeda pelo Thesouro (1.400.000:000\$) como o unico recurso para a situação grave que a fatalidade das circunstancias creára".

Com o seu nome, com o de Calogeras, com o do Presidente Wencesláo Braz, com o do saudoso Rivadavia Corrêa, com outros, quero apenas que se levante a excommunhão a Mauá.

accusado de emissionista porque approvou as emissões de 120.000 contos para cinco annos de guerra no Paraguay e de 60.000 contos para tres annos de secca em que morreram de fome duzentos mil brasileiros.

Se da questão do papel-moeda propriamente dito, passarmos á questão bancaria, com um banco central ou com a pluralidade bancaria, em duplo ou em triplo, lastro ouro ou lastro café ou lastro *effeitos*, um pouco de luz e um pouco de sinceridade é preciso que venham tambem clarear o ambiente.

A confusão completa dos principios e das idéas, o falseamento propositado ou não das noções de finanças por parte dos advogados das chamadas *leis de emergencia*, é que fazem com que os emissores bancarios tenham mantido a pretensão de se condecorarem com o titulo de anti-papelistas para pedirem isenções de impostos, de sellos, correios, telegraphos, o dinheiro das alfandegas e das collectorias, os vales ouro, etc., presentes nababescos, e o monopolio de fabricar dinheiro inconversivel, que raramente e em diminuta dóse serve ao commercio, á lavoura e á industria e frequentemente, e no melhor pedaço, faz a função de mandar dinheiro para a rua do Sacramento, encher deficits orçamentarios, pagar contas que o Tribunal de Contas recusa approvar. Reservam-se para o commercio parcelas diminutas, que se accumulam nos grandes canaes, nos conductores de grosso diametro, proximos da usina central e que só oneradissimas chegam ao ponto onde podiam levar tal ou qual utilidade — isto é, o productor.

E' preciso estar muito longe do Brasil ou muito longe da sinceridade, para não reconhecer que esta é a historia do que se tem chamado emissão bancaria.

Banco emissor e nota conversivel á vista, são idéas que nunca pôdem separar-se. Ou saía, do Thesouro, ou saía da rua 1.º de Março, a nota inconversivel é papel moeda para todos os effeitos e especialmente para os effeitos mais perniciosos, os de facilitar o segredo nos esbanjamentos, como a pratica tem provado.

Ora, nota conversível, em paiz de moeda aviltada, é uma mentira official apenas; é zombar da eterna credulidade do povo, como disse Ruy Barbosa no Senado, em 3 de Novembro de 1891. Affrontando o bom senso, pôde-se prometter a conversibilidade para quando se mantiver o cambio inalteravel durante tres annos consecutivos á taxa de 12 d. e quando, *conjunctamente*, o stock de ouro seja de 60 % e quando ainda, *conjunctamente*, o Governo Federal decrete, depois de um inquerito economico, que *é hora*, e outras phantasias mais. Mas, isso não é falar sério. Não são decorridos quatro annos e já se diz officialmente que 12 é taxa do passado.

O Sr. Carlos Inglez de Souza, que conquistára um bello posto entre os estudiosos e entendidos e que hoje parece ter valor official, disse, com muita verdade, em momento opportuno: — “Seria mais leal e mais logico que se declarasse desde logo — o regimen que convém ao Banco do Brasil é o de puro papel-moeda e que nunca, jamais em tempo algum, se fará a conversão do mesmo por ouro”. (*A Anarchia Monetaria*).

E, o talentoso publicista não levava em conta a *estabilisação*, que seria um novo recurso contra as altas e que por muitos annos, se não por uma eternidade, será o repudio de tão recente promessa de 12.

Como não estamos formulando hypotheses, mas escalpelando factos, digamos desde logo que emissão bancaria no Brasil, bilhete de banco, como se entende em sciencia financeira, é uma impossibilidade.

A circulação ouro carece do cambio estavel, de equilibrio orçamentario, de saldos commerciaes, de balança razoavel de pagamentos e de confiança do publico nas promessas officiaes.

Entre outras certezas, é preciso que haja a de que o Governo nunca mais emittirá.

Ninguem nega que seria esse o ideal em sciencia; mas, praticamente, no Brasil, é uma *zombaria*.

O Brasil tem o mal constitucional do papel moeda. Emittiu-o com a promessa de pagar a 27, quando andavamos perto dessa taxa. Depois continuou a emittir quando estava mais lon-

ge, a 19 e 17, (Guerra do Paraguay) depois emittiu muito quando estava a 14, 1914-1918; depois emittiu ainda quando estava em taxas infimas, depois emittiu ainda por intermedio do Grande Banco Emissor, quando andavamos por volta de 7, sempre promettendo pagar a 27, como está emittindo apolices, a granel, ao preço de 65 % por emquanto.

O remedio agora suggerido é dizer abertamente que não paga a 27, por um prazo indeterminado de *estabilisação*, que será definitivo, está claro.

Para a circulação metallica, a confiança no Banco e no Governo é condição indispensavel. Admittido o lastro de 50 % ouro, cuja acquisição custaria algum sacrificio, estaria garantida por muito tempo a circulação metallica?

Quebrando provisoriamente o padrão ou *estabilizando*, como se diz, a 5, o Sr. Inglez de Souza, cujas opiniões passaram a ter o credito semi-official, imaginou fazer a sua *estabilisação*.

Acceitando a base do lastro de £ 13.000.000 que temos em cofres, ou 21 % do nosso meio circulante (seu calculo é feito ao cambio de 5) hesita elle entre duas soluções — ou arranjar-se com a prata de casa e iniciar a conversão com esses 21 % em caixa ou tomar um emprestimo externo para reforçar-lhe o fundo. Lealmente confessa que opinaria por um emprestimo externo para attingir 40 % de lastro, digamos um emprestimo de £ 15.000:000\$. (*A solução da crise economica*, 74).

Mas como para elle a conversibilidade é tudo, *transigiria com a ogerisa nacional* contra os emprestimos externos e começaria com os 21 % — com o ouro que ha. Aliás, as condições dos ultimos emprestimos externos, aconselham não pensar muito em credito no estrangeiro.

Essa quebra provisoria do padrão em 5, taxa agora escolhida (como se poderia adoptar a de 4 ou a de 2, o que tornaria o plano mais facil ainda) obedeceria á varinha magica? Ficaria o cambio em 5? O Sr. Inglez de Souza pensa que sim e diz ter a chave do enigma — a moralidade, no bom sentido, da Directoria do Banco do Brasil — que "...este se transforme no verdadeiro instrumento do numerario e do

cambio, e não permaneça no seu estado de organização puramente commercial destinado a fornecer altos lucros a accionistas e directores... fazendo boa politica monetaria de prestigio e de influencia... attrahindo por todos os modos e meios para seus cofres a maior somma de depositos e transacções pecuniarias... procurando identificar-se intimamente com todos os exportadores nacionaes... sacando a descoberto em taes e taes casos... emittindo *bonus* a curtos prazos, em taes e taes hypotheses...” empregando, emfim, “. . . methodos praticos e intelligentes para attrahir metal alheio”... até reunir em seus subterraneos em ouro 40 % da massa de papel circulante. (*A solução da crise económica*, pag. 73).

Resumindo — melhor será ter 40 % para começar; mas como quem não tem cão caça com gato (Araujo Franco) estabilisemos a 5, comecemos com 21 %, requisitemos 30\$ papel que o contribuinte A. tem na mão e que, o mez passado, valia um *soberano* de ouro, (cambio de 8) que hoje depois do banquete das Classes Conservadoras, vale 17 $\frac{1}{4}$ shillings (cambio 6 $\frac{3}{4}$) e que ao cambio de 5 pagaremos com menos de 13 shillings.

No dia seguinte abra-se o troco. Ninguém virá, pensa o Sr. Inglez de Souza. Basta este quinto que temos em ouro para acudir aos impertinentes. Com uma directoria melhor no Banco do Brasil “. . . ganhando menos e capaz de processos praticos e intelligentes. . .” o El-Dorado da conversibilidade está garantido. Quem viria perturbar a tranquillidade desse paraíso?

O seductor programma, baseado na quebra provisoria do padrão, ou confisco passageiro, ou requisição militar indeterminada, ou que melhor nome tenha uma estabilisação a taxa inferior á do momento, precisaria de um complemento, a renuncia da camaradagem entre o Banco e o Thesouro.

E’ uma injustiça fazer do Banco responsavel unico. Contra ella se insurge o historico das emissões. Banco e Governo são irmãos gêmeos. Se fôsse facil saber em que se applicaram essas emissões bancarias que o Sr. Inglez de Souza

profliga com crueldade, as de 1920 para cá, haveria de apurar-se nada mais nada menos, (falamos nas grandes parcellas) que foram um meio de pagar aquillo que o Governo tinha ido buscar, antes, ao Banco, em conta corrente.

Para pagar ao Banco não se emittiu papel-moeda; mas deu-se-lhe, a principio, o papel do Thesouro para redesconto, depois essa nota actual, conversivel num dia que se annunciará, a mesma coisa, que papel moeda mais 7 % de juros que o Governo fica pagando pelo dinheiro que auctoriza a emittir. (Vêr Inglez de Souza.—*A Anarchia Monetaria*, 740), Não estando ainda feita a liquidação do quadriennio *a findar*, pelos *apedidos* do *Jornal do Commercio*, nem pelas indiscreções ministeriaes dos successores, não se sabe bem quanto da falada conta corrente de 700.000:000\$ está já saldado com o producto dos emprestimos no estrangeiro, quanto falta liquidar, e se novos accrescimos terá havido.

O que se sabe ao certo, é que o Banco é o Governo e que não foi feito emissor para outra coisa senão para dar com o seu nome outro nome ao papel moeda. Seria muito optimismo pensar que, graças á acção moralisadora de um só quadriennio e uma administração bancaria de primeira agua, taes moldes sejam quebrados. Se esse quadriennio que se inaugura com tantas esperanças de um rigorismo administrativo ainda não ensaiado, tiver a força de nunca abusar do seu Banco, e da fraqueza dos directores e do dever de obediencia que para elles resulta da posição dictatorial de um accionista unico, qual novo programma nos reservará o quadriennio seguinte? Acostumados a ouvir, de quatro em quatro annos, não estarem de accordo em finanças os que o estão em politica, podemos perguntar sem maldade: — Quem nos diz o que fará o Governo de 1930? Quatro annos nada significam em um programma financeiro. Quantas mudanças tem havido, ultimamente, com governos da mesma formação politica!

Se a confiança resolvesse todos os problemas da circulação, estamos certos como o Sr. Inglez de Souza, que o novo Governo e o novo Banco ou a nova administração d'este, bastariam.

Mas, infelizmente, o cambio confia, desconfiando sempre; não julga o paiz por um homem de occasião, julga pelas tradições dos regimens.

O Sr. Inglez de Souza não tem nenhum receio, porque imaginando estabilisar a 5, num momento em que a £ valia 45\$ pergunta, com a certeza da victoria — quem deixará de vir trazer o seu ouro para receber 48\$? Não ha de facto duas respostas a essa pergunta. Mas, no dia em que os saldos da balança internacional, nos torem desfavoraveis, o portador da nota, estando certo de que ella não poderá valer mais de 48\$, irá trocal-a, na esperança de exportar ouro immediatamente por 49\$ desde que os bancos não tenham letras de cobertura para a taxa de 5.

E' assim que começam a emigrar os lastros, mesmo quando não ha panico. E o lastro de £ 13.000.000, 21 %, apenas, ou mesmo dobrado pelo emprestimo externo, será garantia que resista um anno, a um simples desequilibrio de producção, sem imaginar caso anormal?

Um trabalho consciencioso do Sr. H. F. Wileman n'O *Jornal* mostra que o equilibrio da nossa balança de valores nos annos proximos, exigirá entradas extraordinarias de £ 20.000.000 annuaes, o que seria muito optimismo pretender.

O Sr. Inglez de Souza traz a lembrança da Caixa de Conversão que já ensaiamos. Não conheço maior phantasma contra a idéa de estabilisação do Sr. Inglez de Souza que é, honra seja feita, um aspirante á *valorisação* conseguida lentamente, á proporção que o lastro fôr crescendo, automaticamente subindo de um penny todas as vezes que o lastro augmente correspondentemente, na proporção de 40 % da emissão, automatismo difficil, aliás, de entender, como outras coisas da *estabilisação*.

A Caixa de Conversão só impediu a alta. Quando o Senhor Leopoldo de Bulhões pretendeu, honestamente, executar a lei e elevar a taxa, vieram para a praça publica os clamores da industria e da lavoura e, por muito favor, passamos de 15 a 16, quando todas as juntas da Caixa estalavam de ouro. Bu-

lhões, porque quiz cumprir a promessa de erguer a taxa, quasi foi crucificado. A custo ganhamos afinal um penny. Mas quando veio uma pequena difficuldade, fechamos a porta, suspendeu-se o troco na Caixa de Conversão.

Desde esse dia toda a idéa de *estabilização* era perigosa no Brasil; as comportas de todas as caixas só servem para evitar a alta. Sobre todas as outras fallencias de projectos de conversibilidade, havia a aggravante da originalidade de uma situação que entre particulares se resolve por processos violentos. A Caixa de Conversão não foi um conversor infeliz; foi um depositario infiel. Embora a lei ameaçasse até os pobres empregados de prisão, se dali sahisse uma lira, um franco, um marco, um dollar, uma libra, correspondente, quilate por quilate, aos certificados expedidos que se chamavam notas da Caixa para differençal-as do papel já desmoralizado, certo é que as portas foram cerradas. Com o tempo, o Banco do Brasil adquiriu notas pela metade, ou por menos ainda, da quantidade do ouro nellas declarado.

Ora, a promessa de pagamento no Thesouro, sem dia determinado, ao cambio de 27, é o que se chama papel-moeda, a promessa de resgatar ao cambio de 12 quando elle fôr possível e o Governo quizer, é o que se chama no Brazil, bilhete bancario, *conversivel ou inconversivel*. Quem os recebe, sabe que recebe uma promessa sem consequencias; faz isso mal ao credito; mas é coisa já vista aqui e em outras partes e juridicamente está certo. Mas, que nos conste, o exemplo da Caixa de Conversão brasileira é unico. Não dizemos, entretanto, que os estadistas que collaboraram nesse desastre foram deshonestos. As circumstancias, os arrastaram; é que a Caixa de Conversão era um apparelho que não podia existir, que só tinha um effeito desejado, impedir a alta.

Tudo isto apenas significa que os paizes *docentes* de papel-moeda não pódem ter um banco de emissão. Todas as promessas falham no dia em que o dinheiro escasseia ao Governo. Para acabar com a praga, é preciso trabalhar, gastar pouco e des-

tinhar as sobras de hoje a solver as dividas dos máos dias passados, resgatando. O essencial, pois, é arranjar sobras.

Crear uma entidade nova para emittir, exigiria primeiro dar a certeza de que o novo troco será honestamente feito. A' taxa de 6 ou á taxa de $7\frac{1}{2}$ á qual não se chamará confisco, mas que é pelo menos uma desapropriação forçada, haveria necessidade de uns 40 milhões de libras pelo menos para manter o fundo de 50 % que parece coefficinte razoavel de prudencia. A aventura seria menos perigosa que a dos 21 % do Sr. Inglez de Souza, mas não deixaria de ter ainda o vasio dessa margem de 50 % que fica descoberta.

Para que o risco diminuisse, digamos com boa vontade, para que elle desaparecesse, seria necessario uma outra politica, economias e rendas até o ponto de fazer orçamentos com saldos e não com o bico de penna da Commissão de Orçamento, desenvolvimento da exportação com equivalencia razoavel na importação, isto é economias publicas e privadas.

Não desesperamos, como já tinha desesperado o Sr. Inglez de Souza, ha dezoito mezes, antes de surgir o Sr. Washington Luis. Não o acompanhamos nesse pessimismo que disse: "...Os erros accumulados dos que nos governam e a humilhante e corrupta politica nacional.. levaram ao rebaixamento da moeda... sempre em marcha para maior rebaixamento (isto em 1925, Julho) roubando desse modo os interesses e a fortuna dos que trabalham"...

Os que nos governaram até 1925 não foram máos; foram victimas do meio e talvez devam ser perdoados d'essa medicina de expedientes que cada um foi empregando *au fur et à mesure* das crises, variando de finanças, de financistas e de financeiros cada quadriennio e ás vezes no mesmo quadriennio.

Sem duvida que ninguem terá receios do Snr. Washington Luis; mas, desde já se vê, com apprehensões, que neste momento em que se fala numa *estabilisação* á taxa x , legislativo e o executivo marcham, em plena harmonia de vistas, para um augmento de despezas proprias e umas *tabellas* alheias que

conspiram contra o equilibrio do orçamento e a balança dos valores.

Desta situação só falamos e com esta franqueza, porque era preciso tirar uma conclusão em favor da dignidade intellectual de Mauá. Não tendo a pretensão de financistas nem de sociólogos, o assumpto só nos attrahiu porque elle é, em fundo mais negro, uma situação igual áquella a que Mauá deu as pinceladas do seu talento, para dahi tirar uma lição.

A situação em que o Brasil se viu em 1857, foi, *servatis servandis*, a actual.

O cambio estava baixo, ameaçador — uma libra esterlina valia 10\$500. Receiava-se que o ouro emigrasse, e até a prata para transformar-se em objectos de luxo. O Banco do Brasil, o emissor, que se tinha creado e cujo presidente foi até 30 de Junho, o chefe da escola conservadora, Visconde de Itaborahy, não trocava suas notas, ao contrario pedia elevação do direito de emittir do duplo para o triplo; e esse mesmo foi excedido. A taxa de juros era muito alta e subia sempre; a lavoura e o commercio pediam, aos gritos, meios para trabalhar, seguidos da industria, que tinha a voz ainda debil.

Havia quem prescrevesse, como medicação, o monopolio para o Banco do Brasil, que, aliás, se julgava com esse direito pela lei de sua fundação, mas, um monopolio alargado para o quadruplo. (Vêr Victor Viana, *O Banco do Brasil*).

Souza Franco e Mauá, homens educados no commercio, onde a lisura das promessas é condição de credito, não podiam advogar uma emissão que tinha fracassado na primeira difficuldade. Num paiz de papel moeda, diria Mauá, esta promessa de conversão é uma hypocrisia. Entretanto, havia necessidade de meio circulante, ou, pelo menos, assim o diziam, todos, e o Banco do Brasil com Itaborahy á frente.

O dilema era, pois, — ou o Banco do Brasil com o monopolio e emissão alargada, ou a pluralidade bancaria.

Num ou noutro caso, prometter a conversibilidade, era mentir. Para manter a produção e para impedir a derrocada commercial, era preciso meio circulante, entretanto.

A pluralidade pareceu melhor. *Com o direito lato de emissões...* como diz o Visconde de Taunay? Não. Bastará lêr o livro de Souza Franco. (*Bancos de Emissão no Brasil*) e os seus discursos e os de Mauá e o notavel parecer d'este sobre a crise de 1859.

A emissão era limitada até o maximo do capital de cada banco e ficava assegurada por apolices da divida publica e acções de estradas de ferro com garantia do governo ou um fundo de carteira igual; ou então, um fundo de metal de 50 % da emissão.

Acudia-se por esse processo a uma situação apertada na praça do Rio, onde o Banco do Brasil suspendêra o desconto normal e a uma situação de agonia de quasi todas as provincias, onde o Banco do Brasil não fundára caixas filiaes.

Sob esse regimen, crearam-se seis bancos, o Commercial e Agricola e o Rural Hypothecario no Rio, o do Rio Grande do Sul, o de Pernambuco, o do Maranhão, o da Bahia. Todos juntos tinham em 1858, o capital de 15.600:000\$ e tinham em circulação notas no valor de 5.356:000\$. (Para detalhes Amaro Cavalcanti — *O Meio Circulante Nacional*, II, 224 a 229 e Calogeras — "*La politique monétaire au Brésil* — 117 e seguintes).

Foi essa a *orgia financeira* inaugurada por Souza Franco e defendida por Mauá! Veio depois o abuso. O auge do escandalo e da emissão, a saturnal, ainda hoje se diz o *encilhamento* Souza Franco, chegou a 15.000:000\$ de emissão em todos os novos bancos! O Banco do Brasil, esse tinha na matriz e filiaes approximadamente a emissão de 40.000:000\$! (Ver Calogeras, cit. obra, 141).

Com as medidas repressivas de Silva Ferraz (Uruguayana) e Salles Torres Homem (Inhomirim) essas emissões tiveram que recolher-se. A Guerra do Paraguay veio concorrer para que a liquidação d'ellas não chegasse calmamente ao

seu termo. O prejuizo total dos bancos emissores de Souza Franco, defendidos por Mauá, andou por uns 2.000 contos, fraudes comprehendidas! O Banco do Brasil ficou só em campo, a *unidade de facto*. Mas, logo depois é o seu antigo Presidente Itaborahy quem, como Ministro da Fazenda, vem cassar-lhe a emissão a bem da tranquillidade das finanças.

“Se esta faculdade não lhe tivesse sido retirada, elle continuaria a sêr uma fabrica de papel moeda regulada pelos seus directores, com os desmandos que conduziram a situação ao estado actual” — diz o Ministro da Fazenda Itaborahy em 1869.

Esse attestado precisa ser acompanhado do confronto dos cursos do cambio nos periodos do *encilhamento* Souza Franco e da *deflação* Silva Ferraz. — O cambio foi, em média, o mesmo durante os dois periodos. (V. tabellas no livro citado de Calogeras, pag. 140 e no recente livro de Victor Viana, *O Banco do Brasil*, pag. 575).

A esse primeiro embate entre a unidade e a pluralidade bancaria, seguiu-se a campanha dos ultimos dias da Monarchia nos Ministerio João Alfredo e Ouro Preto. A pluralidade foi então ensaiada por Ouro Preto sobre lastro ouro. Não teve receio de perigos o consumado estadista. Veio logo a crise politica, com a Republica. Já estavam auctorisados tres bancos e a emissão recolheu-se como por encanto, sem prejuizo de um real. Veio depois a éra da Republica e, como nella tivemos de inicio todos os regimens, unidade e pluralidade, base de apolices e base de ouro e até de promessas de ouro não cumpridas, o exame dos prejuizos deixados pela tentativa de concentrar a circulação de bilhetes inconvertiveis, é o do grande desastre das fusões dos Bancos dos Estados Unidos com o Banco Nacional e depois com a encampação da emissão, sobre lastro de metade ouro, do Banco do Brasil. O que isso custou em dinheiro ao paiz sabe-se com pouca approximação, que basta, entretanto, para affirmar que é muitas vezes mais do que custou a pluralidade infeliz a que ella viera dar remedio. Mas, o que é muito difficil de calcular approximadamente é o mal indirecto que o conluio perigoso entre o banco emissor unico e o Governo ge-

rou nas nossas finanças e na nossa politica. Não errariamos dizendo que dahi provieram grandes desastres politicos, pois, é certo que o primeiro cuidado do Marechal Floriano ao empossar-se da Presidencia em 23 de Novembro, foi mandar sustar a distribuição do *Diario Official* em que o Banco da Republica ficava com a porta franca para emittir sommas fabulosas para si e para as necessidades que o Governo experimentava. Ao lado deste, os Bancos Emissores do Norte, do Sul, de S. Paulo, de Pernambuco, etc., representantes do periodo em que o Governo Provisorio foi pela pluralidade bancaria e despenhou-se pela ribanceira abaixo, não chegaram a emittir 50.000:000\$ ao passo que o Banco da Republica já tinha nessa época em circulação 320.000:000\$ que não valiam a terça parte (Vêr Calogeras, cit. obra 310).

Tanto é verdade que, para emittir notas inconversiveis, maior perigo é o banco unico.

Para Mauá não havia *doenças*, havia *doentes*. A sciencia de finanças elle a conhecia como os outros; mas, o *doente* elle o conhecia melhor do que os outros.

—“Já o dissemos e repetiremos até a saciedade; o nosso paiz é o unico que dispensou completamente as especies metalicas da missão principal, que o mundo economico lhes assignalou. Estamos pois *na excepção*; como ir buscar *na regra* os meios de melhorar o instrumento de que nos servimos?...” escreve elle.

Aprendendo a lição do medico pratico, do clinico de bom ouvido, nós poderíamos inquerir, caso o regimen da pluralidade bancaria tivesse sido adoptado durante esta *longa excepção* da Republica, se os males não seriam menores; e se em vez da ultima emissão de 600.000 contos conversiveis a 12 (!) e espalhada entre os commissarios e fornecedores de material, os directores de syndicatos, os atacadistas açambarcadores da praça do Rio, com ramificações por S. Paulo e Santos, se metade dessa emissão, apenas, tivesse ido mais perto do lavrador e do industrial, não teria sido mais util como meio de facilitar a producção?

Figuremos que, com o systema Souza Franco-Mauá, devidamente adaptado, o Banco Commercio e Industria e o Banco Commercial, por exemplo, em S. Paulo, o Banco da Provincia do Rio Grande do Sul, o Banco Mercantil e outros no Centro, o Banco Commercial e Hypothecario em Minas, o Banco Economico na Bahia, outro de Pernambuco, outro do Pará, estivessem habilitados a defender suas caixas com esses recursos, subordinados ás restricções da metade ou mesmo do total dos respectivos capitaes, com lastros commerciaes sujeitos á fiscalisação. Não se teria tornado mais facil auxiliar a produção das diferentes riquezas, com emissões de circulação *opportuna*, para a safra do café, do assucar, da borracha e do fumo?

Medicina de excepção, para um paiz que sempre viveu na excepção e que cada dia aggravava essa excepção, a pluralidade bancaria parecia a Mauá o unico regimen viavel para aquelle momento; por maioria de razão, falaria hoje essa mesma logica.

E se, além disso, pagassem esses bancos emissores seus impostos, correio, telegrapho, num regimen de igualdade e os juros pelo dinheiro emittido, digamos apenas 50.000:000\$ annuaes, que fundo de resgate se teria constituido em 10 ou 20 annos?

Baralhando noções, chamam-se geralmente de emissores os pluralistas. A confusão é lamentavel. As grandes emissões absolutamente improductivas foram feitas no Brasil no regimen da unidade.

Na escola conservadora, são idéas que parecem antagonicas, pluralidade e conversibilidade. Está claro que isso seria sciencia pura e que nada tem que vêr com um paiz de excepção permanente. Mas, mesmo para um paiz que não fôsse excepção, aquelles que fazem synonymos pluralismo e emissionismo, encontram nos mais bellos dos nossos nomes de homens publicos, um desmentido.

Se Mauá foi pluralista, com a base de ouro ou a base de titulos, em theoria, e em si isso é um erro de sciencia financeira, como parece, é preciso que lhe demos por companheiros os financistas mais notaveis do antigo regimen e o mais brilhante da

Republica, o Sr. Ruy Barbosa, que com tanto talento defendeu o systema.

Saltando do periodo de Souza Franco, 1857-1858, em que o Partido Liberal esteve todo a seu lado e o cambio não tremeu, veja-se o que occorreu no Parlamento trinta annos depois, quando se voltou á idéa da emissão bancaria para acudir á crise do trabalho em virtude da abolição.

Tem sabor especial transcrever na propria lingua em que foram escriptas, as palavras do Sr. Calogeras, autor sempre seguro:

"Guidés par le Vicomte de Ouro Preto, le conseiller Lafayette, le conseiller Dantas et Silveira da Motta et d'autres, les libéraux reprenaient la doctrine du Vicomte de Souza Franco et se battaient pour la pluralité d'émission". (*La Politique Monétaire au Brésil*, pag. 137).

Aos liberaes poderíamos accrescentar alguns membros do Partido Conservador, como o senador Visconde do Cruzeiro, especialista em finanças; e assim tambem deveríamos fazer observar que quasi todos esses pluralistas aceitaram a base de apolices com João Alfredo e a base de ouro com Ouro Preto. As tradições nacionaes, são pelo lastro apolices, diz Ruy Barbosa em *Politica e Finanças*, pag. 36. Na Constituinte, Julio de Castilhos e Demetrio Ribeiro fizeram da pluralidade bancaria dogma politico.

Quaesquer que sejam as opiniões sobre o assumpto, havemos de convir que está bem defendido um homem de commercio que teve discipulos desta ordem e arrastava atraz de si um partido politico.

Mauá era, pôde-se dizer sem receio, um anti-papelista. Num paiz de papel-moeda, que *tinha banido as especies metallicas* e que *tinha a praga do papel moeda*, a sua therapeutica era — desenvolver as vias de comunicação, favorecer a producção e para isso as emissões *temporarias* de Rio Branco e do partido conservador na lei de auxilios de 1875, com alguma amplitude, como recurso: passageiros; e os bancos emissores em numero limitado, fiscalizados, cercados das garantias exigidas nos es-

criptos e nos decretos de Souza Franco. Assim caminharia *estabilizando* pela acção do Governo, mas estabilizando no ideal de subir, de chegar ao par, pela riqueza creada, pelo trabalho accumulado, *a estabilização para a alta*, que é o verdadeiro interesse nacional e é um dever de honra para um paiz novo, que não tem o direito de pedir moratoria, gastando cada dia mais.

Como em Mauá ha sempre o que aprender, cabem aqui, ainda, suas palavras á Commissão de Inquerito da crise de 1859:

“Não ha quem negue que um papel moeda inconvertivel servindo de base ao meio circulante de qualquer paiz tem sérios inconvenientes; mas, tendo sido esse o agente das permutas do nosso paiz durante um periodo maior de trinta annos, cumpre ter esse facto muito em vista quando se lhe queira substituir o regimen metallico...

“Ha entre nós uma escola que pretende fazer jorrar o ouro por meio da concentração da faculdade emissora em um só banco, por meio do despotismo bancario; poder-se-ia perguntar se os despotas não abusam...

“Sustentarei, com a energia da convicção, embora se arrepiem os sectarios dessa escola, que o mais efficaz correctivo das emissões desregradas, é a concorrencia, a concorrencia regulada por lei que garanta os interesses do publico bem como os estabelecimentos bancarios contra os perigos provenientes do uso dessa faculdade...

“Sinceramente não comprehedo os *gritadores*. O que descubro nessas declamações são méros pretextos dos adeptos do monopolio bancario para illudir o publico e dispôr o terreno para a supressão dos bancos auctorizados em 1857, deixando só em campo o mimoso Banco do Brasil, com todos os seus vicios de organização, hoje reconhe-

cidos por Gregos e Troyanos, seus erros e sua mais que provada incapacidade administrativa, o que nos arrastaria infallivelmente a um abysmo”.

Este *pluralista*, que era um partidario da estabilisação na taxa de 27 e trabalhára por ella e triumphára em 1858, ensinava aos governantes :

“E’ preciso porém, considerar que não ha theorias nem calculos, nem cambio que resistam a despezas enormes, superiores ás receitas”.

Tivessemos nós sempre medicos de igual saber e pratica.

CAPITULO XVII

Mauá no Rio da Prata

Mauá deixou no Uruguay indelevel recordação e o seu nome é igualmente um vinculo forte entre os dois paizes.

(MINISTRO FELIX PACHECO, discurso no banquete em honra do Dr. Gabriel Terra).

QUE impulso teria levado Mauá a Montevideo em 1851? Rico, muito rico, á frente de uma casa de commercio que se desdobrava no paiz e no estrangeiro em varias succursaes onde, em poucos annos, ganhára para si e para os socios a abastança, era natural que esperasse, braços cruzados, que lhe entrassem porta a dentro os fructos do seu trabalho.

Entretanto, foi em plena prosperidade que as casas de Carruthers e Mauá desapareceram, quando constituiam já uma vasta organização no paiz e no estrangeiro, dominando varios ramos de commercio.

E' que Mauá sentiu seus *outros destinos*; o horizonte estava estreito.

Ambição de dinheiro? Ambição de gloria?

Será possivel que as duas forças tenham actuado para transformar o negociante importador de fazendas e ferragens e exportador de café, fumo e assucar, no industrial, no banqueiro. no empresario ousado de grandes melhoramentos, que nesses novos commettimentos, iria conquistar para si o primeiro lugar e levantar para seu paiz uma obra que ninguem, até hoje, pre-

tenderá ter feito igual, nem com os recursos proprios nem com os cofres publicos á disposição.

Poder-se-ia dizer, sem figura de rhetorica, que foi no serviço militar da sua patria que Irenêo Evangelista de Sousa iniciou a nova phase.

Havia no Brasil um ambiente de liberdade e de liberalismo e havia nelle um espirito idealista que naturalmente se combinaram e completaram para produzir a singular transformação. Irenêo abandonou o conforto dos bens de fortuna e de uma invejavel posição social, para lançar-se em aventuras de uma revolução em paiz estrangeiro. A causa da Humanidade o attrahio. Por muitas affinidades acode á mente o nome de Garibaldi, que, como elle, andou junto dos *farrapos* no Brasil e batalhou junto d'esses mesmos orientaes perseguidos, ao lado dos quaes elle se foi depois collocar cavalheirescamente.

A brochura inflamada de Alexandre Dumas — *Nouvelle Troie* — tinha despertado na nossa população a sympathia pelos sitiados de Montevidéo.

O temor de Rosas e de sua politica trazia os governantes do Imperio alarmados com a hypothese da quêda da praça de Montevidéo, preparando a base em que Rosas e o seu amigo Oribe pareciam associados para o restabelecimento do Vice-Reinado Hespanhol das Provincias do Rio da Prata.

O Rio de Janeiro era o ponto onde os emigrados faziam a exhibição de suas angustias e a propaganda contra a politica dos verdugos. Foi D. Andrés Lamas o grande emissario dessas victimas, que um sitio interminavel estava reduzindo pela miseria e pela fome depois que as esquadras ingleza e franceza, em inexplicada defecção, abandonaram o estuario do Rio da Prata, suspensos os subsidios pecuniarios que as duas grandes nações forneciam até 1848.

O temperamento de Irenêo Evangelista de Souza, o seu berço rio-grandense da fronteira, quasi terra cisplatina, onde a alma do povo visinho vibra intensamente, illuminam a seguinte scena que Pedro Lamas conta em seu livro — *Etapas de una*



D. ANDRÉS LAMAS.

De uma miniatura em poder de sua neta, Senhora Carlos
Pueyrredon, D.^a Sylvia Saavedra Lamas de Pueyrredon.

gran politica —: “Um dia, pela manhã, subiu aquellas duras escadas da casa da rua Pedreira da Gloria, um jovem de aspecto sympathico e intelligente e entregou seu cartão — *Irenêo Evangelista de Souza*.—Não sei quem é—disse meu pae—que me espere no escriptorio. — Aquella visita era o começo do exito”... Irenêo tinha ido offerecer ao Governo de Montevidéo, armas, polvora, munições e um subsidio pecuniario mensal que seria entregue directamente em Montevidéo.

A surpresa desse nobre voluntariado lançou a suspeita no espirito de D. Andrés Lamas. Seria um espião do General Thomaz Guido, o ministro de Rosas, que, na Côrte do Imperio, mantinha policia secreta acompanhando todos os passos dos emigrados? Fechou-se em reservas D. Andrés Lamas e adiou a entrevista.

Foi em S. Christovam no dia immediato que o Imperador o tranquillizou. Irenêo era um confidente da politica imperial. Sua escolha fôra aconselhada por varias causas, particularmente por sua solidariedade enthusiastica.

Desde esse momento estava sellada a amisade entre as dois homens que haviam de ser os mais efficazes e assiduos obreiros da approximação politica que teve seu marco inicial na visita de Irenêo á casa da rua Pedreira da Gloria em 1850. Pouco tempo depois D. Andrés Lamas era recebido pelo Governo Imperial como Ministro da Republica do Uruguay e o General Guido pedia passaportes.

A politica inaugurada fez de D. Andrés Lamas quasi um brasileiro, amigo pessoal de D. Pedro II, veranista em Petropolis por doze annos seguidos, proprietario ahi de uma vasta chacara e nosso alliado sincero na *gran politica* da America do Sul: assim como fez Irenêo o representante permanente do Brazil no Rio da Prata.

Seu nome tinha sido indicado ao Ministro do Estrangeiros, Paulino de Souza, pelo Marquez de Mont'Alegre, o segundo Presidente do notavel Gabinete que se chamou o Ministerio das Aguias.

—“ O Ministerio de que fazia parte o grande homem de Estado Paulino José Soares de Souza, depois Visconde de Uruguay, cabeça politica como não temos tido meia duzia desde a separação da mãe patria, comprehendeu a gravidade da situação e tratou de quebrar a força dos elementos que se preparavam para hostilizar-nos. Desde o começo de 1850 acompanhei todas as evoluções da politica do Brazil no Rio da Prata pela confiança com que me honraram os Srs. Ministros. Em meados desse anno, declarou-me o Snr. Conselheiro Paulino que, posto que a attitude da Legação Argentina se tornasse cada dia mais pronunciada, o Brazil não estava preparado para aceitar a luva, e cumpria ao Governo reunir, sem fazer barulho, os elementos precisos para dar o golpe... E S. Ex. me fez saber que, abandonado o governo da praça de Montevidéo pela França, inevitavel era sua quéda e completar-se-ia o dominio de Rosas na Republica, perdendo o Brazil sua base de operações na guerra inevitavel que se approximava; que era preciso a todo transe sustentar a praça com recursos financeiros em quanto não estava o Brazil preparado para fazer a guerra e que o Governo confiava em mim para prestar os auxilios indispensaveis com os supprimentos de dinheiro por mim feitos.” (*Exposição aos credores de Mauá & Cia.*, pag. 16).

Desde esse momento era elle o plenipotenciario brasileiro no Prata para a politica a que se chamará o imperialismo ou a intervenção; politica de defeza legítima naquella época em que a turbulencia dos moradores e as vistas ambiciosas de varios caudilhos aconselhavam uma attitude de arma ao hombro e de discreta vigilancia nos negocios internos dos nossos irrequietos visinhos.

Essa politica soffria os ataques dos liberaes, ainda enraivados de sua recente quéda. Lopes Gama se vangloriará, em 1865, em seu voto separado do Conselho de Estado, de a ter desapprovedo; mas, o julgamento definitivo parece que deve ser o que se concretizou nestas palavras de Euclides da Cunha: “Paulino de Souza aproveitou (1851) um lance magnifico para

ampliar, de golpe, o campo da acção inegavelmente civilisadora da diplomacia imperial". (*A' Margem da Historia*, pag. 324).

Irenêo era francamente partidario dessa politica. Com o desassombro de suas attitudes, elle a preconisa sem hesitação, Mais tarde, em 1864, ainda em momento de delicada susceptibilidade internacional, defende-a pelo *Jornal do Commercio*. — "Já se vê que repillo essa politica tão apregoada nestes ultimos annos de abstenção completa e absoluta dos negocios do Prata... Sou daquelles que pensam dever o Brasil exercer no Rio da Prata a influencia a que lhe dá direito sua posição de primeira potencia da America do Sul; o facto de serem as fronteiras do Imperio limitadas pelas republicas do Prata; os interesses commerciaes que a ellas nos ligam, avultados na actualidade e susceptiveis ainda de extraordinario desenvolvimento; a circumstancia excepcional de habitar na Republica Oriental do Uruguay um grande numero de brasileiros, cujos interesses legitimos é rigoroso dever do Governo Imperial proteger e amparar; tudo o que reunido constitue um interesse nacional de primeira ordem, que não póde deixar de ser attendido em todas as épocas e em qualquer occasião"... — (20 de Abril 1864).

Não se negará franqueza na attitude. Foi ella, de certo, que, em 1850, determinou sua escolha para executor da politica que o Ministro de Estrangeiros Paulino de Souza defendeu em seus memoraveis discursos de 1853 na Camara dos Deputados.

A circumstancia precisa ser accentuada para a condemnação severa do abandono em que o Brasil deixou depois os interesses do Banco Mauá, sacrificados á furia de inimigo adquirido no serviço dessa politica e á voracidade dos comparsas de administradores que as revoluções substituiam em rotações frequentes e que traziam no bolso decretos de perseguição aos interesses de Mauá e leis de favor para os amigos.

Não faltou nunca a Mauá a confiança do Governo Imperial; solidariedade absoluta. Foi elle, como agente financeiro e executor principal da politica no Sul, o depositario dos nossos segredos diplomaticos, nosso plenipotenciario, poderíamos escrever.

Em 6 de Setembro de 1850 firmam-se na Secretaria de Estrangeiros do Brasil, dois pactos; num delles, a que protocolarmente se denomina *contracto*, o negociante Irenêo Evangelista de Souza assigna com o Ministro Oriental D. Andrés Lamas e o Ministro da Fazenda Rodrigues Torres (o futuro Visconde de Itaborahy) compromisso de fornecer as contribuições mensaes secretamente ajustadas com o Governo Imperial. O relatório do Ministerio de Estrangeiros de 1852, em sua exposição faz menção da nota de 3 de Abril desse anno em que "o Ministro Oriental explica a parte que teve aquelle honrado negociante nos mencionados contractos".

Tendo a França reduzido novamente, em Outubro, seu auxilio pecuniario aos sitiados, novos contractos se firmaram em 1.º de Dezembro de 1850 entre as mesmas partes contractantes para supprir o *deficit* que levaria á rendição a praça de Montevidéo, arrastada já nesse momento a extrema penuria de viveres e de munições. O Governo Imperial sentiu afinal necessidade de attitude mais franca e, em Março de 1851, assegurou o Ministro Paulino de Souza que embarçaria a tomada da praça de Montevidéo por Oribe. Em Setembro de 1850 o Ministro Oriental pedira novos auxilios para substituir os derradeiros que a França fornecia e que eram nesse momentto retirados.

O Governo Imperial precisava de Montevidéo para centro das operações contra Oribe, amigo de Rosas, cujas tropas tinham invadido a Republica Oriental.

O tratado de subsidios de 12 de Outubro de 1851 estipulou mais fartas contribuições. Em todas essas negociações tomou parte sempre o *negociante* Irenêo Evangelista de Souza e em dois contractos seu nome está assignado em igualdade com as Altas Partes contractantes. Essas contribuições foram sempre fornecidas por intermedio de Irenêo, e não poucas vezes com o caracter de adeantamentos feitos ao Governo Imperial.

Como se desempenhou elle de seu patriotico encargo, vae dizel-o o Ministro do Uruguay — "Irenêo entregou as mensalidades devidas pelos contractos de Setembro e Dezembro de

1850 sem o menor desconto a titulo de juro, commissão ou qualquer outro interesse"... (Nota Uruguaya de 3 de Abril 1852).

Não estava, porém, no temperamento de Mauá o papel de simples intermediario, de agente. Na aventura brasileira, que não era isenta de perigos, lançou-se de corpo e alma; sua fortuna particular ficou tambem ao serviço da causa. O Dr Gabriel Terra, de familia importante e tradicional, filho de um eminente homem politico e elle mesmo alta personalidade hoje no Uruguay, membro do Conselho Nacional de Administração veio dar recentemente, em bellissimo discurso no banquete Felix Pacheco, no Jockey Club, perante os professores G. Dumas, G. Martin, Marchoux e Janet, o testemunho da gratidão de sua patria a esse brasileiro que correu em auxilio dos sitiados de Montevideo, abandonados pela França e pela Inglaterra, depois de um sitio de oito annos: — "Estivemos para desaparecer como povo independente... de 15.000 homens que defendiam os muros da Nova Troya só restou menos de metade; os outros tinham sido mortos na trincheira; ficaram dizimadas a legião italiana ás ordens de José Garibaldi, que foi vosso heróe antes de ser nosso, e a legião franceza; os navios inglezes e francezes que bloqueavam os portos argentinos nos abandonaram por instrucções de seus governos, obrigados a attender a outros interesses do continente europeu, considerados mais importantes do que os d'estas regiões então desconhecidas... e os abnegados romanticos da defeza de Montevideo se preparavam para morrer... Foi em taes circumstancias, que um brasileiro de figura esbelta, de physionomia aberta e intelligente e de captivante palavra, se apresentou a D. Andrés Lamas, no Rio de Janeiro, offerecendo sua fortuna para sustentar os sitiados com alimentos, armas e munições, por amor á causa do heroismo e da liberdade. E esse brasileiro era Irenço Evangelista de Souza, conhecido depois na historia d'estes paizes pelo nome inolvidavel de Mauá. Elle personificava o Brasil, amigo do Direito e da Justiça naquelles dias de angustia para o meu

povo; reflectiu o sentimento de sua Patria". (*Jornal do Commercio* de 2 de Agosto de 1925).

A citada nota uruguaya de 3 de Abril de 1852 já havia falado officialmente da attitude heroica d'esse voluntario brasileiro que se foi alistar em meio de tantos riscos na defeza da causa dos sitiados. Merece transcripção o trecho: — "Com inteira independencia d'esses contractos em que o Sr. Irenêo Evangelista de Souza serviu de intermediario desinteressado dos soccorros que foram concedidos pelo Governo Imperial, se celebrou a 7 de Setembro de 1850 com varios individuos do commercio ainda que debaixo do nome sómente do mesmo Sr. Irenêo, que era um delles, o contracto para fornecimento de tropas... estipulando-se juros que (acrescenta a nota) eram iguaes ou inferiores aos que podiam obter-se por outras applicações d'esses fundos e infinitamente inferiores ao grande risco a que expunham o capital desembolsado, bastando observar-se, para medir o perigo que corria esse capital, que se cahisse Montevidéo, *como era de receiar*, ficava por esse facto totalmente perdido"...

Assim, Irenêo Evangelista de Souza, moço brasileiro de 36 annos, enormemente rico, (sua fortuna era calculada em £ 300.000) e chefe unico de uma familia de mãe e irmã viuvas, mulher e cinco filhos que idolatrava, estava lançado numa aventura, ao serviço de sua patria, em paiz estrangeiro, por amor de uma causa nobre.

Victoriosa militarmente esta, com a rendição de Oribe, não considerou Irenêo que sua missão estivesse finda; estabeleceu-se em Montevidéo. Ninguem terá saltado em terra estranha com tão potentes credencias, agente financeiro de paiz alliado e heróe romantico de uma aventura politica.

Ouçamos ainda o Dr. Gabriel Terra, que não faz mais do que repetir o que falam os livros de historia, de economia politica e de finanças de sua terra — "...O brasileiro amigo do Uruguay, terminada a guerra, confia mais do que nunca nos seus destinos, collocando entre nós parte importante de seus cabedaes em ferro-carris, illuminando a gaz a nossa capital, or-

ganizando estabelecimentos pastoris, em quasi todos os departamentos da Republica para iniciar as melhoras das raças com productos importados, fundando *saladeros* para a elaboração das nossas carnes, diques para construir e reparar os navios que navegam em nossos rios, etc”.

Este eminente cidadão oriental, cuja brilhante carreira politica desabrocha em perspectivas de mais saliente futuro, pagou um tributo que sua patria, hoje rica e prospera, civilisada e feliz, deve ao brasileiro illustre, tão mal compensado na gratidão de seus compatriotas. Foi nobre, sim, o Dr. Gabriel Terra; mas, não foi exaggerado. O nome de Mauá nunca poderá ser esquecido na historia dos dias felizes do povo oriental.

Ouçamos, já agora que o Dr. Gabriel Terra veio trazer o testemunho que os livros de sua terra nos dão a cada passo (Andrés Lamas, Pedro Lamas, Eduardo Acevedo, Aureliano Berro, Luis Alberto de Herrera, Oneto y Vianna, Claudio Williman, Gabriel Terra, Marrupe, etc.), a narração do proprio Mauá :

“Ao terminar a guerra (contra Oribe) achei-me comprometido com uma *somma* assaz forte ao debito do governo oriental e o estado economico da Republica, que tive de apreciar nessa occasião, representando um verdadeiro cadaver, causou-me serio receio de a perder; tive em seguida de entranhar-me, nas veias economicas enfranquecidas dessa sociedade, criando-me os perigos que em 1868 produziram o primeiro choque violento na posição da casa Mauá (*Exposição aos credores*, 18). Além do dinheiro fornecido por ordem e conta do Governo Imperial... “de que não me proveio, como é sabido um real de beneficio”... elle fornecêra por sua conta... “todos os recursos de que dispunha e que eram de alguma monta e sempre 1 % abaixo do juro corrente”... (Cit. *Exposição*).

Entre uns e outros auxilios, os de origem official e os de origem officiosa, calcula-se que Mauá seria credor da Republica Oriental, governo e particulares, por 1.000.000 pesos ou 7.000.000\$ ao cambio actual. Facil seria ao prestamista ajustar essas contas no Thesouro do Brasil; nada mais justo do que essa

encampação e os homens de Governo no Brasil, seus amigos, recebê-la-iam com olhos benignos; seria o preço de *obras novas* para a consolidação da aliança.

Não foi isso que Mauá fez. Patriotismo de firmar o domínio economico do Brasil, creando uma situação pessoal que nos havia de ser tão util? Sonho de gloria no seu idealismo de civilizador industrial de uma nacionalidade, como o era de sua patria?

O criterio anglo-saxão não se inquietaria tanto com a psychologia do caso para julgar a obra. Os crimes de Cecil Rhodes, que levaram o honesto Stead a recusar-lhe a herança, as atrocidades de Warring Hastings que provocaram a mais forte peça da tribuna politico-judiciaria ingleza, essa famosa oração de Sheridan, não excluem nem um nem outro da lista dos benemeritos da Inglaterra; são filhos que lhe trouxeram a Rhodesia e lhe conquistaram o dominio da India. Mauá reunirá ao titulo de creador de uma aliança, a gloria de ter levado ao coração daquelle povo a *sympathia* pela nossa virtude politica. Com a sua intervenção financeira, honrada e feliz, consolidou o prestigio politico do Brasil.

Sua grande arma de penetração foi o Banco Mauá y Cia. que será objecto do capitulo seguinte, embora, sua acção pessoal tenha começado antes. Os inimigos de D. Andrés Lamas, chamaram-no a esse grande oriental, *el brasileño*; Mauá, de seu lado, se fez uruguayo; os dois realisaram essa aliança politico-economica, que, continuada pelo Visconde do Rio Branco... "a mão mais segura e delicada a que estiveram entregues as nossas relações externas"... ficou definitivamente sellada pela acção do segundo Rio Branco.

O Uruguay era em 1853 uma nação cujas estatisticas accusavam a população de 170.000 habitantes, admittindo-se a hypothese de mais uns 20.000 que não teriam sido recensados.

Mauá assim descreve o estado daquelle rica terra, tão escassamente povoada:

"Visitando Montevidéo, antes e logo depois de organizado

o Governo Constitucional, e atravessando a campanha, fiquei contristado. Na Capital era a completa desorganização em todos os ramos da administração. Quanto a recursos financeiros, o governo dominado por um grupo de exploradores de má fé; quanto á arrecadação das escassas rendas, prevalecendo a rapina. No commercio mesmo, nas minguidas proporções em que um consumo limitadissimo collocava esse elemento de vida, reinava a desordem, em seus movimentos; agricultura nenhuma; os ricos campos de criação *pellados*; atravessavam-se dezenas de leguas sem encontrar uma só rez; finalmente o paiz era um verdadeiro cadaver politico, economico e financeiro; os dez annos de guerra haviam tudo assolado. A meu vêr só a occupação brasileira e os nossos auxilios, durante alguns annos, salvaram essa nacionalidade de uma *dissolução completa*".

Depois disso, que elle chamou a occupação, os *nossos auxilios* foram quasi que exclusivamente a sua obra financeira.

Sua casa bancaria do Brasil, em plena prosperidade, começou a operar por meio de uma agencia; e antes de fundar o Banco Mauá y Cia., em 1857, o primeiro banco estabelecido em Montevidéo, já a Casa Mauá do Rio tinha tomado raizes solidas no povo vizinho.

De 1853 até o anno de 1868, quando começaram leis e actos de excepção crimosamente urdidos contra o Banco Mauá y Cia., nenhum outro nacional ou estrangeiro teve na Republica vizinha acção tão vasta e talvez poderemos dizer que nenhum lhe prestou tão grandes serviços. Vêr-se-á nestas paginas o que fez esse banqueiro ao serviço do Brasil e o que fez esse habil politico, com a força que adquiriu, insinuando-se e tornando-se forte e querido em todas as classes sociaes.

A sua acção particular de commerciante, de industrial, de estancieiro, multiforme, tomando todos os canaes da circulação do sangue que brotava n'um povo em embryão e já dignificado pelo soffrimento, fez delle a figura central na margem esquerda do Prata, de onde irradiariam, em seguida, força e prestigio brasileiros para a margem opposta. Dentro de poucos annos

Mauá tinha realizado tudo quanto disseram as bellas palavras do Dr. Gabriel Terra no banquete Felix Pacheco.

Envolvido na vida nacional, como um filho da terra, seu nome figurou em todos os empreendimentos que crearam a riqueza do Uruguay.

Na Exposição Universal de Londres em 1862, o Barão de Mauá não appareceu sómente como grande expositor brasileiro; seu nome figurou tambem entre os melhores premios de varias industrias do Uruguay.

Membro da Comissão organisadora da Exposição de Industria Nacional que, em Dezembro de 1861, inaugurou no Rio de Janeiro a nossa exposição preparatoria da de Londres e onde foi dos maiores e mais notaveis expositores, elle auxiliava tambem a commissão uruguaya que para o mesmo fim trabalhava em Montevidéo, sob a presidencia do notavel homem publico Dr. Manuel Herrera y Obes.

O Uruguay, que dez annos antes não existia, e que era, então, um paiz de 350 mil homens, já se apresentou de tal fórma que o *London Telegraph* de 21 de Abril de 1862 registrava: "Ahi está o Uruguay levando a dianteira na concorrencia sul americana"; e o consul Graham Gilmour, representante do Governo Oriental, escrevia ao Dr. Herrera y Obes, orgulhoso da sua representação, para destacar as lãs de Malmann & C., dos Irmãos Drable e do Barão de Mauá; e Benjamin Poucel, uma das mais acatadas autoridades no assumpto, expressava-se: "As lãs do estado Oriental guardam uma elasticidade superior ás de Buenos Aires, devido á alimentação nos pastos uruguayos. Essa causa natural não póde ser alterada; assim é que as amostras do Barão de Mauá e do Sr. Malmann, comquanto encontrem rivaes nas dos Srs. Halalz y Stegmann (Buenos Aires) conservam sobre estas a vantagem da elasticidade (Eduardo Acevedo, *Historia del Uruguay* — V — 705).

As grandes estancias de Mauá não appareciam, porém, sómente com as lãs de suas ovelhas de primeira ordem. Tambem o gado vaccum ia figurar em Londres chamando attenção para os magnificos campos do Uruguay.

Os estabelecimentos de D. Carlos Reyles e do Barão Mauá, eram os mais notáveis do Uruguay; o de D. Carlos Reyles de 40 sortes de campo, *povoados* de 50.000 cabeças; os de Mauá, em Soriano e em Paysandú, que nesse tempo já somavam 35 sortes de terra e que muito se destacavam pela qualidade de seu gado e por sua boa organização e instalação, com grandes campos divididos por cercas, o que não era *commum* (Eduardo Acevedo, *Historia del Uruguay* — V — 694) base com que Mauá, adquirindo novas estancias, fundou alguns annos depois a Companhia Pastoril, que seria hoje uma das mais ricas e poderosas companhias do mundo, possuidora que já era em 1875 de 48 sortes de terra no Uruguay e 70 na Argentina com mais de 100.000 cabeças, reproductores de primeira ordem e que tinha como objectivo adquirir no Brasil (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catharina) uma extensão de terras *dez vezes maior* para fazer, em grande, a pecuaria.

Não foi só como estancieiro que Mauá figurou na secção oriental, mas tambem com as amostras de seu trigo e de carnes conservadas e dos sub-productos das suas industrias.

Uma das bases de sua aspiração de fortuna foi essa industria pastoril, em que lhe cabe papel saliente entre os precursores do grandeza do Rio da Prata. Os beneficios que colheu, que foram, alguns e os lucros que deviam chegar depois, que seriam collossaes, não vieram do acaso, nem do trabalho alheio, preparou-os elle com suas mãos; hoje, recolhem outros, riquissimos estancieiros orientaes e argentinos, os fructos abençoados; mas, honra lhes seja, nas nações vizinhas o nome de Mauá é sempre citado com mais veneração do que entre nós.

Em poucos annos, em seguida a uma revolução de nove annos, tudo estava mudado. Nesse curto lapso de tempo, o Estado Oriental era outro. Administração prudente, em dez annos de paz ou de quietação, tinha restituído a abundancia áquelles campos que a guerra civil reduzira a um só campo, sem cercas, sem gado, sem gente — o deserto.

A Mauá e ao Banco Mauá y Cia. coube, nessa transformação, o principal papel. O movimento commercial, o impulso

industrial que dahi resultou e os progressos materiaes vieram em consequencia. O nome de Mauá viverá na memoria dèssa época de renascimento. Seus capitaes e seu credito, ao serviço do Governo e dos particulares, foram factores indirectos de grandes empreendimentos; a sua acção directa fez-se sentir em muitas dellas.

A illuminação a gaz de Montevidéo tinha cahido em tal descredito, como idéa associada de febre amarella, de máo cheiro, de perigos e de treva espessa, que o kerozene lhe offereceu por muito tempo concorrência seria. Deve-se muito a Mauá a reorganisação da empresa do gaz, tendo á frente os nomes dos Dr. Manoel Herrera y Obes, Francisco Castellanos e outros que lançaram nova companhia, depois transformada em fonte de bons lucros, dos quaes Mauá participou.

O telegrapho electrico não lhe podia ter sido indifferente. Uma empresa, a cuja frente estava um filho de D. Andrés Lamas, é obra de sua influencia. Translademos em original as palavras de Eduardo Acevedo:

“Ya era corriente en esos momentos (1864) que una empresa que respondia a combinaciones financieras del Baron de Mauá tenia el proposito de establecer el telegrafo electrico entre el Brasil, el Uruguay y la Argentina (*Historia del Uruguay* — V — 220).

No estrangeiro, o programma de Mauá não era diverso do que pregava aos seus socios no Brazil — “. . . todo o empreendimento de utilidade publica, toda a industria nova, se estuda; quando parece remuneradora, embarca-se de corpo cheio, quando é arriscada, *subscreeve-se alguma coisa* — é um dever nosso”. . . — (Carta a Ricardo Ribeiro).

E' por isso que o Banco Mauá y Cia. e o Barão de Mauá figuravam em tudo quanto se fazia de util no Uruguay: diques e estaleiros para navios, que ainda existem, plantações de algodão, cortumes, (as peles cortidas figuraram na Exposição de

Londres) fabrica de gelo, plantações e moinhos de trigo (o seu trigo também figurou na Exposição) tijolos, ladrilhos, etc. tudo. (Vêr especialmente *Historia del Uruguay* de Eduardo Acevedo — Vol. V — pags. 220, 228, 238, 240, 247, 292, 355, 694, 696, 705.) — e a *Biographia de Bernardo P. Berro* do Dr. Aureliano Berro, pags. 287 e seguintes.)

Seria difficil encontrar nesse periodo, que vae de 1857 a 1868, alguma empreza util ao progresso da Republica vizinha em que Mauá não estivesse interessado, ou como promotor ou como fornecedor de capital.

Mas, ha um logar de particular relevo a assignalar para o que elle fez e para o que elle quiz fazer em bem da exportação de carnes.

Com a sua visão genial, Mauá teve a percepção clara do futuro do Rio da Prata na industria pastoril. A criação no Brazil seria a segunda parte desse plano; viriam depois a dilatação para o Rio Grande, e a exploração dos campos do interior do Paraná e Santa Catharina, onde a terra não achava preço e não havia ainda caminhos de penetração. Em campos estrangeiros elle prepararia, com o tempo, o material, os typos seleccionados.

No Uruguay ninguem teve n'aquella época maior folha de serviços á industria pastoril.

Em 1860 começaram as primeiras tentativas para a exportação da carne secca em melhores condições do que aquellas até então usadas e que, pela inferioridade do producto, só garantiam os mercados de Havana e do Brasil. Esses grandes esforços, seja dito, não foram coroados de exito correspondente. Apenas a Inglaterra abriu, muito escassamente, um pequeno mercado, graças ás amostras perfectas de Mauá e de outros na Exposição de Londres.

Foi quando Mauá se poz á frente do movimento que havia de conseguir *afinal* a exportação facil das riquezas animaes do Rio da Prata:

“El Baron de Mauá publicó avisos en la prensa européa a principios de 1865, ofreciendo

un premio al inventor del mejor procedimiento para la conservacion de las carnes" (Eduardo Acevedo, *Historia del Uruguay* — V — 696).

J. Morgan, de Inglaterra, fez jus a esse premio. Seu processo mereceu a attenção da Europa, e obteve patente de privilegio em França, Inglaterra e Estados Unidos da America do Norte. Mauá logo contractou um scientista para applical-o, o Dr. Fleury. O processo premiado era para permittir a exportação de carnes frescas. Ao mesmo tempo, outras experiencias eram tentadas, tendo mais ou menos a mesma base do processo de Morgan. Jackson, J. Cibils y Cia., o Dr. Vavasseus, Saturnino Ribes, em Montevideo, e uma empreza de poderosos capitalistas e estancieros argentinos (Martinez de Hoz, Leonardo Pereyra, Juan Anchorena, Bernardo Irigoyen e outros) foram os pioneiros desse movimento de que foi o primeiro o Barão de Mauá:

"Todos esos procedimientos fueron perdiendo su prestigio ante el resultado de los ensayos de exportacion que revelaban que todavia no se habia salido del comienzo de los estudios (Eduardo Acevedo, *Historia del Uruguay* — V — 698).

A todas essas tentativas de outros, não faltou nunca o concurso da boa vontade ou do dinheiro de Mauá.

Nem ellas foram de todo perdidas, como poderá estar parecendo ao leitor. A exportação cresceu bastante pela melhor qualidade do producto e alguma coisa ficou de pé — producto d'essa iniciativa e ainda até pouco tempo existia, prospera e feliz — a empreza Liebig em Fray Bentos.

O Barão de Liebig pediu o privilegio em 1862 ou 1863, para um systema de fabricação de extracto de carne. Era outro meio de exportar a carne; não podia deixar de ter o auxilio de Mauá. A casa Giebert & Cia, representante do Barão Liebig, encontrou logo o apoio do Barão de Mauá, amigo do Presiden-

te Berro e banqueiro do Governo. Em pouco tempo essa empreza tomava largo desenvolvimento. A carne passava a conquistar mercados europeus com preços remuneradores.

No activo da firma Mauá & Cia. do Rio de Janeiro encontram-se lançamentos, entre 1875 e 1878, do producto de muitas mil libras esterlinas de acções da "*Liebigs extract of meat Company*" que deixaram lucros abundantes, ao lado de emprezas congeneres que deixaram prejuizos.

Desta ordem de serviços de Mauá existem, como vimos, bastantes documentos na Republica vizinha.

No Brasil ha outros, que são ignorados aqui e lá. A preoccupação de Mauá em fazer chegar *carne fresca* aos mercados europeus está representada como prejuizo em algumas verbas do balanço de sua fallencia. Elle antevia aquelle processo (que já estava tão proximo) da conservação pelo frio. Nos seus livros commerciaes, mesmo no periodo das graves difficuldades, são ainda frequentes os lançamentos de remessas constantes de £ aos Dr. Letheby e ao chimico Richardson para estudos sobre conservação de carne.

Mais alguns annos e teria elle recolhido o beneficio desses esforços herculeos de quatorze annos. O que esse *sonho* lhe custou não se póde bem apurar, á falta de escripturação commercial barbaramente destruida pelo fogo. Mas, foram com certeza algumas centenas de contos de réis, segundo as notas que ainda pude encontrar, escassamente compensadas pelos lucros nas acções da Empreza Liebig e outras.

Na historia da prosperidade da industria pastoril, ha um logar de honra para o Barão de Mauá; no Rio da Prata ninguém lh'o recusa.

CAPITULO XVIII

O Banco Mauá y Cia.

En pos de esas tentativas fracasadas le llega su turno al Banco Mauá, el primero que se estableció en el país y que tuvo una influencia considerable en el desarrollo de nuestros progresos, envuelto muchos años despues en una de nuestras mayores crisis a causa de sus grandes vinculaciones con el gobierno, el comercio y las industrias de la Republica.

(AURELIANO G. BERRO. — *De 1860 a 1864 — La diplomacia, la guerra las finanzas*, 296).

ERA natural que, estabelecendo-se no Estado Oriental em 1853, ahi iniciando largas operações na agencia de sua casa bancaria do Brasil, tivesse Mauá, com o seu espirito emprehendedor, cogitado logo de crear um Banco.

Foi o primeiro banco que o Uruguay conheceu.

As tentativas de 1853 no Governo do Giró para um banco de descontos e para um banco hypothecario architectado por Fernando Menck, tinham succumbido durante a gestação legislativa; assim tambem fracassaram, em 1854, o projecto Hordañana, para um instituto de depositos e descontos, que chegou a ser approved pelo Poder Legislativo, e o projecto Muñoz, que nem essa approvação mereceu. Tambem naufragou segundo projecto de Menck como representante de syndicato europeu, que pedia o Banco Nacional Montevideano, cujo plano foi approved assim como os Estatutos, mas que, afinal, não encontrou capitaes.

A todos pareceria talvez arriscado ou prematuro um emprehendimento cuja principal base é a confiança do publico e a tranquillidade dos espiritos, ainda impressionados com os desastres de uma guerra civil de nove annos e com as agitações que perduravam durante o governo constitucional de Giró.

A' capacidade realisadora de Mauá estava destinado o papel de crear o primeiro instituto de credito na jovem Republica, que era apenas *um campo pellado*, com uma população generosamente calculada então em 220.000 habitantes, dos quaes 50.000 em Montevidéo.

“O Banco Mauá, o primeiro que se estabeleceu no paiz, teve consideravel influencia no desenvolvimento de nossos progressos e viu-se envolvido muitos annos depois em uma de nossas maiores crises por causa de suas grandes ligações com o governo, commercio e as industrias da Republica” — eis o testemunho acima exarado do Dr. Aureliano Berro, prestigioso politico e escriptor oriental.

Em 1857 discutira Mauá, no Rio de Janeiro, com D. Andrés Lamas o projecto que, levado ao estudo dos poderes constituidos do Estado Oriental, originava afinal o Banco Mauá y Cia. A lei de 2 de Julho de 1859, cuja discussão legislativa foi feita numa atmosphera de inteira liberdade, estudada e modificada sob a opposição na imprensa do nosso tradicional adversario Juan Carlos Gomez, auctorisou afinal a installação do Banco com o capital de 1.200.000 pesos, podendo ser elevado a 6.000.000. Deu-se-lhe a faculdade da emissão até o triplo do capital para bilhetes pagaveis em ouro, á vista.

O illustre banqueiro Dr. Claudio Williman assim se exprime (1918) na sua documentada Exposição sobre o — *Banco de la Republica Oriental del Uruguay* — para cujo engrandecimento concorre como seu Presidente ha muitos annos — “Tal foi o estatuto legal do Banco Mauá y Cia. que tanta influencia exerceu sobre o meio ambiente, que tão activa participação teve na gestão financeira do Estado e cuja marcha, desenvolvimento, e liquidação trouxeram ao paiz alguns dos mais graves e delicados problemas economicos que teve que

enfrentar depois de sua constituição politica. O Banco Mauá y Cia. foi o primeiro estabelecimento bancario fundado na Republica. Como quasi todas as instituições dessa indole estabelecidas na Europa e na America, tinha elle nascido das difficuldades financeiras do Estado, peccado capital que pesaria não sómente sobre sua sorte, mas sobre os mais caros interesses da Republica. A confiança publica cercou desde o primeiro momento o Banco Mauá, cujo credito e influencia chegaram a ser quasi omnipotentes no Rio da Prata" (pag. 11).

Não ha o menor favor nestas palavras; nem apreciação que não seja justa, salvo a partilha igual que quer dar a Mauá nas difficuldades financeiras posteriores de sua patria, culpa quasi exclusiva dos governos que ella teve. *O peccado capital* em que o Dr. Claudio Williman vê a explicação de crises posteriores, foi o que Mauá de seu lado pôde denominar o *peccado original* da sua desgraça e fallencia.

"Ao *peccado original* de ter posto pé nesse paiz, fui sem duvida arrastado por motivos nobres; as inspirações do patriotismo quando são guiadas pelo enthusiasmo, não conhecem limites aos sacrificios; só pôde comprehender a força desse sentimento quem o possui entranhado em sua alma; são poucos os que o sentem devéras". (*Exposição aos credores*).

No momento em que pronunciou estas palavras (1878) Mauá falava aos 'credores de uma fallencia que é a demonstração irrecusavel de que foi minima, foi nulla, a responsabilidade de sua imprevidencia ou incapacidade; mas, nem por isso elle julgou desnecessario acrescentar, nem nós julgamos inutil reproduzir: "Na época em que dei esses passos as sobras do meu activo pessoal punham-me a coberto de qualquer eventualidade (Cit. *Exposição*, pag. 18). Era a sua fortuna, que elle jogava; não a alheia.

A coragem de Mauá, fundando o primeiro banco depois de tantos desfallecimentos e de tentativas mallogradas de outros, havia de ser contagiosa.

Dois mezes depois, em 13 de Julho de 1857, apparecia um concorrente, o Banco Commercial, que, até 1864, foi o unico esta-

belecimento de credito digno desse nome. Eram menores as proporções d'este; o banco Mauá tinha por capital primitivo 1.200.000 pesos, podendo eleva-lo a 6.000.000; o Banco Commercial apenas 600.000 pesos, com elevação autorisada até 2.000.000; mas a criteriosa administração e a sua qualidade de nacional, deram-lhe logo força consideravel; até 1865 seria o unico rival do Banco Mauá y Cia. Durante esse periodo, tão relativamente tranquillo sob o ponto de vista politico que os manifestos revolucionarios de Flores o iam chamar *uma paz encerradora*, (dentro d'elle deu-se apenas a revolução contra o Governo de Pereira, com a tristissima tragedia de Quinteros) o paiz prosperou a olhos vistos. Em 1860 ensaiavam-se os primeiros passos do *Banco Commercial del Salto*, pequena instituição existente com o capital de 50.000 pesos, que passava a um capital de 500.000 pesos, e o *Banco Commercial de Paysandú*, que, por fusões, atingiu tambem o capital de 500.000 e em fim do governo de D. Bernardo Berro, em 1863, surgiu o Banco de Londres e Rio da Prata que, dois annos depois, iria ajustar tambem uma fusão com os bancos de Mauá para uma poderosa organização não levada a effeito por difficuldades creadas pelo Governo Imperial. E foi depois d'elle e de estabelecida a nova ordem de cousas, que se inaugurou, com a victoria da politica em que fomos afinal parte preponderante ao lado de Flores e de Mitre, o grande movimento economico em que vieram á luz os bancos Montevideano (1865) Navia e Italiano (1866) Oriental (1867) e outros, alguns que prosperaram, outros que morreram depressa, mas que contribuíram com sua actividade para a extraordinaria florescencia industrial iniciada em 1865 e dolorosamente interrompida pelos desastres de 1868 e 1874 (C. Williman, *Banco de la Republica del Uruguay*, pag. 15).

Neste periodo, nenhum Banco disputou ao Banco Mauá y Cia., o papel preponderante; era o grande banqueiro do commercio, da industria e do Governo; a confiança publica deu-lhe, por largos annos, os maiores depositos; suas notas de emissão tinham agio sobre o outro. A honradez e o credito do Barão

de Mauá, operavam milagres. Um dia, quando se deu a primeira grande violencia official contra a fé dos contractos, e o Governo e as Camaras planejaram o celebre movimento envolvente que foi o começo de hostilidades (num projecto em que Governo chamava a si a responsabilidade de emissão deixando ao Banco, enfraquecido pelo divorcio, um passivo de 5 milhões de pesos, pelo qual respondia um activo de 9 milhões mas de liquidação demorada) o movimento estrategico pelo qual o golpe foi desviado, seria digno de ser registrado entre as batalhas memoraveis do campo financeiro em qualquer praça do mundo.

Ouçamos na sua seductora franqueza, o proprio Mauá — “Desviar semelhante golpe foi a idéa dominante no meu espirito nessa occasião e lembrei-me de uma circular aos credores, expondo-lhes os perigos que eu receiava e apontando o unico meio que preencheria o fim, que era aceitarem os credores titulos de renda de minha responsabilidade individual, exonerando completamente o Banco Mauá y Cia. Assim, enquanto o Governo e as Camaras discutiam a sua lei, era lida por mais de 1.500 credores na Republica a minha circular que foi promptamente devolvida *com sua annuência*, não havendo uma só voz entre tantos credores, que se levantasse para impugnar a proposta ou macular-me. Desta phase de minha vida financeira guardarei durante todo o resto de minha amargurada existencia, a mais grata recordação”. (*Exposição aos credores*, 131).

Votada a lei (4 de Maio de 1870) o Banco Mauá y Cia., que por essa fórma se pretendia arrastar á fallencia, estava sem credores e pôde viver sem o menor tropeço “...com a admiração de todos quantos no mundo financeiro o julgavam fundido”... e os titulos de 5 milhões de pesos com a firma do Barão de Mauá, em substituição da do Banco de Emissão, foram todos resgatados no dia e hora estipulados. (*Cit. Exposição*).

A belleza destes movimentos não deixaria de provocar os enthusiasmos de um Pierpont Morgan, de um Moltke, de um Foch.

Foi o Banco Mauá y Cia., a despeito de tudo, das hostilidades naturaes dos concorrentes, do preconceito nativista, de esporadicas perseguições politicas, o principal banco do Uruguay durante esse largo periodo que vae de 1857 até 1869, quando, leis absurdas, leis pessoaes, leis tristissimas, que a nossa diplomacia havia de qualificar sem reticencias, “ataques á propriedade”, “assaltos” em notas de chancellaria a chancellaria. E dizemos o principal banco, porque não queremos dizer o unico, e dizemos do Uruguay — quando podiamos dizer do Rio da Prata.

“Muito de proposito deixei passar sem reparo nesta exposiçào os serviços prestados pelo Banco Mauá y Cia. á Republica Argentina, posto que de algum vulto; sendo certo que durante 18 annos exerceu essa instituição de credito influencia pronunciada na marcha financeira desse paiz, concentrando e realisando operações de grande vulto, sem que infelizmente o minimo beneficio resultasse á instituição, quer do emprego do capital proprio, quer do alheio, que lhe foi confiado em grande escala — sendo os prejuizos supportados pelo excesso dos lucros havidos. (*Exposiçào aos credores* 164).

Se dessas asserções fósse licito duvidar, haveria testemunhos eloquentes em muitas obras financeiras de valor; mas, as palavras do Dr. Claudio Williman, acima citadas, dizem claro “...*el banco Mauá cuyo credito y influencia llegaron a ser a poco omnipotentes nel Rio de la Plata...*” — As duas margens d’esse rio privilegiado sentiram, de facto, durante muitos annos, no seu miraculoso desenvolvimento, o influxo dos capitaes que o credito do Barão de Mauá canalisava para a sua lavoura, para as suas industrias, para o seu commercio,

Na historia politica e na da prosperidade economica do Prata nunca mais se apagará o nome de Mauá, dos archivos do Thesouro e dos livros das grandes casas e das grandes emprezas.

Dois momentos deverão ser destacados, porque nelles o papel de Mauá toca de perto a nossa politica internacional.

Durante a presidencia de Bernardo Berro, 1860 a 1864, deu-se o movimento revolucionario capitaneado pelo General Venancio Flores.

Mauá estava em Montevidéo; era um estrangeiro, mas um estrangeiro como foram sempre os portuguezes no Brazil, como vão sendo os italianos em S. Paulo — estrangeiros domiciliados, com interesses avultados, maiores ás vezes que os maiores dos naturaes da terra.

Nestes momentos, o spectaculo de movimentos revolucionarios de generaes que se arvoram em guardas do regimen e salvadores da patria, já nos habituou, na America do Sul, a uma scena curiosa — o estrangeiro, que é o cultivador honesto da terra, o trabalhador da industria e do commercio, recolhe-se e espera que os filhos do paiz liquidem suas contendas e lhe deixem a facultade de recommençar o trabalho; ao lado destes, ha os estrangeiros dos grandes negocios, dos trusts, dos fornecimentos, das empreitadas, dos syndicatos, que não ficam em casa quietos; seus movimentos, em regra, nem sacrificam tudo pelo Governo, junto do qual procuram apoio e favores, nem arriscam pessoa e bens ao azar de victoria revolucionaria; ostensivamente são governistas, frequentam as secretarias, chamam de bandidos os brasileiros que combatem por um ideal ou por um interesse ou por um despeito, ou que inconscientemente, andam a reboque da ambição de um militar; mas, não raro, em contribuições occultas, fazem uma especie de seguro sob a fórmula de emprestimo ou subscrição nas listas revolucionarias, nos auxilios pecuniarios aos rebeldes. Aprendem isso nos seus instinctos naturaes e no exemplo da massa dos mais ricos capitalistas e industriaes indigenas e de uma bella percentagem de governadores, de deputados, de senadores.

O temperamento de Mauá não era para essas attitudes da gente habilidosa indigena e estrangeira. Não nascera para negociante, nem para politico; era uma alma de batalhador; a sua convicção o tinha ao seu serviço; pouco importava, na attitude a tomar, o risco do dia de amanhã.

A revolução de Flóres mettia mêdo a muitos; a elle não o fez

hesitar. De accôrdo com a sua lealdade á amizade pessoal do Presidente da Republica e de alguns de seus partidarios, estava tambem a politica imperial que lhe cumpria secundar; o Gabinete de São Christovão sustentava, como era natural, o governo constituido do Uruguay.

Mauá não era homem para attitudes expectativas. Conhecedor dos elementos poderosos de que dispunha a revolução, não se entrincheirou nas reservas nem nas cautelas habituaes dos banqueiros.

Era contra a revolução, estava de accôrdo com a orientação do Governo do seu paiz e eil-o, em Montevidéo, á frente do povo, para arriscar a sua tranquillidade e para ir á Casa do Governo oferecer os recursos pecuniarios de que carecesse.

A Republica Oriental gosava no momento de pouco credito; mas, tinha, em todo caso, que appellar para elle. Era preciso mobilisar dez mil homens, armal-os, municipal-os e vestil-os, gastos extraordinarios para recursos escassissimos, pois o orçamento geral da receita, não chegava a 2.000.000 de pesos.

Eram tristes as condições em que se ia pedir dinheiro. typo 40 %, juro 6 %; mas, que, ainda assim, estavam superiores ao credito do Governo ou ás forças da economia nacional, prova o insuccesso da subscrição publica. Appareceram apenas quatro subscriptores particulares, o maior delles D. Henrique Platero para emprestar 70.000 pesos, e um banco, o Banco Commercial que subscreveu 250.000 pesos a 40 %. O Banco Mauá tomou dez vezes mais que este ultimo — 2.500.000 pesos. (Aureliano Berro. *De 1860 a 1864. La diplomacia, la guerra, las finanzas*).

Mais tarde dir-se-á em Montevidéo e em Buenos Aires que o dinheiro de Mauá custava caro e dir-se-á tambem no Brazil, em discursos celebres pela voz que os pronunciou, que elle forneceu dinheiro para matar brasileiros; mas, os que não querem ter os olhos fechados hão de proclamar que elle serviu ao Governo do Uruguay e á politica internacional do Brazil com recursos como ninguem podia oferecer iguaes.

Não pararam, ali, porém, as contribuições de Mauá.

O dinheiro levantado era insufficiente. A revolução estava a ponto de vencer pela falta de recursos pecuniarios do Governo e pelas adhesões que ia ganhando. Crescia, portanto, cada dia o risco de emprestar. Triunphante, essa revolução faria pagar caro o auxilio prestado ao Governo por um estrangeiro; e entre as represalias promptas figuraria, com certeza, o não reconhecimento das dividas internas contrahidas para batel-a. Dos mercados estrangeiros nada era licito esperar. As revoluções periodicas tinham desacreditado quasi toda a America do Sul; o proprio Brasil não entraria em novas aventuras de adeantar dinheiro, pois que a opinião publica, e particularmente a opinião rio-grandense, era por Flores e por seus *colorados*. Mauá, sózinho, resolveria a crise de dinheiro do governo legal. Nesse mesmo anno de 1863, em 13 de Novembro, assignava com o governo de Bernardo Berro um contracto de emprestimo em que se obrigava a emprestar até 6.000.000 de pesos a 6 %, typo 40 %, (o typo refugado mezes antes pela praça de Montevidéo) que seriam fornecidos á proporção das necessidades da guerra, tendo a garantia de 3 % additionaes sobre a importação e 2 % sobre a exportação. Bôa ou má a operação, ninguem a queria, ninguem a quiz e Mauá a fez; mas, para tapar a bocca a todos os mestres de obra feita, os futuros emprestadores *em melhores condições*, os detractores de tudo quanto não poderam fazer, estabeleceu-se uma clausula resolutiva, que não é commum em emprestimos publicos: "O poder executivo fica auctorizado a contractar a conversão dos titulos d'esta divida em fundos publicos emittidos na Europa"; e se o Banco Mauá fôsse o banqueiro da conversão, participaria da metade dos lucros.

Pouco tempo depois, já esse mesmo Governo precisava de mais dinheiro; a Europa não lh'o quiz dar; e em 13 de Fevereiro de 1864, semanas antes da posse de novo Presidente Aguirre, o Presidente Berro recorria a novos emprestimos, offerecendo parte d'essa mesma garantia que estava dada a Mauá sob pretexto de uma disposição legal não observada na garan-

tia anterior. Foi ainda o Banco Mauá que acudiu ao Governo e o tirou da difficuldade; forneceu o dinheiro que era novamente sollicitado em condições tão pouco regulares.

O governo de Aguirre, iniciado em 1.º de Março de 1864, foi de duração ephemera; e, desde os primeiros dias do mez immediato, o Gabinete Zacharias, arrastado na onda, resolveu mandar a Missão Saraiva, com o seu *ultimo appello amigavel*, apoiado nos navios do Almirante Tamandaré.

“A victoria do general Flores contra o governo legal da republica oriental do Uruguay, era impossivel sem o auxilio das armas do Imperio”... dizia Mauá; esse auxilio veio e conjugado com o apoio argentino; Flores triumphou.

“Eis a origem das difficuldades com que mais tarde tive de lutar” accrescenta Mauá, não porque Flores o viesse guerrear, pois “Flores comprehendeu que hostilisar o Banco era hostilisar o seu paiz”, mas, porque... “seu desgoverno em materia de finanças e administração preparou os elementos destruidores que mais tarde fizeram explosão no governo dos seus successores”... os quaes conservaram os ressentimentos da lucta. O Ministerio Furtado que substituiu o de Zacharias em 31 de Agosto de 1865, era de amigos pessoas de Mauá (Carneiro de Campos, Dias Vieira, Pinto Lima, etc.); assim como o Ministerio Olinda, que o substituiu (3 de Agosto de 1866) do qual foi ministro de estrangeiros Saraiva de volta de sua Missão, onde tinha ficado, em seu lugar, Octaviano.

Graças a esses ministros e ao novo Enviado Extraordinario do Brasil no Prata, os interesses do Banco Mauá foram logo efficazmente defendidos pelo nosso prestigio internacional e por longo tempo foram por elle amparados, até o momento em que, com as discussões azedas de Zacharias no seu terceiro Ministerio que vieram ao dominio publico, os inimigos na Republica Oriental recobraram alma e deram-lhe ataque, do qual o defendemos a principio, mas em que, afinal, o abandonamos, politica egoista do Brasil, em que o *soldado esquecido* no campo da batalha teve que lutar contra os occupantes do campo para cuja posse haviamos concorrido.

Durante a Missão extraordinaria de Octaviano no Rio da Prata, foi facil manter tal ou qual harmonia. Para contrabalançar o odio ao *brasileiro amigo do partido blanco*, havia a gratidão ao Brasil, que empossára os *colorados*, e havia os interesses novos. Octaviano teve para isso que invocar o patriotismo de Mauá e a elle recorreu ainda para adiantamentos que Flores pediu e para a desistencia do penhor de rendas publicas affectadas aos emprestimos por elle anteriormente fornecidos. De tudo isto ha minuciosa exposição em capitulo posterior. Entretanto, o terceiro Ministerio Zacharias, a despeito das reiteradas declarações de Octaviano de que, por seu pedido, tinham sido feitos esses novos emprestimos e que os solicitára para servir á causa do Brasil ganhando maior gratidão e dependencia do nosso já então alliado na Triplice Alliança, não os approvou. Mauá viu-se abandonado á sua sorte e Octaviano teve que pedir demissão, ou antes, renunciar o cargo.

Terminou o periodo de ascenção de credito do Banco Mauá no Uruguay e portanto o seu papel de banco. Começou o periodo inglorio de lutas e perseguições, das leis impensadas, dos ataques aos interesses particulares, que haviam de motivar notas das mais energicas que o Itamaraty guarda nos seus archivos e que serão conhecidas quando tratarmos das reclamações diplomaticas neste mesmo livro.

Dahi por deante segue-se a desgraça. Não é do banqueiro que se terá de ouvir noticia; é do perseguido, é do espoliado, é do devedor em moratoria, é do fallido, afinal; e de todo este segundo periodo poderemos falar ainda com tanto orgulho e admiração como da acção do banqueiro.

Até o periodo ultimo, até cahir, ainda o luctador deu provas do mesmo folego. Varias vezes soffreu golpes; varias vezes se ergueu; mas, ainda teve forças para organizar essa collossal estructura da Companhia Pastoral e Agricola e ainda teve occasião de ser chamado a prestar serviços ao Governo Oriental.

Qualquer que seja a opinião sobre o acerto da medida que lhe confiou, de novo, posição financeira no Uruguay, é preciso

accentuar que a sollicitação partiu do Governo Oriental. Deante da revolução militar que obrigou o Presidente Ellauri a abandonar o cargo em 15 de Janeiro de 1875 e da crise financeira em que esse anno decorreu, "*el año terrible*" na palavra de Carlos Maria Ramirez, o Banco Mauá, o Banco Navia e outros tiveram de fechar as portas, ficando de pé apenas o Banco Commercial e o de Londres e Rio da Prata. A crise politica resolveu-se num governo de facto, que prendeu, desterrou, atacou a propriedade, ganhou novos adeptos para o partido dos *candombros*, como lá se chamam os sustentadores incondicionaes dos governos da força, mas não conseguiu *prender o cambio* nem resolveu as difficuldades economicas e financeiras. As leis de emergencia vieram logo; não foi o Brasil que as descobriu, se é verdade que é quem dellas mais tem abusado. A Junta de Credito Publico, com quatro novos titulares nomeados pelo Governo, fôra autorisada a emittir com deposito de um terço em ouro. A Junta emprestaria ao governo 2.000.000 de pesos e ao publico o resto. O seguimento, o desastre official, seria facil de prevêr; uma nova revolução, logo nesse anno, apressou a solução, facilitando uma desculpa para os emissores de papel moeda disfarçado.

Nesse mesmo anno e antes do segundo semestre, o Tesouro tinha sido o melhor freguez do dinheiro emittido e o Governo era obrigado a decretar ás pressas o fatal curso forçado, mas um curso forçado *sui generis*, muito forçado, proscrevendo a moeda metallica, que só seria admittida nas repartições publicas das localidades do interior e "...nos casos excepcionaes de constar aos recebedores e mais empregados da Nação, que não ha na localidade bilhetes da Caixa, e com aviso prévio ao Ministro da Fazenda..."

Estava inaugurado o regimen do papel moeda sem mascara, regimen que tem, aliás uma vantagem para o paiz victima, o de trazer logo uma desvalorização mais rapida, diminuindo a massa no dia do diluvio. E, o diluvio veio; oppuzeram-lhe diques — regulamentos de bolsa, os fiscaes de bancos, os exames de livros, o nativismo barulhento, a prohibição de operações a

prazo, as multas repartidas com os fiscaes, todo o *menu* das vesperas de fome e de inundação. Os diques estavam estalando, entretanto; e as vistas voltaram-se então, para D. Andrés Lamas, o grande diplomata que fizera a politica oriental no Rio de Janeiro durante quatorze annos, a grande cabeça, que nessa época estava retirado ou desterrado em Buenos Aires.

Veiu elle occupar a pasta da Fazenda no governo de Varela. Seu plano consistia em um banco nacional de emissão e descontos com 20 milhões de capital, em que se poderiam ir fundindo os bancos existentes. A massa da emissão era até certo ponto limitada; e o projecto providenciava intelligentemente sobre varios detalhes.

Uma revolução (a terceira em 12 mezes) veio tornar impossivel a execução do plano e a machina emissora continuou a rodar.

A essa nova difficuldade accresceu, diz o Dr. Claudio Williman *"la menaza de peligros exteriores en razon de la reclamacion diplomatica interpuesta por el Imperio del Brasil a requerimento del Vizconde de Mauá; la estrecha vinculacion deste personaje con D. Andrés Lamas dió origen a las estipulaciones de 22 de Outubro y 9 Noviembre de 1875 que nuevamente entregaron al financista brasileño los destinos de la hacienda publica. Por essas estipulaciones si defirió la idéa de fundacion del Banco Nacional y en su lugar se rehabilitó al Banco Mauá y Cia. dos veces quebrado, y se le concedieron todos los privilegios imaginables"*... (pag. 24)".

Transcrevemos esse trecho em original da documentada exposição do acatado banqueiro, bem revelando que não é elle sympathico á essa politica financeira. E reconheçamos que não seria facil escrever maior consagração de Mauá nem documentação mais robusta em favor dos seus direitos a uma indemnisação de muitas dezenas de mil contos, que as notas diplomaticas brasileiras advogaram com calor, cuja justiça homens notaveis de sua patria confessaram em documentos officaes, e cuja solução, Mauá queria, entretanto, que fôsse dada.

não pelos tribunales orientaes onde influíram as paixões que dominavam a época, mas pelo arbitramento imparcial do Banco da Inglaterra, do Banco de França ou de um dos grandes bancos dos Estados Unidos da America do Norte.

Continuemos, porém, e abandonemos o parenthesis, porque este será assumpto de outro capitulo.

A execução dessa lei e as diversas medidas adoptadas pelo Governo, de accôrdo com o plano Lamas, ao tempo em que a revolução alastrava na campanha, longe de melhorar a situação, produziram alarmas e terrores maiores e especulações desenfreadas no cambio, que baixava cada dia. (Cit. Exposição do Dr. Claudio Williman).

Parece não caber ao Banco Mauá y Cia. a responsabilidade da revolução que *se desarrollaba en la campaña* com tal impeto que antes do fim desses mesmos doze mezes, valendo um seculo de mutações politicas e bancarias, o governo de Varela cahia e era succedido pela dictadura do Coronel Latorre. (1).

Não admira, pois, que, como escreve o Dr. Williman "...11 año 1875 terminó ahogado por las olas de papel moneda y abrumado por la suba del oro que alcanzó en los ultimos dias del Gobierno de Varela la vertiginosa altura de 850 per ciento".

Para aclarar o assumpto, seria preciso dizer por força de que necessidades vieram as *olas de papel moneda* e quem as aprou á bocca do forno. A historia dos bancos de emissão se repete, monotona, na America do Sul; e não deve haver pudor em publicar faltas que são males de muitos paizes, mesmo em épocas normaes. Por nossa parte, teriamos que nos penitenciar; aqui, no Brasil, tambem a missão bancaria tem sido meio de gastar fóra dos orçamentos, de subsidiar ou comprar jor-

(1) Esta nota da responsabilidade de Mauá no desastre do cambio, é repetida por outros. Alberto Zum Felde é um d'elles. Mas, a verdade está nestas palavras do livro do Dr. Gabriel Terra *Politica Internacional* (pag. 83) — *No era por cierto el Banco Mauá el que en 1875 podia salvar a la Republica del mal enorme del curso forzoso.*

naes e jornalistas, de encontros de contas e de cobrir despezas que não estão auctorisadas.

Do Banco Mauá y Cia., nesta ultima phase, em que foi apenas uma machina de impressão para o papel de que o Governo Oriental precisava na guerra civil, o que se sabe é que a dictadura de Latorre, inaugurando um programma de reacção á politica financeira anterior, o forçou a rescindir cinco mezes depois, *l'espace d'un matin*, em 26 de Abril de 1876, o convenio de 22 de Outubro e 9 de Novembro de 1875; e que o Governo, encampando o Banco, estipulou expressamente que ficava restabelecido o *statu quo* nas reclamações brasileiras, isto é que subsistia aquella situação juridica em que o Brasil dizia por seus ministros plenipotenciarios e por seus ministros de estrangeiros, que eram verdadeiros attentados as leis que feriam de morte o Banco Mauá y Cia. e o Uruguay dizia, pela voz de um de seus mais notaveis jurisconsultos e homens de Estado, Dr. Manoel Herrera y Obes, que a lei foi "... *un verdadero acto de fuerza; porque el Gobierno obraba sin facultades legales y agredia derechos expresamente establecidos y amparados por la legislacion vigente de la Republica*". Esta situação juridica foi reconhecida e confessada pelo Governo de Varela assignando o Convenio de 13 de Novembro de 1875 em que, em troca dos favores logo depois cassados "... *por su parte el Gobierno quedaria relevado de la reclamacion diplomatica impuesta por el Imperio*" reclamação que, por occasião da rescisão, foi expressamente restaurada em sua posição primitiva e que *deber y conveniencia* mandavam satisfazer logo, como accrescentou o Ministro Herrera y Obes.

O capitulo da vida de Mauá no Rio da Prata, terá um fecho digno, para se aquilatar dos serviços prestados ao Estado Oriental, nas seguintes palavras que a sinceridade de um escriptor insuspeito de sympathia por nossa politica e pelos amigos orientaes da nossa politica, teve a lealdade de escrever em 1902":

“Pouco depois chegou a noticia de um accordo financeiro celebrado no Rio com intervenção de D. Andrés Lamas, entre o Governo Oriental e o Barão de Mauá, dono de poderosa casa bancaria que já tivera relações conosco em épocas anteriores. A opinião publica prevenida contra todas as negociações com o Imperio e convencida da torpeza da *politica de fusão* na gestão dos negocios publicos, alarmou-se e protestou logo sem conhecer-lhe as clausulas. A atmospheria era tal que chegou a influir nos membros do corpo legislativo sympathicos á situação... Sem embargo, se reconheceu, depois, que desta vez a gestão do Governo não havia sido prejudicial ao Estado. O accordo financeiro de 1859 foi favoravel aos interesses do paiz, melhorou a sua situação financeira que era calamitosa e deu origem á consolidação da divida publica, operação que trouxe grandes vantagens. (Oneto y Viana. *La politica de fusion* — Montevideo, 1902 — traducção do Snr. Walter de Azevedo).

CAPITULO XIX

Influencia politica e financeira de Mauá no Rio da Prata

El Barón de Mauá, fundador y dueño del Banco, hizo de su establecimiento, además de una poderosa casa de crédito, una agencia diplomática del Imperio, más poderosa aún, capaz de influir sobre los destinos de la nacionalidad oriental.

(CLAUDIO WILLIMAN, Banco de la Republica Oriental del Uruguay, pag. 13).

O AUCTORISADO Presidente do Banco da Republica do Uruguay, ex-Presidente da Republica, não é muito favoravel á politica nem aos personagens dessa politica que se classificou de intervenção. Vê-se, do modo de falar neste e noutros pontos de seu Relatorio commemorativo do trigesimo anno de prosperidade do Banco. E', porém, um nome de responsabilidade e com testemunhos honrados como o seu, chega-se facilmente á justiça.

D. Andrés Lamas e Mauá são, de facto, os dois grandes actores dessa politica que levou o Brasil a Montevidéo para salvar o Estado Oriental das garras de Juan Manuel Rosas, ameaça que escurecia tambem o nosso céu e que nos enchia de receios.

Nem Lamas, nem Mauá, esconderam seus intuitos; pelo contrario, allegavam-nos como titulos de benemerencia. Outras grandes figuras collaboraram na obra — D. Pedro II, o Visconde do Uruguay, o Visconde do Rio Branco o Marquez de S. Vicente, o Marquez de Paraná, Octaviano, o Barão de Cote-gipe e outros, que desde aquella época tem soffrido os ataques

de que foram mais fortes tubas *El Orden* (1853) e *El Nacional* (1854) sob a penna caustica do nosso irreductivel adversario Juan Carlos Gomez; mas, como executores, nenhum teve papel igual ao que tiveram esses dois grandes homens, allia-dos sempre firmes na approximação e união das suas patrias.

O julgamento, depois de tres quartos de seculo em que os fructos abençoados dessa politica se traduzem numa amizade que o segundo Rio Branco veio sellar difinitivamente para o equilibrio desejado na America do Sul e fizeram brotar paz, riqueza e civilisação na minuscula cisplatina, é a consagração de Lamas e de Mauá, executores incansaveis dessa politica.

Nessa gloria, Mauá póde reclamar o segundo lugar. O primeiro é de D. Andrés Lamas, incontestavelmente.

A Historia do Uruguay inscreverá o nome de Lamas como o de um cidadão benemerito e o de Mauá como o de um bom amigo. O Brasil guardará memoria reconhecida da obra em que os dois collaboraram sem um dia de desfallecimento, sem um momento de desconfiança.

D. Andrés Lamas era um intelligencia de altissimo quilate e character de grande nobreza; o character pôde executar a obra que a intelligencia concebeu. A' sua alma, reunindo a lealdade, a lisura e a confiança na honra alheia, deveu elle o successo de sua missão no Brasil.

Delegado do Governo da Defeza Nacional, do qual póde dizer-se nada mais restava senão um Presidente sitiado e uma população faminta e andrajosa em Montevideo, que os destroços de batalhões espalhados na campanha tentavam ainda manter depois do desamparo dos navios e dos subsidios pecunia-rios da França e da Inglaterra, veio Lamas ao Rio de Janeiro conquistar o apoio do Brasil.

Nesta terra, onde chegou em 1848, encontrava o partido liberal no poder e, por uma *aberração*, como lhe chama Pedro Lamas, o partido liberal era favoravel a Rosas, ou "...se não era propriamente rosista, oppunha-se entretanto, a embarcar o Brasil em uma guerra exterior"...

O representante da Defeza Nacional experimentou amar-

gos dissabores. Augmentavam cada dia os horrores do sitio. Montevideo estava sendo abandonada pelos estrangeiros, vencidos pela fome; os de procedencia argentina, os fugidos de Rosas, vinham para o Brasil ou iam entregar-se ao tyranno; os sitiados, nacionaes e estrangeiros, preparavam-se para morrer, na phrase do Dr. Gabriel Terra. Tal era o extremo da penuria que o Governo de Joaquim Suarez, por não haver mais na cidade heroica do que fazer dinheiro, tentou um emprestimo de 50.000 pesos para viver alguns dias e encontrou formal recusa do corpo diplomatico, em respeito da neutralidade entre os belligerantes. "*Se quedaba de pié Montevideo. Pero Montevideo agonisaba*" (Pedro Lamas *Etápas de una gran politica*).

Foi nesse momento que Mauá appareceu na casa da rua da Pedreira da Gloria, onde vivia, sob a espionagem de Rosas, aquelle que aspirava apresentar credenciaes ao Governo Imperial e que encontrava a opposição do General Thomaz Guido acompanhada da intimativa de pedir passaportes ao Governo Imperial.

O terror de Rosas paralysava no Brasil as inspirações generosas; o partido conservador ia se manifestando, entretanto, gradualmente, por sua imprensa e por seus oradores parlamentares.

Quando Mauá surgiu, porta a dentro, na rua Pedreira da Gloria, offerecendo viveres, armas, munições, D. Andrés Lamas, que, no primeiro momento, se retrahia suspeito de tal apparição, escreve para sua patria aos companheiros... *ahi va todo, polvora, armas, petrechos, pan, dinero, todo lo necessario para vencer; seguramente... lo demás vendrá, la alianza, la cooperacion militar.*

Era o dinheiro de Mauá que ia dizer *debout les morts!* aos mortos do soffrimento, da fome, das balas, das epidemias. Junto d'elle estava o Imperador, estava o Brasil; mas, esses adiantamentos de dinheiro para que não havia auctorisação legislativa, esses riscos que não eram pequenos, só um temperamento cavalheiresco como o d'elle affrontaria; mais tarde

forneceria ainda varias sommas á revolução e aos governos instaveis que se succederam.

Este encontro, em condições dramaticas, entre as duas almas heroicas de Mauá e de D. Andrés Lamas havia de construir uma amizade solida e uma admiração entusiastica que, para bem dos dois paizes e da civilisação sul-americana, não teve intermittenca. Entre as hypotheses de ver a sua minuscula patria sob a dominação de Rosas conluiado com Oribe, e a alliança com o Brasil representado por esses dois typos extraordinarios de virtude e de honra que foram D. Pedro II e Mauá, D. Andrés Lamas entregou-se de corpo e alma ao Brasil. Sua patria ficou a dever-lhe um grande serviço, seus amigos politicos a salvação.

O Imperador inspirava a Lamas a mais viva admiração, na qual, de certo, muito influiram a intelligencia e a cultura do Monarcha. Foram afinal intimos amigos; eram desde o começo dois aliados sinceros, mesmo antes que a alliança fôsse official.

"...Sinto que a posição deste Augusto Senhor me não permita dizer todos os motivos que tenho para depositar, como deposito, uma fé cega, uma confiança sem limites, na intelligencia e lealdade da sua politica. Essa intelligencia e essa lealdade são a primeira das garantias do Estado Oriental"... elle mesmo o deixa assim claramente enunciado.

Na opinião publica brasileira os artigos de Lamas pelo *Jornal do Commercio* (1851) iam preparando a despreoccupação dos perigos pelo entusiasmo despertado e pela consciencia do papel civilizador que nos estava destinado.

Lamas não era aliás, homem de meias palavras. Nobremente fére, annos depois, o ponto delicado da questão perante os seus patricios... "Não conheço um só estadista brasileiro que não repilla com horror a idéa da incorporação do Estado Oriental ao Brasil... Todos elles sabem que é um interesse brasileiro a pacificação do Estado Oriental..." A sua confiança no Brasil e a sua gratidão á politica do Governo Imperial, inspiram-lhe estes elevados conceitos. "Todos os estadistas

brasileiros sabem, e a experiencia de 1851 o provou, que uma politica intelligente que servisse esses legitimos interesses do Brasil por actos de justiça, de benevolencia e de generosidade, realçaria a sua posição externa e lhe daria a legitima influencia a que tem direito por sua extensão, por sua riqueza, por sua civilização adiantada, por esse exemplo da ordem mais perfeita irmanada com a liberdade mais ampla que existe praticamente sobre a terra e que é um fanal levantado no meio das espessas trévas que os demagogos e os caudilhos condensaram sobre os seus vizinhos". E a sua honra dita ainda este testemunho: — "...A annexação, a incorporação ao Brasil, é uma *invencivel impossibilidade*. Não a quer a quasi unanimidade dos orientaes, mas quando a quizessem todos, unanimemente, ella não se verificaria emquanto se sentasse no throno do Brasil o Sr. D. Pedro II"...

Talento superior, falando varias linguas, possuidor de uma cultura classica surprehendente, familiarisado com a litteratura antiga e contemporanea, pensador e sociologo talvez o primeiro do Rio da Prata, na prioridade do tempo e na precisão do criterio... genuina expressão daquelle ambiente de valentia, de abnegação e de idealismo que encarnou a resistencia de dez annos contra Rosas (Pablo Blanco Acevedo, *Biografia de Lamas*), delegado de homens que morriam por uma idéa combatendo semi-nús, *tesoro para los dos países*, no conceito de Sarmiento, *pluma que rejuvenesce quanto toca* na phrase de Nicolas Avellaneda — "*projeccion del espiritu de Moreno y del cerebro de Rivadavia*" — na synthese de Mantilla, essa individualidade superior tinha todas as credenciaes para conquistar a estima do Imperador, dos nossos homens publicos, e apaixonar os brasileiros. Quando elle chegou ao Brasil, já vinha precedido da gloria de ter merecido, com 25 annos apenas, estas palavras de Thiers no seu celebre discurso parlamentar de 29 de Maio de 1844 — *...un jeune homme plein de talent, qui est l'object d'une estime générale à Montevideo, je dirai presque d'une admiration générale...*

Com taes predicados pessoas triumphou facilmente; o

Brasil era um paiz de liberdade de discussão e por consequente de opinião, como disse Pedro Lamas.

Não é favor este conceito de um de seus biographos: — *“La gestion de A. Lamas en el Brasil contribuyó eficaz y decididamente a la consolidacion definitiva de la independencia de la Republica”*... e foi justo o mesmo biographo accrescentando... *“Patriota por excelencia, rio-platense en cuanto a la emocion por las glorias comunes de los dos pueblos, americano en el sentimiento de la confraternidad internacional...”*

Este juizo, tão verdadeiro, dá as proporções do vulto que, na *gran politica* de sua patria, lançava as bases dessa paz que fará do progresso da America do Sul um grande acontecimento do seculo XX.

A sua obra internacional foi obter a collaboração politica e sincera do Brasil, de D. Pedro II, de seus estadistas. A sua obra de cidadão uruguayo, a sua obra economica, o complemento da sua obra civilizadora, era Mauá que iria realisa-la.

A fundação do Banco Mauá y Cia. em 1857 e o consequente contracto para o resgate da divida de 100.000.000 de pesos, deram ao Barão de Mauá, com a memoria de seus rasgos cavalheirescos no momento do perigo, um lugar de incontestavel evidencia na marcha dos negocios publicos da republica vizinha. Aceitaremos, sem constrangimento, o azedume do Dr. Williman: “...agencia diplomatica do Imperio, capaz de influir sobre os destinos da nacionalidade...”

E como não ser assim?

O Imperio salvára uma causa; não a causa de um partido, mas a causa da independencia da nossa antiga provincia emancipada. Ser a preza do governo de Rosas, ou ser o alliado do Brasil, era de facil opção. A intervenção era inevitavel; nem se arreceariam de reconhecel-a, como um direito, os *blancos* quando aceitaram os auxilios da França e da Inglaterra, nem os *colorados* quando depois cubiçaram presurosos os nossos auxilios em favor de Flores, em 1863. Naquelle momento impunha-se tanto ao patriotismo dos uruguayos como ao bom senso dos brasileiros a politica que Paulino de Souza (Viscon-

de do Uruguay) sustentou nestas palavras: — “Qual era portanto o remedio? Qual era a politica que convinha adoptar? Era concorrer para a pacificação daquelle Estado; concorrer para o estabelecimento e manutenção nelle de um governo legal, ajudal-o a reerguer-se a reorganisar suas finanças, consolidar a ordem e a sua independencia, a fazer desaparecer com alguns annos de paz a influencia dos caudillos. Era cortar o mal pela raiz e foi esta a politica dos tratados de 12 de Outubro”.

Nos tratados de 12 de Outubro, assim, como nos contractos annexos, Irenêo Evangelista de Souza, Mauá, tinha sido, como já vimos, um dos collaboradores, signatario em um dos contractos.

Era natural que, victoriosa pelas armas a politica dos tratados, fôsse iniciada com elle a segunda parte do programma, o reerguimento do paiz devastado; o complemento da obra politica de D. Andrés Lamas.

Para o exito, era preciso que a Republica Oriental, vasto scenario de recente e encarniçada guerra, cuidasse de fazer-se uma Nação, como depois se tornou. Mauá o disse com o seu natural desembaraço, em carta ao seu amigo o Ministro Juan José Herrera, em 1863: “...Vamos, pois, por meio da paz, augmentar a população e a riqueza do paiz; e quando a Republica tiver 1.000.000 de habitantes e uma fazenda publica bem organizada, será tempo de bater o pé como nacionalidade real”.

O que elle assim manifestava ao Ministro Herrera era o que Lamas sentia e, por melindres de patriotismo, não podia confessar claramente; era, entretanto, a politica de ambos. Quem lê os numerosos livros, escriptos e memorias de D. Andrés Lamas e os estudos de seus biographos, descobre, a cada momento, pontos de affinidade tão estreitos entre os dois bellos espiritos, que lá encontra a explicação da intimidade e da estima que sempre mantiveram e da admiração que guardaram um pelo outro.

“...Tuvo el doctor Lamas una fé inquebrantable en el porvenir de su país cuya vision contemplaba grandiosa, el dia

en que, estabilizadas las instituciones, intensificada la educacion, abiertos sus puertos a la inmigracion estangerá, florescieren sus industrias, convirtiendose los campos en veneros de riqueza inagotables"... escreve o illustrado Sr. Pablo Blanco Acevedo.

Não é este o retrato que se poderia fazer tambem de Mauá?

Um terceiro nome além do de D. Pedro II, ha que ajuntar a esses dois obreiros illustres "*americanos nel sentimiento de la confraternidad internacional*", o nome Rio Branco, do primeiro Rio Branco, que foi a grande figura diplomatica na phase de formação e do segundo Rio Branco, que se póde dizer que a sellou definitivamente pelo tratado de 1906.

A um e outro nome, Lamas e Rio Branco, rendem os escriptores e homens publicos de todos os matizes das duas nações, a homenagem de os considerarem as figuras culminantes desse momento da nossa politica internacional. Se o Visconde do Rio Branco, attribuindo-lhe moveis e intenções suspeitas, se chegou a faltar com o respeito no Brasil, nunca lhe faltou no Uruguay a admiração dos mais intransigentes adversarios da nossa politica. Para não usar senão de palavras de nossos contrarios, repetiremos as de Oneto y Vianna... "*Paranhos llegó a ser por su talento y erudicion el diplomatico más eminente del Brasil*"... Lamas, se teve tambem detractores de sua politica, estes mesmos quedaram-se respeitosos deante de sua personalidade. Miguel Marrupe, o mais vehemente adversario da politica que Lamas iniciou no Rio de Janeiro, não se refere a elle para critical-o, senão com preliminares deste feito... — "*Eses puntos de vista de Lopez los compartia nada menos que el profundo y claro talento de don Andrés Lamas*"... "*diplomatico de estirpe, atesoraba el don maravilloso de las observaciones hondas, con un admirable sociologo*"... "*la personalidad de Lamas podrá ser muy discutida, pero nuestro país no ha tenido figura diplomatica más enluminante hasta la fecha...*" etc. O proprio Juan Carlos Gomez nos seus artigos apaixonados do *El Nacional*, em Agosto de 1857, contra

a política de intervenção e contra a propaganda interna da *política de fusion* dos partidos, nunca teve contra Lamas palavras que amesquinhem sua alta capacidade e a honestidade dos seus intuitos.

No Brasil não seria possível buscar o juízo de inimigos de Lamas, porque os que elle pudesse ter tido, não valeram para lhe ficarem guardados os nomes.

Suppre-se o valor da insuspeição pelo alto preço das palavras de amigos como D. Pedro II que o considerava "homem de superior intelligencia e de superiores virtudes..." como Joaquim Nabuco que o diz: — "...o homem eminente que durante a quadra das intervenções representou o Uruguay na Côte de S. Christovão como agente de todos os partidos politicos de seu paiz e intimo amigo tambem dos nossos homens de Estado de todos os matizes, nome que pertence á mais brilhante geração platina e é um dos que formam a grande pleiade de publicistas que apparece combatendo a tyrannia de Rosas..." e como o Visconde do Rio Branco: — "...summidade politica e litteraria de seu paiz e que como tal seria considerado em qualquer sociedade das mais ricas em talentos e illustrações"...

Se insistimos nesses traços da empolgante personalidade de Lamas e se fazemos allusão tão reverente ao perfil internacional de Rio Branco, é que, para o julgamento de Mauá, nos seus altos serviços á nossa política externa, ser o amigo intimo dos dois, o executor de seus planos, o conselheiro e e confidente dos momentos criticos, a pessoa de inteira e absoluta confiança, importa uma consagração.

Não faltou nunca a Mauá a prova publica da estima dos dois grandes homens, a cujo serviço sempre esteve, nem quando o cataclisma financeiro o veio interdictar no juízo superficial dos contemporaneos. Já nos seus dias de desgraça recebeu do Rio Branco a homenagem de dizer no parlamento: — "Honra-me muito a amizade do Sr. Visconde de Mauá" — e era um concordatario no Brasil e um quasi-fallido em Montevidéo, quando D. Andrés Lamas, chamado em desespero de causa nos ultimos dias de presidencia de Varela a occupar a pasta da

Fazenda, confiou-lhe, como já vimos no capitulo anterior, a execução dos seus projectos de salvação, que a quédia violenta desse Governo e a dictadura de Latorre vieram deixar sem seguimento.

Esses attestados bastariam, mas não nos dispensam de estudar os dois lances importantes em que a intervenção politica de Mauá nos negocios do Uruguay tomou o caracter de uma verdadeira missão diplomatica, evidenciando o prestigio e a capacidade do negociador e essas qualidades de lealdade e de firmeza nunca por demais encarecidas.

Abstrahiremos de sua entrada triumphal em 1853 com as apparencias de um general victorioso, de heróe legendario, missionario combatente. Abstrahiremos tambem dos multiplos incidentes em que a poderosa *agencia diplomatica* do Imperio (repetimos sempre com prazer o conceito de Williman) funcionou normalmente. Só falaremos de dois casos mais frisantes, de duas missões especiaes, como as poderiamos denominar.

O primeiro, foi por occasião dos melindrosos incidentes diplomaticos entre o Uruguay e a Argentina, motivados pela retenção de navios e pelo auxilio, a principio discreto e depois quasi não dissimulado, nos movimentos revolucionarios do General Venancio Flores.

Lamas, ou porque quizesse escrever a historia do seu paiz, "...politico que hace la historia, autor que la escribe..." ou porque já começasse a sentir as difficuldades de sua posição no Brasil, resolvera dar por finda a sua carreira diplomatica e ir viver em Buenos Aires. Ahi o foi reclamar logo o Governo de Bernardo Berro, por seu Ministro das Relações Exteriores, Jaime Estrázulas, nomeando-o seu Agente Confidencial perante a nação argentina em 28 de Abril de 1863.

Era o momento em que o General Flores invadia o Estado Oriental, capitaneando argentinos, brasileiros e orientaes. Lamas teve então um desses rasgos de audacia, á moda de Saraiva, que a sua superioridade intellectual lhe podia igualmente permittir. Vendo os perigos da revolução, sentindo-lhe a for-

ça, quiz de um golpe desarmar a má vontade do Governo de Buenos Aires e provocar uma attitude favoravel do Imperio, onde elle começára a perceber, nos tres annos anteriores, a má vontade da opinião contra o governo legal de Bernardo Berro a que servira como Ministro no Rio de Janeiro.

Por conta propria, sem instrucções que expressamente o auctorisassem, sabendo mesmo que corria risco de desagradar o seu Governo, Lamas assenta os termos do *barulhento* protocollo Lamas-Elizalde. Esse protocollo era um pacto baseado na amizade pessoal do Presidente Mitre, cuja bôa vontade ao governo legal do Uruguay era constantemente affirmada, mais ou menos sinceramente, e na confiança absoluta que Lamas tinha na honra de D. Pedro II.

O protocollo dava, pela clausula IV, como... "resolvidas todas as reclamações dos dois governos por acontecimentos relativos á neutralidade anterior a esse dia"... e em casos que viessem a occorrer, estatua que se submetteriam á arbitragem de um governo amigo e... "não vendo inconveniente os dois governos, se entregará a decisão do ponto em questão a S. M. o Imperador do Brasil por accordo que se fará em cada caso, se S. M. se dignar aceitar o encargo"...

Este acto de Lamas não foi approved pelo Governo de Bernardo Berro, que o repelliu sob o pretexto de ser a segunda parte, a escolha prévia de D. Pedro II, uma abdicação impossivel de soberania ou um perigo, um *casus belli*, á primeira recusa.

A susceptibilidade dos povos em periodos de crise é muito delicada; dóe-se de ridiculas offensas e de perigos imaginarios. O Imperador do Brasil era, no protocollo Lamas-Elizalde um arbitro em cada incidente de futuro, *por accordo que se tomará em cada caso*.

Chamou-se a isso tutela, occupação, traição, outras coisas mais, em maginações doentes; mas, não seria afinal senão um perigo possivel. Em qualquer caso occorrente, poderia a Nação Oriental ou a Nação Argentina recusar D. Pedro II. Haveria, então, conforme os motivos, offensa na recusa, ou não

haveria offensa. A apresentação prévia do nome de um arbitro *preferido*, não era um acto de vassalagem, como se escreveu. Escolhendo um homem evidentemente superior na America do Sul, fazia-se uma politica sul-americana de confraternidade, nada mais; e Mitre, que accitou a clausula, não sacrificava de certo, a dignidade de seu paiz. Mal inspirado, o Governo do Uruguay, em intelligencias secretas com Francisco Solano Lopez por intermedio de Sagustume e de Antonio de las Carreras, recusa ractificar o protocollo.. A quéda pelas armas de Aguirre, successor de Berro, foi a consequencia desse erro de que não veiu a soffrer mal maior a Republica Oriental, porque o vencedor, Venancio Flores, preso pela gratidão e pela dependencia, era um elemento forçado da Triplíce Alliança contra o Paraguay.

Foi nos incidentes demorados e titubiantes desse conflicto diplomatico entre Argentina e Uruguay que appareceu o vulto de Mauá como figura de primeira linha.

Lamas, desauthorisado pelo seu Ministro de Relações Exteriores Juan José Herrera, que substituiu Estrázulas, estava em condição difficilima em Buenos Ayres. O brio pessoal dictava-lhe a renuncia da missão; mas, o patriotismo impunha sacrificio. Um espirito lucido, que não é suspeito de parcialidade, fez-lhe esta justica: "*Creyó, sin duda, más pratico gestionar confidencialmente con su intimo amigo el general Mitre los medios efficaces de solucionar el conflicto para conquistar la paz. Por ella, estaba dispuesto a pagar cualquier precio y a hacer cualquier sacrificio; solo un discipulo de Talleyrand podia suportar las mortificantes situaciones que tuvo que sufrir*".

Nestas *mortificantes* situações, Mauá foi o confidente de Lamas, interventor qualificado pelas duas partes, acatado por ambas. Nas correspondencias que vieram á luz ultimamente, annexas ao livro precioso do Dr. Aureliano Berro (*De 1860 a 1864 — La diplomacia, la guerra, las finanzas*) são muitas e muitas as paginas de cartas de Mauá a Herrera, ao nosso Mi-

nistro Loureiro e a Lamas, e respectivas respostas, documentos todos do maior valor e elevação.

Foi D. André Lamas quem para seus bons officios recorreu. Num desses momentos angustiados em que se via humilhado pela falta de confiança do Governo que representava, escreve uma longa carta confidencial ao seu Ministro; a situação é exposta admiravelmente, em toda a sua nudez.

"...Não nos occupemos entretanto do futuro. O que cumpre agora é definir o que podemos esperar dos agentes europeus, e do Brasil. A realidade, por mais amarga que seja é preferivel á illusão nestes negocios, tão tremendamente praticos... O mais util é saber a verdade. Venha a realidade. Entregar-nos-ão ou não ás aggressões desses Senhores? Estamos já entregues? Que o digam claramente os agentes europeus, que o diga o Brasil. Na semana proxima podemos entrar em conflicto material. Não temos tempo a perder. Não se contente V. Ex. com simples offerecimentto de mediação. Posta nestes termos a questão, oppôr-se-ão as hostilidades injustas... Estas são minhas opiniões leal e francamente manifestadas. V. Ex. está vendo; sigo ainda este caminho para buscar a paz. Pense bem, meu caro Herrera. Corremos o risco de atear uma guerra geral nestes paizes. Sejamos somente orientaes e pugnemos pela paz"...

Esta carta acaba assim, numa manifestação de intimidade: — "*...Sirvase usted hacerlas conocer (mis opiniones) al Baron de Mauá, para quien no tengo reservas, como supongo no las tiene usted*". (Aureliano Berro, ob. cit. pg. 343).

A proposta partia, pois, de Lamas em estado de desespero; mas, tanto o Ministro Herrera como o Presidente Berro como o Governador de Buenos Aires, Mitre, como o Ministro brasileiro Loureiro, a aceitaram presurosos. Ella afigurou-se a todos como uma *possibilidade* em situação premente; a rejeição do protocollo era a guerra..

"...Parece já difficil escapar á guerra, que nos vae matar; porém, é possivel e é necessario empregar derradeiros esforços para salvar a paz... Embora com o coração partido de

dôr pelas desgraças de uma guerra que parece inevitavel porque todos por ella trabalham, faço tudo quanto posso, farei tudo quanto possa e mais do que devia pela paz que, é unica taboa de salvação” (Carta de Lamas ao Ministro de Estrangeiros Herrera, Buenos Aires, 5 de Dezembro 1863).

E, num brado de homem de honra, que ao serviço da patria via arranhada a sua dignidade pessoal, numa terra em que tinha socialmente alta situação anterior á official, accrescentava em P/S: *“Estoy a esta hora convencido de que usted no me ha escrito ni una letra por el vapor de hoy. Suplico, Doctor Herrera, se coloque friamente en mi posicion. La encontraria siquiera decorosa? Que haria usted? Yo quiero hacer lo que usted, sin duda, querria hacer en mi caso. Pero, como hacerlo en estes momentos en que veo, y con los brazos amarrados! “que nos van a llevar alezosamente a una guerra funesta?... Hasta esta hora no me han didicho palabra. Me tienen por completamente desautorizado y me lo hacen sentir”.*

Era para essa afflictiva situação que se invocava a intervenção de Mauá, um estrangeiro. Chamavam-no á cabeceira de um moribundo; Berro e Mitre, os chefes das duas nações, queixavam-se de deslealdades reciprocas. (*Confidencial* do Consul Mariano de Espina, Fevereiro de 1862 e varios officios confidenciaes de Marmol e de Herrera) Marmol, Ministro Argentino em Montevidéo, era suspeito de favorecer a guerra, o Ministro Brasileiro Loureiro, movendo-se activa e inutilmente entre Montevidéo e Buenos Aires, chegára a queixar-se a Mauá de não ser recebido pelo Ministro de Estrangeiros Herrera; e, finalmente, este Ministro deixava sem resposta cartas e officios de Lamas, seu agente confidencial em Buenos Aires: *“Tiene usted cinco cartas mias sin contestacion. Iñienen los vapores, uno traz otro, y ni una letra suya... Escribame con franqueza, amigo mio, que significa su silencio”?*... (Carta de Lamas a Herrera, 7-12-1863).

Dir-se-ia que a esperança estava inteiramente perdida; entretanto restava alguma. Quando Lamas appellou para a intervenção de Mauá, todos a admittiram; e dahi em diante, foi

elle a figura central das negociações. Com Mitre, com Berro, com os respectivos ministros Elizalde e Herrera, com o Ministro argentino em Montevideo, Marmol, com o Ministro brasileiro Loureiro, é elle quem se entende. Herrera manda mesmo a demissão de Lamas por mão de Mauá: — *“Señor Baron de Mauá — Mi estimado señor y amigo — Devuelvo a usted la carta de don Andrés Lamas... nadie más que don Andrés Lamas tiene la culpa de lo que ha sucedido con el retardado protocolo.. La dificultad la creó el, por obrar con prescindencia del gobierno de quien depende. El quejoso a justo título es el gobierno, que ve comprometida por malos juegos su política de paz, prescindiré del señor Lamas, y me entenderé, si la inteligencia es posible, con el señor Elizalde directamente. No es digna, sea el que fuere el resultado, que yo vuelva a rogar a don Andrés Lamas. De usted af. Juan José de Herrera”* (30 de Outubro de 1863).

Pedia-se a Mauá o que parecia já impossível — a paz; não era razão para que elle se recusasse.

A's difficuldades que extremavam os dois paizes, accresciam para Mauá os embaraços que lhe vinham do lado do Brasil. Tambem em sua patria augmentava a animosidade contra Berro, a qual poucos mezes depois ia exteriorisar-se na Missão Saraiva (Abril de 1864) e logo depois nas represalias e no conflicto armado. Para continuar no papel de mediador, só a energia de seu temperamento lhe daria ainda forças. Se a correspondencia official e confidencial sobre o assumpto fôsse tão conhecida aqui, como está sendo no estuario do Rio da Prata desde 1922 na obra documentada do Dr. Aureliano Berro e em outros livros, nós do Brasil saberíamos medir essa enorme projecção de Mauá — o Mauá diplomata.

Suas cartas pela paz, agora divulgadas em varias publicações, figurariam dignamente ao lado dos mais notaveis peças officiaes de Rio Branco, de Octaviano, de Saraiva, de Coetipe.

As difficuldades entre as duas Republicas vinham de dois annos antes, quando, em Agosto de 1861, baleeiras pertencentes

a navios de guerra argentinos revistaram embarcações mercantes orientaes que navegavam na costa de Colonia. Mariano de Espina, Consul, depois Agente Confidencial em Buenos Aires, dirigiu por longo tempo as negociações, sem ter conseguido satisfação. D. Andrés Lamas é afinal nomeado para substituil-o como Agente Confidencial. Novos incidentes vão surgindo, considerados attentatorios da soberania de um e de outro paiz, os incidentes dos vapores *Libertad*, *Mcnay* e *Caaguazú* etc. Nessa atmospherá já electrisada, em que as negociações se arrastavam com deploravel lentidão, rebenta a revolução de Flores, invadindo o Estado Oriental á frente de orientaes, argentinos e brasileiros. O Governo Oriental via na attitude de Mitre signaes claros de bôa vontade para com a revolução. Lamas comprehendeu a gravidade da situação. O espirito publico em Buenos Aires era favoravel aos *colorados*; o elemento official não lhe resistiria tambem. Mitre fazia, é certo, declarações de muita sympathia ao governo legal de Berro perante Lamas, como antes fizera a Mariano de Espina (officio de 1.º de Fevereiro de 1862). Lamas, porém, apesar de amigo particular de Mitre, sabia o que valiam praticamente essas declarações; este andava ás voltas com as complicações da sua política interna que não lhe permittiam posição definida. "...Estaria Mitre prompto a fazer uma proclamação ao povo argentino declarando que a honra do governo e da nação está sobradamente comprometida em impedir qualquer acto que importe violação de neutralidade..." como diz a carta, de Mauá ao Ministro Herrera, (20 de Novembro de 1863) mas, conhece que semelhante manifestação significa *romper abertamente* com o elemento exaltado, o que só se animaria a fazer quando firmado o accordo internacional que tenha pelo menos a *sancção moral* do Brasil (isto é o protocollo Lamas-Elizalde) mas, antes deste accordo "...não podia prescindir do apoio do elemento exaltado e portanto que não tinha remedio senão fechar os olhos aos actos do partido, pois seria loucura privar-se desse apoio ou quebrar as armas em que devia

Sr. Presidente

Después de una larguísima entrevista con el barón Menni, aunque me ha dado un golpe de peso relativamente a "la detención del Menni", me he comprometido a que, si Menni retira su reclamación sobre el punto, yo retiro la de este ministerio haciendo pronta oportuna, y por haber cesado las causas de la detención, en liberación de guerra. Así queda más disminuido de razón y más injustificado el hecho del "libertad" y todo, admitiendo que hayan podido cometer con nuestra "Villa del Salto". -

Espero que en respuesta B.E. me ofrezca con una sílaba o verbalmente por lo poder, entonces, retirarme del punto. -

De B.E. con toda confianza.
Manabá Herrera

Despacho
de B.E. 4/883.

Estoy conforme
B. 1.º Berro

y entre otros se debe ya todo elemento que haya estado
y serva para estudiar contra ese cuerpo, en lo cual
dificultad, ipso facto, la situación actual.

Esto, mas o menos, fobia, a las personas que se
sin del todo, conclusiones a las comunes.

Como queda en verdad que una continuación, entre
la carrera entre los puntos, conf. de los puntos y un grupo

20/11/11
M.

C. de O.
x = 8/883

Minuta de uma carta do Ministro Juan José de Herrera ao Barão de Mauá.
Original em poder de S. Ex.ª o Sr. Luis Alberto de Herrera.

apoiar-se na hypothese desgraçada de guerra"... (Cit. carta de Mauá.)

Essa situação não podia deixar de aterrorisar Lamas, que, recém-chegado do Rio de Janeiro, conhecia a corrente adversa da opinião brasileira que elle bem sabia onde poderia arrastar os homens de governo; era quasi tão geral no Rio como em Buenos Aires a odiosidade contra o partido *blanco*.

Foi nestas conjuncturas que a superior intelligencia de D. Andrés Lamas elaborou o accôrdo a que se chamou protocollo Lamas-Elizalde. Não se pôde deixar de acreditar que muito o teria influenciado Mauá, conhecedor profundo, como era, do estado dos espiritos nos tres paizes e receioso, como elle, das complicações que Lopez espreitava de Assumpção e que Sagustume e Antonio de las Carreras promoviam em Montevideo.

Mauá, chamado *in extremis*, não deixaria entretanto, de tentar prodigios de bravura e de lealdade.

Dirigindo-se ao Ministro Herrera vae logo ferindo fundo: "Lamas me escreve *mui afflicto* por não ter recebido hontem a approvação do accordo realiado em Buenos Aires. Na verdade para quem viu, como eu vi, uma copia da circular que o Governo Argentino ia passar a todas as legações estrangeiras e que era pouco menos que uma declaração de guerra a esta Republica, que seria seguida por uma renuncia desta Republica do que dissera ás mesmas legações, retratação impossivel e portanto seguida de um rompimento, e que trabalhou com incansavel assiduidade para dissipar a tempestade por meio de um accordo honroso para ambos os governos, evitando-se assim as mais sérias complicações que estavam prestes a desabar e observa a quasi indifferença com que é olhado aqui um trabalho que tanto custou a realisar, é realmente assumpto para o mais penoso sentimento... V. E, me desculpa, pois sabe que *estou demasiado comprometido*, arrastado por sentimentos generosos e ardentes, porém, irreflectidos, que me levaram a pôr em movimento todos os meus recursos para sustentar a ordem legal nesta Republica..." (Montevideo, Outubro 1863).

Parece que esta ducha acalmou o máo humor de Herrera. Conclue-se isto de nova carta de Mauá a Herrera (30 de Outubro). — “Incluo a V. Ex. o que acabo de receber de Lamas. Em resultado de nossa conversa de hontem, mandei-lhe dizer que, estando o protocollo approved e tratando-se apenas de adiar umas ou outras idéas, me parecia que elle não tinha razão para amofinar-se e que, em circumstancias tão graves, nenhum oriental e menos elle, cujo patriotismo me era tão conhecido, podia recusar seus serviços á Republica. Espero que a minha carta lhe fará impressão e, *se interpretei bem o pensamento de V. Ex.*, elle continuará no seu posto, onde é realmente util. No emtanto me parece que V. Eô., *em caso nenhum*, deve rejeitar o que está feito com tanto successo e com tão boa intenção de evitar as graves complicações que pendiam sobre o horizonte deste bello paiz”...

Era uma esperança generosa de Mauá; mas, o impulso estava dado; o capricho entrára em acção. Herrera passa a tratar directamente com Elizalde; Lamas foi sacrificado depois de se deixar muito humilhar por amor da paz.

Mauá continuou, entretanto, em sua intervenção para salvar o accôrdo; e passa a tratar com Elizalde, substituindo, de facto, Lamas na Missão.

De Buenos Aires escreve em 18 de Novembro a Herrera: — “Entreguei a nota de V. Ex. ao senhor Elizalde, com quem fiquei de conversar amanhã. Desgraçadamente o Sr. Loureiro é de opinião que a rejeição do nome do Imperador do Brasil depois de inserido no protocolo, importa uma offensa pessoal e directa ao magnanimo Monarcha que, em obsequio á paz das republicas do Prata, se prestára a acceder ao desejo manifestado nesse protocolo de servir de arbitro nas questões entre as duas nacionalidades. O que me parece que será a consequencia desse procedimento é que a Republica Oriental substitue a alliança do Brasil pela do Paraguay; o que me parece é que, uma, seria penhor de paz, enquanto a outra poderá sel-o para que a guerra se ateie. O governo da Republica, porém, está em seu direito escolhendo quem melhor lhe agrade...”

Seria bom que a resposta de V. Ex. á nota de Elizalde, no que toca á ultima occorrença das ilhas, viesse o mais tardar amanhã, no sentido de que esse successo não tenho *ulterioridades*, o que me parece facil conseguir-se. Farei tudo quanto puder de minha parte, porém, um tanto desalentado, porque já tenho pouca esperança de vêr triumphar afinal a politica pela qual me tenho sacrificado, que é, como V. Ex. sabe, que triumphem os principios de ordem e de legalidade e que se evitem complicações internacionaes. Perdendo-se o apoio do Brasil para essa politica (e me parece que está perdido) os elementos de fermentação nestes paizes são demasiado encandescentes para não produzirem explosão. Bastante afflicto assigno como sempre, etc.” — P/S. Neste momento sou informado que Elizalde vae responder que, no que, toca ao protocolllo, não altera uma virgula e que ficará de nenhum effeito visto não obter a ratificação do Governo Oriental”.

Responde-lhe immediatamente Herrera (20 de Novembro) com argumentos de pouca consistencia. Confessa que recebeu de Elizalde a resposta annunciada, mas insiste: “*No comprehendo por que el señor Mitre después de lo que hizo decir al Presidente por Lamas, dé el protocolo por rechazado. Si lo hace, y si lo aconsejan que lo haga, quedará a toda luz evidenciada segunda intencion, mala intencion... Hoy he entregado a la secretaria mi nota a Elizalde en contestacion a la que ese señor pasó relativamente al suceso de las islas... Espero que, si hay buena fé, no hemos de brigar. Todo lo que V. Ex. hace en sentido de serenar pasiones es servicio que hace V. Ex. a nuestras miras decididamente pacificas*”.

Não era de Mauá abandonar esperanças mesmo quando ellas estavam perdidas para todos. Responde immediatamente em longa carta, admiravel de clareza, de franqueza, e de visão. Começa assim: — “Depois de ter escripto a V. Ex. em 16 do corrente, bem que o espirito profundamente impressionado pela gravidade da situação, como não costumo deixar abater-me deante das mais seria difficuldades, tenho continuado a *traballar* e a pôr em contribuição todas as minhas faculda-

des intellectuaes, afim de vêr se a nuvem negra que passa sobre os horizontes destes paizes se dissipa...”; e acaba assim: — “Meu querido amigo senhor Dr. Herrera. Ahi lhe mando a carta que neste momento recebo de Lamas; parece-me que desta vez não tenho mais força para conseguir delle que continue a representar o Governo Oriental em Buenos Aires: é negocio findo por esse lado. Por intermedio da legação brasileira que ahi se acha hoje novamente installada, offereço a V. Ex. fazer tudo quanto puder para que a paz entre os dois paizes não seja alterada, pois seria isso o fracasso de todos os meus esforços, pois além de supprir ao governo legal dessa Republica todos os recursos pecuniarios de que necessita para vencer a anarchia, foi aquelle *objecto* o immediato que tive em vista quando sahi do Rio de Janeiro para vir aqui fixar temporariamente residencia”.

E numa *confidencial* de 3 de Dezembro acrescenta: “. . . O Sr. Ministro Loureiro não ficou satisfeito com não ter sido recebido por V. Ex. hoje; tinha o Sr. Marmol estado com elle pouco antes e pediu-lhe para vir ás 3 ½ para mostrar-lhe a nota de V. Ex. de 20 e 21. . . O Governo Oriental parece que não acredita na *possibilidade* de um rompimento por parte do Governo Argentino e eu tenho a *desgraça* de acreditar que o rompimento está imminente e que sem o apoio do Brasil a favor de um dos contendores, a guerra no Rio da Prata será duradoura, conduzindo ao barbarismo. . .” e em outra *confidencial* da mesma data: “. . . Acabo de estar novamente com o Sr. Loureiro e me disse ter visto a nota que lhe ia mandar o Sr. Marmol, declarando a V. Ex. que á vista da *desidia* de V. Ex. em receber as duas notas, dará por interrompida a negociação e retirava-se. O Sr. Loureiro, porém, fez-lhe occorrer a razão, resolvendo-o afinal a mandar uma nota polida que já lhe foi enviada, devolvendo-lhe as duas notas. — Qualquer passo menos prudente, no estado da questão, é um rompimento de relações, seguido de guerra. *Esta é a verdade da situação*. Se o Governo Oriental tem um exercito forte, esquadra sufficiente ou alianças *seguras* além dos recursos pecuniarios in-

dispensaveis para o estado de guerra, nada tenho a dizer; se, porém, não tem nada disso permitta-me que, mais uma vez, a voz do amigo sincero se faça ouvir.. *A missão dos governos é salvar as sociedades e não conduzil-as ao abysmo. Sempre de V. Ex., etc.*”

Marmol rompe afinal, e aprompta as malas. Mauá tenta ainda esforços e escreve a Herrera: “...Se V. Ex. julga que *convém* a intervenção do Ministro brasileiro para estabelecer as boas relações entre os dois governos, ninguém como o Senhor Loureiro para assumir esse papel...” E Loureiro pretende, de facto, intervir; sollicita *sponte sua* uma hora para que Marmol tenha uma conferencia particular com Herrera; mas teve que desistir do pedido; Marmol não quiz ractificar.

A intervenção de Mauá não deveria, porém, desanimar ainda neste lance angustioso das negociações, e continua a agir benemeritamente nas trévas. Se Marmol, tivesse a mesma preocupação de evitar a guerra, a solução estaria achada. No intervallo Mauá tinha conseguido a formula. E’ hoje um documento official e publico do Uruguay o seguinte:

“Mision Marmol — Señor Presidente. — Después de una longuísima entrevista con el Barón Mauá, en que me ha dado razones de peso relativamente a la detencion del Menay me he comprometido a que si Marmol retira su reclamacion sobre esse punto, yo retiro la de este ministerio, poniendo por acto espontaneo y por haber cesado la causa de la detencion, en libre platica ese buque. Asi queda más desnudo de razon y mas injustificable el hecho del Libertad y todo attentado que hayan podido cometer con nuestro Villa del Salto. Espero que en respuesta V. Ex. apruebe con una silaba o verbalmente, para poder, entonces, retirarme del Fuerte. De V. Ex. con toda consideracion — Juan José Herrera”.

E o documento ficou no mesmo momento com todos os sacramentos — ESTOY CONFORME, BERNARDO P. BERRO — 4 de Dezembro de 1863". (1)

Na fé de officio de um diplomata seria essa uma pagina de honra. Na vida de Mauá é um acontecimento logico — intelligencia, lisura e tenacidade.

Foi esteril, porém, essa victoria.

A revolução de Flores já tinha avançado muito na campanha oriental, asim como a sua causa tinha ganho terreno no mundo official e na opinião publica da Argentina e do Brasil; o Governo de Berro estava condemnado. Quatro mezes depois a sessão tempestuosa da Camara dos Deputados do Brasil, em 5 de Abril de 1864, determinou a Missão Saraiva.

Passa a ser no Brasil outra tarefa diplomatica para Mauá.

(1) Este documento, tão interessante para a historia sul-americana e tão dignificante para Mauá, vae reproduzido photographicamente, assim como uma das cartas de Mauá a Juan José Herrera e outra de Herrera a Mauá. Ao illustre Sr. Luis Alberto de Herrera, filho do grande amigo de Mauá, devo a fineza de ter-me enviado chapas photographicas de todas as cartas a que me refiro, neste e noutros logares, trocadas entre os dois. Infelizmente não cabe nos limites do meu livro a publicação de todas ellas o que será feito em mais desenvolvido trabalho; ficam neste apenas as indicações dos livros e publicações officiaes em que os nossos vizinhos nos facilitam estudar o papel internacional do grande brasileiro, notadamente as obras do Dr. Aureliano Berro. — *De 1860 a 1864, Biografia de Bernardo P. Berro e a Historia del Uruguay* de E. Acevedo.

CAPITULO XX

Mauá e a Missão Saraiva

E' um grande serviço prestado ás novas gerações brasileiras exhumar para a vida e a história, no lugar que lhe cabe, esse homem de acção que era ao mesmo tempo um cerebro de primeira ordem e um idealista que nos honra..

(HELIO LOBO. A proposito da conferencia do Embaixador Alberto de Faria na Liga da Dejeza Nacional).

PARA bem comprehender a attitude de Mauá e fazer justiça á nobreza de sua conducta e á importancia de sua actuação nos incidentes que se seguem, é preciso recordar o estado dos espiritos no Brasil no começo do anno de 1864.

Oito decimos dos brasileiros eram sympathicos aos *colorados* da Argentina e do Uruguay e advogavam uma intervenção energica contra o Governo legal do Uruguay, accusado de graves culpas, muitas verdadeiras, outras exaggeradas, outras injustas, em relação a compatriotas nossos, que em numero de 40.000, um quinto da população total, habitavam o Estado Oriental, proprietarios de uma extensão territorial que era mais da quarta parte da area da Republica.

Assaltos á propriedade, violencias de autoridades, recrutamentos de brasileiros para as tropas leaes, assassinatos impunes, roubos consentidos, tinham accumulado durante dez annos reclamações a que o Governo Oriental não dava a merecida attenção.

As queixas vinham de longe; mas, durante a presidencia de Bernardo Berro, 1860 a 1864, revestiram caracter sério. A causa mais visivel do máu humor nas relações, tinha sido a recusa de sancção do poder legislativo do Uruguay em 1860 ao tratado de permuta de territorios, ao que respondemos repellido o tratado commercial já ajustado.

Com a revolução de Fevereiro de 1863, muitos patricios nossos tomaram armas ao lado de Venancio Flores e as violencias e extorsões redobram nas vinganças particulares dos *blancos* e na tolerancia ou connivencia de suas auctoridades.

E' rara a discordia brasileira no Rio Grande do Sul em que orientaes e argentinos deixem de envolver-se; poucas são tambem as revoluções do lado de lá em que brasileiros da fronteira não tomem partido; nesses momentos, as linhas divisorias dos tratados apagam-se. Na revolução capitaneada por Flores, a cooperação de brasileiros não póde ser negada, assim como a de cidadãos da Argentina, onde *blancos* e *colorados* são dois partidos politicos de homens do mesmo sangue, que se estabeleceram, uns na banda oriental, outros na banda opposta.

O Brasil, em sua enorme maioria, era inimigo do partido *blanco*, o que estava no poder, portanto o responsavel immediato pelas violencias. O Governo Imperial mantinha neutralidade; mas, não ha negar que pouco efficaz era o apoio que officialmente prestavamos ao Governo constituido do Uruguay; aggravos recentes explicavam a frouxidão do nosso Governo na sua neutralidade, que os rio-grandenses moradores dos dois lados da fronteira não respeitavam estrictamente.

Havia tambem motivo sentimental anterior de nossas prevenções contra o partido *blanco*; a tragedia de Quinteros (1858) écoára no Brasil como um acto de selvageria sem precedente e sem indulgencia possivel. A responsabilidade desse crime foi attribuida exclusivamente ao partido *blanco*, caso julgado para a maioria dos politicos e para a quasi unanimidade dos brasileiros.

Conservadores, como o Marquez de S. Vicente, diziam em pleno Senado referindo-se ao governo vizinho — “os tigres

de Quinteros"; liberaes exaltados, como Theophilo Ottoni, os atiravam "fóra da especie humana".

Mauá conhecia tão bem o Estado Oriental como o seu paiz; nelle vivera largas temporadas e podia melhor julgar o povo com que tratava de perto; pesava-lhe os excessos por um criterio differente do seu paiz e julgava os individuos e os partidos com o conhecimento pessoal que delles tinha.

O Rio da Prata e o Brasil eram, nessa época, duas antitheses como educação politica. Lá, as guerras civis eram de exterminio; as relações de mortos e feridos de um e de outro lado deixam a idéa de que quando um combatente conseguia vantagens militares, o outro não encontrava misericordia nem nos ferimentos soffridos em combate.

E' por isso que um historiador lucido, Eduardo Acevedo, abrindo o capitulo VIII do 4.º volume da sua documentada e valente obra — *Historia del Uruguay* — consagra palavras de alguma tolerancia ao *gran episodio* de Quinteros, fazendo-as preceder desta advertencia — que o caso deve ser *planteado dentro de la atmosfera de sangre que en esa época rodeaba a todo el Rio de La Plata.*

O episodio, ou a tragedia de Quinteros encerra até hoje para muitos, um enigma cuja decifração modifica profundamente o juizo sobre os responsaveis e o gráo das responsabilidades.

Houve, ou não houve capitulação com condições?

Tudo mostra que o General Medina que commandava as forças legaes não precisava de negociar rendição; sua superioridade militar era grande, era collossal; mas, parece impossivel negar tambem que, depois de recusar primeira proposta, recebeu segunda, e achou melhor poupar vidas de um e outro lado (o chefe dos revolucionarios, General Cesar Dias, era seu particular amigo) e que, prometeu expressamente enviar desterrados para o Rio Grande do Sul os chefes, poupando-lhes a vida. Em verdade, os vencidos chegaram a receber passaportes e a caminhar algumas leguas rumo á fronteira do Brasil. Isso não seria possivel, se não existisse promessa ou

compromisso no acto da capitulação, pois que os rebeldes tinham sido declarados réos de lesa patria e passíveis todos (Brigido da Silveira, Cesar Dias e demais chefes nomeadamente designados, assim como os officiaes que tivessem apoiado o movimento) de julgamento summario, *no acto* e de fuzilamento immediato. (Doc. 30 de Janeiro de 1858).

Para mais clareza e segurança, o Ministro da Guerra, General Andrés A. Gomez transmittiu em nome do Governo, ao commandante das forças General Medina, (30 de Janeiro) que — *“el Gobierno ha acordado que se oficie al General en Jefe del ejército nacional para que haga pasar por las armas a los generales e jefes que aprecnda hasta la clase de coronel inclusive, y que desde la de teniente coronel hasta la de alferes, sean quintados para sufrir la misma pena”*.

Deante destas ordens e destas leis, o General Medina não teria dado passaportes nem mesmo demorado uma hora a execução capital de taes prisioneiros, se não tivesse prometido, no acto da capitulação, respeitar-lhes a vida; seria elle, então, o fuzilado.

Não padece hoje duvida que o elemento rubro, sangui-nario, que preponderava no Governo de Montevidéo exigiu do Presidente Gabriel Pereira a execução dos prisioneiros, com preterição das leis da humanidade e dos principios da honra. O intervallo de cinco dias entre a rendição e o fuzilamento, as idas e vindas de coroneis e emissarios, não tem outra razão de ser; o prazo para fuzilamento não costumava exceder de cinco horas ao momento da prisão. O General Medina, teve que ouvir do seu collega e velho amigo General Cesar Dias em caminho para o pelotão de fuzilamento — *“General Medina, que vale ya la palabra escrita de un general oriental?”* — e apenas respondêra cabisbaixo: *“Vaya usted, que esa es la orden del Gobierno”*.

Ha, pois, dessa tragedia dois aspectos differentes, que lhe alteram profundamente o gráo na condemnação — simples

barbaridade de fuzilamento ou a infamia de assassinar prisioneiros que se entregavam confiantes nas leis da honra?

Mesmo naquella atmosphera de sangue a que se refere o historiador Eduardo Acevedo, são muito differentes os aspectos do crime.

Os politicos que foram indicados como barbaros autores desses fuzilamentos, pela imprensa e pela opinião liberal na Argentina, puderam defender-se allegando que, antes e depois, foram igualmente duras as penas applicadas aos revoltosos numa e noutra banda do rio; fuzilava-se sem piedade nas duas margens. (E. Acevedo. *Historia del Uruguay*).

Qualquer que seja porém a hypothese, simples execução summaria de prisioneiros ou traição a um pacto de capitulação, o povo brasileiro tomou em horror seus auctores. Nossos costumes eram outros. Aqui, conheciamos varias revoluções, até com character republicano e separatista; não se fuzilavam vencidos. Caxias, um bravo que nunca conspirou, o mais disciplinado dos militares, o fundador da autoridade civil, perseguindo revoltosos que combatêra sem treguas, desviou os olhos para não vêr o Major Miguel de Frias que se escondera num quarto que elle revistava; e quando soube que caminhavam algemados os prisioneiros da revolta de Minas Geraes, desauthorisou seus auxiliares e mandou tirar os ferros aos presos.

Os *tigres de Quinteros* deviam inspirar horror num paiz assim educado. As paixões que aqui chegavam através de sofrimentos e das prevenções dos compatriotas rio-grandenses, davam exclusiva responsabilidade desses crimes ao partido *blanco*.

Entretanto, a justiça pediria mais isenção de animo e mais imparcialidade no julgamento.

O Uruguay ensaiava, nesse momento, a *politica de fusion*, talvez o reflexo da politica da *Conciliação* chefiada no Brasil pelo Marquez do Paraná; os partidos politicos juraram treguas em bem da patria. Mas, se a *Conciliação*, num paiz de habitos politicos moderados — a nossa *Conciliação* — era um tanto artificiosa e não durou muito tempo, bem é de vêr quanto

valeria *la política de fusion* durante os armisticios daquellas luctas civis e quando não havia um elemento moderador, um interessado permanente na paz dos homens, como era no Brasil o alto espirito e puro caracter de D. Pedro II.

Gabriel Pereira, o Presidente da Republica, era *colorado*; e do seu ministerio faziam parte Antonio de las Carreras e Frederico Nin Reyes, *blancos genuinos*; o General Medina, o triste commandante em chefe da chacina de Quinteros, era um *colorado*. A ordem de fuzilamento dos Generaes Cesar Dias e Manoel Freire, dos coroneis Francisco Tajés, Eugenio Abella, Isidro Caballero e mais vinte e tres ou vinte e cinco chefes e officiaes, está rubricada pelo Ministro da Guerra Andrés A. Gomez em nome do Governo e tem a data de 2 de Fevereiro, isto é o dia immediato áquelle em que a intervenção do corpo diplomatico, incluido o Ministro Brasileiro Amaral, tinha conseguido sustar os fuzilamentos. Essa ordem do Ministro da Guerra Andrés A. Gomez, continha palavras hediondas que não permitem escurecer as responsabilidades dos *colorados* Gabriel Pereira, Presidente da Republica e do executor dessa ordem, o *colorado* General Medina, aquelle que negociou a capitulação. São estes os termos de uma nota official tetrica — “...*Previniendole a V. S. que deben ser inmediatamente fusilados cualesquiera que hayan sido las condiciones en que cayeron en su poder, pues están condenados con anticipacion por decreto del Gobierno de 1 de Enero, como reos de lesa patria, y el Gobierno no retrocederá en su resolucion de justicia. V. S. dará cuenta inmediatamente de su ejecucion*”.

O sentimento de justiça obriga a reconhecer, com a imparcialidade do historiador Eduardo Acevedo e com os documentos irrecusaveis que elle exhibe, que a maior culpa nos fuzilamentos ou assassinatos de Quinteros é dos *blancos*; mas, não ha bôa vontade que, consinta que lave as mãos o partido *colorado*, que, não fornecendo, é certo, os mais exaltados advogados do crime, deu o contingente dos dois auctores indispensaveis — o Presidente da Republica e o General em cujas mãos se entregaram os revoltosos e que lhes cassou os passaportes. “*La*

responsabilidad de Quinteros no es de un partido, es de un gobierno y de un gobierno mixto" disse Nicolas A. Calvo. Para negal-o seria preciso confessar que Pereira e Medina estavam irresponsaveis.

Como quer que seja, porém, o Brasil e as outras nações que por seus diplomatas tentaram impedir os fuzilamentos, continuaram a tratar com o Governo de Pereira sem quebra nem estremecimento de relações, e o Brasil a catalogar reclamações cuja solução se ia adiando e procrastinando até 1864, quando perdemos a paciencia.

Fazemos questão de apurar esses casos de politica interna dos nossos vizinhos, porque a accusação mais seria que Mauá soffreu no Brazil foi a de sua solidariedade com o partido *blanco*. No seu duello eleitoral com Silveira Martins em 1873, o ataque foi repetido em todos os tons e pesou enormemente no animo dos eleitores rio-grandenses.

Entretanto, é indiscutivel, que, errado ou certo, Mauá agia em conformidade com a politica imperial. Seu papel nunca foi senão o de director da agencia mais poderosa do Imperio, no conceito já citado do Dr. Claudio Williman. De certo, as relações e as sympathias pessoaes adquiridas nessa posição semi-official, tinham influencia no seu espirito. Bernardo Berro, o presidente que substituiu Gabriel Pereira em 1860, intelligente e honesto, era seu amigo particular, como outros membros do partido *blanco*, entre os quaes André Lamas, e Juan José Herrera, isto é aquelles com os quaes era obrigado a tratar seus interesses particulares e os da politica brasileira que sempre pleiteou.

Bem definida a posição delle junto desses homens, que eram o governo legal da Republica, mais facil se torna formar juizo solido de sua posição de tão extraordinario desassombro nos incidentes que se agravaram em 1863 e 1864, até provocar a partida do Conselheiro José Antonio Saraiva em Missão Especial.

Fizemos essa rememoração de paginas lugubres da historia de nossos vizinhos, porque indispensaveis ao objectivo que

nos propomos; ellas os entristecem, sem duvida, envergonham, sem duvida; mas, a amigos se pôde falar sem descortezia de cousas tão feias quando elles nos pôdem replicar com o aperfeiçoamento de seus costumes politicos que chegou ao resultado de terem o corpo legislativo dividido em duas forças tão iguaes e tão respeitadoras do direito alheio, que o accidente de uma ou duas mudanças no Senado ou na Camara, poderá deslocar agora a supremacia legislativa e que no Conselho Nacional de Administração a maioria não é da mesma feição do Presidente Serrato, sem embargo do que (ou talvez por effeito *do que*) os negocios publicos marcham admiravelmente, entre dois grupos que continuam extremados sem outra razão senão os odios das luctas sangrentas do passado. Admiravel exemplo de cultura que os brasileiros de hoje olham com inveja, pois que, se nunca viram Quinteros (em 1858 estavamos muito adeantados) viram depois Canudos, o kilometro 65, a Ilha das Cobras, e outras paginas tristes de ferocidade em luctas civis; e ainda neste momento estão ouvindo uma corrente que prega o exterminio dos contrarios, que advoga a pena de morte e que desejaria mais açaimada uma imprensa que, mercê da lei Adolpho Gordo, não gosa no exame de conducta dos homens publicos, a varias decadas de distancia, a mesma liberdade que tinham os jornaes que em Montevidéo atacavam os governos de Pereira e de Berro e os publicistas como o Barão de Mauá, que, estrangeiro, qualificava de abuso, extorsão, crime, um acto do Governo, com o seu nome por baixo, nas columnas do *Siglo*, sem nada soffrer afinal.

E' o começo desse anno de 1864 o momento agudo da crise que acabou na guerra ou, segundo o euphemismo adoptado, nas *represalias*.

Poucas semanas antes, havíamos visto Mauá no Rio da Prata interventor entre os governos de Buenos Aires e de Montevidéo para evitar a guerra imminente entre os confinantes. Para a sua vista de lynce, uma guerra no Sul ia lançar o Brasil numa aventura; era difficil a outro enxergar tão bem o perigo do dia seguinte. O resultado que obtivemos, afinal,

a Triplice Alliança, solução melhor a que podíamos aspirar, prova que o Brasil não tinha muito a ganhar, nem com esta melhor das hypotheses e que estivemos ás portas de uma catastrophe.

Comprehendem-se os esforços desesperados, sobrehumanos, de Mauá que observamos no capitulo anterior, em documentos officiaes, para evitar o rompimento entre as republicas limitrophes. Era a destruição do seu ideal patriotico, que nunca dissimulou, de vêr o Brasil occupar uma posição de tal preponderancia na politica sul-americana que a paz do Continente fôsse a obra do nosso prestigio e do idealismo do nosso povo.

Quem observa os seus actos e lhe prescrua os pensamentos mais intimos, nos documentos officiaes, nas numerosas cartas ao socio Ricardo Ribeiro, vê bem que o seu sonho de grandeza do Brasil teve sempre por base Montevidéo.

O vasto plano que se percebe nos seus empreendimentos de ligações fluviaes e de caminhos de ferro do paiz, deixa, aliás, claro que elle pensou sempre que a America do Sul devia ser o Brasil pela dependencia economica; o Amazonas daria sahida a maior parte da producção das republicas do norte; o Paraguay e a Bolivia encontrariam a sua expansão no porto de Paranaguá, pela estrada de ferro de cujo projecto, orçamento e estudos falaremos no Capitulo XXX. Quaesquer que fossem as condições naturaes de riqueza do solo do grande paiz que tanto cresceu no sul do Continente e as suas forças de expansão, a nossa enorme superioridade de população e de um territorio assim collossalmente distendido pela penetração economica, teria creado uma preponderancia impossivel de ser neutralizada.

Para completar e cimentar esse plano, havia no cerebro vigoroso de Mauá um ponto de apoio necessario — Montevidéo.

Naquella época, a posição estrategica de Montevidéo impunha-se aos calculos das mentalidades politicas. A sciencia da hydraulica apresentava como difficil e dispendioso, quasi impossivel, o accesso ao porto de Buenos Aires. Talentos de visão profunda, como Thiers, advogavam abertamente a politica de

apoio a Montevidéo em detrimento de Buenos Aires. Em seu discurso de 29 de Maio de 1844 na Camara dos Deputados, o estadista francez não tem reservas de pensamento. "...Estes dois Estados, destacados de uma antiga capitania hespanhola, estão collocados um em face do outro sobre o Plata e por muitas razões dispostos a ser hostis... Montevidéo, commercialmente e sob outros aspectos, está infinitamente melhor collocado que Buenos Aires. Montevidéo, na entrada do Prata, tem um porto excellente e navios de grande calado pódem ancorar com segurança. Buenos Aires está a 50 leguas para dentro, no ponto em que a navegação começa a ser perigosa; não tem porto, apenas uma praia e sob esse ponto de vista Montevidéo está fadado a um desenvolvimento que Buenos Aires não pôde esperar" (*Discours parlementaires*, Vol. VI, pag. 355).

Se com este raciocinio, uma cerebração illuminada como a de Thiers, justificou o bloqueio do Prata e os subsidios pecuniaros de seu paiz em beneficio de Montevidéo, é facil avaliar como influiria em todos os planos de Mauá a idéa de não perder para o Brasil a base de Montevidéo. Ha na tradição da familia Mauá noticia de entendimentos escriptos entre — Thiers, Andrés Lamas e Mauá, no sentido desses designios communs. Nada se encontra de positivo na correspondencia de Mauá, da qual, aliás, não resta talvez uma quarta parte; mas tudo faz crêr que em suas numerosas viagens á Europa, que começaram em 1840, tivesse procurado o grande politico da França com cujas idéas estava identificado, assim como na admiração que ambos tinham pelo uruguayo Andrés Lamas.

Obedecendo a esse pensamento, a situação em 1864 se lhe desenhava aterradora; era preciso manter a paz a todo custo, nas margens do Rio da Prata; aberta a lucta, o Brasil teria que ser parte e em condicções desfavoraveis. Os acontecimentos futuros provariam quanto eram fundados os seus temores; apesar da Triplice Alliança, solução feliz que foi consequencia da habilidade e da coragem do negociador do Convenio de 20 de Fevereiro, o Brasil amargou cinco annos de uma guerra que

o empobreceu de homens e de dinheiro, sem que custasse os mesmos onus aos seus aliados.

Estudada hoje, olhando de cima o terreno e observando casos já passados, é que se pôde bem medir a visão de estadista de Mauá e comprehender o patriotismo que lhe insuflou a ousadia de affrontar o clamor publico para sustentar impavidamente uma politica que estava em desoladora minoria e que, entre seus raros adeptos, encontrava poucos com animo de resistir ás paixões desencadeadas.

A sessão da Camara dos Deputados do Brasil, em 5 de Abril de 1864, foi uma declaração de guerra. As vozes discordantes emmudeceram. O proprio Zacharias, Presidente do Conselho, a alma forte para a empreza de desafiar a impopularidade na resistencia por uma opinião, fraqueava. "O *inflexível* deixou-se contagiar da febre ambiente" como muito bem exprime Helio Lobo (*Antes da Guerra*, pag. 33).

A injuria da recusa do nome de D. Pedro II para arbitro pelo governo de Berro, era thema predilecto e produzia effeito nas altas camadas; nas ruas, excitava-se a furia guerreira. As questões diplomaticas e as questões de finanças são as que a opposição explora de preferencia e com mais successo, porque são as que o povo menos pôde entender, é reflexão de um argentino illustre, se não nos falha a memoria, Pelligrini.

O melindre nacional estava irritado pela aggressão recente do ministro Christie, que fizera interromper nossas relações de amizade com o Governo da Inglaterra e da qual não haviamos tido ainda a reparação que o Imperador receberia mezes depois, em sua *barraca imperial* de Uruguayana, nas credenciaes dadas a Thornton pela Rainha Victoria.

Repetiram-se mais fortemente, depois da subida de Aguirre, os agravos contra nossos patricios que habitavam o Estado Oriental. Sem querer innocental-os de todo, era fóra de duvida que os vexames que soffriam iam-se tornando insupportaveis. Aguirre era um tanto fraco e seus agentes militares, particularmente Leandro Gomez, eram sanguinarios; pa-

gavam tambem innocentes pelos peccadores, entre os brasileiros domiciliados no Estado Oriental.

A indignação irrompeu nas ruas do Rio de Janeiro por occasião da chegada do Brigadeiro Antonio de Souza Netto, que vinha expôr, com estrepito, os soffrimentos seus e de seus vizinhos. Eram avultados os interesses de brasileiros nesse paiz. Sobre uma superficie de 7.036 leguas quadradas, os brasileiros eram proprietarios de mais de um quarto, 1.782 $\frac{1}{2}$ leguas quadradas, com quasi um milhão e meio de cabeças de gado *vaccum*; numericamente eram um quinto da população da Republica, mais de 40.000. (São dados aquem da realidade, porque tirados do livro *Negotiations between the Oriental Republic and the Empire of Brasil*, relativos ao anno de 1850).

Era difficil contemporisar.

Espiritos como o Visconde do Rio Branco e o Conselheiro Nabuco viam, aliás, claro o caminho errado a que nos impellia o arrastamento das paixões no empenho louvavel de acudir aos nossos patricios, fazendo com que esquecessemos, no julgamento de governantes criminosos, a attenuante que resultava das culpas de estrangeiros que se envolviam em luctas internas. Com Rio Branco, cuja opinião pesava mais do que pelo seu descortino pela circumstancia de conhecer de perto os homens e as cousas do Prata, estavam quasi todas as boas cabeças do partido conservador; mas, os seus protestos eram timidos e se fossem energeticos nada, de certo, teriam adeantado.

A missão Saraiva, para pedir reparações de prejuizos materiaes e das offensas recebidas, por nossos compatriotas era, todos o sentiam, uma intervenção que trazia no bojo a consequencia de auxiliar o revolucionario Flores a depôr Aguirre.

No banquete do salão do Club Fluminense, onde esteve presente Saraiva, 19 de Abril, vespera de sua partida, o ambiente era o de uma reunião de *colorados*. O rio-grandense Ferreira Vianna, orador que já então apaixonava pelo brilho da palavra, fez quatro brindes, qual delles mais inflamado; um dos quaes a Saraiva, que presidia o banquete e outro ao Bri-

gadeiro Souza Netto, que no Estado Oriental era ostensivamente partidario do chefe da revolução contra o governo legal, transferido por Berro a Aguirre semanas antes.

Os termos, hoje publicos, das instrucções dadas a Saraiva não deixam duvida que o que elle levava era um *ultimatum* ao partido *blanco*. O Gabinete Zacharias, como todos os que abraçam resoluções dictadas pela onda que os envolve, tornára-se não só imperioso nos actos como violento nas palavras.

Se a quasi todos faltou energia nesse momento, para oppôr-se abertamente á corrente, ella não faltou a Mauá.

Na vespera da partida de Saraiva, sob o écho dos brindes do Club Fluminense, quando parecia não haver logar para uma phrase de prudencia, elle recém-chegado do Sul, veio para as columnas do *Jornal do Commercio* gritar conselhos de bom senso.

Esse artigo é uma das mais brilhantes paginas da nossa litteratura politica e registra um dos successos maiores que o valor moral de um homem poderia conseguir. Não ha, nem nas notas officiaes de Saraiva, nem nas de Rio Branco, nem nas de Cotegipe, nem nas de Paraná, nem nas de nenhum dos gigantes que o Imperio destacou para o Rio da Prata, peça de mais primor; nem ha, de certo, em actos da vida dos heróes de coragem civica affirmação mais brilhante.

Mauá, era tambem importante estancieiro no Estado Oriental; e, além desse, tinha lá outros interesses. O *Jornal do Commercio*, do mesmo dia 20 de Agosto de 1864, publica uma correspondencia de Montevidéo em que se lembra que... "As terras da Republica tiveram valor depois que os brasileiros com sua industria e actividade as enriqueceram com seus gados e que a intelligencia de um brasileiro notavel, qual o Sr. Barão de Mauá, a quem deve o Estado Oriental a fundação do melhor estabelecimento bancario que nelle funciona, tem concorrido por meio de suas bem combinadas operações, não só para o desenvolvimento commercial do paiz e por conseguinte para sua riqueza, como para restaurar o credito publico que era nullo e que hoje ainda se sustenta em uma posição favora-

vel não obstante todas as desgraçadas occorrencias que **pesam sobre a Nação**".

Nessas condições, onde estava o *interesse* de Mauá? **To-**mamos o vocabulo no seu sentido menos elevado, para **deixar** evidenciada a nobreza de seu character. Os rio-grandenses *colorados*, de que era porta-voz o *Echo do Sul*, formularam, tres mezes antes, em Fevereiro, uma perversa insinuação que **teve** larga resonancia em Montevidéo e no Rio. "...Esta situação **immoral** não póde continuar. Queremos saber a verdade... Queremos que o Governo nos diga clara e positivamente se pretende uma luta a favor do Barão Mauá e do partido *blanco*, ou se quer attender aos appellos dos nossos compatriotas habitantes do paiz vizinho. A questão não admite meio termo e a provincia do Rio Grande quer saber se o Governo pretende sacrificial-a, ou, ao inverso, attender ás suas justas queixas. Antes de tudo desejamos vêr claro neste cháos politico. Depois a Provincia responderá o que convém fazer..."

Em correspondencia para o *Jornal do Commercio*, que denunciava uma penna auctorisada, se dizia: — "Nós rio-grandenses, chegada a ultima necessidade, saberemos fazer com que nos respeitem. Torna-se inevitavel um conflicto do Imperio com a Republica ou com a provincia do Rio Grande". (1 de Outubro de 1863) e mais adeante: — "...Si a nacionalidade não serve aos nossos compatriotas para serem respeitados no exterior, para nada mais lhes presta..." Na imprensa do Rio Grande era esta a linguagem que *O Espectador da America do Sul* de José Maria do Amaral, ex-Ministro no Uruguay e no Paraguay, transcreve com applausos, em 24 de Fevereiro de 1864. "Os brasileiros estabelecidos no Estado Oriental **devem** appellar para o seu proprio valor para a sua força, **em-**prestando apoio ao elemento *colorado* e rasgar em mil pedaços o xiripá sangrento dos ferozes *blanquillos*". Linguagem menos violenta, mas não menos clara, era a do *Correio Mercantil*, o jornal de Francisco Octaviano, sob a fórmula de correspondencias do Rio da Prata e do Rio Grande do Sul.

Sem circumloquios, o Rio Grande ameaçava com a separação, e o Rio Grande sempre infundiu terror.

Para medir o valor moral de Mauá, é preciso accentuar esta circumstancia — que elle era deputado pelo Rio Grande do Sul e seus companheiros politicos eram francamente pelos *colorados*. Felix da Cunha e o Barão de Porto Alegre, tambem deputados eleitos na mesma chapa, tinham comparecido ao banquete do Club Fluminense; Felix, para excitar os brios patrioticos que se receiava que fossem temperados pelo character frio de Saraiva, Porto Alegre, para ser suggestivamente brindado por um camarada do Exercito como o heróe *vencedor* de Monte Caseros. Apparecer em publico nesse mesmo dia em que nas ruas se gritava — *a Berlim* — para aconselhar prudencia, era empreza para um Thiers e para Mauá; a fibra que se exige nesses dias é de uma resistencia especial. Não a conhecendo, os adversarios de Mauá só viram na sua attitude a força do *vil interesse* — era o credor do Uruguay, tinha acabado de emprestar ao Governo de Berro 6 milhões de pesos, era o amigo dos *blancos* e com elles commungava em detrimento de seus patricios!

A baixa accusação deve ser esvurmada *em honra de Mauá*. O mais elementar bom senso fornece raciocinio completo, que as provas robustecem.

Foi de accordo com a politica brasileira que Mauá esteve ao lado de Bernardo Berro, depois seu amigo pessoal, servindo a esse Governo com o seu Banco; si a politica brasileira tomava subitamente outros rumos, por motivo das condescendencias lamentaveis do novo Presidente Aguirre deante dos caudilhos que o amordaçavam, qual a directriz que o *interesse* aconselhava a Mauá?

Desassociar-se dos seus *amigos blancos* (nós accetaremos sem discussão a qualificação dos contrarios) e entrar na nova corrente. Não lhe faltava para isso um pretexto ou, poderiamos dizer tambem, razão bastante — o seu paiz tomava nova attitude. Sua posição politica no Brasil, o mandato legislativo rio-grandense, seus interesses commerciaes que aconselhavam

bom entendimento com o Ministerio de Zacharias, tudo lhe apontava formar na nova corrente.

Porventura, uma incompatibilidade pessoal o separaria do chefe da revolução, General Flores, de modo a fazel-o irreconciliavel com os homens que o Brasil passára a apoiar?

Nem isso. Eram muitos os amigos de Mauá entre os *colorados*. Venancio Flores, se não era um amigo, prestava-lhe a maior consideração.

Ha prova irrecusavel no correr dessa mesma revolução, que já andava de pé quasi um anno. Quando as primeiras negociações de paz tinham naufragado, a despeito do prestigio e do empenho de conspicuos cidadãos uruguayos, Mauá foi ainda um nome no qual se confiaram todos. Ninguem o considerou um estrangeiro nos negocios que entendiam com a paz e a felicidade do Uruguay. Hoje, ha mesmo a prova de que elle era um interventor official. No livro do Dr. Aureliano Berro. (*De 1860 a 1864*) vêm as cartas do Ministro Juan José de Herrera e do Coronel José Mundell a Mauá auctorisando-o a ir tentar a pacificação que ninguem conseguira: "*Dios quisiera, Senor Baron, que nuestro desideratum de paz permanente tuviera en lo que usted propone un buen comienzo*" diz-lhe Herrera, ajuntando: "... *Tengo por disgracia poca fé en la sinceridad del CABALLERO de quien tratamos* (Flores). *El Gobierno, no dudo, hará su parte, pero V. E. verá que se queda en nada*".

Dirige a Flores, em começo de Setembro, uma missiva em que o conjura a depôr as armas no interesse do paiz, despertando esperanças de paz honrosa, da qual seu prestigio pessoal seria penhor.

Não se dedigna Flores de tratar com elle, mesmo depois de repellir propostas de compatriotas que sabia auctorisados a negociar, como Samuel Lafone, Juan Quevedo e o seu velho amigo José Mundell.

Do acampamento de Santa Lucia escreve na mesma data, 9 de Setembro de 1863, duas cartas relativas ao accordo pro-

posto na carta de Mauá, uma a este, outra ao Presidente Berro.

Não resta duvida que Mauá era um plenipotenciario do Governo e era acolhido como *persona grata*.

Os termos dessas duas cartas deixam claramente vêr que era o credito do intermediario que abria novos clarões de paz.

Ao Presidente Bernardo Berro elle escreve em termos de não dissimulada queixa e desconfiança: — "*Jamas hubiese tomado la pluma para dirigirme a V. Ex. despues de agotados todos mis esfuerzos en Buenos Aires para evitar el paso que di y que me ha colocado en la situacion amenazante en que me encuentro. Pero, habiendo recibido indicaciones de personas de alta categoria residentes en Montevideo, y que creo puestas en contacto con V. Ex. para arribar a un arreglo con el Gobierno que V. Ex. preside, y a pesar del respecto que aquellas me merecen, no me ha parecido possible entrar á tratar sobre tan grave assunto, sin dirigirme a V. E...* E depois de largas queixas: "*Aquí me tiene V. Ex. al frente de mi ejercito sereno y dispuesto a todo, pero antes que nada a hacer la felicidad de nuestra patria... Quiero abiertas las puertas del país para mis coreligionarios, pero abiertos de par... Bien lo ve V. E., Ex. Sen., cuatro meses de lucha infatigable y tenaz; sin medios en un principio... han sido bastantes para concluir con el poder de 12.000 soldados que defienden la causa de V. Ex. que parece haber vivido enganado, hasta hoy mismo... El objecto de mi carta no es otro que el de corresponder a los deseos expresados por las personas a que he hecho referencia al principio*" etc. (A. CONTE. *La Cruzada Libertadora*, pag. 122).

São muito mais amaveis, entretanto, os termos da carta que, nesse mesmo dia, endereça a Mauá. Della extractaremos alguns trechos: "*Agradesco los buenos sentimientos que en bien de mi país expresais en ella, y os doy gracias por los conceptos con que honrais a mi persona. Teneis razon para no dudar de mi patriotismo (lo digo sin usar de fingida modestia) jamas desmentido. No he sido yo, señor Baron, quien menos haya hecho para evitar las calamidades conseqüentes a la guerra que*

agota a esta pobre Republica; ni debeis en vuestro caracter de celoso amigo de la paz y del orden pública, hacerme responsable de las fatales consecuencias que del empecinamiento del actual Gobierno ha surgido despues de la conducta poco habil que el Señor Berro desplegó al tratar una cuestion la mas justa y trascendental acaso para el país... Com esta mesma fecha me dirijo a S. Ex. el Señor Berro, lo que no solo puede daros una prueba elocuentissima del ardiente deseo que siempre he tenido por ver afianzada la paz em mi país, sino tambien del aprecio que hago de VUESTRA PERSONA, UNA DE LAS PRIMERAS QUE HAN ABIERTO LAS PUERTAS A UNA NEGOCIACION. Todo lo espero apesar de la conducta poco acertada que ha desplegado el Señor Berro para combatir la revolucion... No obstante las puertas estan abiertas; ACCEPTARIA DE VUESTRA MANO LA CORONA DE OLIVO QUE ME OFRECEIS, SENOR BARON"...

E essa longa e bella carta termina com uma promessa que destôa do máo humor com que seu auctor escrevia ao Presidente Berro: — *"Pondré, señor Baron, en juego toda la influencia que pueda ejercer sobre mis jefes subalternos para arribar a tan loable fin; pero, de cualquier manera, cualquiera que sea su decision, confiad que influirá tanto en bien de los intereses universales que invocais, cuanto aumentareis en el aprecio y consideracion que siempre os ha professado vuestro servidor y amigo Venancio Flores".*

Termos assim amistosos bem mostram que apesar de ser o braço forte do Governo, o seu fornecedor unico de dinheiro e amigo particular do Presidente e dos ministros de Estrangeiros Juan José de Herrera e da Fazenda F. Nin Reys, Mauá não devia temer a má vontade de Flores; poderia ter certeza de contal-o entre os seus melhores amigos se cruzasse os braços, quando não quizesse ajudar francamente a politica do Brasil em sua nova orientação.

Mas, no dia 14, Flores, para não perder tempo, atravessou o Santa Lucia em avanço sobre Montevideo, soffrendo ahi um revêz das tropas de Moreno. Isso tornou exigente, intratavel, o Governo legal. Mauá não desanima, porém. "El

Barón Mauá me vió el 15 y me propuzo salir él mismo, acompañado del Señor Ramirez al campo de Flores llevando um manifiesto de amnistia general que dictaria el Presidente después del triunfo del día... são palavras de um livro de notas de Herrera, que accrescenta em data de 16, deante da nova investida: — “...nada era dignamente posible en tales momentos para le autoridad”... e em data de 18, esta outra nota “...el 18 a la noche recebi del Baron una carta. La contesté en el sentido de mis opiniones... Mauá vió el 19 al Presidente, y le exhibió la carta que escribia con esa fecha a Flores... le decia que no habia ya más que hacer”... (Aureliano Berro, cit. liv. pagina 218).

Por ventura estaria Mauá tão cégo pela paixão politica que não admittisse a hypothese da quéda do partido *blanco*?

Sua frequente correspondencia com o Visconde do Rio Branco, com o Marquez de S. Vicente, com Theophilo Ottoni, e, sobretudo, com seu socio Ricardo Ribeiro. (Archivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro e de D.^a Irene, sua filha, viuva Tito Ribeiro) mostram que... “a superioridade da cavallhada de Flores percorrendo a Republica, de Norte a Sul, de Léste a Oéste, e a inepecia dos commandantes legalistas”... faziam-lhe temer desde os primeiros dias, o desfecho da lucta. Nesse sentido são bastante significativos os esforços que tres vezes empregou para a pacificação, elle, um temperamento avesso a transacções de tal natureza. Mas a prova provada de que, se Mauá não devia comprehender que o melhor partido para o seu interesse era esperar os acontecimentos, elle não poderia mais ter duvida nem hesitação no dia em que o Brasil se punha ao lado de Flores, é a sua correspondencia com o Ministro de Extranjeiros Juan José de Herrera. Com o seu feitio de dizer as verdades, nuas e cruas, áquelles a quem mais podiam ferir e portanto mais deviam aproveitar, escreve-lhe o que já vimos no incidente do protocollo Lamas-Elizalde para mostrar-lhe os perigos de um rompimento com a Argentina... “quando estava nas mãos do Brasil dar a victoria a Flores”...

Mas, nelle o *interesse* pesava pouco quando a conscien-

cia dictava outra attitude. Mauá veio a campo pelo *Jornal do Commercio*, creando só então incompatibilidades futuras, não com Flores, a quem teve occasião logo depois de prestar grandes serviços e de receber a reciprocidade, mas com os *colorados* exaltados cuja orientação politica predominou depois que Flores foi assassinado, em 1868. Mauá confessa que — "...está ali a origem das difficuldades com que mais tarde tive de lutar"... (*Exposição aos credores*, pag. 126).

Força é convir que, entre os que têm escripto sobre esse momento historico em que o Brasil jogou uma partida arriscada, o esquecimento d'este rasgo de audacia do artigo de Mauá tem sido omissão imperdoavel.

Nem o livro admiravel de Joaquim Nabuco. (*Um Estadista do Imperio*) nem o de Helio Lobo, feito com tanta imparcialidade e talento (*Antes da Guerra*), que muito uteis são, aliás, como documentação da genial visão da politica de Mauá, consagram a este a menor referencia.

O Mestre do nosso "Direito Internacional Publico", Clovis Bevilacqua, parece ignorar tambem esse documento perdido nos *pedidos* do *Jornal do Commercio*, quando no seu Tratado (V. II pag. 209) empresta a sua auctoridade á politica nelle advogada, com estas palavras de commentario á missão Sarai-va: "Foi um passo grave que o Brasil poderia talvez ter evitado, si os animos não estivessem no momento super-excitados e fôsse possivel uma apreciação mais serena dos acontecimentos. Não é licito, porém, julgar os estadistas que dirigem a politica imperial a esse tempo, sem tomar em consideração o ambiente em que desenvolveram a sua acção"...

Da generosidade do Mestre não precisaria aproveitar-se Mauá, que da mesma fórma que elle, viu e escreveu, apezar do ambiente em que os estadistas do Imperio desenvolveram sua acção; elle alcançaria, de certo, louvores calorosos de Joaquim Nabuco e de Helio Lobo si o precioso documento não lhes tivesse escapado no meio das columnas pagas do *Jornal do Commercio*.

Todo o livro de Helio Lobo e os capitulos de *Um Estadis-*

ta do Imperio sobre — *Antecedentes da questão urugaya* — *A Missão Saraiva* — *A Alliança Argentina* — podiam ter este subtítulo — *Em honra de Mauá*. O que elles vêem depois, como commentadores, foi o que Mauá annunciou, enfrentando cole-ras, desafiando furias.

Saraiva leu esse artigo, publicado 24 horas antes de sua partida. Impressionou-se com elle? Já pensaria como elle?

Certo é que as instrucções que levava não eram essas. Não estavam ellas publicadas, como hoje estão; mas, todos lhes conheciam os termos peremptorios: exigencias, intimações, prazos curtos, ultimo appello amigavel, etc

Mauá recém-chegado, acóde. Dirão os seus desafectos que em favor de seus amigos *blancos*. Não; é por uma politica brasileira, talvez imperialista, mas francamente brasileira. O processo de intervenção é que era outro, mais intelligente; aquelle que Saraiva tentou, apesar das instrucções.

Estão impressas suas proposições; não podem ser adulteradas e merecem ser gravadas: "Sou daquelles que pensam dever o Brasil exercer no Rio do Prata a influencia a que lhe dá direito sua posição de primeira potencia da America do Sul... Já se vê que repillo essa politica tão apregoada nestes ultimos annos, de abstenção completa e absoluta nos negocios do Prata; os que a seguem não reflectem que não podemos mudar a nossa posição geographica; os vizinhos que temos ao sul do Imperio são aquelles que os designios da Providencia ahi collocaram. O que eu lastimo é que a politica do meu paiz em relação aos nossos vizinhos, continue a ser a mesma politica de movimentos desencontrados, sem ponto fixo, sem idéas claras e definidas, sem um pensamento altamente manifestado e que conciliando nossos interesses nacionaes e nossas deveres para com esses vizinhos, nos conquiste no Rio da Prata a posição, a estima e o respeito a que temos jús. Lastimo que a intervenção agora annunciada tenha logar sob a pressão de exaggeradas declamações, sobre factos mencionados nos relatorios destes ultimos dez annos, sobre outras occurrencias em que nem sequer se respeita a verdade para melhor envenenar o espirito publi-

co e fomentar o odio de raças debuchado nesse sangrento passado... O Brasil tem para com o Rio da Prata e para com todas as demais nações fracas que nos rodeiam uma grande, nobre e elevada missão a desempenhar. Não basta que a politica do Governo Imperial seja fundamentalmente pacifica, como sei que é; é preciso, é indispensavel que uma politica, um pensamento conciliador, generoso e magnanimo, presida aos actos do governo brasileiro em relação a esses paizes, para que se apertem os laços que nos unem, e se multipliquem as relações entre os povos vizinhos e irmãos. O Brasil, não deve, não póde lançar-se no caminho a que o querem arrastar espiritos irrequietos, idéas de exaggerada apreciação de nossa força”...

E nessa admiravel licção, para cuja leitura fica disposto o paladar dos que desejem aprender diplomacia e patriotismo, faz discreta invocação para que Saraiva use de seu prestigio politico, apoie-se na consciencia de seu *talento varonil* e desrespeite as instruções se ellas não forem *adequadas*. Conhecia-as Mauá ou, pelo menos, conhecia-lhes o espirito e por isso termina seu formidavel artigo de opposição: “Nada exigir que não seja justo e razoavel é o segredo do bom exito que cordialmente desejo á missão ardúa e difficil confiada á illustração e patriotismo do Sr. Conselheiro Saraiva”...

Que esse artigo tenha exarcebado as coleras da imprensa, tenha ganho para seu auctor a inimizade eterna de Zacharias, Presidente do Conselho, comprehende-se; mas, que Nabuco e Helio Lobo o tivessem esquecido ou ignorado, não se explica, elles que não se cançam de engrandecer a acção de Saraiva no Rip da Prata.

O illustre plenipotenciario da Missão Especial foi, de facto, um executor da politica advogada por Mauá. Si o successo não lhe coroou os esforços e os de seu brilhante auxiliar, como secretario, o illustre Tavares Bastos, foi por força de circumstancias de impossivel remoção. Os odios já estavam muito fundos e Mauá, com a sua sagacidade, não deixára de prevê-los no ponderado artigo — “...Lastimo ainda que o Brasil appareça no Rio da Prata não na attitude elevada e

digna de uma nação vizinha, poderosa e amiga, que procura aconselhar espiritos desvairados que ali perturbam a paz publica e que são a verdadeira causa dos soffrimentos, mas sim com ares de ameaça, que para mim que conheço de perto os nossos vizinhos, pódem ser fataes as negociações que se pretendem entabolar”...

A habilidade e o talento de Saraiva fizeram ainda milagres.

Mas, os que do lado de lá trabalhavam no sentido da paz, também viram inutilizados seus esforços. Num e noutro paiz, lá e aqui, havia os patriotas exaltados que não deixaram aos estadistas o direito de dirigir. Lá eram os Sagustume, os Juanicó e os Antonio de las Carreras, que precipitavam, contra as vistas um pouco mais reflectidas do Presidente Berro e do Ministro Herrera, o movimento de Solano Lopez que gerou essa guerra — prologo da do Paraguay; aqui, era o exaltamento politico da imprensa em condemnaveis excessos. (2)

O *Espectador da America do Sul* que gozou de autoridade, criticava: “...Elle (Saraiva) *vae fazer* um quadro de todas as reclamações e *promette* dirigir uma nota energica ao governo da Republica; isto é, o Governo *vae* continuar na politica de ignominia em que tem vivido sempre até aqui... Os negocios do Prata exigem que o gabinete ou se resolva ou se retire. As coisas chegam ao ponto em que a hesitação é perigosa. O Ministerio hesita em avançar, porque tem difficul-

(2) São de vivo interesse a correspondencia official e particular, recentemente trazida a publico, do Ministro Juan José Herrera com o seu representante em Assumpção Vasquez Sagastume entre 21 de Maio e 6 de Julho de 1864, assim como as cartas anteriores do Secretario F. del Pino (Luis Alberto de Herrera — *La clausura de los rios*, pag. 440 a 480).

Se havia por parte dos *biancos* tendencia natural para fomentar discordia entre Brasil e Paraguay em garantia dos postos politicos que occupavam internamente e da posição do paiz em frente da Argentina nos conflictos pendentes, o Ministro de Estrangeiros Herrera está no numero dos que tentaram resistir aos correligionarios e abrandar-lhes o furor. Nesse sentido, a intervenção de Mauá junto aos seus amigos particulares *biancos*, é de grande benemerencia e a publicação de sua correspondencia o provará.

dades? Pois considere que, si recuar, terá pela rectaguarda a resistencia do Rio Grande do Sul”...

No parlamento era a mesma violencia de linguagem. Pimenta Bueno (S. Vicente) fala como si não tivesse responsabilidades de senador e de chefe; Silveira da Motta e outros promovem em improperios. Vale a pena transcrever, *por moderadas*, as palavras que pouco tempo antes pronunciava o Deputado J. de Barros Pimentel, modelo habitual de cordura e das boas maneiras de sua linhagem aristocratica:—“Um paiz onde só a cathedral não está alienada, onde a fé publica desapareceu, um paiz destes, digo, é mais uma negação, de nação, do que uma nação, é uma ficção dos tratados”..

Saraiva comprehendeu que não era obedecendo ás paixões que elle serviria ao seu paiz.

Abranda desde logo os gestos de que estava incumbido, procura os termos mais suaves e as locuções menos asperas para fazer sentir, sem irritar, a justiça de nossas queixas e o bem fundado de nossas reclamações. Tal é o tom de suas notas que no Brasil começam logo os ataques. Elle o sabe; não se illude com o desgosto que vae causando. Ao Brigadeiro Netto, seu amigo, exaltado commensal do banquete do Club Fluminense, escreve em 23 de Junho — “...Sei que está descontente com a marcha dos negocios. Não tem razão e quando souber do que temos feito, verá que é injusto com o Governo Imperial e seus agentes diplomaticos... Eu o desejava vêr em Montevidéo, certo de que em vez de accusar-me applaudiria a nossa politica... Julguei preciso dizer-lhe isto porque o aprecio e considero”... — (Helio Lobo . *Antes da Guerra*).

No seu proposito de começar por obter a paz interna, sem desprestigio da auctoridade, Saraiva vae mesmo a extremos de tolerancia. A uma nota do Ministro Herrera, pouco commedida, replica com serenidade: “pondo de parte as palavras incontinentes, para que a discussão se mantenha no tom o mais respeitoso e cortez”... lição de urbanidade, que grandes sympathias lhe attrahiu.

Todas as difficuldades á pacificação que os odios parti-

darios creavam, lá, ainda mais que no Brasil, Saraiva procurava remover com uma paciência evangelica. Sua politica era firme... "fazer a paz entre os partidos, dando ao Presidente Aguirre a força moral para resistir aos seus amigos, aos caudilhos que o subjugavam"...

Aguirre, informa Saraiva ao Governo Imperial, "...é o homem mais indeciso e fraco que a desgraça desta Republica collocou sobre a cadeira da Presidencia; seus actos de violencia são o resultado de impulso alheio"...

Por isso imaginou Saraiva a politica de dar-lhe força; o Brasil serviria para contrabalançar a perniciosa ascendencia de Antonio de las Carreras, Juanicó, Sagastume, e dos caudilhos que operavam em armas a seu lado e que o traziam prisioneiro. Os folhetos publicados por Saraiva, os documentos officiaes que os livros de Nabuco e de Helio Lobo resumem e apreciam com tanta justeza, evidenciam que a politica delineada por Saraiva foi a mesma de Mauá; tudo se devia tentar para deixar de pé o Governo legal consolidado e delle, fortalecido, obter as reparações e garantias que exigimos.

Quando a effervescencia das paixões locaes parecia dever desanimar os melhores esforços, elle não desespera ainda: "Teve então um desses rasgos de iniciativa e de improviso que o caracterisavam na politica interna, offerece-se a Aguirre para sustental-o si elle organisasse logo um ministerio superior ás facções" (Joaquim Nabuco). Procura intervir na administração, dando mão forte ao Governo contra o qual o tinham mandado apresentar um ultimatum: "...Minhas instrucções ordenam-me de reclamar do Governo Oriental justiça para o brasileiros. Estou convencido que os ministros são incapazes de fazer justiça aos seus compatriotas e aos estrangeiros. Se V. Ex., organisando um ministerio, mostrar por uma politica forte e esclarecida, que os brasileiros encontrarão garantias satisfactorias na Republica, poderá cada dia mais contar com o apoio de um paiz vizinho, que está convencido que as suas reclamações não poderão ser attendidas efficazmente e com proveito, senão por um homem copenetrado de sua missão e for-

te para combater os desmandos dos partidos"... diz elle proprio a Aguirre.

Passaram-se muitas semanas em negociações, que só poderia tentar contra o espirito bellicoso de seu paiz, infringindo as instrucções imperativas que levava, um homem da auctoridade moral e da independencia de Saraiva, "...destinado a reunir os attributos mais nobres dos nossos homens politicos"... na phrase de Euclides da Cunha.

"O Ministerio de 15 de Janeiro de 1864 (Zacharias) commetteu um erro (escreve Joaquim Nabuco) tendo cedido ao primeiro impulso, atordoado pelo alarido dos partidarios de Flores que exigiam a intervenção immediata. A Missão Saraiva nasceu do arrastamento e do arrebatamento da opinião em começo de 1864... os residentes brasileiros deviam correr a sorte dos proprios orientaes que sempre assolaram a campanha, ou abster-se de tomar partido. O Governo brasileiro tinha que levar em conta o des-governo tradicional da Republica"... "O Estado Oriental só poderia gosar de ordem paz e tranquillidade, si o Brasil e a Republica Argentina se unissem para sustentar por longos annos o governo da melhor gente daquelle paiz"... diz outro brasileiro notavel.

Era para um homem da estatura de Saraiva essa tarefa de corrigir, no desempenho da missão, os excessos das instrucções que recebêra, "...deixando de executar o que ellas tinham de mais imperativo"... como elle confessa ao Governo para fazer o contrario ou quasi o contrario.

Seus esforços nada alcançaram, afinal, para a paz da Republica vizinha; mas, foram uteis posteriormente para a politica do Brasil.

Baldadas as diligencias para que do Ministerio de Aguirre fizessem parte homens tolerantes como Castellanos, Villalba, Andrés Lamas, Martinez, Herrera y Obes, que eram considerados garantias da execução dos compromissos, embarca para Buenos Ayres a conversar com Mitre e ainda demora o seu *ultimo appello amigavel*. Tem a data de 4 de Agosto de 1865 o nosso *ultimatum*.

“Saraiva e Mitre entenderam-se desde logo e de seu perfeito entendimento resultou a nova politica brasileira no Prata, a que regula de 1864 até hoje as relações do Brasil com a Republica Argentina”. (J. Nabuco — *Um Estadista do Imperio* — II. 177).

Saraiva, comprehendendo felizmente o grande risco em que incorreramos tendo cedido ao primeiro impulso, “ator-doados pelo alarido dos partidarios de Flores” logo se preocupou de ir procurar o apoio franco de Mitre: “Acredito que só em Buenos Ayres resolveremos esta questão, a paz, e que isolados não poderemos com vantagem usar dos meios de repressão. Parece-me de grande conveniencia inspirar ao General Mitre a maior confiança. Sem allianças, tudo nos contrariará. Com a alliança de Buenos Aires tudo nos será facil. E’ preciso pois ou adquiril-a ou prepararmo-nos para grandes sacrificios”... (Officio de 28 de Maio de 1864).

Este gesto de Saraiva é de profunda visão. O perigo a que estivemos expostos foi nesse momento conjurado; completou-lhe a obra, o Convenio de 20 de Fevereiro, que foi a porta para a Triplice Alliança.

A Argentina era de facto um enigma, que o Brasil e o Imperador não conheciam. Mitre era partidario de Flores, mas as complicações da politica interna poderiam prender-lhe os braços. Lá estava quieto, mas attento e não resignado, o vencido da vespera, Urquiza, governador de Entre Rios; Francisco Solano Lopez, era, militarmente, uma grande força, que ainda apparecia maior na imaginação dos vizinhos; e no Estado Oriental não era ainda liquida a quéda dos *blancos* que guardavam ressentimentos.

Tudo isto mudou a nossa politica tradicional, essa politica a que Mauá se filiára desde 1850 “...a politica internacional do Brasil creada pelo partido conservador e principalmente pelo illustre Ministro Paulino de Souza, Visconde do Uruguay, que consistia então, como consiste ainda hoje, em manter a independencia dos dois estados ameaçados pela ambição argentina, o Paraguay e o Uruguay” como escreveu em 1875

o Barão do Rio Branco. Mas, que o bom exito teve a collaboração da Fortuna e da habilidade de Saraiva e de Rio Branco, não se pôde desconhecer.

A situação, prenhe de perigos, está assim admiravelmente definida em palavras do livro de Joaquim Nabuco: “Pôde-se dizer que foi graças a Saraiva que a nossa combinação de forças no Rio da Prata se fez em torno do Imperio e não contra elle e que veio a haver uma Triplice Alliança brasileira e não hostile ao Brasil”.

Conspiravam, contra nós, e por pouco tiveram victoria, os antagonismos de raça, os odios velhos e as prevenções politicas que a enthronisação de Maximiliano no Mexico no anno anterior, haviam despertado mesmo nos Estados Unidos. (V. Oliveira Lima, *Historia da Civilisação*, 697, e Helio Lobo — *De Monroe a Rio Branco*, 145).

* * *

Nos dois livros de Nabuco e de Helio Lobo a que temos feito tão constantes referencias, porque elles continuam a ser interessantes, mesmo depois de conhecidos os documentos originaes publicados por Saraiva em replica a Sagastume, poderá o leitor mais curioso encontrar a plena conformidade da acção de Saraiva com as palavras intrepidas de Mauá pelo *Jornal do Commercio*.

Faltaria apenas accrescentar que do Rio passou elle a escrever por todos os paquetes aos seus amigos de Montevidéo, Andrés Lamas, Juan José Herrera, Berro e a outros de menos notoriedade, trabalhando, em bem do Brasil e do Uruguay, pelo exito dos esforços de Saraiva.

Depois... perdida a esperanza, continuou servindo ao Brasil no Rio da Prata e já vimos em capitulo anterior como nosso plenipotenciario Francisco Octaviano obtinha, no anno seguinte que o Banco Mauá acudisse aos apertos pecuniarios, do Governador provisorio Venancio Flores, o nosso terceiro alliado na Triplice Alliança.

A guerra do Paraguay abrirá nova série de serviços de Mauá e do Banco Mauá y Cia., á patria, a despeito dos dois annos em que o rompimento com o terceiro Ministerio Zacharias o afastou da linha da frente.

CAPITULO XXI

As reclamações diplomaticas

“Es pues forzoso examinar y resolver esa cuestion encarandola por sua dupla faz de la justicia e da la politica. ... Hay deber y conveniencia en reconocer que se procedió mal con el Baron de Mauá y hacer las reparaciones que se le deben en justicia”.

(Informação do Ministro de Estrangeiros DR. MANOEL HERRERA Y OBES ao Presidente da Republica).

OS bancos de Mauá, que atravessaram varias crises brasileiras e orientaes, politicas e financeiras, e que não soffreram abalo tambem com as grandes crises de Londres, 1857 e 1859, de Nova York, 1864, sempre mais solidos, ganhando dinheiro e ganhando credito, em meio de temporaes desfeitos, receberam o seu primeiro choque em 1868, em Montevidéo.

Entre as causas do desastre final de Mauá, moratoria de 1875 e fallencia de 1878, esta é a causa mãe. Veremos que outras se lhe associaram; mas, nenhuma teria por si só o effeito de fazer cahir o colosso. Foi esta que lhe abalou pela primeira vez o credito, um credito que parecia não ter limites. O reflexo que teve no Brasil, na Europa e nos Estado Unidos, o fechamento das portas do Banco Mauá y Cia. em Montevidéo, deu com o edificio em terra annos depois.

Confessemos que a politica do Governo Imperial foi de lamentavel fraqueza; Mauá é o nosso *soldado esquecido*.

Abandonamol-o lá, em terra extranha, entre os seus inimigos politicos, a que entregavamos o governo da Republica, e quando os elementos máos do partido *colorado*, vingaram-se do banqueiro que ajudára o governo *blanco*, não o defendemos até onde a dignidade nol-o impunha.

Dirão alguns, poucos é certo, a cuja frente esteve Zacharias, que nós nada tínhamos com essa liquidação de negocios. Dirão outros, como infelizmente disse depois o proprio Itaborahy, para attenuar a attitude do egoismo nacional que atirou Mauá aos lobos, que houve imprudencia sua tomando parte em lutas politicas, esquecido de que foi elle Ministro da Fazenda, Rodrigues Torres (Visconde de Itaborahy) que subscreveu, em 1850, com o negociante Irenêo Evangelista de Souza, o contracto de subsidios pecuniarios, adjunto aos tratados de 12 de Outubro assignados pelo seu collega de Estrangeiros Paulino de Souza, Visconde do Uruguay, com D. André Lamas, isto é a politica imperial e que foi no desdobramento dessa funcção que Mauá ficou fazendo no Estado Oriental a politica permanente, como a *mais poderosa agencia diplomatica do Imperio*, sem se desmandar como procurador, sem claudicar como mandatario, sem exigir premio pelo que fazia a mais por sua conta, sempre leal e util á politica de sua patria além das fronteiras. Dirão outros, como o Conselheiro Nabuco no Conselho de Estado, que... "O Governo Imperial poderá influir amigavelmente afim de que o Governo Oriental indemnise equitativamente os prejuizos soffridos pelo Banco Mauá, que tantos serviços prestou ao Governo do paiz, mas não pôde, sem aconselhar um attentado contra a independencia do Estado Oriental, aconselhar que o acto de 21 de Janeiro e os actos legislativos que o approvaram sejam considerados como denegação de justiça"...

Mas estas poucas opiniões estão em desacordo com a opinião geral e com a theoria da Missão Saraiva.

O Governo Imperial, conformando-se com o Conselho de Estado em que Nabuco ficou voto vencido e unico, adopta o parecer de Pimenta Bueno (S. Vicente) Salles Torres Homem

(Inhomerim) e Carneiro de Campos (Caravellas) e resolve tomar attitude das mais formaes exigencias diplomaticas.

Se depois não foi até onde devia ir e *esqueceu* o companheiro, pódem-se-lhe reconhecer attenuantes; mas, absolvel-o é difficil.

Historiemos o attentado; historiemos a reclamação; impôr-se-á a evidencia.

“Ninguém é obrigado a provar que é dia quando o sol brilha no firmamento “disse Mauá, num dos seus arrebatamentos, ao Ministro de Estrangeiros Perez Gomar. Será preciso provar entretanto, que o sol está acima da linha do horizonte.

Historiemos.

O Banco Mauá y Cia. recebeu a sua concessão, a sua *Magna Charta*, em paga de serviços que reconheceram e agradeceram todos os governos que o Uruguay teve. O contracto de 28 de dezembro de 1858 e a lei de 27 de junho de 1859 que o approvou, deram-lhe, cumulativamente com a emissão, o encargo da conversão da divida nacional na importancia de 100 milhões de pesos. O Uruguay vivia afogado em apolices sem valor. Fez-se dinheiro com ellas, durante a grande guerra e em seguida a ella, como mais tarde em outras terras se fabricaram *marcps* e antes se tinham emittido *assignados*.

Todas as aspirações de resgatar essa divida esmoreciam: os deficits orçamentarios vinham, contrarial-as de dia em dia.

Dois annos antes do contracto Mauá, organisára-se um grupo dos maiores commerciantes e capitalistas de Montevideo, patrioticamente empenhados em resgatar essa divida que descera a cotações ridiculas. (Eduardo Acevedo, *Historia del Uruguay*).

Propunham elles entregar os 100 milhões de pesos nominaes em troca de impostos por elles directamente arrecadados durante 35 annos, ou pagamento em dinheiro a qualquer tempo na cotação de 7 %, isto é 93 % de abatimento do valor nominal. A proposta pareceu inaceitavel.

Foi quando D. Andrés Lamas ajustou no Rio de Janeiro as bases do contracto com Mauá; este compromettia-se ao aba-

timento de 95 % recebendo, não em dinheiro, mas em novos títulos; e desde logo se habilitava como possuidor de mais da metade da dívida, que ia adquirindo.

Seu lucro foi grande, dizem; mas, do confronto das duas propostas, resulta a justificação do concerto de vozes de gregos e troyanos de que Mauá prestou um enorme serviço ao Uruguay. Eduardo Acevedo, diz depois de estudos e confrontos... *"Pero es lo cierto que si Mauá embolsaba fuertes utilidades, el Uruguay conseguía la regularización de una deuda cien veces millonaria que se arrastaba por el suelo y constituía un factor de bancarrota y de vergüenza. (Historia del Uruguay, IV, 573)*. Mais significativa é a manifestação do escriptor Oneto y Viana, que, para todos os crimes que articula contra os governos da época, só acha uma attenuante, o contracto Mauá. O proprio Juan Carlos Gomez acabou modificando o tom de seus artigos no *El Nacional*; depois de accusar o Brasil de levar áquellas plagas, as convulsões de 1853 e 1855, a peste, a guerra, a volta de Oribe, a febre amarella e por ultimo a fome *de regalo en la caja del Banco Mauá (El Nacional, — 18-6-57)*, volve a melhores termos, acompanhando a discussão legislativa e aconselhando modificações, sem grandes antagonismos, aliás, com as idéas capitaes do contracto.

"...Bien poca cosa es lo que pedimos al Señor Mauá... Diga eso y habemos concluido, en esta parte, nuestra oposicion a su establecimiento, felicitandonos e felicitando por haber fundado en el país el primero banco emisor en grande escala... Por lo demás, estamos con las ideas del Señor Mauá" (19-6-57).

A conversão da dívida e a constituição do Banco formam um só plano; os favores foram outorgados por motivo desse serviço ao Uruguay e pelo proprio acto e contracto que encarregava o Banco da conversão da dívida nacional.

Em consequência, se lhe garantiram (e não era preciso para isso ser generoso) "...os mesmos privilegios concessões e favores de que gozassem ou viessem a gozar quaesquer outros bancos estabelecidos ou que viessem a estabelecer-se na

republica"... (Art. 21 do contracto e lei de 27 de junho de 1859).

Antes e depois desse contracto, póde dizer-se que o Banco foi o auxiliar constante do governo uruguayo, o segundo Erario da Republica.

Até 1868 assim marcharam em paz e harmonia as relações dos contractantes, apezar das crises politicas que sobrevieram á revolução triumphante de Flores em 1865. Flores comprehendeu que não podia hostilizar o Banco Mauá; pelo contrario, precisou logo recorrer a elle e o encontrou serviçal. Com a sua morte, em 1868, vieram, porém, á tona elementos ferozes de seu partido; o desgoverno em materia de finanças (são palavras de Mauá) tinha concorrido para um máu estar que fazia constantes explosões em leis erradas e em expedientes criminosos.

Visando Mauá, ou pelo menos, despreoccupando-se de Mauá e de seus contractos e direitos, surgiu a lei de 16 de Julho de 1868. Por esta lei nomeava-se uma Commissão Fiscal dos bancos, em poder da qual os bancos de emissão depositariam valores sufficientes em titulos de carteira ou em titulos da divida publica ou em creditos hypothecarios para garantir *o total* da emissão de cada um. Ao mesmo tempo se dispunha: Art. 4.º — A emissão que as leis anteriores auctorisavam até o triplo do capital realiado dos bancos, fica desde esta data limitada ao duplo do capital realiado". Os bancos que aceitassem o novo regimen ficariam sendo *moda legal*. O Banco Mauá foi dos que acceitaram. Mudava Mauá, como se vê, inteiramente, o plano sobre o qual assentavam suas operações desde que, em vez do triplo, o seu direito ficava reduzido ao duplo do capital realiado; mas, considerando a situação do paiz, que financeiramente era má e politicamente era de aconselhar grande prudencia com inimigos pessoas ferozes, julgou preferivel submeter-se, entrando no novo regimen fiduciario do governo e adherindo á lei de 16 de julho, isto é — innovou o seu contracto com o Estado nesse ponto.

Apenas, porém, tinha tido mezes para adaptar-se ao novo

regimen, importando cerca de dois milhões de pesos ouro para desenvolver suas operações, quando o Governo expediu, o decreto de 21 de janeiro de 1869. Por este acto, verdadeiramente dictatorial, em que allegava que os estabelecimentos bancarios que se prevaleceram da lei de 16 de julho de 1868 já tinham *tempo sufficiente* para effectuar o seu augmento de capital, o Presidente da Republica decretou — “Art. 1.º — Fica suspensa a auctorisação para augmento de capital aos bancos de emissão”.

Tal decreto collocava o Banco Mauá na mais seria conjunctura, porque, exactamente, o augmento de capital, auctorisado na lei de constituição a *qualquer tempo* da concessão, era o meio de fazer face á situação creada pela lei de 16 de julho do anno anterior, que só havia accitado porque gozava daquella faculdade.

Não podia, não poderia admittir Mauá que a elle se pretendesse applicar semelhante disposição, garantido como estava por seus estatutos, já tendo importado para isso dois milhões em ouro e feito as mais importantes operações na praça de Montevidéo.

O golpe não tinha, porém, ao que parece, outro fim senão ferir-o, protegidos e resalvados os interesses dos que de vespera se tinham precavido, como o Banco Navia, que, 24 horas antes, lançou o seu augmento de capital. Mauá não podia intimidar-se de semelhante *estulticia executiva* e declarou formalmente que não se considerava atingido e ia elevar o seu capital, auctorisado pelos estatutos, que eram *lei da Republica*.

O Governo negou todo e qualquer augmento. A *corrida* durante o periodo ultimo da lucta, veio ajudar a obra sinistra e o recurso de fechar as portas era o unico, com os protestos immediatamente formulados perante o Ministro da Fazenda e o Presidente da Republica.

— O direito de Mauá na primeira parte de sua reclamação diplomatica deriva, assim, desse decreto de 21 de janeiro de 1869, que, encontrando o Banco Mauá em plena solvabilidade, como prova a restituição ulterior que lhe foi feita pela Junta

de um excesso de quasi 9 milhões em seu fundo de garantia (8.892.433.35) o forçou, entretanto, a fechar as portas. Essas reclamações estão acompanhadas das seguintes allegações:

a) — Por uma lei o Banco tinha ainda, durante 20 annos, o direito de augmentar seu capital e sobre elle emittir o triplo que, por accôrdo, reduzira ao duplo; e, ainda por accordo, desistindo do augmento maior a que tinha direito incontestavel, requereu que desde logo lhe fosse reconhecido como capital incorporado mais um milhão de pesos, que importára em julho de 1868, prestando á commissão fiscal a devida garantia pela emissão do que necessitasse até o duplo incorporado; e, o Ministro da Fazenda depois de retardar sua decisão indeferiu afinal o pedido, allegando que o augmento de emissão era contrario ao espirito da lei de 16 de julho de 1868.

b) — A Junta de Credito Publico, em sua contestação a estas allegações, nada achou que adduzir contra a effectividade daquella incorporação, o que dispensaria de allegar como razão para indeferimento esta outra razão pueril — que as sommas figuravam no passivo do banco como devidas ás duas cascas da mesma firma Mauá y Cia. no estrangeiro.

c) — Os proprios termos do decreto de 21 janeiro de 1869 excluem a hypothese que a lei de 16 de julho vedasse o augmento desde que elle allega que os estabelecimentos bancarios que se acolheram ao decreto de 16 de julho de 1868 "...tem tido tempo sufficiente para effectuarem augmento de capital"... isto é reconheceu que tinham direito ainda ao augmento depois daquella lei, sendo, entretanto, certo que nenhum prazo lhes foi marcado em que a facultade cessasse para os bancos; nem no caso do Banco Mauá y Cia. se podia invocar o motivo de já ter havido tempo sufficiente, pois que o Banco tinha se esforçado por fazel-o, requerendo, como fez, sem perda de tempo, exercitar aquelle seu direito, que só o Governo procrastinou.

d) — As proprias palavras "...fica suspensa por agora e até nova resolução legislativa"... mostram que se tratava de uma medida fóra das attribuições do Governo e que por

isso mesmo elle exercia a titulo provisório, quando o seu effeito foi definitivo e fatal, porquanto forçou o banco a suspender pagamentos e a entrar em liquidação.

e) — A lei de 16 de julho não tolhia o direito de augmentar o capital, como prova o facto que outros bancos augmentaram o seu depois della e que o proprio ministro Zorilla, que referendou o respectivo regulamento, declarou em carta ter aconselhado ao barão de Mauá para augmentar por esse processo sua emissão.

Eis resumida a questão *capital*, não porque seja a mais liquida, o *sol no firmamento*; mas, porque é a de maior volume; foi o começo do descredito na Republica e no estrangeiro, no Brasil, na Inglaterra, na Argentina, nos Estados Unidos, onde o nome Mauá era universalmente recebido como a maior e melhor firma da America do Sul.

D'ahi, desses decretos, derivam as perdas e damnos e os lucros cessantes. E' a primeira parte da reclamação diplomatica que o Brasil formulou.

A segunda parte é tão liquida como esta; refere-se á fôrma pela qual a lei foi executada na parte relativa a emissão, isto é, tem por objecto a lei de 9 de julho de 1869 e, ainda mais especialmente, o decreto de 26 do mesmo mez que a regulamentou. A lei dispunha que os fundos publicos de propriedade dos bancos seriam aceitos pelo Estado ao preço que tivessem custado a cada banco ou ao da ultima amortisação. O regulamento, indo mais longe si é possível, decretou que o preço da amortisação seria o nominal. (Art. 4.º — “Na avaliação dos fundos publicos compete ao devedor a escolha entre o preço de compra e o da ultima amortisação. Para divida consolidada da segunda série servirá o typo da ultima amortisação da primeira). Não era permittido nem se quer entrar em discussão sobre differença de cambio sobre os titulos pagaveis em ouro pois que — o Estado recebe como ouro e se obriga a pagar em ouro os bilhetes bancarios. — Contra essa lei allegou Mauá a sua dupla inconstitucionalidade, a de ter effeito retroactivo sujeitando o banco a uma fôrma especial de liquidação quando

a sua liquidação já estava começada e a de ser uma violação flagrante do direito de propriedade, um verdadeiro confisco, como toda desapropriação de que o Estado estima o preço. O decreto regulamentar, porém, accrescenta a todas as imposições da lei outra maior, ordenando que o preço da ultima amortisação que o legislador facultava ao Banco fôsse o nominal, sem attenção alguma ao valor da moeda em que fôra effectivamente realisada e paga a ultima amortisação dos fundos publicos; declarando *indiscutivel* este ponto. A violação da lettra expressa da propria lei que o poder executivo regulamentava, não podia ser mais patente.

Desse modo, para o pagamento de uma emissão que somava \$5.600.708.62 a Commissão dos bancos, segundo a acta de 4 de setembro de 1869, recebeu 7.810 titulos de divida emprestimo montevideano européu de \$479 cada um, valor nominal \$3.740.990 por 75 % do seu valor, preço da ultima amortisação; isto é \$2.573.025 que só do valor nominal destes titulos para o preço da amortisação importa uma differença de \$917.675 sem contar a differença cambial do ouro para o papel, e mais 3.777 titulos da Divida Fundada, 2.^a série, de 500 pesos, e titulos de carteira. Assim, para converter em ouro \$5.600.788.62 dos bilhetes de sua emissão circulante, deu o banco Mauá y Cia. valores da divida publica que excediam de 1 milhão aquella somma, addicionados os juros até o momento em que a conversão seria exigivel, na fórmula da lei de 16 de julho. Aos motivos da reclamação deveria accrescentar-se esta ponderação — o Estado, appropriando-se dos valores do Banco Mauá para pagar os bilhetes emittidos pelo Banco e que importavam portanto ao credito e a representação da firma dentro e fóra do paiz, *todavia* não os regatou e pela lei de 4 de Maio de 1870 affectou á amortisação dos bilhetes *nacionalizados* a somma annual de \$800.000, total dos juros dos valores tomados aos Bancos e sobretudo ao Banco Mauá, o que, segundo a nota da Legação brasileira de 30 de janeiro de 1860, “deixa um avultadissimo saldo a favor do Thesouro da Republica ao cabo dos 9 annos que deve durar a amortisação”.

Não era, de certo, culpa do Banco Mauá a depreciação do meio circulante a que se queria dar remedio (e que o fôsse!... havia um contracto e uma lei) ; a prova é que a Junta depois de haver guardado \$6.518.382.62 de divida publica (em pagamento da emissão \$5.600.708.62) ainda restituiu ao Banco \$8.892.493.35, o que mostra que a parte do banco Mauá na infracção estava mais que garantida, sendo de outros a culpa da *orgia*.

Expostas assim, succintamente, as monstruosidades dessas leis, desses decretos. desses regulamentos, dessas juntas, desses governantes, não haverá juiz algum, por mais depravada que seja a sua mentalidade *fazendaria*, que não imponha á Republica do Uruguay a obrigação de pagar essa differença de preço de \$917.675.00 e, os juros até o dia em que a conversão era obrigatoria e mais a differença cambial; tudo isso simples questão de papel, penna, tinta e algarismos liquidos; mas. isso é, *relativamente*, uma ninharia em dinheiro. O que mais avulta na reclamação é o prejuizo moral resultante do descredito do nome de americano do sul mais conhecido e reputado nos mercados do mundo, o fechamento das portas do estabelecimento mais antigo e mais forte do Uruguay e em dinheiro o valor de um direito *confiscado* de emitir o triplo, ou mesmo o duplo, (accetemos) durante 20 annos, sobre uma base de \$6.000.000 de capital.

Felizmente para a consciencia juridica da Humanidade, esses juizes não appareceriam. Houve, sim, além de alguns politicos por dever de seus officios de ministros de fazenda e de estrangeiros da republica vizinha, os membros da Junta de Credito Publico e os seis advogados que ella ouviu. Não vale a pena discutir os fundamentos dessa *dictamen de abogados consultores* que correm impressos para modelo de chicana peralta.

Envergonhal-a-á eternamente, como adiante veremos, a sinceridade de homens eminentes da republica vizinha e por elles, falando altamente e sem reticencias, a linguagem do direito universal e da moralidade nacional, o eminente Dr. Manoel Herrera y Obes, quando Ministro das Relações Exteriores.

Não antecipemos, porém; comecemos pelo lado brasileiro.

Os que falaram no Brasil pelo dever dos seus officios de ministros diplomaticos, de ministros da fazenda e de estrangeiros e de membros do Conselho de Estado, tem o valor moral de seus grandes nomes de jursiconsultos e de homens de bem; não se prestariam por consideração alguma a patrocinar em termos tão indignados reclamações infundadas; á frente delles, o Imperador.

Por todas as razões, o primeiro logar cabe ao Conselho de Estado, instituição onde seria difficil descobrir, durante todo o segundo reinado, um nome que não seja de fazer orgulho á nossa cultura e á nossa probidade.

O Conselheiro Nabuco, pronunciou-se como já vimos. Para elle o direito de Mauá era claro; sómente, sua escola juridica não lhe permittia esposar a attitude extrema da exigencia á força. O aviso de consulta perguntava ás sessões reunidas dè Justiça e Fazenda: — “Dever-se-á considerar o procedimento havido relativamente ao Banco Mauá como caso de denegação de justiça... dever-se-á dar seguimento ao protesto da Legação; e, no caso affirmativo, quaes os meios praticos de se obter a justiça denegada”?

Nabuco, relator, não desconhece a procedencia da reclamação de Mauá; mas, diz que, nem quanto á fórmula nem quanto ao fundo, é caso de denegação de justiça, concluindo que... “o Governo Imperial poderá intervir amigavelmente afim de que o Governo Oriental idemnise equitativamente os prejuizos soffridos pelo Banco Mauá que tantos serviços prestou ao Governo do paiz, mas não póde, sem aconselhar uma attentado contra a independencia do Governo Oriental, opinar que o acto de 21 de Janeiro e os actos legislativos que o approvaram sejam considerados como denegação de justiça”.

Apesar da grande auctoridade de Nabuco, elle é vencido por unanimidade.

S. Vicente (Pimenta Bueno) o nosso maior tratadista de

direito publico e internacional, argumenta no sentido de exigencias formaes; e seu voto é subscripto, sem restricções, por Salles Torres Homem (Inhomirim) e Carneiro de Campos (Caravellas).

E' longo e fundamentado esse voto, propondo que o Governo Imperial significasse ao Governo Oriental a justiça da causa de Mauá e o dever desse Governo de attender a suas reclamações; que, consequentemente, o protesto da Legação devia ser apoiado, tendo o Governo Imperial que instar por um arbitramento imparcial e conclue que "...ceder em casos taes sem nada obter, será auctorisar a reproducção dos factos, será desmoralisar alli os brasileiros"... etc. Só o Barão de Tres Barras (Souza Ramos) depois Visconde de Jaguaray, de accordo tambem em these, opina timidamente que "...deve se instar pelo arbitramento, mas que em caso de recusa improvaavel do Governo Oriental, ultrapassar este limite, poderá trazer seus compromettimentos"... Assim, o Governo Imperial, sob o Ministerio S. Vicente, resolve approvar as notas energicas de 27 de Junho e 1 de Agosto de 1869 do Ministro em Montevideo Loureiro durante o Ministerio Itaborahy, sendo ministro de estrangeiros o Barão de Cotegipe; e em 30 de janeiro de 1871, o novo ministro brasileiro Araujo Gondim formula uma nota da maior aspereza.

Os termos da discussão resvalaram em seguida para as mais duras retaliacões.

"...Pelas notas de 27 de Julho e de 1 de Janeiro de 1869, esta Legação viu-se na dura necessidade de protestar energicamente contra os actos do Governo da Republica que não só obrigaram o Banco Mauá a fechar suas portas como tambem a entregar valores que garantem a importancia da emissão fiduciaria ao preço arbitrariamente fixado pela Commissão Fiscal dos Bancos e antes do prazo legal para conversão forçada... Seja-me licito recordar que para evitar taes factos e suas consequencias, esta Legação empregou os mais leaes esforços, só assumindo a linguagem official energica, que teve necessidade de empregar, no desempenho de rigoroso dever

depois de esgotados todos os meios officiaes de persuasão... O Governo Imperial, depois de ouvir o Conselho de Estado, embora deplorando sincera e profundamente as graves difficuldades com que ainda lucha o da Republica, julga não dever postergar indefinidamente a protecção que deve a um *estabelecimento brasileiro, por tantos titulos merecedor da sympathia de todo o oriental amante do progresso de seu paiz*, que viu surgir com a fundação do Banco Mauá uma éra de prosperidade sempre crescente, apesar das dolorosas crises politicas e naturaes por que tem passado... Toda a boa vontade do Sr. Barão de Mauá em ser condescendente com os desejos do Governo foi em vão. O Governo da Republica mostrou-se surdo a todas as allegações de direito e mesmo ao appello feito á sua desnecessaria equidade deixando perceber todas as apparencias de haver deliberado a ruina do Banco Mauá... O Decreto de 20 de Janeiro de 1869 é um acto da mais notoria injustiça que por honra mesmo do paiz, exige reparação proporcional aos prejuizos causados..."

A longa *nota*, brilhantemente elaborada e toda no tom indignado de que os trechos acima dão idéa, foi respondida por outra de menos cordialidade ainda do Governo Oriental.

O Ministro de Estrangeiros, Julio Herrera y Obes, não teve pressa, ou não teve tempo, ou não teve coragem prompta para responder; só 22 mezes depois replica pelo officio de 19 de Outubro de 1872; desculpa-se da demora, porque quiz ouvir a Junta e seus *abogados consultores*; mas veio desabotinado:

"...*V. Ex., va mas lejos, todavia; penetra en el recinto vedado de la conciencia individual, assegurando audazmente que todas estas medidas de caracter general no han tenido otro movel que una animosidad personal contra el Baron de Mauá, animosidad que, en el severo language publico, tiene la infamante calificacion de prevaricato*"... e assim abespinhado, o Ministro de Extranjeiros deixa-se arrastar até insinuações grosseiras que Araujo Gondim repelle em palavras de legitima irritação.

“...Diz V. Ex. que eu me tornei *parte* nesta reclamação pela energia que tenho posto em sua apresentação e prosequimento, o que V. Ex. se permittiu declarar incompativel com o meu character diplomatico; como se no cumprimento dos meus deveres tenha eu que pautar o meu procedimento pelo prazer maior ou menor que possa dar ao Governo da Republica. Afastando desde logo de tal proposição qualquer insinuação offensiva ao meu character publico ou privado e deixando-a passar sem que nella toque... continuarei, fundado no direito publico universal, reconhecido por todos os povos civilizados, a qualificar arbitrarios, *clamorosamente injustos e violentos esses actos*... contra um estabelecimento que insistirei em chamar brasileiro. (Nota Araujo Gondim, 26 de Outubro de 1872).

Lembra tambem o Ministro do Brasil a Julio Herrera que seu antecessor, Dr. Manoel Herrera y Obes, não se doêra do tom energico da reclamação e que em seu parecer dado ao Presidente da Republica, applicava elle proprio Dr. Manoel Herrera y Obes, qualificativos peiores aos actos do Governo de seu antecessor, concluindo por dar inteira razão a Mauá no seu protesto e reclamação.

O crescendo das ironias, das insinuações e dos sarcasmos, entre o nosso Ministro Gondim e o Ministro das Relações Exteriores, foi felizmente para todos (menos talvez para os interesses pecuniarios de Mauá) interrompido pela demissão de Julio Herrera.

A aspera nota de 26 de Outubro teve resposta immediata de outro Ministro, mas em tom muito differente.

“No hay en este, ni la mas leve sombra de ofensa a la dignidad del Sr. Gondim. Este Ministerio no tiene inconveniente em ampliar y dejar ben claro que, conociendo sus deberes y los respectos que p. si mismo se debe, no ha descendido ni descenderá jamas en las relaciones diplomaticas al terreno mesquino y esteril de la personalidad. (22 de Novembro).

Esse officio, delicado e bastante habil, assignado pelo novo Ministro Oscar Hordeñana, poz agua fria na fervura. As

situações tensas dispõem o espirito publico para aceitar todas as transacções que contentem o melindre nacional quando o cansaço já vem proximo.

No Brasil anciava-se por uma solução pacifica. Sahiamos apenas de uma guerra de cinco annos e ainda as liquidações da victoria não estavam ultimadas entre os alliados. Os incidentes Tejedor e Cotegipe estavam mostrando quanto era fugaz a tranquillidade com a morte de Solano Lopez.

Hordeñana, seja dito, foi feliz, quanto possivel, na replica.

“...E’ a violação das leis que contitue denegação de justiça. São leis do paiz que só os tribunaes de justiça possam conhecer ofensas do direito privado. Foi o senhor Barão de Mauá disputar o seu direito privado nos tribunaes do paiz em que reside? Só depois poderiam cogitar de denegação de justiça”...

E como argumento *ad-hominem* vinha o trecho de uma nota do nosso Ministerio de Estrangeiros em data de 4 de Dezembro de 1866 ao Ministro Oriental D. Andrés Lamas, a proposito de violencias de que se queixavam subditos orientaes residentes no Rio Grande do Sul... “Reclamar providencias do Poder Executivo antes de esgotar as leis do Imperio que garantem com liberalidade os offendidos é ir de encontro a essas mesmas leis e violar a Constituição”...

Contra esta logica de tão boa apparencia juridica, o Brasil só poderia fazer uma allegação — que Mauá foi sempre agente seu, já adeantando em 1850 dinheiro á revolta contra Oribe, já fornecendo recursos aos governos para que se sustentassem, já fornecendo emprestimos aos alliados que nós instalamos no Governo apoiando Flores. Mas, offendidos ao mesmo tempo os interesses materiaes de Mauá e os nossos melindres nas notas de Julio Herrera, nós nos contentamos com a satisfação que recebeu o amor proprio super-excitado.

Mauá, porém, tinha uma razão especial a dar contra a doutrina de Hordeñana. Essa elle a deu com a sua natural franqueza; essa elle a deu sem reservas — que no estado de exaltação em que estavam os espiritos, quando a campanha já de-

generára em actos de insolita perseguição official contra elle. o receio de imparcialidade da justiça era legitimo.

Contra Mauá se argumentou no Brasil que elle tinha sido em parte culpado dessa má vontade. O proprio Itaborahy o allegou, como já notamos.

A verdade deste conceito não lhe daria nem tiraria direito algum; mas, elle não o merece absolutamente; e se merecesse, antes de censural-o, teriamos de condemnar os nomes mais illustres da nossa politica e notadamente os quatro chefes de missões no Rio da Prata, que todos o apoiaram, todos o applaudiram e alguns o incitaram, Octaviano, seu conselheiro juridico, Rio Branco, São Vicente e Cotegipe.

Vejamos

O desabrimento começou por uma polemica de imprensa a proposito da lei de reforma da circulação fiduciaria. Contestou-se a Mauá esse direito por implicar com os interesses politicos do paiz; mas, esta objecção, fraca em relação a qualquer estrangeiro, (no Brasil elles dirigem jornaes politicos) tornava-se ridicula em relação a Mauá, banqueiro do Governo Oriental e interventor politico nas mais delicadas questões, como o vimos, desde a sua entrada, fornecendo fundos aos sitiados de Montevidéo em 1851, depois intervindo no conflicto argentino-uruguayo de 1862, tratando entre os ministros de estrangeiros dos dois paizes, Elizalde e Herrera, confabulando com os presidentes Mitre e Berro; depois portador da *corona de olivo*, que os orientaes mais illustres, Lamas, Castellanos, Mundell, tinham visto recambiada e que Flores estava prompto a receber "*.de vuestras manos, Señor Baron, el primero que ha abierto negociaciones francas*"....

O primeiro artigo de Mauá nessa campanha é uma peça notavel de fôrma e de fundo, algumas columnas do *El Siglo* de 9 de Abril de 1868. Elle dava a sua opinião sobre a lei em discussão no Parlamento. Não fala por si porque "*...a Dios gracias, el Banco Mauá está al abrigo de todas las eventualidades, salvo acontecimientos de tal orden que de ellos resulte una catastrophe general de esas a que no resiste ninguna ins-*

titucion de credito en ningun país del mundo... Fala em these, estuda a crise e seus effeitos, as razões do agio do ouro e dá conselhos. "O seu optimismo convoca nacionaes e estrangeiros a levantarem as mãos para o Céu de viverem em um paiz cuja felicidade invejariam muitas nações do mundo de poderem, com um só anno de colheita feliz, voltar ao regimen da conversibilidade depois de uma revolução, duas guerras externas e uma epidemia terrivel. Não advogava *pro-domo* porque — "...lo repito con toda la energia de la conviccion, el Banco Mauá y Cia., no precisa de favor alguno"... (e se precisasse de dinheiro, só o Governo lhe devia em conta corrente 821.201 pesos) mas, porque era preciso impedir que os loucos levassem o Governo a "...dejar correr sin freno el carro de la destruicion".

Um articulista d'*El Siglo*, de grande auctoridade, aprecia:

"El Sr. Baron de Mauá no habla como negociante o banquero, ni como escriptor e economista, sino como um verdadero y profundo financiero — severo, implacable, perspizaz. Lo confesamos, esa voz auctorizada merece ser oida, ese escripto deve ser meditado". (10 de Abril de 1868).

Do Brasil vae um côro de louvores. Por todos falará Rio Branco, que conhecia a terra uruguaya de longas permanencias e era das nossas primeiras auctoridades financeiras "...Li o *Siglo* e sem lisonja, o cumprimento pela solidez das idéas, felicidade de expressão e a honrosa posição em que se collocou. E' impossivel que seus conselhos não sejam aceitos... Elles não hesitarão em adoptar essas medidas sem as quaes depois da revolução politica, das guerras e da peste, virá a revolução financeira, talvez mais destruidora e de certo mais fatal..." (Carta de 22-4-68). Archivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro).

A discussão esclarece e desvenda os planos que Mauá não percebia ou não queria perceber; faz-se do panico um programma; era contra elle que se soltava o *carro da destruicao*.

Mauá não era homem para tomar mêdo facilmente. Dirige-se ao Presidente da Republica, o General Lorenzo Battle.

O artigo era violento. Desprezar suas idéas, dizia elle ao Presidente, era provocar uma crise pavorosa, crear o panico, arrastar o paiz ao abysmo e o Governo que assim leva ao precipicio a sociedade cujo bem estar lhe foi confiado, pôde carregar a terrivel responsabilidade do facto perante os seus contemporaneos — “...pero como la Republica Oriental no tiene medios en la actualidad para pagar a los extranjeros pacificos y laboriosos que en ella habitan, los perjuicios que les pueden resultar de tamaño desacierto, el Gobierno que lo pratique tendrá que cargar no solo con las maldiciones de los buenos orientales de hoy, sino con las de las generaciones venideras, cuyo trabajo será puesto a contribucion para pagar ese daño... He salvado una vez a este país de un estado de insolvencia y bancarrota permanente y lo ayudé eficazmente para entrar en el camino del progreso y alcanzar la posición que ha llegado a ocupar. Juzgome pues, con derecho, en ocasion tan solene, para decir a V. Ex. como chefe del Estado, la verdad, NADA MAS, NADA MENOS QUE LA VERDAD. (Carta de 28 de Maio, publicada *La Tribuna* de 30-5-68).

Não se pôde negar que o missivista era atrevido. No Brasil despertou enthusiasmo. Por todos falou S. Vicente, apoiando-o vigorosamente. Nunca o abandonará, aliás, até o fim, a solidariedade de S. Vicente. — “...A conducta desse intitulado governo para com V. Ex. e para o Brasil, faz ferver o sangue. Não é só a injustiça inqualificavel, a falta de toda e qualquer idéa de dignidade, é, além disso, o atrevimento para com o Governo o do Imperio já na perseguição de um illustre brasileiro, já em sua grosseria para com a Legação”... (Carta de 23 de Março de 1875. Archivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro).

Cotegipe não nega tambem á causa e á attitude resoluta de Araujo Gondim e de Mauá o seu mais caloroso enthusiasmo. Em 8 de Novembro de 1871 escrevia de Assumpção a Araujo Gondim. — “Agradeço a V. Ex. a remessa do officio que dirigiu ao Governo Imperial a respeito da *cansada questão Mauá* e permita-me acrescentar meus elogios pelo modo porque vae di-

rigindo este negocio que muito tem adeantado apezar das dilacões da chicana; digo adeantado, porque o direito está reconhecido e não he pouco. Se eu concluir a minha tarefa nesta Republica e ainda perdurar o adiamento, espero que a *corda dará som ou arreventará*".

Se a injustiça era revoltante ao ponto de tirar a calma a estadistas deste valor e destas responsabilidades, como censurar a linguagem da victima? Não pleiteamos para Mauá o diploma de geitoso; era um forte, isso sim, um rio-grandense viajado, mas, no fundo, um gaúcho. Neste lance da vida, a sua coragem é mesmo assombrosa. Jogou a sua fortuna e jogou tambem a sua liberdade, se não arriscava alguma coisa mais "...Falei como costume; alguns dizem que está demasiado forte; eu digo que não sei responder a insolencias de outra sorte. O Governo deu-se por offendido e mandou o Fiscal accusar-me por abuso de liberdade de imprensa. Ambos os fiscaes do civil e do crime deram-se por suspeitos, cinco advogados mais foram nomeados pelo Supremo Tribunal de Justiça e todos rejeitaram o posto. Ao que parece não encontrará o Governo quem me accuse, com grande desprestigio seu"... escreve elle ao Marquez de S. Vicente em 14 de Abril de 1869. (Archivo Publico Nacional).

Não foi só no Brasil que essa attitude energica mereceu a consagração de homens notaveis. Tambem no proprio Estado Oriental cidadãos eminentes manifestaram-se por ella.

Destacaremos, em honra de uma grande consciencia juridica, as palavras seguintes da conclusão de uma longa e profunda exposiçao que, como Ministro das Relações Exteriores, fez o Dr. Manoel Herrera y Obes ao Presidente da Republica: "*...Ahora bien: por el art. 2 de los Estatutos del Banco Mauá y Cia. se ve que, en efecto, el Banco tenia el derecho que invoca; y como esos estatutos fueron aprobados por el corpo legislativo en 2 de Julio de 1857, es indudable que la facultad acordada al Banco para elevar su capital hasta la suma de seis millones de pesos SEGUN LO EXIGIESE EL DESARROLLO DE LAS NECESIDADES DEL BANCO (art. 2) no puede ser sus-*

pendida ni modificada en manera alguna... El Baron de Mauá resistiendo al mandato del decreto de 21 de Enero de 1869 que estaba en oposicion con el art. 2 de la ley de 2 de Julio de 1857, no hizo por conseguiente sino usar de un derecho incontestable cual era el de defender el que aquella ley le acordó y que desde entonces entró a figurar en el numero de las propiedades que garante y protege el art. 144 de la Constitucion del Estado... Por el contrario, el Gobierno insistiendo en sustener su resolucion no obstante las reclamaciones del Baron de Mauá y sus protestos, hasta obligarle por este medio a cerrar sus puertas y suspender sus operaciones, creió un verdadero acto de FUERZA... El Baron de Mauá ha calificado ese acto del Gobierno de DESPOJO; y traidas a examen todas sus consideraciones fuerza es concederle que TIENE COMPLETA RAZON. Imposibilitado de ese modo para continuar sus operaciones bancarias y dar cumplimiento a lo perceptuado per la ley de 16 de Julio 1868, sin medios de impedirlo desde que se negó por el Gobierno hasta el derecho de ser oido, el Banco Mauá protestó en debida forma contra esa violencia e hizo responsable de el Estado de todos los daños y perjuicios que le resultasse. Es cuanto la ley civil le obliga a hacer para conservar su derecho"...

E depois de falar longamente o juriconsulto, passa a falar o homem de bem, o ministro honrado:

"Es pues forçoso examinar y resolver esa cuestion, encarrandola por su dubla faz de la justicia y de la politica. En la época en que vivimos, toda de razon y derecho, y de intereses apreciados en las conveniencias honestas y verdaderas de los pueblos, ser justo en los Gobiernos es mas que deber, porque es una imposicion de la mas evidentes y vitales conveniencias de los Estados... En la cuestion que nos ocupa hay, por conseguiente, DEBER Y CONVENIENCIA en reconocer que se procedio mal con el Baron de Mauá y hacer las reparaciones que se le deben en justicia"...

As negociações posteriores de accôrdo, mostram que a Republica Oriental reconheceu sempre que *deber y conveniencia*

obrigavam a satisfazer o enorme damno que um governo inimigo fez ao benemerito impulsionador do seu progresso, aquelle estrangeiro que, no dizer do Dr. Gabriel Terra, pôz, com grande risco, uma bella fortuna ao serviço da libertação da patria alheia.

Em Setembro de 1873 o Presidente da Republica Ellauri e o Ministro das Relações Exteriores Dr. Perez Gomar tiveram nesse sentido varias conferencias com Mauá. Não discutiam o direito, confessavam-no; discutiam o processo para se fixar a quantia. O Dr. Perez Gomar propôz um juizo arbitral; Mauá acolheu a proposta de braços abertos. A difficuldade estava na composição do tribunal. O Dr. Perez Gomar fazia questão do que elle chamava um *juizo arbitral interno*, isto é composto de cidadãos orientaes. Mauá via uma unica difficuldade — de assentarem no nome de um desempatador imparcial; propôz que houvesse um arbitro unico ou então um desempatador, extranhos á terra uruguaya. Ao Governo Oriental deixava elle, á escolha, o Banco de França, o Banco de Inglaterra ou um dos dois grandes bancos dos Estados Unidos, indifferentemente: o Governo Oriental recusou, sob o fundamento de que a reclamação creára muitas prevenções e que só a um *juizo arbitral interno* as Camaras se submetteriam.

As negociações naufragaram, pois, porque o Governo Oriental não accitou para Juiz no caso de divergencia dos dois arbitros internos, ou para arbitro unico, nem o Banco da Inglaterra, nem Banco de França, nem um dos grandes bancos da America do Norte, nem nome algum *externo*.

Dois annos depois, em Maio de 1875, Mauá era obrigado a pedir a sua moratoria no Rjo de Janeiro, devedor de 78.000:0009. Não ha duvida que o desastre teve essa causa original, pelo prejuizo e pelo descredito, desde quando em Montevidéo o Banco Mauá y Cia. fechou as portas, em 1869 e em 1873.

Doeu a consciencia a notaveis cidadãos orientaes. O Governo, na Presidencia Varela, entrega de novo a Mauá, que já estava em moratoria no Brasil, a sua reorganização financeira; deu-lhe novo banco e nova emissão em troca da renuncia que elle fez de sua reclamação diplomatica, obtida a annuencia do Governo Imperial. Mas logo depois cõe Varela e Latorre o substitue, como dictador; Mauá é forçado a renunciar á sua nova concessão, estipulando-se expressamente no acto da renuncia que ficava *no mesmo pé anterior á sua reclamação*.

Foi então que o Governo Imperial começou a recolher-se.

Mauá, que sempre se mostrára disposto a todas as transigencias *no quantum* ou no processo de determinal-o, passou a ser um desesperado, pedindo *qualquer coisa*, não para si, mas para os seus credores, aos quaes não queria dar prejuizo de um vintem.

A sua correspondencia particular com Cotegipe, seu amigo, e a sua correspondencia official com o Barão de Cotegipe, Ministro da Fazenda do Gabinete Caxias (1875-1878) commove profundamente. Sem quebra de sua altivez, elle pede ao Governo, seu credor tambem, que insista, no proprio beneficio e nos dos outros credores, para obter uma migalha do seu direito, claramente confessado. Não ousa formular cifras officialmente; por mais que reduza o seu calculo, diz elle, o volume da reclamação assombraria. Particularmente, a Cotegipe, elle faz uma estimativa: são 12 milhões de pesos, e o raciocinio é claro; mas, nunca o disse, não o dirá agora. Insiste pelo arbitramento e pelos arbitros, Banco de Inglaterra, Banco de França, um grande Banco. Aceitará *metade* do que estipularem! Aceitará a *quarta parte*, aceitará menos, se isto chegar para que nenhum credor, inclusive o Thesouro, perca um real. Bastar-lhe-iam talvez 3 milhões de pesos; isso evitaria a fallencia e os prejuizos de outros.

Mas, a tentativa mallogrou-se ainda. O Barão de Cote-gipe deixava de ser Ministro da Fazenda e subia a situação liberal com o Gabinete 5 de Janeiro de 1878.

No dia 19 de Junho desse anno Mauá tinha que requerer a sua fallencia.

Morreria com ella a sua reclamação que o Governo Imperial apoiára por manifesta denegação de justiça contra actos *clamorosamente injustos e arbitrarios!* (Nota Araujo Gondim).

Nosso papel de biographo nos obrigou a chegar até este ponto; delle em diante não caminharemos. Mauá não tinha mais acção; era um fallido, quasi septuagenario.

CAPITULO XXII

Os amigos de Mauá

A LISTA de amigos de Mauá, cujos nomes interessa á Historia conhecer, quasi se ajusta, nome por nome, com a série dos grandes homens da nossa politica interna, com algumas figuras da alta politica internacional e com outros nomes que, em esphera menos evidente, concorreram tambem para a grandeza do segundo reinado.

A personalidade de Mauá a todos se impunha na admiração e no respeito que inspiravam a sua intelligencia, as suas virtudes civicas e privadas, não só pela proeminencia em que apparecia a cada passo em que, no exterior, a nacionalidade se affirmava na hegemonia da America do Sul como, no interior, pelo desenvolvimento de uma politica de paz e de liberdade, permittindo o surto da obra da civilização industrial.

Raros foram os homens eminentes da sociedade brasileira que não tiveram o titulo de seus amigos, ou como antes se poderá dizer, de seus admiradores, pois que não era a amizade o iman dessa approximação, era a estima.

Com tres homens notaveis teve elle attritos publicos, tres figuras extraordinarias, nomes como seria difficil encontrar juntos, mesmo em quadro rico como o da época — Nabuco de Araujo, Zacharias e Silveira Martins; esses mesmos, inimigos ou rivaes accidentalmente, foram combatentes feridos. O auctor destas linhas vê vantagem para o seu objectivo em rememorar essas lutas; e por isso lhes irá destinar capitulos especiaes. Será este capitulo, primeiro, o dos seus amigos.

Antes dos nomes nacionaes, abra-se, porém, espaço para um grande nome de estrangeiro, astro de primeira grandeza na politica sul-americana, D. Andrés Lamas, e para outro de um modesto negociante estrangeiro, Carruthers, inglez de nascimento, que aqui encontrou a felicidade e que a pagou em amor e beneficios ao Brasil. Por muitos titulos cabe a este a precedencia.

Ricardo Carruthers era um honrado commerciante importador. A fortuna lhe levára á porta da casa prospera, um caixeiro brasileiro, que o velho negociante portuguez Antonio José Pereira de Almeida, liquidando seu negocio, entendêra de recommendar, como visinho, collega e amigo. O caixeirinho estivera a seu serviço durante quatro annos e ainda mal tinha transposto a phase da puberdade; era um menino de 16 annos.

Carruthers, o velho britannico, pensava já em liquidar seus haveres, que eram fartos, e ir, como todos esses filhos de Albion que se espalharam pelo mundo em busca de expansão para o seu commercio, gosar o conforto de uma velhice tranquilla ao calor das velhas lareiras de sua terra nostalgica da Escossia.

A capacidade do rapazinho surpreendeu-o. Nessa época, em 1829, reinando ainda D. Pedro I, os moços brasileiros figuravam como corpos estranhos no commercio das cidades. Os patrões eram inglezes ou portuguezes; os caixeiros eram ordinariamente meninos portuguezes que se tinham lançado na aventura da emigração. Caixeiro brasileiro, conseguindo vencer a suspeita de ser incapaz de mais nobre carreira, devia ter o sabor de fructa rara. Foi, de certo, o effeito que Irenêo produziu no velho Carruthers e motivo, talvez, de se fazer admirado e querido na colonia ingleza, para a qual passou a ser um intimo, dobrada apenas a consoante — *o Sr. Irrêneo*.

Cincoenta annos depois, Mauá no momento mais tragico de sua vida, render-lhe-á a homenagem de associar-o á sua grande obra. Falando aos credores "...nesta hora mais amarga da minha existencia, nesta hora solemne em que a victima de um grande e não merecido infortunio vem dar explicações

áquelles que têm direito de exigil-as"... abre sua alma á longinqua invocação de uma saudade, em pagina tocante de poesia consagrada a "...um dos melhores typos da humanidade, um negociante inglez que se distinguia pela inteira proibidade da velha escola de moralidade positiva e que, depois de provas sufficientes de minha parte em seu serviço, escolheu-me para socio gerente de sua casa, pondo-me assim, tão cêdo, na carreira commercial, em attitude de poder desenvolver os elementos que porventura se aninhavam em meu espirito". (*Exposição aos credores de Mauá & Cia.*, 1).

Carruthers, esse inglez intelligente e bom, deu a Irenêo, que mal sabia lêr o portuguez, noções de contabilidade, lições de inglez, alguns livros de sciencia e de litteratura e entregou-lhe tambem a direcção de seu vasto commercio de importação. Sete annos depois podia ceder á attração do *fog*, e lá se foi para Inglaterra, carregando alguns valores, e deixando confiado a um brasileiro de 23 annos, cuja familia ninguem conhecia, o seu nome commercial de muito credito e o maior volume de sua fortuna.

Feliz inspiração a desse inglez intelligente e bom! Seu nome e seus haveres iriam crescer pelo braço do prodigioso caixeiro em sua propria patria, nos Estados Unidos da America do Norte e em outras terras, escripto nas firmas Carruthers Souza & Cia., Carruthers de Castro & Cia. e Carruthers Dixon & Cia. (Buenos-Ayres, Londres, Manchester e Nova York); e no Brasil tomava tal desenvolvimento a sua casa de importação e de exportação, que, poucos annos depois, estavam todos ricos, o velho patrão, os seus socios novos e velhos, e o moço brasileiro.

Foi uma felicidade para o Brasil! Com o dinheiro que na partilha lhe tocou, com o credito e a confiança que dahi lhe vieram, e mercê de uma viagem abençoada, Irenêo seguiu seus *novos destinos*. Começou dahi a sua gloria, que é tambem o advento do nosso progresso material.

Ha em tudo isto qualquer coisa de lenda, apparencias de milagre; Irenêo voltou de sua primeira viagem á Inglaterra

com a cabeça cheia dos grandes projectos que executou e de outros que nós ainda pensamos em executar.

A's *referencias* de Carruthers cabe um grande quinhão na historia financeira do Brasil. Elle falava, com o prestigio do successo, em terras que ninguem conhecia, falava bem do Brasil, como um homem honesto e falava de Irêneo com enthusiasmo, como um homem grato e um espirito fascinado.

Varias paginas deste livro mostram quanto deve o Brasil ás *referencias* do escriptorio de Carruthers, embaixada permanente em Londres do nosso credito e das nossas esperanças. Bemdita seja a sua honrada memoria.

D. *Andrés Lamas* foi um uruguayo que teve seu nome associado aos melhores interesses da politica externa do Brasil, á amizade particular de D. Pedro II e a uma estreita e intima ligação com Mauá; ficará como a maior tarefa de sua vida ter creado essa corrente de sympathias que aproxima os dois povos desde o meado do seculo XIX.

Não faltavam a D. Andrés Lamas virtudes de intelligencia e de character quando aqui chegou, em 1848, representante secreto de Montevidéo sitiada, trazendo o projecto de interessar-nos na libertação de sua patria, que o oriental Oribe occupava e seu alliado argentino Juan Manoel Rosas cubiçava.

A alma brasileira não podia deixar de apaixonar-se por esses martyres de oito annos de privações, esse habitantes da Nova Troia, cujo heroismo um poema em prosa de Alexandre Dumas ia revelar ao mundo, orgulhosos de sua nudez, *affamés de dangers!*

O espirito idealista do joven Imperador commungava no enthusiasmo de seus compatriotas e secretamente contraminava a tendencia dos velhos politicos, que temiam affrontar a hostilidade de Rosas.

Foi quando começou sorrateira a diplomacia desse homem de quem o Visconde do Rio Branco iria dizer: "Summidade politica e litteraria do seu paiz e que como tal seria considerado

em qualquer sociedade das mais ricas em talentos e illustrações”.

D. Andrés Lamas vinha desempenhar, no serviço de sua patria, papel que faria depois, de nosso lado, o melhor quinhão da gloria do Visconde do Rio Branco, a nossa politica no Sul. Simples emigrado, disputava credenciaes para o seu paiz, ameaçado por vizinho máo e opprimido por um caudilho deshumano, quando lhe appareceram as figuras providenciaes de seus amigos D. Pedro II e o futuro visconde de Mauá. Não se pôde bem apurar de qual destes dois foi a iniciativa do movimento pela nobre politica internacional que, nesse momento, nos pôz em guarda contra Juan Manuel Rosas e depois nos approximou de Mitre, na politica sul americana. Pedro Lamas, filho do grande oriental, conta que: *“un dia, por la mañana, subió aquellas escaleras de piedra, (rua Pedreira da Gloria), y golpeó las manos, ya en la terraza, un hombre joven, de aspecto simpatico e inteligente. Entregó su tarjeta: Irenêo Evangelista de Souza: — No sé quien es, dijo mi padre, con la cartolina en la mano... Que me espere en el escritorio”* — e accrescenta: — *“Aquella visita inesperada era, sin embargo, la iniciacion del exito. (Etapas de una gran politica, 37).*

Irenêo tinha ido offerecer recursos de dinheiro, de armas, de viveres e a sua energia para a obra da libertação da Nova Troia.

Já as palavras de Alexandre Dumas faziam éco no Brasil: “Montevideo não é uma cidade, é um symbolo; não é um povo, é uma esperanza; é o symbolo da ordem, é a esperanza da civilização”.

Da desconfiança que o assombro de tal visita lhe deixára no espirito, naturalmente prevenido contra a espionagem e as insidias de Rosas, veio desanuviar-o uma conversa que foi ter no Palacio de S. Christovão. Irenêo era um emissario imperial. Vencendo a timidez dos politicos, o Imperador e Paulino de Souza (V. do Uruguay) iniciavam: “. . . a politica que foi, ao mesmo tempo, um acto de defeza nacional e um lance supe-

rior de liberalismo incomparavel... aproveitando um passe magnifico para ampliarem, de golpe, o campo da acção inegavelmente civilisadora de diplomacia imperial" (Euclides da Cunha, *A' margem da historia*, 325).

Irenêo tinha sido escolhido delegado desse grupo de homens superiores que ficou conhecido como o *Ministerio das Aguias*, indicado seu nome por Mont'Alegre, Presidente do Conselho, a Paulino de Souza, Ministro de Estrangeiros.

Dahi por deante confundiram-se na cruzada civilisadora, o Imperador, Paulino, Andrés Lamas e Irenêo.

Mezes depois o Brasil recebia as credenciaes de D. Andrés Lamas e entregava passaportes ao General Guido, representante de Rosas. No tratado de 11 de Setembro de 1851, o negociante Irenêo Evangelista de Souza assignava seu nome ao lado do Ministro da Fazenda Rodrigues Torres (Itaborahy) e do Ministro Oriental Lamas, no protocollo para o fornecimento secreto de dinheiro á praça sitiada de Montevidéo. E, desde esse dia Lamas ficou quasi brasileiro, proprietario de um pedaço de terra da fazenda imperial em Petropolis, onde construiu sua residencia de verão para 12 ou 14 annos, toda a extensa região que é hoje o Collegio de Sion e a que fica ao lado esquerdo da actual rua Benjamin Constant, vendida depois, em 1864, por 48:000\$000 ao coronel Avellar, Visconde de Ubá.

Mauá, por força de sua missão e talvez por atavismo de guasca, passára a ser *quasi oriental*, occupado a principio em illudir por mar o sitio de Montevidéo e depois em reerguer aquelle solo rico devastado n'uma guerra de dez annos, bandeirante que foi conquistar para nós o dominio economico de novas terras com o Banco Mauá y Cia. tornando-se:

"...Esse amigo do Uruguay que offerecêra sua fortuna para sustentar os sitiados com alimentos, armas e munições, por amor á causa do heroismo e da liberdade, e que depois da guerra, confiou mais que nunca nos seus destinos, collocando entre nós parte importante de seus cabedaes em ferro — carris, illuminando a gaz a nossa capital organisando estabelecimentos em quasi todos os departamentos da Republica, e, para

iniciar as melhoras das raças com productos importados, fundou saladeros para a elaboração das nossas carnes, diques para construir e reparar os navios que navegam em nossos rios... depois de haver desempenhado uma tarefa muito importante, de recolher a enorme divida de 100 milhões de pesos que custou a guerra contra Rosas, com uma emissão de 5 milhões apenas, que fez em Londres, quando, arruinados, com as nossas campinas desoladas, não teriamos podido observar tão avultados compromissos"... conforme o testemunho eloquente e grato que, recentemente, deu o eminente homem publico Doutor Gabriel Terra, membro do Conselho Nacional do Uruguay, no banquete que lhe offereceu o Ministro do Exterior Felix Pacheco (1 de Agosto de 1925).

Essa obra em que, juntos, esses dois grandes homens começaram (*l'iniciacion del exito*, diz Pedro Lamas) e que os uniu para sempre, mesmo nos tempos de perseguição que se seguiram aos dias gloriosos que Mauá gozou no Uruguay, foi, de um lado, a prosperidade desse pequeno paiz, de outro, a nossa preponderancia na politica que fez a Triplice Aliança em 1865 e a harmonia sul-americana até hoje.

Agora, os grandes nomes de nossa nacionalidade.

Muito cedo na vida de Mauá começa a ser contado o nome dos homens publicos seduzidos pela sua superioridade.

Era elle ainda um simples negociante, com armazem na Rua dos Pescadores, em 1846, quando Nicoláo Rodrigues dos Santos França Leite, o companheiro de revolução e de detenção de Limpo de Abreu, de Salles Torres Homem e mais revolucionarios mineiros, o accusava pela imprensa, de partidario exaggerado e lhe attribuia influencia no espirito de personalidades como Euzebio de Queirós, Honorio Hermeto (Paraná) Costa Carvalho (Mont'Alegre) Paulino de Souza (Uruguay) Rodrigues Torres (Itaborahy), os papas e os cardeaes do regimen. Já nesse tempo Mauá, com 33 annos de idade, precisava desculpar-se publicamente, de sua importancia social.

“Não somos homens de partido;; se esses senhores nos honram com sua amizade, outros de opinião politica contraria nos tem em igual conceito; fizemos votos de dedicar toda a nossa vida aos melhoramentos materiaes do paiz, sejam quaes forem os desgostos que dahi nos advenhão” (*Jornal do Commercio*, 1846).

Uma lista que assim começa, com taes fanatisados, aos 33 annos de uma mocidade de commerciante, havia de crescer muito, de certo, no correr de uma existencia longa e fecunda.

Ha necessidade mesmo de uma forte selecção para não dar á lista o character de um *gotha* de senadores, ministros, conselheiros, diplomatas e homens notaveis de um periodo extenso.

José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, foi sem duvida, o maior, o mais notavel de todos elles e o mais interessante na trajetoria de Mauá.

A imprensa de opposição, querendo ferir o estadista, havia de designal-o, desrespeitosamente, como sendo o *commensal assiduo* dos lautos jantares do Barão, o seu *hospede demorado* no Rio da Prata.

Tão estreitamente ligadas foram essas duas existencias no serviço do paiz e tão firme e reciproca foi essa confiança, que difficil seria apurar de qual delles foi maior a amizade e mais viva a admiração. A alta estima que Mauá lhe merecia nunca foi objecto de reservas para aquelle luctador — tempera de aço. Ha no Archivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro duas cartas que dão idéa dessa confiança. Em uma, de 6 de Dezembro de 1863, abre-se Rio Branco, em intimidades sobre politica internacional, que elle, homem discreto, não confiaria a muitos, a respeito das lutas intestinas no Estado Oriental, do valor e da sciencia dos caudilhos inimigos, assim como dos chefes militares que no momento, estavam ao nosso lado; e como conselheiro amigo, preocupado com os interesses materiaes de Mauá, ameaçados já da perseguição official a que afinal succumbiram, dizia-lhe em tom zombeteiro: “. . .Es-

timei vêr que V. Ex. tinha achado meio de falar ao Flores (General Venancio Flores); além do seu empenho de paz, enxerguei um acto de atilada diplomacia financeira. Desculpe esta linguagem, que é de amigo; e sabe-me innocente de coação"... — Era o applauso do futuro negociador do convenio de 20 de Fevereiro de 1865 a uma diligencia que Mauá tinha executado, indo junto de Flores discutir a paz, que o Governo do Presidente Bernardo Berro desejava e não podia propôr, e que, tentada por notaveis cidadãos uruguayos, tinha fraccassado.

Noutra carta, de 22 de Abril de 1868, desse mesmo Archivo, a politica interna toma espaço, ao lado da politica externa na intimidade epistolar. Paranhos, depois de fazer prognosticos sobre a duração da guerra do Paraguay, e de render *sem lisonja*, elogios á... "solidez de idéas, á felicidade de expressões e á honrosa posição em que V. Ex. se collocou"... numa resposta dada a *El Siglo* de Montevidéo sobre a politica brasileira; de fazer confidencias sobre a inconveniencia de procurarmos influir na eleição presidencial da Argentina em favor de Elizalde, pensamento attribuido a Zacharias, dá noticias da nossa *cozinha politica*, occupando-se particularmente da fraqueza do Gabinete Zacharias, com a intimidade destas linhas escriptas por um chefe conservador a um politico liberal: — "Isto (a transformação do *Diario do Rio* em folha ministerial) e o *mais* indicam que a triste e ominosa actualidade quer manter-se a todo custo e não duvido que o consigam por falta de união e energia entre as unidades do partido conservador. Aquelle *nosso amigo* (o Imperador) está *bonanchão* e com mêdo de substituir o Zacharias. Ainda assim veremos. Os males e perigos são tão reaes que eu creio provavel uma reversão politica dentro de pouco tempo". (Semanas depois, o Gabinete Zacharias era apeado, a proposito do *desacerto* da escolha senatorial de Salles Torres Homem).

Pullulam os documentos dessa estima nunca dissimulada; e varias vezes os annaes do Parlamento registram estes apar-

tes de Rio Branco: — “Honra-me muito a amizade do Sr. Barão de Mauá”.

Por seu lado, Mauá se declarava preso por nobre e imensa gratidão ao Visconde do Rio Branco. Duas vezes, como Enviado Extraordinario em Missão Especial do Governo do Brasil, bem cumprindo seus deveres, havia o diplomata brasileiro salvo o Banco Mauá de Montevidéo da perseguição que lhe moviam caudilhos que subiam ao governo, movidos ora pelo odio antigo que o serviço do Brasil, ao lado de Bernardo Berro, lhe attrahira entre esses caudilhos por nós então guerreados, ora pelo desejo de outorgar favores aos amigos da situação.

Os laços que se formam em terra estrangeira, combatendo pela patria, ficam solidos, porque ligam pela admiração de heroismo visto e sentido entre camaradas, sejam soldados, sejam diplomatas. Nunca se alterou a solidez desses sentimentos. Nada soffreu; nem quando o deputado Mauá deu seu voto contrario ao ministerio Caxias de que fazia parte Rio Branco e que cahiu por um voto; nem quando Rio Branco deixou, em 1875, sossobrar o Banco Mauá podendo talvez *impôr* o empréstimo de tres mil contos por parte do Banco do Brasil. Rio Branco soube respeitar a sinceridade de Mauá e Mauá comprehendeu nobremente, neste ultimo lance, que não podia exigir tanto do grande amigo; o Ministerio de 7 de Março de 1871, estava velho de mais, viveria mais alguns dias apenas; já tinha um quadriennio, que é o prazo maior que a nossa impaciencia de posições politicas concede á duração de um governo; e seu chefe illustre, cansado de uma luta que foi a mais bella victoria parlamentar do Imperio, soffria já muito pronunciado o enfranquecimento de desgostos intimos e da manifestação dos primeiros ataques do mal terrivel que algum tempo depois o levaria ao tumulo.

Francisco Octaviano de Almeida Rosa tambem se fizera mais amigo de Mauá na terra estrangeira.

Já daqui se conheciam e cultivavam uma *sympathia* que era natural entre dois homens obscuros de origem, sem familia,

guindados ás culminancias pela liberalidade dos costumes politicos que lhes permittiram subir até se igualarem aos mais altos, Octaviano, na politica, pauperrimo e com o stygma de um pigmento que era uma suspeição na vida social quando ainda havia escravos, e subindo, pobre sempre, pelo jornalismo, a senador, a chefe politico, a Embaixador em delicados momentos internacionaes. Em 1865, em Montevidéo, estreitaram-se essas relações no incidente que será conhecido adiante, a proposito das lutas entre Mauá e Zacharias, e dahi por deante nada as ensombrou. — Advogado de Mauá e seu conselheiro juridico, como Nabuco, como Lafayette, como Ramalho, que todos ouviam e prezavam a opinião esclarecida do cliente, acompanhou-lhe sollicito a existencia de lutas e soffrimentos.

A carta que faz a primeira pagina deste livro é padrão de gloria para ambos.

O *Marquez de Mont'Alegre* (o antigo Regente Costa Carvalho) que era o Presidente do Conselho, o *Visconde de Uruguay* (Paulino de Souza, ministro de estrangeiro) e o *Visconde de Itoborahy* (Rodrigues Torres, ministro da Fazenda) não se dedignaram os tres de hombrar com elle (o *negociante* Irenêo Evangelista de Souza) na assignatura dos contractos e protocollos secretos com que se inaugurava uma politica internacional feliz, mas ousada.

O *Marquez de S. Vicente* (Pimenta Bueno) fazia delle seu igual na assignatura do contracto de concessão da Estrada de Ferro Santos a Jundiahy, juntamente com o Marquez de Mont'Alegre, depois de ter como Chefe de Missão no Prata e como Ministro da Corôa, tratado com elle de superior para inferior. E dessa amizade sempre crescente, e dessa confiança sempre ostentada, darão idéa estes trechos de uma carta existente no Archivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, dada de 23 de Março de 1875, em que o eminente estadista, que acabava de occupar a Presidencia do Conselho, assim fallava, indignado e commovido:

“A conducta desse intitulado governo (o do Uruguay) para com V. Ex. e para com o Brasil faz ferver o sangue. Não é só a injustiça inqualificavel, a falta de toda e qualquer idéa de dignidade, é além disso o atrevimento com o Governo do Imperio, já na perseguição de um brasileiro illustre, já em sua grosseria para com a legação... Gostei muito do modo exacto porque o nosso Ministro ahi os aprecia e da justa indignação e energia que manifesta (refere-se ás notas de Aguiar de Andrada). E' um bello Paulista dos quaes procedem os rio-grandenses (são cumprimentos de *paulista a rio-grandense*). Adeus, Sr. Visconde,, faço idéa dos grandes incommodos moraes que devem ter affligido seu nobre coração. Entretanto, vejo que sabe ter coragem e elevada intelligencia, que são grandes armas”.

O *Barão de Cotegipe* não foi só o emulo de Rio Branco na politica interna, com esse *quid* poderoso e original a que se chama genio (Joaquim Nabuco) foi tambem uma grande figura na nossa politica internacional; Chefe de Missão Extraordinaria e Ministro de Extrangeiros, seu papel só teve mais importante o de Rio Branco. Esteve em situação de conhecer de perto Mauá; não é de estranhar que grande amizade se estabelecesse entre os dois com a intimidade e carinho que as annotações a lapis deixaram patentes nas cartas em que Mauá lhe expõe os seus desgostos de familia e as luctas para as quaes pedia a protecção do Governo, ao notavel Ministro de Estrangeiros e da Fazenda do Gabinete Caxias (1875-1878).

De uma communicação que da Bahia me mandou o deputado Wanderley Pinho, a quem devo a fineza de ter-me confiado os originaes da correspondencia de Mauá com Cotegipe, extracto as seguintes palavras que representam o testemunho das duas filhas sobreviventes de Cotegipe, a Viuva Araujo Pinho e D. Antonia Cotegipe:

“As relações de Mauá com Cotegipe eram da maior intimidade. Tratavam-se por Irenêo e João. Em casa de Cotegipe, Mauá não se fazia annunciar; almoçava e jantava sem convite.

Minha Mãe e minha Tia recordam-se ainda commovidas do dia em que Mauá e a familia retiraram-se do seu palacete, entregue aos credores. Cotegipe soubera que deviam mudar-se naquelle dia para uma casa dos lados da Tijuca e lhes recommendou que acompanhassem a familia amiga em tão triste transe”.

Cotegipe era, nesse momento, Ministro da Fazenda e talvez a figura mais alta da politica nacional. Essa demonstração, a que associou as suas duas virtuosas filhas, muito queridas, não é materia de pouco preço na apreciação de um homem decahido das posições.

O Marquez do Paraná (Honorio Hermeto Carneiro Leão) o politico de mais vasta influencia de sua época, “vassalo igual ao rei”, Chefe de Missão no Rio da Prata, foi tambem um dos grandes amigos de Mauá desde o começo da carreira deste, bem mais moço do que elle. E’ das vespervas da morte do autor da politica da Conciliação (Julho de 1856) esse dialogo a que já alludimos, que Mauá conta e que deve ser repetido para lição de duellos entre fidalgos.

“Nessa mesma tarde, visitando o Sr. Paraná, me disse elle, no tom de amigavel reprehensão que, ás vezes, assumia contra seus amigos: — “Então você teve a habilidade de dividir o meu ministerio com sua pretensão. E acredita que passará no Senado? — “Exmo. E’ a idéa que triumphá. Não sei se passará no Senado; é claro que não, se V. Ex. se oppuzer. Eu, porém, cumpri meu dever, e isso é sempre uma satisfação”. (*Exposição aos credores*, 27). O duello não teve seguimento no Senado. Um dos contendores morria fulminado, em plena gloria, numa apothese em que. . . “as pompas e manifestações exteriores não davão idéa do vacuo que todos sentiam”. . . No anno seguinte puzeram pedra em cima do projecto; os novos ministros fugiam da lucta.

Vê-se como sabiam medir-se os gigantes e como sabiam respeitar-se e respeitar a Nação.

Estes primeiros nomes são, apenas, dos que podiam dar, com a consideração pessoal que nunca regatearam, o seu testemunho como chefes de missões diplomaticas, que viram *na acção* a

grande figura internacional do Visconde de Mauá. A lista será mais completa se lhe ajuntarmos os do Conselheiro José Maria do Amaral, Chefe de Missão no Paraguay, dos nossos ministros acreditados no Rio da Prata (Araujo Gondin, Loureiro, Aguiar de Andrada, etc.

Entre os que tiveram actuação saliente apenas na politica interna, a lista dos grandes nomes não é menos significativa e seria muito extensa para ser mais completa.

Euzebio de Queirós, o papa a quem os cardeacs não puderam dar substituto, era um intimo e um grande admirador de Mauá. Em 1850, mandava chamal-o para pedir-lhe que apresentasse proposta para a illuminação a gaz na Côrte, a qual seria preferida com qualquer vantagem sobre outra proposta; e, graças a isso os consumidores de gaz do Rio de Janeiro economisaram até hoje uns 150 mil contos; e em 1856, pedia-lhe, com os direitos de amigo, que abrisse mão de privilegio exclusivo conquistado em concorrência para a navegação do Amazonas e seus afluentes por 25 annos mais, afim de que pudessemos declarar esses portos abertos á civilização, o que talvez tenha desviado sérias complicações internacionaes, como já fizemos notar.

A' gentileza de um neto do grande cidadão, o Dr. Euzebio de Queirós Coitinho Mattoso, deve o auctor a propriedade de duas cartas de Mauá a Euzebio, escriptas pouco antes da morte deste, 1866, assim como a minuta de uma resposta de Euzebio, que bem provam que Mauá, simples commerciante, podia emparceirar-se com os mais illustres e aristocraticas figuras.

O Visconde de Souza Franco, que foi caixeiro de balcão como Mauá, mas que foi buscar um diploma de bacharel para galgar os cumes da politica e fazer-se jurisconsulto, possuia raro merito intellectual. Capaz de sustentar sózinho o peso de uma opposição contra uma Camara unanime em 1850, tomando a palavra todos os dias e mais de uma vez por dia em todas as questões, elevando-as todas, Souza Franco, o ministro de es-

trangeiros e interino da Fazenda em 1848, quando foi Ministro da Fazenda em 1857, já transferido para o Senado, fez de Mauá o seu representante financeiro na Camara. Como agiram os dois nessa campanha, será objecto de capitulos especiaes. O que aqui cumpre asignalar é apenas a confiança de Souza Franco e a admiração de Mauá por elle “um dos espiritos mais brilhantes que passaram pela administração do paiz”. (*Exposição aos credores*).

O *Marquez de Olinda*, (Regente Araujo Lima) não era só, como homem publico, amigo confesso de Mauá. Tambem, como amigo particular, a elle se confiava em cartas que pôdem ser lidas no archivo do Instituto Hïstorico e Geographico Brasileiro. Olinda pedia-lhe conselhos e inspirações em negocio de administração publica e de sua fortuna particular; e no caso do conflicto da E. F. D. Pedro II com o inglez Bayless que se atravessára na linha, desafiando a policia com a bandeira ingleza, é Mauá o interventor secretamente aceito. Christiano Ottoni, em sua “*Auto-biographia*”, accusa Olinda de ter dado ordem em voz alta á policia para passar por cima de *Godemi* (no seu estylo quer dizer o *inglez*) e da bandeira ingleza e secretamente estas instrucções reservadissimas — não empregue força em caso algum.

A lista seria immensa.

O *Duque de Caxias* o *Marquez de Herval* (Osorio) o *Conde de Porto Alegre*, glorias militares do Paraguay, Abaeté, Abrantes, Cruzeiro (Teixeira Jr.), Gomes de Castro, Junqueira, João Alfredo, uma lista interminavel de grandes nomes.

Apenas abriremos ainda mais um espaço; para um radical em politica.

Theophilo Ottoni foi um dos melhores amigos e dos admiradores de Mauá. Seu irmão Christiano, que não prima por tolerante, escreve isto: — “Minhas relações pessoaes com o Barão limitaram-se a uma cortezia benevola e nenhum obse-

quo lhe devi em tempo algum. A Theophilo fez grandes finanças e eram ligados em intima amizade". (*Auto-biographia*).

Da correspondencia de ambos se vê que o intransigente Theophilo, que poucas vezes cedia, recolhia-se movido pela admiração, quando estavam em jogo na politica do Prata, interesses ou opiniões do seu amigo: "Os interesses de 50 mil compatriotas nossos e as relações de meu amigo com o actual governo, não pódem deixar de actuar *poderosissimamente* em meu espirito apesar de que a carnificina de Quinteros não deveria ser esquecida mesmo após dez annos de paz e de prosperidade que esse governo deu á Republica". (Archivo do Instituto Historico).

Para um espirito liberalissimo e um character firme, não é banal cumprimento dar peso igual ás sympathias por Mauá e aos interesses de 50.000 brasileiros, pondo de parte a carnificina cujos auctores, na phrase de Theophilo, tinha ficado fóra da especie humana.

E' interminavel a lista dos amigos, dos admiradores, dos *fanatisados* de Mauá. Nem de outro modo, seria possivel tão grande acção; nem de outro modo seria possivel a um homem espalhar tão fartos beneficios, supportando tão duros embates.

CAPITULO XXIII

O attrito com o Conselheiro Nabuco

E' DIFFICIL designar o logar do Conselheiro José Thomaz Nabuco de Araujo, se, entre os amigos de Mauá, se entre os seus inimigos ou adversarios. E' antes por amor do equilibrio, o criterio de collocal-o entre os adversarios; tão grande foi a lista de amigos eminentes.

Esse criterio é auctorizado por uma divergencia que tiveram os dois illustres homens, da qual surgiu uma questão que fez ruido e em que romperam relações pessoaes e se extremaram em recriminações e accusações de cuja injustiça ambos iam arreponder-se.

Não fazem damno inimigos da ordem de Nabuco; elevariam só pela honra de aceitarem a lucta; e felizmente, nem deante d'elle, Mauá sahiu menor.

Com excepção das de Zacharias e Silveira Martins, as discussões de Mauá no parlamento e na imprensa que, aliás, foram muitas, não tiveram character acrimonioso. Elle era de educação ingleza, muito respeitador da opinião alheia, embora muito firme na sua e disposto sempre a bater-se. Com Salles Torres Homem (Inhomirim), com Rodrigues Torres (Itaboraahy), com Silva Ferraz, (Uruguayana), com José Machado Coelho e Castro e com outros de quasi igual medida, teve discussões, mas sempre em terreno elevado e impessoal.

Ha uma nota a assignalar, de passagem, que elle teve tambem uma longa discussão pela imprensa com Christiano Ottoni; é o proprio Ottoni que diz em sua *Auto-biographia*: "Trocamos artigos de polemica que nada teve de odiosa nem de vi-

rulenta". (pag. 132). A nota é interessante e, melhor do que ninguém, lhe accentua a originalidade, o proprio Ottoni: — "Não foi virulenta" — é uma prova da consideração que Mauá merecia; Ottoni parece extranhar elle mesmo que uma discussão sua tivesse corrido sem virulencia.

Nabuco ficará, pois, collocado entre os inimigos de Mauá. Seu filho Joaquim Nabuco, o historiador consciencioso, dirá mais tarde: — "Mauá falára e escrevera *ab irato* e Nabuco retrucára, offendido; os annos gradualmente amorteceram aquelle ressentimento e quando a catastrophe financeira colhe a Mauá, elle se acha desde muito reconciliado com Nabuco, que altamente o apreciava". — (*Um Estadista do Imperio* III, 456).

A questão que motivou o rompimento foi uma questão judicial em que Nabuco aceitou procuração contra a casa Mauá, Mac-Gregor & Cia.

Devo á obsequiosidade da Senhora Embaixatriz Joaquim Nabuco ter lido os originaes e as copias de peças authenticadas de todo esse retumbante processo, existentes no precioso archivo de seu illustre sogro, inclusive notas intimas do proprio punho do grande jurisconsulto.

E' esta a hypothese juridica:

Em Março de 1857, A. J. Domingues Ferreira constituiu-se devedor de Antonio Ribeiro Forbes de 482:615\$, aceitando cinco letras a prazo. Para garantia transferiu, em caução, 1.450 $\frac{1}{2}$ acções do Banco do Brasil, 289 do Banco Rural. Por um recibo particular Forbes obrigou-se a restituir a Ferreira ou á sua ordem, as acções quando as letras fóssem pagas. Mezes depois Domingues Ferreira vendeu a Mauá as acções dadas em penhor, por 526:130\$ recebendo 43:515\$ em dinheiro no acto e obrigando-se Mauá a pagar por elle as letras de seu aceite. A formula adoptada foi, como nesse tempo era de uso, a seguinte: — "Ficam pertencendo ao Sr. B. as acções taes e taes constantes desta cautela com a obrigação do mesmo Sr. de pagar as letras taes e taes no valor de 482:615\$ por ter recebido do mesmo Sr. o valor excedente a esta quantia, nesta

data (43:515\$)”; — dando á parte e concomitantemente uma procuração para transferir as acções em momento opportuno.

No dia do vencimento das letras, estava porém, declarada a fallencia de Domingues Ferreira. Indo pagal-as, Mauá encontrou opposição dos administradores da massa, que impugnavam a operação da transferencia das acções, considerando que elle deveria ser considerado credor chirographario pelos 43:515\$. Com essa doutrina se fez a classificação de creditos.

O simples enunciação mostra que, em rigor, era sujeito a duvida o direito para Mauá de entrar na propriedade das acções, pagas as letras, se bem que os usos commerciaes e a jurisprudencia fóssem em seu favor. Entretanto, ao mesmo tempo que elle, apresentava-se disputando a propriedade dessas acções o Commendador Rodrigues de Moura com outro titulo de não melhor direito, em que o possuidor lhe vendera o *agio* das acções. O Tribunal do Commercio, o competente, composto de tres juizes togados e dois commerciantes, decidiu contra Mauá, considerando Rodrigues de Moura credor de dominio por titulo particular de igual valor juridico e que, aliás, tinha apparencias de simulação e má fé. A impugnação dos direitos de Mauá era baseada em que cautelas de penhor não eram papeis de credito negociaveis em commercio, que essas cautelas não tendo clausula á ordem, não podiam ser constituídas em penhor por endosso, que os direitos incorporeos não podiam ser objectos de penhor, etc., etc. A questão, no seu aspecto juridico, era pois interessante e discutivel; mas, o que parece impossivel negar é que os direitos de Mauá e de Moura estavam em identidade perfeita. Não decidiu assim o Tribunal de Commercio e considerou Moura credor de dominio e Mauá chirographario, homologando a classificação de creditos.

A decisão irritou Mauá. Nabuco, por outras ligações, como a de ser advogado de um dos administradores da massa, tinha accitado defender os interesses de Moura. Vieram as discussões em *a pedidos*, as ironias, as insinuações, os ataques, as perversidades e... os intrusos.

Mauá considera Nabuco, até então seu amigo, responsável pelos artigos publicados por Moura, que na verdade, deviam ser de bôa penna, e replica, no seu natural estylo arrebatado, que... “despreza as diatribes de seu contendor ou do seu advogado”... Fôrma-se assim o temporal, que desaba em offensas; advogados, partes e juizes soffrem rajadas de uma e de outra procedencia.

Não ha espaço, nem grande interesse para o nosso objectivo, em apurar de quem era o bom direito. Parece que melhor do que o de Moura era o de Mauá, por ser anterior pelo menos e por consultar mais a tradição, a segurança e as conveniencias do commercio.

Em favor de nossa opinião, milita a decisão final, que foi favoravel a Mauá. O Supremo Tribunal de Justiça, por oito votos contra tres, concedeu Revista da decisão do Tribunal do Commercio... “considerando que de tudo isto se conclue que é evidente o direito de penhor dos recorrentes Mauá, Mac Gregor & Cia., e a inferioridade ou nenhum direito do recorrente Moura e que é da maior importancia para os interesses e conveniencia das transacções monetarias do paiz que se cumpram religiosamente os contractos feitos em bôa fé e que se respeite o direito adquirido sobre os valores contra os quaes se fez adeantamento de capital”. (Accordão de 23 de Março de 1861). Proclamada nesses termos a injustiça notoria, motivo da *Revista*, foi designada a Relação da Bahia, onde o direito de Mauá foi de novo affirmado. (Accordão de 9 de Setembro de 1861).

“...Julgam menos bem fundada a classificação de fls. 369 em diante feita pelos administradores da massa fallida de A. J. D. Ferreira não só na parte em que classificam o recorrido (Moura) credor de dominio como na parte em que deixaram de classificar os recorrentes (Mauá, Mac Gregor & Cia.) credores pignoraticios”. O accordão teve por esta conclusão a unanimidade (Vaz, P., Tourinho, Espinola, Cezimbra, Lacerda, Bahia e Ribeiro) e apenas os dois ultimos desembargadores negavam *igualmente* privilegio ao credito de Mauá.

A discussão desta questão de direito na imprensa e nos tribunaes foi uma das que mais excitaram a opinião na época.

As duas partes tiveram por si os dois maiores nomes de advocacia no momento, (talvez os maiores até hoje) de um lado Nabuco, do qual se dizia, na sciencia do direito como em politica, que... "em quanto não falava, as grandes coisas não estavam ditas"... de outro, Augusto Teixeira de Freitas, esse mais sabio dos nossos mestres que, como falou Ferreira Vianna, no seu estylo mystico: — "era o mais alto cume, perto do céu, bem longe da terra".

Não faltaram de um nem de outro lado, os *pareceres* que estão cahindo de moda na imprensa e nos annexos das razões finais, talvez por que agora o preço da opinião dos mestres de direito, não é o mesmo que tinha naquelle tempo para os juizes e para o publico. Entende-se hoje, que no espirito dos juizes não devem influir as suggestões da sciencia pura e o povo pensa por seu lado que os juriconsultos quando respondem a *consultas* não se compenetraram da missão de dar uma sentença, arrazoam como advogados. Infelizmente vae por isso desapparecendo a especialidade profissional de dar *pareceres*, de que o grande typo foi João Antonio de Souza Ribeiro, um vulto eminente do fóro pelo saber e pela honra, cujas *consultas* pesavam no animo dos juizes e tinham valor de sentença para o publico; merecida homenagem que prestavamos todos, áquelle que, como advogado militante e depois como consultor, elevou a sua profissão ás honras do sacerdocio. Só como recordação do que valiam essas peças devo, em preito á justiça, registrar que, de accordo com as razões de Nabuco e em defeza da causa de Moura e dos administradores da massa fallida, houve os pareceres de Zacharias e de Perdigão Malheiro, e contra muitos outros.

Toda esta narração, todos estes incidentes, todas estas minucias, que poderão parecer descabidos, aproveitam á illustração do caso do rompimento de relações pessoas que levou para o Parlamento, sob o aspecto de um problema de ethica, uma das questões que mais apaixonaram a opinião.

Mauá era um temperamento pouco tolerante, quando estava em jogo seu direito; se na offensa deste, havia tambem sombra de prepotencia, tornava-se mesmo intratavel. E' nesse sentido que repito sempre, em sua honra, que elle nasceu para tudo, menos para lidar com os poderes publicos e contractar com elles, ou para a vida de politico. E' elle proprio que confessa o seu horror... "não me fôra preciso até então nodoar meus dedos com tinta, escrevendo petição alguma a nenhum representante de auctoridade administrativa do meu paiz"... (*Exposição aos credores*, pag. 4).

Devia esperar vencer, como venceu. Porque a attitude aggressiva que tomou? Moura, o seu contendor, explica que elle não estava acostumado a ser contrariado, que os poderes politicos e os juizes o tinham habituado mal e que perdêra por isso a calma. Não parece justa a critica. O que levou Mauá a esses extremos foi, de certo, vêr Nabuco, seu amigo, dar aos contrarios o prestigio do seu nome, esquecendo, aliás, que Nabuco tomára procuração no incidente processual pela qualidade anterior de advogado de um dos administradores da massa.

Foi um despeito pouco perdoavel, que produziu effeitos comprehensíveis, mas lamentáveis.

O incidente parlamentar que se seguiu poderá talvez dar gozo, como precedente, aos modernos actores do mesmo theatro. O dever de sinceridade do biographo não o pôde occultar, porém. Interessa na vida dos grandes homens o conhecimento de suas pequenas acções e tambem o de suas acções pequenas. Pôde dizer-se de Mauá e de Nabuco que, no incidente, ambos deixaram de ser grandes. Na estatura de ambos, ha margem para estas confissões, sem diminuição apreciaavel de dois nomes illustres.

Mauá levou para a Camara dos Deputados de que fazia parte a sua questão judicial; não occultou o movel; não o dissimulou, não o mascarou; abertamente proclamou que era essa a razão de um projecto que apresentava. Por esse projecto, a appellação seria sómente devolutiva nos casos da Revista manifestada das decisões dos Tribunaes do Commer-

cio. A parte só poderia levantar o dinheiro, mediante fiança idonea. Era o seu caso. Não procurou subtilezas; não se pôz atrás do tabique: “Attendamos ás circumstancias da actualidade e ficará patente que essa medida é uma necessidade indeclinavel da situação... E’ hoje desgraçadamente um facto reconhecido no Brasil e fóra d'elle que algumas decisões no Tribunal do Commercio não estão caracterisadas pelos principios de rectidão e imparcialidade... A organização actual do Tribunal do Commercio não dá garantia alguma á parte vencida... O recurso de Revista se torna illusorio, porque não é preciso prestar fiança para levantar os valores questionados e a refórma da sentença não traz remedio. Ultimamente, um processo da maior transcendencia, quer relativamente ao algarrismo contestado, quer no que toca aos principios debatidos, foi decidido com a mais revoltante injustiça e a parte vencedora (que não offerce garantia alguma) acaba de levantar o dinheiro sem prestar fiança. Como a lei é omissa em relação á fiança, o mesmo juiz que havia deferido o requerimento de fiança, mudou de opinião”. (Discurso de 3 de Junho de 1860)..

Era para essa necessidade e allegando com toda franqueza que tinha sido elle a victima, que vinha propôr o remedio — a fiança seria d’ahi em deante obrigatoria. E descamba para a aggressão pessoal: — “E’ preciso, Sr. Presidente, que não esperemos a repetição desses factos provocando um brado de indignação desde o alto Amazonas até o alto Uruguay para provêr de remedio a tão grande mal... Desgraçadamente, senhor Presidente para contrariar essa necessidade social (da moralisação da justiça) temos visto entre nós homens eminentes, mas infelizmente arrastados pela ambição immoderada de enriquecer depressa, descerem dos conselhos da Corôa para irem abrir banca de advogado... Pelas leis antigas da monarchia portugueza, *no tempo do absolutismo*, era prohibido aos homens poderosos exercer advocacia. E nisso havia um pensamento de moralidade publica. O homem, por exemplo, que, no exercicio do alto cargo de Ministro da Justiça, organisa um Tribunal, nomeia os juizes e que está no caso de ser chamado

novamente a qualquer momento para o Ministerio, exerce, necessariamente, uma grande influencia, com grave perigo para a bôa administração da Justiça... E se esse homem, logo após o exercicio do poder e em circumstancias de tornar a exercê-lo de um momento para outro, vem negociar, não só os seus serviços de juriconsulto mas a sua influencia, porque outra coisa não significa o ajuste de causas commerciaes por muitas dezenas de contos, como é de notoriedade publica que se fez, haverá, pergunto eu, a necessaria protecção para os direitos dos que litigam contra os protegidos desse potentado"?...

Não era só uma allusão bastante clara, era uma accusação a Nabuco. Este não podia deixar de defender-se com energia.

Procurára a advocacia para poder pagar compromissos de honra que contrahiou como ministro, ganhando 1:000\$000 por mez e pagando 500\$ só pelo aluguel mensal do carro. — "...Estava onerado de dividas quando deixei o longo Ministerio que tive a honra de exercer no paiz... O Senado sabe que, quando comecei a advogar, já tinha sido precedido por homens muito illustres, mais influentes e preponderantes, e tambem me animaram os exemplos praticados nos outros paizes... O Senado sabe que a advocacia, outr'ora, em Roma, era exclusiva dos patricios, os homens então mais poderosos. Os advogados pela nossa legislação antiga, eram reconhecidos como poderosos, mas, os poderosos não eram inhibidos de advogar". Depois, passou á revelação dos termos de seu contracto de *muitas dezenas de contos*. "Falo com franqueza ao Senado, apesar de desejo de enriquecer que o Sr. Barão me attribue, eu me escusei do patrocínio dessa causa e só aceitei-a por motivos que sobrevieram e depois de muitas instancias... A parte offereceu-me 20:000\$ e foi esta a quantia porque me encarreguei: ora, o Senado não achará exaggerada essa quantia ppr uma causa tão extraordinaria, com discussões nos autos, discussões na imprensa, uma causa que não podia deixar de trazer, além de trabalho, muitos desgostos e aborrecimentos". A justificação era cabal. A paga, não corresponderia hoje ás

percentagens de um advogado que esteja começando a praticar como ajudante de qualquer escriptorio de fama, bôa ou má. E' justo ter em conta tambem que o inimigo ganho por Nabuco, era o homem mais poderoso da praça, dono de um Banco a que o Governo recorrêra mezes antes, quando o Banco do Brasil não lhe pôde valer. "Senhores, exclamará Nabuco, não ha nada mais inverosimil, mais ridiculo do que o contraste que o nobre Barão quiz estabelecer inculcando-se fraco e eu poderoso, o Sr. Barão ajudado por tanto amigos poderosos e ex-ministros, dispondo de muito dinheiro"!...

A defeza de Nabuco foi perfeita. Elle podia, pois, dizer indignado: — "Repillo a injuria atroz, de ter negociado, não os serviços de jurisconsulto, mas a minha influencia".

Deveria ter ficado ahi.

Não ficou, porém. Offendido por Mauá, elle poderia ter mesmo injuriado o seu contendor... "representante na Camara dos Deputados da Provincia do Rio Grande do Sul e da casa Mauá, Mac Gregor & Cia"... mas, a represalia de apresentar em resposta ao projecto de Mauá outro, pessoal contra Mauá, attentatorio dos principios liberaes de que elle foi sempre energico paladino, só lhe poderá ser desculpada como impulso irreflectido em defeza da honra offendida.

Nabuco vem, pois, apresentar tambem seu projecto: — "A Assembléa Geral decreta: *Artigo.* — E' prohibido ás partes litigantes ou a qualquer outra pessoa, *qualquer publicação* pela imprensa a respeito das sentenças dos juizes e tribunaes, emquanto estiverem ellas pendentes de recursos appellação ou revista sob pena de um a seis mezes de prisão. No caso, é competente a acção da justiça publica. Paço do Senado, 18 de Junho de 1860. Nabuco de Araujo".

O acto desesperado de Nabuco aconselhou ao Senado deixar o projecto sobre a mesa *para ser examinado* e para nunca mais discutil-o; o respeito e a alta consideração de que gozava, explicam que tivesse sido ouvida, sem um aparte, sem uma replica, mas sem um apoiado, a justificação que pretendeu fazer. — "O Projecto tende a reprimir a imprudencia e

a audacia com que as partes vencidas, sem esperar ou sem aguardar as decisões dos tribunaes superiores e nas vistas de intimidar-os, recorrem á imprensa para calumniar e injuriar atrozmente os seus juizes, attribuindo as sentenças proferidas contra elles a motivos deshonestos e infames... Sem duvida, senhores, se pudesse ser seguido impunemente o exemplo funesto que ha pouco tempo se deu nesta côrte e que todos os homens prudentes deploram, no sentido de que falei; se o "rico orgulhoso, afim de ter á sua disposição, como instrumento de seus desejos e de sua ambição os juizes e tribunaes do paiz, pudesse diffamar-os livremente para vingar-se, para intimidar-os, se alguém, porque tem dinheiro para gastar com a imprensa e uma immuniidade politica para abusar della no seu interesse privado, pudesse baratear a honra e a moralidade dos tribunaes, como o banqueiro imprudente barateia sem garantia sommas avultadas, teriamos Senhores, que ninguém poderia ser juiz em nossa terra... Contra a voz do commerciante despeitado que, inculcando-se vingador das leis e da moral o aggreduiu e aggreduiu os juizes, era preciso dar garantias aos juizes, porque — "a diffamação torna impossivel a administração da justiça; porque, na verdade, não é possivel fazer-se justiça com o animo prevenido, com o animo tomado de odio ou de mêdo".

Naquelle cenaculo, o respeito religioso não ousou sequer lembrar a Nabuco que para a diffamação, para a calumnia, para a injuria, já havia remedio, que valia aos juizes, ás partes, aos poderosos e aos humildes, mas que essa *qualquer publicação* que o seu projecto pretendia impedir, o proprio Imperador não pensou jámais em evitar nem na sua vida publica, nem mesmo na sua vida particular.

O incidente parlamentar teve o desfecho que era de esperar; nenhum dos dois projectos conseguiu andamento. A atmospheria civilisada em que o mundo politico respirava, não permittia que se apurasse a conveniencia de qualquer delles ser estudado, quando tal origem os viciava.

De certo, amargo arrependimento veio aos dois illustres contendores; elles se approximaram de novo em mutuo respeito e admiração. Mauá foi um dos mais compungidos amigos que acompanharam o enterro de Nabuco.

E de tudo isso nos fique a lição, digna de ser retida, de como os grandes homens pódem errar tanto, quando se deixam arrastar por paixões de momento. Mauá fez, com estardalhaço, uma rude injustiça! Nabuco quiz fazer uma lei monstruosa!

CAPITULO XXIV

As luctas constantes com Zacharias

ZACHARIAS de Góes e Vasconcellos não era um inimigo vulgar; luctando contra elle, Mauá não poderia deixar de ser tambem virulento, porque seu temperamento imperioso, a convicção do seu valor e dos seus serviços lhe davam e a justificavam, tal ou qual irritabilidade deante dos obstaculos e, sobretudo, deante das injustiças.

Por seu lado, Zacharias era um homem perante quem todos os mortaes deviam curvar-se, se não queriam ser derrubados.

De uma probidade não suspeitada, de uma intelligencia superior e superiormente cultivada, de qualidades parlamentares extraordinarias, servidas por notavel amor ao trabalho e pelo ciume de uma posição de mando que nunca quiz ceder, era um intransigente na vida; marchava direito; mas desgostando, ferindo, humilhando.

O Visconde de Taunay, o descreve:

“Alto, magro, anguloso, rosto para o com-prido, olhar duro, tez ciliciosa, bocca sardonica, nariz afilado, queixo pontudo, testa larga, tinha o seu quê de Guizot nos modos seccos, altaneiros, auctoritarios; a mais, a mordacidade continua, implacavel e ferina”.

Dizia-se que, no Senado, só de Cotegipe tinha mêdo e só respeitava o Marquez de Paraná e Nabuco; todos os mais pa-

deciam castigo se ousavam balbuciar replica ás suas lições e determinações.

“Tinha a palavra cortante, fina e rapida, com um effeito de sons gutturaes que a tornavam mais penetrante e irritante, e quando se erguia era certo que faria deitar sangue a alguem”.

escreve Machado de Assis (*Paginas recolhidas*, p. 169), que foi empregado do Senado e, como tal o ouvia muitas vezes tomando contas aos outros, sempre implacavel... “de ferula em punho, amigo de dizer asperas verdades, nuas e cruas, a adversarios e a correligionarios, tendo tomado por divisa que “a base do systema representativo é e deve ser a desconfiança”... sem se dar mesmo ao luxo de *confiar* algumas vezes.

Outro observador que tambem o viu e ouviu em scena, registra :

“Diariamente o publico procura os seus discursos para vêr que castigo elle inflingiu na vespera, ou que tarefa, aos ministros recalitrantes e a seus proprios companheiros; elle é um Censor Romano, que exerce, sem opposição de ninguem, a vigilancia dos costumes politicos até nos minimos pormenores, como o cumprimento das sobrecasacas dos senadores, a postura ministerial, a pronuncia de palavras inglezas. Nesse papel elle applica por vezes a mais cruciante tortura a homens de altissimo pundonor e correção e isto sem consciencia talvez do sofrimento que suas retencias, seus sorrisos glaciaes, suas concessões graciosas lhes causavam... Tinha a paixão da viviseção, o genio e o instinto cirurgico; sentia o goso, como que profissional, de revolver as visceras para procurar o tumor

oculto. (Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Imperio* — III, 105).

Foi, por isso, um homem respeitado, foi em muitos momentos um dictador admirado; mas, não foi estimado.

Ajunte-se a isso um partidarismo em que... “o caracter bulicoso tocava em tudo implacavelmente, até em sua propria gloria”... como quando votou, unico senador liberal, contra a Lei de 28 de Setembro... e “esse genio demolidor, essa satisfação de abater inimigos”, ajunte-se esse retrogradismo de idéas para o qual o Syllabus era a sciencia e ter-se-á previsto que deviam ser adversarios irreductiveis Mauá e Zacharias; foram mais do que isso; foram inimigos.

O biographo que se dê ao trabalho de lêr os remoques, ironias e allusões, todos os ataques de Zacharias contra Mauá e as defezas deste que nunca tiveram tom de humildade, antes de asperas represalias, chegará á prova que é em favor deste o julgamento: sua figura cresce nesta, a mais prolongada, como em todas as outras luctas.

Mauá pagava-lhe a animosidade com igual moeda. Jámais se ouviram de seus labios expressões tão duras, nem contra Silveira Martins quando cruelmente o estigmatizou de transfuga. *O insigne malvado* Zacharias, é como elle o chama nas cartas a seu socio Ricardo Ribeiro; *meu inimigo rancoroso*, é como o designa a Caxias, em carta dirigida para os campos do Paraguay.

A má disposição latente fez suas maiores explosões a proposito dos acontecimentos de Montevidéo. Uma simples narração, evidenciará que foi Zacharias o culpado, que é elle o injusto.

O barulho teve suas origens remotas na missão Saraiva. Zacharias, no seu segundo Ministerio, foi quem escolheu Saraiva para essa Missão. São do Ministro de Estrangeiros Dias Vieira as instrucções de Abril de 1864, mas ninguem pôe em duvida que o inspirador, senão o auctor, dessas instrucções teria sido o Presidente do Conselho.

A agitação nos comícios populares, onde a eloquencia de Ferreira Vianna ensaiava seus grandes vôos, a effervescencia parlamentar que fizera estrepito na celebre sessão da Camara de 5 de Abril de 1864, tinham determinado uma mudança de politica. A grita dos rio-grandenses arrastára a sympathia da Nação para os revolucionarios orientaes capitaneados por Venancio Flores.

Saraiva partiu incumbido de apresentar "*um ultimo appello amigavel*" com itens claros e terminantes e exigencias de resposta prompta. Pareceu a muitos, parece a Joaquim Nabuco (e isto é uma presumpção de acerto) que foi imprudencia do Governo ter cedido ao primeiro impulso, deixando-se atordoar pelo alarido dos brasileiros partidarios de Flores, que exigiam a intervenção immediata em Montevidéo. Foram essas, porém, as instrucções dadas a Saraiva e que eram mais ou menos sabidas do publico, como todos os grandes segredos officiaes no Brasil.

Mauá, marchando de accordo com a politica imperial até esse dia, estivera ao lado do governo legal de Bernardo Berro, substituido semanas antes e continuado, em sua politica, pelo de Aguirre.

Era audacia oppôr-se a essa attitude do Governo Imperial, bafejada pela popularidade; e, mesmo entre os homens publicos que a condemnavam, ninguem se animava a publicar com energia a reprovação. Mauá, porém, não era homem para dubriedades. Elle não nasceu para a politica, nem para os *negocios*; não cedia ás injunções do interesse de momento. Pelo *Jornal do Commercio* de 22 de Abril de 1864, vespera da partida de Saraiva, vem, com sua assignatura, dizer ao plenipotenciario que reflecta antes de cumprir as instrucções que leva; quasi escreve francamente que é preciso desrespeital-as.. "...O que eu lastimo é que a politica de meu paiz em relação aos nossos vizinhos continue a ser a mesma politica de movimentos desencontrados, sem ponto fixo, sem idéas claras e definidas... Lastimo que a intervenção agora annunciada tenha lo-gar sob a pressão de exaggeradas declarações"... e acabava

assim, falando neste tom imperativo a quem era sabidamente portador de exigencias duras com a ameaça de apoiar-as nos navios do Almirante Tamandaré:

“Nada exigir que não seja justo e razoavel, é o segredo que cordialmente desejo á missão ardua confiada á illustração e patriotismo do Sr. Cons. Saraiva”.

Bem se comprehenderá como cresceu a irritação nas ruas; imagine-se qual devia ser a de Zacharias contra o articulista. Aquelle amor proprio, maior que o dos outros homens, nunca poderia perdoar tal insolencia.

Quando, quatro mezes depois, seu ministerio cahia, ainda Saraiva não tinha executado as instrucções para um ultimatum fulminante; continuava a manobrar nas aguas aconselhadas por Mauá. E' de 5 de Julho o officio de Saraiva que Zacharias ainda recebeu (o Ministerio cahiu em 30 de Agosto) clando conta dos motivos por que deixou de executar "...o que as minhas instrucções tinham de mais imperativo"... para fazer o... contrario.

Saraiva confessava, neste e noutros officios, que procurou approximar-se daquelles a quem tinha ido guerrear, para convencil-os de que a pacificação interna da Republica era tambem a solução de todas as difficuldades internacionaes e o maior interesse do Estado Oriental, armando-os de força moral e de outros elementos mais efficazes, se o Presidente quizesse organizar um governo forte, de ministros dignos, que nos pudessem dar garantias de paz e aos compatriotas habitantes das duas fronteiras reparação razoavel pelos males causados.

O malogro dessa tentativa intelligente, assignalada na nossa historia como "...um desses rasgos de iniciativa, uma dessas audacias de decisão imprevista ou de improviso, que caracterisava Saraiva na politica interna"... e que só falhou pelo cerco em que os caudilhos mantinham Aguirre "o homem mais

pusilanime que se póde imaginar” (são palavras de Saraiva) justifica sobejamente o nosso ultimatum de 4 de Agosto; mas, se o paiz não tivesse tido a sorte da escolha de Saraiva para o papel de interventor, se as instrucções tivessem sido entregues a outro mais expedito, ou menos reflectido, qual seria a posição do Brasil, começando pela occupação do territorio e continuando pelo bombardeamento de Montevidéo? Seria talvez a guerra contra todo o Rio da Prata, (Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, II, 116).

Só um homem viu isso na vespera da partida de Saraiva; pelo menos só um o disse claramente, francamente, rudemente.

Entre as mais notaveis demonstrações da capacidade diplomatica e da coragem civica de Mauá, está esse artigo no *Jornal do Commercio*.

A Mauá fica, sem duvida, uma grande gloria; mas, ficou-lhe tambem o odio de Zacharias. E' ahi mesmo, nesse mesmo campo, fóra das fronteiras, que elle irá fazer explosão, dois annos depois, quando Zacharias organizar o seu terceiro Ministerio, de vida mais longa que os dois primeiros.

Seria maldade suppôr que Zacharias procurou vingar-se; mas, não nos seria licito esconder que foi a paixão que o levou a tratar Mauá com injustiça e aspereza nas relações entre Ministro da Fazenda e banqueiro. Elle mesmo sente a suspeição, sangrando-se logo na veia da saude, para declarar a Mauá: — “Peço que não se persuada que a attitude hostil de V. Ex. em relação a mim, exerce a menor influencia em minhas deliberações a respeito de sua casa. Essa attitude, pelo contrario, impõe-me o dever de mostrar-me cavalheiro com V. Ex., até mesmo onde o permittir a justiça, que é só o que V. Ex. pede e eu posso fazer”. (Carta do Archivo Zacharias, Archivo Publico Nacional. L. 22, pag. 129). Das palavras aos factos a differença é grande, porém. Nessa mesma carta Zacharias vem logo asperamente: — “A proposta de V. Ex. é de todo o ponto inadmissivel. Conhece-se de sua carta que V. Ex. preten-

de haver juros das referidas letras, quando estou informado de que taes letras nenhum juro vencem, nem pódem vencer”.

A decisão do Ministro era, entretanto, iniqua; pôde mesmo dizer-se censuravel. Um saque do Governo, em libras esterlinas, deixára de ser liquidado no dia, porque a Delegacia offereceu pagar em moeda depreciada. O Banco Mauá não quiz receber; o Delegado do Thesouro resistiu; depois *protelaram*. Afinal pagaram, não em ouro, mas com o agio equivalente. Para não dar as mãos á palmatoria, escreverá Zacharias que Mauá *parecia* ter exigido ouro em especie; mas, isto bem se vê que é desculpa de máu devedor. (Citado Archivo). Nenhum banqueiro, quando reclama pagamento em ouro, reclama outra cousa senão ouro ou papel equivalente.

Certo é, porém, que o Governo pagou afinal ao cambio do dia, como Mauá exigira; não se poderiam honestamente impugnar em commercio os juros pela demora havida. Zacharias recusou contal-os, como vimos.

Outro que fôsse o banqueiro, passaria recibo do seu capital e dos desaforos ministeriaes e esperaria melhores tempos ou melhores humores para cobrar os juros, que importavam em poucas centenas de libras. Mauá porém, nivelava os seus devedores nas mesmas regras de ethica commercial, os vendeiros e o Thesouro; e annuncia ao Ministro da Fazenda que o credito do Thesouro ficava suspenso.

São estes os termos da carta de Mauá a Zacharias: “Tenho a honra de informar a V. Ex. que o Banco de Montevidéo tinha em sua carteira letras vencidas e não pagas da Repartição Fiscal do Thesouro na importancia de £ 140.000 no dia 31 de Janeiro. — Espero que V. Ex. se digne tomar as necessarias providencias para que as ditas letras sejam pagas logo que ali aporte o vapor Inglez “Arno” que, sáe amanhã ás 4 horas da tarde, cumprindo-me declarar a V. Ex. que, á vista de semelhante impontualidade, sou forçado a dar ordens a casa de Buenos Aires que cesse de descontar os saques de fornecedores sobre a Repartição Fiscal, (15 de Fevereiro de 1868,

Archivo Publico Nacional, Archivo Zacharias, Liv. 22, pagina 158).

Vê-se que a impontualidade era apenas o ensejo de fazer uma affronta em represalia. Zacharias a repelle: “como um doesto para ser apreciado quando V. Ex. discutir, como annuncia, os actos do Ministro da Fazenda”...

A questão de pagamento nesta ou naquella especie, com o agio do ouro ou não, era, entretanto, uma questão que se cifrava no dia do rompimento numa differença de 10:800\$. Qual o banqueiro que não sabe que a doçura é de bom conselho em taes conjuncturas? Mauá, porém, rompe. Era preciso que o Ministro da Fazenda, seu desaffecto, cumprisse seus deveres commerciaes. O autoritarismo de Zacharias tambem não tolerava uma espinha dorsal tão inflexivel. Em carta que lhe escreveu a 4 de Janeiro de 1868. (Citado Archivo Zacharias, L. 22, pag. 142) dissera Mauá: — “Para expôr a V. Ex. meu direito procurei V. Ex. *tres vezes* em sua casa, achando-se V. Ex. em casa; porém, fui repellido de falar a V. Ex., sendo duas vezes depois de ir para dentro o criado com o meu *bilhete* o que me obrigou a ir cercar V. Ex. á entrada do Senado... e onde fui recebido por V. Ex. com brusca altivez, depois de lhe ter lido o periodo da carta do gerente de minha casa; vim para o meu escriptorio e escrevi a minha carta de 3 de Setembro, debaixo das impressões gravadas em meu espirito pelo modo um tanto descortez com que fui por V. Ex. tratado... Repito a V. Ex. que não entro nestas explicações para chamar á casa Mauá transacção alguma com o Thesouro, enquanto V. Ex. me não fizer justiça e fór Ministro. V. Ex. deve-me uma satisfação V. Ex. insinuou em um discurso no Senado que a casa Mauá colhera proveito indevido em transações com o Thesouro... Respondi pelo *Jornal do Commercio* com minha assignatura. V. Ex. calou-se e nem ao menos tem querido honrar a minha reclamação com um *indeferido* ou um *não tem logar* mandando-me restituir a carta do antecessor de V. Ex., que por si *garante-me* o embolso da quantia de que minha casa foi defraudada... V. Ex., não dando decisão, corta-me

o direito de recorrer a S. M. o Imperador em Conselho de Estado ou perante o Poder Judiciario. Dar-se-á o caso que V. Ex. com o seu olho de habil juriconsulto, descobriu nesses documentos uma questão de pleno direito a favor da nossa casa e por isso quer privar-me dos meios legaes de ser ella indemnizada? Não creio, porém, que V. Ex. queira levar sua má vontade commigo a semelhante ponto"... (Citada carta).

O temperamento dos dois adversarios explica muitos incidentes bem tristes para o nosso credito, em que a culpa não foi de Mauá e que se estenderam de 1866 a 1868, na vigencia da guerra do Paraguay e por toda a duração do terceiro Gabinete Zacharias.

Dois, mais serios, deverão porém, reter a nossa atenção.

Um, foi a questão do emprestimo solicitado pelo Governo Oriental na presidencia de Flores em 1866.

Francisco Octaviano, chefe da Missão Especial em substituição de Paranhos, ajustou as bases para esse emprestimo, que era muito garantido e que se lhe afigurava de boa politica, creando uma dependencia para esse nosso alliado da Triplice Alliança. O protocollo tem a data de 13 de Novembro de 1866 (plena guerra do Paraguay); o officio de Octaviano que o sujeita a approvação do Governo Imperial, tem a data de 16.

No protocollo, Octaviano promettia pedir ao Governo Imperial esse novo emprestimo de 1.200.000 a 1.500.000 pesos fortes. No officio diz ao Gabinete Imperial que, *ha muito aguardava aquella feliz oportunidade*. O Governo do General Flores andava em grandes necessidades, pedindo constantemente dinheiro ao Banco Mauá, ao qual déra garantias especiaes. Era um emprestimo de alta politica esse, que Flores lhe pedira *em presença do Ministerio para salvá-o de uma difficuldade*. (Textual do officio da Missão Especial; Confidencial, n. 27).

“O embaraço felizmente só nos poderia vir do Banco Mauá detentor de garantias... Entendi-me com o Sr. Barão de Mauá e falei-lhe tanto ao patriotismo como aos seus interesses do momento... Nenhuma duvida poz em coadjuvar-me; e cedendo da extensão de seus titulos, combinamos com o General e seus Ministros na redacção do Protocollo que submetto á apreciação do Governo Imperial. Tenho consciencia de que fiz um serviço ao Thesouro Brasileiro” (Cit. confidencial n. 27).

O Gabinete Zacharias, ouvido o Conselho de Estado, recusou, porém, ractificar o pactuado. As razões dadas oficialmente foram, uma, que mezes antes haviamos recusado auxilios pecuniarios ao nosso terceiro alliado, a Argentina, outra, a situação critica do nosso Thesouro, ás voltas com um *deficit* de meia duzia de mil contos. “Um embaraço bem incommodo e não um simples pretexto”... escreve Zacharias a Octaviano, antecipando-lhe satisfações.

Nas rodas politicas e nos cochichos da imprensa, o que se affirmava, sem reservas, era que a attitude do Governo fôra determinada pela circumstancias de se suppôr que a operação ia folgar o Banco Mauá.

Escrevendo a Zacharias, mostra-lhe Mauá o erro de suas apreciações e com o seu habitual desassombro, sustenta que... “O acto da Missão Especial é um grande serviço ao Brasil, evitando ao mesmo tempo sérias complicações, das quaes só algumas, das financeiras, ficam enumeradas porque não gosto de metter a mão em seára alheia apreciando questões de alta politica”... Archivo Zacharias. L. 17 pag. 98, no Archivo Publico Nacional).

Não obstante, o emprestimo que Flores solicitava para poder armar mais gente no importante commando das Cavalarias Alliadas que Caxias lhe designára, foi recusado e Octaviano pediu demissão.

O outro incidente tambem fez ruidoso escandalo.

Vêr-se-á que não é ainda de Mauá a culpa.

Num momento dado, nos ultimos mezes do Ministerio Zacharias, correu em Buenos Aires o boato de que um banco, inglez recusára pagar um saque de mil contos das nossas operações de guerra.

Mauá vinha a bordo do "Arno" e estava fazendo quarentena em Montevidéo. Por patriotismo, como é de suppôr, ou para saborear o nectar da vingança, escreve logo a Caxias: — "Chegando hoje a Montevidéo, alguns amigos vieram visitar-me, conservando-se os botes a distancia. Por um delles fui informado das urgencias da Repartição Fiscal tendo o Banco Inglez (o preferido do Governo) recusado pagar dois cheques da Repartição... Podendo haver algum fundo de verdade naquelle e em outros escandalosos boatos que ouvi em Buenos Aires, taes como o atrazo no pagamento das tropas, e tomando a peito, como sempre o faço, o credito de nosso paiz, vou prevenir a V. Ex. que uma vez que o Banco Inglez não dá credito ao Governo senão até ás importancias que recebe, o Banco Mauá de Montevidéo acolherá todo e qualquer saque que V. Ex. fizer". (Carta a Caxias, 24 de Dezembro de 1869, no Archivo Publico Nacional).

A intriga e o boato já naquelle tempo caminhavam de pressa; embora só cinco annos depois tivessem á sua disposição o cabo submarino que Mauá mergulhou, para nos ligar com a Europa e com o Sul.

O *Dicrio do Povo* do Rio de Janeiro, armou escandalo, divulgando aqui a recusa do Banco Inglez e os offerecimentos de Mauá. Zacharias correu a campo, contestando. Mauá, chegado do Sul poucas horas depois, veio nobremente colorir o incidente; mas, não podia negar abertamente, nem os boatos, nem o seu offerecimento.

Zacharias tambem não poderia deixar de ter desmentido o boato, nem poderia aceitar o favor, que era uma humilhação. Accusando recebimento da copia da carta de Mauá a Caxias, replica:

"Quanto á carta que V. Ex. dirigiu ao Senhor Marquez de Caxias, não vi nella senão uma prova de amor da Patria

que se deve agradecer. Confio, porém, que o General Brasileiro, agradecendo como agradeço, o rasgo de patriotismo de V. Ex. não auctorise, com seu proceder, a crença erronea de que o Governo do Imperio descuida-se em assumpto de tanta gravidade no cumprimento de seus deveres". (3 de Janeiro de 1868. Archivo Zacharias L. 22. pag. 124. Archivo Publico Nacional).

Não afina, porém, exactamente nesse tom a carta particular que tres dias depois escreve a Caxias.

"O Sr. Barão de Mauá terá razões para fazer os offercimentos que fez; mas o Governo tem por seu lado razões de sobra para os não aceitar". (Citado Archivo).

Por seu lado, Mauá apressa-se em retirar o offercimento a Caxias numa carta que é hoje propriedade minha e que foi encontrada entre os papeis do Visconde de Ururahy, genro de Caxias, a cuja illustre familia devo a honra de a possuir. Transcrevo este trecho: — "Ao chegar aqui, achei muito barulho por causa daquella recusa dos cheques, querendo o Ministro esconder o facto para não *ferir* os seus protegidos. Receiando intrigas, mandei ao Ministro copia da carta que escrevi a V. Ex. e vejo que elle levará o *mais a mal que é possivel* se V. Ex. sacar sobre a casa, porque isso seria a prova pratica que elle não providenciou as remessas de que o pagamento em dia ao exercito necessitava; o que me apresso em communicar a V. Ex., visto que o meu fim foi prestar serviço, se fôsse necessario, porém não pôr em colicas a um inimigo pessoal meu, como é o Conselheiro Zacharias. (Carta em 7 Janeiro, 1868).

A verdade era o que Mauá dizia. Nessa mesma carta de Zacharias a Caxias (6 de Janeiro de 1868) lá está a confissão, em parte: — "Ultimamente fui informado por V. Ex. de algum atrazo no pagamento do Exercito. O Decreto do General I. (illegivel) suspendendo a obrigação dos Bancos pagarem em ouro os seus bilhetes á vontade dos portadores, causou como era natural, á nossa Repartição algum embaraço; mas o embaraço foi passageiro".

Mais francas são as declarações confidenciaes nesse sentido do Pagador das tropas Sobreira de Mello: — "...Os saques repetidos da Pagadoria do Exercito, de enormes quantias muitas vezes, nos collocam em grandes difficuldades, e agora que não temos o recurso que nos offerencia a principio o Banco Mauá pôdem levar-nos á mais desagradavel situação. (Officio de Emilio M. Sobreira de Mello ao Ministro da Fazenda, por copia no Archivo Zacharias. L. 22, pag. 6).

Ainda desta vez, é de Mauá o melhor papel.

Elle amargaria fel, dahí por deante, na opposição que Zacharias lhe fez sempre, inclusive na hostilidade á sua reclamação contra o Governo Oriental pela mais escandalosa violação de contracto, por um verdadeiro crime que o proprio Ministro das Relações Exteriores Manoel Herrera y Obes confessou, officialmente, em momento de sinceridade, e nos ataques crueis a elle e a Rio Branco a proposito das cambias devolvidas por occasião da sua moratoria, em 1875.

Sua posição, porém, continuou sempre erecta; luctando, soffrendo, nunca se mostrou arrependido.

Como em todos estes incidentes, se stereotypa a alma d'esse homem!

Feliz o Brasil se os tivesse muitos assim; estariam consideravelmente alliviados os encargos do Tribunal de Contas. Os homens de negocios que assim se defendem e se fazem os iguaes dos Ministros na discussão dos seus interesses, não devem inspirar cuidados aos apparatus da fiscalisação!

CAPITULO XXV

Repto Silveira Martins-Mauá

(Os antecedentes e os luctadores)

A sua provincia natal, o Rio Grande do Sul, prefere á fecunda actividade com que elle inventa, crê e levanta empresas e serviços da maior utilidade publica, o verbo inflamado, a voz estentoria de um tribuno.

(HERCÚLANO M. INGLEZ DE SOUZA, Professor de direito, *O commercio e as leis commerciaes do Brasil*).

MERECE estudo á parte a luta politica entre Gaspar da Silveira Martins e Mauá. Pelo seu aspecto pessoal, ella interessa ao biographo, porque foi a unica derrota de Mauá. Pelo lado politico e social, é curiosa para todos; sob tal ponto de vista, o historiador vê surgir, nesse momento das nossas agitações politicas, o primeiro broto de formação da corrente que, quinze annos depois, derrocava a Monarchia, pela acção directa dos republicanos que lançaram o Manifesto de 1870 e fundaram *A Republica* e, principalmente, pelos erros a que a impaciencia do poder arrastava, ora este, ora aquelle grupo monarchico, ora este, ora aquelle conductor de homens.

Cabe a Gaspar da Silveira Martins bôa parte dessa responsabilidade, não porque fôsse dos mais insoffridos, mas porque a sua ascendencia intellectual, as suas extraordinarias aptidões oratorias, o credito que ganhára de apostolo da demo-

cracia e homem capaz de heroismos, depois de lhe conquistarem um partido de admiradores, de adoradores, na sua Provincia, delle fizeram na scena nacional a figura mas saliente e talvez a de mais decisiva influencia nos destinos da Monarchia, desde esse momento até á quéda.

Joaquim Nabuco, historiador de que é difficil prescindir quando se quer estudar com inteira justiça homens do segundo reinado, faz de Silveira Martins um retrato em que seria impossivel tocar sem o risco de macular uma obra d'arte:

“A figura do tribuno, como depois a do parlamentar, era talhada em fórmias collossaes; não havia nelle nada de gracioso, de modesto, de humilde, de pequeno; tudo era vasto, largo, soberbo, dominador. Na cadeira de juiz, fazendo frente ao ministro da Justiça; nas palestras litterarias, pronunciando-se sobre as velhas raizes arianas, nas conferencias publicas, fazendo reboar pelas cavernas populares o éco interminavel da sua palavra; nos conselhos do partido democratico, fallando aos chefes tradicionaes, aos homens do passado, com a consciencia e a auctoridade de um conquistador barbaro, ditando a lei á civilisação decrepita, indefeza em sua tranquilidde immemorial; nas redações dos jornaes amigos, nas confeitarias da rua do Ouvidor, onde durante annos exerceu entre os moços e os exaltados a dictadura da eloquencia e da coragem como Gambetta durante o Imperio, nos cafés do Quartier Latin; nas rodas de amigos politicos, como Martinho Campos, Octaviano, Theophilo Ottoni; depois na Camara dos Deputados, onde sua entrada (legislatura de 1872 a 1875) assignala uma época e faz o effeito de um terremoto; no Ministerio, onde, incapaz de representar segundos papeis, mas sem preparação talvez sufficien-

te para tratar negocios, só teve uma ambição, ganhar com a sahida o que perdera com a entrada e por isso, ainda mais como ministro demissionario do que como membro do Gabinete; por ultimo, no Senado, na independencia, na soberba, com que, operada a sua transformação conservadora, attráe para si todos os rancores da democracia, que talvez tenha creado; em todas as posições, que se abateram diante d'elle para que elle entrasse sem subir, em todos os papeis que desempenhou, Silveira Martins foi sempre unico, differente de todos os mais; possante e solido, subito e irresistivel, natural e insensivel como uma tromba ou um cyclone. Elle é o seu proprio auditorio, sua propria *claque*: respira no espaço illimitado da sua individualidade, da sua satisfação intima, dos seus triumphos decretados com justiça por elle mesmo e depois homologados pela massa obediente, como o gaúcho, respira nos Pampas, onde, no horizonte inteiro, nada vem interceptar, opprimir o seu largo hausto. E' em uma palavra, uma figura fundida no molde em que a imaginação prophetica vasava as suas creações. E' o Samsão do Imperio. Desde logo é preciso contar com elle, que é nesse momento o que em politica se chama *povo*, isto é, as pequenas parcellas de povo que se occupam de politica".

O autor d'este livro está em condições de sentir muito intensamente o vigor desses traços de genio, palavras de Tito Livio, pinceladas de Miguel Angelo. Foi dos que mais experimentaram a sensação da grande superioridade desse homem, ouvindo-o dissertar, longas e longas horas, dias consecutivos, sempre arrebatador, dominando pelo athletismo de uma orga-

nisação tribunicia para a qual ainda não appareceu rival no Brasil.

Silveira Martins estava ligado por estreita amizade ao Senador Thomaz Coelho. O Senado do Imperio era a casa dos que triumphavam na politica; quando alli chegavam, emancipados do dever de cortejar o eleitorado, aquelles que se tinham feito no contacto directo com o povo, começavam a dar a seu paiz os fructos aproveitaveis do talento. Até esse momento, o dever de ouvir eleitores e servir eleitores na aldeia, tinha consumido o melhor da actividade humana. Estes eram o grande numero; os outros, poucos, eram os que na Côrte ou nos demais centros tinham podido conquistar prestigio e força entre os chefes, servindo, na imprensa e em outros combates, as idéas dos partidos.

Uns e outros, os escolhidos, encontravam-se, afinal, no Senado, para estudar e trabalhar livres de preoccupações materiaes, para agir com inteira liberdade de movimentos; e, por isso, todas as refôrmas liberaes, todos os arrojões de audacia politica, tiveram seu ponto de partida nessa instituição conservadora, nessa casa de velhos. Cotegipe, sempre subtil, costumava fazer observar aos companheiros: "Lembrem-se que tere-mos que viver juntos até o nosso ultimo dia", prophécia que elle mesmo esteve a ponto de vêr desmentida.

Aquelles que as luctas haviam separado pelo caminho, encontravam-se nesse tecto conciliador e amigo, sonho dos moços que se sentiam capazes.

Silveira Martins era a grande figura nas reuniões em casa do Senador Thomaz Coelho, que se formavam em torno da mesa do jantar. Morava perto, nessa mesma Praia de Botafogo; e costumava ir tomar o café na casa de seu collega, adversario politico, mas velho amigo e admirador. Vinha *palstrar*, dizia elle. Os commensaes transformavam-se em auditorio; elle orava. Nem os mais velhos, nem os mais moços conseguiam despregar-se da mesa, a cuja cabeceira se installava o visitante; prendia-os o iman da palavra, immobilisava-os a admiração. Horas e horas, Silveira Martins discursava; ao

auditorio, embevecido, era permitido o direito de applaudir, mas quasi não era tolerado o de interromper. Se alguém, o que era raro, animava-se a divergir, elle não perdia com o incidente mais tempo do que o exigido pelos deveres de cortezia: — “...estacionava apenas para respirar no espaço illimitado da sua individualidade, da sua satisfação intima como o gaucho nos Pampas, onde, no horizonte inteiro nada vem interceptar, opprimir o seu largo hausto’... Um monossilabo de condescendencia, uma pausa de benevolencia, representavam o maximo de concessão. Não eram palestras, de certo, essas horas de encanto em dias repetidos; não tinham tambem o character das conferencias, já então em moda na Escola Publica da Gloria, em que o discipulo fica com o direito de ouvir e meditar; mais pareciam orações sagradas em que não se admite verdade fóra do dogma affirmado. Se o assumpto era o fanatismo que inspirava aos seus commandados, o extasis em que o seu Rio Grande o admirava, os arroubos da eloquencia galgavam então os registos do mais alto calor oratorio. Silveira Martins “inflamava-se como os seus triumphos”.

Um dia, falava-nos elle do trabalho que andava fazendo para preparar no Rio Grande o advento do terceiro reinado; a tarefa não era facil, e para os effeitos oratorios ainda figurava de mais difficil. O Sr. Oliveira Vianna, escriptor de grande merito de observação, assignala recentemente a verdade e a injustiça deste facto — que o reinado da Princesa Isabel não era esperado com sympathia, a despeito das peregrinas virtudes dessa brasileira, porque... “o casamento a ligava pelo dever e pelo coração a um principe estrangeiro, nobre homem a que faltava o tacto de saber entremostrar as riquezas occultas da sua alma, os seus multiplos dons aristocraticos de intelligencia e de character e que foi tomado á sua conta pela maledicencia para impopularisal-o, projectando na consciencia das massas, não numa imagem exacta mas numa imagem deformada e caricatural em que erão frequentes os traços de antipathia e de grotesco”.

A Silveira Martins, já em pleno período de transformação conservadora, embriagava a tarefa de preparar o advento do terceiro reinado, de que elle seria fatalmente o *lord protector*.

Recem-chegado de uma excursão pela campanha do Rio Grande, descrevia a viagem triumphal. Por toda a parte, o seu prestígio ia esmagando resistencias; a torrente das palavras arrazava todos os obstaculos. Lampejava-lhe no olhar a cada passo, a cada nova conquista, o orgulho do triumphador. As difficuldades eram mesmo um pouco augmentadas, inconscientemente talvez, pois que o amor proprio era uma grande parte daquella alma de luctador. “que se sabia possante e solido, subito e irresistivel”.

De repente, um tropeço; numa das curvas dessa estrada de victorias, ficava de pé um obstaculo: velho amigo para o qual sua palavra era o Evangelho, um estancieiro que o abajava por uma noite, baixára os olhos para contraminar-lhe a eloquencia: — “Conselheiro, se o Sr. disser: “ali vae um burro voando”, eu abaixo os olhos e digo — que asas grande que elle tem!; mas, o *francez*, tenha paciencia, eu não engulo.”

Evocando esta unica resistencia não vencida, Silveira Martins accendia pharões nos olhos; era a concretização do seu prestígio no seu povo, aquelle guasca que baixava os olhos para que o burro pudesse voar livremente; mas, a segunda parte da ingenua replica do patricio o excitava como se houvesse ainda uma grande batalha a dar. Quando fôsse á Provincia faria de novo algumas leguas para convencer ou submeter o rebelde.

Essa viagem ao Rio Grande foi aquella de que voltou preso em aguas de Santa Catharina, á ordem do movimento republicano, que, na vespera, triumphára na Côte. O Marechal Deodoro, parece hoje indiscutivel, embarcado pela manhã numa *saldanhada*, tinha resolvido ir até á republica, quando lhe disseram que o Imperador depositára suas esperanças nos hombros de Gaspar da Silveira Martins.

Este era o homem que, em fins de 1872, chegava á Capital do Imperio no vigor de uma maturidade quasi juvenil, com 37 annos apenas, chefe de bancada unanime, arrancada das

urnas numa situação politica adversa, a celebre cavallaria rio-grandense, que tão grande espaço ia occupar nos destinos do Brasil monarchico e republicano.

“Com sacrificio da minha pessoa, da minha saude, dos meus poucos haveres, dos meus estudos profissionaes, tenho luctado, ha dez annos, na nossa briosa terra, que conseguiu no anno de 1872 o mais brilhante triumpho politico que se alcançou no Brasil. Se vos acompanhei na adversidade com uma dedicação sem limites, no dia de vossa victoria me erguestes triumphante sobre vossos hombros” dizia elle orgulhosamente pela *A Reforma* em 18 de Fevereiro de 1873.

Ganhára o primeiro posto no scenario politico com os seus cinco rio-grandenses, Conde de Porto Alegre, Florencio de Abreu, Flôres, Brusque e... o Barão de Mauá.

Fôra estes, só dois liberaes faziam parte da legislatura inaugurada, Martinho Campos e Ignacio Martins, por Minas; mas, a opposição estava avolumada com a dissidencia conservadora, respeitavel pelo numero, poderosissima pela capacidade de seus membros e sobretudo pelo prestigio incipiente do já proclamado *marechal do futuro* Paulino de Souza Filho. O adversario a derrubar era o Visconde do Rio Branco, o chefe do Ministerio 7 de Março. A tarefa não era facil, como Silveira Martins teria percebido. Rio Branco vinha coberto de louros da mais renhida campanha parlamentar do Imperio, forte pelo successo politico de 28 de Setembro, disputado palmo a palmo, voto a voto, na legislatura anterior, prestigiado pela sympathia popular; e era tambem um grande orador, “orador de raça”, qualifica-o o Visconde de Taunay, bella figura de homem, impecavel no trajar, imponente na irradiação de uma intelligencia que se lhe advinhava no olhar e que vinha attestada em longa e gloriosa carreira, “elegancia e propriedade na gesticulação, placidez e comedimento no enfrentar os mais violentos temporaes e renhidas discussões”. (Taunay — *Reminiscencias*) um rival que não lhe poderia certamente disputar a palma nos comicios populares, mas capaz de vencel-o em pugnas parlamentares.

O scenario em que a lucta se ia desenrolar dava vantagens evidentes ao Chefe do Gabinete 7 de Março; mas, offerencia commodo aberto e horizontes seductores para as cargas em que a cavallaria rio-grandense levava atraz de si a dissidencia conservadora.

Com a dissolução da Camara liberal de 1868, um dos actos, aliás, em que o Poder Moderador affirmou irretorquivelmente a necessidade dessa valvula no regimen e o segundo Imperador mais revelou as suas excepçionaes qualidades de auscultador do sentimento publico, os liberaes tinham ficado profundamente irritados.

Muitos atiraram-se logo ousadamente para o radicalismo republicano do Manifesto de 1870, Saldanha Marinho, Lafayette, Christiano Ottoni, Aristides Lobo, Rangel Pestana, Henrique Limpo de Abreu, Quintino Bocayuva, Salvador de Mendonça, extremo de onde alguns voltariam depois, desengannados ou saudosos.

Outros, antepondo o seu monarchismo a todas as considerações e soffrendo ressentimentos, toleraram o Gabinete Itaborahy, e guardavam attitude de discreta opposição ao Gabinete S. Vicente, que tentava executar o primeiro grande passo para a abolição; o centro deste grupo era o Conselheiro Nabuco de Araujo, com satellites no Senado da ordem de Souza Franco e Octaviano.

Outros, em maior numero, eram os liberaes extremados, de um partidarismo intransigente, menos preocupados de idéas que de rotulos, os quaes Zacharias guiava do alto do Senado com o seu valor de parlamentar infatigavel, com seu talento e cultura e com o grande ascendente de quem podia estar superior a tudo quanto era preocupação material e suspeita de fraqueza.

A opposição systematica e violenta, que era do seu temperamento, tornava-se-lhe especialmente agradavel porque o Ministerio tinha como elemento principal Salles Torres-Homem, (V. de Inhomirim) o causador da queda de seu Ministerio, e porque sentia o momento de ganhar as boas graças de que sem-

pre andou privado da vanguarda democratica do seu partido, bôas graças que só então começavam a sorrir-lhe, como premio da rudeza com que, recusando a nomeação de Conselheiro de Estado, se manifestou hostil ao Gabinete S. Vicente e aspero com o Imperador. Substituido o Gabinete do Marquez de S. Vicente, que entendeu patriotico entregar a pulsos mais solidos do seu partido a defeza da cidadella do poder ferozmente cubçada, o advento do Visconde do Rio Branco vinha ser para os liberaes uma desesperança atroz. Não se enganavam elles, valha a previsão, quando se enfureciam, á entrada do Ministerio que ia ser o de mais longa vida no Imperio.

Rio Branco era, de facto, o mais temivel dos adversarios.

E' impossivel (diz Joaquim Nabuco, depoimento a todos os respeitos altissimo) lêr os Annaes do Senado e da Camara em 1871 sem admirar as multiplas qualidades do auctor da Lei de 28 de Setembro... "...lei, obra d'elle pela confiança que elle tem em si e os outros nelle, pela certeza do plano, a construcção da linha, o desvio ou a transposição dos obices, pela coragem de romper amizades antigas, de estender a mão a adversarios, de desprezar o insulto, a descónfiança e o perigo". (*Um Estadista do Imperio*, III, 220).

Ao prestigio entre os seus commandados, ao temor que faz aos aversarios, juntam-se nelle duas grandes forças — a confiança e a admiração do Imperador, empenhado talvez na reparação que devia ao negociador do Convenio de 20 de Fevereiro, publicamente e injustamente exautorado, e a aureola que no paiz lhe adviera de ter sido... "o mais capaz director da nossa politica externa em uma época em que ainda della dependia a união do Brasil"...

Além disso, Rio Branco creava para o partido liberal uma situação difficillima — "...promovendo o maior numero possible de reformas, inclusive a abolição, esgotou o Programma Liberal, e deixou a opposição democratica sem pretexto para guerreal-o". (Joaquim Nabuco).

Foi o que o talento e o patriotismo do Conselheiro Nabuco viram bem claro para aconselhar ao seu partido uma atti-

tude de resignação que era uma habil manobra para cavar mais funda a separação entre os conservadores e para esconder ao mesmo tempo a fraqueza do seu partido nas urnas. Com elle tinham chegado até á abstenção nas eleições de 1872, outros liberaes, como os senadores Octaviano, Souza Franco e Paragnaguá.

A irritação dos liberaes era humana. O prestigio politico do Conselheiro Nabuco ressentiu-se mesmo dessa attitude; o partido não lhe perdoava que, installado no Senado, desse tantos conselhos de paciencia e resignação.

A chefia do combate deslocou-se naturalmente para o lado de Zacharias, sempre de lança em riste, tão preocupado do partido, tão pouco preso ás idéas, que foi voto quasi unico entre os liberaes contra a lei 28 de Setembro. Dessas eleições de 1872 sahiram victoriosos os seis liberaes do Rio Grande e os dois de Minas.

Era uma situação em que um homem como Silveira Martins, com aquelles musculos e com aquellas ambições de gloria, não tinha liberdade de resolver; a fatalidade estava impondo uma attitude extremada; a arena era para embriagar o luctador.

Leão Velloso havia escripto da Bahia, externando um pensamento que era muito geral, mas que nem todos tinham a franqueza de confessar, o desgosto para o partido de ter perdido um bom momento de subir... — “Se os partidos têm idéas, tambem têm interesses e desde que fôr se deixando levar de amor platónico pela idéa, soffrerão os interesses e os partidos se dissolverão; é preciso não esquecer que elles são um composto de homens”... E Dantas, mais reservado, dizia que o procedimento não era politicamente *acertado*. “Havia para os liberaes do Senado um papel que lhes dictava a qualidade de chefes de um partido proscripto” é ainda Leão Velloso quem fala.

O Conselheiro Nabuco comprehendeu que se lhe impunha o dever de retrahimento; eclipsoou-se, porque... “sem liberdade, confiança e influencia, não se pôde ter acção para fazer

coisa alguma boa"... sobretudo quando no partido liberal trabalhavam... "a impaciencia, a descrença, as rivalidades, a incoherencia e a indisciplina"...

A voz do Conselheiro Nabuco, com os poucos que o acompanhavam, não podia mais ter, nesse momento, a repercussão que a sua auctoridade lhe dera sempre; a palavra de commando que se ia ouvir, era a do espirito combativo de Zacharias, que avançava para o poder.

Foi assim que Silveira Martins encontrou o seu partido na Côrte, quando, em 27 de Dezembro de 1872, explodiu na sua estréa da Camara, com um arrojado de liberalismo que o sagrou chefe dos radicaes, com um arrebatamento de linguagem que, no estylo em que vinha e pelo orgão extraordinario que a proclamava, alarmou o mundo politico e fanatisou os elementos demagogicos.

Não estava ainda tomada officialmente a casa do commando; mas a chefia dos *moços fogosos* estava definitivamente conquistada.

Desde esse momento, os liberaes condescendiam com os seus velhos senadores, que... não podiam substituir; mas, o chefe da opposição era o deputado Silveira Martins.

Bem se pôde imaginar o effeito que devia produzir a *defecção*, a *apostasia*, a *traição* do Barão de Mauá. Não ha risco de aceitar qualquer destes qualificativos empregados nas mofinas d'*A Reforma* do Rio de Janeiro e na de Porto Alegre e n'*A Republica*, joven jornal republicano, que, por um comprehensivel movimento de tactica, acirrava os odios e os dissentimentos entre os liberaes, tomando entusiasticamente o partido de Silveira Martins contra Mauá, e, entre os conservadores, pondo-se ao lado da *velha guarda*, acariciando a dissidenciai de Paulino de Souza, que tanto concorreu em 1871, depois da lei de 28 de Setembro e em 1888, depois da de 13 de Maio, para que diminuise o lealismo dos fazendeiros e crescessem as phalanges republicanas.

O epitheto de transfuga, cruelmente irrogado a Mauá por Silveira Martins, pôde reedital-o sem receio, quem tem a se-

gurança de que tanto cresceu moralmente Mauá nessa queda politica como, pouco tempo depois, no seu desastre financeiro se revelou na admiração geral sua figura portentosa de commerciante, de banqueiro, e de industrial, não victima de erro nos seus planos, mas da incapacidade dos outros.

A excommunhão lançada por Silveira Martins, a sentença dos 112 eleitores do 2.º districto do Rio Grande do Sul, poderiam ter retirado o mandato a Mauá, poderiam tel-o eliminado do partido; mas, essa não é a voz da justiça e ella precisa fazer a sua obra, rehabilitando o homem e justificando o politico.

A *Revisão* impõe-se. Para pleiteal-a, não ha necessidade felizmente, de pronunciar o *J'accuse*. Observar o momento, é desculpar os eleitores, juizes da contenda, que retiraram seu mandato a Mauá e os *moços fogosos* do Club da Reforma que estavam anciosos pelo seu dia. Conhecer aquelle Silveira Martins impetuoso, para quem parecia pequeno um theatro como o Brasil, é comprehender e desculpar a crueldade com que atacou um velho servidor da patria, benemerito cidadão, que, eleito com elle, ousava desobedecer á sua voz de commando. Triumpicante na sua Provincia, o conquistador que antevia a dictadura que ia exercer na opinião e sabia o fanatismo que inspirava aos seus soldados, não podia tolerar a rebeldia de um homem que se julgava no direito de agir e que tinha o direito de pensar. Era uma resistencia; tanto bastava para que fôsse arrazada e punida.

"As regiões fronteiriças do Sul herdaram (é uma observação de Rocha Pombo) a natureza do regimen colonial; e das condições em que naquelle trecho do continente ficaram as duas corôas ibericas, decorrem as circumstancias especiaes em que se creou ali, nos confins do sul, uma população singularmente caracterizada pelos seus habitos de vida, pelos seus costumes, pelo seu espirito livre e insubmisso, revel á disciplina que não fosse a das armas".

Dahi resultou, em politica, a necessidade do regulamento do Conde de Lippe, e, como é logico, o principio da infallibili-

dade dos chefes, da incondicionalidade no servir. Tudo se militarizou; não ha correligionarios, ha soldados; ha obediétes e ha inimigos; ha crentes e ha suspeitos; ha santos e ha herejes; ha heróes e ha reprobos, ha firmes e ha traidores. **A tolerancia não é uma virtude; é uma deslealdade, é uma fraqueza.**

Quando surge um general extraordinario, um Napoleão, como Silveira Martins, organisa a sua tropa e ella caminha e cumpre ordens. O commando poderá passar, depois, integro a Julio de Castilhos, que era outro grande dominador, como passa depois para o gladio inexoravel de Pinheiro Machado ou para o pontificado de Borges de Medeiros. Os que accidentalmente divergem, irão ficando pelo caminho, eliminados, porque a disciplina é a grande virtude; resta-lhes o direito de voltar, pedindo perdão.

Má ou bôa a doutrina, não discutamos, ella é uma consequencia logica do espirito militar na região da fronteira, que vae agora proliferando para o norte com alarmantes induções e deduições.

Silveira Martins, mais que nenhum outro, era chefe *para mandar*. “O partido liberal rio-grandense move-se como um regimento de Frederico” proclamou elle na Camara. Uma caricatura que fez época, resumiu-lhe a cartilha de um modo pittoresco — *eu posso, eu quero, eu mando, eu chovo*.

— Não admira que, deante de uma Camara em que elle e mais cinco constituíam o seu exercito, exclamasse convencido — “Aqui somos apenas seis, mas aqui é que se acham os verdadeiros representantes da Nação... Vós, representantes da Nação?! não passaes de illustres desconhecidos; consultae a vossa consciencia”. (Sessão de 27 de Dezembro de 1872).

A Camara em sua maioria era conservadora e apoiava Rio Branco!?... Elle não se embaraçaria para lançar-lhes este estigma, com escala pelos jornalistas: — “Aos mercenarios do poder custa pouco a baixa e vil adulação, contanto que lhes aproveite. A gratidão que lhes enche o peito, é filha da vena-

lidade e procede directamente do thesouro publico'. (Citado discurso).

Um deputado respeitavel anima o Presidente a chamar á ordem as galerias que applaudiam desbragadamente e perturbavam a sessão!? Elle explode — "*Pas trop de zéle, o zelo excessivo compromette as melhores causas e deshonra a quem o pratica*" — insulto que não retirou, nem diante dos protestos da Camara toda!

Era um dominador, que não conhecia freio para os seus decretos.

Só um Rio Branco se animaria a falar depois d'elle, como nesse dia; só um homem como Mauá ousaria desobedecer-lhe e fazer restricções, em nome da sua moderação e do monarchismo irreductivel da sua educação ingleza, para oppôr um tropeço ao... "impulso, ao vigor extraordinario que a sua influencia inflamada, o seu sopro Dantoniano, o seu ascendente sobre as multidões imprimiu ao espirito de revolução no decenio de 1868 a 1878 e que elle em vão offereceu-se depois para reprimir". (J. Nabuco, *Um Estadista do Imperio*, III, 188).

Recusando-se á opposição systematica ao Gabinete Rio Branco, dizendo-se liberal *de principios* para não negar seu concurso ás idéas liberaes que o Governo annunciava, Mauá estava condemnado. Silveira Martins conhecia a alma cavalheiresca do adversario e lançou-lhe o repto: — "Devia ter dito isto aos eleitores — a questão está entre mim e V. Ex, appellemos para os eleitores. Se elles julgarem que eu não cumpro o meu mandato, resigno o logar, faça V. Ex. o mesmo". (Aparte em 27 de Janeiro 1873).

A partida estava ganha para Silveira Martins; nem Mauá recusaria o desafio, nem os 206 eleitores do 2.º districto desautorisariam o tribuno que os fanatisava e que para elles concretisava a ansia de governo.

— "Aceito o repto que V. Ex. me lança. Se a maioria dos eleitores entender que não sirvo aos interesses do meu paiz, que estou fóra do mandato seguindo os dictames da minha

consciencia, que é o unico juiz de meus actos nesta casa, renuncio á cadeira, por mais elevada que seja a honra de representar a minha provincia". (Annaes da Camara — 27-1-73).

Cento e doze eleitores pronunciaram-se contra Mauá e este não era homem para allegar excepções, nem para considerar-se desagravado com a recusa, honrosamente fundamentada, que uma enorme maioria da Camara oppoz á sua renuncia.

Ficou vago o logar que Mauá não quiz mais occupar e que a Camara resolveu não preencher.

Por sentença do eleitorado do 2.º districto, sanccionada pelo Club da Reforma da Côte e por outros clubs radicaes, Mauá estava condemnado.

Pleiteemos a *Revisão* desse processo, com a consciencia apaixonada da justiça, mas com a lealdade que é do dever de todos e é do nosso melhor interesse para o exito da tarefa.

CAPITULO XXVI

Repto Silveira Martins-Mauá

(As eleições e o rompimento)

Difficil será dizer o que pesa no animo de Mauá se o seu apego sincero á forma monarchica se a sua leal amizade ao primeiro ministro. Mas, num caso como no outro, não lhe cabe a pecha de traidor.

(LINDOLFO COLLOR no "Paiz", a proposito da publicação d'este livro).

MAUÁ e o Visconde do Rio Branco eram, de longa data, grandes amigos; esta declaração precisa ser tomada, inicialmente, por termo. A amizade não viera pela camaradagem; nascera da admiração que os dois votavam um ao outro; augmentou e consolidou-se na intimidade a que foram obrigados em terra estrangeira, servindo ambos ao seu paiz.

Como Chefe de Missões Extraordinarias, como Ministro de Estrangeiros e como Presidente do Conselho, o Visconde de Rio Branco é incontestavelmente a nossa maior figura nas relações internacionaes até o momento em que outro Rio Branco lhe veio disputar o logar.

A estima que Mauá lhe merecia, nunca foi objecto de segredo; d'ella fazia ostentação o chefe do partido conservador.

Nas nossas intervenções politicas no Sul não houve, aliás, Chefe de Missão ou Ministro Plenipotenciario que se vexasse

de reconhecer e proclamar os serviços que á patria prestou no exterior, no largo espaço de 20 annos, essa sentinella voluntaria e quasi permanente, que, como banqueiro, como commerciante, como industrial, como estancieiro, como empresario de obras publicas e como amigo respeitado dos melhoes politicos das duas margens do Prata, trabalhou tanto pelo Brasil, que o seu nome está definitivamente assignalado nas paginas da nossa vida internacional.

Foi o Visconde do Uruguay, por indicação do Marquez de Mont'Alegre, quem o mandou violar o cerco de Montevideo e levar o nosso concurso pecuniario ao representante do governo legal,ilhado na Nova Troia; e essa confiança durou até á morte do Visconde do Uruguay.

Cotegipe guardou-lhe sempre leal amizade e uma convenida admiração que se traduzia na intimidade da convivencia e no carinho das notas de seu punho, escriptas a lapis, nas cartas e nas reclamações que recebia de Mauá, como seu amigo particular e como Ministro da Fazenda e de Estrangeiros.

Saraiva, a quem elle se permittiu dar instrucções pelo *Jornal do Commercio*, mais sabias que as do Governo, na vespera de sua partida para a Missão, ouviu seus conselhos, desprezando a orientação official na liberdade que assumiu de imprimir em Montevideo uma direcção propria ás negociações.

Octaviano, foi seu amigo até os ultimos dias, que para ambos coincidiram com o anno em que desapareceu a Monarchia a que haviam servido.

O Marquez de S. Vicente, o Conselheiro José Maria do Amaral, o Barão de Araujo Gondin, o Ministro Loureiro, quantos trabalharam pelo Brasil na accidentada politica do Sul, nunca lhe regatearam apreço, nem lhe dispensaram o concurso.

A amizade de Rio Branco foi, porém, a maior e era publicamente discutida, porque sua confiança e admiração não se cercavam de reservas.

Ha no Itamaraty e alhures, houve e ha por ahi, muitas cartas que attestam essa amizade e essa confiança absolutas, que ninguem ignorava e de que devem tomar nota aquelles que

entendam que, quatro annos mais tarde, Mauá deveria filiar-se á corrente demagogica do partido liberal contra o estadista que mais admirou, o amigo que devidamente presava e que com elle mantinha taes intimidades. Nessa occasião, em fins de 1872, *A Reforma* e a *A Republica*, incoherentes com a suspeita de suborno que levantavam, haviam de passar recibo de sciencia plena do facto, para em artigos editoriaes e em mo-finas, ferirem Rio Branco como o commensal assiduo dos jan-tares do *Barão* e o hospede demorado no Rio da Prata do *opu-lento banqueiro*.

De outro lado, Mauá estava preso por nobre e immensa gratidão ao Visconde de Rio Branco. Duas vezes como Envia-do Extraordinario do Governo do Brasil e no desempenho de seus deveres, havia elle salvo da fallencia o Banco Mauá em Montevidéo das perseguições que lhe moviam os caudilhos que se achavam no Governo, ora pelo odio antigo que o ser-viço do Brasil lhe attrahira entre os rebeldes combatidos, ora por immoralidades novas. Não se cançava Mauá de tornar pu-blica a sua gratidão; veremos como elle a proclama, em carta ao General Osorio.

Quando, portanto, fôsse preciso buscar um movel pes-soal para explicar o apoio ao Ministerio Rio Branco, não era preciso, como fez Silveira Martins... "para arrancar a mas-cara á hypocrisia"... infamar o procedimento de seu illustre patricio — "...desleal ao seu partido e proveitoso aos seus interesses de mercador"... (Artigo de Silveira Martins n' *A Reforma* 19-11-1873).

Sentimentos não degradantes podiam cobrir essas fra-quezas humanas, a amizade, a gratidão, a admiração. Mauá não protestaria talvez; sua lisura de caracter assim se expande a Osorio: — "Podia eu esquecer serviços desta ordem e logo de *chofre* apresentar-me a hostilisar o gabinete de que elle era chefe? Seria preciso ser um Catão ou um canalha. Os catões de nossos dias são do verbo catar. Exmo. Sr. patricio e amigo; e canalha eu não sou" (5 de Fevereiro de 1873). — Archivo de Osorio, Instituto Historico e Geographico Brasileiro).

Não ha necessidade, porém, de recorrer a essa tangente para defender uma attitude que por tantos titulos se justifica e se ennobrece.

Mauá, seja dito por demais, não era, como muito se escreveu na época, um eleito de Silveira Martins; foi eleito com elle, na mesma chapa. Embora tivesse dito este jactanciosamente na Camara: — “V. Ex. não sabe quanto nos custou trazel-o até cá — (aparte de 27 de Janeiro de 1873) a verdade é outra. Mauá, antes de Silveira Martins, tinha sido deputado varias vezes; desde muitos annos exercia o mandato, quasi sem intervallo. Não se vangloriava elle, aliás de influencia eleitoral, que não cultivava e nunca disputou.

Desta vez, em 1872, sua eleição fôra obra quasi exclusiva de Osorio.

Coberto de louros na guerra do Paraguay, pouco antes terminada, o mais popular dos nossos generaes, Osorio, que já partira para a guerra chefe de seu partido no Rio Grande, voltava chefe liberal no paiz “com privilegio de ser legendario em vida” na phrase de Ruy Barbosa. Um partido que tanto devia receiar do prestigio de Caxias, não poderia dispensar essa espada gloriosa. Silveira Martins o proclamava em 1874 na Assembléa Provincial do Rio Grande: — “O Chefe do Partido Liberal na Provincia, Sr. Presidente, é o General Osorio, chefe benemerito, chefe sem rival, pela sua alta posição no paiz, pela sua incontestada influencia, reconhecida e aceita em todo o Imperio, pelos serviços relevantissimos prestados á Patria, pela sua incomparavel abnegação e raro tino politico”.

Mauá não negou jámais (e nisso havia uma parte de modestia) que a elle devia sua eleição. Em carta de Londres, 22 de Abril de 1872, agradece, com antecipação, a sua futura victoria: — “Por cartas dos amigos Ricardo e Saraiva, sou informado que V. Ex. nutre o desejo de apresentar-me como um dos seus candidatos á deputação pela nossa Provincia nas proximas eleições. Cumpre-me agradecer a V. Ex. o honroso conceito que de mim faz e o induz a levar meu nome á urna”. Eleito, eis como elle agradece: — “Sei que devo á dominante e

justa influencia de V. Ex. na Provincia (a mais legitima que se conhece, pois é devida a ter V. Ex. tantas vezes guiado nossos bravos á victoria) a honra de ser escolhido um de seus representantes; e só lamento não poder ainda corresponder dignamente a semelhante honra pela exorbitancia das tarefas que tenho que desempenhar, que são de caracter indeclinavel", etc.

Aos eleitores do Rio Grande nada disse, porém, nem antes, nem depois; não se conhece uma circular de Mauá, nem uma carta, pedindo voto e expondo programma. Elles tinham que julgar-o pelo seu passado parlamentar, por suas ligações pessoais e apenas por um rotulo que levava de liberal, muito legitimamente posto, pois que ninguem foi mais liberal no Brasil.

Esse rotulo tinha, no Rio Grande do Sul, a chancellia do General Osorio, apenas. A outro não pediu, nem devia pedir Mauá, que lhe julgasse os actos. Quando se deu o rompimento com Silveira Martins, é a Osorio que elle se dirige, pois, para expôr lealmente sua posição:

— "Uma deploravel violencia por parte do collega Doutor Gaspar, poz-nos em antagonismo. Sabe V. Ex. a amizade que me liga ao actual chefe do Ministerio ha mais de 20 annos (longamente enumera os serviços que deve a Rio Branco, inclusive os de ter salvo duas vezes seu Banco em Montevidéo contra as furias dos Governos). Escrevi ao Sr. Rio Branco desde a Inglaterra, ao saber das benevolas intenções de V. Ex. a meu respeito quanto ao 2.º circulo, fazendo-lhe vêr quaes eram minhas idéas bem conhecidas de adhesão á idéa liberal e portanto a necessidade em que estava de *votar por ellas*, porém, declarando-lhe que só nesse terreno me encontraria em opposição com seu ministerio. Concordou o Sr. Paranhos commigo quanto á minha posição e, na minha chegada tivemos longas conversas sobre as reformas indispensaveis, quer financeiras quer politicas, e *arranquicí-lhe* a promessa de trazer á Camara propostas importantissimas em satisfação da idéa liberal, quanto a garantir a livre manifestação do voto; e quanto á idéa fi-

nanceira, incumbi-me eu de colligir todos os elementos para propormos uma boa lei quanto á responsabilidade limitada, revogação da lei de 22 de Agosto de 1860, que é o maior desatino financeiro que se tem praticado em nosso paiz” etc. — “Tudo isto, (acrescentou elle mais adiante) tinha tenção de explicar ao Dr. Gaspar e, quando elle chegou, visitei-o logo, e até hoje S. Ex. não me pagou a visita; ora, todo mundo sabe que não faço caso disso, tratando com amigos, pois com estes ninguém tem mais faltas a este respeito, porém, com extranhos a posição é outra e ao Dr. Gaspar eu apenas visitei duas vezes em Montevidéo e uma aqui”.

E depois de narrar os incidentes do rompimento, do ataque anonymo das folhas *ás ordens delle e sob sua influencia* (*Reforma e Republica*, queria elle dizer) que já o insultavam atrocemente, antes que elle falasse na Camara, declara a Osorio: “...do que disse não recúo nem uma linha e aceito a posição em que o incidente me collocou, porque desgraçadamente não vejo meio termo”...

Qual foi nesse momento a attitudo de Osorio? E’ só o que teria que investigar quem quizesse reduzir este caso a uma questão de lealdade e de deveres particulares.

Qual foi o juizo do General Osorio a respeito da attitudo de Mauá no seu discurso de 27 de Janeiro de 1873. Condemnou-a?

E’ preciso ter em mente que Osorio era o chefe de um partido que ambicionava o poder, ou como disse Silveira Martins: “...o chefe que appareceu para dirigir a eleição e commandar a batalha que demos ao poder”... (Discurso 21 de Abril 1874 porque todos sabem que”... o nobre Conde de Porto Alegre ha mais de dois annos tem estado retirado das luctas activas na politica”...

A posição de Osorio era desde 1870 a de chefe activo de um partido local, que de seu nome legendario fazia escada para maiores alturas.

Sua opinião leal sobre o caso Mauá, aqui está na carta de 16 de Fevereiro de 1873, quando já lhe eram conhecidos os

discursos de Silveira Martins e de Mauá, as descomposturas da *Reforma* e da *Republica* e os termos do repto:

“Não sou eleitor, porém, creio que estes fariam bem se não aceitassem nem decidissem a contenda. V.V. E.E. foram eleitos pelo partido liberal monarchista e a sentença que pretendem, qualquer que seja, enfraquecerá o triumpho do partido e levará mesma ás bordas de um abysmo insondavel; e não seria estranho que podesse sacrificar ainda os motivos que levaram V. Ex. a prestar seu apoio ao Governo, separando-se dos seus collegas de partido. O que é prudente e legal é que as futuras eleições digam, se quiserem, com qual dos contendores concordão, porque o correr da legislatura bem manifestará ao paiz os serviços e principios dos eleitos. (Arquivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro).

A deslealdade a defeção, a traição, a apostasia de Mauá não foram, pois, assim julgadas por Osorio. O caso, para o chefe do partido liberal, era caso que só podia ser julgado, quando esgotado o mandato, ao fim de quatro annos, o partido liberal monarchista deveria dizer qual dos dois tinha razão.

Não occultou Silveira Martins o profundo desagrado. Num dos discursos de 1880, na Camara dos Deputados, sua colera se traduz na accusação que ainda faz a Osorio de ter tido *um procedimento irregular na celebre questão do repto Mauá*.

E' verdade que, o General Osorio terá vindo afinal formar com o seu partido; mas, Silveira Martins espalhou aos quatro ventos, sem se inquietar com o desdouro de seu chefe, que foi depois de *instigado por estranhos*. (Cit. discurso e discursos em Porto Alegre). Não foi possivel, no archivo disperso e mutilado de Mauá, nem nos documentos de Osorio buscar

prova das causas profundas dessa segunda attitude; mas, qualquer que seja, não se alteram os termos da questão. Para um homem leal como Osorio, o crime de traição não offerece aspectos duvidosos, nem sentença de fuzilamento pede prazo. A conclusão unica a tirar seria outra; é que a bravura militar nem sempre coincide com o heroismo em resistir aos amigos; esmoreceu talvez a energia do velho cabo de guerra deante da pressão demagogica do seu Rio Grande, onde Silveira Martins fazia uma campanha feroz, arrastando atraz de si o grosso do partido. Nas pugnas politicas nem sempre têm os chefes voz de commando — a formula de Ledru Rollin ficou celebre — *je les suis puisque je suis leur chef.*

Esta explicação, que exhibo com as devidas attenções á memoria do valoroso soldado, não é de minha invenção, tem editor responsavel, Silveira Martins — em suas phrases sensacionaes — *o procedimento irregular, só instigado por extranhos, etc.* do seu discurso contra Osorio.

De facto, ha de irrecusavel verdade no juizo de Silveira Martins o seguinte, que deve accentuar — Osorio esteve durante mais de dois mezes sem concordar que Mauá tivesse faltado aos deveres do partido; entendeu que elle devia continuar deputado, apoiando embora o Ministerio Rio Branco.

Só em fins de Março surgiu na imprensa a carta em que elle se punha ao lado de Silveira Martins.

Essa carta merece ser commentada; ella é, no fundo, a melhor defeza de Mauá.

Confessa Osorio que o partido liberal elegeu Mauá “como obreiro do progresso de longa data e que como tal se me declarou em resposta á consulta que lhe fiz em tempo”. . . por isso entendeu a principio que erraram igualmente os dois quando se desafiaram para um plebiscito. Mas, accrescenta Osorio: — “Os Srs. Silveira Martins e Mauá *exigem* que os eleitores ractifiquem ou retirem a confiança daquelle com cujas idéas se não conformam. . . O caso é extraordinario e pôde produzir funesta divisão no partido. . . Mudou a face da ques-

tão desde que o Sr. Mauá declarou no parlamento que era o verdadeiro representante da opinião liberal monarchista... Então teriam de retirar-se do parlamento os verdadeiros representantes do partido liberal, Silveira Martins, Brusque, Florencio, Porto Alegre e Flores... O partido liberal faz opposição aos erros do Governo e á injustiça com que são tratados os membros do partido liberal etc., etc.... Julgo necessario que seja garantida a força moral dos deputados liberaes que se mantêm firmes nos principios que foram mandados representar. Se isso não praticarem os eleitores, cahirá infalivelmente o partido liberal desta Provincia, o que não podemos consentir”...

Destes trechos, honestamente por mim approximados, resulta evidente que entre Mauá e Silveira Martins foi preciso afinal optar;; elles haviam sahido á rua de mangas arregaçadas; ora, Mauá não era do partido e o partido precisava afirmar-se ou para melhor dizer — precisava subir. Seria um erro politico de Osorio, com ambições de mando, declarar-se por Mauá. Até ahi vae tudo bem, inclusive a logica de Osorio. Chefe, tinha de pronunciar-se, afinal entre os dois, embora fóra de tempo. Preferiu o lado de Silveira Martins. Ainda vae tudo muito claro até ahi. Silveira Martins dirá, mais tarde, que Osorio foi intimado a adherir pela grande maioria dos chefes provinciaes que o desautorisaram, a elle e ao Conde de Porto Alegre que estavam ao lado de Mauá. (Annaes da Camara, 28 de Maio de 1880); dirá mesmo que Osorio foi instigado por extranhos, que elle é o capitão da Bastilha arrastado atraz de seus soldados, dirá outras coisas feias sobre as quaes o deputado Eleutherio Camargo ainda carregará a mão; (Annaes da Camara de 1880). Mas, é indiscutivel que não havia traição ao partido; senão deviam ter sido expulsos da Camara *pelo menos* Mauá e Porto Alegre. E’ Osorio quem se encarrega elle mesmo de absolver Mauá, pois que nessa mesma carta accrescenta: — “Não tenho desejos que seja excluido da Camara o Sr. Mauá”. Estes bons desejos não lh’os podia inspirar um transfuga, qualquer que fôsse o movel, muito menos

um *vendido* como dizia Silveira Martins. Sejamos sinceros, esses bons desejos não podia elle nutrir para um homem de quem ia dizer que... “fez o seu testamento politico ao desertar para o inimigo legando a seus eleitores e *protectores* do partido liberal a vergonha e a desmoralização”. Esta phrase ao lado dos *bons desejos*, significa apenas que é uma submissão eleitoral — o chefe obedecia aos commandados.

O que havia para Osorio era um dilemma politicamente terrivel — ou a vaga de Mauá ou a vaga de Silveira Martins e seus companheiros, que seriam provavelmente dois: Florencio de Abreu e Flores, pois que Porto Alegre estava com Mauá e Brusque dizia-se que estava tambem.

Ora, nessas condições, o partido liberal perderia a partida.

Aberta, entretanto, a vaga de Mauá poderiam ficar os seus dois cumplices Porto Alegre e Brusque *si et in quatum*, cujas culpas não seriam apuradas; haveria um logar novo para o Visconde de Pelotas, (versão Fernando Osorio) ou para o Dr. Fernando Osorio, (versão official do partido depois da briga) ou versão Silveira Martins, conforme publica o Dr. Fernando Ozorio: “...Sr. Presidente, o Sr. Silveira Martins affirmou no seu libello accusatorio que o Marquez do Herval, prejudicando os direitos de candidatos naturaes do partido, mostrava-se disposto a preferir-me, recentemente sahido dos bancos da Academia, ambicionando preterir outros para occupar a vaga do Sr. Mauá”... (Annaes da Camara, Junho, 1880). E para confundir a accusação, lê uma carta em que o Visconde de Pelotas se excusava de ser candidato para preencher a vaga que a Camara não abriu, com estas palavras que, aliás, não o embaraçariam depois para ser senador: “Conscio de minha incapacidade para exercer tão importante cargo, eu não poderia nem deveria condescender com a cavalheirosa generosidade de V. Ex. offerecendo-me o logar de deputado por esse districto na vaga que se suppunha dar-se com a renuncia do Sr. Barão de Mauá, que, como V. Ex. verá pelos jornaes, da Côrte não

foi aceita pela Camara dos Deputados. (Carta de Pelotas a Ozorio, 29-1-73).

A minha tendencia de *laudator temporis acti*, como quem está convencido de que é um dever ensinar á mocidade a veneração dos grandes homens, ao envez de esmiuçar os desvios de suas fraquezas humanas, não me attrahe para a lavagem de roupa suja desses eminentes brasileiros que brigavam. O pouco a que fui arrastado é uma defeza necessaria da memoria desse que para mim representa mais que um grande homem, um nobilissimo character, exemplo de honra e de coragem civica.

Se a accusação tivesse ficado no terreno em que alguns a collocaram, uma fraqueza de Mauá diante de um amigo a quem tanto devia e que tanto admirava, tel-a-ia deixado beneficiar do esquecimento em que cahiria afinal; seria uma fraqueza perdoavel, quando fôsse uma fraqueza.

Mauá, passaria, porém, como um condemnado politico, um degradado moral, se permanecessem sem a replica dos seus biographos, os requisitorios que foram feitos sem piedade e sem justiça.

A historia só guardaria memoria da condemnação eleitoral que, de cochilha em cochilha, se foi arrancando por escripto, depois de compromissos telegraphicos tomados em fulminante investida estrategica no dia seguinte áquelle em que na Camara os dois appellavam para o livre juizo de seus constituintes.

A degradação, com as condemnações ditadas sem discussão, em processos, *ex-informata consciencia*, são muito usadas em politica, quando a autoridade ou a popularidade dos juizes as podem confiar á electricidade latente na malignidade dos homens e dos homens de partido principalmente. A pena militar de degradação e a pena eclesiastica de excommunhão, só aos fanaticos impressionam; condemnados de taes processos resurgem, ás vezes, como heróes e martyres, outras vezes como concorrentes na gloria.

Esse mesmo Osorio teria que vêr poucos annos mais tarde seu nome villipendiado, exposto como o de Mauá ao des-

prezo publico, comparado a Pausanias, o typo classico da traição. (Annaes da Camara, Junho de 1880). A sua culpa, a sua traição era ter permanecido na pasta da Guerra no Gabinete Sinimbú, onde Silveira Martins abandonára a pasta da Fazenda (1879). Debalde se poderia objectar que dos membros do Ministerio só o Barão de Villa Bella fôra solidario com Silveira Martins e na Camara liberal unanime, só um deputado, o Dr. Galdino das Neves, ficou em opposição ao Ministerio de que elle se apartára!

Debalde Ruy Barbosa exclamará, em nome da unanimidade da Camara liberal de 1879. "O partido liberal, como o paiz, não vê entre elles, entre os seus guias, nenhum que mais merecesse as honras de *primus inter pares* do que o nobre Marquez do Herval"!

Para Silveira Martins, Osorio, que o deixára porque na questão da eleição de acatholicos pensava de modo diverso do d'elle, era Pausanias, o traidor.

Essa mesma questão do abolicionismo, que é afinal o ponto inicial do duello Mauá—Silveira Martins, viria mais tarde dar duas outras excommunhões celebres, que ainda uma vez vieram provar como são injustos, nas execuções, os pontifices politicos.

Quando, desesete annos depois da lei do Ventre Livre, o Ministerio João Alfredo fez a abolição immediata pela lei de 13 de Maio de 1888, o partido conservador achou-se de novo scindido.

A *junta do coice*, como o proprio chefe Conselheiro Paulino de Souza denominou a sua fracção de partido, era uma guarda diminuta; a grande maioria dos deputados, a quasi unanimidade dos senadores, era pela lei; na Camara houve 12 votos contrarios; no Senado apenas 5.

Paulino de Souza, entretanto, lançaria em publico duas excommunhões em nome do partido: a de Thomaz Coelho e a de Andrada Figueira, ao primeiro, porque acceitára a pasta da Guerra num Gabinete que elle considerava *fôra das idéas conservadoras* com o seu programma abolicionista, embora apoiado

por todos os grandes nomes do seu partido, e servido, até no Ministerio pela presença de alguns de seus companheiros da reacção de 1871, Antonio Prado, Rodrigo Silva e Ferreira Vianna; e ao segundo, riscado da lista senatorial como um reprobado a quem não se deviam satisfações porque apoiou esse Ministerio depois que a lei de 13 de Maio passou a factum consummado.

Debalde Thomaz Coelho provaria que, na sua vida modesta de politico provinciano, muito moço ainda, tomára attitudão tão assombrosa de elevação moral que só deante das actas exhibidas poderá hoje ser crida. Thomaz Coelho, presidente da Camara Municipal de Campos, o municipio de maior numero de escravos no Brasil, manifestára-se pela lei 28 de Setembro, ferozmente combatida pelo partido conservador fluminense, unanime então na sua opposição parlamentar. Voto unico na sua Camara Municipal, voto quasi unico entre os conservadores da sua Provincia, Thomaz Coelho jogou então suas legitimas aspirações contra os interesses de seus eleitores e contra as furias do seu partido. Salvaram-lhe a carreira o brilho de sua intelligencia, as sympathias de que gozava e a força eleitoral de sua familia e da familia a que se alliára pelo casamento, poderosa e rica, e cujo chefe eleitoral, Barão de Miracema, foi, nos ultimos annos da Monarchia, chefe local de enorme autoridade, que não se enfraqueceu nos primeiros vinte e cinco annos de Republica.

Graças a isso, á necessidade de harmonia no partido, e a despeito de tudo, o moço audaz foi depois deputado, foi ministro e foi senador, sempre com o titulo de conservador, embora manifestando as pronunciadas tendencias de um espirito liberal, como esse primeiro acto nobilissimo de sua vida publica prenunciava. Quando, mais tarde, o partido conservador tinha quasi todo evoluído para a reforma, quando a abolição já não era um programma a realisar, mas um factum a reconhecer, uma revolução a rubricar, e Paulino de Souza ficou com 12 votos na Camara conservadora, o labéu de transfuga também foi atirado a Thomaz Coelho, porque acudira ao chamado da Prin-

ceza Regente aceitando a pasta da Guerra, onde prestou tão grandes serviços. *Nosso ex-correligionario* chamou Paulino ao ministro do gabinete abolicionista, esquecido de que estavam solidarios com João Alfredo e com elle todos os conservadores, inclusive Antonio Prado, Rodrigo Silva e Ferreira Vianna, seus commandados contra Rio Branco, quando o moço Thomaz Coelho, na Camara Municipal de Campos, arriscava a carreira num rasgo de nobreza.

A evocação desse caso poderá parecer extemporanea. Não deixa de vir a proposito, no emtanto, porque essa injustiça cruel foi feita por um espirito menos arrebatado que o de Silveira Martins, homem tambem de muito valor intellectual e de integridade, agravando os termos de uma condemnação brutal que a sua posição de pontifice, falando a voz de Deus, dictou á face do paiz.

Os chefes infalliveis têm dias tristes de erro e de remorso, quando a paixão do mando lhes perturba a visão.

Nessa mesma occasião, com origens no mesmo factio, esse colossal Andrade Figueira, que veio ainda encher algumas decadas de novo regimen com a rijeza do seu character, a altivez de seus actos, a fidelidade aos seus principios, era publicamente degradado tambem e excluido da chapa senatorial do partido conservador do Rio de Janeiro, porque no seu espirito ultraconservador, o mais firme, o mais logico e o mais coherente que a politica brasileira conhece, entendeu que, depois de ter opposto feroz resistencia á lei de 13 de Maio, devia voltar a apoiar o ministerio do seu partido, pensando melhor servir o seu idéal conservador com o escorar essa Monarchia a que nada devia e de que ia ser o nobre e estrenuo paladino na adversidade.

O proprio Silveira Martins, quando, mais tarde, nessa nova phase de sua pujante interferencia na vida nacional, tentou ser o dique á caudal da revolução, bem sabe... "quanto custa a um estadista essa imparcialidade, essa justeza, essa elevação de razão de Estado, a que tantas vezes quasi sózinho attingiu no Senado"... (Joaquim Nabuco).

Duas vezes, assignaladamente, soffreu elle a injuria da desconfiança dos seus correligionarios, quando duas vezes, olympicamente superior ás miserias partidarias, foi um suspeito, segundo palavras claras dos exaltados, foi, de certo, um traidor nos cochichos das camarilhas.

A primeira foi quando offereceu a *ponte* a Cotegipe.

Repetirei palavras que escrevi, a proposito, sob o titulo — *A lição do Rio Grande* — na occasião em que me coube a tarefa de combater pela imprensa os politicos que agitavam as guarnições militares, particularmente as do Rio Grande do Sul, em favor das celebres cartas falsas e dos tribunaes de honra da Reacção Republicana.

Escrevi então:

“Gaspar Martins não foi sómente o maior tribuno que já illustrou a tribuna parlamentar no Brasil; foi tambem um homem de Estado, em que o sentimento do bem publico falava tão alto que não conseguia abafal-o a paixão política que tantas vezes lhe inflamou a palavra para os mais altos arroubos da elequncia tribunicia. Foi um Jaurés estadista, que o Rio Grande não desdenhará ainda hoje como a sua maior gloria intellectual. Quando mais aguda se pronunciava a questão militar, o homem publico esqueceu o seu partido, os seus interesses e os de seus amigos, a sua ambição, para pôr-se ao lado do governo adverso, desassombradamente. Assumiu, elle proprio, a responsabilidade de dar a mão ao ministerio cambaleante deante da agitação militar provocada pelo manifesto dos generaes, assignado pelo Marechal Visconde de Pelotas, seu correligionario, seu amigo, e como elle senador pelo Rio Grande.

Aos que lhe exprobaram o nobre gesto (e eram entre outros os senadores liberaes Franco de Sá e Avila) enfrentou logo: ...O nobre Senador pelo Maranhão disse que não era eu o mais proprio para fazer esta indicação por ser opposicionista. Eu desejava que S. Ex. me dissesse desde quado um senador é obrigado a obedecer a outro principio que não o do bem publico, á luz de sua intelligencia”.... E, continuando...: “...Senhores, não é debalde que a Constituição exige que os mem-

bro do Senado tenham mais de 40 annos de idade. E' para que, sobre a effervescencia das paixões, predomine sempre a reflexão que dão os annos... e ensine o patriotismo a sacrificar os pequenos interesses do partido aos grandes interesses da nação"... Para justificar-se perante os revolucionarios, exclamava: "...Ninguem, posso dizel-o, nesta casa ou fóra della, tem combatido o Ministerio mais do que tenho feito eu... violencias, fraudes, falsificações de actas nas eleições, demissões em massa, expulsão dos rio-grandenses dos cargos publicos... Dei satisfação á justiça dessas queixas atacando sem contemplação o ministerio. Por occasião da questão militar (a primeira), o partido liberal, que via á frente della, um chefe querido como o nobre Visconde de Pelotas, mostrou desejos de acompanhar o pronunciamento: aqui, no Senado, ataquei o Ministerio como verdadeiro responsavel pelos seus erros e o partido liberal do Rio Grande, educado e arregimentado, acompanhou-mê como um só homem... Agora procuro poupar ao meu paiz males que têm origens na série de erros que combati e conciliar os principios de governo com a força publica, elemento necessario á ordem... Penso que dou á Nação e ao Governo provas da sinceridade dos motivos que me inspiram na opposição; e o Ministerio, mais que ninguem, será o primeiro a reconhecer a justiça e procedencia das minhas censuras. A occasião não é, porém, de recriminações"... (*O Paiz*).

A segunda vez, foi ainda a proposito de outro incidente de questões militares, o famoso caso da baioneta na Escola Militar, em 1887.

Os liberaes viam o poder proximo, o cabo do chicote ao alcance — o ministerio João Alfredo por terra; Euclides da Cunha atirára a baioneta aos pés do Ministro da Guerra Thomaz Coelho; o exercito collocar-se-ia ao serviço da ignobil exploração. Silveira Martins affronta as iras dos seus, desmancha o escandalo, tapa a bocca aos cultores de chinfrins de quartéis e, neste, como no incidente anterior, sóbe mais alto que em todas as suas estrepitosas objurgatorias radicaes. Não

obstante, os que viviam nessa época sabem quanto Pausanias foi então lembrado...

São assim as excommunhões politicas. A historia encarrega-se de discuti-las e muitas vezes converte-as em titulos de gloria.

A de Mauá, que, encarada, sobre o ponto de vista das suas ligações pessoaes ao partido e aos chefes, o colloca em posição perfeitamente commoda, é de maior injustiça ainda sob o ponto de vista elevado da *idéa* liberal.

Foi Mauá, em 1873, quem encarnou a verdadeira opinião liberal. Vamos vel-o no capitulo immediato.



NOTA SUPPLEMENTAR

Esta nota vae tomar um desenvolvimento exaggerado. O interesse do assumpto servirá de attenuante.

Estavam escriptos estes dois capitulos, assim como o immediato, relativos ao repto politico entre Silveira Martins e Mauá, quando tive occasião de fazer uma conferencia na Liga da Defeza Nacional, em 23 de Outubro de 1925.

Em rapidas palavras, manifestei a opinião formada de que, estava ao lado de Mauá a razão na contenda, que tomou depois a feição de uma discussão pessoal em termos violentos, fugindo eu, aliás, quanto possivel, de entrar nesse desvio da questão politica.

Fui informado de que herdeiros do grande nome de Silveira Martins mostravam-se descontentes e que propunham-se a renovar a discussão no terreno pessoal, contestando a Mauá as vantagens da discussão e ameaçando reproduzir as aggressões á sua honra, formuladas na época, de modo a destruir essa *lenda* de que o grande brasileiro é tambem um grande homem de bem.

Não foi surpresa para mim essa ameaça.

Quando, anteriormente, formei meu juizo sobre o repto, procurei cavalheiro da illustre familia com o qual mantenho de longa data as melhores relações e lealmente informei-o da conclusão a que chegára, pedindo-lhe que me fornecesse documentos ou informações acaso de mim ignorados.

Esse mesmo procedimento observei com outras pessoas de familias daquelles que tiveram attritos com Mauá. Não é só uma prova de respeito para com os mortos e de cortezia para com essas pessoas de minhas relações que têm o dever de defender--lhes a memoria, como tambem o desejo de não errar.

Assim fiz com a familia Nabuco, como já relatei (capitulo XXIII) ; assim fiz com outros.

No incidente Silveira Martins meu juizo devia reputar-se com todos os os elementos para a mais absoluta segurança. Vinte dias passados na Bibliotheca Nacional, oito no Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, quatro no Archivo Publico, me haviam deixado inteirado de tudo quanto se consumiu em argumentos e invectivas, de um e de outro lado, no Parlamento, nos artigos de fundo e nas mofinas, mezes e mezes consecutivos d'*A Reforma* da Côrte, d'*A Reforma* de Porto Alegre e d'*A Republica da Côrte*, órgãos favoraveis a Silveira Martins, e d'*A Nação*, órgão onde pelas pennas do futuro Barão do Rio Branco e de brilhantes deputados, como Gusmão Lobo e Juvencio de Aguiar, falavam os defensores de Mauá. Além disso, estava eu de posse de uma vasta correspondencia particular a respeito do assumpto. Quem lêr estes capitulos, verá que não perdi muito do meu tempo.

Offereci á familia Silveira Martins dar-lhe a examinar os documentos que fizera dactilographar, inclusive os artigos de jornaes de um e outro lado, que constituíam muitos cadernos de papel e as cartas particulares, com a solicitação de me serem mostrados ao mesmo tempo as allegações em contrario, a tempo de ser corrigido meu juizo, se errado.

A proposta foi agradecida e julgada da maior lisura, como parece justo, pelo cavalheiro em questão; mas, no dia immediato, me era communicado de parte de quem tenha a posição

principal no incidente, que sobre a correccção absoluta de Silveira Martins não se admittiam duvidas, e que grandes surpresas me estariam reservadas sobre a honra pessoal e a dignidade do meu biographado.

Não posso receiar muito dessas surpresas, porque vi bem dos termos a que desceu a discussão na época, que não houve injustiça nem injuria poupada ao grande homem, naquelle momento em que começava tambem seu desastre commercial. Nada devo temer expondo-o á reedição dos ataques ou a *novas* accusações.

Se elle as affrontou sem receio, tendo por competidor o mais temido dos nossos tribunos, o mais vigoroso dos nossos chefes politicos, bem posso eu enfrentar tambem quantos quizerem reviver a discussão.

E' facil a tarefa. Os dois capitulos precedentes e o immediato, onde não fiz alterações, deixarão bem claro meu juizo e os elementos basicos do julgamento. Na previsão, porém, de ataques, devo ser mais explicito e mais documentado, uma vez que exponho á discussão a memoria do biographado; ficarão logo melhores elementos de defeza.

No ponto de vista dos principios, no ponto de vista elevado das idéas, a attitude de Mauá é, a meu vêr, perfeitamente correcta.

O Ministerio Rio Branco poderia ter sido combatido pelos conservadores, pela *velha guarda*, pela *junta do coice*, de que foi chefe o illustre Conselheiro Paulino de Souza; era logico. Se os liberaes reconheciam que Rio Branco lhes tinha usurpado as idéas, se é verdade que elle tirou ao *partido* a sua razão de ser, exgotando-lhe o programma, como diz Joaquim Nabuco, se nunca houve na Monarchia ministerio tão radical, como proclama Euclides da Cunha, os espiritos liberaes, os liberaes de principios, deviam estar ao lado d'elle. Logica era, pois, a attitude de Paulino combatendo-o; logica, a dos liberaes que o apoiavam, como todos (excepto Zacharias) na questão servil, como Souza Franco na questão religiosa, como os senadores Nabuco e Octaviano em varias questões.

Se Mauá fôsse um liberal que tivesse jurado bandeira, se elle tivesse assentado praça nos regimentos de Frederico, o conflicto entre o seu dever de cidadão e a sua lealdade partidaria poderiam ter de facto estabelecido uma incompatibilidade que, partidariamente, se devesse resolver pela renuncia do mandato.

O autor tem, aliás, a esse respeito theoria differente da doutrina corrente; prescinde de justifical-a, mas, não prescindirá de external-a. As convenções que a illusão democratica firmou com a realidade, crearam a formula da vontade soberana do povo, com que os politicos enchem a bocca quando estão satisfeitos. O governo do povo é uma ficção que teve solução pratica na criação dos parlamentos e dos magistrados temporarios eleitos para governarem pelo povo. No fundo é ordinariamente o contrario que occorre. O povo passa a ser governado e muitas vezes se lhe nega até o direito de gerar.

Para o autor, a verdade está no meio termo; nem o povo governa, nem deve ser governado discrecionariamente. O mandato politico é como qualquer outro em que a capacidade do mandatario vem supprir a insuficiencia technica do mandante. O medico, o advogado, não sondam a opinião do cliente sobre a direcção no tratamento da saude, sobre a conveniencia de intentar este ou aquelle recurso judicial; ficam soberanos na defesa dos interesses que lhes foram entregues; só um antagonismo evidente os obriga a pedir approvação ou ractificação de poderes.

Em politica, esta opinião se resolve num entendimento — o mandatario deve ter consciencia de sua superioridade mental e fazel-a valer até perante as impaciencias do mandante; mas, como é do mandante que lhe vem a força e a razão de ser de sua acção, não póde exaggerar o seu papel de tutor; o eleito não é escravo, mas tambem não será dictador. A theoria que sustentamos em relação ao eleitor, quasi sempre inconsciente, applicamos, por analogia, aos directores politicos. Se Mauá fosse um disciplinado no partido liberal rio-grandense, o incidente entre elle e Silveira Martins, poderia ter justificado esse plebiscito que habilmente foi provocado.

Um pouco de historia do Rio Grande do Sul demonstrará, porém, as seguintes theses :

a) — Mauá nunca foi um arregimentado; pelo contrario foi sempre considerado um independente, sinão um suspeito, no partido liberal do Rio Grande do Sul.

b) — Não deveu suas eleições a ninguem exclusivamente; deveu-as a algumas dedicações pessoais, ora num, ora noutro momento, ora a este, ora áquelle, como em 1853 á amizade do Barão de Porto Alegre, em 1862 ao prestigio do Dr. Pio da Silva, chefe da cidade do Rio Grande, em 1872, á indicação do General Ozorio e á nobre desistencia do Dr. Henrique d'Avila, depois senador.

c) — Ao concurso destas dedicações juntava-se o seu grande prestigio na Côrte, onde eram seus amigos pessoais, muito intimos, já ao tempo de sua primeira eleição, 1856, Paraná, Olinda, Euzebio, Uruguay, Souza Franco, os cinco homens que mais pesavam talvez na direcção dos negocios publicos.

d) — Mauá levou sempre, para essas chapas, o concurso de seu enorme prestigio, do seu nome nacional, o auxilio eleitoral de suas poderosas organizações no Rio Grande do Sul, incluindo as das casas bancarias do Rio Grande, de Pelotas e de Porto Alegre, e segundo disseram os seus companheiros de lucta, depois de brigados... tambem fortes contribuições pecuniarias.

e) — Na politica nacional, como na politica rio-grandense, nunca houve uma manifestação de partidarioismo incondicional de Mauá; na politica central, apoiou ministerios de varios matizes, dizendo-se com franqueza representante apenas das classes trabalhadores, liberal de principios; no Rio Grande do Sul luctou sempre contra a hostilidade dos chamados liberaes, que elle denominava demagogos.

f) — Suas eleições nunca foram obra de ninguem, foram um producto da sua força, da de seus amigos e de seu alto valor intellectual que o punha ao lado dos mais notaveis collegas da Camara. O partido o elegeu porque precisava d'elle; foi, positivamente, um *do ut des*.

g) — Finalmente, seu acto de renuncia é um padrão de honra; talvez não haja na historia da politica brasileira exemplo de mais nobre susceptibilidade, aceitando desafio em que a derrota era fatal e sabendo depois resistir ás mais lisongeiras seducções para impugnar uma sentença injusta e nulla com que nobremente preferiu conformar-se.

Um pouco de historia do Rio Grande do Sul.

Com a morte subita do Marquez de Paraná, em fins de 1856, a politica de *Conciliação* entrou em liquidação. No Rio Grande, como em toda a parte, as desavenças locais agrupavam-se, ora aqui, ora ali, em torno das fracções que disputavam a posse do governo. A *Conciliação* estava desfeita, lá tambem; varios rotulos iam cobrindo os destroços que boiavam.

O Barão de Mauá, era, já nesse momento candidato apresentado á eleição de deputados geraes. Sua força lhe vinha principalmente do Centro. Vivia ainda o Marquez do Paraná, seu grande amigo, o homem de maior auctoridade no paiz. quando Mauá se fez candidato. A eleição que se effectuou dias depois da morte subita de Paraná, era um reflexo ainda da influencia deste. O candidato derrotado por Mauá foi o *liberal historico* José da Costa Azevedo, depois Barão do Lardario, apoiado nos elementos que formaram a phalange adiantada liberal que Silveira Martins veio a capitanear.

Nas agitadas eleições de 1860, que deram ao partido liberal tão bello surto no Brasil, foi Mauá eleito pelo 2.º districto, já então em companhia de Amaro da Silveira e de Felix da Cunha. Nesse tempo o amigo e protector eleitoral de Mauá era o Barão de Porto Alegre, que ao prestigio de chefe politico juntava uma farda que, no Rio Grande especialmente, é sempre uma força.

Porto Alegre nunca foi um liberal querido. Tanto Osorio como Silveira Martins apenas o toleravam para manter a harmonia naquelle sacco de gatos que era então o partido liberal do Rio Grande, com os matizes de *liga, progressistas, historicos* e

outros artificios que encobriam incompatibilidades pessoais e nunca corresponderam a principios nem a idéas.

Osorio attribue-lhe mesmo um acto indigno, em que falo só para mostrar a cordialidade entre esses correligionarios — Porto Alegre o intrigára para a Côrte, afim de afastal-o do Rio Grande: — "...Como ultimo recurso pinta-me (o Barão) traiçoeiramente, ao Governo do paiz como um traidor á patria e á monarchia constitucional... Com a consciencia tranquilla, espero pois, que o Governo faça o seu dever, que exija as provas e, se as obtiver condemne o traidor ou se não, mande-me a carta (era uma denuncia ao Marechal Pereira Pinto) quero fazel-a publicar e desmascarar o calumniador... etc." (Carta de Osorio ao Deputado Oliveira Bello em 29 de Janeiro de 1862, Archivo da Familia Osorio).

Foi por essa época que Osorio resolveu chamar á politica Silveira Martins, então morador na Côrte, elegendo-o deputado. Adquiriu assim para a Provincia, o prestigio de um bello talento e o concurso de um tribuno sem par.

Silveira Martins e Felix da Cunha iam ser, dahi por deante, as duas culminancias intellectuaes do partido de Osorio, digamos assim para dar o verdadeiro nome á maior e mais radical fracção do desharmonizado partido liberal do Rio Grande.

Osorio, debaixo de sua farda gloriosa, era um politico de partido dos mais extremados. Conhecia e usava todas as habilitades eleitoraes. Seu filho Fernando conta mesmo algumas de prodigioso engenho. Foi certamente nesse sentido que Martinho Campos disse depois: — "Admiro o General Osorio mais ainda como politico do que como militar". (Annaes, 1873).

Logo ao primeiro embate, 1863, a hostilidade desses liberaes contra Mauá, se manifestou. O Dr. Pio da Silva, chefe de largo prestigio, sobre tudo pela veneração que inspirava, organizou a chapa do 2.º districto, Mauá, Silveira Martins e Felix. Felix, que era ainda a primeira figura do partido, impugnou o nome de Mauá, declarando que *trabalharia* pela reeleição de Amaro da Silveira pelos motivos seguintes com que Silveira Martins foi solidario: — "O que se deve querer nos

deputados são idéas liberaes, interesse pela Provincia e dedicação ao partido; comparados Amaro e Mauá, a preferencia deve ser por aquelle; Mauá, *se tem idéas politicas, nunca as manifestou*; pela Provincia, na Camara, não podia fazer nada e nada tinha feito (!) e a elle pouco importa que estejam os liberaes de cima ou de baixo". (Cartas de Agosto e Setembro, 1863).

Osorio, o tal maior politico que soldado de Martinho Campos, responde, com muito criterio eleitoral, a Felix: "As suas observações são justas, mas o triumpho das suas idéas não está na nossa vontade e sim, no interesse de muitos. Creio mesmo que os eleitores sympathisam com o Amaro muito mais que com o Mauá. Elles farão o que quizerem e os interessados que se arrumem na canôa, visto que minha opinião nada vale... O Amaro é candidato muito mais sympathico que o Sr. Mauá. A respeito delles, eu penso como o meu amigo escreveu; porém, o collegio do Rio Grande prescindirá de Mauá?... Sem o collegio do Rio Grande não podemos fazer eleição, assim como sem a Cruz Alta (outro feudo de Mauá) a resistencia pôde levar á Camara o Pinheiro Machado & Comp. O meu empenho é desandar a machina montada pelo Sr. Ferraz (Presidente do Conselho de Ministros em 1860, tambem des-affecto politico de Mauá). (Carta de Setembro de 1863).

O collegio do Rio Grande não cedeu, porém. Ricardo Ribeiro, gerente da casa bancaria de Mauá, seu compadre e intimo amigo, lança a candidatura contra os desejos de Felix e de Silveira Martins. O General Canabarro, Saraiva, forte politico em Pelotas, e outros, pronunciaram-se logo. Felix declara publicamente desistir do seu logar em favor de Amaro. E' então que o Dr. Pio, chefe respeitado, intervem para censurar a attitude de Felix: — "...Devo pois confirmar minhas palavras de 16 do corrente, não só porque é tarde para a consulta ao eleitorado (lembrada por Felix para resolver entre os nomes de Amaro e Mauá) e receio que dahi resulte ganho de causa para nosso adversario, como tambem não posso deixar de julgar incompetente o Dr. Felix da Cunha para dirigir con-

sultas, porque sendo elle parte interessada, a sua hostilidade ao Barão de Mauá se tem infelizmente revelado. Não tendo o Doutor Amaro tomado o expediente que era de esperar, parece-me que o unico meio que tinha o Dr. Xavier (Felix) era de resolver esse embaraço que elle mesmo creou; era retirar-se franca e nobremente, como elle mesmo tinha dito pelo jornal. (Carta de 23 de Agosto de 1863).

Em consequencia, foi Osorio incumbido de decidir, com plenos poderes. Eis os termos da sentença:

— "...Eu penso como o Senhor quanto ás candidaturas de Mauá e Amaro. Porém esta questão é de vida e morte para o nosso circulo. O Pio escreveu-me que Mauá e Martins estavam certos. O mesmo disse-me o Ricardo Ribeiro. Neste apuro, escolhi V. Ex. (Amaro foi o sacrificado) e avise ao Canabarro e ao Gaspar... Eu apertarei o Ricardo para que Mauá nos sirva ou provará este que não nos serve para o futuro. Senão... seria certa a entrada de Pinheiro Machado"... (Carta de Osorio a Felix em 28 de Agosto de 1863).

Correu a eleição. Nem Felix, nem Amaro, nem Silveira Martins. Este ultimo conseguiu empatar com Pinheiro Machado, mas, *a sorte* decidia então e lhe foi desfavoravel. Mauá triumphou, assim como o Barão de Porto Alegre pelo 1.º districto.

Isto posto, é facil dizer quem *não quiz* Mauá.

Felix da Cunha o impugnára, porque elle não era liberal, porque não se interessava pelo Rio Grande, porque tanto lhe importava que estivessem os liberaes como os conservadores de cima, apenas preocupado com seus negocios, etc. Nesse grupo de Felix formava Silveira Martins, que não se encobria. Osorio confessa que aceitou, *forçado*. Logo, se a eleição não foi obra da confiança do eleitorado, o nome de Mauá, em 1863, teve tres padrinhos — o Dr. Pio que não cedeu, Ricardo Ribeiro que se apressou em lançal-o, com o collegio do Rio Grande atraz de si, e o General Canabarro que esposou a candidatura desde o primeiro momento.

Ha quem diga que Mauá foi tambem eleito com muitos

votos conservadores. E' bem possível; não é manobra original, nas urnas, essa de intervir com as sobras de votos nas brigas dos adversarios para acirral-as. Houve quem dissesse tambem, que pesou sempre uma contribuição de 30:000\$ ou 40:000\$ de Mauá para a caixa do partido. Não tenho meio de apurar o effeito dessa arma, que em politica é muito condemnada pelos candidatos que não pôdem gastar, mas que, em varias épocas, têm dado entrada facil na Camara e no Senado, na Monarchia e na Republica.

Mais tarde, brigadas as comadres, um deputado disse na Camara que Mauá gastára só numa eleição de Pelotas 40:000\$; mas, o Dr. Camargo, deputado amicissimo de Silveira Martins, apenas lavou suas mãos sobre as versões que corriam, *como sabia o Sr. deputado Costa Azcvedo* (Barão de Ladario) em relação ás victorias de partido na cidade do Rio Grande. (Annaes da Camara, 1880, II-232); e, em relação ao assumpto, Silveira Martins dias antes, assim falára tambem: — "...O General Osorio disputava a eleição em Pelotas, apenas de oito eleitores; mas, era o quartel general dos conservadores, o Barão Mauá representava, por seus agentes, uma contribuição, segundo ouvi dizer, de 30:000\$ para fazer oito eleitores e por isso foi contemplado na chapa *contra a opinião geral de todo o partido liberal na Provincia*". (Discurso de Silveira Martins, Annaes, 1880, n. 1, pag. 302).

Dirão, pois, os sabios da escriptura quem elegeu Mauá em 1863. O que se apura, com segurança, é quem não quiz que elle fosse eleito — o partido liberal adeantado e seus chefes Felix da Cunha e Silveira Martins e, até certo ponto, Osorio.

Continuemos.

As eleições de 1863 deram grandes vantagens aos liberaes em todo o paiz. Theophilo Ottoni e José Antonio Saraiva eram as figuras de destaque em torno das quaes se ia fraccionar a Liga — os historicos, os progressistas com os moderados os conservadores. Desenhavam-se bellas perspectivas para o radicalismo politico. A guerra do Paraguay veio abrir armistício; o Senador Nabuco, o autor das boas formulas, achou a do

momento "...o programma do governo é acabar a guerra"... Pegou a these; mas, acabada a guerra, era natural que resurgissem as luctas. Já então despontava um factor novo — o elemento militar. — Contra Caxias, chefe civil vestindo uma farda de familia cujo brilho elle augmentára, começaram os liberaes a armar Osorio, soldado bravo e muito popular. *General conservador*, é como maliciosamente Silveira Martins denomina Caxias num discurso do Theatro Phenix. Christiano Ottoni levanta a candidatura do General Osorio a Senador por Minas Geraes na vaga de Theophilo Ottoni, em 1870, sem outro titulo a não ser sua alta patente. — "Honrae-vos e honrae a nossa terra, votando no Marechal Visconde do Herval". (Circular de C. B. Ottoni. *Biographia de Th. Ottoni*, pag. 36)..

Ozorio foi assim subitamente promovido de politico provincial a chefe do partido liberal no Brasil "chefe benemerito, chefe sem rival... pela seu vasto tino politico"... são palavras de Silveira Martins (1873) endossadas por apoiados dos dois deputados liberaes, Martinho Campos e Ignacio Martins.

Deu-se por essa época, a eleição de 1872, em virtude da dissolução subsequente á passagem da Lei de 28 de Setembro.

Ainda foram os liberaes do Rio Grande, com Silveira Martins á frente, os que guerrearam Mauá. Nenhum delles o nega. Silveira Martins, nos seus gestos de dominador, virá confessal-o publicamente: — "Perguntou-me o General Ozorio quaes deviam ser os candidatos do partido no 2.º districto; respondi: eu, o Dr. Thimotheo da Rosa, e o Dr. Henrique d'Avila. Apresentou-me então uma carta do Dr. Thimotheo com razões de recusa e accrescentou: á vista disso convidei o Barão de Mauá. Fez V. Ex. muito mal. O logar cabe ao Dr. Camargo e não ao Barão de Mauá; está na Europa, não tomará parte e não tomou na 1.ª sessão; os seus bancos, as suas empresas, os seus variados negocios o tornam perante o governo o homem menos independente... A' Camara dos deputados deve a opinião liberal mandar homens de combate e não canhões encravados (Riso). Mas, desde que V. Ex. offereceu, não o contrario, foi um erro mas está commettido". (Discurso de Silveira Martins, 1880, An-

naes da Camara, pag. 302). O nobre desprendimento do Doutor Henrique d'Avila resolveu essa crise: "Não faço questão de candidatura; se o Mauá aceitar, esse deve ser o candidato". (Carta a Osorio em 5 de Julho de 1872).

Não é sem razão, pois, que Mauá escreve de Londres a Osorio: "Sei que deverei minha eleição a V. ex." (Carta de Julho de 1872 no Archivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro).

De facto, se a deve exclusivamente a alguem, se não a deve aos seus bancos e ás suas emprezas industriaes, se para o Rio Grande era preciso que levasse padrinho, numa eleição de deputados, o mais poderoso dos brasileiros, como o classificava, então, o Conselheiro Nabuco, esse padrinho foi o General Osorio, Marechal Visconde do Herval.

Mauá lh'o agradece sem reticencias. Franco, honrado e leal, põe o seu grande eleitor, a quem ninguem ousaria então desobedecer, ao corrente de sua situação perante o Visconde de Rio Branco, amigo que duas vezes o salvára da fallencia, chefe de um ministerio de que suas idéas liberaes tanto o approximavam. Ninguem, aliás, o ignorava no Brasil; era o assumpto predilecto dos opposicionistas de Rio Branco, *a intimidade entre o banqueiro e o politico*.

Ozorio conforma-se nobremente com as condições de seu candidato; Mauá foi eleito, estando em Londres.

Foi Silveira Martins quem veio provocar o rompimento na Camara. Aceito o repto, é a Osorio que Mauá se dirige, como devia. Osorio não o condemna, não o desaprova; antes, censura ambos, porque haviam creado difficuldades ao partido; só no fim da legislatura, que apenas contava cinco semanas, o eleitorado teria que pronunciar-se entre os dois, escrevia elle a Mauá. Logo, para o General Osorio; chefe incontestado do partido liberal no Rio Grande e chefe aclamadissimo no Brasil, Mauá não era um traidor, devia, continuar na Camara, pelo menos por quatro annos. Quando Osorio pronunciou essa *sentença*, estava com os autos em mão, vistos e examinados, discursos, manifestos, mofinas, descomposturas, etc...

Era, tarde, porém. O chefe chegava atrasado. Os interessados no plebiscito tinham, com bom calculo, precipitado os acontecimentos. Talvez mêdo que Osorio os chamasse ao bom caminho, ou que se decidisse por Mauá. Osorio, que estava em sua estancia, escrevêra a Saraiva, gerente do Banco Mauá em Pelotas, que era preciso conciliar os dois contendores, com que muito lucraria o partido. (Depoimento do Dr. Fernando Osorio em seu livro).

Mas, todas as avenidas estavam tomadas. Nunca, no Brasil, tropas eleitoraes ou militares, se moveram com igual presteza.

O plebiscito foi uma cadeira electrica onde se executou o paciente em 24 horas. Não ha figura de rhetorica na affirmacão. O depoimento que existe é, como nenhum pôde ser mais, autorisadissimo. E' do Dr. Camargo (Antonio Eleutherio) o grande amigo de Silveira Martins, o preterido com a eleição de Mauá: "Os Srs. Silveira Martins e Florencio de Abreu estavam na côrte como deputados e eu no Rio Grande, naquelle posto de honra, mas dos mais extraordinarios sacrificios que o homem pôde ter na sua vida politica; ali preso na *Reforma*, quasi só, ordinariamente, dia e noite lutando contra os adversarios sem descanso. Recebi inesperadamente de um amigo particular, empregado no telegrapho, um telegramma nestes termos: "Hontem repto entre Mauá e Martins., Martins contra Governo e Mauá a favor. Eleitorado do 2.º districto decidirá'. — Recebendo o telegramma, desde logo minha primeira idéa foi esta: "Não, os dois não pôdem ter razão; eleitos pelo mesmo partido, chegam ao parlamento; ahi, um fiel ao seu partido, declara-se contra o Governo e o outro declara-se a favor do partido adverso. Pois a Provincia, que havia eleito os dois podia deixar de manifestar-se immediatamente? Não podia. Com o telegramma fui á casa do illustre Visconde de Pelotas. (Observação do auctor: Pelotas era dos *radicaes*, militar sempre prompto a manifestações e muito pouco sympathico a Mauá). Este, (Pelotas) sciente do occorrido, mostrou mais uma vez a energia de seu civismo e de seu alto patriotismo,

dizendo-me logo que o repto devia ter prompta e immediata solução, não só no 2.º districto, mas em toda a Provincia. E S. Ex. então despediu-se; fui ajudal-o em acto continuo a escrever e expedir telegrammas para todos os pontos do norte ligados á capital pelo telegrapho, communicando o repto e a causa politica delle. *Nesse mesmo dia*, de todos os pontos do norte que se communicavam com a Capital, chegaram noticias da solução do repto. O nobre Visconde dirigiu-se para o sul, para toda a parte, e as respostas eram as que devia esperar do heroismo e da fidelidade politica da minha provincia"... (Annaes da Camara, 1880, pag. 32).

A guerrilha politica tinha acordado a tempo de provocar *sentença* rapida e inconsciente. Nem Camargo, nem Pelotas, nem os eleitores, sabiam mais que isto — houve briga hontem na Córte; quem tem razão? — E a gaúchada, soberanamente, de-cidiu, pelo telegrapho, que era o tribuno adorado.

Quando chegaram depois os autos, Osorio, o Chefe, es-tuda-os e entende que era preciso dar tempo ao tempo, vêr du-rante os quatro annos de legislatura quem tinha razão: — "Eu entendo que os eleitores não se devem manifestar", escreve elle a Saraiva, amigo de Mauá, dias depois; — "V. Ex. não devia ter aceitado o desafio" — escreve elle a Mauá. Mas, o Rio Grande já estava tomado pelas disparadas das cavallarias de Ca-margo e de Pelotas. Fazer reconsiderar a um eleitorado que seria forçado a confessar que nunca *considerou* coisa alguma... *difficilem rem postulas*.

Quando chegaram as circulares, as exposições, os do-cumentos de Mauá, os compromissos estavam tomados. Tris-tes daquelles eleitores que tentassem retirar seus votos: a pecha de traidores ou de vendidos ao dinheiro de Mauá os esperava! O proprio Osorio viu-se arrastado na onda; foi um chefe envol-vido pela indisciplina dos commandados. Assim o disseram os proprios indisciplinados. Não fez misterio disso Silveira Martins: — "O proprio Marquez do Herval escreveu opinando que o eleitorado não se pronunciasse; e se *mais tarde*, em uma circular, approvou meu procedimento, foi depois do pronuncia-

mento do eleitorado (apoiado de Camargo) fez como o capitão da Bastilha, como era chefe acompanhou os soldados; e isso mesmo depois que recebeu uma carta de seu irmão, meu amigo e parente, o capitão Pedro Osorio, aconselhado que se pronunciasse para não ficar desautorizado". (Discurso de 28 de Maio de 1880 na Camara).

Nessa atmospheria de liberdade, em que os proprios chefes soffriam pressões destas, que representa moralmente a derrota de Mauá, mesmo para os adoradores da soberania popular?

Admittamos, como disse Camargo, que — Mauá não teve um voto — é preciso saber o que isso queria dizer. Não houve eleição regular. Vieram, em prestações, para a imprensa, os votos contrarios, e com algum esforço, aliás; quatro mezes decorreram. Quando os votos adversos chegaram á metade e mais um, Mauá deu-se por vencido. Haverá procedimento mais nobre; haverá plebiscito tão irregular? Não é de suppôr que, ao menos, Saraiva e os seus oito eleitores de Pelotas, votassem por elle?

Mauá não era, porém, homem para permittir que em torno de um acto seu se levantasse o sorriso de mofa dos que cobravam posições; não veio com excepções, nem aggravos.

Muitas consolações e compensações recebeu elle por essa pecha de traidor e de vendido, que lhe era irrogada.

O seu companheiro de bancada, o glorioso Conde de Porto Alegre, aquelle de cuja confiança vivera em politica, não lhe negou sua solidariedade. E' Silveira Martins mesmo que o proclama: — "O que a Camara não sabe é que advogou a causa do nobre Barão de Mauá o illustre Conde de Porto Alegre, — a quem intitulavamos chefe de partido, que elle foi desautorizado, tanto como estava o seu illustre companheiro de armas (Osorio) e que se os dois fôsem verdadeiros chefes de partido e não chefes nominaes, desde esse dia (o do plebiscito) estavam lavradas as suas demissões". (Discurso de 28 de Maio de 1880).

O traidor Mauá teve ao seu lado, o bravo Porto Alegre, eleito como elle e eleito com elle, que, dois annos depois, fallecia, formando ainda na cavallaria rio-grandense, sem ser ex-

pulso da Camara, entre as maiores homenagens do Brasil; e teve tambem a connivencia proclamada e... sincera desse outro typo de bravura, Osorio, os dois chefes do partido liberal no Rio Grande, um delles, no momento, o chefe acclamado do partido liberal no Imperio.

E' bastante para cobrir um traidor! Mas, não é tudo!

Dos outros deputados eleitos com Silveira Martins, só um tomou attitude franca a seu lado: Florencio de Abreu. Pelo menos, não encontrei, apesar de muito procurar, manifestações claramente expressas, que seriam de esperar da parte de Brusque e de Flores. Nos testemunhos da época, que já são raros, encontro a versão que elles estiveram constringidamente silenciosos; e apenas descobri n'*A Nação* uma nota muito significativa: — "Durante o discurso do Sr. Florencio de Abreu, estiveram ausentes os seus companheiros de bancada".

A estas consolações pôde Mauá juntar duas outras de não somenos importancia — a Camara sagrou-o, em resposta ao plebiscito, benemerito da patria e resolveu que o logar que não queria occupar, ficasse vago;—e o Imperador, dois mezes depois, dava-lhe o titulo de Visconde com grandeza, honra que seria supprimida ou adiada, quaesquer que fôsem as razões de merecel-a, se esse Pedro II que, na phrase de Oliveira Lima, exerceu, sem desfallecimento a dictadura da moralidade, tivesse visto um homem publico condemnado, com justiça, á perda do mandato.

CAPITULO XXVII

Repto Silveira Martins-Mauá

(A discussão e o desfecho)

Verdadeira ou errônea essa opinião, o que não pôde soffrer duvida é a sua nobreza de intuitos. Mauá sempre fôra assim e assim seria até o fim da vida. Nas suas convicções politicas não entrava calculo.

(LINDOLFO COLLOR, no "Paiz", a proposito da publicação deste livro).

A SITUAÇÃO do Partido Liberal em 1872 caracterisava-se por notavel divergencia do modo de pensar dos chefes de maior destaque; ainda não estavam curados das dissensões que os haviam apeado do poder.

Unidos todos no Manifesto Liberal de 1869 para a *Reforma* ou *Revolução*, só mais tarde comprehenderam os espiritos moderados desse partido que, como monarchistas, tinham ido além do que deviam.

O Manifesto Republicano de 3 de Dezembro de 1870, diz, com muita profundeza, Euclýdes da Cunha, "... fez-se a segunda pagina do Manifesto Liberal de 1869"... (*A' Margem da Historia*, pag. 356).

Era natural que reflectissem e vacillassem muitos dos que o haviam assignado, diante do risco com que tinham querido amedrôntar, quando falaram em *revolução*. Deste numero eram o

Conselheiro Nabuco, que foi sempre o mais acatado, *os magnum sonaturum*, e Souza Franco, que trazia o prestigio de ser o unico opposicionista da Camara unanime de 1850.

Já no Ministerio S. Vicente as tendencias de alguns liberaes para a tolerancia se tinham pronunciado; mas, com a organisação do Ministerio Rio Branco, fez-se mais larga a separação entre elles. Zacharias, ferozmente partidario, continuava não permitindo treguas nem transigencias; Nabuco e Souza Franco eram quasi governistas.

Em materia de principios, o caso será mais extravagante: o chefe de grande força no partido liberal era Zacharias, que pregava que "o Syllabus é um pharol que guia a humanidade neste seculo de impiedade".

Nabuco já fizera prevêr sua attitude deante do Ministerio Rio Branco com as palavras de lealdade monarchica que precederam, e motivaram talvez, a quêda do Gabinete Itaborahy. — "Monarcha dos brasileiros, reconciliae-vos com a democracia, tomae a iniciativa e á frente das reformas liberaes, salvae vosso throno e vosso paiz". — Nessas reformas, a precedencia desejada era para a idéa da abolição. Sua sympathia estava, pois, assegurada ao Ministerio São Vicente, que a inscreveu no programma embora não podesse leval-a a termo; e a sua collaboraçaõ com o Ministerio Rio Branco, que a veio executar, devia ser prevista.

No mesmo sentido se pronunciavam Souza Franco, Octaviano e grande numero de liberaes. Alguns senadores, é verdade, ausentaram-se propositadamente; mas, só Zacharias combateu o Gabinete e o projecto de lei.

Triumphante esta, ficavam os outros problemas de pé, deixando os liberaes em difficuldades deante de um Gabinete conservador que annunciava todas as idéas pregadas no Manifesto de 1869, cuja redacção, era, sabidamente, de Nabuco.

Como recusar-lhe apoio?

A S. Vicente, que o interpellava sobre sua attitude deante de Rio Branco, dizia Nabuco:

“Desde que as idéas apresentadas são nossas, havemos de prestar-lhes todo o apoio, de empenhar todos os esforços para que ellas triumphem; o mais seria faltar ao nosso dever. Se o Ministerio realisar algumas das idéas do partido liberal, nós lhe daremos todo o apoio, ficando salvo o nosso antagonismo em relação ás nossas aspirações, que nos distinguem do partido conservador”.

Isto, annuciado em these, era a attitude que Nabuco ia guardar deante do Ministerio Rio Branco; e que seu filho, o illustre Joaquim Nabuco, já militante da imprensa e da tribuna nessa época, e que a ninguem pede licença de liberalismo, havia de defender mais tarde no seu bellissimo livro:

“A situação especial de Rio Branco combatido pela *velha guarda conservadora*, obrigava-o a inclinar para o liberalismo; de facto, o matiz politico que elle representa, é pronunciadamente liberal; ao lado d'elle, na questão dos escravos, como na questão religiosa, o conservador é o chefe liberal Zacharias. De certo, o seu governo abre uma era nova na historia administrativa do paiz, porque allia ao espirito de impulso, de desenvolvimento material do gabinete de 1853, o espirito politico francamente liberal, como nenhum anterior tinha podido manifestar, espirito proprio da situação do gabinete, repellido pelos velhos conservadores e precisando tomar a deanteira dos liberaes. Do ponto de vista das reformas, se não fôra, na questão da eleição directa, o genio constitucional meticoloso do Imperador com seu grande receio de uma Constituinte, o Ministerio Rio Branco teria literalmente deixado sem programma o partido liberal e vimos como era extenso aquelle programma. Foi esse gabinete chamado conser-

vador que deu o golpe de 28 de Setembro na propriedade territorial; o golpe da prisão e processos dos bispos no prestigio da Igreja, o golpe da reforma judiciaria na lei de 3 de Dezembro de 1841. ao mesmo tempo que multiplicava e aperfeiçoava a instrucção publica e estabelecia o regimen de garantia de juros para a viação ferrea da paiz. (*Um Estadista do Imperio*).

Esse Ministerio, liberal de idéas, o mais liberal que tivemos, devia ter o apoio dos liberaes? E' a these de Mauá.

Impõe-se a resposta affirmativa, pois que a *velha guarda*, a futura *junta do coice*, o guerreava por achal-o reformador. Nabuco o apoiou quasi sempre; Souza Franco foi o seu grande defensor na questão religiosa; Octaviano nobremente distribuiu a Rio Branco a *laurea insignis* no primoroso discurso de 12 de Setembro de 1872; a nata do liberalismo, como se vê. (1) E' certo que Zacharias lhe negava pão e agua; mas Zacharias, chefe do partido liberal no ostracismo, era elle mesmo quem

(1) De uma carta de Octaviano a Mauá em 25 Março 1872, que está em poder de D. Irene, viuva Tito Ribeiro, extracto os trechos seguintes que mostram as razões da tolerancia ou mesmo sympathia de chefes liberaes como Octaviano, Nabuco e Souza Franco, para com o Ministerio Rio Branco:

"A politica está fazendo negaças de namoro aos liberaes. Entretanto penso e digo e até o direi ao viajante esperado (o Imperador estava na Europa) que é mais util dar-se ao Rio Branco uma nova phase, despedindo elle os seus actuaes comprometedores companheiros e rodeando-se de Bom Retiro, Cotegipe e outros. Os maus companheiros do Rio Branco, presos a uma politica pequena de aldeia e sem intelligencia e prestigio, tem quebrantado a força com que o ministerio ficou depois da lei emancipadora. Mas, sem embargo, o Rio Branco ainda pôde tentar um novo esforço. Nisso o animo todos os dias, porque vejo a luta em que labora entre sua alta intelligencia e planos generosos de um lado e os odios, acanhamento e mediocridade de seus collegas do outro lado. Se os liberaes tivessem chefes de juizo, deveriam impellir o Rio Branco a desquitar-se daquelles elementos máos e tentar uma politica mais larga e consentanea com o nosso tempo e necessidades."

Em outra carta de 18 de Maio desse mesmo anno diz: "...Felizmente todos (elle, Nabuco e Souza Franco) estão firmes em que Zacharias não pôde fazer senão mal"...

dizia: "...Sou o que sou, chamem-me como quizerem, liberal ou outro nome"... — E os proprios liberaes, embaraçados entre elle e Nabuco, haviam de fazer uma politica de Salomão para chamar a um de *chefe* e a outro de *leader*.

Foi nesse momento que as eleições de 1872 mandaram á Camara dos Deputados Silveira Martins, que estreava... "num verdadeiro estoiro, cauda de furioso pampeiro a entrar por todas as janellas e portas do casarão, furacão a fazer estremecer o velho edificio, infundindo em todos o pasmo, quasi o terror"... como escreve o Visconde de Taunay, testemunha presencial (*Reminiscencias*).

"...Ouviu-se dentro da Camara dos Deputados uma palavra estranha com a tonalidade imponente dessas vozes propheticas que annunciam a ruina dos imperios, uma eloquencia quasi selvagem na sua esplendida rudeza, na energia nunca vista com que reivindicava os direitos populares e nas suas rebeldias de fórma e nas suas grandes temeridades de conceito"... iria mais tarde dizer Euclides da Cunha, com o espirito de republicano agradecido á demolição. (*A margem da Historia*).

Joaquim Nabuco, cujo conceito é sempre profundo, diz melhor: "O discurso é o complemento do manifesto Republicano de 1870". (*Um Estadista do Imperio*).

O discurso de estréa de Gaspar da Silveira Martins era, de facto, francamente revolucionario: excedia os moldes do estylo em que liberaes e conservadores ameaçavam o throno quando estavam de baixo.

Só um athleta da acção, só a tempera de aço de Mauá, teria coragem para enfrentar o pampeiro, elle, orador de poucos effeitos oratorios e que via amedrontados os grandes da tribuna. E' Mauá, deputado eleito pelo partido liberal monarchista, quem vem protestar com desassombro *contra os elementos anarchicos que ameaçavam subverter a ordem social, como em outras terras:*

"Deus arrede de nosso paiz, Sr. Presidente, essa situação; porém, eu digo, com toda a franqueza, que, se a desgraça permittir que a negra nuvem

que apenas aponta em nosso horizonte político, sem que por ora nos inquiete, chegasse a tomar aspecto ameaçador, se a onda viesse a encapellar-se, espero e confio que qualquer que seja a opinião que tenha na ocasião as redeas do poder, esteja a opinião conservadora ou a idéa liberal representada no Governo, ha de possuir a energia e vigor precisos para em tal momento suffocar os elementos anarchicos que queiram transformar a nossa ordem social (muitos e repetidos apoiados, muito bem). Estou bem convencido, Sr. presidente, que a Nação Brasileira não dá apoio a essas idéas dissolventes, que o Governo faz muito bem em desprezar, permittindo-lhes a discussão, porque é a maior prova que podemos dar da força de nossas instituições liberaes; porém, se infelizmente tomassem corpo essas idéas, acreditem os que as apregoam que, o verdadeiro partido liberal e o partido conservador unidos, bradariam ao paiz com toda energia e convicção — fugi desse caminho fatal; elle conduz ao precipicio á ruina, ao abysmo” (muitos apoiados) . . .

e em seguida jura a sua fé monarchica, dizendo-se liberal monarchista, repellindo toda solidariedade com as idéas extremadas. (Annaes da Camara, sessão de 26 de Janeiro de 1874).

O furor do chefe que conseguia aterrorisar os contrarios e não lograva emudecer a replica do companheiro de bancada, estava na ordem natural das coisas. Silveira Martins resolveu supprimir Mauá, levando-o para as justças eleitoraes do 2.º districto do Rio Grande do Sul. Provocou-lhe os brios; Mauá, elle o sabia, não era homem para recusar duellos, nem exame de conducta; *galhardamente* acudiu, é de Silveira Martins o adverbio. E na sua circular aos eleitores, toma o tom da mais nobre altivez :

“Nunca dirigi aos eleitores da minha provincia manifestação alguma das idéas que adopto; te-

nho obtido mais de uma vez a honra de seu suffragio sem que fôsse obrigado a dizer-lhes previamente o que penso. A Provincia em que nasci conhece-me de longa data e sabe que, conquanto não seja um politico activo e exaggerado, sou liberal... Não desejo para o meu paiz a liberdade e as instituições dos outros estados da America. Entendo que para assegurar a causa da verdadeira liberdade entre nós, basta a livre manifestação e o desenvolvimento legal do principio democratico na esphera de acção que é a Constituição. Até ahi acompanho a idéa liberal; fóra dahi nem uma linha (Circular de 22 Fevereiro 1873).

E depois de profligar o tom demolidor de todo o discurso de Silveira Martins, cita-lhe o trecho final, como uma synthese eloquente: "Basta, para consolo dos que sustentam a causa da liberdade, saberem perfeitamente que ella é a causa do futuro, é a causa da democracia, é a causa da America".

Mauá, que conhecia a America, verbera cathegoricamente as idéas prégadas por Silveira Martins: "com ellas não estou, nem nunca estive de accordo", para declarar que manter-se-á ao lado do Ministerio Rio Branco, que "...com o apoio do partido liberal, já fez triumphar a grande idéa da emancipação e que agora se propõe a realisar outras refórmas pelas quaes clama desde longos annos o partido a que me desvanço de pertencer"... E num arroubo que foi, de certo, inspirado na bella licção de Nabuco — o chefe espiritual do partido, e promulgador de suas idéas, o seu oraculo nos lances de perplexidade da politica — elle pergunta:

"Devo, para derrubar este ministerio, combater essas reformas que ardentemente desejo? As pessoas, os nomes proprios valem então mais que as idéas?..." (Discurso de 26 de Janeiro de 1873).

Não era facil responder, no terreno dos principios, a essa argumentação. O partido liberal ficára, embora momentaneamente, sem um *motivo* pois que o Ministerio lhe *esgotava o programma* (a expressão é, como vimos, do liberalissimo Joaquim Nabuco). Imagine-se o que seria para o fogaço Silveira Martins no ostracismo, o silencio da tribuna perante um Ministerio que já tinha quasi dois annos de existencia e que "...teimava em manter-se pregado nos costados da Nação como um caustico no dorso de um moribundo"... Sua furia estava na ordem natural das coisas e seus motes de opposição ao Governo e de ataque a Mauá, são facéis de prever — os erros e crimes do Governo, a amizade, o servilismo e a dependencia de Mauá, que já entrava em declinio de fortuna: "...Aqui é a violação da lei, a fraude convertida em norma de proceder, a improbidade no emprego dos dinheiros publicos; ali é a humilhação da patria"... (Cit. discurso).

Tristemente é preciso dizel-o, a sem razão do ataque revelava-se neste tom desusado das objurgatorias contra o Ministerio e contra Mauá.

Silveira Martins vinha logo "...tirar a mascara á hypocrisia e tornar patente a verdade... Não porque lhe interessasse a circular do nobre Barão"... mas porque este — "...havia recorrido ao meio indecente da intriga e da falsidade para desculpar o procedimento que usou, desleal ao seu partido e proveitoso aos seus interesses de mercador"... (Cit. art. d'*A Reforma*).

A intriga e a falsidade eram estas — "...truncou o meu discurso, empresta-me idéas que não preguei e pretende fazer acreditar que sua defecção das fileiras opposicionistas foi motivada pelo meu republicanismo"... Isto, porém "...não passa de uma hypocrisia inventada para disfarçar a deserção a que S. Ex. foi levado unicamente por motivos de interesse privado"... e accentua então que, no seu discurso de estréa, não articulou palavra sobre fórmula de governo.

Era esse o ponto sensível; essa era a *intriga indecente*; está ahi a *falsidade*. Os que leram esse discurso nunca o le-

ram senão como Mauá o interpretou, francamente revolucionario, conservadores como Taunay, republicanos como Euclýdes da Cunha, liberaes como Joaquim Nabuco. Não era outro o conceito d'*A Republica*, o vigoroso jornal que nasceu com o Manifesto Republicano e foi durante annos o orgão do partido; o enthusiasmo por Silveira Martins era maior nessas columnas do que nas d'*A Reforma*. Por demais, o proprio character franco e leal de Silveira Martins encarregar-se-ia de documentar, nesse mesmo artigo, linhas adiante, que não era por intriga indecente que o antagonista assim commentava o discurso.

Suas palavras, escriptas no momento em que as necessidades de defeza exigiam a maior habilidade, merecem transcripção litteral:

“As minhas idéas são todavia conhecidas; tem sido pregadas na tribuna, publicadas na imprensa, e pôdem resumir-se nessas palavras de Prévost-Paradol: Eu chamo *bom cidadão*, no rigor da palavra, aquelle que não repelle nenhuma das fórmulas de governo livre, que não supporta a idéa de perturbar o repouso da patria, *em proveito de sua ambições ou de suas preferencias particulares*, que não se inebria nem se indigna com as palavras Monarchia ou Republica e que limita suas exigencias a esse unico ponto, que a Nação se governe a si mesmo, debaixo do nome da Republica ou de Monarchia por meio das assembléas livremente eleitas e de ministerios responsaveis”.

Embora não descrente ainda da Monarchia, acrescentava: — “Não tenho idolatria por fórmula de governo”. (Artigo, em *A Reforma*, 20 de Fevereiro de 1873).

As palavras são bem claras. Quem, num paiz monarchico, não se inebria nem se indigna com a palavra republica, é como quem num paiz republicano não se inebria nem se indigna com

a palavra monarchia; não é de certo um monarchista na Monarchia, como não é um republicano na Republica.

Se as palavras do discurso e do artigo não fossem bastantes, se não lhes tivessem dado mais clareza outras que foram depois proferidas a proposito da resposta á fala do throno, em que as figuras de Jefferson, de Lincoln, e a *felicidade da America*, faziam contraste com o nosso Imperador e com o nosso atrazo, se não tivessem peso as palavras do sub-chefe do partido. Florencio de Abreu, a mais ridente esperança da bancada, nesse mesmo dia memoravel (“Não sou monarchista nem republicano, preferirei a liberdade com as aventuras das republicas do Prata ao despotismo disfarçado de uma nova Bysancio”), se não bastasse esse pregão diario do descredito dos homens e das instituições, bastaria o nome do patrono invocado. Embora Prévost-Paradol, vencido ou convencido, tivesse sido o ultimo embaixador de Napoleão III nos Estados Unidos da America do Norte, elle não é citado senão no periodo de combate ao Segundo Imperio, na *Presse* e, depois, no *Courier du Dimanche*, que por ordem da policia foi fechado; e são dessa phase de demolidor as palavras invocadas.

Mauá, porém, era um liberal monarchista; diremos melhor, um monarchista liberal.

“Não desejo para meu paiz a liberdade e as instituições dos outros estados da America; entendendo que para assegurar a causa da verdadeira liberdade entre nós, basta a livre manifestação e desenvolvimento do principio legal na esphera de acção que a Constituição lhe garantiu. Até ahi acompanho a idéa liberal; fóra desse terreno, nem uma linha. Essa causa da liberdade que se liga ao futuro da democracia e que é a *causa da America*, repito, eu não a quero para nosso paiz, porque julgo que ella significa a ruina e não o bem estar da sociedade brasileira”.

Intriga indecente é, pois, qualificativo que não calha em

tão nobre franqueza. O que cumpre exhibir agora, são as palavras de Silveira Martins, como uma grande injustiça contra Mauá e uma critica apaixonada ao Visconde do Rio Branco, dois amigos cujos nomes foram associados num conluio de negocios, para tornar odiosa a posição de ambos. E' sobre este ponto que o biographo de Mauá sentirá a necessidade de condemnar a paixão de Silveira Martins; a analyse do seu libello faz-se absolutamente necessaria.

O Ministerio Rio Branco tinha para Silveira Martins os mais negros crimes.

No interior, era a fraqueza, a perseguição e a corrupção. No exterior, nos humilhava o que — “não é admiração para aquelles que sabem que os ministros dos partidos aulicos em todos os tempos tem sacrificado a honra e a dignidade nacional”... Mauá, o companheiro da vespera, porque apoiava o Governo das medidas liberaes, passou a ser um character abjecto, mercador que vendeu o seu voto.

E' preciso repetir a aggressão em toda a sua brutalidade, para pôr em relevo, pelo contraste, o valor de um homem que, ao fim de uma longa vida de negocios, achava quem lhe descobrisse immoralidades e indecencias na execução dos melhoramentos com que fez a grandeza material do Brasil.

Silveira Martins, honra lhe seja feita, tem o merito de falar claro, de accusar sem rebuços.

Ouçamol-o :

O Governo sacrificou nas relações exteriores a dignidade e gastou milhões sem auctorisação legal.

A dignidade nacional, especifica Silveira Martins, foi duas vezes sacrificada; uma vez quando entregou um francez foragido, réu de crime atroz, sem que tivessesmos tratado de extradição; o Brasil se transformára em *gendarme*. Rio Branco lhe respondeu que era esse o costume entre nações civilisadas, haja ou não tratado de extradição; outra vez, quando passou recibo, sem palavras feias á nota insolente de Tejedor,

assumpto bastante conhecido e que em nossa historia internacional está julgada como uma das bellas paginas diplomaticas de Rio Branco. Silveira Martins lamentava que a nota não tivesse sido respondida no mesmo tom; Rio Branco lhe retrucou que era exactamente esse o desejo que manifestavam os jornaes rubros do Rio da Prata.

O sacrificio dos *milhões*, é o caso do contratante argentino Lanus, que se verá adiante.

A sua administração tem sido intolerante, injusta e desastrosa na policia e na guarda nacional.

Como factio concreto, nenhum foi declinado a não ser a remoção de um juiz municipal, umas nomeações de policia desagradaveis ao paladar liberal no Rio Grande, e umas patentes de guarda nacional reputadas superiores ao merito dos agraciados.

Interviu na eleição com demissões, como a do benemerito General Portinho, com nomeações como a de Viegas e com violencias como a que praticou em S. Borja, St. Anna e S. Martinho, chegando a fazer na provincia do Ceará e na Côte correr a jorros, o sangue dos cidadãos.

Das violencias praticadas no Rio Grande contra a liberdade eleitoral, dá medida o seguinte *considerando* — não houve uma só morte, não houve mesmo disturbios dignos de registo e a opposição elegeu bancada unanime, *factio unico* durante a monarchia brasileira e que talvez *invejem até hoje* todas as felizes republicas da America do Sul. Aliás, o proprio Silveira Martins provocado por Costa Pereira, o Presidente da Provincia no periodo eleitoral, confessou que elle tinha mantido absoluta neutralidade, que as intervenções foram de autoridades inferiores.

Das violencias, a que foi mais claramente formulada, foi a *demissão do benemerito General Portinho*; mas, o benemerito

General Portinho era tambem, na occasião, um benemerito chefe eleitoral que fazia politica ás escancaras; quando foi demittido do commando da guarnição de Caçapava, era um politico militante, tão extremado que, em 9 de Março de 1872, escrevia ao Visconde de Herval (Osorio): — “Na freguezia de Caçapava *se faz preciso* que V. Ex. escreva a seus amigos para ajudarem ao Cintra; está muito difficil ali a eleição. E’ preciso V. Ex. *concorrer com seu prestigio em toda a provincia*. Não digo só aos seus amigos mas tambem aos conhecidos para assim animar mais, não deixando de recommendar aqui a união do partido”. (J. e F. Luiz Osorio Filho, Historia do General Osorio, II, 672).

Quanto ao sangue que correu a jorros na Côrte, os vestigios não ficaram visiveis nos noticiarios dos jornaes, que gozavam da mais absoluta liberdade; disturbios entre capoeiras, que a opposição dizia promovidos pelo Governo e que este dizia provocados pela *flôr da minha gente* de que falava, com particular enternecimento, o popular deputado Duque Estrada Teixeira, brilhante figura da *velha guarda* conservadora.

No Ceará houve, de facto, barulhos sérios. O nervosismo da opposição contou 9 mortos e 300 feridos naquella região de cangaceiros, ainda hoje viveiro que exporta desordeiros profissionaes para operar nos estados limitrophes. O celebre Caninana, protagonista de historias que aterram até agora as crianças nortistas, matára, á frente de um bando, um soldado policial; os camaradas deste reagiram, os companheiros de Caninana chamaram reforço e, durante dois ou tres dias, a desordem campeou perante uma policia insufficiente, eis a verdade.

A estes horrendos crimes do Governo, que bem descobrem as angustias de um garimpeiro em terreno escassamente semeado de pedras... de escandalo, era preciso addicionar as accusações de immoralidade e de venalidade de Mauá e de outros.

Ahi vão ellas:

No interior o Governo além de fraco, corrompido, exclama Silveira Martins. E os casos de corrupção foram commentados;

o archivo do Deputado M. M. negociado por 30:000\$ por intermedio do deputado F. para apanhar um voto decisivo em favor da Lei do ventre livre e que afinal foi comprado por 5:000\$ (!!); o Dr. H. A. C., que fôra offerecer-se ao Governo no seu jornal *Movimento* para defendel-o, teria tido promessa de ser deputado pelo Maranhão e foi ludibriado, como elle proprio confessou; deram-lhe, então, para acalmar, a publicação do Relatorio da Agricultura com uma *auctorisação* préviamente combinada de 35:000\$, qualquer que fôsse o numero de folhas, e que foi paga por 4:000\$ porque tinha pouco volume (!). Estas cifras exhibidas, se são mais ou menos exactas, deixarão talvez sobre o Ministerio Rio Branco a pecha de caloteiro; mas, de esbanjador e de corruptor, é forçar um pouco a mão. Tempos biblicos os daquelles relatorios em que os numeros de oitavas eram contadas aos jornaes governistas!

Não ficou nestas allegações vagas a accusação; nem deixou de ser atacada a honra de Mauá.

Silveira Martins é um accusador barbaro:

— “Essa declaração do Sr. de Mauá é uma vergonha. A verdadeira razão de seu procedimento é a posição precaria em que se acha S. Ex. perante o Sr. Visconde do Rio Branco, de quem recebeu serviços prejudiciaes ao Estado, perante o Governo de quem depende para tiral-o de difficuldades”.

As alludidas difficuldades (era referencia á fallencia proxima) vinham do Sul, onde os successores de Venancio Flores, que o Brasil empossára quando rompeu com Aguirre, tinham arrastado duas vezes o Banco Mauá á quasi fallencia, por odio a elle ou por amor aos seus concorrentes. Não é preciso que sejamos cerimoniosos em dizel-o, porque nunca foram reservados em qualificar esses actos a nossa diplomacia nem os nossos parlamentares. As notas do Ministro brasileiro Loureiro são verdadeiramente insolentes contra a injustiça notoria, contra a má fé do governo contractante, contra essas leis personalissimas (V. cap XXI) e o Conselho de Estado, unanimé, approvou o tom das notas. Caracteres como Rio Branco, Cotegipe, Octaviano S. Vicente (para só falar de chefes de

missões diplomaticas do Sul) indignaram-se contra essas indecencias officiaes e aconselharam recursos violentos; e, porque Mauá tinha esse direito a fazer valer por intermedio da nossa chancellaria, reclamação de indiscutivel justiça, que vinha formulada muitos annos antes (começou em 1869, com as notas energicas de Loureiro) a animosidade de Silveira Martins grita, com todos os seus pulmões — *pirataria!!* "...O Sr. Barão, em vez de fazer valer seus direitos nos tribunaes, quer que o Governo Brasileiro faça aquelle Estado reconhecer a divida com um revolver ao peito, como fazem os piratas"... — esquecido de que pelas reclamações dos estancieiros rio-grandenses, alguns delles bastante envolvidos na guerra civil, tinhamos resolvido pôr a faca aos peitos ao Presidente Berro em 1864. (Instruções Dias Vieira-Zacharias á Missão Saraiva); esquecendo tambem o nobilissimo procedimento de Mauá que propunha arbitramento para a sua reclamação e aceitava para terceiro arbitro ou o Banco de França ou o Banco de Inglaterra ou outro grande banco á escolha do Governo Oriental. (Notas diplomaticas de Loureiro, cartas a Cotegipe, no archivo de sua illustre familia e *Exposição aos credores de Mauá & Cia.*).

"O Sr. Visconde de Rio Branco fez com o Sr. Barão de Mauá, em prejuizo do contracto feito com Lanus, um contracto escandaloso de fornecimento de 1.800.000: rações, que em parte foram lançadas ao mar, e que deu origem á reclamação argentina de 2.400.000\$000.

Vae falar o proprio Mauá, com uma virulencia perdoavel e sem ter ouvido replica do adversario:

"Não fiz com o Sr. Rio Branco contracto algum para fornecimento de viveres. E' uma calumnia! Achando-se o Exercito Imperial em crise, tendo até supportado fome, o commandante chefe resolveu fazer na Villa do Rosario um deposito de 900.000 rações além das designadas

no contracto Lanus; nunca pedi fornecimento, nunca me intrometti nestes negocios. Recebendo, porém, uma ordem da Legação Imperial do Paraguay, por parte do Commando do Exercito, de enviar *com toda a urgencia* essas rações, pres-tei-me a isso; e é sabido como o fiz. A ordem era para 900.000 rações; a designação das quantidades de viveres, foi, porém, ao dobro, por engano do empregado. Sciante do erro, fui o primeiro a notal-o para Assumpção e tratei logo de revender com enorme prejuizo, todo o excesso de generos comprados, seguindo para o Exercito unicamente os que já estavam em caminho. Tendo sido a encomenda executada em prazo curto, *pela urgencia*, resultou que além das 900.000 rações, foi entregue cerca de um terço mais em generos de optima qualidade e não o dobro, como se *affirma*".

E o preço foi o mesmo do contractante argentino Lanus, que deixára o Exercito em risco de fome, ou para falar com exactidão, foi de menos 135:000\$ do preço do contracto Lanus, pois que o ponto de entrega, a Villa do Rosario, de pessimo desembarque e a 25 leguas acima de Assumpção, dava direito a essa differença no frete. Mauá, entretanto, abri- ra mão de reclamal-a para "corresponder á confiança pessoal que foi a base dessa encomenda".

Não encontrei por mais que procurasse resposta de Silveira Martins, nem mesmo uma replica nos editoriaes e nos apedidos d'*A Reforma* e d'*A Republica*.

Até mais vêr, pois, o escandalo inaudito, esses milhões gastos sem auctorisação, resumem-se num fornecimento no valor de 1.800 ou 1.900 contos, sollicitado pelo Commando de um exercito arriscado á fome, *que deu prejuizo* e que despertou reclamações de um contractante argentino que nos deixára em perigo. A arithmetica de Lanus elevou a 2.400:000\$ uma re-

clamação de *não fornecimento*; se tivesse fornecido esses viveres, Lanus teria direito a receber menos de dois terços da quantia que reclamava *por não ter fornecido* (1).

Não eram só estes os crimes de Rio Branco e os latrocinios de Mauá.

Outros mais velhos ainda, e outros futuros, eram catalogados para esse libello que ia pintar aos guascas como um vendido de agora e um improbo de sempre, o companheiro da vespera.

A Mauá se fez carga, com a assignatura de Silveira Martins, de outros negocios, alguns *em mente*; a venda de um cortume por 1.000:000\$, o arrendamento da Estrada de Ferro Pedro II, o abastecimento de agua á Capital e de uns planos *tambem possiveis*, como o de tomar para si as Docas de Pedro II "...com o direito que se reservou de pedir mais tarde ao Sr, Rio Branco o Thesouro Nacional por empreitada"... (Silveira Martins, *A Reforma*, 18 de Fevereiro 1873).

E, a proposito, Silveira Martins, que não perde occasião de falar nessa *pobre Republica dos Estados Unidos*, cita uma lei que consagra um principio de moralidade, os deputados não poderem contractar com o Governo: — "Houvesse essa lei e o Barão de Mauá não teria as poderosas razões que tem para *vender a Patria* (é textual) quanto mais para *trahir um partido*".

Confrontando as datas, não se encontrára talvez um só contracto de Mauá assignado na data do exercicio de mandato a não ser, em Montevidéo e aqui, alguns fornecimentos de cambias e adiantamentos de dinheiro porque o Governo precisou do Banco Mauá para mover-se. E' possivel, porém, que algum contracto tivesse sido assignado ou tivesse sido concebido ou estudado na vigencia do mandato. Isto, porém, não era prohibido pelas leis brasileiras. Ainda não se tinha reconhecido a

(1) Não sabemos ao certo o preço estipulado para cada ração no contracto Lanus; mas o contracto de Salles (Barão de Irapuá) da mesma época, estipula o preço de 1\$600 para a étape em Assumpção.

necessidade de prohibição. Havia mesmo certo snobismo para os homens politicos em fazerem figurar seus nomes em concessões de melhoramentos publicos afim de lhes facilitarem o exito. Vivia-se ás claras nestes assumptos de contractos. S. Vicente e Mont'Alegre, viscondes ainda, mas já senadores, foram concessionarios da E. F. Santos a Jundiahy, a actual S. Paulo Railway. Nabuco de Araujo, senador, contractou a redacção do Codigo Civil. O Conselheiro C. Baptista de Oliveira, Senador e ex-ministro da fazenda foi concessionario dos bonds do Jardim Botânico. Theophilo Ottoni, chefe de partido, propôz-se a arrendar a Estrada de Ferro D. Pedro II, e teve a Empreza do Mucury, subvencionada; e a lista seria vasta. Pensava-se que isto era menos perigoso que a prohibição, quando não ha meio pratico de impedir que os senadores tenham filhos, nem os deputados se transformem em sociedade anonyma. Não sendo illegaes, restaria saber se foram immoraes esses contractos que Mauá fez e com que se enriqueceu o Brasil. A sua obra benemerita e este livro respondem sobejamente.

*
* *
*

A extensão dada a esse incidente foi, com certeza, demasiada, mas do tom das accusações se depreheende o effeito causado e a repercussão que teve com o auxilio dos editoriaes e ineditoriaes das duas *Reformas*, a do Rio e de Porto Alegre, e d'*A Republica*, folhas que durante seis mezes cobriram de baldões o Barão de Mauá.

Por seu lado, Mauá, já com o credito commercial abalado, não se acobardava, nem com a allusão diaria ás difficuldades de seu Banco e de sua caixa, responsaveis ainda por algumas dezenas de mil contos sujeitos á corrida dos depositantes. "Dadas estas explicações deixo á Redacção d'*A Reforma* o merecimento de desmoralisar-me até em meu credito commercial, o que não se pratica em nenhum outro ponto do mundo civilisado"... são termos de uma carta endereçada á *Reforma* da Capital.

Revidava os insultos desses e de outros jornaes, desafiando novas invectivas, "...imprensa ultra demagogica, insultadores contumazes, calumniadores impenitentes".. era o que lhes mandava de volta, em vez de animal-os; e, se as provas não tivessem vindo annexas, só o metal seguro da voz do accusado evidenciaria sua innocencia.

A's objurgatorias do proprio Silveira Martins, respondia com igual sobrançeria; algumas dessas retorsões merecem ser conhecidas.

— "Em vez de uma discussão séria e grave, — em que o debate versasse sobre os principios politicos, os elementos demagogicos se assanharam contra mim e desde logo o vomito negro da calunnia me foi atirado á face, merecendo a honra da assignatura do meu contendor (que só de mim ouvira palavras de cortezia). Num escripto em que não só se atacaram as minhas idéas politicas e o modo porque apreciei a situação, mas tambem, com virulencia inexplicavel, fez-se sobresahir a intenção de deprimir até o meu credito commercial, que mercê de Deus, está ao abrigo dos ataques de S. Ex.; e os actos de minha vida, de mais de 45 annos de honroso labor, foram cruelmente maltratados. A luva que me foi lançada em nome de sentimentos que menosprezam o sêr humano, essa eu não podia levantar. Aos meus amigos da Provincia declarei logo que não accitassem o debate em semelhante terreno, que deixassem correr desimpedido o carro da diffamação, pois eu não preciso defender-me contra semelhantes ataques; entrego-os ao juizo de todos os homens honestos da sociedade brasileira e de outras onde não sou desconhecido. Não preso outras armas senão as da moralidade e da razão". (Circular aos eleitores, 22 de Abril 1873).

"O Sr. Dr. Silveira Martins, respondendo á circular por mim dirigida ao illustrado corpo eleitoral do 2.º districto o faz de maneira a provocar da minha parte justas represalias; não seguirei, porém, o exemplo que S. Ex. me dá; a calunnia, a injuria, os ataques pessoaes, as insinuações malevolas, não são

armas que eu saiba esgrimir — cada um dá o que tem. — (Circular de 19 de Fevereiro de 1873).

Em carta a Ozorio, ainda é mais violento. “Ajuizará V. Ex. idéas de justiça que abriga essa alma rancorosa. Orgulho-me de não estar de accordo com semelhante individuo e não ha de ser por certo sobre meus hombros que elle ha de ser *poder* em nossa terra, para erigir, no dia seguinte (em nome da liberdade!) a guilhotina nas praças publicas com meio de governo!” (Archivo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Fevereiro de 1873).

A linguagem de um lado e de outro é assim; desta virulencia, de certo, se arrependeram ambos, convencidos de que foram injustos. Alguns annos depois veremos Mauá, velho, alquebrado, sempre nobre, sahir de seu retiro de Petropolis para os apellidos do *Jornal do Commercio* e defender, por coherencia de idéas, um acto do Ministro da Fazenda Silveira Martins com que a opposição o atacava para fazer escandalo, assim como veremos Silveira Martins interessado no Senado pela passagem de uma lei que seria a salvação commercial de Mauá, lei que, infelizmente, só foi votada muitos mezes depois do momento em que lhe seria util.

Foi nessa atmosphaera de ataque pessoal e de appello ás susceptibilidades da honra do Rio Grande, que se travou o combate.

A superioridade de forças de Silveira Martins era enorme; elle proprio e seus melhores amigos dirigiam a campanha em artigos e discursos no Rio Grande; e uma eloquencia que estarrecia a Camara, de que prodigios não seria capaz no *meu amado Rio Grande?!?*

— “Representar os direitos e interesses do Rio Grande do Sul no Parlamento nacional é honra que satisfaz plenamente minha unica ambição. Ai do povo que confiar seus direitos a especuladores que traficam. Cêdo ou tarde tambem será vendido”. (Silveira Martins).

Depois d’esta introdução, podia ser formulado o quesito. “Qual dos dois representa vossas idéas, Silveira Martins, que

ataca o Governo com sua palavra, ou Mauá que o sustenta com seu voto?" Elle bem sabia como falava ao seu povo.

O campo de lucta era ingrato para Mauá e estava minado em todas as direcções. Partira daquellas terras aos 9 annos de idade, aprendendo a lêr em S. Paulo; e com 11 annos viera para a Capital para trabalhar atraz de um balcão. *Naturalisára-se brasileiro*. Quando foi rico, não se esqueceu de seu berço, mas continuou aqui, na Côrte. Fundou na cidade do Rio Grande a sua primeira succursal e iniciou em 1845 o commercio directo de Pelotas com a Europa. Espalhando beneficios na Provincia, ganhou amigos, mas não grangeou popularidade; era, afinal de contas, um filho expatriado e as casas poderosas ou ricas não amam os filhos que se estabelecem fóra; acolhem os de familia alheia, mas não participam da gloria dos seus em terra extranha.

Mauá era muito... brasileiro. Uma vez, sua segunda patria o pôz em antagonismo com os interesses dos guascas da fronteira. Servindo á politica imperial, elle estava com os *blancos* do Estado Oriental, o governo de Berro; rio-grandenses que habitavam os dois lados da linha divisoria, tomaram, como é de costume até hoje, nas luctas de lá e nas luctas de cá, partido por um lado e por outro; mas, a grande maioria dos rio-grandenses era por Venancio Flores. Dahi violencias de emissarios do governo Berro e roubos e assaltos dos bandidos que formam atraz de todos os governos; muitos brasileiros envolvidos nas *californias* e alguns innocentes, soffreram. A opinião avolumou-se no Brasil contra Berro e seu successor Aguirre; ululou, furiosamente, na Côrte com a chegada do emissario rio-grandense Brigadeiro Antonio de Souza Netto. Mauá continuou ao lado do Brasil até o dia em que o Brasil foi, com o Rio Grande do Sul, para o lado de Flôres e elle, os seguiu, ebbora com certo recato, como devia ser de seu character. A isso se chamou *vender a patria* e entre guascas a phrase fez época. Na região da fronteira, o 2.º districto eleitoral, a arma foi terrivel. Repetiu-se, em todos os tons, que elle tinha fornecido dinheiro a Berro para assassinar os rio-grandenses.

Os 112 eleitores de Cangussú, Pelotas, Cacimbinhas, Don Pedrito, etc., não podiam deixar de condemnar Mauá.

Mal esse pronunciamento se deu, mandou elle á Camara o seu officio de renuncia, documento nobilissimo.

A Commissão da Camara, de que era relator o eminente Theodoro Machado, que logo depois seria o honrado Juiz de sua moratoria, recusa receber a renuncia — o mandato era um *munus* não podia ser resignado e não impunha outras obrigações senão as de servir de accôrdo com a consciencia de cada um. A Camara entendeu, porém, ou que não era essa a bóa doutrina, ou que não seria razão bastante para dissuadir Mauá e entendeu prestar-lhe significativa homenagem.

Será o deputado Gomes de Castro, vibrante orador e chefe prestigioso do Norte, região que então pesava nos destinos do Brasil, quem, em brilhante discurso, vae apresentar uma emenda ao parecer da Commissão (havia licença aos legisladores para discordarem das commissões e tomarem estas iniciativas). Era assim concebida a emenda :

— A Camara, reconhecendo-se competente para aceitar ou não a renuncia do mandato legislativo, não aceita a renuncia do Sr. Barão de Mauá. (17 de Junho, Gomes de Castro).

Alencar Araripe vem tornar mais claro o pensamento glorificador de Gomes de Castro.

Extractamos para aqui este pequeno trecho :

“Ha razões que nos levam a conceder a escusa? Respondo que não. O illustre Barão de Mauá é um cidadão cujo character tem honrado o nome brasileiro dentro e fóra do paiz (apoiados). O nome deste cidadão está ligado ás grandes empresas industriaes do Brasil.. Foi o seu genio activo que nos deu praticamente a vêr as vantagens das estradas de ferro. Recentemente acaba

elle de ligar a sua memoria a outro importantissimo elemento de prosperidade para o paiz, o cabo transatlantico... Um homem nestas condições não pôde ser-nos indifferente; seus serviços o tornam digno da escolha que d'elle fizeram os rio-grandesees para *vigiar pelos grandes interesses da Nação* (o gripho é da copia). A sua experiencia nos negocios, a sua gravidade nas deliberações e o amor que vota ao seu paiz, aconselham-nos que o chamemos a tomar nesta casa a cadeira de que é digno e que continuará a occupar, com proveito para o paiz. Persuado-me que o Barão de Mauá, ao receber a communicação da decisão desta Camara, procederá como cidadão respeitador das leis do seu paiz e virá cumprir os seus deveres como membro da representação nacional. (Sessão de 18 de Junho de 1873).

A rejeição da renuncia não poderia vir em termos mais impressionantes, desprezando a doutrina da Commissão.

Quarenta e seis votos, contra tinta e dois, repelliram nestes termos a renuncia de Mauá. Outros, dentre os trinta e dois, teriam votado a mesma conclusão, se não fôsem pela doutrina da Commissão, que era a do Governo.

Não foi isso bastante para vencer os escrupulos delicados de Mauá. Immediatamente dirigiu ao Secretario da Camara o officio seguinte:

“Illmo. e Exmo. Sr. — O voto proferido pela Augusta Camara dos Srs. deputados na sessão de 18 do corrente, em referencia á renuncia que fiz do honroso mandato que me foi confiado pelo 2.^o districto eleitoral da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, me impõe o dever de levar á presença da mesma Augusta Camara a expressão viva de meu profundo reconhecimento pela ditincção

Mauá — 33

com que fui honrado, não tendo sido acceita a minha renuncia.

Não serei eu por certo que estabeleça qualquer paralelo entre a decisão de um dos corpos soberanos da nação e o voto de censura indirecta que deram 112 eleitores do 2.º circulo da provincia que me viu nascer, os quaes não representam a maioria do corpo eleitoral do circulo, mas uma pequena maioria dos 204 eleitores que votaram tanto no nobre deputado que provocou o conflicto, como no meu humilde nome.

As questões, porém, que affectam a dignidade pessoal são de natureza tão especial, que, uma vez estabelecida em terreno bem explicito, força é cada um acarretar com as consequencias da posição que assume. Acatando, respeitando e apreciando no mais alto gráu, a manifestação que envolve a decisão da Augusta Camara dos Senhores Deputados, exige o cumprimento do meu dever para com o paiz e sobretudo para com a briosa provincia que me ufanava de representar, que eu declare á mesma Augusta Camara que, sem quebra do meu reconhecimento e do voto de gratidão que sua decisão me impõe, subsiste a situação creada entre mim e outro nobre deputado pelo 2.º districto eleitoral da Provincia do Rio Grande do Sul, que me impede de comparecer ás sessões.

A Augusta Camara dos Srs. deputados comprehende que sobre a frente de um representante da Nação não deve pairar nem a sombra de uma reflexão que o iniba de exercer, com a maior altura os deveres de tão elevado cargo. Dignando-se V. Ex. levar ao alto conhecimento da Augusta Camara dos Srs. deputados esta minha de-

claração, assigno-me com a mais subida consideração.

De V. Ex. reverente criado — *Barão de Mauá*. — Rio, 23 de Junho 1873.

A Camara resolveu archivar o officio e não preencher a vaga. Homenagem digna do vencido! A cadeira estava vazia, mas não seria jámais occupada. O nome do Barão de Mauá figura nas actas da Camara dos Deputados de toda a legislatura 1872-1875, entre os *ausentes com causa não participada*.

Até esse momento não havia memoria de tal caso no parlamento do Brasil — um duello de consequencias. Silveira Martins tivera necessidade de ir á historia da Inglaterra buscar o exemplo de Robert Peel e em Portugal o de Latino Coelho. Dahi para cá não consta que tenha havido algum no Brasil. Ficam as discussões ordinariamente no terreno das palavrões feias e os deputados nos seus logares.

Singular destino o de Mauá! Havia de deixar sempre semeados beneficios e exemplos. Nos seus dois desastres ficou o clarão de uma grande figura. A fallencia commercial foi coroada com a apothese em que os credores e o Juiz, o integerrimo Miguel Calmon, abraçando-o, pareciam vir pedir-lhe desculpas. O duello politico terminou num pedido da Camara dos Deputados para que o deputado rio-grandense se considerasse o representante da nação brasileira.

E a sua figura admiravel emerge deste vacuo, ensinando que os regimens democraticos precisam, ao menos, simular respeito á vontade do povo e os homens de posição devem pregar, pelo exemplo, o respeito das formulas.

A educação ingleza de Mauá, a sua estrutura politica, não lhe permittiram ficar acima do voto dos que o elegeram; esses votos é que ficaram abaixo d'elle.

CAPITULO XXVIII

A fallencia

Imaginae uma iniciativa qualquer que vos pareça inedita e vereis com surpresa que ella é de Mauá! Elle não é, porém, sómente o capitão de industria de que fala Carlyle, o general em chefe de que eu vos falo, elle é tambem o grande poeta. A sua vida é um plano de campanha genial, mas é tambem um formoso e admiravel poema, a que não faltou, felizmente, a infelicidade com as suas notas melancolicas... Se os grandes homens fossem felizes que ficaria para os pequenos?... Deus dá a roupa conforme o frio e quando elege os seus preferidos para assignalal-os com o genio, não lhes dá alforças nem roupas para a viagem, mas o trôcho a que se abordoam e a dôr que os estimula. Mauá não teve a diminuir-lhe a alma a parcialidade da sorte. O soffrimento e a injustiça lhe estiveram sempre aos calcanhares para que elle não afrouzasse o passo, nem dormisse em repouso á sombra da inacção.

(VIRGILIO DE SA' PEREIRA — "Gazeta de Noticias" 26-10-925, a proposito de uma conferencia do auctor sobre o Visconde de Mauá).

O ACATADO publicista que tanto nos honrou occupando-se, com generoso louvor de uma desprerenciosa conferencia na Liga da Defeza Nacional perante os alumnos da Escola Profissional Visconde de Mauá, é hoje, não precisamos dizel-o neste centro de suas glorias, um magistrado que faz brilhar a toga e que illustra a sciencia juridica.

Os que não o conhecem senão pela fulguração actual de seu talento, terão percebido que, nos antecedentes dessa figura intellectual de cultor do direito, ha uma alma de artista, de um artista das letras, poeta a quem seduz particularmente, no campo da epopéa, o genero tragico.

Commoveu-o na vida de Mauá a phase da desgraça; é o antigo jornalista e homem de letras que resurge.

Se o autor da conferencia tivesse pensado em alguém no momento em que disse"... quando apparecer uma penna capaz de recordar devidamente seu nome"... teria, de certo, escolhido esse escriptor artista que cantou na estrophe de um fugitivo artigo de jornal a poesia de infortunio de Mauá inscrevendo-o "...entre os que pela penna e pela espada, pelo braço e pelo cerebro, crearam, constituíram, defenderam e garantiram a esta terra as suas fronteiras e a paz, entre os Andradas, os Caxias, os Feijós, os Barrosos, os Rio Brancos, os Benjamins, os Deodoros, e os Florianos, hombro a hombro com as mesmas dragonas e mais uma, a que symboliza o infortunio injusto — Iréneo Evangelista de Souza — o general em chefe do trabalho nas terras do Brasil"...

A obra de propagandista teria assim começado com uma grande victoria; Mauá teria achado o seu biographo, a penna capaz de perpetuar o seu nome de constructor, de estadista, de apostolo, de homem de bem, de heróe do trabalho e da honra, sem que faltasse a poesia do soffrimento. Para o genero tragico, que tanto parece apaixonar essa alma de poeta, o modelo é estupendo, de facto — a ascensão fulminante, a maior grandeza, e como epilogo, a desgraça e a resignação sublime — uma pagina do livro de Job e a mais uma energia moral que para erguer-se nem appella para a misericordia de Deus, mas para a rijeza do proprio character.

No poema da sua vida, a fallencia commercial é uma estrophe que consola, que purifica, que dá orgulho de ser brasileiro, de ser homem. De outro luctador ferido pela desgraça na trilha da fortuna, trabalhando no fim da existencia como *galérien de la plume*, porque"...il aimerait mieux mourir de

travail que de douleur, artisan, tâcheron, ou pour mieux dire, esclave du matin au soir, penché sur son papier, écrivant fébrilement, vite, encore cette page et cette page et cette autre — les dettes ne veulent plus attendre, il faut payer, la sueur coule sur son corps fatigué, ses forces diminuent; il se raidit pourtant et continue avec un courage invincible cette lutte désespérée”... disse um biographo do feitio litterario do illustre Dezembargador Sá Pereira — “...mais à la postérité, il apparaît plus grand et plus admirable en cet effort suprême que dans les plus beaux de ses jours heureux”... .

Quando Mauá falliu, com um passivo cujas cifras ainda hoje causariam impressão, devedor por cambiaes ao Thesouro Nacional de 6.849:282\$620 (numa época em que prejudicar os cofres publicos era crime de lesa patria) o honrado Marquez de S. Vicente exclamava, entre os apoiados quasi unanimes do Senado “...sua fallencia em nada o diminue”...; o Barão de Cotegipe, Ministro da Fazenda, mandava que suas filhas o acompanhassem na mudança de residencia da casa propria á casa de aluguel em que ia morar; D. Pedro II, aquelle governante que, na phrase de Oliveira Lima, exerceu uma unica dictadura, a da moralidade, fazia visital-o pelo camarista de semana; os seus credores quizeram saltar por cima da lei para investil-o da administração da massa; e esse juiz Miguel Calmon, cujo nome fulge ainda numa aureola de honestidade e de rispidez, rehabilita-o por uma sentença e por um abraço na propria sala das audiencias, um abraço que era uma consagração publica!

E tudo isto é pouco diante do que o fallido merece de admiração!

Não é só a desgraça honrada que o sagra e lhe completa a gloria, segundo o sentimento litterario do Dezembargador Sá Pereira.

E’ a licção que ficou de um caracter que resistiu a todos os embates, de uma probidade que passou incolume pelas provas das maiores seducções, de uma coragem que serviria de braço a uma raça.

No nosso ponto de vista, no nosso amor proprio de brasileiro e no nosso patriotismo constructor, melhor fôra, sem duvida, que Mauá tivesse terminado numa apothese de fortuna.

Elle bem poderia ter morrido como tantos outros que trabalharam em obras uteis e que foram pagos em dinheiro do bem que fizeram pela patria. O spectaculo do premio conquistado seduz mais estas novas gerações do que a corôa de martyrio em que ficou envolvida a figura de Mauá; a epopéa teve sempre mais força creadora que a tragedia. Da vida de Mauá com esse desenlace, resulta, porém, uma licção de honra que, cumulativamente com as outras, deveria tentar um panegista do feitio do Dezebargador Sá Pereira.

Quando Mauá foi obrigado a requerer moratoria de tres annos, (Maio de 1875) a situação commercial de sua casa era de absoluta solvabilidade.

Para attestar a sua capacidade commercial e a estupidez ou a maldade dos que o deixaram tombar, bastará, antes de nos fixarmos nas causas, lançar as vistas sobre os cataclismas financeiros que elle havia atravessado incolume.

Paiz em formação, assoberbado por varios problemas economicos que tinham a sua nota de maldição no peccado do trabalho servil, victima dos *deficits* de uma guerra prolongada, o Brasil desse momento não era terreno para grandes e faceis surtos no campo em que se desenvolveu a actividade de Mauá; os perigos andavam semeados pela estrada.

Na temerosa crise de 1864, em que succumbiram perto de cem importantes casas commerciaes, só elle e os banqueiros Bahia, Irmãos & Cia. ficaram de pé, embora feridos tambem de estilhaços que não podiam deixar de attingil-os. O Banco do Brasil, esse, só resistiu á sombra do curso forçado e dos favores de sempre.

A' frente das fallencias ruidosas desse momento, o banqueiro Souto, o competidor de Mauá e de Bahia na confiança publica, um portuguez amavel e bom, muito sympathizado pela

affabilidade de suas maneiras e prestigiado pela amizade pessoal do Imperador, "de trato ameno e puro, gozando de illimitada confiança da alta sociedade"... como diz Silva Ferraz, Presidente da Comissão de Inquerito, declarou um passivo de 33.477:544\$000 dando afinal aos seus credores um prejuizo de 75 %. (Relatorio da Comissão Silva Ferraz, 1865).

Bahia, Irmãos & Cia., combalidos, haviam de viver mais dois annos que elle, para cahir e cahir tambem com honra. O brio commercial não permittia a esses homens escolher o melhor momento e o melhor modo de cahir; só cahiam mortos.

Bahia e Mauá dão a esse respeito a mais edificante tradição.

Na crise de 1864, o panico que se apoderou dos homens de governo preparou, em leis especiaes, de emergencia, o caminho para as liquidações commodas em que a separação do patrimonio individual e do patrimonio social e outras providencias seductororas, permittiam aos fallidos tombar sem deshonra guardando bens de fortuna que assegurassem o bem estar material.

Bahia, José Lopes Pereira Bahia, poderia tel-o conseguido com larga margem, suspendendo pagamentos em 1864. Preferiu comprometter valores reaes e fazer toda a ordem de sacrificios de sua fortuna particular e da de seus irmãos para acudir a uma corrida que, para os seus cofres, representou em poucos dias retiradas de 16.000 contos, quando todo o papel moeda em circulação somava 34.000 contos e o papel bancario, quantia pouco superior. "...Se tivesse fechado a porta, á publicação dos decretos extraordinarios, a casa Bahia teria com a liquidação salvado o seu capital e realizado grande lucro. Bahia, porém, não quiz prevalecer-se de nenhum favor, o que causou mais tarde a sua perda total. Os que conheceram Bahia sabem que bello typo de coragem, de superioridade ao revez, de fidalguia e modestia, elle mostrou ser na mudança de fortuna. Um jornal illustrado da época representou-o, durante a crise de 1864, como o Colosso de Rhodes, intangivel á furia das ondas. Assim

ficou elle superior á desgraça"... (Joaquim Nabuco — *Um Estadista do Império*, II, 359).

As palavras desta merecida homenagem á memoria de um banqueiro honrado, como foi esse filho do riquissimo Visconde de Merity, que tudo immolou da bella fortuna herdada por elle e seus irmãos, antes de cahir vencido, applicam-se, com igual justiça e com maior dose de veneração a Mauá. Bahia cahiu em 1866, victima do esgotamento lento de seus recursos, envolvido na crise geral; de sua acção na vida nacional pouco beneficio ficou visivel; Mauá só cahiu nove annos depois; a sua obra colossal ficou de pé; elle foi um constructor. Quando se crear no Brasil o Ministerio do Trabalho, terá o nome de Mauá, como lembra o Dezebargador Sá Pereira.

Para sua quédá era preciso que se conjugassem todas as crises geraes e todas as causas pessoaes, as difficuldades commerciaes por motivo da guerra de cinco annos no Paraguay, affectando como era natural o credito do Brasil e dos brasileiros, o iniquo procedimento do Governo Uruguay que fechou as portas do Banco Mauá y Cia. em Montevidéo, uma sentença tristissima dos tribunaes brasileiros qual a que remetteu, pela reforma de accordãos constantes, depois de 10 annos, para os tribunaes inglezes uma divida de mais de £ 600.000 que pela lei ingleza estava prescripta; emfim as causas que vem algumas estigmatizadas no capitulo seguinte e outras mais que foram bastantes para fazer ruir o colosso e ainda uma causa occasional, um verdadeiro crime do Banco do Brasil.

Esta accusação póde ser assim formulada, sem reбуços, porque ella é irretorquível e porque antes de nós uma grande intelligencia, um grande nome, tomou-lhe a responsabilidade — Joaquim Murтинho.

Quando o Ministro da Fazenda do benemerito quadriennio Campos Salles, deixou cahir o Banco da Republica em Setembro de 1900, desencandearam-se contra elle as furias dos prejudicados pela fallencia desse e de outros bancos. Murтинho comprehendeu que precisava justificar-se; era util uma

defeza impressionante para este acto, parecendo um delicto, que os prejudicados não lhe perdoavam.

Respondendo á *Noticia* escreveu elle proprio ou mandou escrever, em anonymo, para o *Jornal do Commercio*, a defeza do seu acto (Vive ainda na plena fruição de *verte viellese* uma testemunha, o Commendador Francisco Casemiro Alberto da Costa). Eis o trecho que nos interessa, argumento de calculado e feliz effeito:

“...Houve nesta terra um homem tão illustre que pôde se dizer sem erro que personificou a sua época. Esse homem chamou-se Mauá. Elle só prestou mais serviços ao Brasil do que o Banco desde os seus tempos pre-historicos (e a seguir enumera algumas obras de Mauá, suscintamente...) Ao Banco do Brasil, hoje Republica, offereceu para garantir o que precisava o duplo do seu valor, e lhe foi recusado. Nestas condições foi forçado a fallir. Um grito de angustia da Nação acompanhou a quédia do colosso! Fallido o homem que os maiores serviços tinha prestado no Brasil com seus Bancos no Rio da Prata fornecendo capitaes ao exercito em operações da Guerra do Paraguay!... A chronica do tempo fez correr que a fallencia de Mauá tinha sido a victoria de uma conspiração da inveja, o triumpho das gallinhas sobre a aguia; mas o que se pôde affirmar sem receio é que a technica commercial reputou inepta a direcção do Banco do Brasil”...

Esta revelação da origem do artigo anonymo, teve-a o autor do proprio Joaquim Murtinho, que lhe repetiu varias vezes estas palavras ouvidas dos labios de Rio Branco respondendo a um ataque no Senado ou na Camara: — “A catastrophe da Casa Mauá foi um infortunio nacional”.

O juizo de Murtinho merece apenas um addendo; os titulos que Mauá offerecia em penhor para garantir os 3.000 contos necessarios para sua salvação, representariam hoje valor maior do que o capital actual do Banco do Brasil e valiam nessa época mais de 6.000 contos; eram acções da Companhia Pastoral, Agricola e Industrial.

Bom pretexto este crime nacional para descarregar outra consciencia que não fôsse a desse homem de bem! Deixavam-n'o cair esse Banco que elle fundou e soccorreu e esse Governo que tantas vezes elle serviu com sommas avultadas e em arriscados lances!

Em Mauá, o effeito produzido foi opposto.

“Não hei de ficar com um vintem para mandar ao mercado, seja qual fôr a conducta dos credores para commigo... Creia o meu amigo que só me acabrunha a idéa de qualquer *deficit* para pagar integralmente capital e juros do que em meu nome se prometeu pagar em qualquer parte onde exista a firma Mauá & Cia. A familia tem em todas as hypotheses o arrimo de meu filho Henrique, que é bom; para mim bastam-me 9 palmos de terra quando Deus quizer (Carta a Ricardo Ribeiro, Archivo de D. Irene, Viuva Tito Ribeiro, filha de Mauá, 2-9-77)... “As grandes contrariedades não me abatem senão momentaneamente... A lucta é tremenda e faltam-me hoje elementos pessoases que em outras épocas me auxiliariam, porém, enfim ainda restam alguns; e como Deus conservou-me saude regular e intelligencia que não mostra signal de decadencia, havemos de afinal dominar as contrariedades...” (Idem, idem, 24-9-77). “Só quero ser o *caixeiro* da liquidação, entregar tudo sem reserva alguma”. (Idem, idem).

Ao Barão de Cotegipe, o novo Ministro da Fazenda, escreve, em 16 de Março de 1876: — “Um pequeno equilibrio teria bastado para eu transmittir aos meus filhos um nome honrado. Não o quiz a sorte. Cincoenta annos de um trabalho insano, procurando sempre, em todo esse longo periodo, fazer sempre algum bem, foram perdidos inteiramente *para mim*, pois, acredite V. Ex., as combinações e esforços que ainda emprego não peccam por falta de energia e são exclusivamente com este fim: — cumprir o meu dever para com os credores da casa. Se o conseguir, morro resignado, se não o conseguir, morro impenitente’... (Carta de Montevidéo, 16-3-1876. Archivo da familia Cotegipe, na Bahia).

“Na proposta de moratoria não se fala em juros; porém,

apezar de não ficar obrigado a isso, elles só deixarão de ser pagos até o ultimo minuto da ultima hora do ultimo pagamento que se dever, se, empenhando a camisa do corpo, o chapéo velho e as botas de montar, isso não se puder conseguir." (Carta a R. Ribeiro, 5-5-75, Archivo de D. Irene).

Não eram *palavras* estas declarações repetidas em cada carta ao seu socio, aos seus amigos, aos seus credores.

A estes ultimos, aos credores, elle diz publicamente no livro precioso que é a sua *Exposição aos Credores de Mauá & C.*:

"Tem-se o direito de ser acreditado na hora mais amarga da existencia, quando se acham destruidas todas as aspirações, quando a realidade interpõe sua auctoridade, afastando da mente todas as illusões... Na idade avançada em que me acho, nesta hora solemne em que a victima de um grande e não merecido infortunio, vem dar explicações a quem tem o direito de exigil-as, não posso, em presença do acontecimento que motiva esta exposição, *realizado pelo modo por que foi resolvido*, não posso ter outro objecto em vista senão salvar do naufragio aquillo que para mim vale mais do que quanto ouro tem sido extrahido das minas da California, um nome puro"...

Com essa coragem e com esses objectivos, lança-se á obra — "...Julgam-me ferido de morte. Enganam-se. Ha com que pagar a todos. Peço agora ainda maior dedicação, se fór possível, da parte de meus companheiros de trabalho até aqui. Trata-se de restaurar o nome, que para mim vale cem mil vezes mais do que os chamados bens de fortuna".. (Carta circular aos chefes de todas as agencias do Banco Mauá no paiz e no estrangeiro — Archivo de D. Irene, Viuva Tito Ribeiro).

O seu papel de devedor e o seu papel de credor foram, durante essa moratoria, de sublime nobreza.

Como devedor, uma modestia nos gastos, uma afanosidade no trabalho, uma honestidade no proceder de que se póde ter idéa pelo valor de testemunho do Presidente do Banco do Brasil Conselheiro José Machado Coelho de Castro "...figura activa e nobre, character rigido e respeitada auctoridade"...

nestas palavras de seu Relatório do Banco do Brasil: — “Antes de terminar estas informações sobre a casa Mauá & Cia. tenho o prazer de communicar que a conta corrente do chefe daquella casa que, no balanço de 1875, apresentava um debito de 180 contos está hoje representada por um credito de cerca de 100 contos isto quer dizer que o Visconde de Mauá trouxe para o activo da casa Mauá & Cia. valores que possuía em seu proprio nome e que pôde liquidar” — (27 de Maio de 1877). (Este credito subiu a 1.009:000\$ em 1878, nota do auctor).

Como credor, a alma generosa de Mauá revelava-se nas concessões que fazia frequentemente dos seus direitos de exigir pagamento para não forçar liquidações e opprimir devedores honestos: — “...Nunca requeri fallencia de ninguem. evitemos de requerer agora”... escreve elle a seu socio Ribeiro em 1876.

Bella pagina é a da correspondencia que existe em mão do Dr. Sebastião B. Vieira de Carvalho, filho dos Condes de Lage, alto funcionario do Thesouro Nacional.

A Condessa de Lages, viuva, era devedora do Banco Mauá, devedora em atrazo. Apressou-se em escrever ao credor, não para pedir espera, mas para offerecer seus bens a leilão; não iria sollicitar maior condescendencia de um credor que precisava de dinheiro; elle que dissesse o que queria que se entregasse em pagamento ou que se vendesse primeiro; e lembrava uma formula.

Mauá responde com algum atrazo; pede desculpas da demora: — “...Immensas amofinações, desgostos de toda a casta, perturbaram-me o espirito depois de recebido o favor de V. Ex.”... Quasi que lhe pede perdão da propria desgraça, que o obriga a receber o sacrificio dos bens da viuva. Aceitaria qualquer solução; aceita a que ella propõe. Devedor e credor parecem porfiar em se mostrarem dignos um do outro; e Mauá termina: — “...Em todo caso, porém, espero que V. Ex. terá comprehendido que o debito á casa Mauá não podia em tempo algum ser causa de menor desgosto ou incommodo a V. Ex., pois ficaria ou ficará o pagamento adiado para

qualquer periodo *futuro* mesmo de longo folego em que seja *inteiramente commodo* a V. Ex. solver o compromisso". (11 de Novembro de 1877).

Nos tres annos da moratoria estavam pagos, entretanto, 51.160:000\$000; 66 % do passivo. Nenhum outro dos banqueiros arrastados nas crises de 1859, 1864, 1866 e 1875, tinha pago *afinal* este rateio. Na liquidação de Souto apenas se apuraram 25 % e na de Bahia pouco mais; nas de outros, muito menos.

Não obstante, restava no activo da firma uma grande massa de valores; bem pesados, haveria um saldo de 5.000:000\$, sobras bastantes para a familia.

A lei não permittia a prorogação da moratoria. Mauá quiz transformar-se em caixeiro de sua liquidação. Os credores, em quasi unanimidade, ansiavam por essa solução; mas o Codigo Commercial a tornava impossivel. O legislador não podia ter imaginado, naquellas épocas, uma fallencia tão grande; dahi duas exigencias injustificaveis, impossibilitando a liquidação desejada — presença da maioria absoluta dos credores á reunião e prohibição de ter cada credor mais de uma procuração. Ora, a fallencia de Mauá tinha mais de 3.000 credores nas succursaes do Rio Grande, S. Paulo, Santos, Campinas, Bahia, Recife, Belém, etc., de modo que era preciso que houvesse pelo menos 750 credores residentes no Rio de Janeiro. Não havia o numero. Praticamente, tornava-se impossivel votar a concordata, a menos que os credores não se quizessem transportar ao Rio em grande massa.

Procuraram-se duas tangentes.

Uma, o abaixo-assignado dos credores ao Juiz, pedindo que suas declarações, fossem tomadas como voto, addicionados aos dos presentes na reunião — "...unico meio pratico de ser executado o pensamento da lei no caso vertente"... porque era isso do interesse delles credores e porque era um attestado da "...nossa convicção que a probidade do chefe da casa Mauá & Cia. não pôde entrar em duvida"... Mais de 1.200 assignaturas de Porto Alegre, Rio Grande, S. Paulo, Santos, Cam-

pinas, Bahia, Recife, Belém, e do estrangeiro, constam dos autos cujo exame minucioso devemos á obsequiosidade do Escrivão Cardim, da 4.ª Vara Cível.

A Lei era inexoravel; faziam-se necessarios dois terços de creditos, havia a unanimidade; mas, era necessaria tambem a presença de um numero certo de credores e a maioria delles estava espalhada do Amazonas ao Prata.

Outro recurso seria alterar a lei para acudir ao caso occorrente. O Conselheiro Nabuco incumbiu-se da modificação e ella foi votada quasi unanimemente; hoje, é lei, cuja razão occasional foi esta, mas que chegou tarde, com muitos mezes de atrazo em virtude de uma inesperada dissolução da Camara; — a fallencia de Mauá estava aberta.

Nada abate o animo do fallido; nada o desvia do caminho da honra. Os contratemplos, as injustiças da sorte, a crueldade dos homens, o fazem mais firme na integridade.

A arrecadação dos bens é uma pagina da vida nacional que os mestres da mocidade deviam mostrar aos seus alumnos nesses doze tomos de autos que estão nesta Capital no cartorio da 4.ª Vara Cível.

Tudo Mauá entrega, — o que é grande, um patrimonio volumoso que ainda restava e que hoje constituiria riqueza colossal, quatro, cinco, ou mais vezes superior ao seu debito, assim como o que era pequeno, o que era minimo — o que a lei mandava entregar e o que a lei expressamente o auctorizava a guardar — o que era seu e o que não era seu, porque era de seus filhos — o que estava aqui e o que estava no estrangeiro — o que era visivel e o que era invisivel.

Ao lado das acções da Companhia Pastoril e Agricola, de cujo valor já demos uma idéa e dos terrenos e predios em Santos, S. Paulo e Rio, que hoje representariam um patrimonio muito superior aos 78.000:000\$000 do seu passivo inicial, em Santos mais de 2.000 metros de frente para o cáes e para a linha da S. Paulo Railway e muitos predios no centro commercial; em S. Paulo varias quadras nos actuaes bairros aristo-

craticos e commerciaes; outros valores preciosos, como casas e terrenos em quantidade na Côrte, ruas inteiras e mais a fazenda de Sapopemba no Municipio Neutro e 35 sitios em volta (pessoa habilitada avalia essas terras em mais de 80 mil contos actualmente) entregou tambem o infinitamente pequeno — os cristaes e a louça com brazões, canastras com a roupa de cama da familia, um banco de descanso de pés da Viscondessa, almofadas de sêda, um taboleiro de jogo de damas, outro de gamão, dois binoculos, dois oratorios, bengalas com castão de ouro e de prata, um mappa-mundi, quatro saccos de lona para viagem, oito malas de couro, duas arcas de cedro com toalhas, guardanapos e roupa de mesa. Algumas dessas coisas não quiz o Juiz, o honrado Conselheiro Theodoro Machado, receber e mandou que o Escrivão devolvesse — uma salva de prata com a inscripção “a Lizia Ricardina de Souza oferece esse pequeno mimo o seu ausente porém amante padrinho Ricardo Carruthers” — um copo de prata com a letra H. e outros com os nomes Lizia e Irene — malas de roupa com as iniciaes *tachetas* de sua irmã . Outras coisas o Juiz mandou receber *até decisão dos credores* — taes as insignias das Ordens da Rosa e de Christo, com brilhantes, offerecidas pelo commercio do Rio de Janeiro. Outras, o Juiz esperou que chegassem do estrangeiro e as recebeu, taes como as joias da Viscondessa, porque: “... Não havendo mais a arrecadar neste acto, o Visconde de Mauá declarou que, no tempo em que as condições de sua fortuna particular eram prosperas e antes mesmo da actual firma Mauá & Cia., comprou para sua mulher, a Viscondessa de Mauá, joias da casa Farani as quaes lhe custaram pouco mais de 30:000\$ e que depois que ficou em estado de moratoria, sua mulher deliberou desfazer-se dellas, remettendo-as por isso elle declarante, para Buenos Ayres onde esperava melhor preço; mas que não se tendo conseguido isto, as ditas joias existiam em mãos amigas em Buenos Ayres e serão dahi devolvidas em breve prazo e então elle declarante entregará ao depositario”... Estas joias foram compradas por Antonio Vaz de Carvalho, hoje residente em Paris, em leilão publico do leiloei-

ro J. Dias dos Santos por 23:150\$. (Volume 6 dos autos, pag. 3.093).

Da casa em que residia nos ultimos annos, o palacete da Marqueza de Santos, unica habitação luxuosa que occupou, recebida, aliás, por adjudicação forçada, assim como da sua fazenda de Sapopemba, montada para residencia de verão, tudo, se dispersou.

A lei permittia conservar os moveis de uso; nem a sua mesa de trabalho, nem os seus oculos de ouro quiz Mauá reservar, nem os seus moveis de repouso, umas cadeiras de molas, conforto que aprendêra em Londres.

Occorreram mesmo incidentes que merecem ser registados. No momento em que se annunciava a venda de uma espreguiçadeira de marroquim inglez, presente que recebera do bom Ricardo Carruthers, o seu auxiliar Francisco Casemiro Alberto da Costa (respeitemos o tratamento de *auxiliar* que elle sempre deu aos seus empregados) reclamou, num impeto de coação, que fôsse excluido aquelle movel a que o Visconde tanto apreço ligava pela grata recordação de um passado de amizade e de venturas e pelo conforto que traria aos seus velhos dias; a lei amparava esse requerimento; o juiz porém indeferiu-o — era certo que a lei auctorizava o fallido a guardar os trastes de seu uso, mas não permittia ao Juiz abrir mão de valores, grandes ou pequenos, que o fallido espontaneamente lhe tivesse entregue.

Logo em seguida, annuncia-se um lote de moringues e quartinhas. Era um dos luxos da Viscondessa, uma collecção farta de quartinhas de barro, em que tinham collaborado as dadas dos amigos de casa rica, augmentando a collecção com os mais caprichosos artefactos da industria indigena. Francisco Casemiro reclama de novo. O Juiz já não estava presente; mas, a mesma doutrina foi applicada por quem lhe fazia as vezes no acto publico. Francisco Casemiro, impulsivo, estoura contra a lei: “Não, não é possivel; isto é demais; isto não póde ser lei de paiz civilizado”. A decisão é mantida; Ca-

semi-ro salta: — “Não, isto não se vende”; num gesto atrevido, atira ao chão o movel em que se expunham moringues e quartinhãs; e tudo ficou em cacos. Francisco Casemiro foi autoado por desacato e muito felicitado.

Depois de tentar todos os recursos para ser *caixeiro* de seus credores, esbarrando diante dos obices legais, Mauá resolve fazer, afinal, uma proposta de concordata. Dos 78.000:000\$ primitivos pouco faltava a pagar; 12 ou 13 mil contos; propõe pagar 51 % desse resto. Era um expediente para pôr termo ao estado de fallencia, restaurar a sua personalidade civil e ir disputar no Uruguay e em Londres o dinheiro que lhe deviam ainda o Governo Oriental e a S. Paulo Railway; era um meio de recobrar a liberdade de movimentos. Estavam pagos mais de 80 %, restava pouco; elle propõe pagamento de 51 % do saldo em duas especies de moeda, 7 % em dinheiro e 44 % em acções de valor nominal de 100\$ da Companhia Pastoril e Agrícola que davam 6 % de dividendõ e que foram recebidas pela cotação de 40\$000.

Feitas honestamente as contas, nesse momento, não haveria um real de prejuizo; as acções já valiam effectivamente o par. Se as contas fossem feitas hoje, o melhor emprego de capital que a historia dos bons negocios particulares no Brasil registaria e o mais fabuloso lucro que o Thesouro teria realiado, seriam de ter ficado credor da fallencia de Mauá. As acções da Companhia Pastoril teriam dado alguns dividendos annuaes de 100 % ou 150 % e valeriam pelo menos 100 vezes mais do que o preço de 40\$ por que foram recebidas!

Obtida a sua quitação, rehabilitado judicialmente por uma sentença que tinha os dourados do nome do juiz Miguel Calmon, engrandecido no conceito universal pelo respeito, pela admiração e pelo remorso de seus credores, Mauá, aos 65 annos de idade, atira-se de novo ao trabalho como nos seus verdes annos. Com 200 contos que lhe emprestaram velhos amigos, seu filho Henrique, J. Ignacio Tavares, J. Frias, Simão da Porciuncula, recomeça a vida. Ia tentar prehencher o deficit que as *cifras* accusavam nas contas da fallencia.

Não lhe foi preciso empenhar o chapéo velho, nem as botas de montar. Ha sempre uns homens nobres. Além desses quatro amigos, outros lhe ficaram; outros, no Brasil e no estrangeiro, lhe offereceram empréstimos que pôde dispensar. Do Estado Oriental tres lhe abriram os cofres. De nenhum consta, infelizmente, o nome nas notas de Mauá; apenas, a menção do facto com umas palavras de gratidão e as desculpas de recusar. Nos papeis da familia do Dr. Gabriel Terra ha, porém, uma carta de Mauá attestando que um delles foi o Dr. José Ladisláo Terra, pae do Dr. Gabriel Terra, a quem Mauá tinha trazido de Montevideó, confiado pela familia, para estudar na afamada Faculdade de Direito de S. Paulo, onde se formou. Este, ao que se conclue da resposta, lhe escrevera — “minha fortuna é de 60.000 pesos, disponha da metade, se não precisar de toda”.

Com estes recursos pecuniarios, 200:000\$, abriam-se para Mauá duas esperanças em negocio — a valorisação dos bens da Companhia Pastoral e Agricola, cujo futuro elle via claro, e as reclamações que ainda mantinha contra a E. de F. Santos a Jundiahy, hoje S. Paulo Railway e contra o Governo Oriental.

A confiança nunca desmentida de seus antigos credores manteve-o na administração do opulento patrimonio da Companhia Pastoral: com o pouco dinheiro de que dispunha, foi adquirindo acções de possuidores menos pacientes ou que se foram satisfazendo com lucros menores.

Por essa época, eram frequentes ainda suas viagens ao Rio da Prata . Aos 68 annos estava preocupado com uma viagem de 120 leguas — “...para apartar o gado que ha de morrer este anno”... — Que fez essa viagem não ha duvida; e assim tambem que o gado foi apartado por elle em varias estancias; o que não se sabe é se a fez só, isto é, com dois camaradas, como desejava, ou se a Viscondessa, mais moça que elle, mas quasi sexagenaria o acompanhou. Ella partira do Rio, para essa temeridade, num inverno rigoroso ou para,

em ultimo caso, acompanhial-o e acudir-lhe nos ataques de rheumatismo a que era sujeito. (1).

Aliás, a Viscondessa fazia tambem frequentes viagens a Montevidéo em vapores de 1.000 a 1.200 toneladas e marcha de 8 milhas. Sempre que os horizontes politicos se turvavam no paiz vizinho, deixava os commodos de sua cazinha da rua D. Affonso em Petropolis, (a de sua propriedade tinha sido vendida em praça por 25:000\$) e partia. Numa das *pucladas* em que o Banco Mauá era alvo das furias do poviléo inconsciente, a Viscondessa ouviu de dentro do edificio do Banco os berros — *abajo el Banco Mauá*. — Em certa occasião, teve que recolher-se com o marido á Legação do Brasil: “Vim para a legação a instancias de minha familia e de alguns amigos e não porque julgasse necessario”. (Carta a Ricardo Ribeiro. 31-5-68).

Não era, pois, um ambiente de paz esse em que elle labutava; mas, nunca se viu Mauá recuar nem tremer.

Da Europa, onde estava luctando contra a S. Paulo Railway, escreve ainda ao mesmo Ribeiro em 9 de Janeiro de 1881: “. . . Não terei o prazer de vel-o aqui, pois é por todos os amigos aconselhada a minha ida para o Rio da Prata para dar mais amplo impulso aos mistéres da liquidação por lá; e tendo-me eu offerecido para prestar-me a qualquer coisa que de mim fôsse exigido no interesse dos credores da massa, não posso recusar-me. Lutas, desgostos, amofinações sem fim, é o que ahí me aguarda; porém, tudo arrostarei para cumprir o dever que me impõe o cargo e que aliás se impõe á minha consciencia, pois nada que possa fazer deixará de ser feito para minorar os prejuizos dos credores”. (Archivo de D. Irene).

E' verdade que labutando, com risco de saude e de vida, elle já trabalhava tambem para si, nesse momento. Das 70.000 acções da Companhia Pastoril elle adquirira 7.800 o bastante para chegar a constituir uma fortuna; mas certo é que tinha

(1) Informaçào posterior auctorisa a affirmar que a Viscondessa o acompanhou.

socios mais felizes; o Banco do Brasil possuía 14.356 e o The-souro Nacional 30.136. (Relatorio do Presidente da Companhia Pastoril, Agricola e Industrial, Barão da Lagôa, 1886).

Outra grande esperança que tinha de ir buscar dinheiro para entregar aos credores, dos quaes obtivera *quitação plena*, era a reclamação contra a E. de F. Santos a Jundiahy, digamos, a divida não paga da S. Paulo Railway, porque vamos vêr no capitulo immediato que nunca o recurso de prescrição cobriu com maior escandalo uma recusa de pagar.

Essa esperança, porém, mallogrou-se.

Só por isso a fallencia de Mauá deixou aos seus credores um deficit *nominal* de 6.500:000\$ sobre um passivo de.... 78.000:000\$.

O scepticismo humano perguntará talvez, com seu fundo de maldade, se é certo que Mauá não estava trabalhando para si e para os seus. Custa, de facto, admittir, que um homem a quem a sorte tratou tão cruelmente, o Brasil tão egoisticamente e os credores tão tristemente, tivesse querido recomeçar a vida, fazer viagens ao estrangeiro e arriscar em favor delles o pouco que ia adquirindo; mas, Mauá nunca faltou á sua palavra. Elle fazia timbre em declarar e repetir *depois de rehabilitado* — “...ninguem deixará de receber os juros até o ultimo minuto da ultima hora do ultimo pagamento”...

Era isso uma obsessão de espirito.

No anno em que empreheceu a sua ultima viagem á Europa, publicou no *Jornal do Commercio*, (8 de Junho de 1884. 72.º de sua honrada existencia) um artigo de despedida aos seus amigos e credores. Copiemos:

“...Demorar-me-ei pouco tempo em Londres, onde vou promover a cobrança do que fôr possível arrecadar em beneficio dos credores de Mauá & Cia. dos enormissimos adiantamentos para a construcção da E. F. Santos a Jundiahy... Julgo ser cumprimento de um dever ir pedir justiça nos tribunaes da velha Inglaterra, visto como

os de meu paiz negaram-me na ultima instancia o direito de serem discutidos judicialmente no Brasil factos e occorrencias que no Brasil se deram”...

Na Inglaterra esbarrou na prescripção curta das leis inglezas. Nada havia que tentar; *tentou* ainda a dignidade de uma Companhia que elle constituiu, que salvou da ruina e que estava em grande prosperidade. A Companhia recusou o *Tribunal de honra* para uma divida que o seu superintendente declarára em correspondencia official *morally and fundamentally just*.

As £ 700.000 a que já montava a divida da actual São Paulo Railway, chegariam, com sobras para os ex-credores. Que esse seria o destino do dinheiro está escripto e é infamia duvidar:

“...Confiando, pois, exclusivamente na justiça da causa, vou fazer um derradeiro esforço, embora no ultimo quartel da vida, para conseguir que seja devolvida toda ou parte de somma adiantada que principalmente determinou o desastre da casa Mauá. Nem um real dessa cobrança me pertence, devendo ella constituir *rateio adicional* aos credores (não obstante quitação) contentando-me eu com a approvação do meu procedimento por parte de todos os homens de bem, que mercê de Deus, não serão escassos no Brasil”. Rio 8 de Junho de 1884. Visconde de Mauá.

Quando voltou para o Brasil no anno seguinte, já estava ferido de morte. A diabetes minava-lhe as forças.

Em 22 de Outubro de 1889 succumbiu.

A familia pôde assim receber uns 1.000 contos que elle iria entregar aos credores.

Ha nesta fallencia o que attrahir e embriagar uma alma de artista como a do Dezembargador Sá Pereira.

Mas isso não bastaria ao frio biographo. E' preciso que no estudo das causas se evidencie que elle não foi só uma grande alma, foi tambem uma grande cabeça.

Pleiteamos o julgamento sem appellar para as sympathias do seu nobillissimo character. No desastre, "nesse infortunio nacional", não houve culpa sua; houve erros alheios.

CAPITULO XXIX

Causas da fallencia

Após longuissimos debates, a Justiça brasileira declarou-se incompetente para conhecer da questão por ter a S. Paulo Railway sua séde em Londres. Depois da concordata que fez com os credores, Mauá, velho, cansado, ralado de desgostos, atravessou o Atlantico e foi bater á porta dos tribunaes inglezes, reclamando o pagamento da quantia com que contribuiu para a construcção da Estrada de Ferro. Foi-lhe declarado que a divida estava prescripta.

(HERCULANO M. INGLEZ DE SOUZA, professor de Direito, O Commercio e as leis commerciaes do Brasil).

A ALTA capacidade constructora de Mauá, como banqueiro, como industrial, como politico, em nada fica desmerecida pelo seu desastre commercial. Nunca a *força maior* pôde ser allegada com tão valiosos fundamentos.

— “Da intervenção pelas armas do Brasil no fim de 1864 a favor da revolução que estalára no Estado Oriental no começo de 1863, resultaram todas as calamidades que vieram perturbar a marcha das instituições de credito que giravam sob meu nome e responsabilidade, e cuja posição eu havia conseguido elevar a uma altura que hombreava com as primeiras do mundo financeiro — “diz elle na *Exposição aos credores de Mauá & Cia.*”.

Seu nome era sem duvida o maior da America do Sul, um

dos grandes do mundo, tratando de igual para igual com as melhores firmas.

O seu activo no balanço bancario era de 105.186:879\$206, no anno de 1867, em que a receita do Brasil, ordinaria e extraordinaria atitgia a 64.776:843\$923. Bem podia Mauá dizer falando de sua Casa — um verdadeiro monumento. (1).

Com o assassinato do General Flores em 1868, o elemento extremado do partido *colorado*, tomou as posições de mando no Uruguay.

As affinidades politicas que Mauá creára com os *blancos*, por força dos negocios seus e dos do Brasil, o tinham tornado mal visto dos *colorados*. Venancio Flores, porém, era homem prudente; e junto delle, actuando em favor de Mauá e pugnando pela garantia de seus direitos, estiveram desde o primeiro momento os nossos plenipotenciarios Paranhos, futuro Visconde de Rio Branco e Octaviano.

Com o assassinato de Flores, subiu ao governo um des-affecto pessoal de Mauá, o General Lorenzo Battle. Odio velho não cança, é o menos que diplomaticamente se pôde dizer para explicar a série de despropositos que se seguiram, que já

(1) Devo a cooperação do joven Cesario Carneiro, um menino de 11 annos, filho do jurisconsulto Levi Carneiro, poder registrar uma nota que é interessante. Quando Jules Verne imaginou entre suas phantasias uma expedição *De La Terre á la Lune*, em época em que tambem eram do dominio da imaginação a viagem á volta do mundo em 80 dias, a navegação submarina e os passelos aereos, juntou o relatorio dos trabalhos da Commissão de "Gun Club" de Baltimore, incumbida dos estudos e das diligencias para essa embaixada. Na questão que pareceu mais séria, a dos recursos pecuniarios, difficels de obter num momento em que o paiz de *Uncle Sam*, convalescente da guerra de Sucessão, não andava farto de dinheiro, pensou-se num emprestimo externo nos mercados de capitães. Na Europa, os banqueiros escolhidos foram os Rothschilds (Londres, Francfort, etc.) os Mendelsohn (Berlim) o Crédit Mobilier (Paris) Torlonia (Roma) etc. Na America do Sul o *Gun Club* caprichou tambem nos seus banqueiros. No Chile e no Perú a casa bancaria T. La Chambre; na costa do Atlantico teve um só banqueiro — Buenos Ayres — Banque Mauá; Rio de Janeiro, — *même maison*, Montevideo *même maison*. Tal é a lista official fornecida a Jules Verne pelo *Gun Club*, que tivera com certeza *referencias* de que Mauá era um grande banqueiro argentino, com casas filiaes ao longo da costa, mais conhecido, ao que parece, do que a sua patria.

expuzemos no capitulo a respeito das reclamações brasileiras. Denegação de justiça, escandalo inaudito, ataque á propriedade, foram as expressões das *notas* do Governo do Brasil, depois de ouvido o Conselho de Estado.

Uma lei, com intuitos de interesse publico, tinha sido publicada, em 16 de Julho de 1868, sujeitando os bancos a um regimen que affectava as respectivas bases de organização e, em relação a alguns, offendia contractos bilateraes.

Mauá, como vimos, aceitou-a; ou antes, submetteu-se. Não era habil affrontar odiosidades que vinham envolvidas nas conveniencias da politica monetaria do paiz; durou assim, poucas horas a suspensão do troco de suas notas e o encerramento dos seus postigos; houve transacção.

“...Resisti com brilho, escreve elle, sem pedir apoio a ninguem, nem á Casa Central, nem ás provincias, sustentando-se as outras casas do Rio da Prata com espanto do mundo financeiro”... Mas, ou porque os interesses dos concorrentes tivessem soffrido o desapontamento de verem de pé o rival, ou porque as odiosidades politicas não estivessem saciadas, ou porque os dirigentes estivessem naquella fermentação cerebral que é uma operação preliminar quando *Deus vult perdere* — veiu a Lei de 21 de Janeiro de 1869.

Já a conhecemos essa lei, esse disparate. Para que o Ministro do Brasil se animasse na sua primeira nota a formular esta insinuação — “...*el Banco Mauá Y Cia., EL UNICO a quien fue negado despues de la ley de 16 de Julio de 1868 el uso de semejante facultad... y que en la vispera misma del dia en que fué promulgado el decreto de Encro (1869) cuando, por consequente, ya debia haberse discutido y aprobado en Consejo de Ministros, sino confeccionado, permittia el Gobierno al Banco Navia y Cia. que por un dia suspiendiera sus operaciones, reforsase su capital y proporcionalmente su emission*”... era preciso que Mauá tivesse carradas de razão de chamar a isso um *attentado governativo*, *assalto* e outras coisas justas, que o teriam levado *al carcel* se o Fiscal do crime e os advogados designados para o substituirem, não houvessem desag-

gravado a honra e a civilização de seu paiz recusando-se a processal-o por delicto de imprensa.

Foi este o momento do segundo fechamento de portas. Dessa vez mais demorado; só alguns mezes depois o Banco Mauá voltaria a funcionar.

Comprehende-se, porém, que o abalo do credito estava dado, no paiz e no estrangeiro; só a solidez daquelles alicerces permittiria tão demorada resistencia e vida longa ainda.

Promulgada a lei de 4 de Maio de 1869, voltou o Banco Mauá a operar. Aquella habil manobra que já admiramos, transformando, num abrir e fechar de olhos, os credores do Banco Mauá y Cia. em credores particulares do Barão de Mauá, permittiu que o instituto reabrisse sem o menor tropeço; não tinha mais credores.

Além dos lucros cessantes pelo facto de ser cassada uma emissão que devia vigorar mais vinte annos e dos prejuizos provenientes da falsa cotação dada aos titulos de divida publica com uma diminuição de 13 % sobre o valor fixado na propria lei, houve para Mauá o abalo de seu nome

A avaliação, que elle só mais tarde formulou em cifras, do seu descredito e dos lucros provaveis da emissão depois que insistiu em vão para que fôsem arbitradores o Banco de Inglaterra ou o Banco de França, monta a 12.000.000 de pesos ou 95.000:000\$000 de nossa moeda actual. Effeitos commerciaes immediatos se fizeram sentir no Brasil; os inimigos, que não eram muitos e os invejosos, que não eram poucos, perceberam que chegára o momento de desthronal-o.

Póde talvez dizer-se que capitaneou o bando demolidor o Banco do Brasil; tinham sido quasi sempre adversarios, desde quando Mauá o abandonou no berço e foi fundar outro banco, que em breve o supplantava na confiança publica e o substituiu no papel de agente do Thesouro.

Só em 1864, a celebre crise bancaria de 1864, a maior por que passou a Nação, Mauá tivera necessidade de recorrer ao Banco do Brasil que era o banco emissor e em favor do qual

naquelle momento, para acudir á praça, se tinham votado novas emissões inconversíveis.

Para aguentar-se e para aguentar os outros, Mauá teve que tomar emprestados 5.246:440\$000. Seus prejuizos nas fallencias abertas andavam por 2.500:000\$000. A superveniencia immediata da guerra do Paraguay (1865 a 1870) e as crises agricolas de baixa dos preços e diminuição das safras de café e assucar, difficultaram-lhe os recebimentos; só um fundo de reserva como o delle, poderia ter atravessado esses seis annos tormentosos durante os quaes foram cahindo outros, notadamente Bahia, Irmãos & Cia., em 1866.

Em 1870, o Banco Mauá devia ao Banco do Brasil cerca de 9 mil contos. Com as noticias de Montevidéo, exaltaram-se os puritanos do credito; *cra muita facilidade*. Debalde o Presidente, Conselheiro Salles Torres Homem (Visconde de Inhomirim) economista que não era suspeito de partidario pelo escola de larguezas de credito de Mauá, procurou tranquilisar os seus accionistas. (1).

Numa assembléa de prestação de contas, a Administração foi admoestada por *suas facilidades*. A brutalidade da censura determinou a exigencia da escriptura da hypotheca de 23 de Fevereiro de 1870 por 8.652:601\$816, com clausulas que envolviam descredito para quem tanto precisava do credito. Contrastaste flagrante com aquella outra escriptura de hypotheca de

(1) Trecho do relatório do illustre Presidente: — “O procedimento inesperado e menos justo do Governo Oriental do Uruguay para com a Casa Mauá interrompeu no ultimo semestre as largas amortisações de sua divida, que os recursos disponiveis deste importante devedor do Banco lhe permittiam fazer. Entretanto, a nova lei votada ultimamente pela legislatura daquella Republica sobre a emissão do Banco Mauá, as novas disposições de que se acha animado o mesmo Governo de chegar com o chefe desse estabelecimento a um accordo satisfactorio para ambos, tendo já sido removidas as principaes difficuldades da questão, pelas negociações que estão a findar-se segundo as ultimas informações recebidas, não deixam duvida alguma que em pouco tempo a casa de que se trata, cuja solvabilidade não podia ser contestada, achar-se-á habilitada a proseguir no pontual desempenho dos seus compromissos”.

1859 em que Mauá dava, em segredo, religiosamente guardado por 20 annos, a garantia dos seus bens immoveis *presentes e futuros* ao cumprimento de obrigações da E. de F. D. Pedro II! "...Semelhante golpe contra o credito da casa, desfechado em um momento critico, não seria bastante para derribar a qualquer outra instituição de credito"?... pergunta Mauá.

Entretanto, não cahiu ainda. Felizmente para o Brasil. Estava acabada nesse intervallo a E. de F. Santos a Jundiahy, onde o credor immobilisára 6.000 contos (inaugurada em Fevereiro de 1867) mas ainda havia muita coisa a fazer, o telegrapho submarino (1873) e outras coisas mais.

Como se este escandalo de publicidade não fôsse bastante, uma distribuição profusa de circular anonyma annunciou ao Brasil inteiro que a Casa Mauá de Montevidéo fechára as portas e o Banco do Brasil tomára em hypotheca todos os bens da Matriz.

Dada a coincidência do incidente politico occorrido na Camara dos Deputados com Silveira Martins, o annuncio do descredito tornou-se o programma dos inimigos. Na Camara falou-se em *condições precarias* da casa Mauá (Março de 1873); na imprensa *A Reforma* alludia ao Barão *atrapalhado* e n'*A Republica*, Francisco Cunha, sob sua assignatura, perguntava se o Sr. Paranhos, Ministro da Fazenda, pagava suas contas de hospedagem no Rio da Prata mantendo *relações* com uma casa fallida (Março de 1873).

Entretanto, até 1875, resistiu a casa Mauá; sua divida hypothecaria ia sendo reduzida; tudo marchava em ordem, talvez de vagar.

Num momento, precisou de 3.000.000\$000 para cobrir, em Londres saques da succursal da Argentina. Offereceu ao Banco garantias mais que bastantes — caução das acções da Companhia Pastoril, Agricola e Industrial, valendo realmente o dobro.

O Visconde do Rio Branco, com os quatro annos do seu Ministerio, irritando pela longividade os adversarios e em vespéras de cair, não pode valer-lhe. O Banco do Brasil, depois

de algumas conferencias de Directoria e de Conselho Fiscal, resolveu afinal recusar o emprestimo solicitado. Um voto em sentido contrario, ou um director ausente que chegasse, ou uma recusa mais prompta dando tempo a outras diligencias, teriam evitado a catastrophe. (1)

Foi a quarta grande crise bancaria do Brasil. Uma esponja sobre esse dia. Nem é bom prestar ouvidos ás revelações que Mauá faz em cartas particulares. "Não é um desabafo é um gemido" diz elle; é melhor, porém não escutar esse gemido.

"...Com a suspensão do Banco Nacional, (presidido por um homem politico de alta posição e respeitabilidade), no dia 12 de Abril, a crise que começava suas manifestações exaggeradas, traduziu-se em um panico e a acção do Governo não sendo efficaz, á suspensão daquelle Banco seguiu-se a nossa; em seguida, foi o Allemão. Todos os outros, inclusivé o do Brasil teriam ido, a não se tornarem mais fortes ou auxilios do Governo que tem esgotado os cofres do Thesouro e já fez uso do papel moeda tirado da Caixa, embora não passasse ainda a Lei que para isso o auctorisa"... diz elle em carta a Ricardo Ribeiro (5 de Maio de 1875 — Archivo de D. Irene, Viuva Tito Ribeiro).

Foi esta a primeira e a principal causa da catastrophe. Não era pouco; mas, seria possivel evital-a com uma moratoria promptamente obtida dos credores, se as condições geraes do paiz fôsem outras; a liquidação de um passivo de 78.000:000\$000 não era possivel em tres annos.

(1) Ha quem suspeite o Visconde do Rio Branco de ter abandonado Mauá nesse momento. E' injustiça. O Dr. Moreira de Carvalho, actual director do Banco do Brasil, possui provas de que seu tio, o Dr. Fernandes Moreira, prestigioso director na época, recebeu solicitações do Ministro em favor de Mauá, de quem era tambem amigo e admirador. Em carta a Ricardo Ribeiro, (5-5-1875) o proprio Mauá confessa. — "Não houve esforços que bastassem no Banco do Brasil. O Ministro da Fazenda, amigo como é e tambem vendo o compromettimento do Thesouro com que os *liberaes* faziam politica, fez o seu possivel, porém tudo em vão" (Archivo de D. Irene, viuva Tito Ribeiro).

Distribuidos 51.100:000\$000, faltavam 27.000:000\$000. A fallencia foi aberta, contra a vontade de quasi todos os credores, porque a lei, logo depois revogada, não permittia outra solução.

Para que se abalasse o Colosso de Rhodes foi preciso que se juntassem o crime dos inimigos, a incapacidade dos amigos e leis que... se reconheceu util, revogar. Nem assim o trabalho de derrubal-o foi prompto; nem assim foi facil.

Eram necessarias outras causas.

A segunda grande causa foi a falta de pagamento, por parte da E. F. Santos a Jundiahy. Já vimos (capitulo XI) que a actual S. Paulo Railway é obra de Mauá. Repetiremos palavras da nossa conferencia na Liga da Defeza Nacional. "Sua foi a concessão, seu o dinheiro para os estudos, seu o trabalho, seu o capital primitivo em grande parte, £ 950.000, parte muito maior que a da familia Rothschild, seu um grande quinhão do emprestimo de debentures, seu afinal, mas para não ser jámais restituído, em razão das delongas das nossas leis processuaes e da prescripção curta das leis inglezas esse emprestimo a jacto continuo para conclusão das obras que no dia de sua fallencia montava a £ 600.000".

Está nestas poucas linhas um *instantaneo* da segunda causa da fallencia.

Essa Estrada de Ferro, com cujas acções se constituem fundos de reserva de sociedades, não pagou a Mauá o dinheiro que este lhe foi adiantando para que os trilhos caminhassem, para que as obras não parassem.

Uma asserção desta ordem exige documentação; é bom que ella pareça absurda para desculpar a minuciosidade de uma exposição que talvez enfastie e com certeza envergonha e entristece.

Vimos no capitulo XI que a E. F. Santos a Jundiahy, constituida com o capital de £ 2.000.000 e £ 750.000 de debentures, ficou em momento dado, sem recursos. O seu *Chairman*

declarou ao Ministro do Brasil que ia ao *Stock Exchange* confessar a fallencia se não lhe dessem immediatamente £ 100.000.

D'ahi por diante foi Mauá quem teve que fornecer os capitães para que a Estrada caminhasse e não se perdessem as obras consideráveis já feitas.

Para salvar uma estrada de ferro, Mauá não media sacrificios nem pedia seguranças; erro talvez de homem de negocios, mas, um facto e uma benemerencia. Foi a cegueira do patriotismo o seu unico defeito de banqueiro.

Para demonstral-o, no caso da actual S. Paulo Railway, não ha mais que relatar o feito.

A divida da E. de F. Santos a Jundiahy provinha de duas verbas, uma de £ 76.506.14 de adiantamentos a ella directamente feitos em mão de seus agentes em S. Paulo para conclusão das obras e respectiva conservação, outra de £ 338.255.14,5 suppridas aos empreiteiros Robert Sharpe & Cia. que, baldos de recursos, iam suspender os trabalhos.

A historia da formação das duas verbas era a seguinte: — Mauá foi, desde o começo, e com a approvação da Companhia, o fornecedor de fundos e o banqueiro dos empreiteiros, que eram de discutivel resistencia; mas, o preço da empreitada garantia lucros e Mauá julgou poder fazer adiantamentos. Emquanto as contas davam sobras, tudo correu regularmente. Minguaram, porém, os lucros e começou, ao mesmo tempo, a Companhia a reclamar tambem obras extraordinarias, que seriam pagas á parte. Tudo se foi fazendo sem documentos, corporizados, aliás, nas proprias obras. No trecho entre Santos e Cubatão houve alteração de nivel que obrigou a um movimento de terras, despeza imprevista não pequena. De Cubatão a São Paulo, a Companhia resolveu modificar o systema contractado, que já se mostrava insufficiente para o trafego e determinou obras differentes, enormes trabalhos addicionaes, cujo custo era difficil fixar préviamente. Os empreiteiros as iam executando e Mauá fornecendo o dinheiro; a divida crescia e

os certificados e orçamentos das obras não contractadas, iam sendo adiados. Subindo a divida dos empreiteiros até £ 338.255.14,5 deliberou o gerente da casa Mauá & Cia. de Santos, João Hayden, suspender os adiantamentos aos empreiteiros, que por si não offerciam garantias, embora abonados pela recommendação amigavel de um dos Directores da Companhia. Intervem J. J. Aubertin, superintendente da Companhia e pede que Hayden continue os supprimentos até que Mauá voltasse do Rio do Prata, visto que a cessação importava a interrupção dos trabalhos da Estrada e gravissimos prejuizos á Companhia. Chegado do Rio da Prata, Mauá approvou o acto de seu gerente e resolve continuar os fornecimentos á Estrada, attendendo ás poderosas razões de Aubertin para demonstrar que, sem esse concurso, não proseguiriam os trabalhos, resultando dahi talvez o abandono da construcção.

Estabeleceu apenas um regimen novo; de 1866 em diante, torneceu o dinheiro directamente aos empregados superiores da S. Paulo Railway. As contas desta segunda phase subiram a £ 76.506.14.10.

Esta exposição fidelissima é baseada em documentos irrefutaveis, juntos aos autos, e no resumo da petição inicial da demanda que é assignada pelo venerando Conselheiro Joaquim Ignacio Ramalho, nome que por si só é, para todos, um penhor de seriedade e para nós, seus discipulos, é uma sentença.

Ramalho reclama as duas parcellas com a mesma razão juridica de pedir — "...a bôa fé do commercio não soffre que algum se locuplete com a fortuna dos outros"... Foram tambem advogados de Mauá em S. Paulo os venerandos Mestres Conselheiros Justino de Andrade e Falcão Filho e no Rio o Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira.

Veio a E. de F. Santos a Jundiahy com uma excepção de incompetencia de juizo allegando seu domicilio em Londres e ajuntando *ad majorem gloriam* que ninguem, excepto a Directoria ou pessoa por ella expressamente auctorizada, podia empenhar o credito da Companhia.

Despacho do illustre Juiz de Direito de S. Paulo, Antonio Candido da Rocha, varreu toda essa indecencia e o Supremo Tribunal de Justiça, para o qual recorrera a Companhia, o confirmou unanimemente em 12 de Agosto de 1873.

Desprezada a excepção, veio a Ré com a mesma defeza e mais outras chicanas de mau pagador — que a conciliação (preliminar do processo naquelle tempo) era nulla, porque devia ser intentada em Londres, perante os proprios directores; que o Barão de Mauá auctor (que foi quem abriu o credito na Casa Mauá & Cia.) não era parte legitima, no seu entender, os proprios Mauá & Cia.; que Aubertin, intervindo em nome da Companhia, para que Mauá fornecesse dinheiro não obrigava a Companhia, visto que si o fizesse, excederia as funcções do seu officio, etc., etc. A todas essas espertezas fulminou o Juiz Antonio Candido da Rocha com uma sentença de que vale transcrevermos alguns trechos:

“Attendendo a que o A. Barão de Mauá fez realmente adiantamentos de dinheiro para a construcção da Estrada de Santos a Jundiahy, já por intermedio dos empreiteiros Sharpe & Cia., já directamente por si, *fornecendo aos empregados da Companhia*, e que o emprego de taes sommas não teve por fim exclusivo realisar uma transacção mercantil, senão beneficiar a Companhia, salvando-a das difficuldades em que esteve e levar a effeito a estrada; que as quantias assim dispendidas foram empregadas com economia e vantagem da mesma estrada, da qual esta Companhia auferiu consideraveis lucros. Attendendo que, segundo direito, o proprietario ou empregador é obrigado a satisfazer as quantias que outrem dispende em favor de seus negocios ou empresas, quer tenham sido dispendidas com sciencia, quer com ignorancia e ainda com prohibição d'elle, se dessas quantias elle perceber uti-

lidade e vantagem porque a bôa fé do commercio não soffre que alguém se locuplete com a fortuna do outro”...

E, um pouco antes desses considerandos, tinha o digno juiz affirmado:

“...Mostra-se provado mais que, era tal a posição da Companhia que viu-se forçada a pedir por emprestimo ao Governo Imperial a quantia de £ 100.000, como consta a fls. 392, sendo a sua falta de recursos pecuniarios tal, que o seu Presidente em Londres declarou que, a faltar-lhe esse supprimento, declarava a Companhia fallida, o que consta dos autos a fls. 397, por documento official. (Sentença de 10 de Maio de 1875).

Dessa sentença houve appellação para o Tribunal da Relação de S. Paulo.

Este admittiu, como defeza, a materia de excepção já allegada e rejeitada pelo Supremo Tribunal de Justiça e deu provimento á appellação, decidindo que — era o fóro de Londres o competente para ser demandada a Companhia. (Accordão de 24 de Novembro de 1876).

Mauá interpôz o recurso de Revista desta decisão, contraria á jurisprudencia anterior do mesmo Supremo Tribunal.

Só vamos falar dos *argumentos* empregados, para explicar ou attenuar o horror da decisão final, em que o Supremo Tribunal por 6 votos contra 4 voltou atraz de sua decisão primitiva. Esse accordão anterior, de n. 8.520 de 12 de Agosto de 1874, tem as assignaturas de Barão de Monserrate, Costa Pinto, Cerqueira, Villares, Coito, Albuquerque, Barbosa, Leão, Simões da Silva, Valdetaro, os dez presentes, sem discrepância.

João Chrispiniano Soares, o habil advogado que pleiteava pela E. de F. Santos a Jundiahy, vislumbrou a conveniencia de explorar outra tactica. Do seu *plano* dão idéa estas palavras

com que termina as razões de impugnação ao recurso da Revista:

“O melhor e mais seguro meio de fazer acreditar na independencia de espirito da Justiça de nossos juizes e tribunaes, disse um escriptor de França, consiste em não recusar aos juizes das outras nações tão indispensaveis qualidades”.

Não foi a unica insinuação de tal natureza; alludiu tambem ao máu effeito de uma sentença que seria recebida com a suspensão de “...aproveitar ao homem mais poderoso do Brasil”... Textualmente escreve:

— “A Justiça não é só amada dos bons e temida dos máus; ella tambem é o freio dos poderosos da terra, a protectora dos estrangeiros e a reputação dos monarchas”.

Discipulos dessa *jurisprudencia*, os jornaes de Londres e os *apedidos* dos superintendentes da E. de F. Santos a Jundiáhy no *Jornal do Commercio* do Rio, falavam tambem na probabilidade da suspensão de credito para qualquer estrada de ferro do Brasil.

O *Anglo Brazilian Times* levou sua petulancia ao ponto de elogiar a decisão de S. Paulo nestes termos: — “A maneira por que a causa foi encarada pelo juiz Rocha e a doutrina avançada em apoio, já haviam causado uma especie de consternação nos circulos relacionados com as empresas brasileiras e excitado um sentimento extremamente prejudicial aos interesses do Brasil...” e, como si isso não fôsse sufficientemente insolente, accrescentava — “...tanto mais que a simultanea e inopportuna promoção do sobre dito juiz de Direito pelo então Ministro da Justiça Duarte de Azevedo (o Conselheiro Duarte de Azevedo, dizia-se tambem nas mofinas, tinha sido advogado de Mauá em causa anterior contra a E. de F. Santos a Jundiáhy) fez

nascer a infundada impressão de que o Governo approvava semelhante doutrina, aliás completamente subversiva de todas as idéas admittidas no estrangeiro relativamente á validade e inalterabilidade dos decretos imperiaes..." (7 de Dezembro de 1876).

O grave *Times* tirou-se tambem de suas reservas para elogiar a Relação de S. Paulo que *corrigira* o Juiz de 1.ª instancia mandando para as justizas inglezas uma reclamação que... pelas leis inglezas estava prescripta.

Em seu numero de 15 ou 16 de Janeiro de 1877, *pendente o julgamento do recurso da Revista*, escreve o *Times*: — "Basta aqui dizer que o resultado deste prolongado pleito não pôde deixar de ser vantajoso ao Brasil, provando como prova que os interesses dos capitalistas inglezes estão tão bem garantidos ali como em nosso proprio paiz".

Longe vá a suspeita de que taes ameaças enfranqueceram o animo da nossa Justiça; mas, se tivéssemos que admittir a influencia destes *Gods* judicarios, era só para perdoar a versatilidade de um Tribunal que tão extranhamente mudou de doutrina e que mudou... tão mal.

Por accordão de 27 de Julho de 1877, o Supremo Tribunal de Justiça admittiu a doutrina da Relação de S. Paulo. E' curioso notar como estava mudada a composição do Supremo Tribunal de Justiça no espaço de tres annos; a morte e as aposentadorias tinham conspirado contra Mauá. Dos 10 juizes do primitivo accordam mantiveram-se firmes: Villares, Albuquerque, Simões da Silva e Valdetaro. Monserrate passou a presidente, sem voto. Um dos juizes primitivos mudou de voto e outro jurou suspeição. Havia novos 5 e estes, todos divergentes da primeira decisão, formaram a maioria.

Com o devido respeito mas sem a menor vacillação, diremos, a decisão foi clamorosamente injusta.

O venerando Conselheiro Ramalho assim argumentou nos autos, impugnado excepção de incompetencia de fóro "...deduzida com engenho e arte"...

"E' inegavel que o art. 7 dos Estatutos declara que a ci-

dade de Londres é a séde da Companhia ; mas, d'ahi não se póde deduzir se não o seu domicilio, centro de suas relações para com os seus socios e não o seu domicilio, para como terceiros, os quaes não pódem ser sujeitos a elle sem contradicção com o facto e com o direito... Isso concerne sómente a organização interior da mesma sociedade e as suas relações e questões com os socios e ainda com terceiros quanto aos actos e factos que tivessem existencia na Inglaterra. A séde de suas relações juridicas, para com terceiros domiciliados no Brasil, é necessariamente o logar em que exerce a sua industria e em que está o centro de sua vida industrial, o seu principal estabelecimento, sempre que as obrigações nasçam de negocios e interesses entre brasileiros residentes no Brasil, posto que relativos a construcção da Estrada..." E, depois de um longo estudo na altura de sua competencia e do seu nome e do seu contradictor, firma os principios juridicos:

—“Que quando a séde social, fixada nos Estatutos, não é o logar do seu principal estabelecimento, este, a respeito de terceiros, é que constitue o domicilio.

— Que é no fóro do principal estabelecimento que devem ser exercitadas as acções de terceiros contra a Companhia.

— Que, demais, a acção do excepto versa sobre obrigação proveniente de supprimento e emprego de capitaes seus... e é certo que nas questões relativas á construcção de caminhos de ferro, a jurisprudencia constante, attestada por Dalloz, é que a Companhia póde ser accionada até mesmo perante o Tribunal do logar onde ha uma estação que pela sua importancia deva ser considerada como filial da Companhia”...

Si houvesse hoje quem duvidasse desta doutrina, tão claramente defendida pelo bom senso, invocariamos ainda um argumento que Mauá, com a sua lucidez, desenvolveu antes de falarem os advogados — “...o contracto com o Governo Imperial (art. 26) expressamente firmou o direito de ser a Companhia demandada no Brasil desde que consignou o principio de ser ella responsavel perante o Governo e as auctoridades do Imperio pelos actos que no Brasil praticasse”...

Acatemos, porém, a decisão do Supremo Tribunal com o respeito que devemos mesmo ás sentenças que não têm defeza; consignemos apenas que nem na sua decisão, nem na da Relação de S. Paulo se negou a existencia da divida.

Se Mauá, sacrificado a considerações de outra ordem, foi remettido para os tribunaes inglezes, levemos-lhe mais este prejuizo em conta dos seus sacrificios pela Patria; podemos acreditar que, se elle estivesse convencido, como muita gente pensou, que isso era indispensavel para que os inglezes *comesçassem* a fornecer os capitaes para estradas de ferro no Brasil, teria expontaneamente aberto mão de seu direito.

Chegado a Londres em 1883, foi seu primeiro cuidado renovar propostas que havia 18 annos (!!) apresentava e renovava para que a directoria da E. de F. Santos a Jundiah submettesse a um tribunal de honra as suas reclamações.

Compromettia-se elle *expressamente*, desde o anno de 1866 a entregar "...o julgamento definitivo e irrevogavel de toda e qualquer questão a juizes arbitros, sujeitando-se á decisão qualquer que ella fôsse comtanto que a Companhia fizesse outro tanto..." (proposta de 8 de Outubro de 1866).

Não temia juizes inglezes, togados ou leigos; era-lhe indifferente a nacionalidade dos arbitros, tal a confiança que tinha no seu direito: "...Seria de bom conselho que a directoria no interesse dos accionistas admittisse um meio honroso de apreciar um grande caso que se disputa, para ser decididio por juizes honestos e independentes que possam decidir *se o meu dinheiro foi confiscado* para levar-se ao cabo a estrada de ferro da Companhia"... (proposta de 1883).

Ingenuidade de um homem de bem!

A Companhia, que sempre recusou o juizo arbitral, que nunca concordou em submitter-se ao lado dos tres advogados ou dos tres directores dos tres primeiros bancos da Inglaterra, não iria correr riscos, quando estava coberta pela prescripção!

"...Ouvindo os interpretes da lei ingleza que em Londres gozam de alto conceito, colho a triste certeza que o prazo le-

gal para ser apresentada uma reclamação não fundada em contracto *expresso entre as partes* se achava esgotado"... diz Mauá em Agosto de 1884. A prescrição, segundo os interpretes da lei ingleza, era de cinco annos; as chicanas nos tribunaes do Brasil tinham consumido dez.

Descrente de conseguir que os enriquecidos accionistas da E. de F. Santos a Jundiahy submettessem ao arbitramento de homens de inteira respeitabilidade do alto commercio inglez ou interpretes do direito inglez, a questão nos termos que propunha á Companhia "...si elles se tinham locupletado com o patrimonio alheio..." Mauá resolve voltar ao Brasil para renovar a demanda.

Era inutil a tentativa, disse-lhe Francisco Octaviano, seu consultor juridico; mas, elle pensava ainda em lutar e ouviu outros jurisconsultos.

Ficou animado com os pareceres; animado ou-desanimado, porém, seu dever era de batalhar com o fim de reaver aquelle dinheiro para o Thesouro Nacional e para os seus outros credores, ainda não pagos integralmente, embora lhe tivessem dado quitação plena.

Mas, todas as energias moraes cedem á fadiga do corpo; era um homem de 71 annos, dos quaes 60 em meio de trabalhos e de luctas, sem um dia de descanso.

Antes de voltar para o Brasil, teve ainda forças para um desabafo e provocação que merecem ser lembrados no historico de uma vida cujo mais bello aspecto é ser padrão de tenacidade e de altivez.

Expondo-se a perigos de facil percepção, escreve um artigo *forte* para o *Times*.

A publicação é recusada; seria um caustico para a honra dos capitaes inglezes.

Respondia nelle ao Relatorio do Presidente da E. de F. Santos a Jundiahy, divulgado pelo *Railway Times*.

Chegado ao Rio, Mauá o estampa no *Jornal do Commercio* precedido das seguintes palavras:

“Como jámais consenti *durante minha longa vida* a ser aggreddido pela imprensa sem responder cabalmente, escrevi o artigo que transcrevo, que levei *pessoalmente*, acompanhado de uma carta attenciosa á redacção do *Times*, confiando que o primeiro orgam de publicidade da Europa não se negaria a uma *justa defeza* que nada tinha de offensiva”.

Só um jornal de somenos importancia, quiz publicar esse artigo na Inglaterra.

No *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, de 5 ou 6 de Dezembro de 1884, Mauá o reproduz apoiado em documentos que occupam meia pagina compacta dos *apellidos*.

Lava a alma lêr o que aquelle velho alquebrado disse aos que, retendo indevidamente o seu dinheiro, cavaram-lhe a fallencia e a ruina.

Alguem ha de publicar um dia o que resta da correspondencia intima e da obra de parlamentar e de polemista de Mauá, para o serviço de esclarecer muitos dos nossos problemas economicos e financeiros. No nosso objectivo que não é esse, nem o ponto de vista litterario do Dezembargador Sá Pereira, mas o de dar idéa justa de sua bella figura e defendel-o da accusação de incapacidade commercial que *o facto de desastre* predispõe a acolher, salientar que nestas duas causas primordiaes de seu insuccesso, não houve imprudencia; e se houve, foi pela cegueira do patriotismo. A Estrada não podia parar — disse elle na *Exposição aos credores*.

Mauá poderia, pois, falar como falou de *immoralidade*, de *estellionato*, de *roubos*.

O procedimento de seus devedores contrastava singularmente com o de um homem puro que lutou quinze annos sem alcançar um vintem quando reclamava um pagamento indiscutivel “*morally and fundamentally just*”, conforme confissão do superintendente Aubertin e que o engenheiro residente Fox, muito conhecido em S. Paulo, declarava em depoimento judi-

cial que "...fôra dinheiro *emprestado e bem empregado na construção das obras pelo Barão de Mauá*" esse homem "...cujá conducta em varias emergencias fôra a de um principe..." conforme diz esse mesmo Fox em carta escripta ao notavel engenheiro Brunlees.

Para que esta triste pagina não amargure tanto o dinheiro mal havido, que nos console a idéa de que tal indemnisação não poderia mais ter aproveitado a Mauá!

Elle não se cançava de repetir e ainda nesse artigo declarou:

"Venho recorrer novamente ás leis do Brasil para obter reparação contra a monstruosa ex-polição. Tratei de cumprir o meu dever para com os credores de Mauá & Cia. da melhor fórma que me foi possível no estrangeiro, para onde fui remetido, encontrando obstaculo insuperavel, na má fé da Directoria e em acontecimentos fôra da minha responsabilidade, a prescripção curta das leis inglezas..."

"Acho-me de volta á minha Patria nutrindo robusta convicção de que um exame definitivo e mais completo da questão, dará afinal triumpho á lei, á justiça e á moralidade.

"Não é o interesse individual que me estimula. Só os credores de Mauá & Cia. têm no pleito interesse particular pecuniario. Cumpro um duplo dever, o contrahido para com os credores de Mauá & Cia. e o de fazer punir o mais audacioso estellionato..."

"Terei forças até o ultimo momento de minha vida, espero em Deus, para proseguir na defeza de tão justa causa..."

O ultimo momento da vida estava, porém, muito proximo.

Raras vezes pôde ainda descer de Petropolis para conferenciar com os advogados que iam renovar a reclamação judicial.

Basta o estudo destas duas causas principaes para a defeza de nossa these — a fallencia não é resultado de sua incapacidade, nem de sua imprevidencia, nem mesmo do seu patriotismo.

Duas forças poderosas se juntaram a muitas outras para derrubar o Hercules — os desatinos do governo revolucionario de uma Republica e as chicanas de dez annos de um devedor que se valeu da prescripção.

As outras causas que Mauá expõe com toda lealdade a seus credores, passam para plano secundario e perdem toda curiosidade.

Poupemos ao leitor coisas tristes, quando dellas podemos prescindir.



O Visconde de Mauá em 1882. (De uma estampa da "Renascença", revista editada pelo Dr. Rodrigo Octavio, 1904).

CAPITULO XXX

O que Mauá não fez

O nome de Mauá, tristemente ignorado e esquecido, é, no entanto, o do brasileiro que mais trabalhou, batalhou, soffreu e fez em pról da prosperidade de sua terra...

Impõe-se, a todos o dever de reconhecer, diante disto, que o Visconde de Mauá não foi um homem; foi um governo. Fez o que só um bom governo pôde fazer.

(LAUDELINO FREIRE, "Notas e perfis").

NA vida do homem que tudo fez no Brasil, o titulo, que talvez pareça extravagante, deste capitulo, quer apenas designar tres obras principaes que deixaram de ser feitas por obstaculos que elle não pôde remediar, ou que ficaram aniquiladas em razão de sua quéda.

Na primeira categoria estão o Porto de Pernambuco e a Estrada de Ferro para Matto Grosso; na segunda, a Companhia Pastoral, Agricola e Industrial.

Só destes tres apprehendimentos falaremos, abstrahindo de outros de menor importancia que, qualquer d'elles, em vida menos cheia, occuparia espaço apreciavel.

PORTO DE PERNAMBUCO

Era um dos sonhos de Mauá, Pernambuco.

A posição geographica daquelle porto não podia deixar de seduzil-o.

Quem, no meado do seculo passado, diante das demoradas communições maritimas entre Europa e Asia, antes da abertura do Canal de Suez, olhasse para o mappa do Brasil, devia impressionar-se com a posição excepcional daquelle porto que avança no oceano, como que offerendo ao mundo as riquezas do continente sul-americano.

São, por isso, innumerables os projectos que, desde 1816, começaram a ser apresentados para o melhoramento do ingrato ancoradouro de Recife; desesseis eram catalogados até 1855.

Os inglezes Henri Law e John Blount, em uma "Memoria" para o melhoramento do Porto de Pernambuco, falavam nestes termos, em 1856:

"Assim, a costa do Brasil, constitue o lado da estrada naval do mundo e o porto de Pernambuco, situado no ponto mais proeminente de léste, occupa, sem duvida, a mais bella posição commercial e deve, inevitavelmente, num periodo não distante, tornar-se muito importante e florescente cidade.

Podemos, com confiança, predizer que não vem distante o dia em que Pernambuco tomará o primeiro lugar entre as grandes cidades e os seus commerciantes ficarão a par dos mais opulentos negociantes do globo".

Participava do mesmo enthusiasmo Mauá. Quando recommendou ao seu socio De Castro que tudo fizesse pelo exito da "*Recife and S. Francisco Railway Company*", augurou á Estrada e ao Porto brilhante futuro.

Tambem d'essa opinião parece que eram Candido Gaffrée

e Eduardo Guinle, que antes de fazerem o Porto de Santos, pensaram no de Pernambuco em 1884.

A proposta de Mauá, conjuntamente com Manoel da Cunha Galvão e J. F. Alves Branco Muniz Barreto, é de 1867.

O plano adoptado é o dos engenheiros Neate e Lane modificado por Hawkshaw, que Manoel da Cunha Galvão achou perfeito. Em seus "Apontamentos sobre o Porto de Pernambuco" diz Galvão:

"Reccorremos ao auxilio de um homem poderoso. O Sr. Barão de Mauá, sempre avido de progresso, estendeu a sua mão cavalheira e eis-nos todos tres na arena. Seremos nós bastante felizes para levar a cabo a empreza?"

Havia outros concorrentes; mas o projecto de Mauá, Galvão e Muniz Barreto, era o melhor. Assim o reconheceu o Conselho de Estado pelos pareceres de Souza Franco e Sapucahy em 11 de Outubro de 1867, que o aceitavam, rejeitando as outras propostas; divergente apenas o Marquez de Olin-da, que opinava por novos estudos, sem negar a superioridade da proposta preferida. A Camara dos Deputados approvou, em seguida, o projecto Mauá. O Senado, porém, demorou-lhe o andamento na sessão de 1868, e sobrevindo a lei de portos em 13 de Outubro de 1869, com outras bases financeiras, a escolha não se fez effectiva, nem se abriu nova concorrência por muitos annos.

A proposta de Mauá, Galvão e Muniz Barreto, pedia 13.333:333\$ (£ 1.500.000), 5 annos para começar e 5 para acabar as obras, privilegio por 90 annos e tinha, como outras propostas de Mauá, esta clausula:

"A Companhia obriga-se a não possuir escravos e a não empregar no serviço de suas obras senão pessoas livres. (Clausula 17).

Parece dispensavel andar a calcular quanto deveria Pernambuco a Mauá, se a abertura do seu porto não tivesse sido demorada quasi 50 annos.

A COMPANHIA PASTORIL AGRICOLA E INDUSTRIAL

A organisação desta empresa obedeceu a um largo pensamento.

No Uruguay e na Republica Argentina, onde a industria pastoril tinha feito mais progressos que no Brasil e onde a superioridade dos pastos é reconhecida, quiz Mauá estabelecer a *base* de uma grande empresa para exploração das industrias do gado vaccum e lanigero no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catharina e Matto Grosso. As terras do Paraná e Santa Catharina não tinham quasi valor; as de Matto Grosso não tinham valor algum; as do Rio Grande valiam menos que as do Uruguay. O objectivo era uma larga exploração no Paraná, em Santa Catharina e Matto Grosso onde seria facil adquirir, a preços infimos, extensões vastissimas que, em futuro proximo, iriam ser valorizadas pela estrada de ferro ideada de Curitiba a Matto Grosso e pelas navegações fluviaes a ella ligadas. Melhorados os processos de conservação de carnes para o que, já vimos no Capitulo XVII, Mauá fazia os maiores trabalhos e não pequenas despezas, resolvido o problema de transporte das carnes frigorificadas aos mercados, que seria hoje a Companhia Pastoril?

Mauá falava em adquirir, immediatamente, no Brasil, duzentas leguas de bons campos, *para começar*. Não é preciso abrir-lhe muito credito para suppôr que isso seria logo feito e augmentado.

Pela *base já construida*, poder-se-á ter idéa do que seria a obra total.

No Uruguay, a Companhia Pastoril possuia em 1875, oitenta e quatro *suertes* de campo; em Salto 8 *suertes* (Arapey) e 33 *suertes* (Laureles); em Paysandú 1 e $\frac{1}{4}$ *suertes* (Deposito)

em Rio Negro 20 *suertes*, (La Blanqueada e Roman), em Soriano, 18 *suertes* (Mercedes), El Curupy, La Calera, La Alegria, e outras mais terras e *saladeros*.

Por uma avaliação minuciosa, em meu poder, feita em Junho de 1925, a pedido do Sr. Oscar da Porciuncula, pelo Sr. José F. Peres, que foi homem de confiança de Mauá e que compareceu á arrecadação de seus bens, o que a Companhia Pastoral possuía na Republica do Uruguay, valeria aos preços actuaes, 16.807.567 pesos, avaliação verificada e ratificada, parcella por parcella, pelo mesmo Sr. Oscar da Porciuncula e pelo Sr. Raul Rodrigues, dos maiores estancieros do paiz vizinho.

Faltam dados de igual segurança para avaliar os bens da Companhia Pastoral na Republica Argentina. A extensão de terras era maior que a do Uruguay; á falta de dados precisos sobre a qualidade dos campos, dar-lhes-emos um terço do valor attribuido ás estancias do Uruguay.

Poder-se-á dizer, com segurança, que o activo da Companhia nos dois paizes, representaria hoje 25.000.000 de dollars ou 200.000:000\$.

Toda essa riqueza foi entregue aos credores com 60 % de abatimento sobre os preços do balanço, isto é, por menos de 3.000:000\$, moeda brasileira; e depois foi retalhada, fazendo, com o correr dos tempos, a fortuna de muitas pessoas.

Em arrecadação na qual tomou parte o Sr. José F. Peres, em 1886, já no periodo da decadencia, ainda se acharam nesses campos 96.000 cabeças de gado vaccum, com muitos touros de raças puras, 34.000 carneiros, 9.000 cavallos, etc., etc.

Facil é conjecturar o que seria essa empreza, apenas mantida no pé em que tinha sido lançada, e o que ella seria se tomasse o desenvolvimento que Mauá lhe queria dar, estendendo-a para o Brasil, ampliando-a em territorios e explorando as industrias connexas, como era seu projecto. Poucas **emprezas** de iguaes proporções contariam hoje os Estados Unidos da America do Norte.

Em relação á economia brasileira, talvez fôsse esse novo título o de maior benemerencia de Mauá.

A ESTRADA DE FERRO PARA MATTO GROSSO

Na concepção dessa estrada de ferro, apenas tentada, não realizada, ha muito que reflectir.

Mauá não era só, convém reaffirmar este ponto um homem de negocios, era um estadista. Lançava as vistas para todos os problemas de ordem geral ao mesmo tempo, e todos resolvia, descortinando logo, não o caminho mais util no momento, mas qual o rumo de mais futuro, qual o meio mais apto para o conjuncto, qual o que correspondia ao interesse geral. Se seus caminhos de ferro procuravam de preferencia as zonas ricas, era como condição de vida e de prolongamento; os objectivos estavam quasi sempre mais adiante. Seus planos, apresentados ás vezes em proporções menores do que eram imaginados, com receio natural de affrontar a rotina e o pessimismo, traziam nas dobras os projectos de desenvolvimento, confessados ou occultos. Nos seus estudos de caminho de ferro, o objectivo não foi sempre a exploração commercial da industria de transporte, nem o progresso dos ricos valles que, nas suas nascentes, formam os rios que da Serra do Mar descem directamente para o Atlantico, ou em caudaes volumosas desaguam nos rios Paraná, Paraguay e Uruguay, enchendo esse oceano reintrante que é o Rio da Prata. O pensamento era puxar essas riquezas para o lado do Brasil. Para isso, os seus caminhos de ferro iriam da costa do Atlantico buscar os pontos navegaveis dos rios que da Cordilheira, por uma fatalidade geographica, encaminham as nossas riquezas para as terras vizinhas. Elle viu como estadista, e viu adiante de todos, e viu antes de ninguem, que o Brasil devia tomar a dianteira indo até além do planalto, á conquista economica da Bolivia e do Paraguay, para a nossa costa do sul, como na costa do norte nos está assegurado pelas communicações fluviaes do Amazonas.

O primeiro homem que falasse em um plano nesse sentido, não podia deixar de tel-o a seu lado, e, no dia immediato, á sua frente.

Foi um estrangeiro, Christian Palm, imbuído das idéas grandiosas innoculadas pelas experiencias da America do Norte sobre o factor economico das estradas de ferro, o qual aportou ao Brasil com o pensamento de que nos cumpria no continente sul, realisar a ligação entre o Oceano Pacifico e o Atlantico, mais facil e menos longa do que a que se acabava de fazer no continente norte.

O viajante illustre trazia-lhe uma carta de recommendação do Principe herdeiro da Suecia, mais tarde Rei Oscar. Até lá, aos paços reaes da Suecia, havia chegado o nome do banqueiro de vistas largas do Brasil.

Palm, encontrava, neste particular, um paiz atrazado. A nossa Estrada de Ferro D. Pedro II, parava ainda nas vizinhanças da cidade de Vassouras. Palm propoz sahir dahi até a confluencia dos rios Tieté e Paraná (650 milhas da capital); dahi até a confluencia do Pequery e do Cuyabá, a 1.100 milhas da capital; e dahi, á cidade de Matto Grosso até ás fronteiras da Bolivia, onde a ligação ir-se-ia estabelecer com a rêde da *Great South Pacific Railway Comp.*, ligando a vastissima zona, por meio d'essa estrada e pelos rios Madeira e affluentes, ao caudaloso Amazonas.

O projecto era sympaticamente acolhido, embora com descrença. Mauá não podia, entretanto, deixar de prestigial-o. Em Memorial á Princeza D. Izabel, então Regente, (24 de Fevereiro de 1874) Palm, recordará com agradecimento, o grande amparo que recebeu do banqueiro brasileiro.

Mauá porém, via outro meio melhor de attingir o desideratum. E' delle a idéa de escolher outro ponto de partida, sahir de Curitiba, na nascente provincia do Paraná. Mais facil e mais curto é, de facto, o caminho.

A Antonio Pereira Rebouças estava já então associado para a construcção da estrada de ferro que do porto de Antonina devia subir a Curitiba. Os estudos que tinham sido fei-

tos por aquelle notavel engenheiro, estavam terminados, custando á parte de Mauá 52:257\$450, e já tinham sido declarados perfeitos pelo competente engenheiro Brunlees, autor dos planos definitivos da serra de Cubatão.

Pela morte, logo depois occorrida, de Antonio Rebouças (1872) e com as difficuldades creadas pela importancia politica dos partidarios do porto inicial de Paranaguá, o projecto transformou-se na estrada de ferro que subiu, não de Antonina, mas de Paranaguá, a Curitiba.

Do plano primitivo coube a Mauá a perda dos 52:257\$450 dispendidos, e mais a alegria confessada de ter concorrido para a execução "...cedendo os direitos que ainda me restassem, pois ao grande pensamento que me arrastava com enthusiasmo, a Estrada de Ferro Curitiba a Matto Grosso com seu complemento ulterior em direcção ao centro da Bolivia, era indifferente o ponto da estação inicial no Atlantico, bastando que se reconhecesse apropriado ao trafego que uma linha interoceânica devia attrahir ao porto de exportação"... (*Exposição aos credores de Mauá & Cia.*, pag. 71).

A esse ideal de uma estrada de ferro a Matto Grosso, de lá á Bolivia e ahi ligando os dois oceanos e as duas grandes bacias, a do Amazonas que é naturalmente nossa e a do Prata que poderia vir a ser nossa em grande parte, não se attribuiria um pensamento commercial naquellas épocas. E se houve, maior é ainda a gloria de quem adivinhou e quiz logo explorar tão ricas zonas, que só muitos annos depois começaram a ser descobertas por outros, muitas ainda hoje virgens.

Não é de crêr, porém, que Mauá estivesse pensando seriamente nos resultados industriaes de qualquer dos traçados então imaginados. Elle os antevia, é certo; e hoje póde-se provar que não teria prejudicado ninguem com o conselho de aventurar capitaes n'essas empresas. Tudo indica, porém, que o pensamento era politico. Suas palavras trãem a cada passo a idéa patriótica. Sua maleabilidade em aceitar e amparar este ou aquelle plano, contanto que o caminho fôsse aberto, descobre a alma do estadista.

Partindo de Vassouras na Provincia do Rio, poder-se-ia ir por Minas e S. Paulo em linha recta a Matto Grosso...?! — e Mauá logo se poria ao lado do engenheiro Palm.

Partindo de Curitiba, poder-se-ia, em systema mixto de vias ferreas e fluviaes pelo valle do Iguassú, atravessar o Paraguay e caminhar por Matto Grosso para a Bolivia...?! — ahi estaria Mauá ao lado do engenheiro Lloyd.

Partindo de Curitiba, poder-se-ia ganhar, por vias ferreas e fluviaes, Matto Grosso, acompanhando o curso do Ivahy...?! — lá estaria Mauá ao lado de Palm e Lloyd.

Partindo do mesmo ponto, poder-se-ia chegar, por linhas ferreas exclusivamente, ás riquissimas terras do norte do Paraná e do noroeste de S. Paulo, cortar os pantanaes de Matto Grosso, chegar á Bolivia...?! — e Mauá logo se inclinaria a essa preferencia.

Era um plano mais radical. Os rios e as estradas de rodagem passariam a ser fornecedores de trafego ao grande tronco. Elle repetia frequentemente — “deixemos os rios á margem; atravessemol-os; elles são, as estradas que marcham para nós”.

Mauá acabou por aceitar este projecto como definitivo; a elle se entregou, corpo e alma. Era o projecto ultimo de Ch. Palm, o recommendado do Principe Oscar da Suecia. A estrada iria de Curitiba a Campo Largo e Palmeira no Paraná; dahi, ganhava o valle do Ivahy, atravessando o rio Paraná em direcção á cidade de Miranda em Matto Grosso a 630 milhas da Costa do Atlantico. Dahi ramificava-se para o norte na direcção de Cuyabá e para o oéste na direcção da fronteira da Bolivia, atravessando o Rio Paraguay em frente ao Capão da Queima, povoado boliviano no departamento de Chuquisaqua até á cidade de Sucre, antiga capital e dahi a Potosi e Oruro, onde estaria ligada ao Oceano Pacifico pela estrada de ferro que ia até La Paz.

Estava Mauá em Londres, quando foi assignado o contracto primitivo para estudos (22 de Setembro de 1871) dessa grande

via ferrea, onde figurava o seu nome ao lado de W. Lloyd, Antonio Pereira Rebouças, Christian Palm e do Dr. Thomaz Cochran, nome que andou sempre ligado a projectos de estradas de ferro.

Viu desde logo que seus socios tinham aceitado condições difficeis e ensaiou modificá-las, timidamente embora, pois "...receiava que se quizesse attribuir meu procedimento a falta de coragem em aceitar um compromisso sério..." Seus socios eram de poucos recursos pecuniarios; os estudos exigiam um dispendio de 1.000 contos que deveriam ser adiantados de seu bolso, já então pouco farto. No espirito de Mauá, havia, porém, um ponto fóra de discussão — é que a estrada precisava ser feita. Transferil-a a quem a pudesse executar, era vedado pelo contracto. "...Aceitar as condições insinuadas pelos que dispunham em Londres de pessoal technico para semelhantes trabalhos e que visavam apropriar-se das concessões, além de humilhante, era captivar o futuro da empresa ás exigencias desarrazoadas da especulação"...

Elle só não podia admittir a idéa de caducar a concessão. Seus capitaes e mesmo seu credito começavam, entrementes, a diminuir. O desastre do Banco Mauá y Cia. em Montevidéo, a demora e por fim a sentença declinatoria na causa contra a E. de F. Santos a Jundiah, as crises nacionaes de producção que causaram a explosão violenta de 1864, as quebras de Souto, Gomez & Filhos, Montenegro etc., tudo isto e outras causas, lhe tinham ido diminuindo os recursos em dinheiro.

Elle, porém, não podia permittir difficuldades. "...Convencido de que a estrada de que se trata, respondia a altas conveniencias em que os interesses economicos, financeiros e politicos do paiz eram bem consultados, senão desde logo, em época não muito distante, resolvi uma vez mais arrostar sózinho as difficuldades monetarias que a execução do trabalho reclamava..." (*Exposição aos credores de Mauá & Cia.*).

Poucos dias depois de assignado novo contracto, em Julho de 1872, os estudos foram atacados com todos os elementos que foi possivel reunir na Europa, quer de material quer de pes-

soal, em quatro turmas compostas de 16 engenheiros e 76 auxiliares. Mauá sózinho custeava todas as despesas. Sua fé na empresa era sustentada por um patriotismo ardente. Sua confiança no chefe da expedição dava-lhe segurança de exito. — “Encontrei nelle uma alta intelligencia, honradez a toda a prova, aptidão inexcedivel e uma dessas vontades que só conhecem as difficuldades para as vencer”... (*Exposição aos credores de Mauá & Cia.*, pag. 76).

A morte de Palm, em 1872, não prejudicou muito a marcha dos estudos. Como bom chefe, deixára um estado maior de primeira ordem, que pôde continuar-lhe a obra até que de Londres chegou o outro concessionario, Lloyd, profissional de reputação scientifica e de capacidade pratica, demonstrada em obras identicas na America do Sul.

São de William Lloyd e de seus engenheiros, os trabalhos graphicos e documentos relativos á estrada de ferro que devia ligar Curitiba a Matto Grosso, executados em 32 mezes, assim como é delle o notavel relatorio apresentado ao Governo Imperial em começo de 1875.

Esse anno foi, infelizmente o anno da moratoria de Mauá. Recusado o auxilio de 3.000 contos pelo Banco do Brasil á Casa Mauá & Cia., estava definitivamente abalada essa grande machina de credito e de energia que, por muitos annos, foi o nome de Mauá. Fugia-lhe o dinheiro; e o que é peor, ganhou argumentos o pes-imismo e criaram azas os invejosos de sua enorme superioridade.

Não se dobra, porém, á perseguição, nem á desventura, um temperamento como aquelle.

Algumas semanas depois da suspensão de pagamentos de Mauá & Cia., occorrida em Maio, ainda esse homem forte escrevia (10 de Julho de 1875) um hymno á grandeza da patria, em esforço supremo pela bella idéa que era o seu pensamento politico.

Merecem transcripção as palavras ungidas de fé do velho sexagenario fallido, pelo “Jornal do Commercio”:

“— Aquelles a quem faltam energia e força de vontade ne-

cessarias para levar ao cabo commetimentos de alcance elevado, impugnam com mordaz severidade todo o esforço dos poucos que entre nós ousam arrostar as difficuldades e os perigos da iniciativa de qualquer idéa util, que pela sua magnitude não pôde caber dentro da medida estreita a que a mediocridade quer sempre sujeitar o que não está em suas forças apreciar. Para esses afigura-se uma utopia a idéa de uma estrada de ferro que, partindo da bahia de Paranaguá, vença a fôrmidavel barreira que a Serra do Mar interpoz para difficultar o estabelecimento de um systema de viação aperfeiçoado que ponha nosso interior em condições de concorrer com um contingente immensamente grande para o augmento da riqueza nacional e o natural desenvolvimento das forças vivas do paiz.

“Pensem como quizerem os pessimistas. Hão de afinal essas forças triumphar de todos os obstaculos e permittir que o carro do progresso siga desimpedido e conduza o grande imperio americano aos altos destinos que suas gigantescas proporções lhe asseguram entre as nações cultas...

“A estrada de ferro de Matto Grosso não é simplesmente um caminho estrategico, como alguns têm dito, na intenção não direi de amesquinhar, porque seria mal cabida semelhante qualificação tratando-se de um meio poderoso, de diminuir a importancia da idéa. E' imperfeito o conhecimento que temos da immensa região que essa estrada de ferro tem de atravessar; o que se sabe, porém, chega e sobra para que o pensamento seja elevado á altura de uma aspiração nacional...

“Com effeito será pouca coisa conquistar ao deserto dezenas de milhares de leguas quadradas, levar-lhe á população os meios de trabalhar, habilitar, emfim, os habitantes de tão remotas paragens a produzir e a consumir?

“Será pouca coisa arrancar as ricas produções que encerram as entranhas dessa região affastada e conduzil-as por um rapido trajecto de 50 horas a um porto de mar, convertendo em riqueza o que não tem hoje valor algum apreciavel?

“Será pouca coisa converter a vasta bahia de Paranaguá

em novo emporio de commercio de industria e de actividade nacional que rivalise com a capital do Imperio?

“Será pouca coisa ainda essa facilidade que a nova via de communicacão porá á nossa disposiçãõ para provêr com segurança e a precisa celeridade os meios de acção que fôr preciso empregar em defeza dos interesses da honra e da dignidade nacional quando tal necessidade se dér?

“Quem poderá assegurar que a fatal necessidade não apparecerá?

“Com a sexta parte do que se consumiu improduttivamente com a recente guerra do Paraguay se teria construido a estrada de ferro e se teriam poupado sommas enormes e milhares de vidas preciosas.

“Os interesses financeiros, economicos e politicos do Imperio aconselham, pois, que se abra essa via de communicacão no menor espaço de tempo que fôr possivel —”

Era essa a linguagem num momento em que ruira a sua fortuna, em que desaparecera o seu credito commercial, e perduravam os effeitos das crises de 1864 e 1875 e o natural abalo e abatimento que deixou a guerra do Paraguay.

Audaciosa sem duvida, mas com certeza profunda e empolgante visãõ do futuro grandioso que se apresentava nitido ao sadio optimismo do velho sexagenario nas horas que lhe sobravam da mendicancia de assignaturas para a moratoria!

Naquelle momento de desillusões, ninguem falaria com mais alma.

No artigo admiravel, que é um acto de fé, Mauá não se referia mais ao seu plano integral; mas, esse estava anteriormente traçado. Ir até Matto Grosso, não era pouco caminhar para um concordatario de 62 annos de idade!

Construida a linha até Matto Grosso, o projecto de W. Lloyd exposto em longa petiçãõ de Ch. Palm ao Presidente da Bolivia em 4 de Dezembro de 1871, teria sua sequencia fatal. Invadiriamos pelo sul os planaltos da Bolivia e chamaríamos para Paranaguá essas riquezas que agora estão descendo pelo Rio da Prata. Já nossa tributaria economicamente ao norte,

pela facilidade que lhe offerece a bacia do Amazonas, a Bolivia seria o nosso territorio alargado. De seu lado, o Paraguay teria seu lento progresso assegurado pela facilidade de um ramal de communicacão que, encaminhando-lhe a producção ao porto de Paranaguá, o approximava muitos dias da Europa. Do coração do continente e de toda a orla do Pacifico, transpondo os Andes, viriam cargas e passageiros, para o grande tronco interoceanico brasileiro.

Hoje que tudo isto está feito, em bôa parte e em mais difficeis condições, pela Argentina, quando nós, ainda longe, pensamos em chegar, um dia, atrazadissimos, á fronteira da Bolivia para enfrentar concorrencia de quem nunca nol-a poderia fazer se nos tivessesmos installado a tempo, enche de tristeza pensar quanto teria ganho o Brasil se a fallencia de Mauá tivesse sido evitada ou mesmo se, ao menos, tivesse sido adiada por dois ou tres annos.

Entramos agora, está claro, no mundo das conjecturas, o que não quer dizer mundo de phantasias.

Os estudos estavam no Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, acompanhados do minucioso relatório de W. Lloyd, em que o ponto de vista pratico, a parte economica e as conveniencias da empreza, eram tratadas com a proficiencia esperada de sua capacidade profissional e da seriedade de todos os concessionarios.

Se a fallencia de Mauá não tivesse sobrevindo, naquelle momento, ter-se-ia executado a obra?

De maior arrojo pareceram os 15 kilometros de estrada de ferro Mauá, vinte e cinco annos antes, e os 149 kilometros da Santos a Jundiahy; mais absurdas pareceram a Empreza do Gaz do Rio e a navegacão do Amazonas.

Essas e outras impossibilidades venceu-as todas a sua magia. Nascera constructor de caminhos de ferro, como Lesseps nascera perfurador de isthmos, na phrase de Renan, tendo na frente claramente marcado o signal de uma vocacão absoluta.

Obteria, de certo, a garantia de juros necessaria para obra de tanto dispendio.

Nesse momento, poderia então morrer. A obra, melhor ou peior, em mais ou menos tempo, seria feita. A garantia de juros do Governo do Brasil para estradas de ferro, a esse tempo, não era coisa que se levasse duas vezes ao escriptorio dos banqueiros para ser pesada; era penhor certo de dinheiro.

Então, não seria mais necessario o nome de Mauá. A reputação dos caminhos de ferro estava conquistada pelos lucros da *S. Paulo Railway* e o credito do Brasil andava tão alto que, nas vespersas de 15 de Novembro, o Visconde de Ouro Preto ouvia de Rothschild que a maior difficuldade da conversão dos emprestimos nacionaes é que ninguem queria largar os titulos de 5 % que possuia.

E, entretanto, noutro campo de conjecturas igualmente bem fundadas, que seria hoje essa estrada de ferro, quanto teria ella produzido em dinheiro e em beneficios indirectos, em tranquillidade interna e externa?

Uma parte do immenso sector geographico que ella visava servir, está sendo agora occupada pelas estradas de ferro Noroeste e Sorocabana. Do futuro d'aquellas zonas fala-se como de novas Californias, novos Far-West.

A estrada de W. Lloyd e de Mauá teria chegado ao ponto extremo em oito annos, teria custado £ 8.000.000. São clausulas que estavam promettidas e Mauá não costumava faltar. Desse tronco teriam irradiado as linhas que W. Lloyd já tinha proposto ao Governo da Bolivia, penetrando a alta Bolivia e ligando-se ás linhas que já desciam pela cordilheira até o Pacifico e, noutra direcção, iriam encontrar os affluentes do Amazonas.

O caminho da nossa exportação de Matto Grosso e de uma parte de S. Paulo e Paraná, ter-se-ia desviado ligeiramente para o sul com um encurtamento consideravel nas distancias; o Paraguay e a Bolivia seriam territorios economicamente accrescidos ao Brasil, selladas pelo interesse commercial as nossas boas relações politicas com esses vizinhos.

E' preciso deixar que trabalhe a imaginação do leitor para sommar as riquezas e a força que perdemos e que ainda per-

deremos por muitos annos, até que tenhamos construído o que falta, hoje que o dinheiro é mais difficil e o custo das obras será pelo menos cinco vezes mais alto.

E' preciso deixar que trabalhe o coração do brasileiro para sentir quanto terreno temos perdido, vendo já, neste momento, os nossos vizinhos argentinos occuparem com seus trilhos, com seu commercio, com seus bancos, com o trabalho de seus filhos, aquellas regiões onde Mauá quiz antecipar-se.

Sahindo d'esse oceano de conjecturas, ha uma affirmação que se pôde formular: é que o Brasil seria maior se a Casa Mauá se tivesse mantido de pé mais alguns annos.

O aspecto economico e pratico da empreza estava exhaustivamente traçado na "Memoria", apre-entada por W. Lloyd ao Governo Imperial.

"O homem pobre contenta-se construindo uma tosca choupana, o rico deleita-se na construcção de magnificos palacios. No caso presente trata-se de uma via ferrea para pobre, sem a menor despeza superflua, só tendo em vista dar aos immigrantes, aos agricultores do interior do paiz, o meio mais facil e economico de transportar para os mercados os resultados da sua industria ou os productos de sua agricultura... Podemos conscientemente affirmar (como quem percorreu e explorou toda a zona) que, construído o caminho de ferro que projectantes da Europa a virem estabelecer-se nos magnificos planaltos das provincias do Paraná e Matto Grosso, que rivalizam com as melhores situações existentes no Brasil para a colonização".

Sob o ponto de vista mais largo de nossa posição internacional, falam as considerações brillhantes com que Mauá defendeu esse projecto. O terreno perdido tem proporções de acabrunhar o espirito.

O notavel engenheiro Dr. José Luiz Baptista, em uma "Noticia sobre as Estradas de Ferro da America do Sul" de muito recente data, 1920, que veiu annexa ao Relatorio da E. de F. Central do Brasil, teve occasião de falar, apprehensivo, no grandioso plano ferroviario do Eng. argentino Y. Briano "*per-*

mittindo a los ferro carriles, que sean ellos los encargados de robustecer el vinculo de confraternidad internacional con las naciones vicinas"...

Esse plano, apresentado ao parlamento em 29 de Setembro de 1920 pelo prestigioso deputado Dr. Herminio J. Quirós, já caminhou muito — *"pues estamos en el deber de ganar tempo"*.

O Presidente Irigoyen nomeou para proceder a estudos definitivos uma commissão de engenheiros presidida por Briano e póde-se dizer que está actualmente adiantada a construcção da rêde de 3.537 kilometros cuja realisacção permittirá que attinjam o territorio das Missões todas as locomotivas e material de transporte que actualmente servem 11.508 kilometros de linhas em trafego; e atraz desse projecto virá o da rêde transcontinental Rio-Valparaiso, pela ligacção de Los Andes a São Paulo, numa linha ininterrupta de 3.580 kilometros.

Como via longe o Visconde de Mauá!

.

CAPITULO XXXI

Conclusão

“Esse formidavel genio realisador, vidente dos grandes problemas nacionaes, que foi o Visconde de Mauá...”

(GETULIO VARGAS, palavras do discurso no banquete offerecido em 21 de Novembro de 1926, para commemorar a sua posse na pasta da Fazenda).

QUANDO, em 23 de Outubro de 1925, tive a honra de fazer uma conferencia na Liga da Defeza Nacional, a convite da Associação dos Funcionarios do Ensino Profissional, Paulo Prado escreveu estas palavras:

“Todos nós no Brasil — os que cultivam as coisas patrias e mesmo os *men in the street* — conheciamos o Mauá realisador, que assentára o nosso primeiro caminho de ferro e o cabo submarino, que abrira á navegação o Amazonas, que estudára e construiu a S. Paulo Railway, installára em Nictheroy a primeira grande fundição de ferro e vastos estaleiros, tudo enfim que de grande e util se fez neste paiz, de 1847 a 1874.

Ignoravamos, porém, o Mauá estadista, o Mauá combatente da liberdade, o Mauá diplomata, o Mauá — homem de Plutarcho. Este é uma revelação e, por assim dizer, uma criação do Sr. Alberto de Faria. Sob este aspecto tudo que narra a conferencia é novidade. Esperamos pois, anciosamente o livro a sahir. Se a documentação fôr a annunciada, como a reputação do auctor deixa esperar e promettem as palavras do conferencista, ahi teremos um livro forte para a educação da mocidade”.

Ha nellas a franqueza de um espirito feito no alto commercio, se bem que, hoje, mais pareça ter nascido para as letras, onde surgiu com tanto brilho.

A confissão de Paulo Prado tem a meus olhos especial valor, a de um espirito cultivado muito especialmente em assumptos de historia patria.

Conhecendo tanto da vida de Mauá e ignorando tanto, vem lealmente pedir provas, não porque duvide da lisura do narrador, mas porque se surprehende de encontrar um tão grande valor ignorado.

O illustrado autor da “*Paulistica*”, onde o orgulho natal cantou a virtude dos seus, terá visto, depois d’este livro, que não fez credito immerecido.

O Marquez de S. Vicente, escrevendo a respeito da acção energica de um seu comprovinciano, o Barão Aguiar de Andrada, nosso Ministro em Montevidéo por occasião das reclamações diplomaticas do Banco Mauá y Cia., disse vaidosamente, em carta a Mauá: — “E’ um nobre paulista, de que descendem os rio-grandenses”.

Se prestei ás duas familias, a paulista e a rio-grandense, o serviço de descobrir-lhes na genealogia um varão de Plutarcho, desvanço-me de ter tambem parte nessa festa de familia como brasileiro.

Não é completo o meu livro; prova plena dessas theses que

mais surpreendem, virá com a publicação posterior das *Obras de Mauá*.

O que ficou aqui esboçado, é bastante para que Paulo Prado reconheça que tivemos em Mauá não só o que elle sabia e pouca gente sabe, mas um combatente da liberdade. um diplomata, um estadista e tambem um — homem de Plutarcho.

O *combatente da liberdade* já era conhecido em terras alheias, onde se expôz pela causa da humanidade. No Uruguay, não se pronuncia seu nome sem que a gratidão do povo fale como falou delle o eminente Dr. Gabriel Terra, no banquete Felix Pacheco.

O *diplomata* é, tambem mais conhecido lá, onde os que o não applaudem, accusam-n'ó de ter firmado a influencia brasileira, fundando "...a mais poderosa agencia diplomatica do Imperio, nas duas margens do Rio da Prata"... *el peli-gro brasileño*.

Sob esses dois aspectos, as notas mais curiosas deste livro, ignoradas no Brasil, me foram fornecidas, como se terá visto, por estrangeiros, dos quaes a justiça manda destacar a Senhora Carlos Pueyrredon, de Buenos Ayres, neta do illustre D. Andrés Lamas, muito querida em nossa sociedade e os Srs. Luis Alberto de Herrera e Gabriel Terra.

O *estadista e o homem de Plutarcho*, não andaram sempre tão ignorados no Brasil; estavam apenas, um pouco esquecidos. Uma derrota politica e um desastre commercial tinham interceptado o brilho d'essa figura extraordinaria e muito complexa.

Sua obra de industrial, de banqueiro, e de parlamentar, é, em verdade, a obra de um homem de Estado. Se os monumentos que levantou como industrial, escurecem construcções menos visiveis do politico, estas bastariam, entretanto, para o renome de qualquer homem publico.

Seus discursos e seus trabalhos pelo credito agrario, pelo ensino profissional, pelas habitações operarias (um projecto

que, já no periodo da moratoria, apresentou ao Governo Imperial, com um filho de D. Andrés Lamas) pela reforma da lei de sociedades, seu combate pela moralisação da justiça, pelo equilibrio dos orçamentos, toda a sua influencia social, fariam a reputação de um estadista.

Paulo Prado, que herda nome por varios outros titulos digno de apreço, de um homem publico para quem a politica é a acção, não se dedignará de saber que, até nesse problema da immigração e da colonizaçáo em que Antonio Prado e Vergueiro recolhem hoje fartas bençãos da sua Provincia, Mauá foi um precursor.

No Amazonas fundou elle, em 1855, duas colonias de boa immigração portugueza, uma de 600 açorianos, outra de 500 algarvianos. Na expansáo dos recursos naturaes daquella zona, esses dois nucleos foram viveiros de seringueiros, aviadores e regatões que desbravaram a Amazonia. Na Provincia do Rio de Janeiro, preocupado com a sub-tituición do braço escravo, antes mesmo do illustre Ministro da Agricultura do ministerio abolicionista Conselheiro Antonio Prado, já elle estabelecêra á sua custa, duas colonias de 300 hindús, uma na fazenda de Sapopemba, outra na de Atalaya, em Macahé, fornecendo a esta os primeiros arados a vapor que o Brasil conheceu, os quaes, na minha mocidade, vi funcionar em experiencias da Usina do Cupim em Campos, propriedade do Dr. Manoel Rodrigues Peixoto, e que, segundo consta, foram exportados em 1885 para a Argentina, por serem grandes de mais para os trabalhos da planície fluminense; calculava-se, de facto, na occasião, entre os entendidos, que esses dois machinismos faziam em 12 horas o trabalho de 50 trabalhadores em 2 mczes.

O illustrado professor de Economia e Legislação de Terras e Colonizaçáo da Escola de Engenharia de Bello Horizonte, Dr. Nelson de Senna, nas lições aos seus alumnos, presta annualmente a Mauá a homenagem de um elogio particular ao seu papel de colonizador. E' de suas lições que repito este trecho:

“Devo referir-me ás tentativas de colonização de elementos estrangeiros, na longinqua Amazonia, por iniciativa do benemerito brasileiro que foi Irenêo Evangelista de Souza, o futuro Visconde de Mauá... Por meio da sua Companhia, emprehendeu a fundação dos nucleos coloniaes de Itacoatiára e outro que tem o expressivo nome de Mauá, povoadas por 1.060 portuguezes e alguns chins aquellas remotas paragens do Brasil septentrional. A sua memoria deve ser recordada aqui, ao lado da de Mariano Procopio, o constructor da União e Industria e de Theophilo Ottoni, o fundador da Philadelphia, porque esses benemeritos co-estaduanos e o *self made man* gaúcho, formam uma trindade gloriosa de pioneiros do nosso progresso na segunda metade do seculo passado, tendo todos tres bem comprehendido que para darem ao paiz uma bôa colonização, era mistér preparar antes as vias de comunicação e de transporte”.

Mas, é Mauá, *homem de Plutarcho*, que parece ser a surpresa maior e o maior encanto de Paulo Prado.

Dou parabens á minha fortuna de ter despertado para esse lado particularmente a atenção de Paulo Prado e de outros generosos commentadores da conferencia.

Não me illudo; não podiam ficar sob esse aspecto, desenhados com proporções, neste livro, as linhas gigantescas desta figura. Falta folego ao pintor, falta espaço no livro. E' a publicação das *Obras de Mauá* que irá revelar o varão de Plutarcho.

São os seus discursos, são os seus pareceres, são os seus relatorios, são os seus artigos de imprensa que chegariam para compôr volumes, são as suas cartas intimas, esses documentos de uma alma pura onde parece não haver uma falha de bondade, nem de energia.

E' nas suas cartas principalmente que se vae medir tal estatura. Não é nas obras que fez, nos livros que escreveu, que se estuda o homem, diz Lamartine: "*C'est dans les livres que l'homme a écrits sans penser qu'il faisait un livre, c'est à dire, dans ses lettres*".

O Mauá varão de Plutarcho, ha de ser conhecido, em seu brilho intenso, num resto de correspondencia que se pôde salvar do naufragio e do fogo e que ando recolhendo e catalogando para ser editada em dois volumes.

Ao lado desses documentos, quasi todos ignorados, poder-se-á lêr, então, com a mais patriótica compunção, essa *Exposição aos credores de Mauá & Cia.*, onde a preocupação do fallido foi ainda esboçar problemas nacionaes, rasgar novos horizontes aos brasileiros e pedir aos credores que continuassem sua obra, desenvolvendo o que elle creou, creando o que elle não pôde produzir.

Esse livro admiravel "que não se pôde lêr sem lagrimas nos olhos" como diz Souza Ferreira, é um poema da honra.

Com legitimo desvanecimento, repito as palavras com que um órgão da nossa imprensa vespertina, *O Globo*, premiou a minha conferencia, interpretando-lhe intimamente o pensamento:

"A conferencia do Sr. Alberto de Faria sobre o Visconde de Mauá, uma das maiores e mais ignoradas glorias do paiz, é um documento que a um tempo conforta e entristece, porque nos diz do valor dos homens de hontem, e das misérias de todos os dias. E' o quadro da existencia daquelle modelo de patriotismo, daquelle tempera de aço, e daquelle fecundo talento, e tanto mais impressionante quanto é certo que o conferencista tirou com segurança todas as linhas da perspectiva, deu a tudo equilibrio, luz e côr, para que a invocação, téla ou retrato, tivesse vida e verdade. O intuito do escrupuloso conferen-

cista se despega claramente neste trecho, elegante e simples :

“O que eu quero accentuar, meus jovens compatriotas, neste momento, quando a vossa existencia brota numa atmospherá de scepticismo em que os homens olham para o poder e para a auctoridade, ou como um inimigo a cambater ou como um cofre de graças a cortejar por todos os processos, é que essa carreira brilhante, essa marcha triumphal para a fortuna e para a gloria, nunca lhe custou uma fraqueza, nunca lhe pediu uma curvatura á espinha dorsal”.

Sim! o que resulta da vida de Mauá é, sobretudo, uma bellissima pagina de moral.

Porque tenho tal convicção, offereço este livro aos moços do meu paiz.

INDICE E SUMMARIO DOS CAPITULOS

INDICE E SUMMARIO DOS CAPITULOS

CAPITULO I

RAZÃO DESTE LIVRO — (Pag. 9)

Contraste entre a situação de fortuna e a vida modesta de Mauá — 10. O esquecimento em que estava cahindo o seu nome — 11. O brado do Club de Engenharia, com a moção Frontin, em 1898 — 15. Intervenção do auctor junto do Presidente Bernardes em 1923, para que á estação da Leopoldina Railway, na Praia Formosa, fôsse dado o nome de Mauá — 15. A conferencia na Liga da Defeza Nacional e seus effeitos — 16. A carta do Ministro Francisco Sá annunciando que a estação inicial seria denominada Barão de Mauá, titulo conferido a Irêneo Evangelista de Souza por occasião da inauguração dos primeiros trilhos no Brasil — 17. Nobres palavras do Visconde de Rio Branco, ouvidas pelo Ministro Didimo Agapito da Veiga por occasião da moratoria de Mauá em 1875 — 21. A mesma confiança na honra de Mauá reaffirmada dias depois no Senado em resposta ás accusações de Zacharias — 21.

CAPITULO II

D. PEDRO II — CAXIAS — MAUÁ — (Pag. 25)

A these de Lamartine — 25. A excepção em favor do Brasil — 26. D. Pedro II, Caxias, Mauá e a obra da unidade nacional — 27. D. PEDRO II — 28. Sua moral privada — 29. Palavras de Oliveira Lima — 29. O juizo de D. Andrés Lamas — 29. O juizo de Mitre e de Elizalde — 30. Como era exercido o poder moderador — 31. D. Pedro II e os sabios — 31. A critica de V. Licínio Cardoso — 32. A independencia dos homens politicos — 33. O respeito á opinião

publica — 33. Os excessos de liberalismo do Imperador — 34. A liberdade de imprensa — 34. Não havia jornaes subsidiados — 34. Os *inglezes* do Jornal — 34. O *Ba-ta-clan*, jornal satirico, durante a guerra do Paraguay — 35. A grande obra de D. Pedro II foi preparar o povo para o governo livre — 36. Palavras de Ruy — 36. **CAXIAS**. O entusiasmo da primeira geração republicana — 37. A admiração de Urquiza — 38. O rigor da disciplina — 38. Desgosto de vêr a sua farda desabotoada na téla da Batalha de Avañy — 38. Sua bondade — 39. O seu senso pratico — 40. Porque não nomeava parentes para cargos de confiança junto a si — 40. **MAUÁ**. Sua morte não teve resonancia — 41. Os factores primordiaes da nossa unidade politica — 41. As guerras externas — 41. Os problemas internos — 42. Em todos collaborou elle — 42. O Banco Mauá y Cia., a mais poderosa agencia diplomatica do Imperio — 44. O papel de Mauá na *Conciliação* — 44. No desenvolvimento da riqueza nacional — 46. Estreita ligação com o Ministerio Rio Branco — 46. Tristão de Athayde e a comprehensão da Unidade Nacional — 47. Palavras de Tobias Monteiro — 48.

CAPITULO III

AS RELAÇÕES ENTRE O IMPERADOR E MAUÁ — (Pag. 49)

O delicado assumpto das relações entre o Imperador e Mauá — 49. Temperamentos oppostos — 51. Palavras de Gilberto Amado sobre os homens publicos do segundo reinado — 51. Prevenções da época com os homens de commercio na politica — 52. Mauá impôz-se — 54. Algumas explicações possiveis sobre a má vontade do Imperador a Mauá — 54. A attitude de Mauá na revolução do Rio Grande do Sul quando se iniciava o segundo reinado — 55. A chacara de Mauá em Santa Thereza, refugio dos revoltosos — 55. A's escondidas recebiam d'ahi alimento 33 prisioneiros rio-grandenses da fortaleza de Santa Cruz — 55. A aggressividade de Mauá não facilitava approximações. Seus constantes remoques contra o Imperador — 56. "Cheguei a fazer ciumes no *alto*" — 57. Como a Bahia recebeu o Imperador e como recebeu Mauá com intervallo de algumas semanas, em 1859 — 57. A causa da divergencia parece ter sido a politica internacional — 57. Mauá teve a preocupação de afastar a guerra com o Paraguay — 58. Os esforços de Mauá para evitar o rompimento com o Governo do Uruguay em 1864 — 60. O

Gabinete Zacharias foi arrastado ás *represalias* contra Aguirre pelo clamor das ruas — 60. O artigo de Mauá no *Jornal do Commercio* sobre a Missão Saraiva — 60. Era um enigma o Sul — 61 Quem via melhor, o Imperador ou Mauá? — 61. Os riscos que corremos — 63. Palavras patrioticas do deputado Wanderley Pinho — 65.

CAPTULO IV

FORMAÇÃO LITTERARIA DE MAUÁ — (Pag. 67)

Irenêo Evangelista de Souza aos 9 annos — 67. Aos 11 annos, era caixeiro da casa Pereira de Almeida — 68. A entrada para a casa de Ricardo Carruthers. Influencia d'este em sua formação litteraria 69. Irenêo assume a gerencia da casa — 70. A moradia collectiva em Santa Thereza — 71. Os novos hospedes em 1839: D. Marianna, D. Guilhermina e a futura Viscondessa de Mauá — 72. A nova residencia no Cattete — 73. A chacara de Santa Thereza na historia da abolição e da revolução do Rio Grande do Sul — 74. Mauá escriptor. Mauá orador — 76. Sua acção parlamentar — 77. Sua acção na imprensa — 79. O valor politico de seus discursos na Camara — 79. Nega a prorogação dos orçamentos a um governo de amigos — 82. Discurso pela moralização da justiça — 82. O discurso na assembléa geral de installação do Banco do Brasil — 82. Sua nomeação para redigir, com Euzebio, José Clemente, Nabuco, Penedo e Caetano Alberto, o Reg. 737 — 84. Uma nota do punho de Penedo — 85. Octaviano e Nabuco esperam que Mauá volte de Londres para sujeitarem ao seu juizo um projecto de lei, antes de apresental-o — 85.

CAPITULO V

SUA FORMAÇÃO MORAL — (Pag. 87)

Conceitos de Laudelino Freire e Virgilio de Sá Pereira — 88. Palavras de animação de Azevedo Amaral — 89. O primeiro embate na Camara dos deputados — 89. Paraná é o seu adversario; o encontro com Paraná, na tarde da votação — 90. Allusão á influencia da Imperatriz na subvenção á Companhia Lyrica Italiana — 90.

A volúpia da luta com os fortes — 91. O Banco do Brasil e a Casa Mauá, Mac Gregor & Cia. — 91. Os ataques de Mauá á magistratura — 92. Suas maximas de credor — 93. De devedor — 94. De contractante de serviços publicos — 94. De martyr da honra e da resignação — 96. Sua vida privada irreprehensivel — 97. A virtude da caridade — 97. Sua propensão para os institutos de ensino — 97. A bondade para com os seus *auxiliares* de todas as cathogorias — 98. As larguezas de sua bolsa — 98. Seu humanitarismo philosophico — 99. O banquete presidido pela Baroneza de Mauá a 400 operarios da fabrica de Gaz, 80 escravos — 100. Commovente scena descripta pelo Dr. Gabriel Terra no banquete Felix Pacheco — 102.

CAPITULO VI

SUA FORMAÇÃO MENTAL — (Pag. 105)

A consciencia de uma grande missão a realizar — 107. A educação entre inglezes — 108. “Os meus outros destinos” — 109. A primeira viagem á Inglaterra em 1840 — 109. A fundação, em Manchester, da Casa Carruthers, de Castro & Cia. — 109. Mauá soffreu a influencia da escola Saint-Simoniana — 110. Os discipulos de Saint-Simon e o papel d’elles no progresso do seculo XIX — 112. O Dr. Walter Rathenau — 113. O idealismo de Rathenau é inspirado na obra de Saint-Simon — 114. Parlamento das nações europeas — 114. Palavras de Henri de Jouvenel — 116. A doutrina philosophica de Saint-Simon exposta em “Mémoire aux Parlements” — 117. A Liga das Nações um seculo depois — 119. Henri de Jouvenel evoca Saint-Simon — 120. A impressão da figura de Mauá nos professores Georges Dumas e Germain Martin — 123. O estudo publicado por esses dois professores na *Illustration* sobre o progresso do Brasil, pondo em evidencia a grande figura Saint-Simoniana de Mauá — 123. O *messianismo* de Saint-Simon, segundo Georges Dumas, 124 — Os pontos de approximação com Mauá — 124. O Saint-Simonismo *viajado* no conceito de Lamartine e as multiplas viagens de Mauá á Europa e ao Rio da Prata — 126. As grandes obras do seculo XIX — 126. O idealismo constructor de Mauá — 127. Falam dois mestres: Dumas e Germain Martin, o psychologo e o economista — 127

CAPITULO VII

A PONTA DA ARÊA E AS OUTRAS INDUSTRIAS — (Pag. 129)

A Ponta da Arêa na nossa historia militar — 129. Depoimentos de Pinto Lima e Affonso Celso — 130. Navios fornecidos para a luta contra Oribe — 130. Na guerra do Paraguay — 131. Depoimento do Almirante José Carlos de Carvalho — 132. Pesquisas do Commandante Eugenio de Castro — 133. O papel importante dos navios da Ponta da Arêa nos primeiros tempos da guerra — 133. A Ponta da Arêa, officina industrial — 134. Seu desenvolvimento. O Relatorio do Ministro do Imperio em 1850 — 135. A Ponta da Arêa na Exposição preparatoria de 1861 no Rio de Janeiro e na Universal de Londres, em 1862 — 136. O Barão de Mauá como expositor e como membro da Commisão Organizadora — 138. O mostruario da Amazonia — 139. A isenção de direitos para artefactos de ferro e para navios construidos no estrangeiro arruina a Ponta da Arêa — 140. A restauração e a queda da Ponta da Arêa — 140. Mil contos de prejuizo e trinta annos de trabalhos perdidos — 141. A LUZ STEARICA — 141. COMPANHIA DE CORTUMES — 142. COMPANHIA DE REBOCADORES NO RIO GRANDE DO SUL — 142. COMPANHIA FLUMINENSE DE TRANSPORTES — 143. MINERAÇÃO DE OURO NO MARANHÃO — 143. DIQUES FLUCTUANTES — 144. A invenção do engenheiro Dodgson — 144. Os estudos dos technicos inglezes e a opinião do Contra-Almirante Marques Couto — 145. Declarando que tinha sido pouco cuidadoso no exame dos estudos de uma invenção de empregado seu, Mauá restitue o dinheiro dos demais accionistas do dique — 145.

CAPITULO VIII

OS MELHORAMENTOS URBANOS — (Pag. 147)

O Rio de Janeiro em 1850—147. O GAZ e os lampeões de azeite do Conde de Rezende — 148. Os nichos — 149. O serviço de iluminação passa ao Ministerio da Justiça — 149. Euzebio de Queirós e os melhoramentos — 149. Mauá toma a si a installação do gaz — 150. Não houve um só subscriptor — 150. No dia aprazado o gaz foi inaugurado com os capitaes exclusivos de Mauá — 150. O deslumbramento dos primeiros fôcos; os dithyrambos do *Jornal do*

Commercio e de Moreira de Azevedo — 150. O desenvolvimento da canalização — 150. Os grandes lucros auferidos por Mauá — 151. A Companhia Inglesa — 151. Influência do gaz e do bond na transformação da cidade — 151. O benefício que o contracto do gaz representa para os consumidores sobre o preço pedido na proposta estrangeira — 152. Os contratempes vencidos — 152. A febre amarella e o preço do trabalho inglez — 152. A cholera morbus em 1855 e o temporal de 1866 — 153. A COMPANHIA DE BONDS JARDIM BOTANICO — 154. Mauá salva a concessão em ponto de caducar e promove organização de companhia americana — 155. C. Robert Shannon e C. B. Greenough — 156. Uma viagem do Embaixador Joaquim Nabuco em companhia de Shannon pelas estradas de ferro americanas, 1908 — 157. Os primeiros capitaes americanos empregados no Brasil — 157. Os bonds foram introduzidos por emprezarios braslleiros em Montevidéo, Lisbôa, Bruxellas e Paris — 157. A rendosa empreza de Freitas Reys inaugurando os bonds em Paris — 158. Mauá concorre com capitaes seus — 158. O CANAL DO MANGUE — 158. OUTROS MELHORAMENTOS DE MENOS VULTO — 159. A COMPANHIA FLUMINENSE DE TRANSPORTES — 160. A EMPREZA DE CARNES VERDES — 160. O ABASTECIMENTO D'AGUA — 160.

CAPTULO IX

AS PRIMEIRAS ESTRADAS DE FERRO — (Pag. 163)

A Estrada de ferro de Mauá — 163. As apprehensões da rotina — 164. As primeiras tentativas de caminho de ferro no Brasil — 164. Feijó e Thomaz Cochrane — 164. A inauguração dos caminhos de ferro em 30 de Abril de 1854 — 165. O discurso perante o Imperador sobre o valle do S. Francisco — 166. O problema de galgar a serra — 167. A lucta parlamentar com o Marquez de Paraná — 168. A concorrência da estrada de rodagem União e Industria — 170. As explosões de Mauá e as promessas do *Alto* — 171. A inauguração do caminho de ferro do Rigi. Rigenbach e Pereira Passos — 171. Os estudos e orçamentos cedidos gratuitamente aos irmãos Calogeras e a Berini — 172. Inaugura-se em 1882 a cremalheira para Petropolis — 172. A segunda estrada de ferro do Brasil, a Recife a S. Francisco — 173. Interferencia de Mauá na sua constituição — 173. Auxilios valiosos na execução — 174. Seus serviços á E. F. D. Pedro II e á Santos Jun-diahy, a terceira e a quinta inauguração de trilhos — 175. A

quarta estrada de ferro do Brasil, a Bahia a São Francisco e a co-
 operação de Mauá — 175. A collaboração com Couto de Maga-
 lhães em 1872 para a E. F. Rio Verde — 176. A superveniencia
 da moratoria em 1875 — 176. A renuncia do seu lugar de director
 por que *nada adiantava seu nome depois do desastre* — 177. A
 nobre recusa de Couto de Magalhães — 177. Opiniões de Gabriel
 Ozorio de Almeida e J. L. Baptista sobre o projecto da E. F. do
 Rio Verde — 177.

CAPITULO X

A E. DE F. D. PEDRO II — (Pag. 179)

O privilegio de zona da estrada de ferro de Petropolis a Entre
 Rios — 179. Largueza de vistas de Mauá — 179. A propaganda
 da E. de Ferro D. Pedro II. O contracto de Londres — 180. A
 irritação do Presidente do Conselho — 180. Influencia poderosa de
 Mauá em serenar o conflicto — 182. Mauá organisa estatutos da
 sociedade *anonyma* e afasta as susceptibilidades officiaes —
 182. Novos serviços. Nas luctas entre Christiano Ottoni e o
 empreiteiro Price — 182. Mauá constitue-se fiador e obriga seus
 bens *presentes e futuros* — 183. Novos serviços: abre facil caução
 para as acções da E. de F. D. Pedro II e subscreve 1.000 acções do
 capital — 184. Auxilia o emprestimo em Londres — 185. CON-
 CURSO DE OUTRA NATUREZA — 186. Contracto de serviços technicos
 da C. Garnett feito por intermedio de Mauá — 107. Ellison, a quem
 Ottoni dá a gloria maior de ter vencido a *Cordilheira*, era tambem
 um dos contractados d'essa turma — 188. Brunless, engenheiro
 ao serviço de Mauá em Santos, reanima o espirito publico desa-
 lentado com as difficuldades da Serra do Mar — 109.

CAPITULO XI

A ESTRADA DE FERRO SANTOS A JUNDIAHY

(S. Paulo Railway) — (Pag. 191)

A S. Paulo Railway é obra de Mauá — 191. Os primitivos con-
 cessionarios e a caducidade da concessão — 192. Os estudos primiti-
 vos teriam sido confiados ao Marquez de Mont'Alegre pelos con-

cessionarios — 193. O Marquez de Mont'Alegre e o Visconde de S. Vicente, aceitam figurar como concessionarios ao lado de Mauá, renunciando a qualquer vantagem pecuniaria — 194. A gloria da execução da S. Paulo Railway é exclusiva de Mauá e com ella coincide a sua ruina financeira — 195. Lesseps e o Canal de Suez — 195. O discurso de Renan na Academia Franceza — 196. A oração de Barboux na Cour d'Appel — 197. O valor pessoal de Lesseps na obra. O diplomata, o cavalheiro e o primo da Imperatriz Eugenia — 197. C. Gaffrée e E. Guinle — 199. O Père Infantin e Lesseps — 200. O concurso pecuniario de Mauá — 202. Dinheiro para os estudos. Subscriptor de metade do capital — 202. Abandona á última hora £ 20.000 para satisfazer nova exigencia dos Rothschild — 202. Nada recebeu pela concessão; pelo contrario, pagou-a na sua parte de accionista — 202. Banheiro dos empreiteiros — 204. Os adiantamentos — 204. A divida attinge £ 338.255—205. Fechando o credito aos empreiteiros, fornece directamente aos representantes da Companhia mais £ 76.000 — 205. Esse dinheiro não foi restituído — 205.

CAPITULO XII

A NAVEGAÇÃO DO AMAZONAS — (Pag. 207)

A Amazonia desconhecida; o receio da separação — 208. O escandalo da brochura de Maury; Tavares Bastos e a abertura do Amazonas; a campanha de Gonçalves Dias ao lado de Tavares Bastos — 209. A revolução nos espiritos; a visão do Visconde do Uruguay — 210. Mauá gozava do privilegio da navegação do Amazonas seus affluentes e confluents por 25 annos; Uruguay appella para seu patriotismo — 210. Logo abre mão do privilegio sem fazer exigencias — 211. A Companhia de Navegação do Amazonas estava prospera — 212. Prometteram-lhe compensações, que vieram algum tempo depois e muito escassas — 213. Mauá prepara-se para concorrer com as marinhas mercantes estrangeiras. Seus projectos; o augmento do capital para esse fim 214. Em carta a D. Pedro II, Agassiz confessa que se sente tão commodamente nos vapores do Amazonas como no seu Museu de Cambridge — 218. Fazem justiça á largueza de vistas de Mauá os que temiam a muralha chinceza do seu privilegio — 219. Tavares Bastos nas "Cartas do Solitario" Fletcher, Tobey, J. Fay e Foster — 219. A

resolução da *Board of trade* de Boston — 219. A consagração de seus serviços á Amazonia pelo historiador paraense Barão de Marajó — 220.

CAPITULO XIII

O CABO SUBMARINO — (Pag. 221)

As tentativas para o telegrapho submarino — 221. Mauá toma interesse pela empreza — 222. Uma concessão anterior impedia-lhe a acção; aproxima-se do concessionario Ballestrini na Europa — 222. Mallogro da tentativa — 222. Caduca a concessão Ballestrini. O privilegio é dado a Mauá — 223. Em vez de 99 annos, 20 annos e sem subvenção — 224. Mauá procura Sir John Pender — 224. A obra é executada antes do prazo — 224. Mauá recusa da *Western Telegraph* todas as vantagens pecuniarias que lhe são offercidas, dizendo que pedira o privilegio ao Visconde do Rio Branco *para prestar serviço* e não podia receber paga sob pretexto algum — 225. O Ministro Barros Barreto agradece em nome do Imperador esse nobre procedimento — 226. O titulo de Visconde com grandeza — 227. As homenagens que se lhe prestam de além-mar — 227. Os telegrammas de Sir John Pender ao Presidente Bernardes e ao Ministro Francisco Sá no quinquagesimo anniversario da inauguração do cabo-submarino — 227.

CAPTULO XIV

MAUÁ E OS BANCOS NO BRASIL — (Pag. 229)

O primeiro Banco do Brasil. Seu insuccesso — 229. O Banco Commercial do Rio de Janeiro — 231. O segundo Banco do Brasil — 231. A luta com o Banco Commercial determina o plano da fusão — 232. Mauá renuncia a directoria do terceiro Banco do Brasil — 233. Funda a casa bancaria Mauá, Mac Gregor & Cia., commandita por acções — 234. A luta com o Banco do Brasil — 235. As difficuldades em que viveu o Banco do Brasil. A crise do cambio — 236. O Governo recorre a Mauá, Mac Gregor & Cia. — 237. Palavras de Antonio Carlos e Amaro Cavalcanti — 238. Mauá domina o cambio, salva o prejuizo do Thesouro e ganha di-

nheiro — 239. Um caso memoravel; Mauá chamado por Ferraz para acudir a um compromisso do Thesouro — 240. As exigencias de pagamento immediato por parte de Rothschild. O desgosto de Ferraz. Mauá salda a divida do Thesouro perante Rothschild — 242. O desastre commercial; a moratoria de 1875 — 242. A fallencia em 1878 estando já pagos 66 % nos tres annos decorridos — 243. O rateio da fallencia de Mauá dá mais de 90 % para o passivo original — 244 As terras que foram dadas em pagamento aos credores por 3.480:000\$ valem hoje 190.000:000\$ — 244.

CAPITULO XV

SUA OBRA FINANCEIRA E ECONOMICA—(Pag. 245)

A criação de um banco industrial — 245. O typo da sociedade anonyma na nossa lei era defeituoso. A commandita por acções resolvia as difficuldades — 247. O Governo impugna a constituição da sociedade commanditaria — 249. A influencia dos acontecimentos em França — 250. Conceitos de Joaquim Nabuco e de Carvalho de Mendonça 250. Uma lei interpretativa, retroagindo, veio annullar o registo da commandita por acções — 250. Mauá luta ainda — 251. Vencido, transforma a sociedade; *não podia quebrar o remo* — 251. A necessidade de *um interesse brasileiro de primeira ordem* na Europa — 254. A criação do London, Brazilian and Mauá Bank em Londres, *o forte esteio do interesse brasileiro* — 256. O paralelo entre o Banco Mauá & Cia. e o Crédit Mobilier de França, do mesmo typo — 259. No seu desastre commercial, Mauá eleva-se cada vez mais — 261.

CAPITULO XVI

SUAS THEORIAS FINANCEIRAS: A EMISSÃO — (Pag. 263)

De onde vem a reputação de emisionista para Mauá — 263. Uma chronica do Visconde de Taunay — 264. Explicação pessoal do auctor — 264. Destróe-se facilmente a lenda do emisionismo de Mauá — 266. Suas manifestações eloquentes contra o papel moeda — 267. Justificando as emissões feitas por Zacharias e

Itaborahy, para as urgencias da guerra do Paraguay, Mauá estava com o paiz inteiro e com os principios mais rigorosos — 269. A emissão para acudir á secca do norte em 1878, feita pelo Gabinete Sinimbú — 271. E' d'ahi que lhe vem a fama, com o folheto *Meio Circulante* — 272. A doutrina é verdadeira, se bem que algumas proposições sejam discutíveis — 273. A unidade, a pluralidade e os bancos emissores — 275. A *zombaria* dos emissores bancarios de papel inconversivel — 276. A idéa da estabilisação ligada a de um grande Banco Emissor — 278. A Caixa de Conversão — 280. A situação em 1857 quando Souza Franco lançou a pluralidade bancaria — 283. Mas, não... "*com o direito lato de emissões*" da phrase de Taunay — 284. A orgia financeira e o *encilhamento* Souza Franco, nenhum mal fizeram; nem mesmo ao cambio — 284. As grandes emissões têm sido obra da unidade — 285. Ouro Preto, João Alfredo — 285. Para Mauá não havia *doenças*, havia *doentes* — 286. Teria sido menos prejudicial ás finanças da Republica a pluralidade bancaria — 287. A nossa tradição é pela pluralidade — 287. As grandes cabeças que por ella se bateram na Monarchia e na Republica — 288. Mauá sustenta que em paiz *doente* de papel moeda, o mais efficaz correctivo das emissões desregradas é a concorrência *regulada pela lei* — 289. Seus sabios conselhos para o dia de hontem e para o dia de amanhã — 290.

 CAPITULO XVII

MAUÁ NO RIO DA PRATA — (Pag. 291)

"*Meus outros destinos*" — 291. Analogia com a acção de Garibaldi — 292. O temor de Rosas — 292. D. Andrés Lamas e o seu primeiro contacto com Mauá — 293. A politica do Visconde do Uruguay — 294. Os pactos de 1850 — 296. O cerco de Montevideo 297. O elogio de Mauá no discurso do Dr. Gabriel Terra em resposta ao Ministro Felix Pacheco — 297. Em plena aventura — 298. Mauá consolidador de nosso prestigio na terra oriental — 300. A acção do civilizador industrial e do banqueiro — 301. O nome de Mauá figurando em todos os empreendimentos industriaes no Uruguay — 301. A exposição de Londres — 302. Seu papel no desenvolvimento da industria pastoril — 303. A paz e o progresso do Uruguay — 303. Empreendimentos multiplos: gaz, telegraphos, diques, estaleiros — 304. A exportação de carnes. A

tentativa e os esforços nesse sentido — 306. A conservação das carnes pelo processo da frigidificação — 307. A antevisão de um genio industrial — 307.

CAPITULO XVIII

O BANCO MAUÁ Y CIA. — (Pag. 309)

O primeiro banco no Uruguay — 310. A iniciativa de Mauá commentada pelo senador Berro e pelo Dr. Claudio Williman — 310. O exemplo de Mauá faz imitadores — 311. Periodo de prosperidade para o Uruguay — O primado financeiro de Mauá — 312. Posteriores hostilidades officiaes — 313. A lei de 4 de Maio de 1870 e a tactica de Mauá para aparar o golpe — 313. Credito e influencia omnipotentes — 314. A revolução do general Flores — 315. Ao serviço da legalidade — 316. A situação financeiramente difficil do Governo Oriental — 316. Empréstimo de 6 milhões de pesos ao Governo de Berro — 317. O *ultimo appello amigavel* do Brasil — 318. A Missão de Octaviano no Rio da Prata e a renuncia d'este — 319. As leis de emergencia. Inauguração do inflacionismo — 320. D. Andrés Lamas, ministro de Varela. Seu plano financeiro. Mauá volta a ser o banqueiro do Governo — 321. As *olas de papel moeda* a que se refere o Dr. Williman — 321. Definindo responsabilidades — 322. O novo Banco Mauá e a guerra civil — 323. Juizo insuspecto de Oneto y Viana, sobre os serviços de Mauá na converção da divida — 324.

CAPITULO XIX

INFLUENCIA POLITICA E FINANCEIRA DE MAUÁ NO RIO DA PRATA — (Pag. 325)

A politica brasileira no Prata. Seus dois actores principaes — 325. A personalidade de D. Andrés Lamas — 326. Montevidéo agonizava sob o sitio—327. O encontro de duas almas heroicas—238. O plenipotenciario dos sitiados—329. O Banco Mauá agencia diplomatica do Imperio—330. Victoria da politica dos tratados e suas consequencias—331. A amizade de Lamas e de Visconde do Rio Branco com

Mauá — 333. Incidentes delicados entre o Uruguay e a Argentina — 334. O protocollo Lamas-Elizalde — 335. Exaggerados melindres nacionalistas — 336. Sombrios augúrios de guerra — 337. Appello á intervenção de Mauá pela pacificação — 336. Difficuldades que surgem de todos os lados — 337. A Revolução de Flores agrava a situação — 340. Uma attitude de bravura e de lealdade de Mauá — 341. Os máos aspectos que tomavam as negociações diplomaticas entre a Argentina e o Uruguay — 343. A perseverança de Mauá — 343. O papel importante de Mauá como mediador entre as duas chancellarias — 345. Uma grande victoria de sua capacidade — 345. Os documentos que gentilmente forneceu o Sr. Luis Alberto de Herrera — 346.

CAPITULO XX

MAUÁ E A MISSÃO SARAIVA — (Pag. 347)

A agitação dos espiritos no Brasil em 1864 — 347. A tragedia de Quinteros — 349. A indignação causada no Brasil — 351. A responsabilidade do crime era attribuída exclusivamente aos *blancos* — 352. Accusações a Mauá por sua posição junto do governo legal do Uruguay — 353. O ideal de Mauá nas relações com os nossos vizinhos — 355. Thiers, advogado da politica de apoio a Montevideo — 356. Entendimento do estadista francez com Mauá e Andrés Lamas — 356. Mauá enfrenta a animosidade publica — 357. A inflexibilidade de Zacharias cede á pressão do ambiente — 357. As manifestações das ruas. A missão Saraiva com character favoravel a Flores — 359. As impaciencias da opinião. Suggestões e ameaças da imprensa — 360. Excitação dos brios nacionaes — 361. Mauá e os seus "*amigos blancos*" — 361. Sua tentativa de pacificação junto de Venancio Flores — 362. Trechos da correspondencia de Flores com Berro e com Mauá — 363. Previsões deste sobre o desfecho da revolução — 265. Sua intervenção prestigiosa em todos estes incidentes — 366. O juizo de Clovis Bevilacqua sobre a nossa politica internacional — 366. Mauá reclama uma politica firme — 367. Sua attitude conquista-lhe a inimizade de Zacharias — 368. Uma critica do "Espectador da America do Sul" — 369. O parlamento reflecte as violencias da imprensa. O deputado J. de Barros Pimentel, e o senador marquez de S. Vicente — 370. A prudencia de Saraiva. Demora da apresentação

do ultimatum. Sua política tentando accordo — 371. Saraiva media, como Mauá, os riscos que corria o Brasil — 373. O trabalho de Mauá junto de seus amigos Berro e Herrera para evitar o rompimento — 374.

CAPITULO XXI

AS RECLAMAÇÕES DIPLOMATICAS — (Pag. 377)

A causa primordial das difficuldades financeiras de Mauá — 377. O Governo Imperial esposou calorosamente suas reclamações — 378. A razão das reclamações — 379. A Lei de 16 de Julho de 1868 — 381. O Dec. de 21 de Janeiro de 1869 — 382. Consulta ao Conselho de Estado sobre a *nota* do Ministro do Brasil — 387. O Conselheiro Nabuco — 387. S. Vicente, Salles Torres Homem e Carneiro de Campos — 388. O parecer de Jaguary — 388. A discussão diplomatica em Montevidéo. *Nota* Araujo Gondin — 389. Mauá é ameaçado de processo pela sua linguagem violenta — 392. O apoio moral que nessa contingencia recebe de Rio Branco, São Vicente, Cotegipe — 394. A nobre attitude do Ministro de Estrangeiros Dr. Manoel Herrera e Obes reconhecendo o direito de Mauá — 395. *Deber y conveniencia* — 396. As entrevistas do Presidente Ellauri e de seu Ministro Perez P. Gomar com Mauá em 1873 — 397. O Uruguay fazia questão de um tribunal *interno*. Mauá propunha o Banco de Inglaterra, o Banco de França, outro grande banco para terceiro arbitro — 397. Na Presidencia de Varela, 1875, faz-se um accordo com annuência do Governo Imperial — 398. O Governo de Latorre o annulla em 1876 — 398. A volta ao estado anterior — 398. Com a fallencia de Mauá as reclamações diplomaticas ficaram sepultadas — 399.

CAPITULO XXII

OS AMIGOS DE MAUÁ — (Pag. 401)

Ricardo Carruthers — 402. Gratidão que devemos a esse inglez intelligente e bom — 403. D. Andrés Lamas. Sua estreita ligação com Mauá — 404. O primeiro encontro dos dois — 405. A escolha do negociante Irenéo Evangelista de Souza pelos Vis-

condes do Uruguay e de Itaborahy para a política dos nossos tratados — 406. Os amigos de Mauá dentre os nossos grandes chefes de missão no Sul — 407. Paranhos — 407. Octaviano — 410. São Vicente — 411. Cotegipe — 412. Paraná — 413. Seus amigos entre os grandes nomes da política interna: Euzebio de Queirós — 414. Souza Franco — 414. Olinda — 415. Caxias, Osorio, Porto Alegre, Abaeté, Abrantes, Gomes de Castro, etc. — 415. A intimidade de Theophilo Ottoni — 415.

CAPITULO XXIII

**O ATTRITO COM O CONSELHEIRO
NABUCO — (Pag. 417)**

Designação difficil. Amigos ou inimigos? — 417. O archivo da Embaixatriz Joaquim Nabuco — 418. Motivos da desavença. A questão Moura na fallencia Domingues Ferreira — 418. Mauá vence quasi unanimemente nos tribunaes—420. Dois grandes nomes da advocacia: Nabuco e Teixeira de Freitas — 421. Os pareceres de João Antonio de Souza Ribeiro — 421. Uma lucta no parlamento que diminue os protagonistas — 422. No terreno das aggressões pessoais — 423. A pobreza do Conselheiro Nabuco ao deixar o Ministerio — 424. Razões porque procurou a advocacia — 424. Nabuco repelle a injuria de Mauá e de seu lado o offende — 425. Dois projectos de lei que não têm andamento — 426. A reconciliação — 427.

CAPITULO XXIV

**AS LUCTAS CONSTANTES COM
ZACHARIAS — (Pag. 429)**

Zacharias, num instantaneo de Taunay — 429. Desconfiar, sem confiar—429. Machado de Assis e Joaquim Nabuco descrevem Zacharias — 430. Os antecedentes da lucta. A animosidade antiga e as causas proximas — 431. Mauá lança-se contra a corrente da opinião, combatendo a missão Saraiva — 431. O artigo no *Jornal do Commercio* — 432. A má vontade de Zacharias contra Mauá

faz explosão em questões de pagamentos do Thesouro — 434. Decisão iníqua, Mauá suspende o crédito ao Thesouro 435. Uma carta vehemente a Zacharias — 436. Os incidentes dos empréstimos de Mauá feitos ao Governo Oriental a pedido do chefe de missão Octaviano — 437. A recusa do Governo de sancionar o acto de Octaviano. A renuncia deste — 438. A rejeição em Buenos Aires de um saque do nosso Commando de tropas no Paraguay. Mauá offerece pagar o que o Banco Inglez recusou pagar. O escandalo do facto — 439. Zacharias recommenda a Caxias não aceitar o offerecimento. Segunda carta de Mauá a Caxias — 440. A inimizade prolongou-se até á morte de Zacharias — 441.

CAPITULO XXV

O REPTO SILVEIRA MARTINS-MAUÁ

(Os antecedentes e os lutadores) — (Pag. 443)

Os prodromos do regimen republicano — 443. O perfil de Silveira Martins numa pagina de Joaquim Nabuco — 444. O Senado vitalicio. A intimidade de Silveira Martins em casa do Senador Thomaz Coelho — 446. A preparação do advento do terceiro reinado. O trabalho de Silveira Martins no Rio Grande — 447. Dois adversarios de igual valor, Rio Branco e Silveira Martins — 449. O scenario das lutas partidarias — 450. O ministerio Rio Branco *esgota* o programma liberal; o apoio discreto de alguns chefes liberaes — 451. A irritação de outros: os extremados. O retrahimento de Nabuco, Octaviano, Souza Franco e Paranaguá — 452. Zacharias toma posição de commando no partido — 452. O caso da *apostasia* do Barão de Mauá — 453. A excommunhão lançada por Silveira Martins. O repto — 454. A virtude da disciplina na politica rio-grandense. Silveira Martins, Castilhos, Pinhoiro Machado, Borges de Medeiros. — 455. Mauá aceita galhardamente o desafio — 455. O eleitorado sanciona a sentença de Silveira Martins — 456. Mauá renuncia. A revisão do processo impõe-se — 457.

CAPITULO XXVI

REPTO SILVEIRA MARTINS-MAUÁ

(As eleições e o rompimento) — (Pag. 459)

A amizade de dois grandes brasileiros — 459. A consulta ao General Osorio — 462. Motivos anteriores de indisposição com Silveira Martins — 463. A opinião de Osorio sobre o incidente parlamentar — 465. A acção dos chefes politicos, na formula de Ledru Rollin — 466. Um general que obedece aos soldados — 467. A condemnação pelo eleitorado rio-grandense e o que representa essa sentença — 468. Osorio tambem é comparado a Pausanias, o traidor 468. Justificação da digressão historica — 472. A licção do Rio Grande — 473. A furunculose militarista. A nobre attitude de Silveira Martins nas questões militares dos ministerios Cotegipe e João Alfredo. Pausanias foi lembrado, entretanto — 475. NOTA SUPPLEMENTAR — 475. Ampliando commentarios — 475. Formação do juizo do autor sobre o desafio. As ameaças de replica — 477. Não póde haver surpresa de novas accusações; seriam apenas re-edições — 477. Mauá nunca foi praça dos *Regimentos de Frederico* — 478. Factos da historia rio-grandense que esclarecem theses deste capitulo — 479. Varias eleições de Mauá para deputado geral — 480. Osorio era o chefe. Bastidores partidarios — 481. Os patronos da candidatura Mauá em 1863 — 483. Aquelles que não a queriam — 484. Opposição renitente dos radicaes do Rio Grande ao nome de Mauá — 485. A mentalidade de Osorio no incidente do repto — 487. Plebiscito ou execução summaria? — 487. Sentença inconsciente. Os radicaes e o Club da Reforma apoiam Silveira Martins — 487. Osorio foi um vencido no repto Mauá, disse depois Silveira Martins — 488. O Conde de Porto Alegre, companheiro de bancada, tambem estava com Mauá — 489. A attitude dos outros tres deputados da bancada. O discurso de Florencio de Abreu — 490.

CAPITULO XXVII

REPTO SILVEIRA MARTINS-MAUÁ

(A discussão e o desfecho) — (Pag. 491)

Divergencias no seio do Partido Liberal — 491. As idéas que trabalhavam o momento — 492. O liberalismo em marcha — 492.

Figuras e tendencias de alguns chefes — 492. O discurso revolucionario de Silveira Martins na estréa — 495. Mauá levanta a luva. 495. Objurgatorias vehementes de Silveira Martins 498. Profissão de fé política; monarchismo de Mauá — 499. Sua posição desassombrada — 499. Ataques de Silveira Martins ao ministerio Rio Branco e a Mauá — 501. O suborno da imprensa — Outros tempos — 501. Accusações particulares contra Mauá. O contracto de fornecimento de etapas no Paraguay — 505. A eloquencia dos algarismos e dos contractos — 506. Altivas replicas de Mauá — 509. Revidando os insultos — 509. Desigualdade de forças — 510. A renuncia de Mauá 511. Termos de resistencia da Camara dos Deputados — 512. A Camara intima Mauá a permanecer para vigiar pelos interesses da Nação. Os termos nobres de sua insistencia — 512. O epilogo do duello. A Camara não aceita a segunda renuncia. Durante toda a legislatura Mauá figura na lista de chamada e é classificado como *ausente com causa não participada* — 515.

CAPITULO XXVIII

A FALLENCIA — (Pag. 517)

A phase da desgraça — 519. A solvabilidade de Mauá no momento da moratoria — 520. A crise de 1864 e as outras crises por elle atravessadas — 521. O auxilio de um emprestimo plenamente garantido o teria salvo — 522. As palavras de Joaquim Mur-tinho — 523. “Não hei de ficar com um vintem para mandar ao mercado, seja qual fôr o procedimento dos credores” — 524. O seu heroismo na adversidade e a preocupação da honra commercial — 525. A bondade para com os devedores — 526. A moratoria resolve-se em fallencia depois de estarem pagos 66 %; porque a lei tornava impossivel a solução desejada pela unanimidade dos credores — 527. Tentou-se modificar a lei em beneficio de Mauá; o projecto, de auctoria de Nabuco, não foi votado a tempo por motivo da dissolução da Camara — 528. Os autos da fallencia. Os extremos de honradez na entrega dos bens 528. Um incidente typico — 530. A fallencia não deu prejuizo *real* a ninguém — 531. A rehabilitação do fallido — 532. Volta ao trabalho para pagar a todos o pequeno deficit no capital e os juros não contados — 532. Viagem á Europa para iniciar demanda contra a S. Paulo Railway — 534. Pelas leis inglezas estava prescripta a dívida da São

Paulo Railway — 535. Volta ao Brasil para renovar aqui a demanda. Opiniões divergentes dos juristas — 535. A diabetes e a morte próxima — 535.

CAPITULO XXIX

CAUSAS DA FALLENCIA — (Pag. 537)

Com o assassinato de Flores em 1868 começaram as perseguições — 538. A lei de 15 de Julho de 1868 e o Decreto de 21 de Janeiro de 1869 — 539. O abalo no credito — 540. A estimativa dos prejuizos, dos lucros cessantes e do damno moral — 540. O effeito d'esse descredito no Brasil — 541. A Commissão Especial do Banco do Brasil admoesta a directoria por *suas facilidades* com Mauá — 541. A exigencia de uma hypotheca — 541. Os ataques ao seu credito no Parlamento e na imprensa — 542. A cessação de pagamentos — 543. Outra causa importante da fallencia: a divida da S. Paulo Railway — 544. O libello do Conselheiro Ramalho e as razões de pedir — 546. A Companhia apresenta excepção de incompetencia de juizo, allegando domicilio em Londres. 547. Desprezada a excepção por unanimidade do Supremo Tribunal — 547. A Companhia, por seu advogado Conselheiro João Chrispiano Soares, renova a materia da excepção como defeza — 547. O Supremo Tribunal muda de jurisprudencia por 6 votos contra 4 — 548. Suggestões da imprensa ingleza contra a causa de Mauá—549. A ameaça de nos faltar credito para as estradas de ferro — 549. O *Anglo-Brazilian Times* — 549. O *Times* — 550. A tactica do advogado da S. Paulo Railway — 550. Mauá embarca para Londres; a divida estava prescripta — 552. Insiste por um juizo arbitral pelo qual se batia havia 18 annos — 553. Escreve um artigo violento e leva-o ao *Times*, que recusa inseril-o — 553. Volta ao Rio. A publicação do artigo no *Jornal do Commercio* — 554.

CAPITULO XXX

O QUE MAUÁ NAO FEZ — (Pag. 557)

Explicação do titulo deste capitulo — 557. O *Porto de Pernambuco*. O projecto de Mauá, Cunha Galvão e Muniz Barreto

preferido pelo Conselho de Estado — 558. A Camara dos Deputados o approva. A *dissolução* em 1868 — 559. A lei de portos em 1869 vem estabelecer novas bases e a proposta Mauá ficou prejudicada — 560. A *Companhia Pastoral Agricola e Industrial* — 560. A grandiosa concepção de Mauá — 561. Uma avallação dos bens aos preços actuaes — 561. Mantida como foi installada e sem os desenvolvimentos previstos, seria hoje uma das grandes emprezas do mundo — 561. A *E. de F. para Matto Grosso* — 562. Foi o grande pensamento politico de Mauá — 563. C. Palm W. Lloyd, Antonio Rebouças e T. Cochrane, seus socios na empreza — 563. Mauá era quem supportava o peso maior dos encargos financeiros — 565. Os estudos logo atacados activamente por 16 engenheiros e 76 auxiliares contractados em Inglaterra — 566. A morte de Palm e sua substituição por W. Lloyd 1872 — 567. O anno de 1875, o da moratoria de Mauá — 567. Pedra em cima do projecto e exhortação patriotica de Mauá, em estado de moratoria, pelo *Jornal do Commercio*, para que a obra fôsse feita — 568. O plano politico exposto por Mauá — 571. O plano commercial exposto na "Memoria" de W. Lloyd — 572. O que seria hoje essa estrada de ferro — 572. O tempo perdido e o aviso ao governo brasileiro pelo Dr. J. L. Baptista no Relatorio de 1920 — 573. O que já está feito pelos nossos vizinhos — 573. O terreno perdido de Mauá até hoje — 573.

CAPITULO XXXI

CONCLUSÃO (Pag. 575)

Palavras de Paulo Prado a proposito da conferencia na Liga da Defeza Nacional — 575. A prova que elle pedia — 575. Não deve ter soffrido decepção depois do que viu neste livro — 576. Mauá preocupado com a colonização estrangeira antes mesmo do Conselheiro Antonio Prado — 578. A fundação de dois nucleos no Amazonas em 1855 e dois na Provincia do Rio de Janeiro, em 1870 — 578. A homenagem que presta todos os annos, na Escola de Engenharia de Bello Horizonte, o professor Nelson de Senna, aos serviços de Mauá como colonizador—579. Na correspondencia de Mauá, ver-se-á, em luz intensa, o homem de Plutarcho que impressionou Paulo Prado — 580. O pensamento do autor da Conferencia interpretado intimamente pelo *O Globo* — 580.

INDICE DAS GRAVURAS

O Barão de Mauá em 1858	6—7
A casa construída por Mauá, em Petropolis, para residência de verão	24—25
A Ponta da Arêa em 1848	128—129
D. Andrés Lamas	292—293
Fac-simile de cartas trocadas entre Mauá e o Ministro de Estrangeiros Juan José Herrera e entre este e o Presidente Berro	342—343
O Visconde de Mauá em 1882	556—557

ERRATA

Além de outros descuidos de menos importancia na revisão de provas, assignalaremos estes:

Página— 42—	linha—23—	em vez de	tumulos	—	tumultos
" — 79—	" —24—	" " "	enriquecendo	—	enriquecido
" —130—	" — —	" " "	intuito	—	intento
" —157—	" —14—	" " "	Macaulay	—	Macaulay
" —205—	" —10—	" " "	£ 414.762.963	—	£ 414.762.93
" —255—	" —20—	" " "	não se pôde bem	—	não se podem bem
" —278—	" —16—	" " "	o mez passado	—	tres mezes pas- sados
" —278—	" —18—	" " "	17 ¼ shillings	—	17 shillings
" — —	" — —	" " "	ractificar	—	ratificar
" —398—	" — 9—	" " "	á sua reclamação	—	a sua reclamação
" —433—	" —32—	" " "	caracterisava	—	caracterisavam
" —466—	" —19—	" " "	deve	—	devo
" —538—	" —31—	" " "	Successão	—	Secessão
" —545—	" —14—	" " "	£ 76.506.14	—	£ 76.506,14,10
" —556—	" —18—	" " "	Cedds	—	Geddes

**A impressão deste livro
terminou no dia 10 de
Dezembro de 1926, nas
officinas da Empreza
Graphica Editora, de
Paulo, Pongetti & Cia.,
Avenida Mem de Sá,
67 e 78, Rio de Janeiro.**

**THIS BOOK IS DUE ON THE LAST DATE
STAMPED BELOW**

**RENEWED BOOKS ARE SUBJECT TO IMMEDIATE
RECALL**

LIBRARY, UNIVERSITY OF CALIFORNIA, DAVIS

Book Slip-209-8/61 (C162384)458

232758

Faria, A.d.
Maua.

F2536
M26
F37

LIBRARY
UNIVERSITY OF CALIFORNIA
DAVIS

